

N.º 4 | 2013

# CEM

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

REVISTA DO CITCEM  
– CENTRO DE INVESTIGAÇÃO  
TRANSDISCIPLINAR  
«CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA»

## NESTE NÚMERO:

DOSSIER TEMÁTICO

«Paisagem»

(ed. Lino Tavares Dias)

RECENSÕES

NOTÍCIAS



CITCEM  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

**CEM N.º 4**  
CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

# CEM N.º 4

## CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

**Edição:** CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Universidade do Minho)/Edições Afrontamento

**Directora:** Maria Cristina Almeida e Cunha

**Editor do dossier temático:** Lino Tavares Dias

**Foto da capa:** *Porto oriental*, 2013. Foto de Lino Tavares Dias. Colecção do autor.

**Design gráfico:** [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

**Composição, impressão e acabamento:** Rainho & Neves, Lda.

**Distribuição:** Companhia das Artes

**N.º de edição:** 1603

**Tiragem:** 500 exemplares

**Depósito Legal:** 321463/11

**ISSN:** 2182-1097-04

**Periodicidade:** Anual

Esta revista tem edição **online** que respeita os critérios do OA (**open access**).

Dezembro de 2013

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011





## EDITORIAL *pág. 5*

## APRESENTAÇÃO PAISAGEM

■ Lino Tavares Dias *pág. 7*

## CONSTRUIR E MARCAR A PAISAGEM

O ESPAÇO URBANO NO EGÍPTO GRECO-  
ROMANO: TRANSFORMAÇÃO E RECRIAÇÃO  
DE UMA PAISAGEM CULTURAL MILENAR

■ Rogério Sousa *pág. 11*

A PAISAGEM MONÁSTICA NO VALE  
DO VAROSA: O CASO DOS MOSTEIROS  
CISTERCIENSES DE ST.<sup>a</sup> MARIA DE  
SALZEDAS E S. JOÃO DE TAROUÇA

■ Ana Sampaio e Castro *pág. 25*

LOS ESPACIOS PORTUARIOS VIZCAINOS:  
MUTACIONES Y ADAPTACIONES DE LOS  
PUERTOS VIZCAINOS, SIGLOS XIV-XVI

■ Ana María Rivera Medina *pág. 51*

A PAISAGEM URBANA OITOCENTISTA.  
EMBELEZAMENTO E POLÍTICA URBANA NA  
RENOVAÇÃO DA IMAGEM DE COIMBRA

■ Margarida Relvão Calmeiro *pág. 71*

A SERRA DA ESTRELA E A ORIGEM DO  
MOVIMENTO SANATORIAL PORTUGUÊS  
(1881-1907)

■ Ismael Cerqueira Vieira *pág. 91*

## OBSERVAR E SENTIR A PAISAGEM

«LER A PAISAGEM»: UMA FORMA DOS  
ALUNOS DESENVOLVEREM O SEU SPATIAL  
THINKING?

■ Cristiana Martinha *pág. 107*

COMPOSITION D'UN PAYSAGE URBAIN:  
REPRÉSENTATIONS D'UN LIEU OÙ SE PERDRE  
(MICHEL COLLOT – DANIEL FARIA)

■ Paolo Alexandre Néné *pág. 115*

TERRITÓRIO E PAISAGEM: A AMBIGUIDADE  
DA APROPRIAÇÃO DA TRADIÇÃO  
MODERNA PELA FOTOGRAFIA

■ Maria do Carmo Serén *pág. 133*

LE CORPS-PAYSAGE DANS AMBAS AS MÃOS  
SOBRE O CORPO DE MARIA TERESA HORTA

■ Sara Carmo *pág. 145*

## RECONHECER E GERIR A PAISAGEM

«GEO» DIVERSIDADE, CULTURA E  
PATRIMÓNIO: UMA LEITURA INTEGRADA  
DA PAISAGEM

■ Laura Soares, Elsa Pacheco e João Lucas  
*pág. 157*

CONTRIBUTO PARA O RECONHECIMENTO  
DE «ESTRATIGRAFIA» NA PAISAGEM DA  
BACIA DO DOURO. O CASO DO  
TERRITÓRIO ENTRE MARÃO,  
MONTEMURO, SOUSA, TÂMÉGA E DOURO

■ Lino Tavares Dias *pág. 177*

ETAPAS DE CONSOLIDAÇÃO DA PAISAGEM  
URBANA DO PORTO CONTEMPORÂNEO:  
DA PROGRAMAÇÃO DOS ÁLMADAS AO  
PLANO DE 1952

■ Nuno Ferreira e Manuel Joaquim  
Moreira da Rocha *pág. 191*

## RECENSÕES

«SIDDARTHA MUKHERJEE, O IMPERADOR  
DE TODOS OS MALES. UMA BIOGRAFIA DO  
CANCRO»

■ Rui Manuel Pinto Costa *pág. 231*

## NOTÍCIAS *pág. 235*



### **Conselho Redactorial**

Maria Cristina Almeida e Cunha  
Arnaldo Melo  
John Greenfield  
Carlota Santos  
Zulmira Coelho dos Santos  
Isabel Pereira Leite  
Paula Montes Leal  
Ana Paula Soares

### **Conselho Consultivo**

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade Nova de Lisboa)  
David Reher (Universidade Complutense de Madrid)  
Fernando Rosas (Universidade Nova de Lisboa)  
Francisco Bettencourt (King's College London)  
Hilario Casado Alonso (Universidade de Valladolid)  
Ingrid Kasten (Universidade de Berlim)  
Joaquim Ramos Carvalho (Universidade de Coimbra)  
Jochen Vogt (Universidade de Essen)  
Jorge Alves Osório (Universidade do Porto)  
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)  
José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)  
José Portela (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)  
Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)  
Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)  
Mathieu Poux (Universidade Lumière Lyon II)  
Mona Haggag (Universidade de Alexandria)  
Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade Nova de Lisboa)  
Octávio de Medeiros (Universidade dos Açores)  
Philippe Braunstein (École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris)  
Ricardo Mar (Universidade Rovira i Virgil, Tarragona)  
Roberto Rusconi (Universidade Roma Tre)  
Vicente Fuster Siebert (Universidade Complutense de Madrid)  
Vitor Manuel de Aguiar e Silva (Universidade do Minho)  
Vittorio Parsi (Universidade Católica de Milão)

### **Secretariado**

Paula Montes Leal, Marlene Cruz

### **Contactos**

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Via Panorâmica, s.n. / 4150-564 PORTO – PORTUGAL  
Tel: 226 077 177; <http://www.citcem.org>; E-mail: [citcem@letras.up.pt](mailto:citcem@letras.up.pt)  
Ou:  
CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»  
Dep. de História / ICS / Universidade do Minho / Campus de Gualtar / 4710-057 BRAGA – PORTUGAL  
Tel: 253 604 213; <http://www.citcem.org>; E-mail: [pfp@ics.uminho.pt](mailto:pfp@ics.uminho.pt)

A Revista CEM sai no final de um ano cheio de incertezas para as Unidades de Investigação. De facto, após bastantes avanços e recuos, e num contexto de franca expectativa relativamente ao futuro dos centros de Humanidades, a FCT deu início ao processo de avaliação dos Centros de Investigação (sempre desejado pelo CITCEM) relativo às actividades realizadas entre 2008 e 2012, processo esse que decorreu em simultâneo com a preparação e submissão do projecto estratégico de cada Centro para os anos 2015-2020. Por esta razão, e ao longo de 2013, procurou-se promover de forma mais efectiva uma reflexão interna (iniciada já em finais de 2012...) no sentido de potenciar no CITCEM a sua característica mais marcante, que é, de facto, a transdisciplinaridade. O resultado dessa discussão consistiu na decisão de continuar a apostar, nos próximos anos, numa lógica integradora, independentemente das carreiras investigativas individuais, desenvolvida em volta de um tema aglutinador, fiel aos objectivos gerais da Unidade, e envolvendo todos os Grupos de Investigação que a compõem. Efectivamente, as áreas temáticas centrais – literatura, cultura, arqueologia, arte, museologia, história medieval, história moderna, história contemporânea, história do presente, história oral e cinema – foram chamadas, através dos seus investigadores, a encontrarem linhas de confluência com o tema central, a identificarem parceiros estrangeiros que garantissem uma dimensão comparativa e permitissem uma maior consistência científica e a criarem uma dinâmica de partilha dos resultados de investigação obtidos (colóquios, seminários, congressos, publicações...). Espera-se assim a criação de «produtos» de investigação capazes de fornecerem «mais valias» ao espaço (físico, patrimonial, de memória, de identidade, ...) da região em que o CITCEM se enquadra.

Mais uma vez, a Revista CEM espelha parte do trabalho desenvolvido pelos investigadores do CITCEM, assim como de outros Colegas que nela colaboraram, sobre o tema que constituiu em 2013 o principal centro das nossas atenções: de facto, o III Encontro CITCEM foi o culminar de um ano dedicado à Paisagem, tanto material como imaterial. Nessa reunião científica, dezenas de investigadores, provenientes de um espectro científico bastante lato, apresentaram abordagens tão inovadoras quanto desafiantes, aos participantes no evento. Cumpre realçar que a transdisciplinaridade característica do CITCEM foi potenciada pela estreita colaboração do CEAU (Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto) visível não só na organização do evento, como na participação assinalável dos seus membros. No âmbito do III Encontro foram ainda realizadas as *Jornadas nas Paisagens Milenares do*

*Douro Verde*, com o apoio inestimável da Dólmen, Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL. o que, por si só, é indicativo do interesse do CITCEM em estreitar relações com instituições culturais locais, responsáveis pelo desenvolvimento integrado das diversas regiões.

O n.º 4 da Revista CEM/Cultura, Espaço & Memória é, portanto, um dos resultados alcançados em 2013: novamente a transdisciplinaridade foi associada à diversidade cronológica e trabalhos de jovens investigadores foram cruzados com estudos de investigadores consagrados, reflectindo o ambiente científico da Unidade. Tal como acontece já com um número considerável das publicações do CITCEM, o número 4 da revista CEM será, disponibilizado *online*, em *open access*, com o objectivo de facilitar o acesso por um público mais vasto ao seu conteúdo, promovendo deste modo a divulgação de resultados da investigação que se vai desenvolvendo.

Não podemos deixar de agradecer aos autores, bem como aos especialistas que participaram na revisão científica dos textos que compõem este número da CEM, em especial ao nosso Colega Lino Tavares Dias, que assumiu a responsabilidade da coordenação do dossiê temático. Mais uma vez o apoio material da FCT foi imprescindível para que o presente volume pudesse ser concretizado. Ficamos igualmente gratos à Biblioteca Central da Faculdade de Letras do Porto, na pessoa do Dr. João Leite, que desempenhou, nos processos de arbitragem científica e de indexação internacional da Revista, um papel inestimável. Finalmente, realçamos o trabalho desenvolvido pelas Dras. Paula Montes Leal e Marlene Cruz que, mais uma vez, e no meio de um imenso trabalho de secretariado do CITCEM, com o seu profissionalismo sobejamente reconhecido, permitiram a concretização deste número da CEM.

**Maria Cristina Cunha**  
(Coordenadora do CITCEM)

# APRESENTAÇÃO

## PAISAGEM

O CITCEM decidiu organizar e editar um volume da revista *CEM/cultura, espaço & memória*, com o tema «Paisagem».

O termo «Paisagem» tem sido ao longo dos tempos, um dos mais ambíguos no vocabulário usual e no vocabulário científico. No entanto, no final do século XX tornou-se suporte de uma das recentes aquisições conceptuais, a Paisagem Cultural, ampliando-se como produto influente nas economias modernas. Para compreendê-la, a reflexão aponta-nos o uso preferencial de noções assentes na leitura histórica e antropológica de tudo que foi construído pelo homem sobre o espaço natural. Deste modo, a constituição da Paisagem, cada vez mais reconhecida como Património, convida a perscrutar o tempo, objetivamente avaliado, servindo para reconhecer o passado. A conjugação do tempo com as realidades físicas e materiais, a que devemos acrescentar a subjetividade do observador, ajudam a perceber parte da complexidade do que vulgarmente é denominado como «sistema paisagem». Queremos perpecionar a conformação do território, tornado transdisciplinar pelos contributos científicos que normalmente explicam a paisagem material, tais como as ciências naturais, a arqueologia, a história, a geografia, a arquitetura, entre outras, mas também pelas que abordam perspetivas do imaterial.

Reconhecer critérios de observação e acolher estratégias de intervenção e de sedução, em busca da harmonia, são algumas das preocupações que queremos debater e aprofundar, intimamente ligadas ao uso e usufruto da paisagem quando assumida como património, conscientes das mutabilidades urbanas e rurais que exigem atitudes específicas de gestão, de preservação e de valorização. Em contrapartida, a evolução de políticas internacionais faz apelo ao reconhecimento da diversidade, assumida como identitária e cada vez mais como marketing territorial.

Interpretando-se a lógica de transdisciplinaridade do CITCEM, entende-se do maior interesse que as propostas de comunicação incidam sobre campos de abordagem diversos, quer seja na análise e interpretação cronológica da construção milenar da paisagem, quer seja na leitura cultural através das disciplinas explicativas e interpretativas da Paisagem, quer seja através de casos da valorização e gestão da realidade atual.

Também o âmbito em que se usa a palavra «paisagem» tem que ser harmonizado e esclarecido. Os valores que têm conformado a nossa cultura consumista induziram à aceitação da «paisagem» como se fosse mais uma «coisa» de que dispomos. No entanto, não é uma «coisa», não é um objeto grande nem um conjunto de objetos configurados

pela natureza ou transformados pela ação humana. Também não é só o meio físico que nos rodeia ou sobre o qual nos situamos e movemos. A «paisagem» é uma construção, uma elaboração mental que os homens concretizam através de «fenómenos» da cultura. A «paisagem», entendida como fenómeno cultural, é uma convenção que varia de uma cultura para outra e que, por isso, nos obriga a esforço racional e de imaginação para a perceber nessas outras culturas, noutras épocas e com outros meios sociais diferentes do nosso. Na busca de harmonização de processos de gestão para as paisagens, o Conselho da Europa desenvolveu vários estudos no final do século XX. Como consequência, segundo a Convenção promovida pelo Conselho da Europa em 2000, entende-se por paisagem «qualquer parte do território, tal como é apreendido pelas populações, cujo carácter intrínseco é resultado da ação e interação de fatores naturais e humanos». Dito de outra forma, «A Paisagem é resultado do casamento do trabalho do Homem com a Natureza»<sup>1</sup>.

Interpretando a «paisagem cultural» como fruto do casamento da natureza com a cultura, na medida em que resulta exclusivamente de obras conjugadas da natureza com o homem, aceitamos que a paisagem seja o resultado da transformação coletiva da natureza, isto é, a projeção cultural de uma sociedade num espaço determinado.

A importância crescente que este conceito tem vindo a denotar não resulta unicamente de uma atenção crescente para com um bem que já foi paisagem natural e que, apesar de finito, se sente afetado por intervenções públicas e privadas cada vez mais volumosas e cada vez com mais impacto, mas também resulta da crescente importância identitária, conceptualmente expressa, constituindo recurso singular, complexo, cujo valor reside nos fatores objetivos que o configuram de forma substancial e ainda nos fatores endógenos que o suportam.

A partir do momento em que se considera imprescindível o concurso da percepção humana para a existência da paisagem, introduzindo o fator «subjetividade do observador» na passagem gradual de «paisagem natural para construída», a componente cultural assume um papel de extraordinária relevância, mesmo quando os espaços são dominados por valores naturais.

Suportados neste conceito de Paisagem Cultural, o objetivo é salientar, através da denominação, aquelas paisagens em que os valores culturais se destacam no conjunto e fundamentam a singularidade de um território, derivando daqui ou imanando daqui como objeto e espaço que exige gestão específica.

Ao mesmo tempo que se valoriza a dimensão temporal e a dimensão espacial da paisagem identitária, reconhece-se a evolução humana e identificam-se as «marcas» que o homem deixou ao longo do tempo e que resultam exclusivamente de obras conjugadas do homem com a natureza. Ao aceitarmos que a paisagem é o resultado da transformação coletiva da natureza, isto é, a projeção cultural de uma sociedade num espaço determinado, temos que reconhecer e aceitar um intrínseco carácter dinâmico. Neste sentido, especialmente como arqueólogo, desafio a evoluirmos na aplicação do conceito de «autóp-

---

<sup>1</sup> DOWER, MICHAEL (1999) — *Le Paysage: Marriage de la Nature et de la Culture*. «Patrimoine Européen», 19. Strasbourg, p. 19-20.

sia», entendido como análise do passado, para a aplicação do conceito de «biopsia», procurando analisar o que se está a passar, desafiando a pensar de forma prospetiva.

Na qualidade de arqueólogo tenho vindo a refletir sobre a evidência do «património construído» como sinónimo de «coisas feitas pelo homem», cabendo-nos também reconhecer que a sua disponibilização aos nossos sentidos é feita por «evidência direta» ou apenas «após exumação por metodologia arqueológica». Assumindo a importância do observador contemporâneo, podemos designar o primeiro grupo como «património arquitetónico» e o segundo como «património arqueológico».

Sendo a paisagem um sistema dinâmico a resistência ecológica da Paisagem é determinante para a sustentabilidade dos usos antrópicos que a modelaram dentro de limiares de sustentabilidade.

Servindo como desafio para estes limiares, a fotografia da capa desta revista é um cenário real que ainda pode ser observado em torno do mesmo rio Douro que Estrabão salientou. Juntam-se as ruínas da indústria da primeira metade do século XX, as casas e as demais «contradições» que o homem ali foi construindo. Esta fotografia é um mero exemplo.

Atualmente, a paisagem cultural passível de proteção é aquela em que a adequação entre as componentes ecológicas e as culturais é mais efetiva, embora este reconhecimento seja, por vezes, muito subjetivo e, como tal, sujeito a debate e reflexão. O CITCEM decidiu contribuir para o debate e para a reflexão ao editar este volume da revista *CEM/cultura, espaço & memória*, com o tema «Paisagem», onde se apresentam exemplos de construção de paisagem, modos diversos de a observar e, também, contributos para o seu reconhecimento.

Contribuímos de forma transdisciplinar para a reflexão indispensável sobre a realidade atual, assumindo a vastidão que os desafios para gestão global de Paisagem no século XXI são diversificados, difíceis e diários. Pensando-se na otimização da sua disponibilização e usufruto, podemos falar, por exemplo, da necessidade de «limpeza» de solo densificado através da demolição de alguns edifícios e da conversão do solo em áreas verdes, assim como podemos propor a «desclassificação» de solo edificável ou defender-se a «programação» do ritmo de construção, limitando a taxa anual de crescimento do edificado. Podemos defender a «incentivação» da reconstrução e da conservação do edificado, assim como podemos propor a «incentivação» da cidade identitária em detrimento da «aglomeração urbana».

Estes desafios gerais que surgem em muitas abordagens modernas e que estão presentes em todas as estratégias que atualmente se apregoam, exigem análises suportadas, partilha de interesses e de responsabilidades. As reflexões que os autores publicam neste número temático procuram contribuir para essa partilha.

Nota: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

**Lino Tavares Dias**  
(Editor da CEM 2013)



# O ESPAÇO URBANO NO EGIPTO GRECO-ROMANO

TRANSFORMAÇÃO E RECRIAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL MILENAR

ROGÉRIO SOUSA\*

**Resumo:** Ao longo da Época Greco-Romana o Egipto tornou-se um território multicultural onde a tradição egípcia e a cultura helenística se fundiram, tanto no domínio das práticas funerárias, como do ponto de vista religioso. A introdução do elemento helenístico transformou decisivamente a paisagem cultural egípcia e o próprio território onde esta se implantava, criando novos padrões urbanísticos tanto nas novas cidades helenísticas, como nas milenares cidades autóctones. Esta mudança detecta-se nos programas desenvolvidos em larga escala de reconstrução e renovação dos templos, como no próprio urbanismo das necrópoles.

**Palavras-chave:** Egipto Greco-Romano; Necrópoles; Espaço sagrado; Práticas funerárias.

**Abstract:** During the Greco-Roman Period, Egypt became a multicultural territory where Egyptian tradition and Hellenistic culture mingled both in funerary practices and religious beliefs. The Hellenistic element transformed radically the cultural landscape of Egypt and the territory where it was implanted, creating new urban patterns not only in the new Hellenistic settlements, but also in the old autochthonous cities. This change is detected in the renovation of Egyptian temples as well as in the necropolises.

**Keywords:** Greco-Roman Egypt; Necropolises; Sacred Space; Funerary practices.

Ao longo de cerca de três mil anos, a paisagem urbana egípcia desdobrou-se sempre numa dupla dimensão: a cidade dos vivos, cujo centro nevrálgico era o templo da divindade local, e a necrópole, a cidade dos mortos, normalmente situada na margem oposta do Nilo. Num caso como no outro, o território urbano era organizado de modo mais ou menos formal, de acordo com o contexto e o espaço disponível. A cidade dos vivos gravitava em torno do templo do deus local, que constituía o seu centro nevrálgico. Irradiando em torno do recinto templário muralhado, o espaço urbano era estruturado por vias processionais – alamedas de esfinges ou canais para a circulação das barcas sagradas – que se prolongavam para o espaço da necrópole.

O Egipto Greco-Romano assistiu a uma ruptura profunda com este esquema urbano faraónico. Novas comunidades foram erigidas seguindo os princípios urbanos do mundo helenístico ao longo do vale do Nilo. Alexandria e as cidades de Arsínoe, Caranis ou Antinoópolis constituíam autênticos enclaves do mundo greco-romano num território milenar profundamente moldado pela civilização faraónica. *Alexandria ad Aegyptum*, literalmente, «Alexandria junto do Egipto», reflecte a justaposição, sem aparente solução de continuidade, entre estes centros do mundo helenístico e a envolvente civilização do antigo país do Nilo. Alexandria, perfeitamente ortogonal, foi gizada por Dinócrato de Rodes e corporizava, na sua máxima expressão, a concretização da *cosmópolis*, a capital de um império helenístico que formulava a cidadania grega clássica num plano universal<sup>1</sup>.

\* Investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra e do Centro de História da FLUL. Colaborador do CITCEM.

<sup>1</sup> LEÃO, 2012: 111-128.

Com os seus quarteirões palatinos, o Museu, a Biblioteca, o Soma e o ginásio, Alexandria constituía a suprema realização do urbanismo helenístico. Tal como era habitual nas cidades do mundo greco-romano, as necrópoles de Alexandria estendiam-se em torno da periferia da cidade, sobretudo para oriente (Chatbi e Mustafa Kamel) e para ocidente (Kom el-Chugafa, Gabbari e Ras el-Tin).

Neste contexto urbano, a presença egípcia parece ter permanecido residual. Era aparentemente em Racotis, o núcleo urbano primitivo, que se concentrava a população autóctone e foi justamente nesta área, onde se elevava uma colina, que foi implantado o principal templo da cidade, o grande *Serapeum* alexandrino, onde se cultuava Serápis, o deus helenístico que realizava a ponte com os antigos cultos faraónicos. Se actualmente é difícil ter uma ideia clara de até que ponto o multiculturalismo cunhava o carácter da antiga Alexandria, as suas necrópoles proporcionam um vislumbre vívido do seu bilinguismo cultural. Isto apesar de, no âmbito funerário, a síntese entre as tradições grega e egípcia ser quase impossível de realizar, dadas as profundas diferenças que separavam as concepções do Além entre as duas culturas<sup>2</sup>. Os colonizadores helenísticos traziam consigo as suas próprias tradições funerárias, usualmente envolvendo cremação e depósito em urnas. Este tipo de enterramento pode ser encontrado em Alexandria em galerias subterrâneas dotadas de *loculi*, nichos escavados na rocha para a deposição de urnas<sup>3</sup>, mas também de cadáveres, alguns deles mumificados<sup>4</sup>. Numa terra onde a incineração do cadáver era considerada a suprema punição, as velhas práticas funerárias autóctones foram rapidamente adoptadas pelos colonizadores, iniciando-se, desde então, a aproximação das tradições helenística e egípcia<sup>5</sup>.

As catacumbas romanas de Kom el-Chugafa, em Alexandria, são justamente célebres pelo seu carácter híbrido, exibindo elementos inspirados na iconografia egípcia numa estrutura subterrânea dotada de uma funcionalidade tipicamente romana, como é o caso do *triclinium* e dos *loculi* para a deposição dos cadáveres<sup>6</sup>. Neste contexto, destaca-se um grupo secundário de túmulos, dispostos em torno do chamado «Salão de Caracala», que apresentam uma decoração híbrida, com cada uma das paredes divididas em dois registos: as cenas do registo superior – alusivas ao ciclo mitológico de Osíris – são representadas ao estilo egípcio, ao passo que as cenas do registo inferior – reportando-se ao mito de Perséfone – são representadas ao estilo grego<sup>7</sup>. Um tal programa documenta exemplarmente que o estilo greco-egípcio exibido na maior parte dos túmulos de Alexandria não era o resultado apenas de uma moda e mostra que o mito de Osíris e o de Perséfone eram encarados como ciclos mitológicos paralelos, ambos expressando a ideia de ressurreição. Ao nível iconográfico, estes túmulos veiculavam a mesma cultura bilingue que havia criado a Pedra de Roseta. Uma distinção importante deve ser estabelecida: enquanto os documen-

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, 2006: 247-258.

<sup>3</sup> DODSON, IKRAM, 2008: XXVIII.

<sup>4</sup> Túmulo BI em Gabbari. DODSON, IKRAM, 2008: XXVIII.

<sup>5</sup> DODSON, IKRAM, 2008: 292-293.

<sup>6</sup> VENIT, 2002: 124-145.

<sup>7</sup> GUIMIER-SORBETS, 1998: 34-37.

tos oficiais ptolemaicos almejavam garantir uma paridade de estatuto, os túmulos bilíngues de Kom el-Chugafa documentam uma busca de significado mais profunda, talvez movida por uma interpretação universal dos ciclos mitológicos helénicos e egípcios.

## AS NECRÓPOLES NO EGIPTO GRECO-ROMANO

O sincretismo cultural não permaneceu um fenómeno circunscrito aos núcleos urbanos helenísticos. Também nas milenares cidades autóctones se verificou um processo de «contaminação» da cultura grega, gerando-se uma cultura híbrida resultante da articulação entre a tradição egípcia e cultura helenística.

Este processo é visível desde cedo no contexto das necrópoles egípcias, onde a decoração tumular, extremamente rara no Egipto ptolemaico, exhibe uma combinação erudita de aspectos egípcios e helenísticos, como no caso do túmulo escavado na rocha de Siamon (Oásis de Siuá) datado do início do período ptolemaico, em que o defunto, representado à maneira grega, participa nos rituais funerários egípcios, como o da abertura da boca, ou nas cenas tradicionais da vida do Além, como na pesagem do coração.

De facto, o interesse nas abordagens sincréticas pode ser detectado nas fontes egípcias desde o início da ocupação macedónica. O exemplo mais notável a este respeito é o túmulo de Petosíris, sumo sacerdote de Tot no reinado de Ptolemeu I situado na necrópole hermopolitana de Tuna el-Guebel. O túmulo retoma o esquema da arquitectura tumular do Império Novo – que entretanto havia caído em desuso durante a Época Baixa – configurando a superestrutura do túmulo à imagem e semelhança de um templo. Apesar desta inspiração na tradição, o túmulo de Petosíris não seguia o modelo de um túmulo tebano do Império Novo, mas sim o novo modelo templário emergente, dotado de um *pronaos* porticado, o mesmo modelo que havia sido adoptado na recente remodelação do templo de Tot, em Hermópolis. Além disso, o túmulo de Petosíris apresentava dois estilos de decoração distintos. O *pronaos* do túmulo foi decorado com temas relacionados com a vida quotidiana, como o trabalho nos campos, ao passo que, no interior do santuário, a decoração era exclusivamente dedicada a cenas e motivos religiosos<sup>8</sup>. Em ambos os casos, a decoração baseava-se no repertório tradicional da iconografia egípcia, mas uma diferença profunda distinguia-as: no *pronaos* as figuras humanas são representadas com vestes e atitudes gregas, enquanto no santuário as divindades e o defunto são representados de acordo com o estilo tradicional egípcio.

O contraste criado entre os dois espaços parece assim traçar uma fronteira entre o sagrado (santuário) e o profano (*pronaos*), fronteira essa que insinua um certo desconforto pela presença grega: mais do que almejar uma harmonização dos estilos grego e egípcio, o túmulo de Petosíris acentuava uma tensão entre as duas tradições. Enquanto a tradição egípcia – associada ao sumo sacerdote e aos deuses – está protegida por uma forte carga sagrada, a presença grega é remetida para o estatuto mundano e profano, conotando-a com as camadas inferiores da população egípcia, os agricultores e pastores.

<sup>8</sup> BAGNALL, RATHBONE, 2004: 167.

Este tipo de «sincretismo» não teve continuidade nos tempos que se seguiram: no período ptolemaico, os túmulos monumentais decorados ao estilo egípcio tornaram-se obsoletos, devido a uma profunda mudança nos padrões de utilização das necrópoles egípcias. A reutilização de túmulos anteriores convertidos em sepulcros colectivos tornou-se a regra, muitas vezes ampliados através da escavação de novas câmaras, por vezes dotadas de *loculi* individuais, característicos dos enterramentos greco-romanos.

Em algumas regiões, como no Faium, as múmias eram conservadas durante um período considerável entre os vivos, sem serem submetidas a qualquer enterramento. Nesses casos, eram arrumadas em casa num móvel com a forma de relicário ou colocadas em depósitos públicos durante um período indeterminado. Periodicamente estas múmias eram removidas para a necrópole, sendo empilhadas em massa em câmaras colectivas<sup>9</sup>.

Também as práticas funerárias sofreram uma profunda alteração no Egipto Greco-Romano, registando-se uma crescente importância dos enterramentos colectivos e a utilização massificada da mumificação, normalmente aplicada de modo sumário, aspectos que, conjugados entre si, originaram pela primeira vez na história da civilização egípcia, uma verdadeira democratização das necrópoles, fenómeno no qual o elemento helenístico desempenhou um papel crucial. Efectivamente, contrariando as suas próprias raízes, gregos e romanos adoptaram no Egipto as práticas de mumificação conduzindo a uma decisiva mudança de padrão desta prática<sup>10</sup>: antes dotada de uma conotação fortemente elitista, a mumificação foi adaptada de modo a ser acessível a uma camada populacional mais vasta com recursos económicos muito distintos. Numa palavra, a mumificação «democratizara-se».

A inesperada adopção da mumificação pela elite grega e romana é um dos fenómenos mais desconcertantes da «contaminação» da população helenística pelas práticas funerárias egípcias. Contudo, ao adoptar essas práticas, os novos habitantes do Egipto transformaram-nas irremediavelmente: a atenção dos embalsamadores virava-se agora para a aparência exterior da múmia, descurando os aspectos relacionados com a preservação do cadáver propriamente dito. Não é invulgar que uma múmia cuidadosamente envolvida em faixas de linho revele uma preservação rudimentar do cadáver<sup>11</sup>.

Alinhado com esta tendência está o desenvolvimento sem precedentes do uso de adornos de cartonagem para a múmia. Adereços vários como peitorais pintados, colares e máscaras, eram colocadas sobre a múmia, exibindo motivos egípcios tradicionais como os Filhos de Hórus, Anúbis, deusas e escarvelhos alados, produziam um belo efeito decorativo, adequado à exibição pública dessas múmias.

O estilo idealizado, tipicamente egípcio, predomina na decoração das máscaras, mas progressivamente a representação das feições do defunto torna-se mais naturalista, sugerindo um maior apego à existência terrena do que até aí se observava. Muitas destas más-

---

<sup>9</sup> DODSON, IKRAM, 2008: 297.

<sup>10</sup> TAYLOR, 2001: 87.

<sup>11</sup> TAYLOR, 2001: 91.

caras representam o defunto com roupagens gregas, relegando os motivos egípcios para segundo plano<sup>12</sup>. O rosto, em particular, adoptou rapidamente o cânone clássico grego. Nas máscaras funerárias, é digna de nota a introdução de uma faixa de cabelo encaracolado junto à testa do defunto, um atributo tipicamente helenístico introduzido primeiro na estatuária real ptolemaica<sup>13</sup>. A introdução de elementos helenísticos como o penteado, a barba encaracolada ou as vestes, parece ser motivada pelo desejo de evidenciar o alto estatuto do defunto, e não têm seguramente qualquer valor para aferir a identidade étnica do seu proprietário. Por outras palavras, raramente tais representações nos podem esclarecer sobre a origem grega ou egípcia dos seus proprietários, a menos que os seus nomes e famílias sejam explicitamente referidos.

O elemento grego tornou-se, portanto, omnipresente nas necrópoles autóctones. O processo inverso também ocorreu, com motivos egípcios integrados em artefactos funerários tipicamente gregos. Em Terenoutis (Kom Abu Bilo), um grande número de estelas funerárias foi encontrado, datando do século I ao século II. Representando o defunto com vestes gregas, em atitude de oração ou reclinado num banquete, estas estelas incluem elementos iconográficos secundários de inspiração egípcia, como elementos arquitectónicos e divindades (sobretudo com configuração animal)<sup>14</sup>.

Exemplos como estes atestam que, tanto em artefactos egípcios como em artefactos gregos, se verificou uma integração progressiva de elementos iconográficos oriundos das novas culturas. No entanto, independentemente do grau e extensão daquela inclusão, o carácter original do objecto permanece bem delimitado, sem que o seu carácter essencial – egípcio ou grego – seja posto em causa.

Já no período romano, este fenómeno evolui para uma integração completa das duas culturas, de tal modo que se torna impossível classificar um artefacto como egípcio ou helenístico. Havia-se evoluído verdadeiramente para uma identidade multicultural. Tal fenómeno é visível nos «retratos do Faium» e, sobretudo, nos sudários pintados. Enraizando-se claramente nas tradições funerárias e pictóricas romanas, os «retratos do Faium» constituem igualmente o culminar da tendência naturalista que foi transformando a idealizada máscara funerária egípcia numa representação cada vez mais próxima do retrato. Os sudários pintados, por seu turno, constituindo literalmente uma extensão do próprio retrato do defunto, incluíam um vasto repertório de representações – helenísticas e egípcias – que eram articuladas entre si de tal modo que espelhavam um autêntico paradigma multicultural vigente no Egipto Greco-Romano: recuperando uma velha tradição egípcia, o defunto é representado como um homem vivo, envergando uma veste helenística, mas também como um deus osirificado – figurando como uma múmia egípcia (dotada dos habituais atributos do deus, como o toucado *nemes*, a coroa *atefe* e os ceptros reais) representada frontalmente, à maneira romana. Em pano de fundo são dispostas representações secundárias que incluem cenas da mumificação de Osiris e a pesa-

<sup>12</sup> TAYLOR, 2001: 243.

<sup>13</sup> WILDUNG, REITER, ZORN, 2010: 179. IKRAM, DODSON: 1998: 187-188.

<sup>14</sup> BAGNALL, RATHBONE: 2008: 81.

gem do coração, típicas da tradição funerária egípcia. O defunto, por seu turno, apresenta um rolo de papiro ou um ramo de flores, sugerindo a sua identificação com um filósofo grego (através do papiro) ou com um defunto egípcio justificado (ramo de flores). Sudários deste tipo atestam que uma identidade multicultural havia sido plenamente alcançada, pelo menos no plano das crenças funerárias<sup>15</sup>.

As tradições funerárias locais documentam a magnitude e a extensão que o multiculturalismo atingiu no Egito tardio, mesmo em locais muito afastados de Alexandria, mas onde o elemento helenístico era preponderante – como na área do Faium onde numerosas novas comunidades foram implantadas, destacando-se Caranis, Filadélfia, Arsínoe, Tebtunis, Dionísias e Narmutis, entre outras<sup>16</sup>.

Deve ser sublinhado que a alteração dos padrões detectados ao nível da cultura material funerária ocorreu de modo natural e, por vezes, não requereu sequer a adopção de características formais gregas ou romanas. A influência do elemento helenístico fazia-se sentir simplesmente no modo como a tradição faraónica era adoptada ou adaptada para uso da comunidade local. Os ataúdes antropomórficos, por exemplo, caíram progressivamente em desuso e tornaram-se obsoletos: as múmias adornadas com complexos padrões formados pelas faixas de linho e pelos adereços de cartonagem deixaram de ser ocultas nos ataúdes, certamente com o propósito de exibir os seus elaborados enfeites<sup>17</sup>. Os sarcófagos, por outro lado, continuaram em voga, embora raramente usados em enterros individuais: eram agora utilizados como relicários para a exibição pública de múmias, enquanto estas não eram levadas para a necrópole<sup>18</sup>. Até mesmo as crenças religiosas estavam em revisão: pela primeira vez, ataúdes antropomórficos descreviam a defunta na qualidade de «Hathor», e não com o título genérico de «Osíris», tradicionalmente usado indistintamente tanto por homens como por mulheres<sup>19</sup>.

Os próprios padrões de uso das necrópoles estavam em mudança profunda: a necrópole já não estava confinada a um uso estritamente funerário e tornava-se cada vez mais num espaço público – poderíamos mesmo usar os termos *forum* ou *ágora* funerários – onde cultos importantes tinham lugar. Os chamados «cultos de animais», em particular, desempenharam um papel muito importante nas necrópoles do Egito Greco-Romano. Um grande número de peregrinos afluía do Egito e de todo o Mediterrâneo para visitar os oráculos dos grandes santuários erguidos nas necrópoles, como acontecia com Sakara, com o *Serapeum*<sup>20</sup>, ou em Tuna el-Guebel, a necrópole greco-romana de Hermópolis. A deposição de múmias de animais nestes santuários não traduz, em princípio, uma veneração pelo animal em si. Tal prática, deve antes ser vista como uma egipcianização da prática greco-romana de sacrifício de vítimas animais nos templos, prática essa que assumia a forma do sacrifício – e subsequente embalsamamento – da vítima. Evi-

---

<sup>15</sup> MÁLEK, 2003: 356.

<sup>16</sup> Ver BAGNALL, RATHBONE, 2004: 125-154.

<sup>17</sup> IKRAM, DODSON: 1998: 241.

<sup>18</sup> IKRAM, DODSON: 1998: 273.

<sup>19</sup> WALKER, HIGGS, 2001: 109.

<sup>20</sup> TAYLOR, 2001: 255.

dentemente esta prática não deve ser confundida com o sepultamento cerimonial de animais sagrados – como o touro Ápis.

Neste contexto heterogêneo, outros cultos conheceram uma difusão importante, como o dos sábios deificados como Imhotep que, também em Sakara, recebia um culto importante. Em Tebas, tanto Imhotep como Amen-hotep filho de Hapu recebiam culto como divindades curadoras no antigo templo funerário de Hatchepsut.

Neste enquadramento, não é de todo surpreendente que «profetas» gregos tivessem vivido e trabalhado nas necrópoles egípcias. Ainda no século II a.C. sabemos que Ptolemeu, filho de um general macedónico, viveu em Sakara, na vizinhança do templo dedicado à deusa Astarte, dedicando-se à interpretação de sonhos no *sanatorium* do *Asclépeion*, o templo do deificado Imhotep<sup>21</sup>. Também proveniente de Sakara é uma estela de calcário usada para anunciar o «gabinete» de um intérprete de sonhos. A estela, actualmente conservada no Museu Egípcio do Cairo (27567) apresenta a imagem do touro Ápis e uma inscrição grega: «Interpreto sonhos por ordenação divina. Boa sorte. O intérprete é cretense»<sup>22</sup>.

Aparentemente, os intérpretes gregos eram valorizados nos oráculos egípcios, talvez porque os clientes de origem grega tivessem aí um peso importante, não só pela sua expressão numérica, como também pela sua riqueza.

As necrópoles egípcias revelam que o multiculturalismo não se manifestou exclusivamente nas mudanças detectadas na produção de artefactos funerários ou na decoração de túmulos. Esta aculturação afectou profundamente as tradições locais que revelaram abertura e interesse em absorver e integrar selectivamente as novas influências. Na sequência dos novos e amplos influxos demográficos, o padrão de uso das necrópoles egípcias estava profundamente contaminado pela presença helenística, que introduziu alguns dos seus elementos culturais, mas sobretudo moldou-a em função dos seus padrões de interacção social, formatando a necrópole egípcia numa autêntica *polis* funerária.

## OS TEMPLOS EGÍPCIOS DA ÉPOCA GRECO-ROMANA

A organização das cidades egípcias autóctones na Época Greco-Romana é muito mal conhecida. Em geral estes núcleos urbanos desapareceram quase por completo. As evidências arqueológicas sugerem que importantes operações de renovação urbana foram implementadas nas milenares cidades egípcias. Hermópolis, em particular, uma das mais antigas cidades autóctones (Khemunu) de onde irradiou a mais antiga tradição cosmológica, conheceu uma helenização profunda. O seu traçado urbano foi atravessado por duas vias que se cruzavam no centro da cidade formando o *Tetrastilon*, uma praça delimitada por quatro colunas. Ao mesmo tempo que a cidade se renova adoptando um traçado urbano helenístico, o seu principal templo, dedicado a Tot, também recentemente renovado sob a supervisão de Petosírís, mantinha o traçado egípcio.

<sup>21</sup> CHAVEAU: 2000: 130-140.

<sup>22</sup> BAGNALL, RATHBONE, 2004: 91.

Em Tebas, a principal área residencial nos tempos greco-romanos mantinha-se em redor do grande Templo de Ámon-Ré, em Karnak e era agora designada Dióspolis Magna, «A grande cidade de Zeus». Dispositivos tipicamente helenísticos, como banhos públicos, foram construídos junto do recinto sagrado de Ámon-Ré. Já durante a ocupação romana, o recinto do templo de Luxor foi transformado numa fortaleza e albergava uma importante guarnição militar. Um templo helenístico de Serápis foi erguido nas suas imediações.

Curiosamente, a helenização dos núcleos urbanos autóctones – que apenas podemos entrever – foi acompanhada por uma renovação profunda dos recintos templários que lhes estavam associados. Grande parte dos templos que hoje conhecemos são o resultado de um amplo programa de construção em larga escala iniciado pelos soberanos ptolemaicos, muito provavelmente encorajado pelos próprios sacerdotes<sup>23</sup>. Por todo o Egipto os templos milenares foram expandidos ou mesmo totalmente reconstruídos, como o templo de Hathor em Dendera, o templo de Khnum em Esna, o de Hórus em Edfu, o de Sobek e Hórus em Kom Ombo e o de Ísis em Filae.

Contrastando com a helenização das cidades que as rodeavam, a renovação dos templos manteve a continuidade com a tradição faraónica. No entanto, embora se baseassem no seu legado, os templos egípcios do Egipto Greco-Romano apresentam um conjunto de inovações importantes até aí inexistentes na arquitectura sagrada. Tais inovações fazem parte de um novo léxico arquitectónico que conferia a estes espaços uma marca distintiva. Entre outras características singulares patentes nos recintos sagrados tardios, distingue-se a típica fachada do *pronaos* (decorada com muros intercolunares erguidos a meia altura), o santuário interior (concebido como um edifício independente erguido no centro da câmara central) e as chamadas «casas do nascimento», santuários dedicados ao nascimento do deus criança associado à divindade cultuada no templo principal<sup>24</sup>.

Uma das características mais distintivas destes templos é o seu estilo de decoração. As paredes templárias foram decoradas maciçamente com textos e iconografia e de forma tão compacta que podem ser vistos justamente como um imenso repositório do conhecimento sagrado egípcio. Os textos talhados nas paredes são aparentemente extractos dos livros sagrados conservados nos arquivos dos templos e representam um espectro transversal do conhecimento egípcio autóctone: as inscrições monumentais referem-se a rituais, mitos, calendários, astronomia e instrumentos médicos. Os templos tardios constituem, de modo bem literal, uma transposição do conhecimento templário para a arquitectura<sup>25</sup>, como se através dessa monumentalização do conhecimento, se procurasse garantir a sua preservação.

O grande tema dos templos do Egipto Greco-Romano é, portanto, a monumentalização do conhecimento sagrado. Seria difícil ver nesta renovação dos templos egípcios algum tipo de influência helenística. E no entanto, apesar do patrocínio real<sup>26</sup>, estes templos constituem uma reacção à cultura grega.

---

<sup>23</sup> FINNESTAD, 2005: 185.

<sup>24</sup> FINNESTAD, 2005: 185.

<sup>25</sup> ASSMANN, 2002: 419.

<sup>26</sup> FINNESTAD, 2005: 233.

Como repositório local do conhecimento faraónico, cada templo «petrificava» a tradição local num vasto complexo de edifícios. Esta nova visão do espaço templário estava também relacionada com a importância dos livros sagrados. Em cada templo, uma selecção local de livros era encerrada numa biblioteca sagrada que, de algum modo, constituía o «cânone» da tradição local e era visto como uma espécie de tesouro de conhecimento<sup>27</sup>, provavelmente em virtude da sua extraordinária antiguidade.

As bibliotecas sagradas de Edfu e de El-Tod preservam nas suas paredes o catálogo de livros que guardavam. Estes catálogos enumeram 42 livros em cada templo e correspondem a um cânone local que de modo simbólico encerrava em si o universo<sup>28</sup>.

Os templos egípcios tardios não eram evidentemente estruturas isoladas da restante sociedade. No entanto, enquanto na maior parte dos sectores da sociedade egípcia, se verificava uma abertura visível ao elemento helenístico, no contexto dos templos autóctones, a resposta à ocupação estrangeira configurou-se como uma tendência para a auto-segregação. O desenvolvimento da criptografia constituiu precisamente um traço distintivo da cultura intelectual dos templos egípcios tardios. O resultado foi o crescimento exponencial do repertório de signos hieroglíficos e o desenvolvimento de um sistema criptográfico em cada centro local<sup>29</sup>.

Apesar do desejo de auto-segregação, os templos do Egipto tardio eram, como as necrópoles, importantes *fora* religiosos onde se verificava uma troca activa entre comunidades extremamente numerosas. Basta evocar os frequentes festivais templários e o vastíssimo número de pessoas que envolviam, bem como a importância socioeconómica do próprio templo para as comunidades locais onde o elemento helenístico tinha um peso decisivo. Além de uma grande variedade de manifestações devocionais populares, os templos tardios revelavam uma maior abertura à comunidade envolvente, possuindo estruturas especialmente concebidas para a acolher, como oráculos para a interpretação de sonhos, ou espaços dedicados à incubação e à ajuda terapêutica. No recinto do templo de Hathor em Dendera foi instalado um *sanatorium* dotado de banhos e de instalações para a incubação. Tais instalações são típicas dos *sanatoria* oriundos do mundo helenístico, como o de Epidauro, o que de algum modo trai, de forma bastante inesperada, uma contaminação grega do espaço sagrado dos templos egípcios<sup>30</sup>.

Esta contaminação revela que mesmo no interior do espaço altamente sacralizado dos templos, outras tendências intelectuais abertas ao elemento helenístico estavam também em acção. No nosso entender, a origem desta tendência não pode situar-se a não ser na «Casa da Vida», a biblioteca-academia do templo<sup>31</sup>.

<sup>27</sup> ASSMANN, 2002: 412.

<sup>28</sup> Obviamente que esta selecção de algum modo reflectia o vastíssimo *corpus* bibliográfico disponível na «Casa da Vida», as bibliotecas-academias associadas aos templos egípcios.

<sup>29</sup> ASSMANN, 2002: 418.

<sup>30</sup> FINNESTAD, 2005: 236.

<sup>31</sup> Sobretudo no Egipto tardio, os templos albergavam uma comunidade sacerdotal caracterizada pelo ascetismo e pela contemplação, formando aquilo a que se poderia designar de uma «comunidade textual». ASSMANN, 2002: 418.

## CONCLUSÃO

Os templos egípcios da Época Greco-Romana albergavam uma comunidade sacerdotal que desenvolvia uma busca retrógrada pelo conhecimento «puro» e ao mesmo tempo assegurava uma transformação e recreação, de carácter prospectivo, do templo que, à boa maneira egípcia, continuava a ser visto como uma réplica do «mundo». Estas duas tendências reflectiam-se em duas tendências culturais. Uma fechada em si mesma, mantida em segredo e gravitando em torno das práticas culturais, envolvia um fenómeno centrípeto de auto-segregação e manifestava-se na criação de um cânone de textos mantido secreto na biblioteca sagrada do templo. O outro, de carácter centrífugo, crescia no contexto aberto e amplo da «Casa da Vida».

Estas duas tendências traduziram-se na criação de dois movimentos complementares: um, de carácter conservador, centrava-se nas actividades de culto do templo, ao passo que o outro, de carácter aberto, girava em torno da «Casa da Vida» e dirigia-se à comunidade multicultural que contextualizava a actividade do templo<sup>32</sup>. É seguramente esta dupla valência da cultura templária egípcia que está na base para o êxito do sincretismo que se estabeleceu entre a tradição egípcia e a cultura grega e que transformaram o helenismo que floresceu no Egipto num caso tão singular e tão bem sucedido de sincretismo cultural. Preservando as raízes do seu passado milenar, depurado e preservado, a tradição egípcia abria-se num diálogo interactivo com a comunidade multicultural envolvente, integrando selectivamente influências e veiculando soluções inovadoras adoptadas quer por Egípcios, quer por Gregos, diluindo pouco a pouco, as fronteiras delimitadoras da identidade de uns e de outros.

Se na cidade dos vivos este processo era continuamente comprometido pelas profundas tensões sociais, políticas e económicas que separava a elite grega da população autóctone, nas necrópoles este processo pôde atingir um grau mais completo de desenvolvimento. No reino de Osíris, os Egípcios aparentemente levavam a melhor em relação aos Gregos que apenas podiam aspirar a um Hades desprovido de glória e de uma verdadeira imortalidade. Mais do que afirmarem-se como Gregos ou Egípcios, os novos habitantes das necrópoles egípcias transformavam o reino de Osíris numa comunidade multicultural e em que o ideal salvífico de justiça e de verdade alcançava uma formulação verdadeiramente universal.

## BIBLIOGRAFIA

- ASSMANN, J. (2002) – *The Mind of Egypt: History and meaning in the time of the Pharaohs*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.
- BAGNALL, R.; RATHBONE, D. (2008) – *Egypt: From Alexander to the Copts – An Archaeological and Historical Guide*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- CHAUVEAU, M. (2000) – *A vida quotidiana no tempo de Cleópatra (180-30 a.C.)*. Lisboa: Livros do Brasil.
- DODSON, A.; IKRAM, S. (2008) – *The Tomb in Ancient Egypt*. Cairo: Thames & Hudson.

---

<sup>32</sup> ASSMANN, 201: 3-7.

- FINNESTAD, R. (2005) – *Temples of the Ptolemaic and Roman Periods: Ancient traditions in new contexts*. In SHAFER, B., ed. – *Temples of Ancient Egypt*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- GUIMIER-SORBETS, A.-M. (1998) – *Les peintures de la nécropole de Kôm el-Chougafa: Une forme originale de syncrétisme religieux*. «Le Monde de la Bible». Paris: Bayard, vol. 111, p. 34-37.
- IKRAM S.; DODSON, A. (1998) – *The Mummy in Ancient Egypt: Equipping the Dead for Eternity*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- LEÃO, D. F. (2012) – *A Globalização no Mundo Antigo: Do polites ao kosmopolites*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MÁLEK, J. (2003) – *Egypt, 4000 Years of Art*. London: Phaidon Press.
- RODRIGUES, S. (2006) – *Um tema egípcio na Ilíada: a Kerostasia*. In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 247-258.
- SOUSA, R.; FIALHO, M.; HAGGAG, M.; RODRIGUES N., eds. (2013) – *Alexandria ad Aegyptum: The legacy of multiculturalism in Antiquity*. Porto, Coimbra, Alexandria: CITCEM, CECH, University of Alexandria.
- TAYLOR, J. (2001) – *Death and the afterlife in ancient Egypt*. London: British Museum Press.
- VENIT, M. S. (2002) – *Monumental tombs of Ancient Alexandria: The Theater of the Dead*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WALKER, S.; HIGGS, P., eds. (2001) – *Cleopatra of Egypt: From History to Myth*. London: British Museum Press.
- WILDUNG, D.; REITER, F.; ZORN, O. (2010) – *Egyptian Museum and Papyrus Collection, Ägyptisches Museum und Papyrussammlung Staatliche Museen zu Berlin*. Berlin: Ägyptisches Museum und Papyrussammlung Staatliche Museen zu Berlin.



**Figura 1** – Máscara funerária, período romano. Brooklyn Museum. Copyright: Brooklyn Museum.



**Figura 2** – Túmulo de Petosiris /Tuna el-Guebé, período ptolemaico. Fotografia do autor.



**Figura 3** – Estela de calcário, período ptolomaico. Museu Egípcio do Cairo. Copyright: Museu Egípcio do Cairo.



# A PAISAGEM MONÁSTICA NO VALE DO VAROSA

O CASO DOS MOSTEIROS CISTERCIENSES DE ST.<sup>a</sup> MARIA  
DE SALZEDAS E S. JOÃO DE TAROUCA

ANA SAMPAIO E CASTRO\*

**Resumo:** *A partir da implantação medieval de dois mosteiros no vale do rio Varosa, Santa Maria de Salzedas e S. João de Tarouca, apresenta-se o estudo das transformações implementadas na paisagem do vale desde o século XII até ao século XIX. Estas alterações manifestaram-se através de variados aspectos, nomeadamente o uso agrícola do solo com a implementação de granjas e pequenas explorações rurais, a construção de novas vias e pontes, ou a fixação de população dentro e nos limites dos seus coutos.*

**Palavras-chave:** *Paisagem monástica; Vale do Varosa; Mosteiro de S. João de Tarouca; Mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas.*

**Abstract:** *This paper presents a study on the transformations in the landscape of the Varosa valley from the 12th to 19th centuries, where the monasteries of Santa Maria de Salzedas and S. João de Tarouca were founded. Profound changes were operated, particularly in agriculture, with the establishment of «granjas» (granjes) and other small rural holdings, the construction of roads and bridges and the settlement of population.*

**Keywords:** *Monastic landscape; Varosa Valley; Monastery of S. João de Tarouca; Monastery of St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas.*

## 1. LOCALIZAÇÃO

Os Mosteiros de S. João de Tarouca<sup>1</sup> e St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas<sup>2</sup> localizam-se no distrito de Viseu, concelho de Tarouca, pertencendo o primeiro à freguesia homónima e o segundo à freguesia de Salzedas (Figura 1), situando-se no vale do rio Varosa, afluente da margem esquerda do rio Douro. Geograficamente enquadram-se na Beira Alta, mais precisamente na denominada região de Riba Douro, actualmente intitulada Douro Sul.

O Mosteiro de S. João de Tarouca é dominado por várias elevações com altitudes máximas de cerca de 890 m, nomeadamente o Quintiã, a Cascalheira e o Monte Corvo, todos dependentes da Serra de St.<sup>a</sup> Helena e da Serra de Leomil. As linhas de água que passam na sua área de implantação são o Corgo da Cerca ou da Aveleira, que nasce entre as elevações do Quintiã e da Cascalheira, a cerca de 900 m de altitude e correndo de Sul para Norte, e o Corgo do Pinheiro, da Fraga ou da Frágua, circulando de Nordeste para Sudoeste, procedente das proximidades da povoação do Pinheiro a cerca de 830 m de altitude. Estas duas linhas de água unem-se dentro do espaço monástico, formando uma ribeira principal a que a população designa de Corgo (CASTRO & SEBASTIAN, 2002: 37), subsidiária do rio Varosa que corre a 200 m a Oeste do mosteiro.

O Mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas encontra-se implantado sobre a ribeira do Torno, Galhosa ou Salzedas que desagua no rio Varosa, nas proximidades da Quinta da

---

\* Mestre em História e Arqueologia pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Email: ana.sampaioecastro@gmail.com.

<sup>1</sup> Coordenadas internacionais: 40° 59' 44" N; 7° 44' 36" W a 550 m de altitude.

<sup>2</sup> Coordenadas Internacionais: 41° 03' 34" N; 7° 43' 20" W a 520 m de altitude.

Abadia Velha, a cerca de 2000 m da povoação de Ucanha. Esta ribeira nasce nas imediações de Alvite, na zona dos Sete Castelos, concelho de Moimenta da Beira, a cerca de 940 m, passando por Sever, Passô e Granja Nova, formando um pequeno vale bastante fértil que domina toda esta zona. A área de estabelecimento do mosteiro é dominada a Norte pelo Monte Raso a 850 m; a Este pela elevação da Sr.<sup>a</sup> da Graça a 920 m, ainda incluída no conjunto da serra da Nave-Leomil que se prolonga para Norte (FERREIRA & SOUSA, 1994: 8); a Sul situa-se o monte de St.<sup>a</sup> Catarina a cerca de 800 m, junto à localidade da Granja Nova; e a Oeste uma pequena elevação com 605 m de altitude, localizada entre o mosteiro e o rio Varosa que corre a cerca de 1700 m de distância do cenóbio.

## 2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O mosteiro cisterciense masculino de S. João de Tarouca<sup>3</sup> foi fundado em 1140<sup>4</sup>, segundo a carta de couto outorgada por D. Afonso Henriques. Em 1154 inicia-se a sua construção, como indica a inscrição comemorativa no tímpano que pertenceria à porta dos monges (BARROCA, 2000: 254-258). A igreja cruciforme apresenta três naves, uma central e duas laterais, e um transepto pouco saliente com duas capelas laterais. Durante a intervenção arqueológica efectuada entre 1998 e 2007 (CASTRO & SEBASTIAN, 2002 e 2007) foi possível identificar o que resta dos vários edifícios que compunham o espaço monástico e que se situam a Norte da igreja (Figura 2). Verificou-se também que toda a área foi, desde a sua construção, alvo de diversas remodelações, readaptações e novas construções até à sua extinção em 1834 (Figura 2).

Igualmente de filiação cisterciense, o mosteiro masculino de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas<sup>5</sup> foi fundado entre 1155 e 1159 no sítio da Abadia Velha, a cerca de 1500 m a Noroeste de Salzedas, junto ao rio Varosa (Figura 4), sendo posteriormente transferido para a presente localização<sup>6</sup>. O início de construção do actual espaço data de 1168, apresentando a igreja, tal como a de S. João de Tarouca, uma planta cruciforme com três naves, uma central e duas laterais, e transepto saliente com quatro absidiolos laterais escalonados<sup>7</sup>. Os edifícios monásticos desenvolvem-se para Sul exibindo várias fases de (re)construções e reorganizações ao longo dos séculos, salientando-se a edificação original de século XII-XIII e as alterações de XVI ao XVIII (Figura 3).

A disposição medieval dos edifícios monásticos destes dois mosteiros adequa-se às regras implementadas pela Ordem, sendo um local fechado e formando aproximadamente um quadrado, composto num dos lados pela igreja, que se encontra em plano ele-

<sup>3</sup> Classificado Monumento Nacional pelo Decreto n.º 40.684, DG 146 de 13 Julho 1956 e Decreto n.º 95/78, DR 210 de 12 Setembro 1978.

<sup>4</sup> Sobre a polémica da fundação do Mosteiro de S. João de Tarouca ver MARQUES, 1998, TORRE RODRIGUEZ, 1999 e CASTRO, 2009.

<sup>5</sup> Classificado como Monumento Nacional pelo Decreto-Lei n.º 67 de 31 de Dezembro de 1997.

<sup>6</sup> Sobre o assunto consultar FERNANDES, 1984 e 1985; CASTRO, 2012.

<sup>7</sup> Embora hoje só possamos observar um deles, pois durante as transformações ocorridas no século XVIII os absidiolos foram alterados para uma planta quadrangular, acontecendo o mesmo com a capela-mor que originalmente seria semi-circular.

vado relativamente aos restantes edifícios. As dependências monásticas, situadas a Norte ou a Sul da igreja, são constituídas por duas alas: a ala dos monges, na continuação do transepto da igreja e a ala dos conversos, perpendicular ao corpo da igreja, desenvolvendo-se a partir dos pés desta, separando-as o claustro.

Também a localização dos dois mosteiros se ajusta às regras da Ordem cisterciense, que privilegia a fixação em vales férteis, amplamente irrigados, em detrimento de aglomerados urbanos ou enquadramentos topográficos elevados. Embora a regra preconize o afastamento relativamente a núcleos urbanos, de acordo com princípios de recolhimento espiritual e austeridade, verifica-se que nos dois casos já existiria a presença de uma pequena localidade nas proximidades.

Em S. João de Tarouca está provado que na margem esquerda do Varosa havia uma povoação, que após a implantação da comunidade monástica cisterciense se expandiu para a margem direita, designando-se aí por Burgo (MOREIRA, 1924: 140; VASCONCELLOS, 1933: 176; CASTRO, 2009: 11). Em Salzedas, antes do início da construção do mosteiro, temos notícia em 1144 de uma «Villa Plana de Argeriz» (FERNANDES, 1995: 204), situada no sopé da elevação onde hoje se ergue a capela de Nossa Senhora da Piedade, a cerca de 400 m a Oeste do mosteiro, que pode ter substituído uma igreja mais antiga, denominada de S. Salvador de Argeriz. Ainda Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002a: 23-24), nos inícios de século XVII, refere que «no dito sittio de Argeriz se achão oje aliçesses e vestgios de edificios antigos, aonde parece que estava o dito lugar de Argeriz».

É de facto natural que este isolamento recomendado pela Ordem não fosse total, pois os recursos humanos tornavam-se indispensáveis para a implementação de um sistema económico baseado na exploração agrícola. Se por um lado verificamos que a Ordem tentou inicialmente recuperar a figura do monge trabalhador, segundo o *Ora et Labora* beneditino, por outro lado vemos que a política de expansão territorial reflectida nas constantes compras, doações e escambos de propriedades no couto, suas proximidades, na região ou a nível nacional, permitiu um grande crescimento económico durante os séculos XII, XIII e XIV. Contudo, os preceitos preconizados pela Ordem contemplavam não só o trabalho da terra, mas também a sua propriedade, podendo conjugar o factor produção com a capacidade económica (TORRE RODRIGUEZ, 1999: 137). Temos assim dois factores essenciais e intimamente relacionados com a implantação dos mosteiros cistercienses: a geografia e a economia (COCHERIL, 1986: 19).

### 3. O COUTO DO MOSTEIRO DE S. JOÃO DE TAROUCA

Os limites do couto de S. João de Tarouca<sup>8</sup> (Figura 4) encontram-se bem definidos pela carta régia de 1140 (MARQUES, 1998: 68):

*ao Oriente, pela fonte e, daí, pela estrada de Paredes Secas, conforme correm as águas do monte do Souto Redondo e conforme divide com Vila Chã, água corrente para o couto; e daí à foz de*

<sup>8</sup> Relativamente ao couto ver os estudos CASTRO & SEBASTIAN, 2008-2009: 122-126 e CASTRO, 2009: 15-17.

*Tranvita e daí, pelo cume do monte Fifineira e pelo Carvalho da Prova; daí, por onde entra o fontão no Barosa e, daí, pelo outeiro da Armada; e daí pelo monte de Pinheiro, até à fonte onde principiamos*

Durante a segunda metade de século XIII foi ampliado (FERNANDES, 1976: 80), abrangendo as povoações de Mondim da Beira, Vilarinho, Almofala, Vila Chã do Monte, Alvite, Sever, Arcas e Sanfins<sup>9</sup> (Figura 4), estando a linha do limite Norte anexa ao do término Sul do couto de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas.

Dentro do primitivo couto de S. João de Tarouca assistimos à implantação das três primeiras granjas do mosteiro: S. Salvador ou Quinta do Granjão<sup>10</sup>, como actualmente é designada, Souto Redondo e Brufe (Figura 4). A primeira está localizada a 2 km a Noroeste do mosteiro, na margem esquerda do rio Varosa, em frente à localidade de Mondim da Beira. Mantém-se ainda como exploração agrícola, tendo vários vestígios, possivelmente de século XVII-XVIII, da presença monástica como é o caso da cerca, de uma casa de habitação e vários pequenos edifícios adjacentes que serviriam para armazenamento de produtos e alfaías agrícolas. De facto, no Auto de Inventário de 1834<sup>11</sup> (Folha 6) a propriedade é descrita nos seguintes termos «toda murada com hum grande muro e consta de terras de pão, vinha, varias arvores de fruto e mattas de lenha e pinheiros com suas cazas de residencia, capella cazas de lagar cazas de cortes de gado». Souto Redondo deu origem a uma pequena povoação hoje designada por Couto, sendo ainda visível no terreno parte da sua cerca. Pela documentação, publicada por A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1991), verifica-se que esta área foi alvo de diversas compras e doações entre 1145 e 1227, sendo então uma área despovoada como sugere o topónimo Souto que, etimologicamente, significa bosque (FERNANDES, 1995: 264). A granja de Brufe estará situada a cerca de 1,5 km a Norte do mosteiro, entre este e Mondim da Beira. Actualmente já não resta qualquer vestígio, nem mesmo no Auto de Inventário de 1834 lhe é merecida alguma referência, embora a documentação medieval aponte neste local duas doações e uma compra, mencionando «*hereditate nostra quam habemus iusta gran-giam vestram de Berufi*» (FERNANDES, 1991: 228, doc. 274).

Ainda antes da ampliação do couto o mosteiro adquiriu várias propriedades em Mondim da Beira, e embora a existência aqui de uma granja não seja provada documental-mente, A. de Almeida Fernandes afirma a sua presença, baseando-se num documento de 1171 onde é expressamente citado um «*cellarium*» (FERNANDES, 1976: 100). O Auto de Inventário de 1834 (Folha 6) apenas refere que em Mondim permanece uma propriedade do mosteiro, denominada por Várzea de Fora, «toda murada sobre si a partir com o rio e com a estrada que vai para a sobredita quinta (do Granjão) e ponte de Mondim». A localidade de Mondim da Beira, repartida em dois núcleos Mondim de Cima (de fisionomia mais antiga) e Mondim de Baixo, é com certeza anterior à fundação do mosteiro,

<sup>9</sup> Nas Inquirições de 1288 estes locais são já referidos como parte integrante do couto de S. João de Tarouca.

<sup>10</sup> Os terrenos pertencentes a esta granja foram comprados a Pedro Pais em 1181 (FERNANDES, 1991: 237, doc. 285).

<sup>11</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2255.

provado pela existência de um povoado proto-histórico romanizado no topo da elevação a Sudeste.

Junto à localidade de Almofala<sup>12</sup>, incluída no couto da segunda metade de século XIII, havia uma granja mais antiga designada por Granja<sup>13</sup> Velha, localizada a cerca de 500 m a Noroeste da povoação (Figura 4). Embora não subsistam quaisquer vestígios materiais à superfície, para além de alguns fragmentos de cerâmica de construção bastante rolada, o topónimo e a implantação indicam a sua presença, situando-se em terrenos bastante férteis irrigados pelo rio Varosa. Acrescente-se ainda que nas Inquirições de 1335 se menciona: «a pobra do dicto logo da Almafala foi primeiramente posta em o logo que chamam a Granja Velha, e este logo hu ora está a Almafala... e o dicto moesteiro se meteu no dicto logo da Almafala e fez casaes» (FERNANDES, 1976: 105). Assim é de concluir que o mosteiro transferiu a Granja Velha para o local da povoação de Almofala, povoando-a. Refira-se, contudo, que o sítio possa ter tido um povoamento anterior ao mosteiro, pois o próprio topónimo significa, semanticamente, povoado ou aldeia (FERNANDES, 1976: 104). Neste caso é possível que os monges apenas tenham reorganizado e desenvolvido Almofala, com base na exploração agrícola dos seus terrenos férteis. No Auto de Inventário de 1834 (Folha 7vº) é referido que o mosteiro aqui possui «umas cazas (...) tilhadas e sobradadas denominadas as cazas da Tulha».

A cerca de 4 km do mosteiro para Nordeste, próximo de Sever<sup>14</sup> ainda existe o topónimo Granjinha, indicando uma granja cisterciense pertencente ao cenóbio de S. João de Tarouca. Sever apenas passa para o mosteiro após o alargamento do seu couto na segunda metade de século XIII, estando anteriormente na posse da estirpe de Mem Moniz, irmão de Egas Moniz. É de facto provável que só depois da morte de D. Pedro Anes<sup>15</sup>, descendente de Mem Moniz e genro de D. Afonso III, em cerca de 1286, a totalidade do território de Sever tenha ficado em poder do mosteiro (FERNANDES, 1976: 114). São vários os documentos que provam diversas aquisições nesta zona, pelo menos desde 1172 com a venda que D. Ourana Mendes fez de três casais no couto de Sever (FERNANDES, 1991: 290, doc. 352), ainda pertencente, nesta data, à linhagem de Mem Moniz. Assim, assistimos a duas realidades distintas, por um lado a formação de uma granja monástica nas proximidades de Sever ainda antes do final de século XII e que deu origem à actual localidade da Granjinha, e a inclusão de Sever, já desde à muito povoada, no couto ampliado de S. João de Tarouca.

De igual modo Arcas, situada a 5 km a Nordeste do mosteiro, pertenceria à estirpe de Mem Moniz, sendo também abrangida pelo alargamento do couto monástico. A antiguidade desta povoação está bem patente numa lápide sepulcral, datada de 588, encontrada por Fr. Bernardo de Brito (BRITO, 1690: 287) próximo da ermida de Nossa Sr.ª da

<sup>12</sup> Actualmente pertencente ao concelho de Castro Daire.

<sup>13</sup> Topónimo que ainda persiste.

<sup>14</sup> Freguesia do concelho de Moimenta da Beira.

<sup>15</sup> Sepultado no Mosteiro de S. João de Tarouca, como comprova uma carta da sua esposa D. Urraca Afonso em que diz «meu marido é passado deste mundo e tomou sa sepultura eno moesteiro de Sanoane de Tarouca» (FERNANDES, 1976: 114).

Seixa. Em 1151 D. Afonso Henriques couta Arcas e em Abril de 1153 já pertenceria ao mosteiro<sup>16</sup>, como prova a venda efectuada por Ermesenda e seu filho de uma herdade «*in vestro couto de Archas*» (FERNANDES, 1991: 302, doc. 369). Em 1163 é feita uma doação de um casal nas proximidades da «*grangiam vestram de Archas*» (FERNANDES, 1991: 299, doc. 364), verificando-se que nesta data já o cenóbio tarouquense aqui possuía uma granja, confirmada pelo Papa Alexandre III nesse mesmo ano (ERDMANN, 1927: 230-232, doc. 61). De referir também que deve ter sido uma das granjas mais produtivas, visto que em três documentos relativos a vendas, datados de 1241 e 1242, aparece como testemunha um monge «*Johannes magister de Archas*» (FERNANDES, 1991: 268-269, doc. 326; 317-318, doc. 386 e 387). Não muito longe de Arcas, a cerca de 1 km a Norte, situava-se o sítio de Seixas que nos aparece em diversos documentos desde 1147. Aqui foi doado ao mosteiro uma «*hereditate*» em 1147 e um casal em 1163, sendo ainda escambados seis casais neste último ano (FERNANDES, 1991: 299, doc. 364, 365; 301, doc. 368). Actualmente não existem quaisquer vestígios materiais deste local, nem sequer o seu topónimo sobreviveu. Apesar deste facto podemos identificar uma possível área de assentamento, tomando como partida as indicações da documentação que a coloca muito próximo de Arcas. Tendo em conta que a sua implantação deve ter como princípios base, já que se tratam de terrenos agrícolas, uma boa irrigação e uma topografia relativamente plana, assim o local apontado na figura 4 afigura-se o mais adequado. A. de Almeida Fernandes explica o despovoamento progressivo de Seixas através da atracção que os coutos de Arcas e Sever, de maior tamanho, exerciam sobre uma população pouco numerosa (FERNANDES, 1976: 118). No Auto de Inventário de 1834 (Folha 7vº) ainda é mencionada em posse do mosteiro «*cazas tilhadas e sobradadas sittas no lugar de Arcas (...) que tãobem servem de Selleiro*».

Uma outra granja referida na confirmação papal de 1163 é a «*grangiam de Aluiti*» (ERDMANN, 1927: 230-232, doc. 61), hoje freguesia de Alvite<sup>17</sup> situada a 3,3 km a Sudeste do mosteiro. O topónimo é indicador de origem sueva – «*villa Alwiti*» – (FERNANDES, 1997: 166) povoada antes da chegada dos cistercienses, tendo passado para o couto ampliado na segunda metade do século XIII, embora A. de Almeida Fernandes mencione que «*alguns antiquários afirmam que D. Afonso Henriques doou Alvite ao mosteiro em 1160*», não existindo, contudo, qualquer prova documental (FERNANDES, 1976: 107). Ainda em 1834, no Auto de Inventário (Folha 6vº), nos aparece como pertença do mosteiro «*humas cazas no lugar de Alvite (...) tilhadas e sobradadas com suas sallas e logeas cujas cazas servem de Celeiro*».

Na opinião de A. de Almeida Fernandes existia uma antiga granja e povoação em Paredes Secas transferindo-se, do século XII para XIII, para Alvite (FERNANDES, 1976: 107). Este autor, em nota final do seu estudo, acaba por admitir que Paredes Secas se localizava próximo de Sanfins (FERNANDES, 1976: 337), não sendo de todo verosímil, no nosso

<sup>16</sup> Segundo A. de Almeida Fernandes o mosteiro escamba, com Mem Moniz e sua esposa D. Cristina Gonçalves, certos bens que possuía em Sever pelos de Arcas (FERNANDES, 1976: 117).

<sup>17</sup> Concelho de Moimenta da Beira.

entender, a indicação da sua deslocação e inclusão em Alvite, visto que se situa a cerca de 3 km, ficando muito mais próxima de Sanfins ou de Mondim. As referências que encontramos a Paredes Secas estão presentes na carta de couto de 1140 «*per illam stradam de Paredes Siccas*»; num documento de 1141 em que Afonso Peres doa ao mosteiro «*hereditate mea propria quam habeo in Villa Plana et in Paredes Siccas*» (FERNANDES, 1991: 230, doc. 277); um escambo de 1287, com o Mosteiro de St.ª Maria de Salzedas, refere «dous casaes junto do lugar de Samfins em Paredes Sequas» (REIS, 2002b: 179). Baseando-nos nesta documentação parece certa que a sua localização seria nas proximidades de Sanfins, que também passou para o mosteiro na ampliação do couto, sendo incoerente a sua incorporação em Alvite. A inexistência actual do topónimo ou sua memória poderá significar que este sítio terá desaparecido em época recuada. Como se observa na figura 4, colocamos Paredes Secas no sopé da elevação de Mondim da Beira, pois pensamos que este topónimo poderá relacionar-se com o povoado, já referido anteriormente, existente no topo deste monte.

Vilarinho está localizado a 2 km a Sudoeste, junto à margem esquerda do rio Varosa. Em 1236 doze colonos da «villa» de Vilarinho receberam carta de foral do mosteiro (FERNANDES, 1991: 198, doc. 236), embora já desde 1151 aqui se verifiquem várias doações e compras de propriedades. Outra das povoações que cedo passou para o domínio cisterciense foi Vila Chã do Monte, situada a 2 km a Sul do mosteiro. Na carta de couto de 1140 já se lhe refere como «villa plana», estando então povoada. São vários os documentos de doações ou compras aqui efectuadas entre 1141 e 1175, estando também referida no Auto de Inventário de 1834 (Folha 6vº) como tendo aqui o mosteiro «humas cazas (...) tilhadas e sobradadas que servem de Tulha». No couto inicial ainda nos surge a actual povoação de Pinheiro, situada a cerca de 1,4 km a Nordeste. Pensamos que esta localidade não seria habitada, ou pelo menos pouco ocupada, pois em dois documentos, de 1143 e 1147, aparece-nos a doação de novais. No Auto de Inventário de 1834 (Folha 6vº) o mosteiro surge aqui como possuidor de «humas cazas (...) tilhadas e sobradadas».

#### 4. O COUTO DO MOSTEIRO DE ST.ª MARIA DE SALZEDAS

Os três documentos que se referem ao limite do couto de Argeriz (assim designado pela documentação) são, por ordem cronológica: a carta de doação passada por D. Afonso Henriques a Teresa Afonso a 13 de Abril de 1152; em Junho de 1155 o monarca autoriza-a a transferir o referido couto ao mosteiro; e em 29 de Janeiro de 1161 o soberano outorga a carta de «firmidão» ao cenóbio Salzedense com isenção dos direitos reais. Para a elaboração dos limites do couto monástico socorremo-nos da sua publicação em «Chancelarias Medievais Portuguesas» da autoria de Abiah Elisabeth Reuter<sup>18</sup> (228-229; 246-247; 279-281) do ano de 1938 e nos «Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios», volume I, tomo I de Rui Pinto de Azevedo<sup>19</sup> de 1958<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Documentos n.º 160, p. 228-229; n.º 175, p. 246-247; e n.º 192, p. 279-281.

<sup>19</sup> Documentos n.º 238, p. 291-292; n.º 254, p. 315-316; e n.º 277, p. 354-355.

<sup>20</sup> No texto que se segue iremos apenas referir o último nome destes autores.

Para o estudo dos términos do couto de Salzedas (Figura 4) consideramos estas três cartas, tendo presente as diferenças que existem entre elas e também entre as transcrições dos autores. A primeira referência toponímica do término do couto, a Sul, é «*per portum de Alvares*». Segundo A. de Almeida Fernandes trata-se da passagem do rio Varosa defronte à actual localidade de Dalvares<sup>21</sup>, com certeza um passado de poldras entre as duas margens do rio (FERNANDES, 1985: 57). Na versão da carta de 1152 de Reuter há ainda a menção «*per portum de Alvares a portu de Muates*», topónimo que actualmente não existe, mas que A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1984: 97, nota de rodapé 173) menciona ter sido substituído por Canhardo na presente freguesia de Ucanha, referindo-se a uma passagem na zona baixa entre o rio e a povoação de Valdevez.

Em seguida encontramos «*per illum montem qui dicitur Averiz*», tendo evoluído para Valdevez e que topograficamente corresponde à elevação sobranceira a esta. Na carta de 1161 vemos a designação «*et per montem de Almudafaz*»<sup>22</sup> que presumimos seja o mesmo que o anterior, visto que nesta zona é a única elevação observável, apesar de A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1985: 57) concluir que se trata de dois montes distintos. Na continuação do limite do couto encontramos «*per illum fontem de felmiro*», que corresponde à localidade de Formilo<sup>23</sup>, pertencente à freguesia da Granja Nova. A «*fontem*» mencionada pode reportar-se a uma nascente de água que aqui inicia o seu curso em direcção ao Varosa. No documento de 1161 aparece-nos a designação de «*fonte de Salgueiro*», topónimo hoje desconhecido.

O próximo ponto é apenas referido na carta de 1152 «*et quomodo dividitur cum summitatem illius montis qui dicitur Mades*» em Reuter, ou «*Maoes*», em Azevedo, e que corresponde à elevação junto ao presente sítio de Mões<sup>24</sup>. Continuando o percurso «*et per illam divisionem sancti Felicis*» em 1152 ou «*deinde ad cautum de cruzilada de sancto Felice*» em 1155, referindo-se a Sanfins, localidade da actual freguesia de Passô, concelho de Moimenta da Beira, que era uma «*villa*» com limites próprios nesta época (FERNANDES, 1984: 99). A carta de 1152 aponta o seguinte ponto «*per summitatem de Lamellas*», ou seja a elevação na proximidade do actual sítio de Lamelas<sup>25</sup>, pertencente à freguesia da Granja Nova.

No seguimento aparecem-nos os subsequentes limites: a carta de 1152 aponta «*et vadit per illum furatorium*» e na versão de Reuter «*et vadit per illum territorium*»; em 1555 é mencionado «*deinde ad capita de furadorio*»; e em 1161 «*et per caput de furadoiro*». O topónimo «*furatorium*» ou «*furadorio*» é o mesmo, embora actualmente não se o conheça nesta zona. A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1984: 99) indica que «*furatorium*» e «*territorium*» são distintos, reportando este último ao presente sítio Terrandório, situado na freguesia de Passô. Por nossa parte colocamos duas hipóteses, ou a leitura de «*territorium*» está errada,

<sup>21</sup> Dalvares, no entender de A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1995: 26) é um topónimo fitonímico, referindo-se a uma espécie de carvalho, evoluindo para Adalvares e Dalvares.

<sup>22</sup> Actual povoação de Almodafa pertencente à freguesia de Mondim da Beira, indicando um antropónimo árabe Al-Mudáfer (FERNANDES, 1995: 150).

<sup>23</sup> Do antropónimo Filimirus, cuja evolução é Filimiro, Filmiro, Felmiro, Felmiro, Fermilo, Formilo (FERNANDES, 1995: 123).

<sup>24</sup> Que se encontra repartido entre as freguesias de Mondim da Beira, Granja Nova e Passô (ou Paçô), já no concelho de Moimenta da Beira. O topónimo indica ser um genitivo, talvez de «*villa Manonis*» e de origem germânica (FERNANDES, 1995: 171).

<sup>25</sup> De «*lamella*», designação de prédio rústico (FERNANDES, 1995: 125).

visto que em todos os outros documentos aparece sempre «*furatorium*» ou «furadorio», traduzindo «*caput*» a parte superior talvez de uma elevação denominada de «*furatorium*»; ou pelo contrário esta significa de facto território, apontando para, e no seguimento do ponto anterior a que a carta de 1152 (versão Reuter) se refere, a área nas proximidades de Lame-las: «*et per summitatem de Lamellas et vadit per illum territorium*».

Na continuação sucede-se em 1152 «*et dividit per illum cautum palaciole et Sever et per illas sexae*», ou «serras» na leitura de Reuter; «*deinde per aquam de torno cum palaciolo*» em 1155; e «*quomodo dividitur cum palaciolo et revertitur in torno et quomodo dividitur cum Sever atque cum Seixas*» em 1161. Refere-se à divisão pelo couto de Passô («*palaciole*», «*palaciolo*») que em 1335 é do Mosteiro de Vila Boa do Bispo (FERNANDES, 1984: 99, nota de rodapé 185), sendo claro que, como diz a carta de 1155 e 1161, esta separação situava-se na união entre o rio Torno<sup>26</sup> e a ribeira de Santiais, citada mesmo no documento de 1161 como «*postea ad fontem de centanaes*». Fica também esclarecido que esta partição segue o curso do rio Torno «*per aquam de torno*», sendo ainda demarcada pelo couto de Sever<sup>27</sup> e por Seixas<sup>28</sup> («*seixas*», «*sexae*»).

Avançando para Este aparece-nos em 1152 «*et dividit per illum cautum de Leomir et parte per Serzedo*»; em 1155 «*postea dividit cum Leomir per luginam de seixa*»; e em 1161 simplesmente «*et cum Serzedas*». Leomil<sup>29</sup> («*Leomir*») é actualmente uma freguesia do concelho de Moimenta da Beira, sendo nesta época um couto que teria sido assente ainda pelo conde D. Henrique (FERNANDES, 1984: 100). «*Serzedo*» ou «*Serzedas*» corresponde à presente freguesia de Sarzedo<sup>30</sup> do concelho de Moimenta da Beira e que pertenceria ao couto de Leomil. Também na carta de 1155 observamos «*dividit cum Leomir per luginam de seixa*», ou seja a divisão por Seixas já supracitada.

Ainda do lado Este encontramos «*et per sanctum Martinum de Cãs*»; «*deinde ad sartagine*» «*postea ad fontem de salgueiro*» «*deinde per ledanarium*» em 1155; «*et cum sancta Maria de Lobazaim et cum sartagine et cum Sancto Martino per vallem de Cadellas et per illum saxum de Ledenario*» em 1161. O topónimo «*sancta Maria de Lobazaim*»<sup>31</sup> não existe actualmente, embora no entender de A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1985: 58) corresponderia à actual localidade de Castelo<sup>32</sup>, abrangendo as presentes freguesias de

<sup>26</sup> Ou ribeira de Salzedas.

<sup>27</sup> Freguesia do concelho de Moimenta da Beira. Genitivo do antropónimo *Severus* (MACHADO, 2003, volume III: 1341).

<sup>28</sup> Já nos referimos anteriormente a Seixas quando falamos nas propriedades do Mosteiro de S. João de Tarouca dentro do seu couto. A leitura de «*serras*» em contraposição a «*sexae*» é provavelmente errada, visto os limites anteriores e posteriores.

<sup>29</sup> Segundo José Pedro Machado (MACHADO, 2003, volume II: 869) provém do genitivo *Leomiro*, indicativo de possuidor de terra.

<sup>30</sup> Sarzedo, do latim *salicetu* – salgueiral (MACHADO, 2003, volume III: 1318).

<sup>31</sup> Já Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002a: 24), nos inícios de século XVII, afirmava que não existiam «*quaisquer vestígios deste lugar*».

<sup>32</sup> Freguesia do concelho de Moimenta da Beira. Num foral, traduzido por Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002b: 111), do filho de Rodrigo Garcia aos moradores de «*Sancta Maria de Lubozaim*» apresentam-se os seus limites: «*parte pella Cabeça Gorda com Cindim, aqua vertente, e com Cabeça de Maria Ordonis, aqua vertente, o Seiso de Arcos e pella agoa de Córregos, per aquam de Córrego, et vadit ad Fosteno e a Silvares digo a Ribeira de Silvares, com Sancto Cosmado, tende ao Ervedeiro e pella Portela de Sertane, et vadit a Oorzaa, et vadit a Cabeça de Gato, de Cabaços*». De facto estes termos coincidem, de uma maneira geral, com os términos das freguesias de Castelo e Nagosa. Embora o Fr. Baltasar dos Reis não tenha colocado a data do documento, presume-se que pertença ao século XII-XIII, pois os que o precedem têm esta cronologia.

Castelo e Nagosa. Outro exemplo de topónimo perdido é «*sartagine*» ou «*sartagine*» que no documento reproduzido na nota de rodapé 32 assume a forma «Portela de Ser-tane», isto é o limite Oeste do couto de Santa Maria de Lobozaím, entre os actuais sítios de Lameira Longa e Carvalhos. S. Martinho das Chãs – «*sanctum Martinum de Cãs*» – localizada a Norte do couto de Argeriz é, na actualidade, uma freguesia do concelho de Armamar e que no século XII correspondia ao couto das Chãs, sendo mais tarde integrada no couto de Santa Cruz de Lumiares (FERNANDES, 1984: 100). Não encontramos hoje qualquer conformidade toponímica em «*fontem de salgueiro*» referido no documento de 1155, embora possa equivaler à nascente da ribeira de Temilobos, localizada junto ao sítio da Gavinheira. «*per vallem de Cadellas*», apesar de também se referir ao limite do couto das Chãs, é topónimo desconhecido, mas que pode condizer com o vale da ribeira de Temilobos. Por fim, já no início do limite Norte, observamos «*illum saxum de Ledenario*» significando o monte Ladário, actual Sr.<sup>a</sup> da Graça<sup>33</sup>, que Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002b: 12) descreve como «estaa este Seixo do Ladario assima do lugar de Cimbres, aonde oije estaa hua ermida de Nossa Senhora», constando também de um documento de 1135 «*Cimbriz (...) subtus mons Ledanarius*» (FERNANDES, 1984: 83).

Continuando a Norte temos em 1152 «*et per illa strada mourisca et per Ceimada*»; em 1555 «*postea per viam covam*» “*postea ad arcam de Pelagio Randis*», «*postea ad arcam de Mendo hermezendis*», «*deinde aqua vertente cum Queimada*»; e em 1161 «*et cum sancta Cruce per aucturas atque cum Hermamar et per illam arcam*<sup>34</sup> *de Pelagio Randiz et per illam viam antiquam usque in montem rasum*». Em primeiro lugar a descrição «*strada mourisca*», «*viam antiquam*» ou «*viam covam*», corresponde, sem dúvida, a uma via antiga que provavelmente vinda de Queimadela ligava a St.<sup>a</sup> Cruz de Lumiares<sup>35</sup> (concelho de Armamar), ramificando-se para Vila Pouca e Murganheira (concelho de Tarouca). Estes dois troços de via foram por nós identificados, preservando-se ainda vários metros de calçada, principalmente junto à povoação da Murganheira. A referência «*arcam de Pelagio Randiz*» e «*arcam de Mendo hermezendis*» relaciona-se com túmulos de senhores colocados junto a vias de passagem, garantindo orações de devotos e viajantes (FERNANDES, 1985: 59). Relativamente a «*sancta Cruce per aucturas*», «*Ceimada*», «*Hermamar*» e «*montem rasum*» correspondem, respectivamente, a St.<sup>a</sup> Cruz de Lumiares, Queimada, Armamar e Monte Raso. Este limite encontra-se bem demarcado no terreno através de marcos que hoje podem ser observados, como é o caso da divisão com St.<sup>a</sup> Cruz (Figura 4, marco n.º 1) e com Armamar (Figura 4, marco n.º 2). A «*arcam de Pelagio Randiz*» e a «*arcam de Mendo hermezendis*» devem ter sido substituídas posteriormente por marcos (Figura 4, marcos n.ºs 3 e 4), talvez já no século XIII, visto que estes são tipologicamente seme-

33 Pertencente à freguesia de Cimbres, concelho de Armamar.

34 Nas cópias efectuadas por Reuter e Azevedo está assinalada «*arcam*», contudo deve ser lida como «*arcam*», visto que se refere exclusivamente a um túmulo.

35 Segundo A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1984: 100; 1985: 59) esta «*viam*» passava na cumeada do monte Ladário (Sr.<sup>a</sup> da Graça), o que não corresponde ao reconhecimento que fizemos deste caminho antigo. Contudo identificamos uma possível bifurcação desta via que se dirige para Vila Nova, passando no sopé Norte deste monte, embora actualmente, e após a abertura de várias estradas de terra batida para a construção de aerogeradores no cume da Sr.<sup>a</sup> da Graça, seja difícil a sua observação.

lhantes aos padrões descobertos no limite do couto de século XIII do Mosteiro de S. João de Tarouca (CASTRO & SEBASTIAN, 2008-2009: 126). Curiosamente o marco n.º 3 (Figura 4) deu mesmo origem ao actual topónimo do sítio – Padrão.

Finalmente, o último limite aparece-nos em 1152 como «*et per illo poio et venit ad Barosam*»; «*postea per Laginam*», «*deinde per valem viridem*», «*dividitur cum Lamego per pelago de Mauriano*» em 1155; e «*atque cum illa ficulnea de area petrina et cum Lameco per vallem viridem et intrat in Barosam*» em 1161. O referido «*poio*» deverá corresponder à actual elevação onde foi erigida a capela de S. Lourenço, tendo aqui também um marco (Figura 4, marco n.º 5). Quanto a «*saxo*» pode ter resultado de uma má leitura de Raso (Monte). Presumimos que «*per Laginam*» seja a linha imediatamente anterior a este marco, entre o monte Raso e a cume de S. Lourenço. Mais difícil de interpretar é «*ficulnea de area petrina*» que nos remete na tradução para figueira («*ficulnea*»), «*area*» no sentido de eira e «*petrina*» de pedra, podendo equivaler ao mesmo limite anterior (pelo monte de S. Lourenço). «*vallem viridem*», interpretamos como o vale que da elevação de S. Lourenço parte para o rio Varosa, passando junto da actual povoação de Vila Pouca. Segundo A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1995: 217) este topónimo, na forma actual Valverde, corresponde hoje à povoação de Vila Pouca, embora por uma doação de 1288 achemos a seguinte descrição: «*Villa Arteira (...)* alem do lugar de Villa Pouca a par de Val Verde» (REIS, 2002b: 74). O que significa a existência de Vila Pouca, Valverde e em seguida Vila Arteira, presentemente desaparecida, podendo contudo corresponder ao sítio actual designado de Quinta dos Castros, pois neste local foram encontrados vários vestígios materiais cronologicamente enquadráveis no século IV. Por último «*pelago de Mauriano*» deverá referir-se a Poço de Mourão, junto ao Varosa, sendo segundo as Inquirições de 1258 (PMH, 3ª Alçada: 1066) «*in termino Sancti Petri de Várzea in loco qui dicitur Mourão*». O limite Oeste seria então pelo rio Varosa acompanhando-o sempre até ao primeiro ponto.

Para o estudo de granjas, povoações e propriedades do Mosteiro de S. João de Tarouca no seu couto, auxiliamo-nos do cartulário medieval publicado por A. de Almeida Fernandes em 1991. Infelizmente a documentação existente relativa a St.ª Maria de Salzedas não nos permite uma abordagem tão minuciosa, tendo-nos apoiado essencialmente no foral do couto<sup>36</sup>, outorgado por D. Manuel I em 1504, no manuscrito de Fr. Baltasar dos Reis «*Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*»<sup>37</sup>, de inícios de século XVII, na publicação de Fr. de Santa Rosa Viterbo «*Elucidário das palavras, termos e frases...*» na edição de 1983<sup>38</sup> e no Auto de Inventário de 1834<sup>39</sup>. Como sucedeu a vários mosteiros da região de Viseu, a quase totalidade da documentação desapareceu num incêndio ocorrido em 1841 no edifício do seminário de Viseu, onde se achava guardada.

Aquando da extinção do mosteiro podemos verificar, pelo Auto de Inventário de 1834, que existiam três localidades de grande importância para o mosteiro com paga-

<sup>36</sup> Transcrito por J. Leite de Vasconcellos em «*Memórias de Mondim da Beira*», 1933, p. 70-74.

<sup>37</sup> Publicado em 2002 pela Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas em reprodução fac-similada a partir da edição da Biblioteca Nacional de 1936.

<sup>38</sup> A primeira edição data de 1798-1799.

mento de foros, são elas: Granja Nova, situada a cerca de 2,5 km a Sul do mosteiro; Vila Chã, localizada a 3 km para Sudeste; e Cimbres, a cerca de 2 km a Este, já no concelho de Armamar.

Segundo A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1995: 136-137) o primeiro nome da Granja Nova seria «Alfouvara»<sup>40</sup>, que nos surge num documento de 1140 em que o abade João<sup>41</sup> vende a Egas Moniz a «villa de Alfouvara»<sup>42</sup> por dez maravedis, tendo sido substituído por Granja Nova posteriormente à sua integração no couto monástico<sup>43</sup>. Em 1295 o mosteiro faz prazo a 21 moradores da Granja Nova (VITERBO, 1983, volume II: 133), aparecendo também notícia na carta de foral de 1504. Já em 1834 no Auto de Inventário (Folha 2) é mencionada «Huma caza cita neste lugar da Granja Nova ao pé da mesma igreja que servia para tulha dos mesmos ex monges com sua adega».

Vila Chã<sup>44</sup> em 1144 era designada por «Villa Plana de Argeriz» (MEIRELES, 1942: 165), situada portanto no território de Argeriz e já povoada. Este documento refere-se a uma doação da quarta parte deste lugar por Egas Moniz ao Mosteiro de Paço de Sousa, para que o seu filho Mendo Viegas fosse aqui sepultado. Em 1160 o abade de Salzedas, João Nunes, troca com o abade de Paço de Sousa (D. Egas) esta quarta parte, dando-lhe «outra fazenda» (REIS, 2002b: 54, 58 e 66). Tal como na Granja Nova, os povoadores de Vila Chã receberam uma carta de aforamento colectivo em 1295 (DUARTE, 1997: 30) e pelo foral de D. Manuel os 24 casais eram obrigados a pagar o mesmo que os da Granja Nova. No Auto de Inventário de 1834 (Folha 3) é mencionada «Huma morada de cazas com suas logias que servia para a tulha dos dittos ex monges».

A primeira notícia que se conhece de Cimbres data de 1135, quando Fróia Cides e sua mulher Gontina Frogendes vendem a Egas Moniz e sua esposa Teresa Afonso bens «*in loco qui uocitant in Sancti Petri et in Cimbriz et in termino de Argeriz subtus mons Ledanarius*» (FERNANDES, 1984: 83). O foral de D. Manuel I refere que o lugar de Cimbres é aforado com o mosteiro pelo prazo de três vidas, tendo por condições aquelas descritas nos prazos e escrituras que não chegaram até nós. Consta do Auto de Inventário (Folha 2 vº) os seguintes bens do mosteiro nesta povoação «Huma murada de cazas neste lugar de Símbres no citio da tulha que parte com a rua publica a qual servia de caza de tulha e adega aos ditos ex monges».

Do foral de D. Manuel I, para além destas localidades, também se contam Ucanha, designada como «cabeça do dito couto», Meixedo, Murganheira, Vila Pouca, Formilo e Valdevez, igualmente aforadas pelo prazo de três vidas.

Ucanha era denominada ainda no século XIII por Vila da Ponte, devido à importante ponte que aqui ainda existe sobre o rio Varosa e que ligaria Lamego a Moimenta da Beira (CASTRO, 2009: 15, nota de rodapé 26). No século XV, entre 1453 e 1474 durante

<sup>39</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2249.

<sup>40</sup> Topónimo de origem árabe que significa «a fonte» (FERNANDES, 1995: 137).

<sup>41</sup> Provavelmente abade do Mosteiro de S. João de Tarouca.

<sup>42</sup> Já portanto povoada.

<sup>43</sup> Em 1209 já aparece como Granja Nova (FERNANDES, 1995: 137-138).

<sup>44</sup> Da Beira como é hoje designada ou de Cangueiros até ao século XX.

o abaciado de D. Fernando, o mosteiro edificou uma torre, junto à ponte, a qual serviria como depósito do pagamento da portagem que os viandantes aqui entregavam para transporem esta ligação. Segundo o Auto de Inventário (Folha 1 v.º) o mosteiro possuía «Huma morada de cazas citas nesta villa de Uccanha na rua publica proxima a torre da igreja com seu lagar de pedra que servia a dita caza para tulhas dos ex monges de Salzedas e a ella pegado hum pequeno terreno quazi inculto que se chamava para hua horta».

Meixedo, localizado a 1,5 km a Nordeste de Salzedas, Murganheira, situada a 1,5 km a Noroeste e Vila Pouca a 2 km também a Noroeste, pertencem actualmente à freguesia de Salzedas. Apenas encontramos estas três pequenas povoações no foral de D. Manuel I, embora haja referência a Meixedo num documento de 1209, onde consta a «*villa*» de «*Amexenedo*» como pertencente ao Mosteiro de Salzedas (FERNANDES, 1995: 211).

Formilo e Valdevez situam-se a cerca de 3 km a Sudoeste de Salzedas. O primeiro faz presentemente parte da freguesia da Granja Nova e o segundo da freguesia de Ucanha. Encontramos o topónimo Formilo na carta de couto de Argeriz em 1152 como «*Felmiro*», sendo então uma «*villa*» dentro do couto. Valdevez também nos aparece nesta carta de couto, embora sem indicação directa sob a forma de «*montem qui dicitur Aveiz*» e em 1258 «*Valiis de Aveyzi*» (FERNANDES, 1995: 412).

Para além destes locais, e ainda dentro do couto, encontramos no Auto de Inventário de 1834 a menção a diversas unidades de exploração como a Tamanqueira, o Tello e a quinta de Pinhô, sendo com certeza granjas monásticas.

A Tamanqueira localiza-se a cerca de 1 km a Este do mosteiro, entre este e o lugar de Cimbres. Apresenta uma cerca com uma média de 2 m de altura, ainda expondo, a Oeste, marcos do Mosteiro de Salzedas, e uma pequena casa em pedra de planta rectangular a Sul. No Auto de Inventário (Folha 24) é referido que esta propriedade era sobretudo constituída por mata, com presença de grandes pinheiros e carvalhos.

O sítio do Tello<sup>45</sup> situa-se a 600 m para Oeste do mosteiro, tendo também uma cerca com uma média de 2 m de altura. No «Código sobre a fundação do Mosteiro de Salzedas» (Folha 25), guardado no Museu Nacional de Arqueologia, é relatado que o abade Manuel Pinto (1789-1790)<sup>46</sup> «Fez tapar a magestoza mata do Tello com pórtico». Do Auto de Inventário (Folha 24 v.º) consta que este local encontra-se «murada toda em volta» e tinha «castanheiros, pinheiros e carvalhos de todos grandes e pequenos e com grande abundancia».

A quinta do Pinhô, localizada a 800 m a Norte do mosteiro, exhibe igualmente uma cerca com as mesmas dimensões das anteriores. Segundo o «Código sobre a fundação do Mosteiro de Salzedas» (Folha 20) o abade de Salzedas Manuel Coutinho comprou esta quinta em 1744. Ainda neste Código (Folha 22-22 v.º) encontramos referência ao abade José de Meneses (1759-1761) que aqui construiu casas e

<sup>45</sup> Actual Quinta do Tello.

<sup>46</sup> Neste manuscrito existe uma lista de abades do mosteiro de Salzedas, onde se lê que o abaciado de Manuel Pinto, filho de S. João de Tarouca, teve lugar entre estas datas, apesar de na lista publicada por J. Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, 1933: 400) constar 1791-1793.

*Fes lhe húa grande calçada que faz termo no soberbo portico ou entrada do pateo das mesmas cazas no qual a mão direita se deixa lograr húa bella fonte (...) Circuitou na mesma quinta húa grande parte della com muro bastante alto e seguro capaz de defender as hortas e pomares que lhe mandou plantar distribuindo deste fim a terra em varios e bem fundados alquerques que quasi todos se podem regar com as agoas da outra fonte e tanque que tambem mandou fazer para o mesmo intento e para viveiro de peixes*

Esta propriedade foi uma das mais férteis do mosteiro, passando no centro uma linha de água, afluente da ribeira do Torno (ou Salzedas).

Possivelmente uma das primeiras granjas do mosteiro é a propriedade que se situa na sua continuação, na margem esquerda da ribeira do Torno, designada por Quinta da Tulha. Localiza-se em terrenos muito férteis que ainda hoje são explorados, apresentando uma cerca com cerca de 2 m de altura. Tem ainda uma adega, a celeraria, casas para forno, palheiros, casas para lenhas, alambique, cavalariças para bois e outros gados, dois moinhos e uma casa da tulha, onde eram armazenados os géneros alimentícios como é comprovado pelo Auto de Inventário de 1834.

Durante o século XIII assistimos a várias doações de propriedades dentro do couto monástico, como é o caso de uma herdade em Lamelas, um casal e uma vinha com castanheiros em Mões e de vários outros bens no couto. O primeiro documento, de 1206, refere-se a uma confirmação por parte de Godina Randulfes e seus filhos relativamente ao testamento de seu marido Pedro Rodrigues<sup>47</sup>, que doava uma herdade em Lamelas (REIS, 2002b: 81). Os bens de Mões foram atribuídos por D. Martim Pais<sup>48</sup> e sua mulher D. Sancha em 1229, juntamente com outros no couto e em Moimenta da Beira, Lamego, Resende e Baião. Temos ainda notícia de mais uma doação em 1288 de bens dentro do couto, do cavaleiro-fidalgo Fernão Peres e sua mulher Maria Garcia, mais especificamente em Valverde, Vila Arteira e Valbom. É de assinalar que Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002b: 74) anota que não registou muitas compras que o mosteiro fez no couto «por me parecer supérfluo», podendo-se assim presumir que várias propriedades foram aqui sendo adquiridas após a doação de Teresa Afonso.

## 5. A EXPLORAÇÃO DO COUTO E AS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Tomando como exemplo o Mosteiro de Alcobça observa-se que a maioria das propriedades monásticas encontravam-se, pelo menos durante o século XIV e XV, sobre exploração indirecta (GONÇALVES, 1989:168), ou seja entregues a um indivíduo ou a um grupo que faria o aproveitamento das terras segundo um determinado tipo de contrato. Normalmente as terras dentro dos coutos monásticos eram cultivadas por indivíduos que

<sup>47</sup> Segundo A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1982: 431) Pedro Rodrigues era neto de Egas Moniz. Curiosamente o mesmo autor apenas se refere a este documento como «certos bens no couto do mosteiro», apesar de Fr. Baltasar dos Reis (REIS, 2002b: 81) especificar o local de Lamelas, referindo mesmo o número da folha do Livro das Doações: 76.

<sup>48</sup> D. Martim Pais é considerado por A. de Almeida Fernandes (FERNANDES, 1981: 378) como pertencente à estirpe de senhores do couto de Leomil. Juntamente com a sua esposa também doaram uma herdade, em Várzea da Serra, ao Mosteiro de S. João de Tarouca no ano de 1200.

as tinham recebido através de cartas de povoação do mosteiro ou por herança (GONÇALVES, 1989: 183). De modo a atrair povoadores eram concedidos materiais para a construção de casas e instrumentos agrícolas, guardando-se o direito do uso de moinhos, fornos ou lagares que os camponeses utilizavam mediante o pagamento de uma taxa. Estes contratos eram, na sua maioria, de carácter enfitêutico podendo assumir a forma hereditária ou em vidas (GONÇALVES, 1989: 189). Até 1262, para o Mosteiro de S. João de Tarouca, apenas encontramos dois contratos dentro do couto monástico. O primeiro é de cerca de 1205, aforando bens em Vilarinho a Garcia Anes e Afonso Fernandes a título perpétuo. Estes pagariam a nona parte do vinho e do linho, um «corazil»<sup>49</sup> e uma «fogazam»<sup>50</sup> de trigo, entregando ao mosteiro, cada herdeiro após a morte, a décima dos bens móveis e imóveis. O segundo, datado de 1221, afora em três vidas a Palaiol e Maria Guimarães, sua mulher, mais bens em Vilarinho, sendo obrigados a pagar o quinto do que semeassem, uma galinha, uma teiga de trigo e dez ovos, dando também ao mosteiro a décima dos bens móveis e imóveis após a morte de cada herdeiro (FERNANDES, 1991: 204-205, doc. 242 e 243).

O pagamento da renda era efectuado em géneros ou em dinheiro e em algumas situações em géneros e dinheiro (GONÇALVES, 1989: 201), sendo as rendas respeitantes à propriedade urbana exclusivamente recebidas em dinheiro. O prazo feito pelo Mosteiro de Salzedas aos moradores da Granja Nova inclui a entrega de «*senhas spadoas de porco de 12 costas, pelos corazis; e senhos cabritos vivos, e dous capoins; e vinte ovos; e senhas pernas de carneiros, e senhas soldadas de pam; e o mais a uso do nosso Couto*» (VITERBO, 1983, volume II: 133). No foral do couto de Salzedas estes e os de Vila Chã eram sujeitos ao pagamento de vinho, linho, legumes, castanhas, porco, galinhas, ovos, palha e bragal.

Na documentação verifica-se o aparecimento de um grande número de doações, compras ou escambos de casais, quintas ou quintãs, granjas, leiras, cochousos, pardieiros, courelas e casas.

O casal, que surgiu da desagregação da *villa* romana, era a unidade fiscal agrário-urbana mais importante (FERNANDES, 1993: 494), sendo constituída por uma casa de habitação e outros edifícios<sup>51</sup>, incorporando-se terras de cultivo que podiam ser dispersas. Segundo Iria Gonçalves (GONÇALVES, 1989: 170-171), no seu estudo sobre o património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV, o casal podia encontrar-se junto a várias habitações de uma aldeia e as suas terras espalhadas pelos limites da povoação ou mesmo excedendo-o, podendo conter um ou vários números de parcelas (GONÇALVES, 1989: 172). Os cultivos mais comuns eram os campos cerealíferos, ocupando a maior parte das parcelas, e a vinha, sendo que os olivais, os pomares e as hortas deveriam ocupar uma pequena percentagem (GONÇALVES, 1989: 175).

A quinta ou quintã já mereceu vários estudos não se chegando ainda a um consenso sobre a sua definição, embora para a zona de influência do Mosteiro de Alcobaça se per-

<sup>49</sup> Peça de carne de porco (VITERBO, 1983, volume II: 133).

<sup>50</sup> Nome de pão cozido sob a cinza (FERNANDES, 1993: 562).

<sup>51</sup> Como adegas, lagares, celeiros, palheiros, cavalariças, currais, capoeiras (GONÇALVES, 1989: 169).

ceba que é uma unidade de exploração, podendo comportar vários núcleos, não sendo muito diferente do casal, mas de maior dimensão<sup>52</sup> (GONÇALVES, 1989: 178-179).

A granja, que por vezes na documentação era designada por quinta, era pelo contrário uma unidade de exploração concentrada e na maior parte das situações encontrava-se murada, sendo constituída por casa de habitação, lagares, adegas, cavaliças, celeiros, capoeiras e currais. Analisando as granjas que sobreviveram, dentro dos coutos, verificamos que as de menor dimensão são a Quinta do Granjão, pertencente a S. João de Tarouca, e a Tamanqueira do mosteiro Salzedense, cada uma com apenas 6 hectares. A de maior extensão é a Quinta do Pinhô, com 25 hectares, seguida pelo Tello (23 ha) e pela Quinta da Tulha (15 ha), todas do Mosteiro de St.<sup>a</sup> Maria de Salzedas.

As leiras, cochousos ou chousos e courelas surgem da desagregação do casal (GONÇALVES, 1989: 181). A leira corresponde a um prédio avulso de cultura indiscriminada, sendo por vezes referida leira de vinha ou de castanha (FERNANDES, 1993: 658). O cochouso ou chouso e courela são também terrenos agrícolas de pequenas dimensões (FERNANDES, 1993: 170, 510). Os pardieiros referem-se a casas de pequenas dimensões, porventura não habitadas, servindo apenas como arrumos (FERNANDES, 1993: 686).

Para além da agricultura os mosteiros faziam a exploração de pedreiras, como fonte de abastecimento para a construção dos vários edifícios monásticos. Em S. João de Tarouca detectou-se a presença de pelo menos nove sítios de extracção (MARQUES *et al.*, 2010: 140), estando ligados ao mosteiro por alguns troços de via, na sua maioria apenas em terra. Em Salzedas encontramos uma grande zona de exploração no sítio da Pedreira, localizado a 1 km a Nordeste do cenóbio. No «Códice sobre a fundação do Mosteiro de Salzedas» (Folha 25vº) é referido que o abade António Falcão (1794-1796) continuou o frontispício (da igreja), «trazendo muita gente tanto cá como na pedreira». Junto à quinta do Pinhô, a Sudoeste, existe também uma área de extracção, podendo neste caso relacionar-se com as construções da quinta, edificadas no século XVIII (Figura 5).

Todas estas explorações disseminadas ao longo dos coutos monásticos tinham obrigatoriamente de se servir de vias de comunicação, sejam elas lajeadas ou simplesmente em terra batida. O transporte de bens e pessoas devia ser assegurado, tanto das povoações, propriedades rurais ou explorações para o mosteiro, como destes para as principais localidades fora do couto, como o caso de Tarouca, Lamego e Moimenta da Beira e destes para as grandes cidades. É ainda de assinalar que os dois mosteiros possuíam várias propriedades fora do seu couto, sendo mais numerosas nas zonas de Tarouca, Lamego, Vila Nova de Paiva e Castro Daire, mas também em Trancoso, Celorico da Beira, Pinhel, Guarda, Seia, Penamacor, Resende, Cinfães, Baião, Mesão Frio, Peso da Régua, Vila Real, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Aveiro.

A distinção entre vias romanas, medievais e mesmo aquelas pertencentes à época moderna comporta um grande grau de dificuldade. As vias romanas sobreviveram ao longo de vários séculos, tendo no processo sido alvo de vários melhoramentos ou correc-

---

<sup>52</sup> Segundo Iria Gonçalves (1989: 179) esta teria «grandes casas de habitação, por vezes com várias divisões e sobradadas, celeiros, adegas, lagares, fornos, cavaliças, eventualmente mesmo uma torre».

ções de percurso. A partir do século XII processam-se grandes modificações na rede viária tradicional, através do desenvolvimento de uma rede de múltiplos caminhos. Os trajectos essenciais, aqueles que ligavam as principais povoações, seriam de construção cuidada, enquanto os percursos entre aglomerados de pequenas dimensões ou entre explorações agrícolas eram sobretudo constituídos por simples caminhos em terra.

Na área em estudo identificamos um bom número de vias, tanto lajeadas como em terra batida, bem como uma série de pontes, pontões e poldras que lhes estão associados (Figura 5). A Norte, no couto do Mosteiro de Salzedas, em Vila Pouca existe uma pequena ponte em cavalete que atravessa o Varosa, provavelmente enquadrável cronologicamente no século XV ou XVI. Para Norte e Sul ainda é possível observar um grande troço de calçada que ligaria a margem esquerda a Ferreirim e Lamego e a direita à Murganheira e para Norte a Queimadela. Como referimos anteriormente nas cartas de couto deste cenóbio encontra-se a menção a uma «*strada mourisca*» ou «*viam antiquam*». Pensamos que esta via, proveniente de Queimadela seguiria para St.ª Cruz de Lumiares, bifurcando para aquela de Vila Pouca e uma outra para a Murganheira. Este último troço está bem preservado, principalmente junto e esta última povoação. De Salzedas seguiriam vários caminhos que ligavam às principais aldeias e granjas, bem como para os locais de extracção de pedra, alguns destes ainda com vestígios de calçada, outros já destruídos em sequência do seu reaproveitamento para a construção de estradas actuais.

Fr. Claude Bronseval, na obra «*Peregrinatio Hispanica*»<sup>53</sup> de 1531-1533, deixou-nos a descrição do caminho adoptado a partir das proximidades de Ferreiros de Tendais<sup>54</sup> até ao Mosteiro de Salzedas. Dali seguiu por montanhas, alcançando uma via no lugar de Roças<sup>55</sup> e daí até Lazarim<sup>56</sup>, atravessando o rio Varosa na vila de Ucanha (BRONSEVAL, 1970, Tomo II: 517). Após a sua visita ao cenóbio Salzedense dirigiu-se para S. João de Tarouca por um trajecto entre montes e fragas, onde se avistava o Varosa (BRONSEVAL, 1970, Tomo II: 519). Este caminho deve, a partir de Ucanha, tomar a direcção de Valdevez até Mondim da Beira, e daí para o Mosteiro de S. João de Tarouca (Figura 5).

Uma das vias mais bem conservadas dentro do couto Tarouquense é aquela nas imediações de Almofala, que pode corresponder à antiga estrada romana entre Viseu e Lamego (CASTRO & SEBASTIAN, 2008-2009: 132-133). Embora não tenhamos conseguido identificar a sua continuação para Norte, até Lamego, é possível que passe nas localidades de Vilarinho e/ou em Bustelo e Teixelo até Tarouca e daqui bifurcando-se para Lamego, alcançando aquela que vem da ponte de Ucanha, e para Lazarim, seguindo o percurso de Fr. Claude Bronseval (Figura 5).

Na carta de couto de 1140 do Mosteiro de S. João de Tarouca encontramos referência a uma «*estradam de Paredes Siccas*», ou seja Paredes Secas que como já vimos terá sido granja de S. João. Conseguimos identificar parte desta via na zona de Sanfins, sendo pos-

<sup>53</sup> Utilizamos a edição de 1970, com introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril (Paris: Presses Universitaires de France).

<sup>54</sup> Concelho de Cinfães.

<sup>55</sup> Concelho de Castro Daire.

<sup>56</sup> Concelho de Lamego.

sível que o seu percurso continue para Nordeste até Passô e daqui alcançando o caminho que desde a ponte de Ucanha segue para a Granja Nova e Moimenta da Beira. De facto este deve ser o trajecto continuado na época medieval e moderna, pelo menos em alguns pontos, da estrada romana que provinda desta última localidade ligava a Lamego (ALARCÃO, 2004: 333). Ainda nas proximidades do Mosteiro de S. João de Tarouca localizamos mais três vias. A primeira em direcção à povoação do couto, antiga granja de Souto Redondo; e as outras conduziam a Mondim da Beira e a Tarouca, passando pela Quinta do Granjão.

Apesar das várias ligações que podemos identificar dentro dos dois coutos monásticos, persiste o problema da sua cronologia. A maior parte das estradas romanas foram posteriormente absorvidas pelos caminhos medievais e estes pelos modernos, não restando por vezes qualquer elemento que os reconheça cronologicamente. Assim são também os caminhos que podem relacionar-se com os mosteiros. Não possuímos qualquer prova concreta de que já não existissem, embora, tendo em conta os elementos já estudados podemos, pelo menos, afirmar que alguns deles foram alvo de remodelações ou corrigidos em certos pontos do seu percurso, de modo a que o transporte de bens fosse assegurado de forma mais eficaz.

## BIBLIOGRAFIA

### Cartografia

- Carta Militar de Portugal (1998), escala 1/25 000, Folha n.º 148, Lamego. 3ª Edição. Instituto Geográfico do Exército.
- (1998), escala 1/25 000, Folha n.º 147, Tarouca. 3ª Edição. Instituto Geográfico do Exército.
- (1997), escala 1/25 000, Folha n.º 148, Moimenta da Beira. 3ª Edição. Instituto Geográfico do Exército.

### Fontes escritas

- Auto de Inventário do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas* (1834). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Caixa n.º 2249.
- Auto de Inventário do Mosteiro de S. João de Tarouca* (1834). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Caixa n.º 2255.
- Códice sobre a fundação do Mosteiro de Salzedas*. Museu Nacional de Arqueologia. Espólio de J. Leite de Vasconcellos.

### Fontes impressas

- ALARCÃO, Jorge de (2004) – *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I*. «Revista Portuguesa de Arqueologia», n.º 7: 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 317-342.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1958) – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, vol. I, tomo I.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, volume II.
- BRITO, Fr. Bernardo de (1690) – *Monarchia Lusitana*. Segunda Parte. Lisboa: Impressão Craesbeeckiana.
- BRONSEVAL, Fr. Claude (1970) – *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533*. Paris: Presses Universitaires de France, 2 vols.
- CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís (2002) – *A intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001*. «Estudos/Património», n.º 2. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, p. 33-42.

- (2005) – *Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca*. «Estudos/Património», n.º 8. Lisboa: IPPAR – Departamento de Estudos, p. 203-211.
- (2007) – *Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca*. «Revista de História da Arte». Lisboa: F.C.S.H./U.N.L., p. 142-171.
- (2008-2009) – *A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca*. «Oppidum», n.º 3. Lousada: Câmara Municipal, p. 115-136.
- CASTRO, Ana Sampaio e (2009) – *Cerâmica europeia de importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (séculos XV-XIX)*. Lisboa: F.C.S.H./Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- (2012) – *O Mosteiro de Santa Maria de Salzedas*. No prelo.
- COCHERIL, D. Maur (1986) – *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- DUARTE, Luís Miguel (1997) – *A aldeia de Vila Chã do Couto de Salzedas, do aforamento colectivo de 1295 ao foral manuelino*. «DOURO – Estudos & Documentos», vol. I (3). Porto: GEHVID, p. 29-44.
- ERDMANN, Carl (1927) – *Papstorkunden in Portugal*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung.
- FERNANDES, A. de Almeida (1963) – *As origens das igrejas da diocese Lamecense*. Separata do «Boletim da casa Regional da Beira-Douro». Porto: C.C.R.B.D.
- (1976) – *Acção dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs. XII e XIII*. Extracto do volume LXXXIII da «Revista de Guimarães». Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- (1981) – *O livro das doações da Salzedá*. «Revista Beira Alta», vol. XL, fascículo 2, p. 341-480.
- (1982) – *O livro das doações da Salzedá*. «Revista Beira Alta», vol. XLI, fascículo 2, p. 399-432.
- (1984) – *Os primeiros documentos de Santa Maria da Salzedá. (até à morte da fundadora): comentários e defesa*. Separata da «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- (1985) – *Os primeiros documentos de Santa Maria da Salzedá. (até à morte da fundadora): comentários e defesa*. Separata da «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- (1991) – *Taroucae Monumenta Historica. Documenta*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca.
- (1993) – *Taroucae Monumenta Historica. Indices & Studia*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca.
- (1995) – *As dez freguesias do Concelho de Tarouca, história e toponímia*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca.
- (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Câmara Municipal.
- FERREIRA, Narciso; SOUSA, M. Bernardo (1994) – *Notícia explicativa da Folha 14-B, Moimenta da Beira da Carta Geológica de Portugal, escala 1/50 000*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro/Departamento de Geologia.
- GONÇALVES, Iria (1989) – *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- MACHADO, José Pedro (2003) – *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 3.ª edição, 3 vols.
- MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lídia; SEBASTIAN, Luís (2010) – *A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca*. «Oppidum», n.º 4. Lousada: Câmara Municipal, p. 113-162.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1998) – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 24. Lisboa: Ed. Colibri.
- MEIRELES, Fr. António da Assunção (1942) – *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa & Índice dos documentos do Arquivo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- MOREIRA, Ab. Vasco (1924) – *Monografia do Concelho de Tarouca*. Viseu: Tipografia de «Jornal da Beira». *Portugaliae Monumenta Historica (1888-1977) – Inquisitiones*. 3.ª Alçada, Lisboa.
- REIS, Fr. Baltazar dos (2002a) – *Breve relação da fundação e antiguidade do Mosteiro de Santa Maria de Salzedá*. Fac-simile do livro de 1936. Lamego: Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas.
- REIS, Fr. Baltazar dos (2002b) – *Livro da fundação do Mosteiro de Salzedas*. Fac-simile do livro de 1934. Lamego: Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas.

- REUTER, Abiah Elisabeth (1938) – *Chancelarias Medievais Portuguesas*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade, vol. I.
- TORRE RODRIGUEZ, Jose Ignacio de la (1999) – *Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro*. In *Cister no Vale do Douro*. Santa Maria da Feira: GEHVID/Edições Afrontamento, p. 69-116.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1933) – *Memórias de Mondim da Beira*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa (1983) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Porto: Livraria Civilização, 2 vols.



Figura 1 – Localização dos Mosteiros de S. João de Tarouça e St.ª Maria de Salzedas.



Figura 2 – Fases de construção do Mosteiro de S. João de Tiarouca

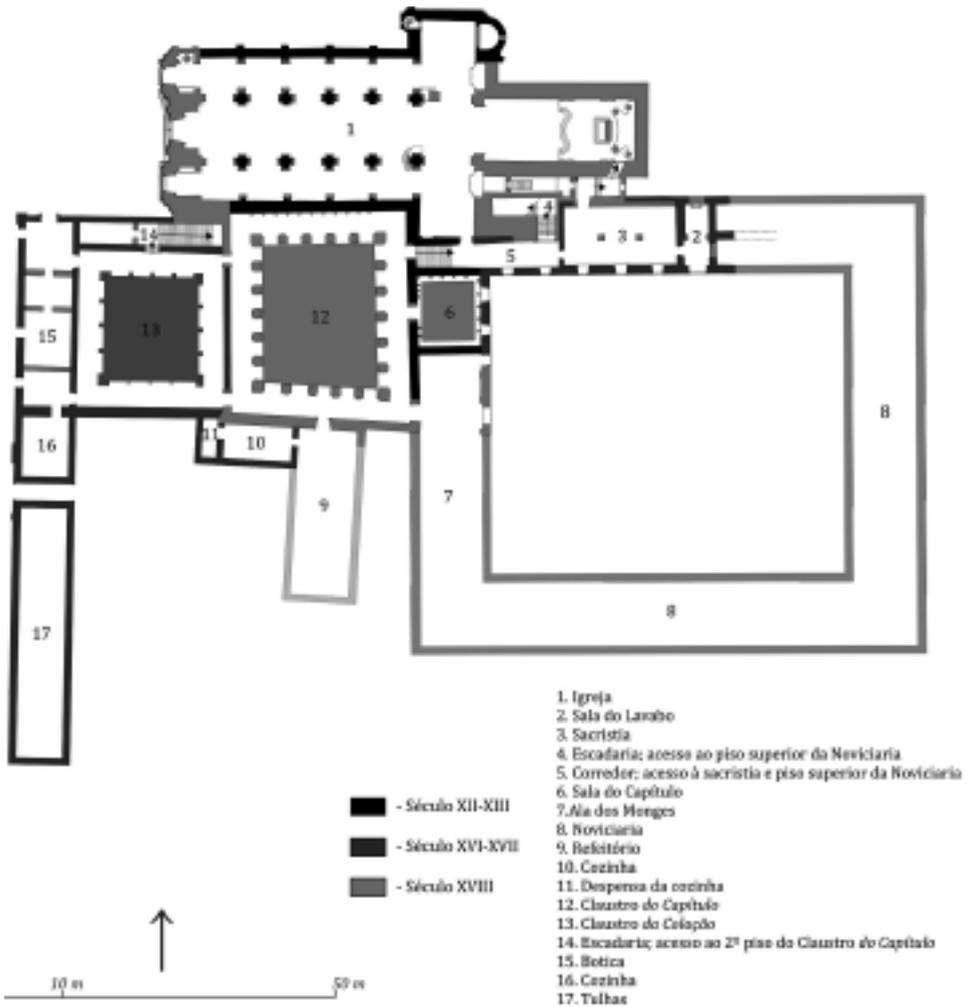


Figura 3 – Fases de construção do Mosteiro de St.ª Maria de Salzedas.





Figura 5 – Coutos monásticos e vias de circulação.



# LOS ESPACIOS PORTUARIOS VIZCAÍNOS

MUTACIONES Y ADAPTACIONES DE LOS PUERTOS VIZCAÍNOS, SIGLOS XIV-XVI\*

ANA MARÍA RIVERA MEDINA\*\*

**Resumo:** Desde tiempos medievales el Golfo de Vizcaya fue el cauce natural del comercio entre el eje mediterráneo-atlántico y el báltico. En esta coyuntura, las instalaciones portuarias de las villas vizcaínas que tenían puerto de mar – Bermeo, Lequeitio, Ondárroa, Plencia, Portugalete –, así como el interior de la ría de Bilbao, comenzaron a experimentar grandes cambios. Pasaron de ser puertos naturales, con ninguna o escasas infraestructuras con las que atender las necesidades del tráfico, a dotarse de muelles, astilleros, almacenes navales e industrias subsidiarias de todo tipo y condición. Una transformación física pareja al desarrollo de redes socio-laborales acordes con las nuevas actividades.

Ahora bien, todas las obras que se emprendieron fueron demasiado costosas, por su magnitud y por la propia situación de los puertos enclavados frente a un mar rebelde e imprevisible que destruía una y otra vez lo construido; sobre todo si se tiene en consideración que su financiación corría a cargo principalmente de las cuentas concejiles. Porque los concejos bajomedievales eran instituciones de financiación autónoma, que dependían de las recaudaciones fiscales, casi siempre indirectas, para asumir el mantenimiento de su territorio: villa y mar o, en otras palabras, villa y puerto.

Sin embargo, y pese a las dificultades, los puertos vizcaínos estuvieron a la altura de las circunstancias ya que organizaron una estructura portuaria que les permitió, por una parte, convertirse en puertos redistribuidores de las mercancías que llegaban desde el sur o desde el norte; y, por otra, transformar un paisaje natural y convertirlo en un paisaje industrial al servicio del comercio, de la pesca y de la conserva, de la industria naval y de las industrias subsidiarias. Todo ello a costa de unas cuentas concejiles exhaustas.

**Palavras-chave:** Vizcaya; Villas marítimas; Puentes; Muelles y puertos.

**Abstract:** Since the Middle Ages, the Bay of Biscay formed a natural route of trade between the Mediterranean-Atlantic axis and the Baltic Sea. Thus, the port facilities of the sea-port towns – Bermeo, Lequeitio, Ondárroa, Plencia, Portugalete –, and those located in the estuary of Bilbao, began to undergo major changes. They went from being natural harbours, with no or little infrastructure to serve their traffic needs, to being equipped with docks, shipyards, naval warehouses and subsidiary industries of all types and conditions. It was a physical transformation accompanied by the development of social and labour networks in line with new activities.

However, all these construction works became much too costly because of their magnitude and the very location of the ports, settled in front of a turbulent and unpredictable sea, which was to destroy any man-made creation, time and time again; especially if we take into account that they were financed only by municipal funds. In the Late Middle Ages, these councils were autonomous financing institutions, depending on tax collection, almost always indirect, in charge of the maintenance of their territory: town and sea or, in other words, town and port.

Nevertheless, despite the difficulties, the ports of Biscay rose to the demands of the situation, as they designed a port structure that allowed them, on the one hand, to redistribute the merchandises coming from South and North; and, on the other, to transform a natural landscape and to turn it into an industrial site open to trading, fishing and conservation, the naval business and other secondary industries. All this at the expense of the depleted municipal coffers.

**Keywords:** Biscay; Maritime towns; Bridges; Docks and ports.

\* Una parte de este trabajo fue presentado al II Encontro «O Mar. Usos, Partimónios e representações». CITCEM – Universidade do Porto. Porto, 20-22 de Octubre de 2011.

\*\* Departamento de Historia Medieval y CC y TT Historiográficas. Facultad de Geografía e Historia. Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED). Email: arivera@geo.uned.es.

## 1. INTRODUCCIÓN

Mostrar y demostrar la acción del individuo en el marco de las estructuras y de las coyunturas sigue siendo el reto que el historiador tiene ante sí, manifestaba García de Cortázar. En oposición a estas palabras, la realidad demuestra que ha surgido una historia peligrosamente temática, fragmentada, donde prima el concepto de identidad y, como consecuencia, el fortalecimiento y la reestructuración del concepto de región. Este interés que han mostrado los historiadores por la identidad y lo regional, sufragáneos de los estudios geográficos y económicos, cambió el concepto de «región», otorgándole una nueva definición. A partir de ahí, en consecuencia, la reducción del marco de análisis histórico ha traído beneficios como, por ejemplo, la publicación de fuentes y de diversos estudios, la matización de modelos, y el enriquecimiento de los escenarios. Aunque también ha generado perjuicios que se pueden resumir en la atomización de la historia en el ámbito de la síntesis interpretativa para llegar a una impostura territorial, porque nunca se puede equiparar el término región con el de Comunidad Autónoma, puesto que son espacios transnacionales configurados por circunstancias históricas precisas y cambiantes<sup>1</sup>.

Por su parte, Saupin comparte opinión con García de Cortázar al creer que las investigaciones referentes al macrocosmos atlántico deben pronunciarse holísticamente. En la presentación de una obra de conjunto sobre las villas atlánticas, indica que existen dos prioridades: el estudio de las relaciones internacionales y el análisis de las mutaciones históricas que hayan afectado a los espacios, a los intercambios y al remodelado de las identidades regionales desde el siglo XV. Porque en la medida en que comprendamos estas relaciones comprenderemos con más claridad cómo se produjo la integración del espacio marítimo (compuesto por comerciantes, capitales, personas e ideas) y cuál fue la evolución de las villas portuarias europeas<sup>2</sup>.

En realidad, y tal vez como explica Solórzano Telechea, siguiendo la teoría de Rogers Brubaker, cuando analizamos las ciudades y las villas marítimas integradas en una red tendríamos que hacerlo en términos de identificación y no de identidad; identificación social, política, económica y cultural. Es decir, en términos de realidades urbanas que presentan rasgos comunes e influencias de modelos y de modas culturales del Mediterráneo y del Mar del Norte y que se manifiestan en el marco jurídico, en los usos, en los instrumentos, en la tipología de las embarcaciones, en los pesos y en las medidas, en las conexiones lingüísticas y hasta en sus sellos<sup>3</sup>. A esta teoría se adscribe, igualmente, García Fernández, cuando manifiesta que el comercio y, en consecuencia, lo portuario sólo puede ser analizados en un sentido más pleno, en un ámbito de referencia más amplio y extenso: el escenario europeo medieval<sup>4</sup>.

Por nuestra parte, y siguiendo a estos autores, huiremos de la endogamia territorial, analizando el fenómeno de las villas atlánticas vizcaínas y su relación con los concejos

---

<sup>1</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, 2009: 343-380. LADERO QUESADA, 1991: 159-205.

<sup>2</sup> SAUPIN, 2006: 9-23.

<sup>3</sup> SOLÓRZANO TELECHEA, 2010: 39-61.

<sup>4</sup> GARCÍA FERNÁNDEZ, 2006: 29.

dentro de un marco mayor, que excede al puro estudio de tipo regionalista o de perspectiva local-provincial. Porque no se debe olvidar que la fundación de las villas portuarias se produce en un contexto de necesidad mayor, que no es otro que alcanzar el impetuoso «tren» de la extraterritorialidad de las relaciones bajomedievales que, en todos los sentidos, supera a los conceptos de identidad y de región tal como hoy se entiende desde la Administración.

## 2. LA ORGANIZACIÓN DEL ESPACIO: VILLAS Y PUERTOS

En el siglo XII comienza el proceso de urbanización de las villas vascas, cuyo hito lo constituye el fuero de las Salinas de Añana (1134). En esta secuencia se advierten tres etapas de evolución que abarcan desde el año 1200 al 1312. La primera estará centrada en la configuración territorial. La segunda motivada por la necesidad de estructurar y de consolidar lugares estratégicos-políticos y asegurar las comunicaciones con la ciudad de Vitoria como vía para llegar a Castilla por una ruta jalonada de nuevas villas. Es precisamente en este momento cuando se fundan Bermeo y Plencia (1236), a las que se otorga el fuero de Logroño<sup>5</sup>. Finalmente, en la tercera etapa, coincidente con la Baja Edad Media y con la grave crisis del sistema feudal, se intensifica el proceso urbanizador a pesar de la coyuntura, con la fundación de Bilbao (1300), Portugaleta (1322), Lequeitio (1325), Ondárroa (1327) y Guernica (1366) «que llaman el puerto de Guernica», aunque mucho más tarde se configure el puerto de Mundaca. Es decir, primero se procede a reorganizar el espacio interior mediante la reagrupación del poblamiento disperso; después se inicia el desarrollo de las comunicaciones que articularán el comercio castellano con el eje atlántico-báltico; y, finalmente, se consolida el poder establecido a través de los ordenamientos que aseguran un mayor control sobre las rentas y los servicios, a la vez que defienden a las poblaciones de la presión señorial.

Por otra parte, hemos de decir que las excavaciones arqueológicas realizadas en numerosas villas han permitido documentar la existencia de fases de ocupación que preceden a la propia fundación. En otras palabras, unas villas se habrían materializado a partir de asentamientos anteriores, algunos de cuales se remontan a la época romana, como son los casos de Bermeo y de Lequeitio. Otras villas, en cambio, serían de nueva planta respondiendo a una voluntad creadora, sobre todo las fundadas en el siglo XIV, llegándose a convertir en la modalidad imperante en el territorio vasco. Lo cierto es que al llegar la segunda mitad del siglo XIV la costa vizcaína estaba salpicada de villas portuarias que miran al golfo homónimo y cuyo fin es obtener la máxima rentabilidad de la exportación de lanas castellanas y de la producción de hierro de las vetas propias. No cabe duda que la aparición de estas villas rompió el equilibrio social en la medida en que, a partir de la segunda mitad del siglo XIV, las potencialidades económicas aumentan las rentas y con

<sup>5</sup> Es importante destacar que los ordenamientos vascos encuentran su origen el ~~derecho de francos~~ fueros a través de dos modelos foráneos, los derivados del Fuero de Jaca y del Fuero de Logroño. GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 1993: 43-62, GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 1997: 189-214. GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2004: 279-309.

éstas el desarrollo de los más variados sectores. Así pues, las villas portuarias van ocupando un lugar de preferencia a la par que aseguran los intercambios más allá de las fronteras. Es el momento en que el mapa de la costa vizcaína se configura tal y como hoy lo vemos.

El texto de las Cartas Pueblas refiere a la jurisdicción marítima. Es más, las mayoría se fundan sobre lo «que dizen el puerto de»; es decir, lo que al legislador le interesa es la condición de puerto de la villa por fundar; le importa fundar la villa para consolidar a la población, pero sobre todo para conservar su puerto libre de intervenciones perjudiciales. Por eso mismo cada fundación irá acompañada de privilegios y de franquicias, para aferrar más a la gente en torno a su puerto. Eso sí, sólo en unos pocos casos, Plencia o Portugaleta, las cartas les conceden las aguas de las rías y las marítimas para su uso. Años más tarde veremos a algunas alegar derechos ancestrales para que se reconocieran sus aguas. Esta defensa no responde a reclamar un derecho de propiedad, sino un derecho de defensa de la exclusividad de una renta<sup>6</sup>.

Por su parte, las ordenanzas municipales, reguladoras de la vida y de las actividades de sus habitantes, surten al investigador de un amplio conjunto de señales que dan cuenta de la importancia del mar para la villa como agrupación humana, y de la propia villa como entidad autónoma que controla las actividades de su jurisdicción<sup>7</sup>. Pero aún más, el mar es visto como sustento, pero al mismo tiempo como una utilidad económica, ya sea por el movimiento portuario en el escenario comercial como por el tráfico de mercancías para utilidad fiscal. Por lo tanto, la condición de villa portuaria o fluvio-marítima añadirá un plus a los recursos con los que se financia el concejo como institución autónoma. Así, aunque no se sepa qué fue primero, si el puerto o la villa, lo cierto es que el mar, y más concretamente su puerto, se convertirá en un codiciado objeto de deseo como medio de financiación para el concejo, la Iglesia y la Corona. De esta manera será posible reconocer el complejo portuario «come principio organizzativo della città-porto»<sup>8</sup>.

### 3. DEL PORQUÉ DE LA NECESIDAD DE TENER UN PUERTO EXPEDITO

Algunos autores definen al siglo XIV valiéndose de una figura bíblica, al mencionar que en este periodo hicieron acto de presencia los cuatro jinetes del Apocalipsis: el hambre, la muerte, la peste y la guerra. Y efectivamente, así fue. Todo ello se traduce en un duro

<sup>6</sup> ARÍZAGA BOLUMBURU, 2008, 35: 29.

<sup>7</sup> En algunas Cartas Puebla hay alusiones más o menos concretas sobre la función del mar. En Plencia se dice: *et erminos para vallas matar del agua que corre por medio de Vaquio fasta Portugalet e, e podades guardar e tener vuestras galeras do ras quisierdes*. Fuentes Documentales Medievales del País Vasco (FDMPV), 17, Doc. A-1: Palenzuela (Plencia), 5 de octubre de 1299. En el privilegio de confirmación de la villa de Portugaleta se lee: *le byport erminos de la mar desde el río Lonvar, donde se par te la tierra del rey e de Menacos fasta Luchana, e a los pescadores que vengan t onel pescado a la dicha villa de Portugalet e y que den quinzaio de pescabo al Señor segunt en Bermeo*. FDMPV, 17, A-2. En Lequeitio (1325) se otorga a sus vecinos que pudiesen andar pescar y salar, comprar y vender... *Ibidem*, 37: 2. En la Carta Puebla de Bilbao de 1300 se lee: *si tenemos por vien que los del Conexo que puedan andar e pescar e comprar e salar, asi como faz en los de Castro e los de Laredo e los de los otros puertos...* *Ibidem*, 9, Doc. 1: 9.

<sup>8</sup> RIETERBERGEN, 1998: 615-624.

periodo de crisis económica, una crisis que no afectó a toda Europa por igual. La historiografía vizcaína comprueba que ni el hambre ni la peste se manifestó en el territorio vizcaíno de forma virulenta y que, además, la dinámica económica siguió un ritmo creciente. Por ello, a pesar de la situación estructural, las villas portuarias de Vizcaya vivieron un momento de vital desarrollo que se comprueba en su inserción en los circuitos internacionales del comercio. Recordemos que Vizcaya formaba parte de la Hermandad de las Marismas<sup>9</sup>. Más tarde lo haría de la Marisma de España (1407), llegando a poseer un sitio consolidado en Brujas materializado en la construcción de la Casa de los Vizcaínos. Y, ya a comienzos del siglo XVI, la fundación del Consulado de Bilbao demostraría la potencialidad del puerto por sí mismo<sup>10</sup>. Paralelamente se expande un comercio y transporte informal como demostrara Ferrer Mallol<sup>11</sup> constatando la existencia de transportistas y piratas vizcaínos en torno a las plazas comerciales del Mediterráneo.

Las villas situadas en el seno del golfo de Vizcaya estaban llamadas a cumplir un papel fundamental, y como tales, sus puertos debían contar con buenas instalaciones y completas zonas de servicios. Es decir, con un espacio portuario saneado que atrajera un mayor movimiento comercial. Sus puertos, en ocasiones, eran receptores de los productos del comercio; otras veces eran una mera escala para la redistribución; también emplazamientos para cargas de lanas y de hierro; e incluso lugar de refugio y aprovisionamiento para hombres o de resguardo y de reparación para las naves. En consecuencia eran villas plenamente integradas en la red de relaciones marítimas comerciales del mundo atlántico bajomedieval. De todo ello era plenamente consciente la autoridad municipal y, por supuesto, la Corona. No en vano Bermeo fue considerada la Cabeza de Vizcaya antes de ser sustituida por la implacable villa del Nervión. Así parece quedar demostrado en las ordenanzas municipales y en las sesiones de los concejos.

Pero, evidentemente, ni todos los puertos son iguales ni todas las villas cuentan con los mismos recursos. Hay villas cuyos puertos estaban precedidos por rías, otras se enclavaban directamente en el propio golfo. A unas sus rías las hacían tributarias de los puentes; otras estaban al albur de los caprichos de la mar. Todas atadas a un mar que no dejaba respiro ni a sus habitantes ni a sus autoridades; y todas dependientes del tráfico marítimo, la pesca, la construcción naval o las industrias de transformación.

A lo accidentado de su costa habría que añadir que la mayoría de estas villas marineras eran subsidiarias de sus respectivas rías, que en ocasiones hicieron las veces de puerto. Y si hablamos de rías debemos hacer alusión a sus infraestructuras. Así, los hombres y las autoridades de los puertos de las villas costeras debieron atender a dos cuestiones básicas para el buen desenvolvimiento de las actividades marineras: sus puertos y sus puentes. Es en estos ámbitos donde los concejos desarrollaron una mayor actuación, ya que eran conscientes de la importancia de los beneficios que se obtenían a través de ellos. Pero a la vez, las poblaciones de estas villas sufrieron en sus propias carnes el esfuerzo,

<sup>9</sup> ORELLA UNZÚE, 2000: 30.

<sup>10</sup> GARCÍA DE CORTÁZAR, 2004: 15-34.

<sup>11</sup> FERRER MALLOL, 2000. Ver los números 4, 5 y 6 de *Isas Memoria*. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco.

toda vez que la financiación de las actuaciones corría a cuenta de los llamados impuestos indirectos o sisas, gravámenes temporales que se alargaban en el tiempo y menguaban los bolsillos de los particulares porque recaían sobre los productos de abasto<sup>12</sup>.

### 3.1. DE LAS RÍAS Y DE LOS PUENTES

Las rías de algunas villas vizcaínas forman parte de su infraestructura portuaria por las características de sus márgenes y por su accesibilidad. En cierto modo podemos decir que los puertos fueron tributarios de estas rías, en la medida que se utilizaron para albergar en su entorno el sector servicios de sus puertos. Desde Ondárroa a Plencia comprobaremos que se plasma un aprovechamiento casi idéntico, que además se asemeja al paisaje que ofrecen otros puertos portugueses, gallegos, cantábricos o franceses. E igualmente mostraremos que estas zonas fueron generadoras de una legislación específica por parte de sus respectivos concejos; entre otras cosas porque donde existe una ría hay un puente, que en principio se estimó como paso de peatones o de carretas, pero que con el tiempo fue más que eso. En su entorno, a los «pies» de los puentes se fue organizando un nutrido sector servicios<sup>13</sup>. De ahí la importancia que toman la rías y sus puentes como elemento nodal del espacio portuario.

En los puertos con ría, es decir en los espacios fluvio-marítimos, las pleamares tormentosas, las avenidas o la carga que soportaba el puente por el tránsito de personas, mercancías y animales causaban daños que se sucedían sin solución de continuidad. De hecho, las bases de los pilares, de madera, se pudrían con mucha facilidad, provocando gran disgusto y largas discusiones en sus respectivos ayuntamientos. En ocasiones, temporalmente, se establecían impuestos para hacer frente a los gastos ocasionados, gravámenes que más tarde pasaron a ser permanentes. A lo largo de los siglos bajomedievales manan de las fuentes gran cantidad de datos que indican que las rías y sus puentes eran algo más que un «dolor de cabeza» para las autoridades locales.

En este sentido en los siglos Bajomedievales los espacios fluvio-marítimos que miran a la fachada atlántica además de emprender un vasto proceso de mejoras infraestructurales, prestarán atención a la construcción y el mantenimiento de los sus puentes. Ahora bien, es importante aclarar que no siempre se trata de un puente físico sino que, a veces, se habla de puentes de barcas que unen ambas márgenes. Es el caso de los conocidos puentes de barcas de Oporto<sup>14</sup> y de Fuenterrabia<sup>15</sup>. Puertos mayores y menores destinarán parte de sus recaudaciones a las labores de mantenimiento: Bayona impone desde el siglo XIII una sisa

<sup>12</sup> RIVERA MEDINA, 2010: 429-449.

<sup>13</sup> El concejo de Lequeitio vende a un tonelero un terreno «calbo» en Isunza. Archivo Municipal de Lequeitio (AML), 4 de octubre de 1409.

<sup>14</sup> En Oporto los llamados «passos de barcas» se extendían por todo el curso del río, tanto que fijarían su memoria en la toponimia. Eran pequeñas embarcaciones guidas por un barquero e indispensables, porque la propia morfología del río dificultaba la edificación de puentes fijos en piedra o madera. BARROS, Amândio, 1998: 2067. Asimismo para el caso de los grandes espacios fluvio-marítimos: Miño, Douro y Tejo portugueses puede verse: AGUIAR ANDRADE, Amélia, 2008: 57 y sgtes.

<sup>15</sup> A la villa de Fuenterrabía se le concedió la capacidad de contar con una gabarra que oficiaba de puente en todo el río fronterizo de Bidasoa. ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz, 1996: 129-144.

para este efecto<sup>16</sup>; también en Burdeos los puentes, serán de dominio público y por tanto dependían la municipalidad, siendo ésta la encargada de su sostenimiento<sup>17</sup>; en Santander, el puente sufragado por las arcas municipales, llegó a tener cinco arcos, primero de estructura de madera, y más tarde, de piedra<sup>18</sup>. En Pontevedra la villa nace para salvaguardar a su puente «la ponte» construido sobre el río Lérez. Las descripciones que se hacen del mismo ponen de manifiesto la idea de asentamiento de la villa en relación con la salvaguarda del puente. De ahí que pueda entenderse que el gobierno local asista al elemento por la función estratégica que desempeña. Es más el mantenimiento del puente se sufraga con la llamadas «Penas da Ponte» y «Rentas da Prancha» que se perciben por el uso de la zonas de atraque, según consta en el «Cuaderno de posturas» de 1496<sup>19</sup>. Finalmente, y a fin de mostrar la situación en los grandes sistemas portuarios fluvio-marítimos peninsulares hay que destacar al complejo portuario de la Baja Andalucía. Como dice Enrique Otte, *Sevilla todo lo debe a su río*. El Guadalquivir, arteria central de este complejo, se extiende desde Córdoba a Cádiz, siendo la zona portuaria propiamente dicha desde Córdoba a Sanlúcar donde se edifican puentes y también se utilizan los llamados «puentes de barcas». De este entramado quizá hay que referirse al más conocido, el puente de Triana, que estaba acompañado por una pontezuela cerca de la Torre del Oro. Los espacios circundantes de ambos edificios oficiaron de zonas de amarre el primero y de zona de entrega de cal y otros productos<sup>20</sup>.

En Vizcaya, Ondárroa, con su ría, consecuencia del río Aribai, y su puente llamado «de Zubizarra», también fueron objeto de tratamiento por parte del concejo. El puerto histórico se asentó en la desembocadura de dicho río y, más concretamente, en uno de sus meandros a la entrada de la ensenada. Sería, por tanto, un puerto de ría y no de mar<sup>21</sup>. En una de las riberas se hallaban el arenal de Santa Clara y un fondeadero. Desde 1335 la villa recibiría licencia para cobrar cinco dineros por cada nave que pasase bajo el puente de madera, que estaba construido sobre el brazo de mar que entraba en la jurisdicción. Los ingresos recibidos por este concepto se destinaban al mantenimiento del propio puente<sup>22</sup>. Es decir, el puente ya ofrecía servicios a comienzos del siglo XIV y los emolumentos que generaba se destinaban a reconstrucciones y mejoras. A fines del siglo XV la villa declara no tener rentas suficientes para acometer obras, por lo que le autorizan a realizar un repartimiento no mayor a tres mil maravedíes, cantidad muy discreta si se considera que tan sólo, y según indica la fuente, se percibían rentas por los montes<sup>23</sup>. Por Real Cédula, fechada en Burgos a 3 de enero de 1507, doña Juana da licencia a la villa para hacer un repartimiento de cincuenta mil maravedíes para arreglos del puente<sup>24</sup>.

<sup>16</sup> BOCHACA, Michel; ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz, 2012: 82.

<sup>17</sup> BOCHACA, Michael, 2005: 92-95.

<sup>18</sup> CASADO SOTO, José Luis, 1985: 650.

<sup>19</sup> ARMAS CASTRO, 1992: 56, 289.

<sup>20</sup> OTTE, 1996: 105.

<sup>21</sup> MORAZA BAREA, 2000: 45.

<sup>22</sup> CIRIQUIÁIN Y GAIZTARRO, 1951: 79.

<sup>23</sup> FDMPV, 3. Docs. 10 y 14.

<sup>24</sup> FDMPV, 12. Doc. 45: 213-214. Por Real Cédula fechada en Burgos a 3 de enero de 1507, doña Juana da licencia la villa para hacer un repartimiento de 50.000 maravedíes.

En Lequeitio, su ría y su puente llamado «de Isunza» constituyen una unidad desde muy antiguo. El puente se construyó en esa línea incierta que divide al río de la ría. Uno de los primeros «edefiços», tal y como lo llaman las fuentes, que habría sido levantado en la primera mitad del siglo XIV. Era de madera, materia prima muy económica por la fácil accesibilidad a los montes de la región. Debido a los frecuentes incendios<sup>25</sup> la madera fue paulatinamente sustituida por la piedra. El puente de piedra se construyó sin plano alguno y sin las pertinentes proporciones para que la edificación soportara la dureza del clima, la presión de las mareas, el oleaje o el peso de las cargas que transitaban por su pasarela. Y como veremos, también se financió mediante un contrato de arrendamiento (1463-1473) de los derechos de nasaje<sup>26</sup>, es decir, con la recaudación de seis maravedíes por cada embarcación que pasare bajo el citado puente. En 1504 el corregidor autoriza un repartimiento extraordinario de tres mil maravedíes cada año. Poco más tarde, otro expediente promovido por la villa solicita autorización para cobrar un impuesto extraordinario. En este expediente se hace referencia a las necesidades de realizar ciertas reparaciones, señalando lo que se cobra para transitar por su pasarela. En 1508, el licenciado Rodrigo Bela Núñez de Ávila expresó:

*que avia visto el puente de madera de la villa, que se llama Ysunça, la qual le paresçio que esta muy mal reparada e que se podia reparar con un poco de gasto; que mandaba e mando al fiel de la dicha villa que dentro de los cincuenta dias primeros siguientes, a costa del dicho conçejo, la reparase e aderezase por manera que por desastre o ocaçion non cayese onbre o bestia alguna, so pena de çinco mil maravedis para la camara de su alteza...<sup>27</sup>*

El corregidor directo y ejecutivo para perplejidad de la autoridad concejil, ordena que los gastos de las mejoras deberían correr a cargo de su concejo y señalando que construyeran:

*pies nuevos, puntales e aspas que fueran necesarios, quitando los viejos, quebrados e podridos... e quitando las tablas viejas e poniendo nuevas, por manera que se repare y adreçe para muchos annos e non sea menester otro reparo..., e que se haga a costa del conçejo<sup>28</sup>.*

Lo cierto es que la relación del concejo con el puente era una cuestión matemática: un suma y sigue. En 1510 se utilizaron para «lo menudo», es decir para reparos sencillos, casi tres mil maravedíes; en tanto que para jornaleros, tablas, maderas, clavos, «gonzas» de hierro y costas de los oficiales casi dos mil ochocientos maravedíes. Además, en el siguiente quinquenio se acusó un cargo de cinco mil maravedíes por año<sup>29</sup>. Pero toda reparación resultaba insuficiente. En 1518 «el mar le llevó un pie», ocasionando una

<sup>25</sup> VELILLA IRIONDO, 1997: 213.

<sup>26</sup> FDMPV, 37, T. I., p. 184. Doc. 73. Lequeitio, 12 de mayo de 1463. Contrato de arrendamiento de «nasaje» por cuatro años a favor de Nicolás Ibáñez de Arteita.

<sup>27</sup> FDMPV, 44, Doc. 1, 6: Lequeitio, 1508.

<sup>28</sup> RIVERA MEDINA, 2008: 48-53.

<sup>29</sup> FDMPV, 40, T. IV: 798.

cuenta de la que no tenemos la cifra, pero que debió ser alta dado que se apuntan los cargos de los carpinteros, de los materiales y de las dietas en comidas. Sin embargo, parece que el puente tuvo sus detractores, porque según el testamento del bachiller Arteyta, tras su muerte, una suma inestimable pasaría a sufragar las reparaciones del edificio. La década del año 1520 marcó un hito en la historia de éste puente. Por aquellas fechas el *Libro Padrón de Hacendera* refleja el cambio, señalando que se construyó un pilar de cal y canto que ocasionó un total de ochenta y dos mil trescientos cincuenta maravedíes sumando diferentes conceptos como materiales, mano de obra, etc.<sup>30</sup>.

En Plencia, el *Libro del Becerro*, que contiene los papeles tocantes a la villa entre 1495-1552, incluye las ordenanzas municipales y en ellas aparece un capítulo dedicado a la ría y al puente. No sólo señala de su existencia sino que, además, aclara que todas las obras de dicho puente se sufragarían con lo percibido por las multas sobre infracciones «del pescado»<sup>31</sup>. En 1516, durante la visita del Corregidor, se ahonda sobre la utilidad del puente: al parecer las pinazas y los bateles se amarraban a los «pies de la puente», produciendo no pocos estragos en los «maderamientos y tablados» y gran daño para el concejo y sus finanzas, ante lo cual se prohíbe esta práctica, so pena de trescientos maravedíes la primera vez, seiscientos la segunda, y la pérdida de la embarcación la siguiente. Además, se señala qué ingresos son los destinados a los reparos del mencionado puente<sup>32</sup>.

«La puente», como aparece en las fuentes, generaba grandes gastos inesperados, ya sea por debilidad de las maderas utilizadas, por uso inadecuado, por las tempestades, o por los incendios<sup>33</sup>. De hecho, están documentados desde 1496, 1498, 1499 y 1508 los repartimientos que se promulgaron con licencia real para acometer diversas obras<sup>34</sup>. Y si el puente era importante no lo era menos la ría, donde se extendían bancos de arena en ambas márgenes, arenales que en algunos casos llegaban hasta Górliz. Lo cierto es que entre fines del siglo XV y comienzos del XVI la villa de Plencia había invertido en reparaciones y mejoras de su puente y de su ría más de setenta mil maravedíes, que se obtenían del bolsillo del contribuyente.

La villa de Bilbao, protegida en la entalladura de su ría, tenía más de un puente: Ibeni, El Arenal, Lasao, Castrejana y San Antón<sup>35</sup>. Entre estos destaca el puente de San Antón, también llamado «la Puente», que ya existía antes de fundarse la villa de Portugalete. Las crónicas indican que los barcos podían amarrarse en sus estribos o *pies* y que, además, se realizaban tareas de carga y de descarga porque, al parecer, ya existía un muro de contención<sup>36</sup>.

Y efectivamente así pudo haber sucedido, porque desde 1331 Alfonso XI autoriza al concejo para cobrar medio maravedí por el paso de cada acémila, para con ello hacer

<sup>30</sup> RIVERA MEDINA, 2008: 50-51.

<sup>31</sup> FDMPV, 17, B-21: 133.

<sup>32</sup> *Ibidem*, 163. Plencia, 15 de septiembre de 1516.

<sup>33</sup> FDMPV, 164. Se prohíbe pasar el puente con tizones encendidos.

<sup>34</sup> *Ibidem*, 238-239; 242-244; 246-249; 258-264. Ver también: ROPERÓ, 2008.

<sup>35</sup> RODRÍGUEZ HERRERO, 1948: 13.

<sup>36</sup> CIRIQUIÁIN Y GAIZTARRO, 1951: 221.

frente al mantenimiento del puente. Seis años más tarde doña María ratifica el privilegio aclarando que lo recaudado se destinaría a «adobar el puente»<sup>37</sup>. En 1350 un nuevo privilegio ratifica el cobro del peaje o «pontaje», por pasar el puente<sup>38</sup>. Privilegio que se utiliza cuando en 1475 el preboste de Bilbao reclama el derecho sobre tal recaudación. Ante tanto conflicto, el concejo de Bilbao pide una comisión sobre el asunto al corregidor<sup>39</sup>. Finalmente, la autoridad municipal logra que los Reyes Católicos confirmen el privilegio de 1335 por el que se autoriza dicho cobro<sup>40</sup>. Pero la madera se corroía con facilidad por la humedad y la dañosa utilización de sus pies, lo que obligó a solicitar licencia para imponer una sisa que se dedicaría a hacer frente a los reparos<sup>41</sup>.

Pero el gasto no cesaba. En 1463 se acometió las obras del arco del puente de San Antón y del puente de Castrejana. Sabemos que para la obra de San Antón se nombró a Juan Martínez de Olarte y a otros compañeros maestros carpinteros para su ejecución<sup>42</sup>. Para los trabajos acometidos en el puente de Castrejana se pidió licencia para realizar un repartimiento aduciendo que su estado era peligroso<sup>43</sup>. Además, se comisionó a varias personas para que cortasen árboles de los bosques de la villa e hicieran las estacas necesarias para dichas obras<sup>44</sup>.

Con el nuevo siglo se abandona la madera como material de construcción para los puentes de la villa de Bilbao. Los datos indican que a comienzos del siglo XVI el puente de San Antón, «la Puente», era de piedra, alomado, de tres ojos, siendo el central de ellos, de gran arco. Similar situación se presentará con «la Puente» de Portugalete. En 1495 en una visita del corregidor se ordena que *se reparen y pongan en perfección calles, calzadas, entradas y salidas e puertos e puentes*. Por estas fechas una gran lluvia e inundación<sup>45</sup> dejó inutilizada las infraestructuras de la villa portugaluja, por lo que se da licencia para poder repartir cien mil maravedíes<sup>46</sup> para hacer frente al desastre.

### 3.2. DE LOS MUELLES

La construcción, el mantenimiento y las reparaciones de los muelles fueron las grandes preocupaciones de las villas marineras europeas desde la Baja Edad Media. La tendencia creciente de los intercambios entre las, llamadas por Solórzano Telechea, «nereidas del norte» fue el disparo de salida de una carrera muy costosa en recursos financieros y humanos. Recursos con los que dotar a los puertos de infraestructuras e instalaciones útiles para las actividades «domésticas», es decir, de la propia villa; pero sobre todo para el

<sup>37</sup> FDMPV, 90, Doc. 16: 43. Lerma, 24 de febrero de 1336.

<sup>38</sup> RODRÍGUEZ HERRERO, 1948: 13.

<sup>39</sup> FDMPV, 95, Doc. 138. Trujillo, 17 de julio de 1479.

<sup>40</sup> *Ibidem*, Doc. 72. Córdoba, 13 de junio de 1483.

<sup>41</sup> FDMPV, 90, Doc. 98: 396-399. Segovia, 15 de junio de 1480.

<sup>42</sup> *Ibidem*, 223. Bilbao, 11 de junio de 1463.

<sup>43</sup> *Ibidem*, 206-207. Bilbao, 10 de junio de 1463.

<sup>44</sup> *Ibidem*, 212. Bilbao, 10 de junio de 1463.

<sup>45</sup> Archivo de la Chancillería de Valladolid (ACHV), RGS, 362. Burgos, 22 de febrero de 1495. Los vecinos de Portugalete piden provisión de fondos debido a las avenidas y «grandes aguas».

<sup>46</sup> FDMPV, 12. Burgos, 24 de setiembre de 1495.

tráfico inter-portuario o de escala que implicaba al rosario de puertos que tenían como destino las ciudades del norte de Europa. Era evidente que el enclave que contara en su haber con buenas infraestructuras resultaría de gran rentabilidad y sería muy visitado por las embarcaciones, cuyos cargamentos contenían materias primas junto con productos semi-transformados y manufacturados para abastecer las villas, lo que a su vez dinamizaría el circuito interior terrestre.

Estas transformaciones del paisaje portuario son visibles y constatables desde el siglo XIV, especialmente después del primer tercio. Ahora bien, estas obras, de lo que podríamos considerar una primera etapa constructiva, son difíciles de situar en el entorno portuario porque no existe, hasta hoy, ningún tipo de testimonio material que permita hacerse una idea de cómo eran, dónde estaban y cómo se disponían. No obstante, la documentación consultada brinda pistas suficientes para ofrecer un panorama de las infraestructuras e instalaciones desarrolladas en los puertos vizcaínos. El continente informativo lógicamente es mayor en los puertos principales y de gran movimiento (Bermeo, Lequeitio, Bilbao y Portugalete), y fluye con cuentagotas en los puertos menores (Mundaca o Plencia).

Así pues, en Bermeo existieron tres puertos: Chico, Mayor o Artza y Portuondo (que en realidad estaba situado en la jurisdicción de Mundaca). Según las ordenanzas de la Cofradía de 1353, el puerto Chico era el puerto propiamente dicho, aunque sin muelles, ni obra de fábrica de ningún tipo. Más tarde se levantaría el guardamar de Santa Clara. El puerto Mayor o Artza oficiaba de desagadero del río Artigas, lugar donde varaban las naves. A fines del siglo XV, en 1494, comenzó a construirse en este sitio un muelle de atraque, carga y descarga que se terminó de construir en 1505. Para afrontar la obra se obtuvo licencia real para imponer una sisa sobre el trigo hasta el momento en que se culminara el proyecto<sup>47</sup>. Para esta época se señalan tres muelles: uno arrimado a tierra, otro de atraque y el tercero en el Artza<sup>48</sup>. El puerto completó su infraestructura hacia 1560, cuando el puerto Chico se abrió al socaire.

El verdadero puerto de Mundaca era el llamado Portuondo, disputado por Bermeo<sup>49</sup> del que se desconoce su infraestructura aunque sí existen informaciones para 1494, momento en que se encarga al licenciado Loarte un estudio sobre la canalización de la ría de Guernica con el fin de acortar la distancia de Guernica a la barra de Mundaca. Este es un puerto artificial, construido en forma de círculo y hacia el canal. Su entrada estaba dividida en dos pequeñas dársenas<sup>50</sup>.

La información sobre la infraestructura portuaria de la villa de Lequeitio se remonta al año 1381, cuando se decide que parte del producto de la venta de las lenguas de las ballenas capturadas habría de ser destinado a la reparación de los muelles, lo que significa que para esa época existía, al menos, un muelle: nos consta el llamado «Holandaco Molla» Es precisamente el nombre de este muelle el que indica la importancia del puerto

<sup>47</sup> LABAYRU Y GOICOECHEA, 1972: II, Apéndice n.º 46: Sobre hacer un muelle en Bermeo, 4 de setiembre de 1500.

<sup>48</sup> RIVERA MEDINA, 1997: Cap. 1.

<sup>49</sup> FDMPV, 128. Doc. 112. Valladolid, 12 de agosto de 1502. Ejecutoria confirmando la ejecución de la sentencia dictada en el pleito entre la villa de Bermeo y la anteiglesia de Mundaca sobre la jurisdicción del puerto de Portuondo y Arcaeta.

<sup>50</sup> LABAYRU Y GOICOECHEA, 1972: 498.

para el tráfico del norte, porque al parecer era el muelle de amarre de los barcos procedentes de tierras holandesas. Pasada la primera mitad del siglo XV, entre 1463 y 1473<sup>51</sup>, se construye un nuevo muelle de cal y canto. Hay constancia de los reparos que se hicieron en 1504 en dicho muelle, ahora conocido como Arranegui<sup>52</sup>. Lo cierto es que en 1505 se mencionan dos muelles, uno de sesenta y dos brazas (Arranegui), orientado al norte; y otro de diecisiete brazas, orientado al sur. Poco más tarde, en la primera década del siglo XVI se tramita un expediente para imponer un tributo extraordinario a fin de reparar los muelles y las instalaciones portuarias en general<sup>53</sup>. También se llevan a cabo obras de ampliación del puerto, alargando el muelle existente y construyendo otro en el sur capaz de cerrar el perímetro y evitar así el avance de la segunda barra<sup>54</sup>.

Las fuentes sobre las infraestructuras e instalaciones portuarias de las villas de Plencia y de Ondárroa son verdaderamente escasas. En Plencia no existen referencias a sus muelles, probablemente porque este puerto se especializó en construcción naval y como centro de aprovisionamiento de hombres para la Armada. En Ondárroa, hasta el siglo XVI sólo se habían construido unas lengüetas de piedra y se constata que las inmediaciones del puente obraban de fondeadero.

La vida portuaria de estas villas vizcaínas quedó eclipsada por el crecimiento comercial y, por ende, por las infraestructuras e instalaciones del conocido como Abra bilbaíno que conforma un brazo de mar con dos puertos visibles y reconocibles: el de Bilbao y el de Portugalete. Las primeras referencias sobre ellos aparecen en una carta de marear del primer tercio del siglo XIV diseñada por Dulcert, donde se mencionan los puertos de *Birvao* y *Galete*. Es evidente que ya para estas fechas se desarrollaba algún tipo de actividad comercial o transportista en estos enclaves. Los planos de la villa y su ría de 1375 y 1442 nos permiten entender la disposición de sus muelles. En dichos planos la villa queda prácticamente rodeada por la ría y el brazo de mar; situación que cambiará paulatinamente entre mediados del siglo XV y mediados del siglo siguiente.

En 1402, un siglo después de la fundación de la villa del Nervión, se edifican el muelle adjunto al puente de San Antón, el de la calle Somera, el del puente de la calle de Santiago y se comienza la edificación del muelle del Portal de Santa María. Fue una gran obra que dio otra faz a la ribera izquierda junto a la villa. La propia cuantía y calidad de las obras dan cuenta de la importancia que ya por aquella época tenía el enclave como puerto de importación y de exportación para Castilla, desbancando a Bermeo, otrora cabeza de Vizcaya.

En Bilbao, la primera gran obra realizada en 1463<sup>55</sup> fue en las márgenes de la ría: rampas, muelles y muros; se concluyeron los trabajos del muelle de la calle Somera junto

<sup>51</sup> RIVERA MEDINA, 2008: 52.

<sup>52</sup> FDMPV, 39. Doc. 196. Lequeitio, 29 de marzo de 1504. Memorial presentado por la villa de Lequeitio para realizar un repartimiento extraordinario.

<sup>53</sup> FDMPV, Doc. 198.

<sup>54</sup> RIVERA MEDINA, 2008: 3-55.

<sup>55</sup> Archivo Foral de Bizkaia (AFB/BFA), Municipal, Bilbao, Antigua, 263/001/012. «Cuentas de lo gastado por la villa de Bilbao en el pedido del año 1463, la construcción de muelles y otras cosas, elaboradas para girar los repartimientos necesarios». Véase también: FDMPV, 55. Doc. 2. Acuerdos tomados por la villa de Bilbao en 1463. Bilbao, 13 de mayo de 1463.

al puente de San Antón; se reconstruyó el muelle de Santa María; y finalmente se delineó un muelle más en las cercanías de la calle Santiago<sup>56</sup>. La deuda del consistorio se fue incrementando de tal manera que además de las imposiciones que se establecieron en su momento para sufragar las obras, en 1509 se pidió otra licencia para «echar» sisas por un total de casi seiscientos mil maravedíes<sup>57</sup>. Igualmente, en 1512 se hicieron unas obras en el dique del Arenal que estuvieron a cargo de Juan Saes de Aris y Juan Ochoa de Uriondo. La obra consistía en realizar en los muelles el estacado con sus pértigas<sup>58</sup>.

En 1539, con licencia otorgada en 1532, se levantó una estacada de contención y encauce junto al convento de San Agustín y se construyó un murallón en el Arenal que posteriormente, y gracias al proyecto del maestro Juan de Lariz, formaría el nuevo muelle del Arenal. Esta obra fue fruto de la necesidad: el calado de las naves impedía su acceso hasta el puente de San Antón. Finalmente, en 1553, tras una grave inundación que arrasó no sólo las infraestructuras portuarias sino también las edificaciones de la villa, se procedió a realizar un estudio sobre todas aquellas estructuras que debían reconstruirse. Así como se elaboró un informe, avalado por testigos cualificados, de las actuaciones en torno al puerto y su ría.

En esta ocasión recurrieron nuevamente a los maestros expertos que habían servido a la villa, Ochoa de Uriona y Juan de Catilina, maestros canteros, quienes señalaron:

*Yten los edifiçios e costa que se a deazer en rremediar los cais y muelles de la carga y descarga de las mercaderías y de otras cosas de la dicha villa y de su rribera porque sin ella ni el pueblo ny estranxeros no se podrían entretener por estar todo perdido o derraizado del centro en muchas partes e según los materiales e qe costa se podrían costar diez mill ducados, quinientos ducados mas a menos<sup>59</sup>.*

Sobre la villa y puerto de Portugalete existen datos de su infraestructura portuaria desde fines del siglo XV. Será a partir de una gran inundación cuando, en 1495, en un acta del concejo de la sesión celebrada con motivo de la visita del corregidor se expresa la necesidad de reparar la infraestructura portuaria y su puente. El corregidor acepta la propuesta y se inicia la construcción de un nuevo muelle, para lo cual se autorizó un repartimiento para financiar los trabajos<sup>60</sup>. Iniciado el nuevo siglo, en 1507 se otorga licencia a la villa para repartir cincuenta mil maravedíes para realizar obras de mantenimiento y de mejora del espacio portuario entre otros<sup>61</sup>. En 1530 se levantó un muelle en Portugalete de sesenta brazas que se iría ampliando hasta alcanzar trescientas cincuenta brazas. A

<sup>56</sup> FDMPV, 71. Doc. 1. «Cuentas y repartimiento vecinal realizado en la villa de Bilbao para pagar el pedido de 1463 además de otras deudas. Edificios de los muelles y puentes». El repartimiento fue de 323.580 maravedíes. Bilbao, 19 de enero de 1464.

<sup>57</sup> FDMPV, 98. Doc. 319. Valladolid, 18 de setiembre de 1509.

<sup>58</sup> *Ibidem*, 108. Doc. 386. Cuentas de la obra del Arenal. Año 1512.

<sup>59</sup> (AFB/BFA), Municipal, Bilbao, Antigua, 0028/001/006; 0028/001/007; 0076/001/028; 0076/001/029; 0076/001/030; 0076/001/037; 0076/001/043.

<sup>60</sup> FDMPV, 12. Doc. 16. Portugalete, 12 de agosto de 1495. Doc. 17. Burgos, 24 de setiembre de 1495. Puede verse el documento sobre la inundación en ACHV, RGS, Leg. 362. Burgos, 22 de julio de 1495.

<sup>61</sup> *Ibidem*, Doc. 45. Burgos, 3 de enero de 1507.

pesar de que el arrendamiento de la obra se subastó a veinticinco ducados la braza, nadie acudió, resolviéndose su contratación por jornal, a cincuenta ducados la braza. En 1538 continuaron con una ampliación a base de sisas y de repartimientos. Lo cierto es que cerca de mediados de siglo el muelle contaba con cuatrocientas brazas. De esta manera, el perfil del puerto de Portugalete se dispone para iniciar la reactivación de la villa en la Edad Moderna.

#### 4. CONCLUSIÓN

Es evidente que a partir del siglo XIV las villas marineras de Vizcaya iniciaron una denodada carrera en pos de su integración en los circuitos comerciales europeos. Sabido es que los mareantes y los mercaderes vascos surcaron desde muy temprano tanto el Mediterráneo como el Atlántico, y no tardaron en adecuar sus infraestructuras para aumentar el fluir de naves por sus puertos. Además, y en paralelo, se fortalecía la industria del hierro que los hacía aún más atractivos para el transporte y el comercio.

En este empeño unas villas tuvieron mejor suerte que otras. A un primer desarrollo de los puertos de Bermeo o de Lequeitio, se suma el aplastante avance (en todos los sentidos) del puerto de Bilbao y de Portugalete con su ría y canal que oscurecerán cualquier intento de sus vecinos. No obstante, el conjunto de los puertos vizcaínos muestran, a partir de una suma de intereses, el afán por construir y reconstruir una y otra vez las infraestructuras portuarias y mantener saneados sus rías y sus puentes, a pesar de la meteorología adversa que azotaba sin piedad las construcciones portuarias.

El resultado de esta larga y costosa carrera por conseguir infraestructuras acordes con las necesidades del tráfico de importación y de exportación fue, sin duda alguna, el abatimiento de las cajas concejiles, la pérdida patrimonial de la propia institución, un desbordado aumento de la fiscalidad; en suma, balances contables negativos. Al mismo tiempo, si bien es cierto que las infraestructuras se muestran acordes con las necesidades que imponía la modernidad, no es menos cierto que produce un impacto desolador para las poblaciones que por una parte se ven casi asediadas por la política fiscal, sobre todo por los impuestos al consumo; y, por otra, están obligadas a colaborar, léase trabajar obligatoriamente, en cada obra.

## 5. ANEXOS

**Tabla 1:** Infraestructura de los puertos vizcaínos (Ss. XIV-ca. 1530), según las informaciones de los concejos

PUERTO	MUELLES	ASTILLEROS	FONDEADEROS	VARADEROS	BOYASYBALIZAS	BATERÍAS
Ondárroa	– s/n	– Icaran – Berriatúa	– Junto al puerto de carga	– Junto a la iglesia en bajamar	– s/d	–
Lequeitio	– Arranegui – Holandaco Molla	– Plaza del Astillero – Acurtua – Zubieta – Isunza	– Puerto Chico – Ribera – Isunza	– s/d	– s/d	– «La Tala», Atalaya de Abajo o de La Cruz, piezas de artillería (torre)
Bermeo	– Artza – Ribera	– Ribera – El Artza – Los Molinos – Rinconada – Lamiaren – Puerto Chico	– Portuondo	– s/d	– s/d	– Torre de Santa Eufemia
Bilbao	– Calle de Somera – Puente de Santiago – Santa María – Entre el Hospital y San Antón	– Ibaizábal – Ibeni – Barrencalle – Zorroza – San Nicolás – Sendaja – San Mamés – Las Ibarras	– San Francisco	– s/d	– Boyas (6) y señales	– s/d
Portugalete	– s/n	– s/n	– s/n	– s/d	–	– Torre del puerto o El Solar
Plencia	– s/n	– Plaza del Astillero	– En la ría	– s/d	–	–
Mundaca	– s/n	– Laida	– Portuondo	– s/d	–	– s/d

Fonte: Elaboración propia a base de los datos obtenidos de las fuentes y de la bibliografía.

**Tabla 2:** Rías y Puentes

VILLAS	FECHA (CONCEPTO)	INGRESOS / GASTOS
<b>Ondárroa</b>	– 1335 (Pontaje)	– 5 dineros a las naves que pasarán bajo el puente
Puente de Zubizarra	– 1335-1400 (Propios) – 1507 (Repartimiento)	– 3.000 mrs. – 50.000 mrs.
<b>Lequeitio</b>	– 1463-1473 (Nasaje)	– 6 mrs. por embarcación
Puente de Isunza	– 1504 (Repartimiento) – 1510 (Propios) – 1520 (Repartimiento y sisas)	– 3.000 mrs. – 5.000 mrs. – Construcción de cal y canto: 83.000 ms.
<b>Plencia</b>	– 1495-1552 (Multas del pescado) (Multas por amarrar naves a sus pies) – XV-XVI (Repartimientos) – 1516	– 300-600 mrs. o pérdida de la nave    – 60.000 mrs.
<b>Bilbao</b>	– 1335 (Pontaje)	– 0,5 mrs. por c/ acémila
Puente de San Antón	– 1350 (Pontaje)	–
«la puente»	– 1483 (Sisas por reparos)	–
Existían otros puentes	– 1509 (Sisa) – 1553 (Sisa)	– 90.000 mrs. – 4.500 ducados
Portugalete	– 1495 (Repartimiento)	– 100.000 mrs.

Fonte: Elaboración propia a base de los datos obtenidos de las fuentes y de la bibliografía.

**Tabla 3:** Inversiones, gastos y gravámenes en muelles según la información del concejo

PUERTOS	FECHA	DESCRIPCIÓN DE LA OBRA	COSTO	MODOS DE FINANCIACIÓN
Ondárroa	1500	– Lengüetas de piedra	–	Sisa
Bermeo	1494	– Muelle del Artza	–	Sisa
	1500	– Arreglo de muelles	–	
Lequeitio	1463	– Cinco brazas de un muelle nuevo	–	Nasaje
	1505	– Sesenta y siete brazas – Arranegui		
Bilbao	1463	– Somera		Sisa
		– Santiago	325.000 mrs.	
		– Santamaría		
	1500	– Arreglos de muelles	–	
	1523	– Muelle del Arenal	–	–
	1527	– Muro de contención junto al puente	–	Sisa
	1539	– Muro de contención junto a San Agustín	–	–
	1553	–	10.000 ducados	Sisa
Portugalete	1495	– Arreglo de muelles, puentes, fuentes y calles	100.000 mrs.	Sisa
	1502	– Arreglos en «la barra»	–	
	1530	– Sesenta brazas de muelle	3.000 ducados	
	1540	– 340 brazas de muelle	1.650 ducados	

Fonte: Elaboración propia a base de los datos obtenidos de las fuentes y de la bibliografía.

## FUENTES Y BIBLIOGRAFÍA

### Fuentes manuscritas

Archivo de la Real Chancillería de Valladolid (ARCHV).

Archivo Foral de Bizkaia (BFA/AFB).

Archivos Municipales de Bilbao, Bermeo, Lequeitio, Plencia, Portugalete.

### Fuentes Impresas

Eusko Ikaskuntza/Sociedad de Estudios Vascos: *Fuentes Documentales Medievales del País Vasco* (FDMPV), N<sup>os</sup>: 8, 12, 15, 17, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 51, 55, 56, 70, 71, 90, 95, 98, 108, 126, 128, 135.

### Bibliografía

- AGUIAR ANDRADE, Amélia (2005) – *A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica*. En ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Angel – *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media: Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo, Nájera, 27-30 de julio de 2004*. Logroño: IER, p. 57-90.
- ARMAS CASTRO, José (1992) – *Pontevedra en los siglos XII a XV. Configuración y desarrollo de una villa marinera en Galicia Medieval*. Pontevedra: Fundación «Pedro Barrie de la Maza Conde de Fenosa».
- ANDRÉS MORALES, Alfonso de (1991) – *Urbanismo y arquitectura en el Bilbao del siglo XVI*. En *Bilbao, Arte e Historia*. Bilbao: Diputación Foral de Vizcaya.
- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz (1996) – *La perception de la frontière en Guipuzcoa au Moyen Age*. En *Les villes frontière. Moyen Age – Époque Moderne*. Paris: L'Harmattan, p. 129-144.
- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Angel (2007) – *La construction d'infrastructures portuaires dans les villes du nord de la péninsule Ibérique à la fin du Moyen Âge*. En Michel BOCHACA et Jean-Luc SARRAZIN, ed. – *Ports et littoraux de l'Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIV<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles), Ports et littoraux de l'Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIV<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 121-140.
- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel (2008) — *Bayona y el control del curso inferior del Adour del siglo XV al principio del siglo XVI*. En DEL VAL VALDIVIESO, Maribel, ed. – *Musulmanes y Cristianos frente al agua en las ciudades medievales*. Santander: Ediciones de la Universidad de Cantabria, 2008, p. 215-236.
- BARROS, Amândio Jorge (1997) – *As relações entre o Porto e a Galiza nos finais da Idade Média. (Perspectivas de trabalho)*. En *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval «As relações de fronteira no século de Alcañices»*, vol. I, p. 187-198.
- (1999) – *Os mosteiros de Cister e o aproveitamento do Douro*. En *Cister no Vale do Douro*. Porto: GEHVID/Afrontamento, p. 173-187.
- BOCHACA, Michel (2005) – *El control del puerto de Burdeos y de su tráfico mercantil del siglo XIII al XV*. En ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Angel – *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media: Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo, Nájera, 27-30 de julio de 2004*. Logroño: IER, p. 91-114.
- BOCHACA, Michel; AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier; ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz; GALLICÉ, Alain; TRANCHANT, Mathias (2013) – *Géographie portuaire de la Galice à la Bretagne méridionale à l'aube des Temps modernes*. En FERNÁNDEZ, Alexandre; MARNOT, Bruno, ed. – *Les ports du golfe de Gascogne de Concarneau à la Corogne (xv<sup>e</sup>-xxi<sup>e</sup> siècle)*. Paris: Presses Universitaires de Paris Sorbonne, p. 19-32.
- BOCHACA, Michel; ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz (2012) – *La ciudad y puerto de Bayona. De los orígenes hasta la nueva desembocadura del Adour en el siglo XVI*, en *Itsas Memoria*. «Revista de Estudios Marítimos del País Vasco», 7. Donostia-San Sebastián: Untzi Museoa-Museo Naval, p. 71-87.

- CASADO ALONSO, José Luis (1985) – *Santander, el caso de una villa de desarrollo bajomedieval paralizado en el siglo XVI*. En *La Ciudad Hispánica durante los siglos XIII-XVI*. Madrid: Universidad Complutense, p. 641-670.
- CAVACIOCCHI, Simoneta (1988) – *I porti come impresa economica*. Firenze: Le monnier, 19.
- CIRIQUIAÍN Y GAIZTARRO, Mariano (1951) – *Los puertos marítimos vascongados*. San Sebastián.
- FERRER MALLOL, María Teresa (2000) – *Corsarios castellanos y vascos en el Mediterráneo Medieval*. Madrid: CSIC.
- GARCÍA DE CORTÁZAR Y RUIZ DE AGUIRRE, Ángel (1996) – *Vizcaya en el siglo XV. Economía y sociedad*. Bilbao: Caja de Ahorros Vizcaína.
- (2004) – *Bilbao, 1300-1511: del vado al Consulado*. En TUSELL GÓMEZ, Javier, ed. – *Bilbao a través de su historia*. Bilbao: Fundación BBVA, p. 15-34.
- (2009) – *Atomización o el regionalismo. La historia despedazada o invertebrada*. En *La Historia Medieval hoy; percepción académica y percepción social, XVI Semana de Estudios Medievales de Estella*. Estella: Gobierno de Navarra, p. 343-380.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Ernesto (2006) – *Los vascos y el mar: su inserción en un espacio comercial europeo en el transcurso de la Baja Edad Media*, En FERNÁNDEZ DE PINEDO, Emiliano, ed. – *El Abra: ¿Mare Nostrum? Portugalete y el mar*. Portugalete: Ayuntamiento de Portugalete, p. 27-74.
- (2006) – *Finanzas municipales y fiscalidad real en el País Vasco en el tránsito del medioevo a la Modernidad*. En *Fiscalidad de Estado y fiscalidad Municipal en los reinos hispánicos medievales*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 171-195.
- GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César (1993) – *La urbanización del litoral del Norte de España (Siglos XII-XIV)*. En *III Semana de Estudios Medievales de Nájera*. Nájera: IER, p. 43-62.
- (1997) – *A propósito del desarrollo urbano del País Vasco*. «Anuario de Estudios Medievales». Barcelona: CSIC: 27/1, p. 189-214.
- (2004) – *La fundación de villas y el desarrollo urbano en el País Vasco (siglos XIII-XV)*. En BARRUSO BARÉS, Pedro et al. – *Historia del País Vasco (siglos V-XV)*. San Sebastián: Hiria, p. 279-309.
- GUIARD Y LARRAURI, Teófilo (1971) – *Historia de la Noble Villa de Bilbao*. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca.
- LABAYRU Y GOICOECHEA, Estanislao J. (1972) – *Historia del Señorío de Bizkaya*. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 8 T.
- LADERO QUESADA, Manuel Fernando (1991) – *Consideraciones metodológicas sobre el estudio de los núcleos urbanos en Castilla bajo-medieval: notas para un modelo teórico de análisis*. «Espacio, Tiempo y Forma. Historia Medieval», serie III. Madrid: UNED 4, p. 159-205.
- MORAZA BAREA, Alfredo (2000) – *Estudio Histórico del Puerto de Ondárroa*. Bilbao: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- ORELLA UNZÚE, José Luis – *Geografías mercantiles vascas en la Edad Moderna. Las relaciones mercantiles y marítimas de los vascos con el condado de Normandía durante los siglos XIII-XV*. «Lurr@ldia», 30.
- OTTE, Enrique (1996) – *Sevilla y sus mercaderes a fines de la Edad Media*. Sevilla: Universidad-Fundación El Monte.
- RIETERBERGEN, Meter (1998) – *Porto e città o città-porto? Qualche riflessione generale sul problema del rapporto fra porto e contesto urbano*. En CAVACIOCCHI, Simoneta, ed. – *II pori come impresa economica*. Firenze: Le Monnier, 19, p. 615-624.
- RIVERA MEDINA, Ana María (1997) – *Estudio Histórico del Puerto de Bermeo*. Bilbao: Servicio de publicaciones del Gobierno Vasco.
- (2008) – *Estudio Histórico del puerto de Lekeitio*. Bilbao: Gobierno Vasco.
- (2010) – *E tobimos por bien echar sisa. Los impuestos al consumo como medio de financiación concejil. Bilbao, 1300-1550*. En ARÍZAGA BOLUMBURU, B. y SOLÓRZANO TELECHEA, J. A., eds. – *La gobernanza de la ciudad europea en la Edad Media*. Logroño: IER, p. 429-449.

- RODRÍGUEZ HERRERO, Ángel (1948) – *Ordenanzas de Bilbao. Siglos XV y XVI. Edición y comentarios*. Bilbao: Ayuntamiento de Bilbao.
- ROPERO, Pilar (2008) – *Estudio histórico del puerto de Plencia*. Bilbao: Servicio de publicaciones del Gobierno Vasco.
- SAUPIN, Guy, dir. (2006) – *Villes Atlantiques dans l'Europe-occidentales du Moyen Âge au XX<sup>e</sup> siècle*. Rennes: Presses Universitaires.
- SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (2009-2010) – *Las Nereidas del Norte: Puertos e identidad urbana en la fachada Cantábrica entre los siglo XII-XV*. «Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval». Alicante: Universidad, 16, p. 39-61.



# A PAISAGEM URBANA OITOCENTISTA

## EMBELEZAMENTO E POLÍTICA URBANA NA RENOVAÇÃO DA IMAGEM DE COIMBRA

MARGARIDA RELVÃO CALMEIRO\*

**Resumo:** Durante o século XIX, as intervenções oitocentistas de modernização e melhoramento das cidades portuguesas adotaram os princípios de embelezamento urbano, que se vinham desenvolvendo por toda a Europa, desde o século XVIII. As intervenções de saneamento e infraestruturação da frente ribeirinha da cidade de Coimbra no quadro nacional de emulação das experiências internacionais e, para além de preconizarem uma política de projeção da cidade na hierarquia territorial nacional. Mais do que um projeto de modernização esta intervenção afirmou-se como um projeto simbólico de construção de uma nova paisagem urbana.

**Palavras-chave:** Reestruturação urbana; Planeamento; Imagem da cidade; Embelezamento urbano.

**Abstract:** During the nineteenth century, Portuguese's urban improvements adopted the principles of urban beautification, which were developing consistently across Europe since the eighteenth century. Coimbra's riverfront sanitation's interventions, can be framed within international models, and also strenghten the city. More than a modernization project this intervention has established itself as a symbolic project of building a new urban landscape.

**Keywords:** Urban restructuring; City planning; City image; Urban beautification.

Neste artigo pretendemos analisar como as intervenções oitocentista de modernização e melhoramento das cidades tiveram como ideais o *embelezamento* e a construção de uma nova paisagem urbana<sup>1</sup>. Paisagem entendida como produto da arquitetura, não só como construção da imagem do território mas como a forma urbana em si<sup>2</sup>.

O século XIX correspondeu a uma época de profundas transformações, técnicas, sociais e políticas, mas correspondeu também à deterioração das já precárias condições de vida com o agudizar dos problemas de circulação e as carências higiénicas. O aumento demográfico e o crescimento acelerado das cidades fizeram destas o espaço privilegiado da transformação. Acresce que o aumento da circulação de bens, capitais e mão-de-obra facilitou a difusão dos novos modelos políticos, económicos e sociais, mas também estéticos. As cidades em contínua transformação tornaram-se assim o espelho da nova sociedade e o palco das principais inovações tecnológicas. Por outro lado, as mudanças políticas e a afirmação dos novos regimes liberais fomentaram em cada país a necessidade de

---

\* Doutoranda em Arquitetura, CES/FCTUC, Bolseira da FCT. Email: mrelvao@gmail.com.

<sup>1</sup> O presente artigo insere-se na minha investigação em curso com vista à elaboração de uma dissertação de doutoramento sob o tema «A Evolução urbanística em Portugal antes dos planos: o caso de Coimbra (1834-1934)». O que aqui se pretende apresentar refere-se especificamente às intervenções de construção da paisagem urbana de Coimbra e ao seu enquadramento, não cabendo aqui, quer pela dimensão quer pelo tipo de artigo a apresentação dos conceitos e da metodologia desenvolvida.

<sup>2</sup> Segundo André Corboz «Cês diverses traductions du territoire en figures renvoient à une incontestable réalité: que le territoire a une forme. Mieux, qu'il est une forme» (CÓRBOZ, 2001: 215).

afirmar os seus traços principais e a sua identidade nacional através da modernização do seu território e das suas cidades.

Portugal depois da perda do território do Brasil e da Revolução Liberal começou a estruturar o novo Estado liberal, tendencialmente homogeneizante, através de uma reorganização administrativa e territorial, consolidando as novas formas de poder na capital política, sede dos novos órgãos de controlo. O que teve consequências claras, numa série de embelezamentos urbanos que visavam a construção da nova paisagem urbana para Lisboa, cidade Capital. Por outro lado, a estratégia de centralização do poder administrativo e institucional passou pela tutela das ações dos municípios sancionando as iniciativas locais<sup>3</sup>, e pela reorganização administrativa do território, com a criação dos distritos e a redução do número de concelhos. Estas medidas desencadearam uma política de afirmação local e regional que passou, em grande medida, por intervenções de modernização urbana. E foi, dentro do quadro de afirmação local e regional, que a cidade de Coimbra encetou uma série de intervenções de embelezamento e a construção de uma nova paisagem urbana fomentando a sua representatividade na hierarquia das cidades nacionais.

## 1. A GÊNESE DO IDEAL DE *EMBELEZAMENTO* DA CIDADE

*A beleza e a magnitude de uma cidade dependem principalmente de três coisas: as suas entradas, as suas ruas e os seus edifícios<sup>4</sup>.*

O projeto de renovação urbana de Roma, iniciado pelo Papa Sisto IV, ainda no século XV, pode ser considerado precursor ao nível da reestruturação urbana no sentido moderno. A sua obra, ainda que sem um plano urbanístico de conjunto encetou um conjunto de operações de abertura de ruas, introduzindo um planeamento intuitivo e fragmentário, mas que alterou o carácter da velha e tortuosa cidade. Depois desta primeira fase de reformas urbanas avulsas, surgiu cem anos depois, o Plano de Roma delineado pelo Papa Sisto V. Este plano assumiu uma importância fundamental na história ao introduzir a noção de embelezamento urbano. Pela primeira vez traçou para toda a cidade um sistema unitário de ruas e praças. As ruas rectilíneas uniam as principais basílicas e sobrepondo-se à topografia difícil das colinas, criaram os novos percursos, mas fundamentalmente, os novos eixos visuais da cidade de peregrinação. As praças geometrizadas e pontuadas por colunas e obeliscos adquiriram um carácter cenográfico e simbólico, onde a arte urbana e a arquitetura ganhou uma importância fundamental. O plano incluía princípios básicos de saneamento da cidade, criando condutas de abastecimento de água e

<sup>3</sup> Esta limitação da iniciativa local tinha tido uma primeira experiência, na reconstrução de Lisboa, no tempo do Marquês de Pombal, onde o Senado Municipal se vê despojado das suas atribuições de gestão da cidade, contudo correspondeu apenas a uma situação de emergência. A centralização imposta pelo Estado Liberal corresponde antes à implantação de um novo modelo de controlo de todo o território a partir de medidas administrativas e políticas.

<sup>4</sup> Em 1753, o abade Laugier definia assim os elementos chave que conformam uma cidade e o seu embelezamento. LAUGIER, 1999: 128.

pavimentando cerca de 152 ruas, mas fundamentalmente introduziu preocupações estéticas e simbólicas na reestruturação urbana. A composição urbana traçada criou uma nova cidade, ordenada, facilmente apropriável e claramente direcionada para o Vaticano, centro e símbolo do mundo cristão. E a nova Roma tornou-se exemplo para toda a Europa.

Outra intervenção de renovação urbana com este âmbito só teve lugar nos séculos XVII e XVIII, em França quando o poder monárquico afirmou o seu esplendor e em resposta às novas exigências de circulação iniciou uma série de intervenções de embelezamento urbano. As operações iniciaram-se em Paris, com intervenções de Bullet e Bondel<sup>5</sup> mas estenderam-se às diversas províncias. Estas intervenções centravam-se na criação de Praças Reais<sup>6</sup> e numa série de alargamentos e alinhamentos de ruas, agrupando preocupações práticas, (garantir a segurança, resolver o tráfego, fornecer equipamentos), estéticas, na época definidas como «decoração» (embelezamento arquitetural, avenidas e jardins) e políticas (a Praça Real). Ainda que pontuais<sup>7</sup> estas operações de embelezamento mostram o empenho da monarquia no embelezamento e no bom funcionamento da cidade. Controladas localmente pelos intendentés impunham-se através de regulamentos e de um conjunto rígido de pressupostos que garantiam a criação de uma paisagem urbana saneada, definindo materiais de pavimentação, sistema de drenagem de águas e ao nível do edificado, impunham alinhamentos e cêrceas ou, mesmo uma arquitetura de programa.

Outra novidade destas intervenções residia na integração da natureza e na abertura da cidade ao meio natural envolvente, ao implantar praças, jardins ou *promenades* junto às margens dos rios ou junto às antigas muralhas devolutas, criando eixos visuais sobre a paisagem natural<sup>8</sup>.

O capitalismo crescente e as novas lógicas produtivas implicaram a revisão profunda da construção da cidade<sup>9</sup>. A densificação urbana, o novo mercado de solo e a introdução das novas infraestruturas veio pôr em causa os pressupostos de composição da cidade antiga. Por toda a Europa agravaram-se os problemas de congestionamento, circulação, carências higiénicas e insalubridade e iniciou-se a crítica à cidade, envolvendo sociólogos, políticos, economistas entre outros. E, perante a urgência de intervenção, iniciou-se um novo modo de operar na cidade mais técnico, acompanhando as novas infraestruturas e

<sup>5</sup> Bullet e Blondel desenham um «Plano de embelezamento» em 1675. DELFANTE, 1997: 181.

<sup>6</sup> As Praças Reais são um espaço público criado por decreto real, com o objetivo de criar um enquadramento urbano à estátua do rei. Caracterizam-se pela rigidez geométrica e pela unidade e monumentalidade das fachadas de grande qualidade arquitetónica.

<sup>7</sup> Laugier crítica o seu carácter limitado por se centrar apenas em intervenções pontuais, mas é esta característica de intervenção parcial que permite a sua rápida disseminação e aplicação, uma vez que qualquer intervenção em tecido construído se torna mais dispendiosa e de difícil aplicação. LAUGIER, 1999. Pierre Patte, na sua obra *Monuments érigés en France à la gloire de Louis XV*, publicada em 1765, reúne várias propostas de praças reais, realizadas no âmbito de um concurso, realizado em Paris, para implantação de uma praça à glória de Luís XV, e cria o seu célebre *Plan Général de Paris* que tem a novidade de estender o conceito de embelezamento à totalidade da cidade e propor pela primeira vez um plano geral que intervindo no tecido existente, cria um espaço urbano qualificado e ordenado. A ideia de intervenção total na cidade só terá execução no século XIX.

<sup>8</sup> Mâcon, Lannion e Toulouse, são exemplos de intervenções ao longo de rios e Paris, Nantes e Orléans são exemplos de intervenções em zonas de antigas fortificações demolidas (entre outras). HAROUËL, 1993: 12.

<sup>9</sup> Sobre a evolução do espaço público e da estruturação urbana do século XIX até à cidade contemporânea ver SILVA, (2009): 140-147.

centrado no novo quadro institucional e legal<sup>10</sup>, o que permitiu controlar os novos projetos privados, regulando a altura das construções, controlando os loteamentos e o uso dos solos. Assistiu-se a uma progressiva mudança de paradigma e começou a traçar-se o urbanismo moderno, adaptando-se a cidade existente à nova sociedade industrial.

Por toda a Europa surgiram exemplos de transformação das cidades congestionadas e insalubres, quer criando novas zonas de expansão, como em Viena ou Barcelona, quer procedendo à transformação dos tecidos existentes. Para o caso em estudo interessa-nos ressaltar o exemplo da transformação urbanística da capital francesa encetada depois da subida de Napoleão III ao poder. Para além de ter constituído um modelo para toda a Europa<sup>11</sup>, os *Grands Travaux de Haussmann* materializam a evolução dos princípios introduzidos no século anterior<sup>12</sup> e criam uma operação massiva de embelezamento urbano que reconfigura toda a cidade existente. Com vista à melhoria da salubridade e à introdução das inovações técnicas, como o abastecimento de água e novos meios de circulação, introduz-se um novo sistema viário de ruas retas e praças ordenadas, denotando razões estéticas mas fundamentalmente revelando o carácter eminentemente simbólico<sup>13</sup> e político que será atribuído aos embelezamentos no século XIX<sup>14</sup>.

## 2. A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA EM PORTUGAL. A ESTRUTURAÇÃO DAS FRENTE RIBEIRINHAS AO LONGO DO SÉCULO XIX

Em Portugal o início do século XIX foi, como se sabe, um período muito conturbado, de grande instabilidade política e administrativa, para além de um forte declínio económico pela perda do recursos brasileiros e pela Guerra Civil.

Mas a partir de 1852, com a Regeneração, o país conseguiu finalmente encontrar a estabilidade necessária para iniciar uma nova política desenvolvimentista, essencialmente assente na infraestruturação do território com a nova rede de caminho-de-ferro, as melhorias portuárias e viárias. O objetivo inicialmente apontado era a inserção no mercado internacional, visível no enfoque dado às ligações internacionais e foi este desígnio de transformar o país em *Porta da Europa* que possibilitou as primeiras iniciativas de embelezamento da cidade capital<sup>15</sup>.

<sup>10</sup> As operações de saneamento de Londres (1848-1865) são consideradas precursoras das intervenções oitocentistas e responsável pela criação de legislação sanitária por toda a Europa.

<sup>11</sup> Para além das cidades francesas de Lyon, Marselha, Lille e Bordéus, influência clara em Amesterdão, Roma e Lisboa.

<sup>12</sup> Na construção da cidade, ao contrário do que sucede com a própria arquitetura, não há rutura com o passado, o que existe é a mudança de paradigma de construção da cidade.

<sup>13</sup> De salientar o carácter simbólico da construção de uma nova cidade a partir da cidade existente, que não existe nas intervenções de expansão urbana.

<sup>14</sup> Um outro pressuposto apontado por Haussmann era o controlo policial que as ruas largas e retas permitiriam, na nossa opinião ainda que este tenha sido um dos seus principais argumentos não deve ser encarado como o objetivo central, contudo é esta perspetiva que lhe permite uma atuação próximo do antigo regime e garante o controlo da forma urbana e da construção imobiliária. DELFANTE, 1997: 259.

<sup>15</sup> A intervenção Pombalina de reconstrução da Baixa destruída não pode ser enquadrada da mesma forma que as intervenções aqui expostas na medida em que mais do que uma reestruturação, o Plano da Baixa pressupõe a construção de

Nas restantes cidades, à exceção da cidade do Porto, a transformação urbana de iniciativa central foi reduzida, concentrando-se essencialmente nos melhoramentos da rede viária e na introdução do caminho-de-ferro. Ou nas frentes ribeirinhas, que através de aterros e obras de regularização permitiam, por um lado eliminar focos de insalubridade, por outro implantar as novas linhas férreas sem recurso a demolições.

## A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LISBOA COMO «CAES DA EUROPA»

A cidade de Lisboa, disposta em anfiteatro sobre o Tejo, foi desde cedo valorizada pela imagem urbana que fascinava os viajantes que chegavam à capital do Reino. Pese embora a beleza das colinas, a faixa ribeirinha era no início do século XIX uma zona insalubre, concentrando atividades poluentes e sujeita às águas estagnadas, daí que um dos primeiros objetivos do Poder Central para a capital tenha sido o seu saneamento e a construção de um grande e moderno porto.

Neste contexto, a construção do aterro da Boavista pode ser considerada a obra mais importante<sup>16</sup> do início da Regeneração. Para além de permitir eliminar, os lameiros da Boavista, maior área insalubre da capital, possibilitou a criação de uma comunicação entre o centro da cidade e os seus limites, através da abertura da futura Avenida 24 de Julho, e ainda a implantação da linha férrea de Lisboa a Sintra, sem o recurso a grandes e dispendiosas demolições<sup>17</sup>. Iniciado em 1855 por iniciativa do Ministério das Obras Públicas, quatro anos depois transitou para a responsabilidade municipal. Esta transferência de responsabilidades revela o fortalecimento do poder municipal<sup>18</sup> mas vai implicar repetidas representações ao governo central solicitando mais e melhores meios de atuação<sup>19</sup>. Pese embora as debilidades financeiras, o município abraçando a ideia de tornar a Capital o *Caes da Europa* e a frente ribeirinha a sua principal porta, pela mão do presidente Júlio Oliveira Pimentel, alargou o projeto do aterro e, o engenheiro municipal Pierre Joseph Pezerat, desenhou uma nova frente para o rio<sup>20</sup>, *uma linha recta de quartei-*

---

uma cidade nova, não se trata de alargamentos pontuais ou de correções parciais do espaço mas de uma reforma total, embora tenha imposto modelos de saneamento, quer formais, quer simbólicos das intervenções de embelezamento. A intervenção dos Almadãs no Porto aproxima-se mais das intervenções aqui apresentadas ainda que incida maioritariamente em terrenos de expansão da cidade. Sobre o Plano da Baixa FRANÇA (1966) e ROSSA (2008) e sobre a intervenção do Porto FERRÃO (1989).

<sup>16</sup> SILVA, 1997: 430.

<sup>17</sup> De salientar a pertinência da implantação das novas linhas férreas nas novas frentes ribeirinhas, permitindo a fácil comunicação com o centro da cidade e permitindo a conjugação com as infraestruturas portuário. Esta é também a solução adotada para a Estação de Santa Apolónia, no cais dos soldados, bem como noutras cidades, como no Porto, na linha da Alfandega, em Coimbra, na Figueira da Foz e outras cidades.

<sup>18</sup> O município de Lisboa, distingue-se dos restantes municípios pela perda de competências nas intervenções urbanas desde a governação do Marquês de Pombal, só a recuperando com a Regeneração. SILVA, 1997: 221. De notar, ainda que este aumento de competências é subsequente à demissão de toda a vereação em 1858, como forma de protesto contra a inexistência de meios financeiros para resolver os problemas do saneamento básico da cidade.

<sup>19</sup> A partir desta data, são inúmeras as representações dirigidas à Câmara dos Deputados solicitando recursos para executar as obras nos aterros em curso ver BARATA, 1999: 63 e seguintes.

<sup>20</sup> O primeiro projeto de regularização da frente ribeirinha lisboeta entre o Paço da Ribeira a Belém, é anterior ao terramoto, data de 1746 e é da autoria do arquiteto Carlos Mardel. Alguns troços da marginal em forma de passeio público, terão sido construídos mas ou pela acção do terramoto ou pelas sucessivas transformações da zona, terão desaparecido. Contudo,

*rões de 40m de fundo para edificação de edifícios regulares e monumentais, cuja frente iniciaria sobre o cais, com arcadas mais 2 pisos*<sup>21</sup>.

As obras dos aterros estenderam-se por longos anos com sucessivos aumentos e deparando-se com múltiplos constrangimentos, técnicos, económicos, e de propriedade<sup>22</sup>. Abriram-se as ruas de ligação à Rua das Janelas Verdes e ao aterro do Cais de Sodré e criou-se o lado ocidental da Praça D. Luís I, junto ao Largo de Santos, então ajardinado. Contudo, nunca se realizou o novo bairro de quarteirões regulares, projetado pelo engenheiro municipal.

Em 1871, novamente, por iniciativa governamental, foi nomeada uma comissão para apresentar um plano de melhoramentos desde a Estação de Santa Apolónia até Belém. O plano propunha novamente o *boulevard* entre Santos e Belém e, propunha que a estação de passageiros da cidade (estação de Santa Apolónia, construída em 1865, no cais dos Soldados) fosse transferida para o edifício da antiga Alfândega, sendo esta substituída por uma nova a construir junto ao novo porto, entre a Ribeira Nova e a Rocha do Conde de Óbidos. Propunha ainda que a linha de caminho-de-ferro fosse prolongada até à nova Alfândega. Apresentava ainda um conjunto de amplos arruamentos de 20 metros de largura e três praças, uma em Belém, outra entre o Arsenal da Marinha e a nova Alfândega e, a terceira em frente da Junqueira onde propunha um bairro industrial. Todavia, o Poder Central, promotor do plano, não aproveitou as obras do porto para fomentar construção da nova cidade ribeirinha e o plano não foi executado. Seguiram-se até ao início do século XX várias propostas, mas sem qualquer resultado<sup>23</sup>.

A partir dos anos 80 os interesses municipais concentraram-se na extensão da cidade para Norte, com a abertura da Avenida da Liberdade e depois das Avenidas Novas, ainda que algumas vezes se levantassem contra o desinteresse municipal pelo prolongamento da marginal e contra algumas construções que prejudicavam a «*esthetica* naquela que era considerada a parte mais bella da cidade»<sup>24</sup>.

Entretanto, em 1897<sup>25</sup> foi, finalmente, inaugurada a nova linha de caminho-de-ferro de Sintra até ao Aterro do Cais do Sodré e que segundo alguns projetos deveria ligar à

este desenho certamente influenciou os projetos posteriores. AHMOP- *Projecto do Cais Novo de Belém ao Cais de Santa Apolónia*, D27C. Sobre este projeto ver ROSSA, 2000: 114 e PAIS, 1884: 105, sobre os vários projetos para a frente ribeirinha desde setecentos: CASTILHO, 1943.

<sup>21</sup> AHMCL – *O aterro do Cais da Boa Vista*, SGO, Cx. 125, 9 de Setembro de 1858.

<sup>22</sup> Havia a dificuldade de saber a quem pertenciam os terrenos conquistados ao rio, os terrenos marginais tinham sido concedidos à cidade de Lisboa por doação régia desde o século XVI. Em 1784 foi concedido o direito de conquista, por métodos naturais, artificiais ou mistos os terrenos ribeirinhos ao município. Mas os terrenos iam sendo ocupados por numerosos particulares.

<sup>23</sup> Destacam-se a proposta do engenheiro francês, Thomé Gamond, *Projecto de engrandecimento da cidade de Lisboa*, de 1860; os melhoramentos para o porto de Lisboa e para o engrandecimento da cidade, do engenheiro Miguel Pais publicados em forma de livro em 1882; e a proposta de um outro engenheiro Jean Claude Forestier; a proposta da Sociedade de Propaganda de Portugal e as propostas do arquiteto vereador, Ventura Terra. BARATA, 1999 e CASTILHO, 1943.

<sup>24</sup> *Diário de Notícias* de 19/6/1906, p. 7.

<sup>25</sup> O primeiro contrato com o conde Claranges Luccotte para a construção de uma linha de caminho-de-ferro entre Sintra e Lisboa data da década de 1855 e incluía a retificação das margens entre São Paulo (cais do Sodré) e São José de Ribamar (Algés) em troca dos terrenos que se conquistassem ao Tejo.

Estação de Santa Apolónia. Mais tarde, foi criado o serviço de transporte de passageiros no Tejo e a Estação Fluvial foi implantada no Cais Sodré<sup>26</sup>.

Depois de muitas indecisões e algumas críticas<sup>27</sup>, em 1928, a estação de caminho ferroviária do Cais do Sodré, da autoria do arquiteto Pardal Monteiro, foi finalmente inaugurada criando uma marca fundamental na imagem urbana da cidade.

As intervenções posteriores estendem-se para lá do porto, na zona de Belém, intervençionada já com a nova lógica e simbolismo do Estado Novo, mas o aterro da Boavista já estava concluído, a antiga margem estava estruturada e com ela surgia a nova paisagem urbana e a nova imagem da cidade-capital. Salubre, ordenada e infraestruturada, transparecendo modernidade.

### 3. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE COIMBRA E A ESTRUTURAÇÃO DA MARGEM DO MONDEGO

*Ao deplorável estado em que actualmente se acha o sitio denominado – Logar do Cerieiro – prestou atenção esta Camara, deliberando unanimemente proceder alli à construção d’uã doca, e d’um caes em continuação do que já existe, e resguarda a cidade das inundações do Mondego, sendo do mesmo tempo um dos nossos mais bellos passeios. [...] O estrangeiro que visitar Coimbra não encontrará um sitio lúgubre, qual hoje é, e em perfeito contraste com tantas bellezas, que aformozeam este lado da cidade; gozará de uma vista aprazível e harmónica com o resto do panorama que se desenrola em toda esta linha, que banha as aguas do Mondego<sup>28</sup>.*

Coimbra, no início do século XIX, vivia dividida entre a zona alta, ocupada pela Universidade e a zona baixa destinada aos ofícios e aos artesãos e, enclausurada entre uma cinta de colégios e o rio intempestivo que sucessivamente invadia a cidade e submergia a velha ponte Manuelina<sup>29</sup>. A desamortização das ordens religiosas, a partir de 1834, e as obras de aterro das margens do Mondego permitem quebrar estes limites, com a expansão da cidade para nordeste e sobre os novos terrenos conquistados ao rio.

<sup>26</sup> A Estação Fluvial do Cais do Sodré inaugurada em 1904 foi demolida no início da década de 40. Manteve-se apenas a Estação Fluvial de Sul e Sueste a oriente da Praça do Comércio. O novo edifício foi em 1932 com projeto da autoria do arquiteto Cottinelli Telmo.

<sup>27</sup> O Arq. Ventura Terra, enquanto vereador do município, opôs-se a esta localização e propõe que a estação ferroviária não se implante no cais de Sodré mas em Santos para permitir a criação de um passeio junto ao rio. Ilustração Portuguesa de 1910.

<sup>28</sup> Exposição ao Governador Civil de 7 de Maio de 1858. AHMC – *Obras do Cais do Cerieiro*, P. 2, B37/2.

<sup>29</sup> No final do século XVIII, o Padre Estêvão Cabral foi responsável por uma série de obras de encanamento do rio Mondego entre a cidade e a foz, fundamentais essencialmente para os campos do Mondego e para reduzir o assoreamento das margens mas que não chegaram a resolver os graves problemas da cidade de Coimbra.



**Figura 1** – Planta Topográfica da cidade e arrabalde, desenhada por Izidoro Emílio Baptista, em 1845. AHMC.

Depois de ter sido a primeira capital da nacionalidade, a cidade manteve importância a nível nacional por albergar a única Universidade do Reino. E apesar da reforma do ensino encetada pelo novo estado liberal que cria em Lisboa a Escola Politécnica e a Escola do Exército e no Porto a Academia Politécnica<sup>30</sup>, a cidade continuava a ser um forte polo de atração formando os bacharéis e os doutores que compunham a política nacional.

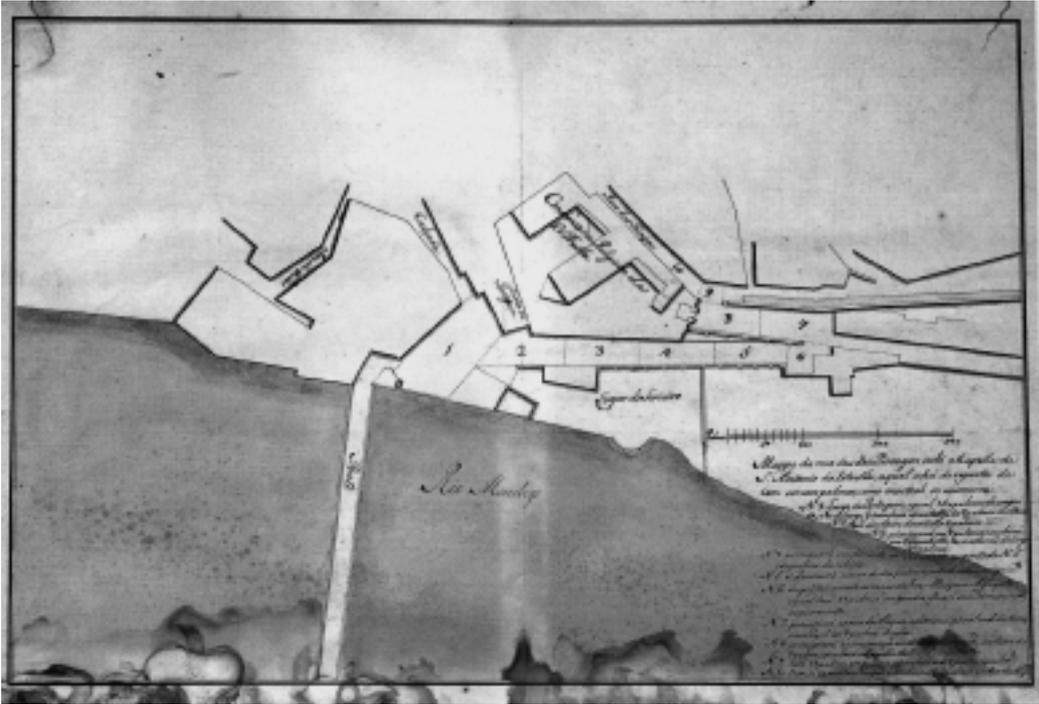
Todavia, a *porta de entrada* da cidade, o Largo da Portagem junto ao rio, apresentava um traçado irregular e dimensões reduzidas<sup>31</sup> (fig. 2). Daí que uma das primeiras medidas da nova edilidade liberal tenha sido o seu alargamento, demolindo o Pelourinho, a Capela e a Torre da Portagem<sup>32</sup>. Começou-se assim a esboçar a vontade do poder municipal de transformar a face da cidade e quatro anos depois, decidiu abrir a Rua Nova da Rainha<sup>33</sup>,

<sup>30</sup> Esta medida muito contestada a nível local é reveladora da estratégica centralizadora nas duas principais cidades do reino.

<sup>31</sup> Segundo António Correia teria cerca de 33m por 17m. CORREIA, 1942: 285.

<sup>32</sup> A primeira proposta de demolição surgiu em 1836 mas só terá sido efetivamente demolida entre 1837 e 1838. CAMPOS, 1853: 255.

<sup>33</sup> Aberta para a visita de D. Maria II à cidade, a proposta data de 8 julho de 1840. SILVA, 1973.



**Figura 2** – Planta do largo da Portagem e antiga ponte, desenhada José Carlos Magne no último quartel do século XVIII. Museu Nacional Machado de Castro, Inv. n.º 2938.

sensivelmente paralela ao rio, criando uma ligação entre a Ponte e a Rua Sargento Mor, mas implicou a demolição da devoluta Torre e mais 3 edifícios. Contudo, apesar da vontade revelada pelo município, este deparava-se com uma enorme debilidade financeira, para além da instabilidade política e administrativa<sup>34</sup> que caracterizou os primeiros anos do Liberalismo e que tornavam impossível delinear um projeto municipal contínuo.

### ALTEAMENTO DAS MARGENS DO MONDEGO E O PROJETO DOS MELHORAMENTOS DO LARGO DA PORTAGEM

Foi necessário esperar pelo novo governo da Regeneração para o Poder Central iniciar um projeto reclamado desde o século XVI, o encanamento do Mondego desde Ceira ao mar<sup>35</sup>. Esta obra permitia a consolidação da margem do Mondego e salvaguardar a cidade das cheias, mas fundamentalmente, permitia traçar o projeto de requalificação de toda a frente ribeirinha.

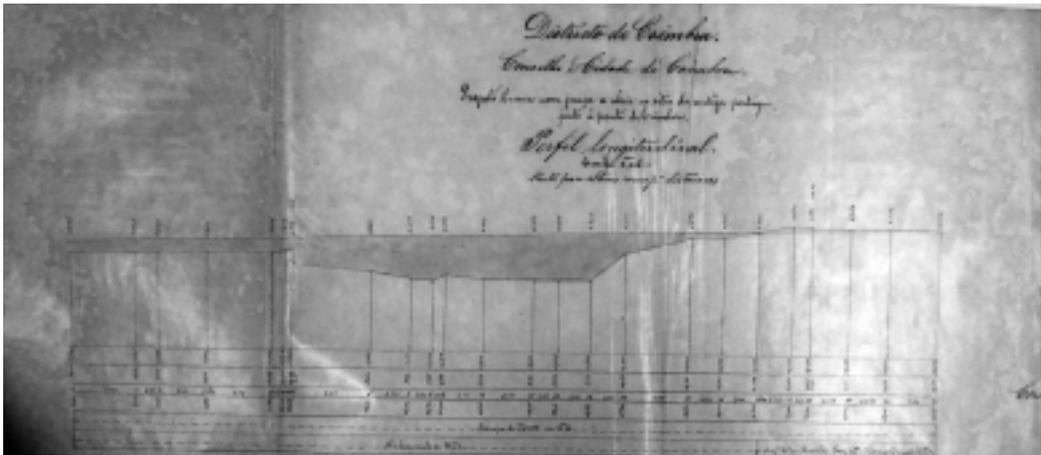
As obras de aterro e alteamento das margens implicaram a substituição da velha Ponte Manuelina e a construção de uma nova ponte em ferro, aberta ao público em 1875. E com a construção da ponte o município pôde pensar de novo no Projeto de *melhoramento* do velho

<sup>34</sup> Entre 1834 e 1852 a Câmara de Coimbra conheceu 16 presidentes e outras tantas vereações.

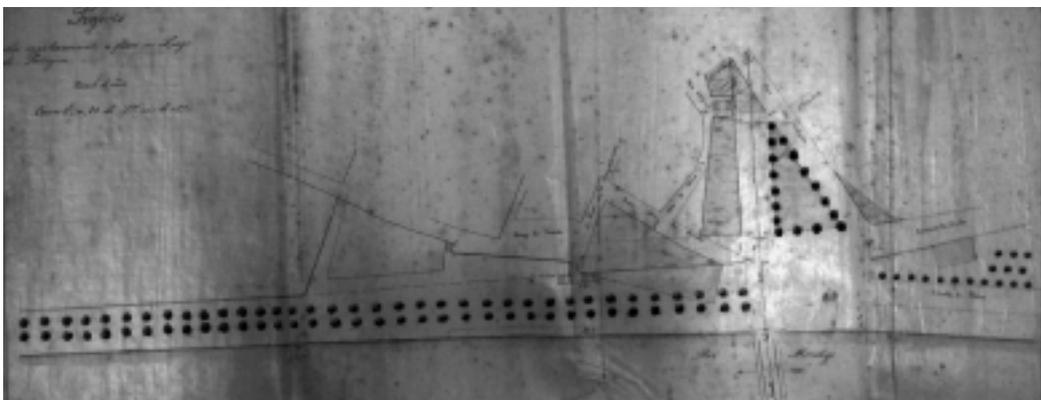
<sup>35</sup> Proposta de lei de 27 de Julho de 1853, do Ministro das Obras Públicas, Fontes Pereira de Melo. SILVA, 1973.

largo da Portagem, ponto de charneira do conjunto urbano. O projeto, aprovado em 1874, implicava para além de um enorme aterro (fig. 3) a expropriação e demolição total de dois quarteirões de edificações, propunha uma praça triangular, limitada a norte por um novo edifício, a construir, marcando o alinhamento da nova ponte e alargando a entrada da rua da Calçada. Incluía, ainda, a regularização e arborização da margem a jusante e a montante da ponte, criando um *boulevard* marginal e o parque público pensado desde 1858<sup>36</sup> (fig. 4).

Todavia a obra executada foi ligeiramente alterada, expropriou-se apenas um dos quarteirões (fig. 5) e, em vez da construção do novo edifício, foi construído um muro de suporte de terras sobre a Rua da Saboaria e do Largo do Trovão que se mantinham à cota original e o largo foi alargado (fig. 6).

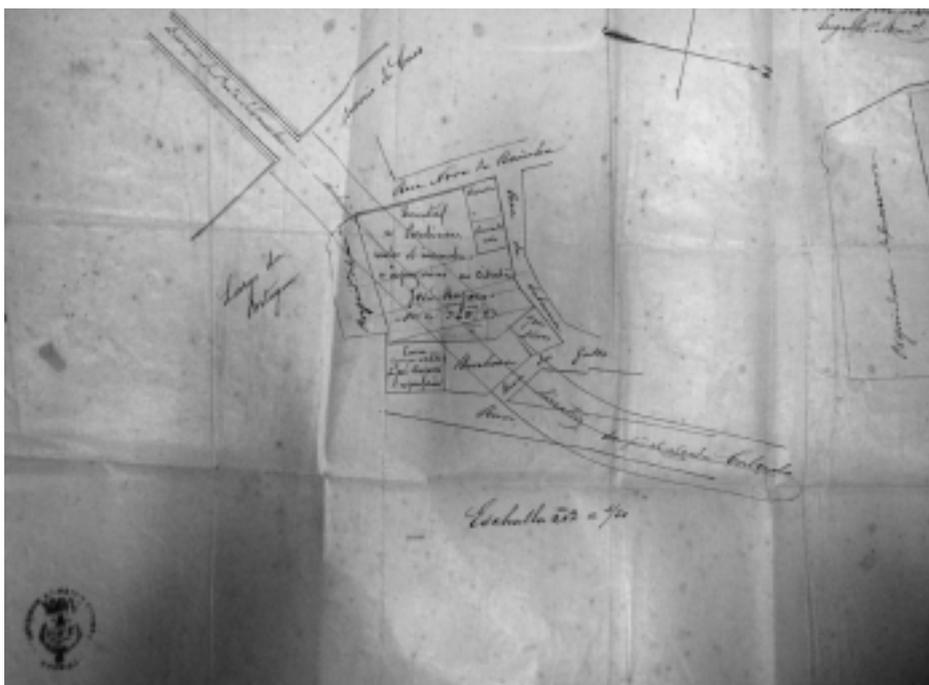


**Figura 3** – Perfil do aterro do largo da Portagem, projeto de António José de Sá, de 1874. AHMC, Repartição de Obras Municipais, 31, P. 7 (3).



**Figura 4** – Projecto dos melhoramentos a fazer no Largo da Portagem, Visível a o novo edifício representado a vermelho, a praça triangular, o boulevard do cais e, do lado direito, o arranque do parque público. AHMC, Repartição de Obras Municipais, 31, P. 7 (1).

<sup>36</sup> A 4 de abril de 1871 a Ínsua do Cerieiro foi expropriada para a construção do Parque da cidade e para o início da estrada da Beira, a primeira referência ao Parque público surge na sessão de Câmara de 12 de maio 1858. AHMC – *Obras do cais do cerieiro*, P. 2, B37/2.



**Figura 5** – Planta de edifícios a expropriar para alargamento do Largo da Portagem. Visível a relação entre a diretriz da ponte e a da Rua da Calçada. Levantamento de António José de Sá de 1873. AHMC, Repartição de Obras Municipais, 31/B50.



**Figura 6** – Planta de reconstrução da margem do Mondego antes de 1887, desenhada com base no levantamento dos irmãos Goullard, pela autora. Visível a nova Ponte Metálica, o aterro do Cais das Ameias, a estação ferroviária e o largo alteado e alargado.

Por outro lado, ainda no ano de 1874 e, como contrapartida pelo traçado da Linha da Beira Alta não passar pela cidade<sup>37</sup>, o Governo propôs a construção de um ramal entre a estação existente<sup>38</sup> e o Cais da Ameias, bem como a criação de uma nova linha a partir da cidade até Arganil. Esta proposta exigia um novo aterro das margens, a eliminação de um dos tramos da ponte metálica e conquistou ao rio uma largura de cerca de 34 metros. Como escrevia imprensa da época: «Nenhuma terra do paiz, a não ser Lisboa, com o seu Aterro, fica tendo um passeio com esta grandeza»<sup>39</sup>.

As obras prolongaram-se até ao século XX com vários atrasos e dificuldades financeiras, mas permitiram, também, a conclusão do aterro do Cais do Cerieiro até ao Porto dos Bentos para a implantação do desejado parque público<sup>40</sup> (fig. 7, 8 e 9).



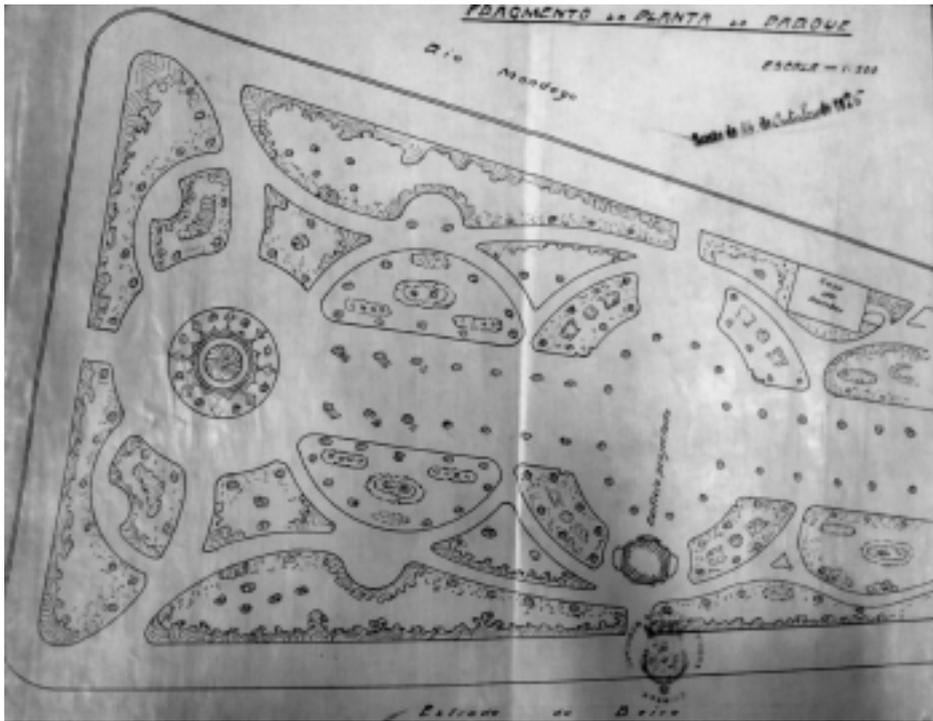
**Figura 7** – Planta de reconstituição da margem do Mondego, no início do século XX, desenhada a partir do levantamento José Baptista Lopes, pela autora. Visível a Ponte Metálica com menos um tramo, o novo aterro entre a estação ferroviária e a Ponte, a linha férrea para Arganil e o parque público.

**37** O traçado da Linha da Beira Alta, a entroncar na Linha do Norte na Pampilhosa foi muito contestado pela cidade que deixava assim de ser o ponto de cruzamento das mercadorias vindas da Beira. AHMC – *Representações ao Rei às Cortes – 1860-1865*, B34: 72 a 79. Em resposta, é traçada uma nova linha entre Coimbra e Arganil que ligaria Coimbra à Beira, com um traçado próximo do itinerário das barcas do rio.

**38** A estação criada em 1864 implanta-se fora dos limites da cidade e, só partir de 1874, a ligação à baixa da cidade começou a ser assegurada, mas pelo primeiro transporte público urbano, o carro americano – sistema composto por uma carruagem puxada por muarens mas deslizando sobre carris, o que permitia aumentar a velocidade e comodidade dos passageiros. A nova estação ferroviária da cidade só foi implantada em 1885 levando à extinção do serviço do carro americano.

**39** O *Conimbricense* de 7 de abril de 1888, n.º 4238, ano XLI: 1.

**40** Ver: AHMC – *Projeto de aterraplanagem da Insua dos Bentos de aprovada a 1 de julho de 1905, Repartição de Obras Municipais*, Pasta 31, Processo 7, doc. 1. AHMC – *Projeto de ajardinamento da esplanada do porto dos bentos de 16 de janeiro de 1912, Repartição de Obras Municipais*, Pasta 31.



**Figura 8** – Fragmento da *Planta do Parque Público*, projeto de António Heitor de 1926. AHMC, Repartição de Obras Municipais, Pasta 31.



**Figura 9** – Postal n.º 1783, não datado mas possível datar entre 1905, quando é feita a terraplanagem da Ínsua dos Ben-tos e 1926, data do projeto de ajardinamento. Editor Alberto Maia. Coleção Aurélio Marta.

A Câmara Municipal de Coimbra, durante a segunda metade do século, revelou uma vontade de modernização e ordenamento da cidade<sup>41</sup>, mas para além da falta de meios financeiros deparava-se com a ausência total de técnicos qualificados. E para tal instava ao Governo não só apoio financeiro mas também capacidades técnicas, aliás desde a publicação do decreto de 31 de Dezembro de 1864<sup>42</sup>, que a câmara solicitava a nomeação de uma comissão para elaboração de um Plano Geral de Melhoramentos da cidade:

*Senhor! Antez que metade da cidade fique sepultada sob as areias do Mondego, é necessário traçar no papel uma nova cidade tal como deverá ser a que nos alicerces da antiga se erguer á maneira da phenix (...) A câmara municipal de Coimbra na conformidade do § 1º do art. 52º do Decerto de 31 de Dezembro, reclama perante vossa Magestade o beneficio que foi concedido ás Câmaras de Lisboa e Porto<sup>43</sup>.*

Pese embora terem sido nomeadas várias comissões<sup>44</sup>, nunca foi elaborado o almejado *Plano Geral de Melhoramentos*. Com efeito, a terceira comissão presidida pelo engenheiro Leonardo Castro Freire, elaborou e apresentou nas estâncias superiores um *Plano de melhoramentos da cidade baixa* mas que nunca obteve a devida aprovação<sup>45</sup>.

Esta ausência de aprovação conduziu a uma série de hesitações, nomeadamente na definição dos alinhamentos a dar às novas construções. O exemplo mais paradigmático surge associado à implantação do novo edifício do Banco de Portugal. Esta instituição pretendendo construir no Largo da Portagem, na altura denominado Largo Príncipe D. Carlos, solicitou os devidos alinhamentos, contudo a Comissão de Melhoramentos escusou-se, alegando-se incompetente por o plano ainda não ter sido sancionado. Depois de alguma controvérsia, a Câmara acabou por definir a implantação e o alinhamento no lado norte do largo (fig. 10)<sup>46</sup>. De uma forma conturbada e hesitante, o município definiu finalmente a forma e a imagem do velho largo, eliminando a estreita Rua da Saboaria e fazendo a articulação entre as cotas da cidade baixa e do largo. O novo edifício, da autoria do arquiteto Adães Bernudes, criou uma nova frente de grande qualidade arquitetónica (fig. 11).

<sup>41</sup> Paralelamente a esta requalificação na frente ribeirinha, a Câmara Municipal, confrontada com dificuldades técnicas e económicas empreende uma nova intervenção de expansão da cidade no terreno desocupado da Quinta de Santa Cruz. Esta operação cria, segundo o modelo de Lisboa, um novo bairro ordenado e regulado sem os constrangimentos da intervenção em tecido existente e permite implantar com maior economia, alguns dos novos equipamentos fundamentais à cidade, como o Mercado, a Escola Industrial e o Matadouro.

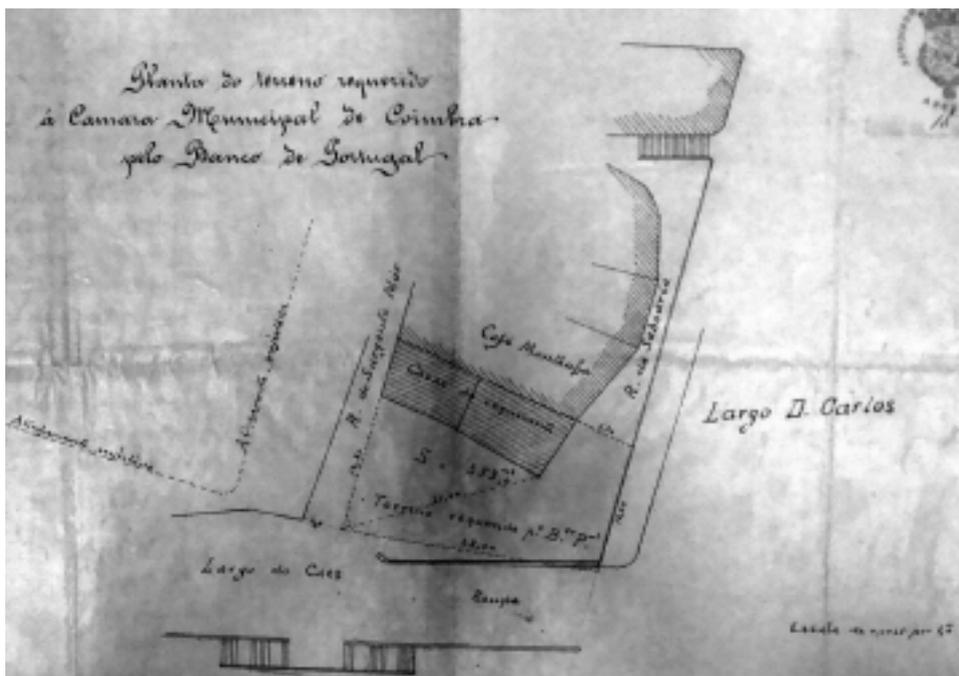
<sup>42</sup> Este decreto, considerado precursor, não só em Portugal mas mesmo no panorama europeu, introduz a figura do Plano Geral de Melhoramentos, que a par com o Regulamento de Estradas inaugura o moderno planeamento urbanístico. Para mais ver FERNANDES, 2002: 110. Segundo o autor, a lei portuguesa de 1864, ao contrário do difundido pela obra de LAVEDAN, 1952, foi depois da lei espanhola do mesmo ano a segunda lei urbanística de abrangência nacional a ser elaborada na Europa.

<sup>43</sup> Representação de 18 Fevereiro 1865 AHMC – *Pasta Representações ao Rei e às Cortes* – 1860-1865, B34: 83.

<sup>44</sup> Primeira comissão foi nomeada a 27 Abril de 1865; a segunda comissão, nomeada a 8 de março de 1888; a terceira comissão nomeada a 9 novembro de 1899; SILVA, 1900: 117.

<sup>45</sup> Apesar das repetidas representações apresentadas pela Câmara Municipal ao Governo Civil reclamando contra a falta de andamento do processo. Offício n.º 284 e ofício n.º 663. SILVA, 1903: 129-130.

<sup>46</sup> AHMC – *Reparação de Obras Municipais*, Pasta 31, B50, Banco de Portugal, processo 3, doc. 1.



**Figura 10** – Planta da Implantação do edifício do Banco de Portugal a vermelho, de 1907. AHMC, Repartição de Obras Municipais, 31, P. 3 (7).



**Figura 11** – Largo da Portagem, cerca de 1912. Visível, à esquerda, o edifício do Banco de Portugal no novo alinhamento do largo (autor não identificado, disponível em <<https://plus.google.com/photos/117914274518338377120/albums/5196315409702016833>>. [Consultado em 16/05/2012].

Com a implantação da República, a municipalidade completou a imagem do largo, então denominado Largo Miguel Bombarda, com o monumento a Joaquim António de Aguiar. E a partir daqui, as obras concentraram-se na ocupação da avenida marginal, denominada Av. Emídio Navarro, em homenagem ao antigo Ministro das Obras Públicas pelo seu empenho na conclusão das obras do Cais do Cerieiro. A implantação da estação de caminho-de-ferro, no topo da avenida favoreceu a implantação de uma frente de hotéis ao longo da margem do rio, alguns dos quais com grande valor arquitetónico, como é o caso do Hotel Astória com projeto do Arq. Francisco de Oliveira Ferreira.

## O PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE BAIXA

Dentro dos ideais de *embelezamento* a Câmara Municipal concentrou-se também no saneamento do tecido medieval da baixinha. Desde 1891<sup>47</sup>, que defendia o rasgamento de três ruas de ligação à estação: uma, ligando o novo edifício dos Paços do Concelho à estação, outra do alargamento da Rua da Madalena entre o Largo da Portagem e a estação e, outra entre a estação e a Rua Visconde da Luz, atravessando a Praça do Comércio. Mas, estas operações de rasgamento eram demasiado dispendiosas e impossíveis no quadro de crise económica do final do século. Por outro lado, o município, desde 1885, seguindo o exemplo de Lisboa, tinha encetado a expansão da cidade, criando um novo bairro na antiga Quinta de Santa Cruz, cujas obras mobilizavam a maioria do capital do município. Para mais, estava empenhado na construção das modernas infraestruturas da cidade como a rede de captação e distribuição de águas a partir do rio (inaugurada em 1889) e a rede de esgotos (iniciada em 1893).

Todavia, as ideias não foram abandonadas e em 1918, a edilidade consciente das dificuldades de ordenamento sem um *Plano Geral de Melhoramentos* aprovado, nomeou uma nova comissão presidida pelo engenheiro municipal, Abel Dias Urbano para o levantamento e estudo de um novo plano. Mas, ainda antes de ter sido apresentado o plano, a Câmara foi confrontada com o novo projeto da Estação de Caminho-de-ferro da cidade<sup>48</sup>, proposta pela Companhia do Caminhos de Ferro Portugueses junto às Ameias. O município recusou-se a aprovar o projeto, evocando a exiguidade do local e o obstáculo à ligação da Baixa com o Rio. Contudo, sem um *Plano Geral de Melhoramentos* aprovado, a Câmara Municipal pouco pôde fazer contra um projeto aprovado centralmente. O novo edifício, da autoria do arquiteto José Ângelo Cottinelli Telmo, inaugurado em 1931, rematou a Av. Emídio Navarro e inviabilizou para sempre a continuação do boulevard marginal.

<sup>47</sup> Apresentado na sessão camararia de 14 de maio de 1891 pelo engenheiro da Direção de Obras Públicas do Distrito, João Teófilo da Costa Góis e que serviu de base ao Plano de melhoramentos da cidade baixa desenvolvido pela 3ª comissão de melhoramentos. LOUREIRO, 1939.

<sup>48</sup> Desde 1885 que a Estação funcionava num pavilhão de madeira improvisado e vinha sendo motivo de protestos por parte da população e das instituições da cidade. Na Sessão de Câmara de 17 de outubro de 1918, a Câmara não autoriza a localização proposta mas o projeto já tinha sido aprovado pela Secretaria de Estado do Comércio. LOUREIRO, 1952.

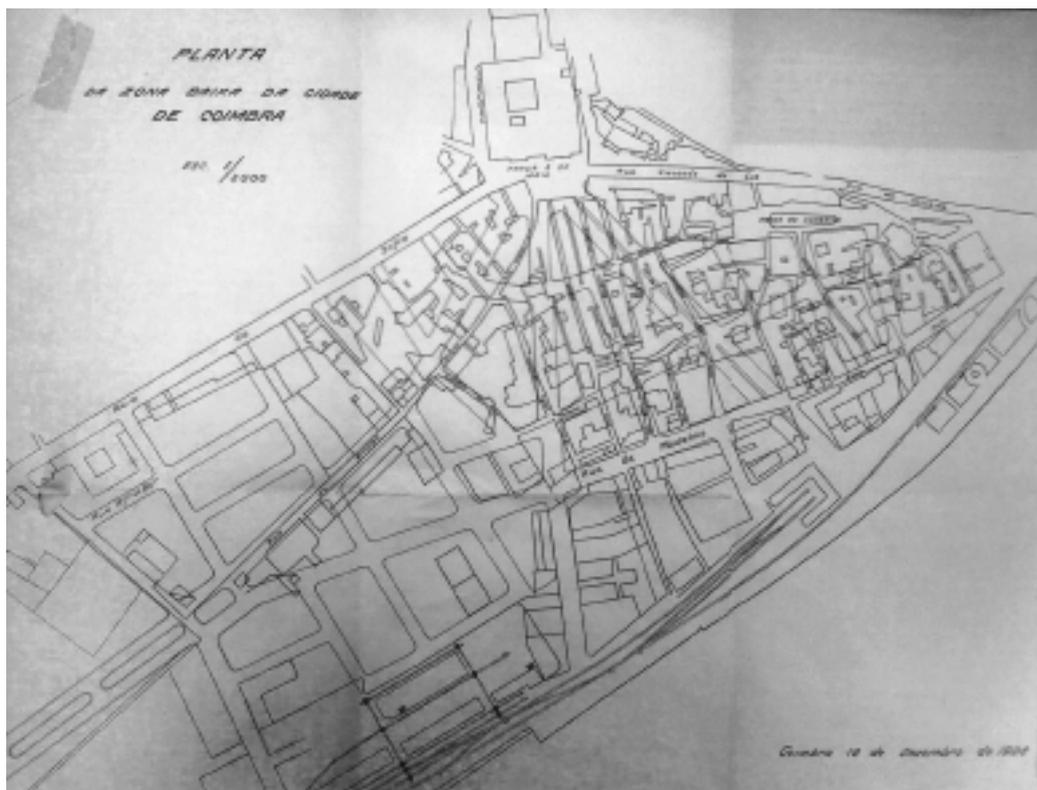


Figura 12 – Plano dos novos Arruamentos da cidade Baixa, de Dias Urbano, de 1924. URBANO (1928).

O *Plano dos novos Arruamentos da cidade Baixa*, de Dias Urbano limitou-se assim à remodelação da zona interior da baixinha, prevendo a elevação de toda a zona e a sua reconstrução quase total (fig. 12). Seguiram-se outros planos<sup>49</sup> mas, depois da construção da Estação Nova, todos se restringiram ao saneamento da cidade baixa, propondo de forma mais ou menos radical a transformação da morfologia antiga<sup>50</sup>. Mas eram operações demasiado dispendiosas e as únicas concretizações limitaram-se às zonas desocupadas dos aterros do Arnado e do início da Avenida Fernão de Magalhães.

<sup>49</sup> Em 1940 o *Arteplano de Urbanização, de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra* de Etienne de Gröer. Em 1955, o *Plano Regulador da Cidade de Coimbra* de Antão de Almeida Garrett. Em 1956, o *Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra* de Alberto José Pessoa. Em 1970 o *Plano de Urbanização da Zona Central da Cidade entre Santa Cruz e o Mondego*, de Januário Godinho. Em 1971 o *Plano de Urbanização da Baixa* de Manuel Costa Lobo.

<sup>50</sup> Dos planos da primeira metade do século XX, apenas o *Arteplano de Urbanização, de Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra* de Etienne de Gröer recusa a demolição total da baixinha limitando-se à abertura da Avenida de Santa Cruz entre a Praça 8 de Maio e o Rio, e ao prolongamento da Av. Fernão de Magalhães até ao Largo da Portagem. Ao nível dos cais introduz uma nova visão de aproximação da cidade ao rio propondo, nomeadamente a remoção do ramal de caminho-de-ferro mas, mais uma vez, nenhuma destas propostas terá execução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de alguns constrangimentos, hesitações e atrasos, a atual paisagem urbana de Coimbra, à semelhança da paisagem de Lisboa, é a que resulta das ideias delineadas ao longo da segunda metade do século XIX, produto dos ideais de embelezamento. Produto de um equilíbrio, nem sempre fácil, entre os interesses locais e o poder central, as margens foram saneadas, abriu-se a nova avenida marginal ordenada, o velho e acanhado largo deu lugar a uma nova praça regular, implantaram-se os novos equipamentos (banco, cafés, hotéis) e as novas infraestruturas (caminho de ferro, rede viária) e criou-se o Parque Público. Entretanto, a ponte metálica foi substituída por uma nova ponte de betão armado (inaugurada em 1954), a passagem de nível do caminho-de-ferro foi desativada, os passeios alterados e a arquitetura dos edifícios foi testemunhando o passar dos tempos e sendo transformada, mas a estrutura urbana manteve-se e perdura.

Preconizada entre a vontade de um município preocupado em afirmar-se como terceira cidade nacional, ainda que debilitado técnica e financeiramente, a transformação das margens do Mondego, aliou os novos saberes técnicos às novas necessidades de saneamento, entendido como mais do que uma operação sanitária, antes como uma operação simbólica onde a estética e a ordem, recriam a paisagem urbana, a cidade conquistou o rio e uma nova imagem, da modernidade.



**Figura 13** – Vista da cidade a partir da margem esquerda, de Arsène Hayes, de cerca de 1860. FARIA, S. (2006) – Evolução do espaço físico de Coimbra. Catálogo de exposição. Coimbra: G. C. Lda, p. 56.



Figura 14 – Vista atual, fotografia autora.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

## BIBLIOGRAFIA

- BARATA, Ana Cristina (1999) – *Lisboa 1860-1930: realidade, desejos e ficções*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em História de Arte.
- BARBOSA, Inácio Vilheda (1864) – *Ponte Pênsil do Porto*. «Arquivo Pittoresco, semanário ilustrado», vol. VII. Lisboa: Castro, Irmão & C<sup>a</sup>.
- CASTILHO, Júlio de (1943) – *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo, desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. 2.<sup>a</sup> edição revista e ampliada pelo autor e com anotações de Luiz Pastor de Macedo. Lisboa: CML.
- CORBOZ, André (2001) – *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: Les Éditions de l'Imprimeur.
- CORREIA, António (1942) – *Identificações Toponímicas*. «Arquivo Coimbrão – Boletim da Biblioteca Municipal». Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra, VI, p. 285-301.
- DELFANTE, C. (1997) – *A Grande História da Cidade. Da Mesopotâmia aos Estados Unidos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DIÁRIO de Notícias, noticiário universal*, ano 42, de 19 de Junho de 1906. Lisboa: Typographia Universal, p. 7.
- FARIA, José Santiago (2006) – *A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra*. «Monumentos», 25, p. 130-137.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2005) – *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. 1.<sup>a</sup> edição policopiada 2002.
- FERRÃO, Bernardo (1985) – *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758-1813*. Porto: FAUP Publicações.
- FRANÇA, José Augusto (1966) – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- HAROUËL, J. L. (1993) – *L'Embellissement des villes*. Paris: Picard Editeur.
- LAUGIER, M. A. (1999) – *Ensayo sobre la Arquitectura*. Madrid: Ediciones Akal.
- LAVEDAN, Pierre (1952) – *Histoire de l'urbanisme, Époque Contemporaine*. Paris: Henri Laurens Ed.
- LOUREIRO, José Pinto (1939) – *Anais do Município de Coimbra, 1890-1903*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

- LOUREIRO, José Pinto (1952) – *Anais do Município de Coimbra, 1904-1919*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- NONELL, Anni Günther (2002) – *Porto, 1763-1852 a construção da cidade entre o despotismo e liberalismo*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento (1ª edição, policopiada, 1998).
- PAIS, Miguel (1884) – *Melhoramento de Lisboa e seu Porto*. Lisboa: Tipografia Universal.
- URBANO, Abel Augusto Dias (1928) – *Projecto de novos arruamentos da cidade baixa*. Coimbra: Tipografia de M. Reis Gomes.
- ROSSA, Walter (2000) – *A imagem ribeirinha de Lisboa-alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o Império*. In *A Urbe e o Traço*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Armando Carneiro (1973) – *Anais do Município de Coimbra, 1840-1869*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- SILVA, Manuel Dias da (1900) – *Relatorio sobre as contas da Gerencia Municipal de Coimbra no anno de 1899*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SILVA, Manuel Dias da (1903) – *Relatorio sobre as contas da gerencia municipal de Coimbra no anno de 1902*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SILVA, Maria Madalena F. Pinto da (2009) – *Forma e Circunstância*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura.
- SILVA, Raquel Henriques da (1997) – *Lisboa Romântica. Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de doutoramento, texto policopiado.
- TERRA, Ventura (1910) – *Lisboa do Futuro*. «Ilustração Portuguesa. Revista semanal dos acontecimentos da vida portuguesa», II Série, n.º 213. Lisboa: Jornal O Século, p. 367-372.

## FONTES

- AHMC – *Obras do Cais do Cerieiro*, Pasta 2, B37/2.
- AHMC – BAPTISTA, Isidoro (1845), *Planta Topográfica da cidade e arrabaldes*.
- AHMC – *Repartição de Obras Municipais, Banco de Portugal*, Pasta 31, B50, processo 3, doc. 1.
- AHMC – *Repartição de Obras Municipais, Perfil Longitudinal. Projecto de uma nova praça a abrir no sitio da antiga portagem junto à frente de Coimbra*, Pasta 31, processo 7, doc. 3.
- AHMC – *Repartição de Obras Municipais, Planta de edificios a expropriar para alargamento da Rua da Calçada e Largo da Portagem*, Pasta 31, B50.
- AHMC – *Repartição de Obras Municipais, Planta do Parque*, Pasta 31.
- AHMC – *Repartição de Obras Municipais, Projeto ajardinamento da esplanada do porto dos bentos de 16 de Janeiro de 1912*, Pasta 31.
- AHMC – *Repartição de Obras Municipais, Projeto de terraplanagem da Ínsua dos Bentos aprovada a 1 de Julho de 1905*, Pasta 31, Processo 7, doc. 1.
- AHMC – *Repartição de Obras Municipais, Projecto do terreno requerido à Câmara Municipal pelo Banco de Portugal*, Pasta 31, processo 3, doc. 7.
- AHMC – *Repartição de Obras Municipais, Projecto dos melhoramentos a fazer no largo da Portagem*, Pasta 31, processo 7, doc. 1.
- AHMC – *Repartição de Obras Municipais, Projecto para construção do passeio do lado residencial da Av. Navarro entre os Largos das Ameias e Bombarda*, Pasta 31, processo 7, doc. 9.
- AHMC – *Representações ao Rei às Cortes – 1860-1865. Exposição sobre a linha férrea da Beira Alta de 21 de Outubro de 1864*, B34, folhas 72 a 79.
- AHMC – *Representações ao Rei e às Cortes – 1860-1865, Representação de 18 Fevereiro 1865*, B34, p. 83.
- AHMOP – *Projecto do Cais Novo de Belém ao Cais de Santarém*, D27C.
- AHML – *Os aterros do Caes da Boa Vista*, 9 de Setembro de 1858. SGO, Cx. 125.

# A SERRA DA ESTRELA É A ORIGEM DO MOVIMENTO SANATORIAL PORTUGUES (1881-1907)

ISMAEL CERQUEIRA VIEIRA\*

**Resumo:** Nos meados do século XIX, os sanatórios de montanha tornaram-se centros especializados no tratamento da tuberculose pulmonar. Seguindo a tendência europeia, alguns médicos e figuras públicas portuguesas centraram esforços para verem edificado um sanatório de montanha. O lugar escolhido foi a Serra da Estrela, ponto mais alto de Portugal continental, pelas suas condições climáticas, telúricas, higrométricas e pela ausência de actividade social. Foram encetadas diversas experiências com doentes, que voluntariamente se instalaram na serra, considerada a Suíça portuguesa, procurando vencer o mal do século. No lugar do Poio Negro foi instalado um posto meteorológico e construídas várias barracas que albergaram os primeiros doentes, mas dificuldades de vária ordem desviaram a atenção para a cidade da Guarda.

Este artigo tem por objectivo identificar as doutrinas médicas subjacentes ao tratamento pela vida em montanha e as motivações médicas para a edificação dum sanatório na Serra da Estrela. Procuraremos igualmente fazer uma síntese retrospectiva do que foram as primeiras experiências terapêuticas na paisagem serrana até à construção do primeiro sanatório. Utilizaremos para tal documentação como as dissertações médicas, artigos médicos da especialidade e algumas monografias de referência.

**Palavras-chave:** Tuberculose; Serra da Estrela; Sanatório; Montanha.

**Abstract:** In the mid-nineteenth century, mountain sanatoriums became specialized centres in the treatment of pulmonary tuberculosis. Following this European trend, some Portuguese doctors and public figures put efforts into building a mountain sanatorium. The place chosen was the Serra da Estrela, the highest point in mainland Portugal, for its climatic conditions, geographical setting, humidity and lack of social activity. Several experiments were undertaken with patients, who voluntarily settled in the mountains, considered the Portuguese Switzerland, seeking to overcome the malady of the century. In the village of Poio Negro, a weather station was installed and several cabins were built to house the first patients, but a variety of difficulties diverted attention to the city of Guarda.

This article aims to identify the doctrines underlying medical treatment for life in the mountains and the medical reasons behind the need to build a sanatorium in the Serra da Estrela. We also intend to make a retrospective summary of the first therapeutic experiences in the mountain landscape until the construction of the first sanatorium. The research is based on documentation such as medical theses, medical articles and some reference monographs.

**Keywords:** Tuberculosis; Serra da Estrela; Sanatorium; Mountain.

## INTRODUÇÃO

No século XIX, a tuberculose tornou-se numa das doenças mais difundidas entre as sociedades da Europa. Considerada uma «doença dominante» pela expansão endémica, pelos efeitos altamente invalidantes e pela elevada letalidade, a tuberculose atingiu todas as sociedades desenvolvidas da época<sup>1</sup>. Doença com múltiplos rostos – tísica, escrófulas,

---

\* Investigador do CITCEM – Universidade do Porto e colaborador do CEIS 20 – Universidade de Coimbra. Email: ismaelcerqueira@gmail.com.

Mal de Pott – escreveu a sua história paralelamente à das suas vítimas, que durante longos séculos se viram impotentes para vencer a temível «peste branca».

É certo que os progressos da anatomoclínica, da fisiologia e da bacteriologia no século XIX permitiram uma melhor e mais correta compreensão da tuberculose, no entanto no campo terapêutico os progressos não foram tão evidentes. Na realidade, a terapêutica da tuberculose manteve os velhos receituários assentes em tónicos, expetorantes, vomitivos, revulsivos e sedativos que não faziam mais do que aliviar sintomas e combater manifestações gerais como eram a febre, as diarreias e os suores. Mas em meados de Oitocentos um novo paradigma de tratamento veio revolucionar a terapêutica da pulmotuberculose em vários domínios – o tratamento sanatorial.

O tratamento sanatorial, repousando na exposição ao ar e baixas pressões atmosféricas e consolidado pela manutenção dum regime higieno-dietético hipercalórico, rapidamente se tornou num ícone da luta internacional contra a tuberculose, gerando na comunidade médica o mais vivo interesse por este recurso terapêutico. Advogado desde a década de 1840, só ganhou forma pela primeira vez em 1854 com a abertura do primeiro sanatório de montanha pelo Dr. Hermann Brehmer na Silésia. Paulatinamente os demais países europeu dotaram-se de estabelecimentos análogos e Portugal não foi exceção. Em 1881, a Sociedade de Geografia de Lisboa, por iniciativa do reputado médico Sousa Martins, promoveu uma primeira expedição à Serra da Estrela para averiguar as condições climáticas, telúricas e higrométricas para aí instalar um sanatório de montanha. Nasceu nessa data o movimento a favor da construção de sanatórios de altitude para os tísicos, mas na verdade a construção do primeiro sanatório só se concretizou no primeiro decénio do século seguinte.

Diversas obras de referência ao nível internacional têm tocado os mais variados aspetos concernentes aos sanatórios, designadamente os fundamentos da terapêutica sanatorial, o regime higieno-dietético, o contributo destes centros na vanguarda da produção de conhecimento tisiológico, de experimentação de novas terapêuticas médicas ou cirúrgicas e a formação de médicos tisiologistas. Não têm sido esquecidos também os aspetos sociológicos que se prendem com o quadro de vida dos doentes, as suas experiências pessoais de isolamento social e posterior reintegração, o incremento duma cultura física e de vida saudável<sup>2</sup>.

Na historiografia portuguesa a reflexão e a escrita em torno da tuberculose e dos sanatórios e do seu papel enquanto centros de tratamento especializados e produtores de conhecimento na área da tisiologia, como lugares de educação, formação, cultura, convivência social, etc. têm sido tímida, apesar de existirem já vários investigadores (nem todos da área da História) a estudar estas questões. Alguns trabalhos têm produzido dados novos nos diferentes domínios de estudo, apesar de poucos considerarem uma visão global da questão, circunscrevendo-se a um sanatório em particular ou a questões demasiado específicas<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> GRMEK & SOURNIA, 1999: 271-273 e 285-286.

<sup>2</sup> Vide as obras de GRELLET & KRUSE, 1983; GUILLAUME, 1986; BRYDER, 1986; e DORMANDY, 2000.

<sup>3</sup> Veja-se a título de exemplo SEQUEIRA, 2003; TAVARES, 2004; AMARAL, 2007; SANTOS, 2010; VELOSO, 2010.

Este artigo tem como objetivos, primeiro identificar o pensamento médico subjacente ao tratamento sanatorial, analisando os principais motivos que levaram os médicos a defender a edificação dum sanatório na Serra da Estrela. Em segundo lugar pretendemos fazer uma síntese retrospectiva sobre as primeiras experiências terapêuticas na serra e em terceiro lugar perceber porque os médicos desviaram as suas atenções para a cidade da Guarda, onde se estabeleceu efetivamente o primeiro sanatório de montanha em 1907. Com isto pretendemos contribuir para o entendimento da fase mais precoce da luta organizada contra a tuberculose em território nacional, ao nível médico-científico onde destacaremos as particularidades do clima montanhoso e do ambiente de isolamento bem como perceber as movimentações de médicos e instituições influentes que culminaram na edificação do Sanatório da Guarda. Consideramos neste estudo como balizas cronológicas os anos de 1881 e 1907, sendo que o primeiro marca o início do movimento médico a favor da construção dos sanatórios e o segundo a data de inauguração efetiva do primeiro sanatório de altitude em território nacional.

## MEDICINA, CLIMA E TUBERCULOSE: OS INGREDIENTES DO REGÍMEN SANATORIAL

Na história das sociedades contemporâneas do mundo ocidental, as doenças e o seu controlo estiveram como nunca entre as preocupações de médicos e políticos<sup>4</sup>, porque além de serem agentes de equilíbrio/desequilíbrio demográfico, pelas implicações diretas nas taxas de mortalidade e na economia das nações, foram igualmente fatores geradores de inquietações sociais, perturbadoras da ordem estabelecida. Embora os dados estatísticos para Portugal não sejam fiáveis pelo menos até aos inícios do século XX, a verdade é que os reduzidos dados disponíveis mostram que a tuberculose era uma das principais causas de morte nas principais cidades do reino, suplantando todas as outras doenças infeto-contagiosas juntas<sup>5</sup>. Por conseguinte, o desejo natural dos governantes foi o do controlo das doenças, não só as epidémicas, mas sobretudo as entidades patológicas presentes na longa duração como a tuberculose.

O desconhecimento da natureza microbiana da doença até aos finais de Oitocentos pôs de parte quaisquer medidas de profilaxia semelhantes às quarentenas para a cólera, a febre-amarela ou a peste. De resto, a estetização da tuberculose pela corrente estética e literária do Romantismo tornou-a uma doença conotada com a genialidade artística e intelectual de que são exemplos Chopin ou Júlio Diniz, escapando por isso à listagem de doenças que pelo risco de morte imediata exigiam uma intervenção rápida. O controlo da tuberculose ficou então dependente, apesar na evolução da medicina operada ao longo do século XIX, das terapêuticas multiseculares baseadas na alimentação parcimoniosa ou fortificante conforme o diagnóstico, nas purgas, clisteres e sangrias, nas substâncias medicamentosas e na aeroterapia. Na verdade a procura de formas cada vez mais sofisticadas

---

<sup>4</sup> FOUCAULT, 2009.

<sup>5</sup> VIEIRA, 2012: 263-265.

e eficazes escondiam uma triste realidade, que era a incapacidade científica e técnica de curar a tuberculose. A maior parte das tentativas saíam frustradas, em boa parte pelas características biológicas do agente patogénico – o bacilo de Koch – mas também pelo mecanismo de contágio e falta de terapias que agissem diretamente contra o bacilo.

Todavia, em meados do século XIX generalizou-se a crença na cura baseada em climas montanhosos, onde a pureza e rarefação do ar, o sol e a ausência de uma vida social agitada proporcionavam descanso mental e orgânico para o restabelecimento dos doentes. Mas a cura pelo ar exigia também disciplina mental, cuidados médicos e higiénicos que só o sanatório podia oferecer, daí a climatoterapia ter sido englobada no que se designa de regime sanatorial.

Não se pense contudo que a climatoterapia nasceu no século XIX. As propriedades curativas dos climas foram desde tempos remotos utilizadas no tratamento de variadas doenças pulmonares. Até meados do século XIX, os médicos apontavam sobretudo os climas marítimos e de planície como os mais indicados para as patologias do foro pulmonar, de tal modo que se edificaram estabelecimentos de tratamento e assistência para doentes com esse género de patologias. Em Portugal, as planícies alentejanas e a ilha da Madeira, pelo seu clima ameno e soalheiro, foram as regiões mais procuradas ao longo das centúrias de Setecentos e Oitocentos.

O clima marítimo, em especial, teve cultores desde a Antiguidade, havendo médicos que enviavam os seus pacientes para certos pontos do litoral do Mediterrâneo onde se encontravam na primeira metade do século XIX uma boa parte das estações climatéricas para o tratamento da tuberculose, especialmente em Cannes, Nice, Menton, Castellemare ou Nápoles<sup>6</sup>. Mudar de ares era uma prática considerada salutar, especialmente se fosse para um clima considerado benéfico. Até meados da centúria, os climas marítimos eram tidos como os melhores no tratamento da pulmotuberculose por serem geralmente melhor tolerados e pela amenidade dos fatores climatéricos, como o clima madeirense, que ajudavam na cura<sup>7</sup>.

Apesar do recurso ao clima marítimo para o tratamento das tuberculosas cirúrgicas durante a primeira metade do século XX, nos meados do século XIX os médicos passaram a prescrever o clima de montanha para o tratamento da pulmotuberculose. A comprovação da ineficácia do tratamento pelo clima marítimo e as investigações de vários médicos, especialmente de Jourdanet e Coindet para o México, de Lombard para os Alpes suíços e de Guilbert para a Bolívia vieram demonstrar que os lugares elevados funcionavam como inibidores da tuberculose<sup>8</sup>. Conscientes desta nova realidade, os médicos passaram a valorizar os climas montanhosos em detrimento dos marítimos. As características dos climas alpinos ou montanhosos eram opostas aos dos climas marítimos: ar puro com défice de oxigénio e rico em ozono, temperatura baixa, pressões atmosféricas baixas pela rarefação do ar, ar seco, luz intensa e ventos de direção fixa e pouco intensos. A deso-

---

<sup>6</sup> Cf. GUILLAUME, 1986: 64 e GUIMARÃES, 1887: xiii.

<sup>7</sup> Vide VIEIRA, 2011.

<sup>8</sup> SAUSSURE, 1803 e JOURDANET, 1875.

xigenação barométrica tinha como principais efeitos fisiológicos a maior frequência e amplitude dos movimentos respiratórios, um aumento do afluxo sanguíneo à periferia do corpo pela dilatação passiva dos capilares e a ativação do apetite, atuando como tónico<sup>9</sup>. Localmente, os efeitos terapêuticos manifestavam-se na maior amplitude da caixa torácica permitindo o trabalho de todo o pulmão, especialmente dos vértices. As características climáticas tinham um efeito estimulante geral ao nível muscular e respiratório conduzindo à atenuação de sintomas como as insónias e as hemoptises<sup>10</sup>.

Brehmer, fundamentando-se nas investigações anatomopatológicas de Rokitansky, de Louis e de Bizot que mostraram que o coração de alguns tuberculosos eram menores do que os dos não tuberculosos, centrou os seus esforços em conceber uma terapêutica que aumentasse a atividade e energia do coração para este não atrofiar e assim conseguir bombear sangue suficiente ao organismo evitando a acumulação de tubérculos nos pulmões dos doentes. Percebendo a importância do clima montanhoso no tratamento da tuberculose pulmonar logo tratou de estabelecer um sanatório em 1854 onde os pacientes além de submetidos ao tratamento de ar puro e com défice de oxigénio faziam uma alimentação abundante e exercício vigiado. Não sendo uma ideia completamente inovadora, porque já havia sido prescrita por George Bodington em 1840<sup>11</sup>, foi contudo a primeira aplicação prática da terapêutica defendida por aquele. Uma dúzia de anos mais tarde, Peter Detweiller, ex-paciente e discípulo de Brehmer, fundou o segundo sanatório, onde reiterou a alimentação abundante mas substituiu o exercício pelo repouso em galerias de ar, tornando-se este o modelo de tratamento sanatorial seguido em todos os sanatórios posteriores.

Em Portugal o estudo da relação entre os climas de montanha e o tratamento da tuberculose não se iniciou antes de 1881. Nesse ano a Sociedade de Geografia de Lisboa organizou uma expedição científica à Serra da Estrela composta, na sua secção médica por Sousa Martins, Serrano, Jacinto Augusto Medina e ainda o auxiliar de hidrologia Leão da Costa e o oftalmologista Lourenço da Fonseca, da qual resultou a edificação dum observatório meteorológico. Dois anos mais tarde uma nova expedição foi conduzida por Sousa Martins, Carlos Tavares e Emídio Navarro, futuro Ministro das Obras Públicas, que publicou as crónicas da expedição em 1884, obra prefaciada por Sousa Martins onde abordou a questão do tratamento pelo clima montanhoso, da edificação dum observatório meteorológico e da necessidade dum sanatório de montanha. Sousa Martins insistiu e realçou numerosas vezes os efeitos da rarefação do ar e consequente dispneia das alturas que tinha como consequência forçar o organismo a suspender a sua atividade por efeito do cansaço provocado pela anoxemia. Acreditava assim que a progressiva aclimação dos doentes tinha como efeito desenvolver e fortalecer os pulmões, podendo desobstruí-los dos intumescimentos provocados pelos tubérculos ou outros fatores morbígenos<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> DAGOGNET, 1997: 145.

<sup>10</sup> GUIMARÃES, 1887: 24-32.

<sup>11</sup> BODINGTON, 1840.

<sup>12</sup> NAVARRO, 1884: 13-16.

Em suma, na carta-prefácio à obra de Navarro, Sousa Martins tentou provar o benefício do clima montanhoso para o tratamento dos tísicos – por fortalecer o doente e por inibir o desenvolvimento do bacilo da tuberculose – e com isso impingir a criação dum estabelecimento de tratamento na Serra da Estrela, similarmente ao que acontecia na Alemanha e Suíça.

Sousa Martins não foi o único a estudar as propriedades do clima serrano. No mundo académico, fosse por estudos de final de curso ou por trabalhos de docentes, também houve adeptos da climatoterapia de montanha, embora poucos se pronunciassem. Em 1889, o professor de Coimbra Augusto Rocha publicou dois artigos sobre a «tisioterapia» na Serra da Estrela. No primeiro artigo<sup>13</sup> faz uma síntese das experiências já realizadas com doentes, mas manteve-se cauteloso em relação aos resultados. Contrariamente ao tom otimista de Sousa Martins, Augusto Rocha relata casos mal sucedidos e reafirma a necessidade de colher histórias completas de doentes e cruzar essa informação com exames baciloscópicos aos escarros como prova da cura. Continua dizendo:

*Sem estes requisitos podemos, é certo, nutrir esperanças mais ou menos sentimentaes na efficacia da altitude, adquirir da observação passageira de um certo numero de doentes de doentes uma convicção impressiva, e d'aqui attribuir á região uma influencia magica, cuja miragem attrahirá os desgraçados, entregues ao desespero de uma molestia rebelde, mas não atingiremos nunca ao conhecimento exacto das precisas indicações de um tratamento, que se nos antolha milagroso<sup>14</sup>.*

Ao terminar constata a falta dum verdadeiro sanatório na Serra, tendo os doentes abrigando-se até aí em barracas de madeira.

No segundo artigo<sup>15</sup> reforçou a importância de estudos climatéricos da região e da recolha completa de informações acerca dos tuberculosos que pretensamente se declaravam curados. Realçou ainda a existência de outras localidades que melhor se compadeciam com a permanência de doentes durante longos períodos de tempo e por conseguinte melhor localizadas para a edificação dum sanatório. Entre elas indicou a Guarda por reunir condições climatéricas e concomitantemente infraestruturas de apoio aos doentes, o que mais tarde se comprovou com a construção do Sanatório Sousa Martins.

No ano seguinte foi a vez de Sousa Martins publicar um extenso relatório<sup>16</sup> das suas expedições à Serra da Estrela, onde se destacou a comparação da Serra com a estância de Davos na Suíça. Mas a insuficiência de dados relativos à Serra e a visível falta de incentivo da parte dos poderes públicos levaram ao abandono do projeto dum sanatório na Serra, que aliás nunca tinha ido além dumas quantas barracas de madeira e do observatório meteorológico onde se instalaram alguns doentes. No Congresso Nacional de Tuberculose em 1895, a atenção prendeu-se unicamente com a cidade da Guarda, por esta pos-

<sup>13</sup> ROCHA, 1889a.

<sup>14</sup> ROCHA, 1889a: 98.

<sup>15</sup> ROCHA, 1889b.

<sup>16</sup> MARTINS, 1890.

suir uma rede de comunicações, de transportes e serviços e zonas habitacionais, o que não acontecia na Serra da Estrela. Em poucos anos os doentes afluíram a esta cidade alojando-se em quartos de hotel ou casas alugadas, pondo-se de parte toda e qualquer ideia de investir em edificações sanatoriais na Serra.

Ao nível académico pouco se escreveu sobre a climatoterapia de altitude, havendo uma nítida falta de estudos nesta área. As poucas teses inaugurais que se centraram neste tema repetiram invariavelmente os mesmos conteúdos, apontando as características dos climas montanhosos e os seus efeitos fisiológicos e terapêuticos. Dum conjunto de vinte e cinco teses das três escolas médicas portuguesas (Porto, Lisboa e Coimbra), que estudamos para os finais do século XIX, só três delas afloraram questões ligadas ao clima serrano. A tese mais antiga, datada de 1887 e já aqui citada, intitulava-se «O tratamento climatérico da tuberculose pulmonar e a Serra da Estrela»<sup>17</sup>. O autor descreveu os três grupos de climas terapêuticos – alpinos, marítimos e campestres – e defendeu o clima montanhoso como o mais vantajoso para os tísicos. Apresentou dados climatológicos sobre a Serra recolhidos por si, defendendo a tese de que a Serra da Estrela era climatericamente mais vantajosa do que muitas cadeias montanhosas da Europa onde se haviam edificado sanatórios de altitude.

Em 1890, José Alberto Pimenta, também da Escola do Porto, escreveu «A phtísica, a Serra da Estrela e o específico do Dr. Koch»<sup>18</sup> onde categorizou as formas da tísica pulmonar em «erethica» e «tórpidas»<sup>19</sup> e descreveu a geografia e a climatologia da Serra da Estrela e arredores. Considerou existirem três regiões aproveitáveis do ponto de vista médico: a Serra, a Guarda e a Covilhã, apontando os principais benefícios de tratamento nessas zonas. Se bem que no final da dissertação menciona a recém-inventada tuberculina de Koch, persevera no ar puro, higiene e boa alimentação como o melhor tratamento. A última tese<sup>20</sup> que encontramos, defendida em Coimbra em 1898, não trouxe novidades em relação às demais. Nela o autor fala das características dos climas de altitude, apresentando alguns dados sobre as temperaturas da Serra e da Guarda. Tratou ainda dos efeitos fisiológicos do clima e indicações e contra-indicações do mesmo no estado clínico dos doentes.

## DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS À CONSTRUÇÃO DO SANATÓRIO DA GUARDA

No decurso da expedição à Serra da Estrela, sob a chancela da Sociedade de Geografia de Lisboa, foi pedido ao governo a criação dum observatório meteorológico para realização

<sup>17</sup> GUIMARÃES, 1887.

<sup>18</sup> PIMENTA, 1890.

<sup>19</sup> O autor considerava que a tísica «erethica» sucedia nos indivíduos de temperamento sanguíneo-nervoso, com hiperexcitabilidade e reação exagerada às reações orgânicas ou medicamentosas e a forma «tórpidas» afetava sobretudo os indivíduos debilitados por doenças consumptivas como os escrofulosos, linfáticos e anémicos. No entanto, o autor teve dificuldade em definir estas duas categorias, misturando mesmo o conceito de tísica com o de tuberculose: «A forma erethica representa a agudeza phtisiogene na cronicidade tuberculosa; e a forma tórpidas representa a cronicidade phtisiogene na cronicidade tuberculosa». Cf. PIMENTA, 1890: 20-23.

<sup>20</sup> SILVA, 1898.

de estudos climatéricos, sendo nomeado seu diretor Brito Capelo, irmão do célebre explorador Hermenegildo Capelo. O Observatório da Serra, embora exíguo e com poucas comodidades, acolheu o primeiro doente em 1882. Este episódio deu fama à Serra, que em pouco tempo começou a albergar os primeiros doentes. O doente em causa era Alfredo César Henriques, amigo e paciente de Sousa Martins. Regressado da Madeira, onde procurou vamente a cura, e ouvindo falar do empreendimento chefiado por Sousa Martins resolveu instalar-se no observatório. Mais tarde mandou construir uma residência própria aproveitando uns blocos megalíticos de granito. Depois de dois anos de tratamento climático, o «tísico da serra», como ficou conhecido, declarou-se curado. Isto deu notoriedade e mediatismo às pretensões e projetos de Sousa Martins, apesar das reticências de vários médicos como já mencionamos.

A procura da Serra da Estrela pelos tuberculosos levantou também questões ao nível material. O lugar do Poio Negro, onde estava instalado o posto meteorológico, era um lugar ermo e inabitado. Os únicos edifícios existentes eram o observatório e a casa de César Henriques. Posteriormente, este mandou construir algumas casas de habitação que alugava a outros doentes. As barracas de madeira que serviram de abrigo aos operários enquanto decorria a construção do observatório, também albergaram doentes. As casas-barracas disseminaram-se por todo o cabeço da serra. Existiam barracas velhas que tinham sido usadas como abrigos para os construtores do observatório e eram de edificação rude. Foram também edificadas barracas novas construídas propositadamente para servir de habitação aos tísicos e por isso melhor apetrechadas, incluindo ventiladores, janelas com vidro e algum mobiliário<sup>21</sup>.

O núcleo embrionário do pretense sanatório da Serra, também chamado de Mantegas ou do Observatório, constituído pelas casas-barracas copiou de algum modo as construções do sanatório de Brehmer, também ele composto por chalés de madeira. O serviço médico era assegurado no verão pelo Dr. Basílio Freire, mas não existia serviço farmacêutico. Não existiam comunicações e transporte regulares, ficando comprometido o abastecimento alimentar aos doentes. Apesar de existirem referências ao sanatório da Serra da Estrela nunca existiu um verdadeiro sanatório, como instituição organizada para receber e tratar doentes. Em 1895, Tiago de Almeida referia que apesar do aval da Sociedade de Geografia de Lisboa não se havia construído nenhum sanatório<sup>22</sup>. Nas páginas finais do relatório de Sousa Martins também se percebe que não existia sanatório, apenas a intenção da construção dum hospital para tuberculosos que ficaria a cargo duma instituição privada, o Club Hermínio.

Sousa Martins instigou o governo a investir nas potencialidades curativas da Serra da Estrela, visando a construção de edifícios para os serviços oficiais e administrativos e ampliação do posto meteorológico<sup>23</sup>, mas o pedido não teve a prossecução desejada por falta de recursos. Em 1891 um artigo publicado no *Coimbra Médica*<sup>24</sup> criticava o modo,

---

<sup>21</sup> Veja-se a este propósito NUNES, 2011: 920-921.

<sup>22</sup> ALMEIDA, 1895: 122-123.

<sup>23</sup> MARTINS, 1890: 294-295.

<sup>24</sup> SANATÓRIO, 1891: 209-300.

o início e o desfecho dos investimentos do sanatório da Estrela. O local originalmente escolhido por Sousa Martins não era o melhor para a construção das habitações porque o posto tinha sido construído para a observação meteorológica e não se tinham chegado a conclusões cientificamente válidas acerca das potencialidades do local. O artigo esclarecia ainda que os governantes aproveitaram as incoerências e incertezas dos médicos acerca do potencial do local para retirar o apoio que estava previsto. Esta ação foi um revés para Sousa Martins e para o seu plano de conseguir replicar na Serra da Estrela o que se fazia na Suíça.

Face ao alheamento dos governantes, um conjunto de oitenta e seis beneméritos afetos ao problema da tuberculose criaram o Club Hermínio em 1888, funcionando este como uma associação de beneficência para o tratamento dos tuberculosos na Serra da Estrela. Sousa Martins foi nomeado presidente honorário pelos empreendimentos que impulsionou, nomeadamente a construção do posto sanitário, e Emídio Navarro, João Carlos de Brito Capelo e Joaquim Simões Ferreira tornaram-se sócios honorários. A presidência da direção do Club Hermínio foi confiada ao Dr. Basílio Freire enquanto Alfredo César Henriques e Guilherme Telles de Menezes desempenharam as funções de tesoureiro e secretário respetivamente.

A prioridade desta associação foi de promover o melhoramento das condições higiénicas da Serra da Estrela e estabelecer casas de saúde para o tratamento de tuberculosos, recebendo aí gratuitamente os doentes pobres. Outras funções envolviam o policiamento sanitário das povoações da Serra, a abertura de estradas, o estabelecimento de marcos explicativos (sinalizações) para guiar os viajantes, construção de abrigos e a formação de guias.

No relatório enviado ao presidente de conselho de ministros, Sousa Martins fez apelo ao governo para criar condições para que a Serra se tornasse uma estação de referência nacional no tratamento da tísica pulmonar. Não pediu um hospital para pobres, uma vez que a beneficência privada se encarregou de financiar tal empreendimento no Vale das Éguas, por ser mais abrigado dos ventos. Pediu especificamente a criação de habitações para o internamento dos doentes com poucos recursos. Simultaneamente defendeu a necessidade de promover o estabelecimento do pequeno comércio e da pequena indústria para servir localmente os doentes, devendo o governo facilitar a sua criação pela isenção de impostos por uma década, a criação do serviço telegráfico e postal, para diminuir o isolamento dos doentes, e a organização duma polícia sanitária própria que fizesse cumprir as regras higiénicas<sup>25</sup>.

Em síntese, as primeiras investigações em torno do clima da Serra da Estrela pareceram favoráveis ao estabelecimento dum sanatório para tuberculosos. Com a suposta cura de Alfredo César Henriques iniciou-se uma intensa propaganda em torno das condições vantajosas do clima montanhoso. O desinteresse e o alheamento do governo português desta questão tiveram como consequência a mobilização da iniciativa privada, que se consubstanciou na criação de habitações particulares para o estabelecimento dos

---

<sup>25</sup> MARTINS, 1890: 295-296.

doentes. A criação do Club Hermínio deu um novo impulso aos desígnios dos seus sócios. O seu intuito era replicar o sucesso que Davos teve na Suíça, pois as ideias de melhoramento da serra em tudo coincidiam com as brilhantes realizações helvéticas. Concomitantemente à inauguração desta associação de benemerência, os médicos portugueses viram na cidade da Guarda condições mais vantajosas.

Os problemas que obstavam à fixação dum sanatório na Serra da Estrela canalizaram as atenções para a cidade da Guarda, que começou a ser falada entre os médicos pelas condições climatéricas, infraestruturas de apoio e localização. A Guarda apresentava além de boas condições climáticas, as facilidades características de um centro urbano, como os serviços médicos e farmacêuticos, o abastecimento alimentar, a ligação à rede de caminhos-de-ferro e alojamento que concorreram para o estabelecimento preferencial dos doentes nesse concelho.

Os elementos atmosféricos mais importantes para o tratamento da tuberculose, designadamente a temperatura, a higrometria, a humidade e a iluminação estavam presentes de forma harmoniosa na cidade. Excetuando o período do final da tarde e a madrugada, a temperatura da cidade era homogénea durante o dia, devendo o doente precaver-se ao cair da noite. A orientação a noroeste e a sudeste das montanhas protegia a cidade dos ventos mais fortes, podendo os doentes passear à vontade, sem correr o perigo de ser surpreendidos pelos ventos nefastos. Predominava o ar seco pelo baixo grau higrométrico, o que beneficiava a hematose e a ventilação pulmonar. Estando a Guarda ligada por caminho-de-ferro ao resto do país dava-lhe imediata vantagem sobre a Serra da Estrela, onde as vias de comunicação eram rudimentares, apenas acessíveis a pé ou com recurso a animais. A ligação com o restante país possibilitava o abastecimento regular de géneros e as migrações sazonais dos doentes, feitas sobretudo de verão. A alimentação era, segundo José Pimenta, «boa, abundante e não muito cara: há boa carne, peixe fresco, legumes, bella fructa e o óptimo leite de Jermello, não faltando também o bom vinho»<sup>26</sup>. Também o serviço médico e farmacêutico estava assegurado pelo Dr. Lopo de Carvalho, um dos mais destacados fisiologistas nacionais.

A Guarda oferecia o tão procurado alojamento, que era inexistente na Serra. Existiam quatro hotéis na cidade e várias casas para alugar, quer no perímetro urbano quer nos subúrbios. Os médicos desaconselhavam a estadia na parte antiga da cidade, onde as características dos imóveis e das ruas, estreitas e pouco arejadas, podiam ser nocivas tanto aos doentes como aos autóctones. No entanto, os médicos queixavam-se de que a oferta de habitações era insuficiente para a elevada procura. Lopo de Carvalho<sup>27</sup> não se coibiu em falar numa migração urbi-rural dos doentes, que progressivamente foram procurando os climas alpinos e frios em detrimento dos climas marítimos e quentes, diminuindo a oferta de alojamento para estes doentes. O mesmo médico refere a permanência de cerca de cinquenta tuberculosos na Guarda durante os meses de estio, ficando outros tantos por alugar. Paulatinamente esse número subiu à custa da propa-

---

<sup>26</sup> PIMENTA, 1890: 95.

<sup>27</sup> CARVALHO, 1895: 266.

ganda realizada em torno das propriedades terapêuticas do clima egitaniense, que tinha uma ação direta na diminuição dos suores, no aumento do apetite e na tonificação geral do organismo.

Apesar dos alegados benefícios, a principal debilidade do tratamento da tísica pulmonar na cidade da Guarda era a falta de um sanatório que enquadrasse o tratamento clínico. O facto é que não existiu neste período nenhum sanatório na Guarda. Somente em Maio de 1907 foi inaugurado o primeiro sanatório por iniciativa da Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT). Os tuberculosos que se dirigiam à Guarda tinham de se instalar em hotéis ou casas arrendadas: «A Guarda não é um sanatório. Os doentes que a demandam a solicitar os benefícios da sua altitude e da secura da região abrigam-se por onde podem, ou excepcionalmente nos hotéis (...) ou em casas particulares que alugam ao mez»<sup>28</sup>.

A inexistência dum serviço sanatorial institucionalizado criou diversos problemas quer para os doentes quer para os locais. A afluência de numerosos doentes à cidade da Guarda criou problemas de higiene pública. Em primeiro lugar, a inexistência dum local específico para o tratamento da doença forçou os doentes a recorrerem aos hotéis e casas disponíveis para aluguer. Os proprietários destes espaços recebiam indistintamente hóspedes doentes e sadios, não se preocupando com as condições higiénicas. As habitações não eram desinfetadas e os bacilos da tuberculose estavam disseminados por todo o lado e à espera dum novo hospedeiro. A falta de higiene possibilitava a permanência do bacilo em atividade na roupa de cama, nos talheres e na louça usados, que iriam servir outros clientes. Um aspeto muito focado na época era a utilização de escarradeiras fixas nos edifícios e espaços públicos ou portáteis para o doente transportar consigo. Na Guarda não existiam escarradeiras nos locais públicos ou privados e o seu uso só se tornou obrigatório com o regulamento de profilaxia de 1896. Mesmo quando o doente usava as escarradeiras, o conteúdo destas era despejado em locais impróprios, na rua ou nos quintais sem os cuidados apropriados.

Outro inconveniente da falta dum verdadeiro sanatório dizia respeito à falta de disciplina e ao desregramento dos doentes. O arejamento dos quartos não era acautelado, os passeios eram demasiado longos ou curtos, a visita às feiras e teatros frequentes e a alimentação incorreta. Face a estes problemas, os médicos reclamavam a construção dum sanatório para desenvolver programas eficientes de tratamento de acordo com os modelos da época. Tiago de Almeida considerava imperativa a edificação dum sanatório, criticando o governo por gastar elevadas somas em cordões sanitários, postos de desinfecção e soro antidiftérico, e manter-se atarácico face aquele que era o inimigo público n.º 1<sup>29</sup>. Os maus hábitos dos novos habitantes da Guarda e as oportunidades de contágio que proporcionavam aumentaram o número de casos de tuberculose entre os naturais do concelho. No Congresso Nacional de Tuberculose em 1895, Lopo de Carvalho mostrou-se preocupado com o aumento do número de casos de tuberculose entre os autóctones,

---

<sup>28</sup> CASTRO, 1900: 89.

<sup>29</sup> ALMEIDA, 1895: 122-123.

apontando por isso medidas excepcionais de profilaxia como o uso de escarradeiras, a higienização nos hotéis e a fiscalização do leite e dos lacticínios comercializados.

No ano seguinte, o governador civil da Guarda promulgou um regulamento de profilaxia contra o contágio da tuberculose<sup>30</sup>, onde se verificou uma nítida influência dos discursos de Lopo de Carvalho. O regulamento centrou-se em três ideias fundamentais: em primeiro lugar o uso obrigatório de escarradores nos locais públicos e privados e a proibição de escarrar no chão, sob pena de multa para os prevaricadores; em segundo lugar obrigava o comissariado de polícia civil a fazer o registo dos enfermos que chegavam à Guarda, vigiar o seu comportamento e puni-los em caso de infração, podendo chegar à expulsão do distrito; a terceira ideia dizia respeito à higiene dos hotéis e casas arrendadas, ficando os donos proibidos de receber simultaneamente clientes doentes e sãos, estando obrigados a manter as condições higiénicas regulamentares nos seus estabelecimentos, devendo ainda informar a polícia dos hóspedes que recebiam.

No ano seguinte outro regulamento<sup>31</sup>, alargado a todo o distrito, veio reforçar as disposições relativas à proibição de escarrar, ao registo e vigilância dos tísicos e à profilaxia nos hotéis e habitações, o que foi encarado com muita seriedade. O novo regulamento era mais severo, dando um papel relevante à polícia civil que deveria recolher os dados dos doentes (nome, naturalidade, idade, filiação, estado civil, residência atual) fazendo um cadastro pessoal, familiar e de proveniência. Tornou-se proibido alugar quartos de hotel ou casas a pessoas sem proceder a uma desinfecção prévia da habitação, assim como recolher em simultâneo doentes e sadios, salvaguardando os casos de parentesco. Acerca destes factos podia ler-se em 1905 o seguinte:

*Há dias, um doente, já depois de installado n'um quarto de uma hospedaria de Gouveia, quando tratava de descançar e preparar-se para a fastidiosíssima jornada, foi intimado a sair, embora a pessoa que o acompanhava protestasse ter tomado o quarto com pleno assentimento do dono de tal estalagem, a quem fez sciente do estado do enfermo, obrigando-se a pagar no dia seguinte todas as desinfecções que o delegado exigisse. A deshumanidade persistiu até ao ponto de negarem agua ao doente<sup>32</sup>.*

As medidas de contingência do contágio previam ações segregadoras dos infetados, limitando a sua área de fixação a locais e bairros com menor densidade demográfica, interditando aos tuberculosos o exercício de atividades ou ocupações profissionais que exigissem contacto direto com o público, sendo considerada a desobediência a este artigo crime e punido como tal. Estes dois regulamentos foram relevantes ao nível nacional porque pela primeira vez os poderes públicos manifestarem uma preocupação e prescrições legais em relação à contagiosidade da tuberculose.

Nos anos subsequentes as condições higiénicas da Guarda foram-se deteriorando pelo número de tuberculosos que aí acorriam, mas também pelo desprezo das condições

<sup>30</sup> PATRÍCIO, 1897: 193-195.

<sup>31</sup> CASTRO, 1897: 413-417.

<sup>32</sup> CHAGAS, 1905: 218-219.

básicas de higiene. Em 1900, Oliveira Castro denunciava o desprezo pela higiene das ruas, onde as fezes secavam ao sol por não se usarem latrinas, a insalubridade das casas e os regulamentos cumpridos «à portuguesa»<sup>33</sup>. Parece que a elaboração dum regulamento de profilaxia contra o contágio da tuberculose não foi escrupulosamente cumprido, nem se fizeram alterações de fundo no que concerne à higiene e salubridade públicas. O estado das habitações era incompatível com os preceitos higiénicos defendidos na altura e a proliferação de novos casos de tuberculose parecia ser uma realidade. Neste ambiente de manifesta deterioração das condições higiénicas impunha-se a construção dum sanatório que permitisse simultaneamente confinar, educar e tratar os doentes tuberculosos.

No término do século XIX foram criadas duas grandes instituições destinadas ao combate à tuberculose no nosso país. A primeira foi criada por Miguel Bombarda com o auxílio da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, tratou-se da Liga Nacional contra a Tuberculose (LNCT), que apesar duma existência efémera e com uma vocação estritamente propagandística, debateu-se intensamente pela criação de estruturas de prevenção, tratamento e assistência como eram os preventórios, os dispensários antituberculose e os sanatórios. Ainda no ano de 1899, por iniciativa da rainha D. Amélia foi criada a ANT, que previa nos seus estatutos a construção de sanatórios marítimos para tuberculosos cirúrgicos e de montanha para tuberculose pulmonar. Entre os vários empreendimentos a levar a cabo estava a construção do tão almejado Sanatório Sousa Martins na Guarda.

O processo de construção iniciou-se em 1901 com a compra dos terrenos necessários, adquiridos à Quinta do Chafariz e à Quinta do Pina, celebrando-se as escrituras a 9 de Novembro e a 21 de Dezembro de 1901 respetivamente. Mas foi preciso esperar três anos para a ANT lançar o concurso público para a edificação dos três primeiros pavilhões do sanatório<sup>34</sup>. O projeto da obra contemplava três pavilhões para homens, mulheres e crianças respetivamente, com capacidade de vinte e oito doentes cada, mais três chalés com capacidade para duas famílias, um hospital com doze leitos para tratamento de doenças agudas ou contagiosas, uma lavandaria, uma estufa para desinfecções, um edifício para consultas e hidroterapia e uma abegoaria com garagem.

A inauguração do sanatório realizou-se a 17 de Maio de 1907, na presença da família real, de diversas entidades oficiais e dum conjunto numeroso de médicos, jornalistas e público de todas as classes sociais. A instituição ficou sob a direção clínica de Lopo de Carvalho durante os primeiros quinze anos de atividade (1907-1922), sendo substituído após a morte em 1922 por Amândio Paul, que se manteve na direção até 1933. Muito para além dum centro de cuidados hospitalares, o Sanatório da Guarda foi ainda um centro de estudos, tendo-se realizado aí as primeiras experiências com o pneumotórax em Portugal e os primeiros ensaios terapêuticos com antibióticos. Segundo Ladislau Patrício, no período em que a cirurgia torácica estava no auge, o Sanatório da Guarda era um local de referência. A provar estavam as frequentes visitas de estudo, que desde o início da atividade eram requisitadas por vários professores das Faculdades de Medicina. Com a inau-

---

<sup>33</sup> CASTRO, 1900: 89.

<sup>34</sup> SEQUEIRA, 2003: 53-54.

guração do Sanatório Sousa Martins fechou-se o primeiro ciclo da luta organizada contra a tuberculose em Portugal. Poucos anos depois a mudança de regime político e a instabilidade política, económica e social que se seguiu à implantação da república fez cair a luta contra a tuberculose num longo período de letargia, a qual só foi retomada em 1931.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem do movimento sanatorial em Portugal e a criação do primeiro sanatório de montanha na cidade da Guarda enquadram-se plenamente na cronologia que Ferreira de Mira estabeleceu como correspondente ao primeiro período de luta organizada contra a tuberculose em Portugal (1881-1910).

A ideia de aproveitar o clima da Serra da Estrela para o tratamento da tuberculose identificou-se plenamente com o paradigma terapêutico da altura. Na Europa já tinham surgido vários sanatórios onde o clima montanhoso e a pureza do ar associados à boa alimentação e repouso figuravam como o tratamento específico da tísica pulmonar. É nesta linha que se enquadram os principais defensores da criação dum sanatório na Serra da Estrela. Inicialmente foi sobretudo Sousa Martins, professor da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, que promover os bons ares da Serra e as suas potencialidades para albergar um sanatório de montanha.

Depois de algumas experiências aparentemente bem-sucedidas mas cientificamente infundadas e da falta de interesse e investimento do governo português num equipamento desta envergadura o projeto do sanatório da serra da Estrela caiu por terra. O isolamento da serra, a falta de meios de transporte e abastecimentos, a ausência de comunicações, de habitações e de cuidados de saúde canalizou a atenção para a cidade da Guarda. Mais bem situada e com equipamentos e infraestruturas mais adequadas, a Guarda tornou-se um polo recetor de doentes tuberculosos de todo o país.

Não obstante foi preciso entrar no século XX para ver erigido o primeiro sanatório de montanha em Portugal. Este rapidamente se destacou nos seus aspetos clínicos como na área da investigação médica e cirúrgica, tornando-se num dos centros fisiológicos mais destacados e importantes do país ao longo do século XX.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Tiago de (1895) – A therapeutica da tuberculose: a Guarda. *A Medicina Moderna*. Porto: Imprensa Civilização. Tomo 1, p. 122-123.
- AMARAL, Anabela Araújo de Carvalho (2007) – *Vivências educativas da tuberculose no Sanatório Marítimo do Norte e Clínica Heliântia (1917-1955)*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Tese de Mestrado.
- BODINGTON, George (1840) – *An essay on the treatment and cure of pulmonary consumption, on principles natural, rational and successful*. Londres: Longman.

- BRYDER, Linda (1988) – *Below the Magic Mountain: A social history of tuberculosis in twentieth-century Britain*. Oxford: Clarendon Press.
- CARVALHO, Lopo José de Figueiredo (1895) – Os tuberculosos na Guarda. *Coimbra Médica*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Tomo 15, n.º 17, p. 265-274.
- CASTRO, José Osório da Gama e (1897) – Novo regulamento dos tuberculosos da Guarda. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo 61, p. 413-417.
- CASTRO, Oliveira (1900) – Digressão hydrologica. *A Medicina Moderna*. Porto: Imprensa Civilização. Vol. 3, n.º 81 p. 88-91.
- CHAGAS, João (1905) – *Bom humor*. Lisboa: Ferreira e Oliveira Editores.
- DAGOGNET, François (1997) – *Savoir et pouvoir en médecine*. Le Plessis-Robinson: Institut Synthélabo.
- DORMANDY, Thomas (2000) – *The White Death: A History of Tuberculosis*. Nova Iorque: New York University Press.
- FOUCAULT, Michel (2009) – *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal.
- GRELLET, Isabelle e KRUSE, Caroline (1983) – *Histoires de la tuberculose: Les fièvres de l'âme (1800-1940)*. Paris: Editions Ramsay.
- GRMEK, Mirko D.; SOURNIA, Jean-Charles (1999) – *Les maladies dominantes*. In GRMEK, Mirko D., dir. – *Histoire de la pensée médicale en Occident: Du romantisme à la science moderne*. Paris : Éditions du Seuil, p. 271-293.
- GUILLAUME, Pierre (1986) – *Du désespoir au salut: les tuberculeux aux 19e et 20e siècles*. Paris: Aubier.
- GUIMARÃES, Rodrigo António Teixeira (1887) – *O tratamento climaterico da tuberculose pulmonar e a Serra da Estrella*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira. Tese Inaugural.
- JOURDANET, D. (1875) – *Influence de la pression de l'air sur la vie de l'homme: Climats d'altitude et climats de montagne*, Tomo 1. Paris: G. Masson Éditeur.
- MARTINS, José Thomás de Sousa (1890) – A tuberculose pulmonar e o clima da serra da Estrella. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo 54, p. 258-298.
- NAVARRO, Emygdio (1884) – *Quatro dias na Serra da Estrella: Notas de um passeio*. Porto: Livraria Civilização, 1884. Versão fac-similada pela Arquimedes Livros, 2004.
- NUNES, José Carlos Avelãs – Os berços da arquitectura branca em Portugal: o surgimento dos primeiros sanatórios de tuberculose. In FIOLEHÃES, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio, coord. (2011) – *Congresso Luso-brasileiro de História das Ciências: Livro de Actas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 910-927.
- PATRÍCIO, Francisco António (1897) – Regulamento de prophylacia contra o contágio da tuberculose. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo 61, p. 193-195.
- PIMENTA, José Alberto dos Santos (1890) – *A phtisica, a Serra da Estrella e o específico do Dr. Koch*. Porto: Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão. Tese Inaugural.
- ROCHA, Augusto (1889a) – A phtisioterapia e a Serra da Estrella. *Coimbra Médica*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Tomo 9, n.º 7, p. 97-100.
- (1889b) – Phtisioterapia e climatoterapia. *Coimbra Médica*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Tomo 9, n.º 8, p. 113-114.
- SANATÓRIO da Serra da Estrella (1891) – *Coimbra Médica*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Tomo 11, n.º 19, p. 299-300.
- SANTOS, António Fernando Castanheira Pinto (2010) – *O combate à tuberculose: uma abordagem demográfico-epidemiológica: o Hospital de Repouso de Lisboa (1882-1975)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- SAUSSURE, Horace-Bénédict de (1803) – *Voyages dans les Alpes, précédés d'un essai sur l'histoire naturelle des environs de Genève*. Neuchâtel: Louis Fauche-Borel Imprimeur.
- SEQUEIRA, Hélder Luís R. (2003) – *O dever da memória: uma rádio no sanatório da montanha*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda.

- SILVA, João Serras (1898) – *O clima d'altitude e a tuberculose pulmonar: estudo climatérico da Serra da Estrela*. Coimbra: Imp. da Universidade. Tese de Concurso.
- TAVARES, André (2004) – *Arquitectura antituberculose: trocas e tráfico na construção terapêutica entre Portugal e Suíça*. Porto: FAUP Publicações.
- VELOSO, António José de Barros (2010) – *Caramulo: ascensão e queda de uma estância de tuberculosos*, 2.ª ed. Lisboa: By The Book.
- VIEIRA, Ismael Cerqueira (2011) – *O pioneirismo da Madeira no tratamento da tuberculose em meados do século XIX*. «Ler História», n.º 61. Lisboa: Ler História – Associação de Atividades Científicas, p. 85-103.
- VIEIRA, Ismael Cerqueira (2012) – *Conhecer, tratar e combater a «peste branca»: a fisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento.

# «LER A PAISAGEM»

UMA FORMA DOS ALUNOS DESENVOLVEREM O SEU SPATIAL THINKING?

CRISTIANA MARTINHA\*

**Resumo:** Neste artigo exploramos as questões do ensino das paisagens e a sua conexão e potencialidades para o desenvolvimento do *spatial thinking* nos alunos. Para isso, numa primeira parte procuramos apresentar um breve retrato sobre a forma como as paisagens têm sido abordadas em termos de investigação e atividades didáticas pela Educação Geográfica. Seguidamente, exploramos a questão teórica do *spatial thinking*. Como exercício empírico do estudo analisamos a forma como as paisagens surgem nas atividades práticas de três manuais escolares de Geografia do ensino básico de três países (Portugal, França e Reino Unido) e classificámo-las quanto ao seu nível de capacidade de desenvolverem o *spatial thinking* comparando os resultados obtidos. Para finalizar apresentamos algumas conclusões e reflexões.

**Palavras-chave:** Ensino das Paisagens; Spatial Thinking; Educação Geográfica; Manuais Escolares.

**Abstract:** This paper explores the issues of landscape teaching and its connection and potential for the development of *spatial thinking* in students. We will first present a brief overview of the way landscapes have been addressed in research and educational activities by Geographical Education. Next, the theoretical questions on *spatial thinking* are explored. As an empirical exercise of the study, we analyzed how landscapes are presented in practical activities in three basic education Geography textbooks from three countries (Portugal, France and the UK) and characterize them by their level of capacity to develop *spatial thinking*, comparing the results. Finally we present some conclusions and reflections.

**Keywords:** Landscape Teaching; Spatial Thinking; Geographical Education; Textbooks.

## 1. INTRODUÇÃO

Partindo-se da investigação em Educação Geográfica que se tem realizado recentemente, procuraremos neste artigo discutir de que forma o trabalho didático em prol do desenvolvimento do denominado *spatial thinking* pode ser uma importante ferramenta teórica e didática para a promoção do desenvolvimento nos alunos de competências de leitura da paisagem.

Neste sentido, iremos numa primeira parte apresentar e debater alguma da investigação que se tem realizado sobre a temática do ensino da Paisagem, sobretudo no contexto da disciplina da Geografia. Contudo, acreditamos e defendemos que esta é também uma pertinente área de trabalho científico e didático para os colegas investigadores e professores da disciplina de História. Por isso, acreditamos que este contributo poderá ser útil não apenas para geógrafos e professores de Geografia mas também para os historiadores e professores de História. A temática da paisagem pode ser, deste modo, um tema agregador no âmbito do ensino da História e da Geografia.

Numa segunda parte iremos apresentar e explicar a taxonomia do *spatial thinking* que é atualmente utilizada em Educação Geográfica para auxiliar no desenvolvimento do pensamento espacial nos alunos. Trata-se obviamente de uma ferramenta teórica suscetível de críticas. Reconhecemos isso, mas acreditamos contudo que poderá ser uma boa ferramenta que nos auxilia a desenvolver um ensino da Geografia mais preocupado e

\* FLUP/CITCEM e CEGOT. Email: cristiana.martinha@gmail.com.

comprometido com a verdadeira essência da disciplina: levar os nossos alunos a desenvolverem o pensamento geográfico.

Seguidamente, iremos apresentar um estudo empírico que procuraremos interpretar, discutir e avaliar à luz da taxonomia do *spatial thinking*. Trata-se de um mero exercício de aplicação dos conceitos teóricos explorados anteriormente mas que acreditamos poderá ser útil a título de exemplo prático para outros colegas.

No final apresentaremos algumas reflexões sobre esta temática lançando algumas pistas de investigação e trabalho didático que poderão ser desenvolvidas no futuro próximo.

## 2. A TEMÁTICA DA «PAISAGEM» NO ENSINO DA GEOGRAFIA – UMA ÁREA DE INVESTIGAÇÃO E TRABALHO DIDÁTICO POUCO EXPLORADA

A temática das paisagens, apesar de muito explorada por geógrafos (por exemplo: MARQUES e MARTINS, 1998, GASPAR, 2001, GALVÃO e VARETA, 2010) e investigadores da ecologia da paisagem e também historiadores, tem sido uma temática relativamente pouco explorada pelos investigadores e teóricos da área educacional e sobretudo pelos da área da educação geográfica e da educação histórica.

Quanto ao conceito de paisagem, segundo o estudo de Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004 cit. in GALVÃO e VARETA, 2010: 63), ela é considerada como «um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter».

No entanto, em Portugal há um importante estudo a sublinhar realizado por Maria Helena Ramalho (2007), onde a autora procurou demonstrar como é possível abordar a temática das paisagens no ensino da Geografia no 3.º ciclo do ensino básico de forma integrada do ponto de vista curricular e orientada para o desenvolvimento de competências. A autora escolheu trabalhar a «Descrição da Paisagem» porque, no seu entender, a consulta à abordagem deste assunto em alguns dos manuais escolares revelou que a abordagem era excessivamente clássica e redutora, restringindo o assunto à exagerada dicotomia «paisagem natural» *versus* «paisagem humanizada» e, paralelamente, à identificação de «elementos naturais» e «elementos humanos» (RAMALHO, 2007: 65). Acrescenta ainda que hoje há várias linhas de pensamento geográfico que retomam e revitalizam a temática (SALGUEIRO, 2001 e BOMER, 1994 cit. in RAMALHO, 2007: 65) e, nesse sentido, considera que «o potencial didático da paisagem é marginalizado tendo em conta as suas potencialidades nomeadamente para podermos enveredar pelo construtivismo cognitivo e sociomoral. Com efeito, a paisagem (qualquer paisagem) envolve-nos, envolve os nossos sentidos, desperta-nos sensações, pelo que através dela os nossos alunos facilmente ativam e revelarão as suas conceções prévias, as suas representações mentais de uma qualquer

realidade espacial. O ativar (e aceder) às conceções prévias é condição necessária para a promoção de uma aprendizagem que faça sentido e que tenha significado para o aluno. De igual modo, o confronto com várias «leituras» de uma mesma paisagem e com a multiplicidade de «marcas» paisagísticas será propiciador do desenvolvimento sociomoral dos alunos – mais facilmente se apercebem da existência de outras perspetivas, nomeadamente dos seus «pares» (RAMALHO, 2007: 65-66). Argumenta ainda que «tendo a Terra como pano de fundo e o mote geral «Paisagem», polarizador do processo ensino-aprendizagem nos 7.º e 8.º anos, deslizar-se-á para o «Ambiente e Sociedade» no 9.º ano. Ou seja, da paisagem (sensorial/simbólica; objetiva/subjetiva...) passar-se-á para a problemática do ambiente sustentável, grande desafio da sociedade» (RAMALHO, 2007: 66).

Já Hélder Oliveira (2011) realizou no seu relatório de estágio em Ensino da História e da Geografia uma pertinente experiência de aprendizagem com o objetivo de levar os seus alunos a explorar de forma geográfica e histórica a paisagem com o recurso a uma visita de estudo. Afirma que a paisagem é um «cenário integrador e agregador das aprendizagens histórico-geográficas» (OLIVEIRA, 2011: 30).

Por seu turno García de la Veja (2012) explorou a utilização de paisagens no ensino da Geografia mas recorrendo à metodologia da ABP (Aprendizagem Baseada em Problemas) ou PBL (*Problem-Based Learning*).

Estes são assim alguns exemplos da forma como a temática da «paisagens» tem sido abordada no âmbito da investigação e atividades didáticas em Educação Geográfica. Torna-se evidente que o tema Paisagem e a sua «leitura» é não apenas uma preocupação instrutiva mas também educativa na medida em que potencia uma formação mais integral dos alunos e das pessoas em geral para mais consciente poderem intervir civicamente – na sua leitura, na sua defesa, na sua utilização, na sua preservação ecológica... Juntar a textura do tempo histórico é enriquecer o seu contexto analítico para uma análise mais consistente e compreensiva.

### 3. A NOÇÃO DE PENSAMENTO ESPACIAL E A TAXONOMIA DO *SPATIAL THINKING* DE JO E BEDNARZ (2009) COMO FERRAMENTA DIDÁTICA

A investigação em Educação Geográfica tem dado cada vez mais atenção ao conceito de *spatial thinking* (ou, traduzindo-se para português, pensamento espacial). Esta noção leva-nos à reflexão em torno das ideias teóricas mais basilares da própria Geografia e sobre a natureza do conhecimento geográfico, relacionando intimamente estas reflexões com a investigação em Educação Geográfica.

Uma nota também importante para destacar que as investigações sobre *spatial thinking* na Educação Geográfica ganharam especial relevo com o próprio desenvolvimento da linha de investigação sobre a utilização dos SIG no ensino na medida em que, teoricamente, se considera que a utilização de tecnologia SIG pelos alunos potencia o desenvolvimento do seu *spatial thinking*. Nesta linha vão as reflexões de alguns dos mais influentes especialistas em SIG e mapas digitais na Educação, tal como seja Joseph Kerski. Kerski

é geógrafo e «education manager» da ESRI (Environmental Systems Research Institute, Inc.). Trabalha em especial em aspetos relacionados com SIG na Educação e *spatial thinking* na Educação (<<http://www.josephkerski.com/>>, acessido em 26.05.2013). É editor da obra *International Perspectives on Teaching and Learning with GIS in Secondary Schools* (MILSON, DEMIRCI e KERSKI, 2012).

A linha de investigação sobre *spatial thinking* e SIG nos manuais escolares de Geografia tem sido desenvolvida em particular por JO e BEDNARZ (2011), JO, BEDNARZ e METOYER (2010), INCEKARA (2010) e MARTINHA (2013a, 2103b). A temática dos SIG na Educação Geográfica é um tema de vanguarda na investigação em Educação Geográfica hoje em dia tal como é demonstrado pelo projeto *digital-earth* (<[www.digital-earth.eu](http://www.digital-earth.eu)>, acessido em 22.05.13) e por vários autores de referência (MILSON, KERSKI e DEMIRCI, 2012; BEDNARZ e BEDNARZ, 2008; BEDNARZ e LEE, 2011; BEDNARZ e KEMP, 2011; GERSMEHL, 2008; GOODCHILD e JANELLE, 2010; GRYL e JEKEL, 2012; LEE e BEDNARZ, 2009; SOUZA, 2011).

Jo e Bednarz desenvolveram a taxonomia do *spatial thinking* (JO e BEDNARZ, 2009) que usaram para analisar manuais escolares dos EUA, entendendo *spatial thinking* como «the use of spatial concepts such as distance, direction, and region; tools of representation like maps and graphs; along with the appropriate thinking processes, to conceptualize and solve problems» (JO, BEDNARZ e METOYER, 2010: 49), baseado no NRC (2006) – National Research Council dos EUA – e defendendo que os manuais escolares de Geografia podem dar um importante contributo para o desenvolvimento do *spatial thinking* nos alunos (JO e BEDNARZ, 2009).

Deste modo, a taxonomia desenvolvida por Jo e Bednarz está estruturada partindo de «three components of spatial thinking: (1) concepts of space, (2) using tools of representation, and (3) processes of reasoning» (JO, BEDNARZ e METOYER, 2010: 51). A figura 1 foi construída pelas autoras da taxonomia e permite-nos classificar cada questão ou atividade numa das 24 células da figura, sendo que o número 1 representa o nível mínimo de desenvolvimento de *spatial thinking* e o 24 o máximo.

Para classificarmos uma dada atividade didática (que pode estar inserida num manual escolar ou não) relativamente ao seu nível de capacidade de desenvolvimento do *spatial thinking* utilizando esta taxonomia o primeiro ponto a ter em atenção é que a taxonomia tem uma estrutura tridimensional (espacialidade do conceito, uso de ferramentas de representação e processo cognitivo). Isto significa que para a classificação de cada atividade será necessário a classificar nestes três diferentes domínios. Primeiramente atenta-se ao conceito espacial que a atividade envolve (que pode variar desde «não espacial» a «espacial primitivo», «espacial simples» e «espacial complexo»). Na figura 1 pode-se verificar os descritores que permitem a classificação da atividade em cada um destes tipos de conceitos espaciais. Seguidamente classifica-se a atividade relativamente às ferramentas de representação que usa classificando-a ou em «usa» ou «não usa». Finalmente classifica-se o processo cognitivo envolvido na atividade que pode variar desde «input» para descritores que exijam menor processamento cognitivo até «processing» ou «output» para os mais complexos. Os diferentes descritores de cada um destes tipos de processamento cognitivo estão

elencados na figura 1. De referir que esta última dimensão da taxonomia do *spatial thinking* de Jo e Bednarz inspira-se na conhecida taxonomia de Bloom. Tendo-se identificado o nível da atividade em cada uma destas três dimensões identifica-se (com o auxílio da figura 1) o nível de capacidade de desenvolvimento de *spatial thinking* da atividade.

Para que uma atividade didática possa ser classificada como muito orientada para o desenvolvimento do *spatial thinking* terá não só que apelar ao uso de conceitos espaciais complexos e ao uso de ferramentas de representação do espaço como também solicitar ao aluno que demonstre um raciocínio de nível avançado identificando soluções para problemas espaciais ou apresentando um julgamento de localizações ideais para equipamentos ou infraestruturas. Por isso, frequentemente a literatura de referência relaciona esta questão do *spatial thinking* com a do PBL (problema-based learning).

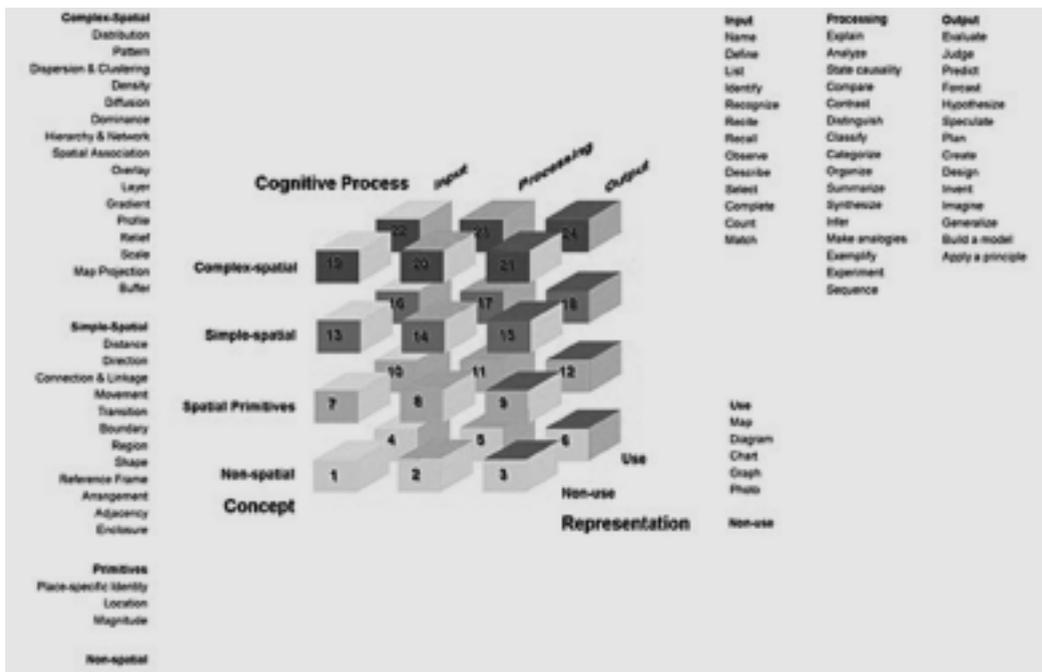


Figura 1 – Taxonomia do *Spatial Thinking* de Jo e Bednarz (2009).

#### 4. EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA: COMO A LEITURA DA PAISAGEM DESENVOLVE O *SPATIAL THINKING* DOS NOSSOS ALUNOS

Sendo a questão do desenvolvimento do *spatial thinking* tão relevante atualmente no contexto da Educação Geográfica e sendo a temática da paisagem tão pouco abordada, decidimos analisar um conjunto de experiências de aprendizagem baseadas no conceito de paisagem e procurar perceber de que forma elas desenvolvem *spatial thinking*. Recorremos para isso a um conjunto de atividades de manuais escolares de Geografia de três países: Portugal

(figura 2), França (figura 3) e Reino Unido (figura 4). A escolha destes países justifica-se pelo fato de que tanto os manuais escolares ingleses como franceses exercerem uma considerável influência na conceção de muitos manuais escolares portugueses. Além disso, e porque durante a realização deste artigo nos encontrávamos presencialmente no Georg-Eckert-Institut for International Textbook Research ([www.gei.de](http://www.gei.de)) tivemos o cuidado de procurar em manuais escolares de vários países (a biblioteca do instituto é a melhor e mais completa biblioteca do mundo de manuais escolares de Geografia, História, Ciências Sociais e Políticas e Alemão como Língua Estrangeira) abordagens à temática das paisagens e não a encontramos em manuais de muitos países (nomeadamente nos de expressão germânica). Optamos assim por comparar a realidade portuguesa com a inglesa e a francesa pelas influências claras que estas têm na realidade portuguesa de conceção de manuais escolares de Geografia. Optou-se por comparar manuais do ensino básico porque foram aqueles onde encontramos referências mais claras às questões das paisagens. Embora tenhamos na nossa pesquisa prévia consultado manuais escolares de nível secundário, esta pesquisa revelou-se infrutífera dado que não encontramos referências à temática das paisagens nos manuais escolares deste nível de ensino. De referir que a biblioteca do Georg-Eckert-Institut divide os seus manuais escolares por: países, níveis de ensino e tipologia (manuais escolares, cadernos de apoio, livros do professor e cd-roms) o que facilita bastante a pesquisa quando se quer desenvolver uma análise comparativa de manuais escolares entre países. A plataforma de pesquisa de manuais escolares da biblioteca do instituto pode ser acedida em: <[http://opac.lbs-braunschweig.gbv.de/DB=6.1/SET=3/TTL=1/ADVANCED\\_SEARCHFILTER](http://opac.lbs-braunschweig.gbv.de/DB=6.1/SET=3/TTL=1/ADVANCED_SEARCHFILTER)> (acedido em 19.08.2013).

A atividade de um manual escolar português que escolhemos é a seguinte (figura 2):



**Figura 2** – Atividade prática sobre paisagens no manual escolar MP.

Relativamente a esta atividade (figura 2), podemos concluir que a esta apela a um nível de *spatial thinking* de nível 11 na medida em que apela ao «use» de representação, exige o domínio de conceitos «spatial primitives» e quanto ao processo cognitivo que exige dos alunos ele é de «processing». Verifica-se deste modo que na escala da taxonomia de pensamento espacial (de 1 a 24) esta atividade tem uma classificação mediana em termos da sua capacidade de desenvolver o pensamento espacial porque apenas apela a conceitos espaciais simples e a processos cognitivos medianamente complexos.

A atividade de um manual escolar francês que escolhemos é a seguinte (figura 3):

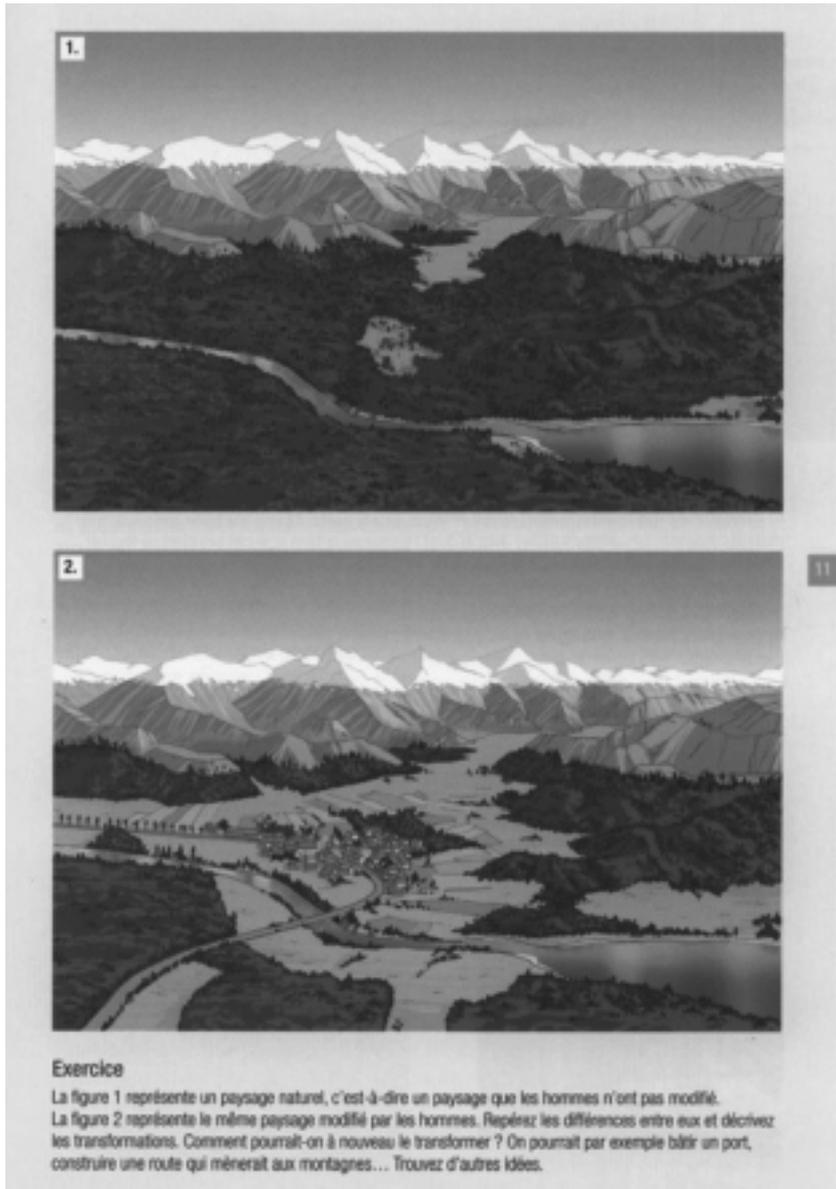


Figura 3 – Atividade prática sobre paisagens no manual escolar MF.

Relativamente a esta atividade (figura 3), podemos concluir que a esta apela a um nível de *spatial thinking* de nível 24 na medida em que apela ao «use» de representação, exige o domínio de conceitos «complex-spatial» e quanto ao processo cognitivo que exige dos alunos ele é de «output». Tendo em atenção a escala da taxonomia verifica-se que esta atividade tem o mais elevado nível possível de capacidade de desenvolvimento de pensamento espacial porque usa meios de expressão gráfica, mobiliza conceitos espaciais complexos e exige aos alunos um domínio cognitivo de nível superior.

A atividade de um manual escolar do Reino Unido que escolhemos é a seguinte (figura 4):

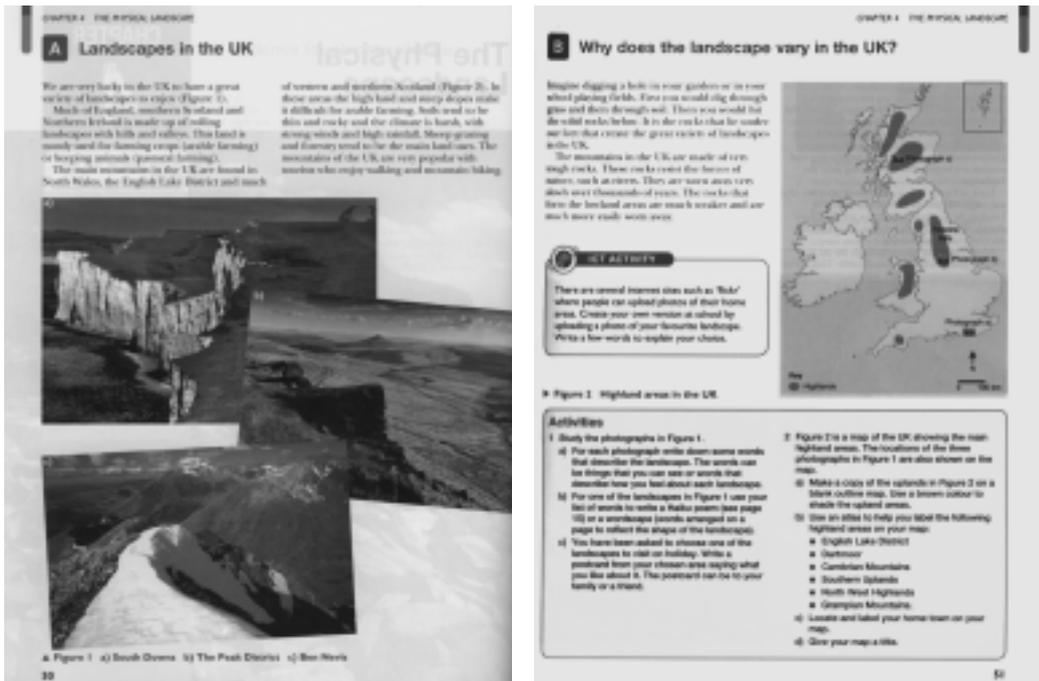


Figura 4 – Atividade prática sobre paisagens no manual escolar MUK.

Relativamente a esta atividade (figura 4), podemos concluir que esta apela a um nível de *spatial thinking* de nível 16 na medida em que apela ao «use» de representação, exige o domínio de conceitos «simple-spatial» e quanto ao processo cognitivo que exige dos alunos ele é de «input». Atendendo à taxonomia do pensamento espacial verifica-se que esta atividade pode ser classificada como tendo uma capacidade media-alta de desenvolver o pensamento espacial porque apesar de apelar ao uso de meios de representação gráfica e de recorrer a conceitos de complexidade espacial mediana exige um raciocínio cognitivo simples.

Feita esta análise podemos concluir que neste conjunto de manuais escolares (MP, MF e MUK) aquele que propõe uma atividade que desenvolve de forma mais intensa o

pensamento espacial é o MF (nível 24) não apenas porque apela ao uso de meios de representação espacial como exige o domínio de conceitos espaciais complexos como o de distribuição e raciocínio cognitivo complexo como a tomada de decisões. O MUK por sua vez situa-se apenas no nível 16 porque exige o uso de meios de representação espacial mas apenas a conceitos espaciais de complexidade espacial mediana como o de região e quanto ao processo cognitivo que apela ele é ao nível do «input» porque apenas solicita aos alunos identificação e nomeação das paisagens. Por último, o MP encontra-se apenas no nível 11 porque apesar de solicitar aos alunos o uso de meios de representação espacial, ele apenas exige o domínio de conceitos espaciais de nível «spatial primitives» porque apela a conceitos de localização apenas e quanto ao processo cognitivo que envolve ele é de nível «processing» porque solicita aos alunos a interpretação da paisagem.

## 5. CONCLUSÕES E DISCUSSÃO

Com a realização deste estudo conseguimos perceber que para o mesmo nível de ensino manuais escolares de diferentes países trabalham as temáticas de forma diferente. Do ponto de vista da metodologia didática utilizada essas diferenças também são notórias. Neste âmbito, a questão do desenvolvimento do pensamento espacial pode ser analisada no contexto das atividades práticas. Partindo deste estudo empírico que aqui apresentados (tendo como objeto de estudo atividade práticas de manuais escolares sobre a temática das paisagens) conseguimos concluir que, dos manuais escolares analisados, o português é o que revela menor capacidade de desenvolver o pensamento espacial, seguindo-se o inglês e posteriormente o francês. Este último apresenta uma atividade prática sobre paisagens que tem um nível de capacidade de desenvolvimento de pensamento espacial de nível 24, o mais elevado possível de acordo com a taxonomia de Jo e Bednarz.

A abordagem desta temática ganha especial relevância no contexto da formação dos cidadãos de hoje e de amanhã. A Educação Ambiental tem uma importância central na educação atual (STEVENSON *et al.*, 2013) e oferece um «espaço» de excelência para a Geografia e a História trabalharem as questões da paisagem em contexto de sala de aula.

Neste ponto, importa sublinhar que «a fundamental aim of geographical and environmental education is to enable citizens to act wisely with respect to the environment and its quality and to empower people to create a sustainable future (UNESCO, 2006)» (KLONARI, DALAKA e PETANIDOU, 2011: 5), bem como afirmam que «in the same line of thought, it is often argued (HOUTSONEN, 2004) that geographical education may promote sustainable development by providing students with basic knowledge, skills and willingness to work for sustainable development, to develop a more sensitive and well-rounded response to the environment and to act with conviction, as regards all issues concerning their surroundings» (KLONARI, DALAKA e PETANIDOU, 2011: 6).

A questão do *spatial thinking* é central no contexto atual da Educação Geográfica, mas poderá também configurar-se como um importante contributo teórico-metodológico para a área da Educação Histórica. Ela pode, obviamente, ser desenvolvida no âmbito de muitas temáticas, como as «paisagens». Neste ponto, uma das áreas onde mais se tem

trabalhado didaticamente e em investigação a taxonomia do *spatial thinking* é na área da aplicação dos sistemas de informação geográfica ao ensino da Geografia. Seria muito interessante esta abordagem começar a ser feita para o caso do ensino da História de forma mais intensa.

Espera-se deste modo que a leitura deste artigo antes de mais desperte nalguns a vontade de desenvolver investigação nestas temáticas: ensino das paisagens e *spatial thinking*. E isto aplica-se tanto a colegas investigadores de Geografia como de História. Por outro lado, as várias leituras científicas da Paisagem – arqueológica, histórica, geográfica, sociológica, ecológica... – não podem esquecer que a intervenção no presente na sua preservação/utilização passa necessariamente por uma educação mais consistente e didática da sua leitura e interpretação tendo em vista uma atenção redobrada sobre a sua modificação. Também aqui podemos optar por uma intervenção sincrética, empírica ou impulsiva ou por uma outra mais inteligente, fundamentada e científica.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANERJEE, B.; STÖBER, G. (2010) – *Textbook Revision and Beyond: New Challenges for Contemporary Textbook Activities*. «Journal of Educational Media, Memory and Society», 2: 2, p. 13-28.
- BEDNARZ, R.; BEDNARZ, S. (2008) – *The Importance of Spatial Thinking in an Uncertain World*. In SUI, D., ed. – *Geospatial Technologies and Homeland Security – Research Frontiers and Future Challenges*. New York: Springer, p. 315-330.
- BEDNARZ, R.; LEE, J. (2011) – *The components of spatial thinking: empirical evidence*. «Procedia – Social and Behavioral Sciences», 21, p. 103-107.
- BEDNARZ, S.; KEMP, K. (2011) – *Understand and nurturing spatial literacy*. «Procedia Social and Behavioral Sciences», 21, p. 18-23.
- GALVÃO, M.ª João; VARETA, Nicole (2010) – *A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento*. «Cadernos – Curso de Doutoramento em Geografia», 2, p. 61-86.
- GARCIA DE LA VEGA, Alfonso (2012) – *Un enfoque inovador en la didáctica del paisaje: escenario y secuencia geográfica*. In MIGUEL GONZÁLEZ, Rafael; LÁZARO Y TORRES, María Luisa; MARRÓN GAITE, María Jesús, ed. – *La educación geográfica digital*. Zaragoza: AGE e Universidad Zaragoza, p. 455-470.
- GASPAR, Jorge (2001) – *O retorno da paisagem à geografia. Apontamentos místicos*. «Finisterra», 72, p. 83-99.
- GERSMEHL, Ph. (2008) – *Spatial Thinking: Geographical Skills*. In *Teaching Geography*. New York: Guilford Press, p. 97-122.
- GOODCHILD, M.; JANELLE, D. (2010) – *Toward critical spatial thinking in the social sciences and humanities*. «GEOJOURNAL», 75: 1, p. 3-13.
- GRYL, I.; JEKEL, T. (2012) – *Re-centring Geoinformation in Secondary Education: Toward a Spatial Citizenship Approach*. «Cartographica: The International Journal of Geographic Information and Geovisualization», 47: 1, p. 18-28.
- INCEKARA, S. (2010) – *The place of geographic information systems (GIS) in the new geography curriculum of Turkey and relevant textbooks: Is GIS contributing to the geography education in secondary schools?* «Scientific Research and Essays», 5: 6, p. 551-559.
- JACQUEMOND, Marie-Laure; NEMO, Jean (2009) – *Manuel de géographie*. Paris: La Librairie des Écoles.

- JO, I.; BEDNARZ, S. (2009) – *Evaluating Geography Textbook Questions from a Spatial Perspective: Using Concepts of Space, Tools of Representation, and Cognitive Processes to Evaluate Spatiality*. «Journal of Geography», 108: 1, 4-13.
- (2011) – *Textbook questions to support spatial thinking: differences in spatiality by question location*. «Journal of Geography», 110: 2, p. 70-80.
- JO, I.; BEDNARZ, S.; METOYER, S. (2010) – *Selecting and Designing Questions to Facilitate Spatial Thinking*. «The Geography Teacher», 7: 2, p. 49-55.
- KLONARI, Aikaterini; DALAKA, Anastasia; PETANIDOU, Theodora (2011) – *How evident is the apparent? Students' and teachers' perceptions of the terraced landscape*. «International Research in Geographical and Environmental Education», 20: 1, p. 5-20.
- LEE, J.; BEDNARZ, R. (2009) – *Effect of GIS Learning on Spatial Thinking*. «Journal of Geography in Higher Education», 33: 2, p. 183-198.
- (2012) – *Components of Spatial Thinking: Evidence from a Spatial Thinking Ability Test*. «Journal of Geography», 111: 1, p. 15-26.
- MACIEL, Ana; MARINHO, Fábio (2012) – *Análise do conceito de Paisagem na Ciência Geográfica: reflexões para os professores do ensino básico*. «Revista Geonorte», 1: 4, p. 13-22.
- MARQUES, Helder; MARTINS, Luís (1998) – *Memória, Herança, Património e Paisagem*. «Cadernos de Geografia – FLUC», 17, p. 123-129.
- MARTINHA, Cristiana (2013a) – *GIS presence in Geography textbooks – a highway to spatial thinking development?* «Journal of Research and Didactics in Geography (J-READING)», 1: 2 (June), p. 57-66.
- (2013b) – *O desenvolvimento do spatial thinking através de manuais escolares de Geografia – notas de uma comparação internacional e implicações para as políticas em Educação Geográfica em Portugal*. In FER-  
NANDES, José; CUNHA, Lúcio; CHAMUSCA, Pedro, org. – *Geografia & Política, Políticas e Planeamento / Geography & Politics, Policies and Planning*. Porto: FLUP/CEGOT, p. 408-414.
- MILSON, A.; KERSKI, J.; DEMIRCI, A. (2012) – *The World at Their Fingertips: A New Age for Spatial Thinking*. In *International Perspectives on Teaching and Learning with GIS in Secondary Schools*. New York: Springer, p. 1-11.
- MORENO NEVADO, Margarita (2012) – *Interpretación del paisaje: aplicación didáctica en educación secundaria*. In MIGUEL GONZÁLEZ, Rafael; LÁZARO Y TORRES, María Luisa; MARRÓN GAITE, María Jesús, ed. – *La educación geográfica digital*. Zaragoza: AGE e Universidad Zaragoza, p. 315-324.
- NRC – National Research Council (2006) – *Learning to Think Spatially*. Washington: National Academies Press.
- OLIVEIRA, Hélder (2011) – *Geografia, História e Paisagem: uma experiência pedagógica de integração de saberes no âmbito de uma visita de estudo*. Dissertação de mestrado em Ensino da História e da Geografia no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. Porto. FLUP.
- PEDRAZA SERRANO, José (2012) – *El sketch televisivo como elemento motivador y difusor del proceso de enseñanza-aprendizaje del paisaje geográfico: ideación, preparación, realización y conclusión*. In MIGUEL GONZÁLEZ, Rafael; LÁZARO Y TORRES, María Luisa; MARRÓN GAITE, María Jesús ed. – *La educación geográfica digital*. Zaragoza: AGE e Universidad Zaragoza, p. 507-528.
- PINGEL, F. (2010) – *UNESCO Guidebook on Textbook Research and Textbook Revision*. 2<sup>nd</sup> revised and updated edition. Paris/Braunschweig: UNESCO/Georg-Eckert Institute for International Textbook Research.
- RAMALHO, M.<sup>a</sup> Helena (2007) – *A Geografia e as possibilidades de rentabilização do conceito 'paisagem'*. «Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto». II série, vol. I, p. 55-85.
- RIBEIRO, Isabel; COSTA, Madalena; CARRAPA, M.<sup>a</sup> Eduarda (2011) – *Faces da Terra 7 – Estudos e Representações*. Porto: Areal Editores.
- ROSS, Simon (2010) – *Exploring Geography in a Changing World 1*. London: Hodder Education.
- SOUZA, V. (2011) – *Fundamentos Teóricos, Epistemológicos e Didáticos no Ensino da Geografia: bases para formação do pensamento espacial crítico*. «Revista Brasileira de Educação em Geografia», 1: 1, p. 47-67.
- STEVENSON, Robert et al. (2013) – *International Handbook of Research on Environmental Education*. New York: Routledge.



# COMPOSITION D'UN PAYSAGE URBAIN

REPRÉSENTATIONS D'UN LIEU OÙ SE PERDRE

(MICHEL COLLOT – DANIEL FARIA)

PAOLO ALEXANDRE NÊNÉ\*

**Resumo:** O fenómeno «paisagem» tem sido, no campo literário, quase sempre relacionado com espaços naturais a que nos convida por exemplo a poesia bucólica rendida ao locus amoenus. Contudo, Michel Collot, no seu último livro, afirma que a cidade, ainda que desprovida de horizonte pela sua configuração moderna e extensão, também se torna paisagem. O nosso propósito passa por interrogar a imagem da cidade, como paisagem, na poesia de Daniel Faria. Do mesmo modo, uma tal perspectiva só é realizável se conseguirmos extrair a noção de paisagem da sua rigorosa fundamentação; trabalho a que nos propomos a partir do último pensamento de Michel Collot.

**Palavras-chave:** Paisagem; Construção; Cidade; Poesia.

**Abstract:** The «landscape» phenomenon has in literature often been related to natural spaces to which we are invited for example by bucolic poetry surrendered to the locus amoenus. However, Michel Collot affirms in his last book that the city, even if deprived of horizon by its modern configuration and extension, can also take the form of a landscape. Our objective is to question the image of the city, seen as landscape, in the poetry of Daniel Faria. Similarly, such a perspective can be realized only if we are able to extract the notion of landscape from its rigorous concept; this is our proposal in this paper based on Michel Collot's last reflection.

**Keywords:** Landscape; Construction; City; Poetry.

En sa qualité d'urbaniste, Paul Virilio n'a cessé de s'interroger quant à la perception du paysage urbain, à son face-à-face, comme si nous n'étions jamais devant la ville mais toujours dedans. Un tel positionnement du sujet va alors à l'encontre de la notion de paysage, car il est dépourvu de la distance nécessaire à une vue d'ensemble. Nous trouvons cette problématique dans *L'espace critique* où P. Virilio demande: «À quel moment la ville nous fait-elle face?»<sup>1</sup>. Dans un ouvrage récent, Michel Collot semble répondre à l'interrogation du philosophe français:

*La ville devient paysage dès qu'elle est perçue par un sujet comme insérée dans son environnement et formant avec lui un ensemble dont la cohérence sensible est porteuse de sens. Or, c'est une telle perception qui est aujourd'hui rendue souvent difficile par l'extension des mégapoles contemporaines, ces endless cities dont le centre est partout et la circonférence nulle part, et dont les limites se diluent au profit d'une périurbanisation, voire d'une rurbanisation généralisée. Au sein de ce tissu urbain indifférencié, le citoyen se sent parfois perdu, fautes de repères<sup>2</sup>.*

Il en ressort une chose fondamentale: c'est le regard qui toujours transforme tout site en paysage. Toutefois, pour que la ville puisse être appréhendée et perçue comme pay-

---

\* Université Paris III – La Sorbonne Nouvelle/ Faculdade de Letras do Porto. Email: alexandre\_nene@hotmail.com.

<sup>1</sup> VIRILIO, 1984: 12.

<sup>2</sup> COLLOT, 2011: 69.

sage, elle doit constituer une homogénéité spatiale qui ne donne pas seulement à voir, comme nous l'explique l'essayiste français, mais aussi à penser. C'est ce que M. Collot appelle la Pensée-paysage:

*C'est le regard qui transforme le site en paysage et qui rend possible son «artialisation», même si l'art peut en retour l'orienter et l'informer. Il constitue une première mise en forme de données sensibles; il est à sa manière artiste, «paysageur» avant d'être paysagiste. C'est un «acte esthétique», mais aussi un acte de pensée. La perception est un mode de penser intuitif, pré-réflexif, qui est la source de la connaissance et de la pensée réflexive<sup>3</sup>.*

Il s'agit alors d'une modalité spécifiquement humaine qui fait interagir le dehors et le dedans, traçant de la même manière les directions significatives d'une présence au monde, indissociable d'un point de vue sur son milieu. L'acte de la perception ne donne pas tout à voir; inopinément il sélectionne. C'est donc déjà une construction signifiante, «une première mise en forme de données sensibles», qui donne à voir une image subjective du paysage au même temps qu'une pensée. Pour M. Collot, il n'y a donc pas opposition entre la perception et la sphère imaginaire, mais bien plutôt le prolongement de la première par la dernière: «Ce qu'on a appelé parfois le «réalisme subjectif», [...], repose sur l'idée que la conscience ne saurait s'exprimer qu'à travers une certaine vision du monde»<sup>4</sup>. Selon M. Collot, c'est sur l'émancipation de l'art et de la littérature que s'appuie la critique littéraire lorsqu'elle définit le paysage comme cette image du monde, inséparable d'une image de soi, qu'un écrivain compose à partir de traits dispersés mais récurrents dans son œuvre. Dans ce contexte, la notion de paysage ne se limite évidemment plus aux paysages champêtres dépeints par tel ou tel texte, à tel ou tel référent bucolique, mais désigne davantage une image du monde intimement liée à l'expérience d'un auteur:

*Il s'agit, aux yeux du critique, de thèmes issus de la vie sensorielle et émotionnelle de l'auteur, qui reviennent avec insistance dans son œuvre, où ils se chargent d'une signification spécifique [...]. Ces thèmes privilégiés sont porteurs de résonances subjectives et de valeurs éthiques et esthétiques, et construisent donc, en même temps qu'une image du monde, une image du moi. [...] Cette image du monde et du moi est bien sûr une construction littéraire, indissociable des structures sémantiques et formelles de l'œuvre: «C'est en somme cet espace de sens et de langage dont le critique essaie de manifester la cohérence unique, de fixer le système»<sup>5</sup>.*

En tant que construction littéraire, le paysage n'est plus paysage *in situ* ni sa représentation picturale. Ce n'est donc plus exclusivement un paysage réel, c'est le pays perçu du point de vue d'un sujet. «Ainsi le paysage est toujours-déjà une image du pays; il relève à la fois du réel et de l'imaginaire, d'une perception et d'une construction, de l'objectif et du subjectif»<sup>6</sup>, écrit encore M. Collot. La ville, au même titre que la campagne ou une

---

<sup>3</sup> *Ibid.*: 18.

<sup>4</sup> COLLOT, 2005: 181.

<sup>5</sup> *Ibid.*: 179.

<sup>6</sup> *Ibid.*: 180.

quelconque étendue naturelle, s'affirme ainsi, indépendamment de ses contraintes, comme paysage: image mentale qui surgit en nous refigurée selon une organisation qui n'a plus rien de mimétique, mais qui possède bien plutôt une richesse poétique. Car, «le sentir est inséparable d'un ressentir»<sup>7</sup>, selon l'essayiste français. La Pensée-paysage fait alors évoluer l'idée de paysage et la notion restrictive de ce «phénomène»: «le rapport sensible au monde n'est pas [plus] celui d'un sujet posé en face d'un objet, mais celui d'une rencontre et d'une interaction permanentes entre le dedans et le dehors, le moi et l'autre»<sup>8</sup>. La relation de ces deux pôles refonde alors la position du sujet. Le paysage, étant produit par le point de vue du sujet qui toujours lui apporte un sens nouveau, provoque une mutation spatiale. On comprend donc que le sujet créateur qui élabore une image du paysage *in arte* à partir d'une expérience première *in visu* d'un paysage *in situ*, n'est plus face à un paysage extérieur, mais bien déjà dedans. C'est ainsi que, par exemple, Daniel Faria «allume dans la ville/ sa pensée»<sup>9</sup> en vue de donner une image poétique d'un monde qui l'inquiète: «Cada cidade acrescentou a minha fuga»<sup>10</sup>. Il est intéressant sur ce point de noter que, pour Leibniz, il n'existe pas de bonne volonté de penser. Seule la rencontre avec des signes nous force à penser. Ainsi, la pensée n'est pas l'affaire d'une volonté subjective, mais plutôt une question corporelle, une collision qui donne à penser, une pensée-paysage à dérouler ou encore à «allumer», comme chez le poète portugais. Le mode de penser leibnizien exalte dès lors le rapport critique qui se pose entre la ville et le poète, propos qui nous intéresse particulièrement. La relation au paysage urbain dans l'œuvre littéraire de M. Collot revêt toutefois une importance qui permet de poser les questions inhérentes à la condition de la ville.

Dans *Chaosmos*, M. Collot présente une ville dont les attributs physiques rendent difficile la perception de celle-ci, empêchant ainsi le sujet de saisir le paysage urbain exempt alors de toute forme, dans une non-conformité avec le plan.

*Sur le plan, la cité se distingue aisément: un vaste périmètre, où sont disséminés quelques quadrilatères, marquant la faible emprise au sol des bâtiments. Entre eux sont ménagés de généreux espaces de loisir et de liberté. Pas de vis-à-vis.*

*Quand tu arrives, tu te retrouves face à une barre de cent mètres de large. Horizon disparu. Vingt-cinq étages te dominant. Des milliers de fenêtres t'observent. Vu de partout, tu ne vois rien. Aucune prise sur la paroi, sans une ombre, sans un relief. Façade hostile, surexposée. Et pas un arbre pour te cacher. Plaine arasée au bulldozer.*

*Le centre commercial est tapi au pied de la tour. Galerie aveugle. Dans le dédale des couloirs, à l'abri des regards, des bandes cassent pour tromper l'ennui. Histoire de voir si le spectacle sera montré le soir à la télévision. Vitrines éventrées, rideaux de fer baissés. Visages fermés, plaies ouvertes: la banlieue exhibée, mise au ban<sup>11</sup>.*

<sup>7</sup> *Ibid.*: 180.

<sup>8</sup> COLLOT, 2011: 28.

<sup>9</sup> FARIA, 2000: 18.

<sup>10</sup> FARIA, 1998b: 54.

<sup>11</sup> COLLOT, 1997: 81.

Ainsi présentée, on constate que la ville rompt avec l'équilibre constitutif du paysage. La massification des immeubles pose des problèmes de relief et empêche la captation d'un horizon. N'offrant aucune perspective, l'étagement des immeubles spatialise le drame de la ville: en bas, on ne voit rien; en haut, on voit tout. Il est donc difficile à l'individu d'en bas de ne pas être vu par celui d'en haut comme pour le protagoniste de *Aprender a rezar na Era da Técnica*, Lenz Buchmann, qui au sommet de son ascension politique, domine visuellement ce qu'il ne pouvait voir enfant. On passe ainsi d'un sentiment de peur, lié à la perte de repères, l'enfance, au regard menaçant d'un homme plein de mépris. Bientôt, la fenêtre de l'observateur deviendra, chez Gonçalo M. Tavares, la fenêtre du tireur embusqué et omniscient. La fracture spatiale devient alors une affaire sociale. L'élévation de la tour offre à celui qui l'habite la distance nécessaire à l'appréhension d'une homogénéité, un ensemble d'objets qui, vus d'en haut, constitue bien un paysage, comme cette rocambolesque masse de corps perçue par Lenz. Pour se délivrer de l'oppression visuelle, l'individu d'en bas est contraint à s'engager dans le dédale des rues pour trouver une échappatoire à l'espace géométrisé de la ville dans lequel on ne manque pas de reconnaître la topographie des labyrinthes. Cette relation est explicitement sous-tendue chez D. Faria. Le poème «Labirinto III» rend en effet possible l'image d'une ville labyrinthique, construite sur l'association des termes «estradas» et «labirinto»<sup>12</sup> étayée par des images de la mythologie grecque. Cette image du labyrinthe chez D. Faria voit par ailleurs son acceptation s'élargir, dans la lecture qu'en propose Rui Lage, arrivant ainsi à l'image indigente de la vie humaine sur terre<sup>13</sup>.

Galerie aveugle, le centre commercial de *Chaosmos*, symbole architectonique de la structure capitaliste, est l'exemple même de ce que M. Collot qualifie dans son dernier ouvrage d'architecture «hors sol»<sup>14</sup>; c'est-à-dire une architecture sans lien formel avec son environnement, mais avec laquelle, par vice, l'homme d'en bas ne peut rompre. C'est pour lui un moyen de vivre le progrès marchand et simultanément un voyage virtuel, héritage de l'*american dream*. Un tel édifice en même temps qu'il préfigure de par son intérieur la partition de l'unité d'un monde et de son espace, impliquant ainsi une structure composite où la vision d'ensemble n'est pas rendue, investit l'homme d'un sentiment de vertige. Le regard n'arrive pas à se poser sur un objet témoin. L'abondance des objets rend le choix impossible, tant il y a de possibles à réaliser et à parcourir. Ce symbole architectural révèle quelque chose de l'espace urbain en général: la perte du lieu. De même, l'abolition absolue des distances dans le tissu actuel des médias est pour P. Virilio une source d'atopie. On est ici et ailleurs au même instant. Le cyberspace génère l'ubiquité, privant ainsi le sujet de toute inscription singulière au monde: «L'instantanéité de l'ubiquité aboutit à l'atopie d'une unique interface. Après les distances d'espace et de temps, la distance vitesse abolit la notion de dimension physique»<sup>15</sup>. Sans la dimension physique, le sujet ne peut pas éprouver ni ressentir la distance nécessaire qui pourrait donner lieu à

<sup>12</sup> FARIA, 1998a: 44.

<sup>13</sup> LAGE, 2010: 262.

<sup>14</sup> COLLOT, 2011: 74.

<sup>15</sup> VIRILIO, 1984: 19.

la possibilité d'un point de vue ou encore d'un parcours. L'accélération produite par les télécommunications est donc pour le sujet qui la vit une situation spatiale en conflit avec sa propre localité, au même titre que l'indétermination dans le centre commercial où l'abondance, la transparence des matériaux (les vitrines des magasins), l'exhibitionnisme des devantures, émerveillent les hommes, les absente d'eux-même et les laissent aller en puissance à leurs fantasmes. On y décèle alors une occlusion du regard tout entier comme le supposent ces trois vers de D. Faria: «Homens muito voltados para um modo de ver/ Um olhar fixo como quem vem caminhando ao encontro/ de si mesmo»<sup>16</sup>. Les hommes butent sur eux-même. Ce qui constitue là aussi une forme d'atopie, à savoir une déconnexion du lieu supplanté par l'univers concentrationnaire du fantasme. C'est par exemple ce que D. Faria appelle «la fausse transparence/ de la présence du monde»<sup>17</sup>. Le comportement des hommes dans ces microcosmes urbains renvoie ainsi, comme nous pouvons le voir, l'image de ce que le monde, le macrocosme, est devenue. Aussi, l'extension des mégapoles qui toujours étendent ses limites, en prolongeant leurs banlieues, crée de véritables franges urbaines noyées dans la grisaille, sans une once de verdure, comme le relate un poème de *Dos Líquidos* – «Imagino que nasci num país coberto por espesso nevoeiro/ E que nunca contemplei o risonho aspecto da natureza inundada»<sup>18</sup>. D'où cette nébuleuse conurbation citadine que l'on ressent comme un obstacle difficile à contourner et d'où l'on n'arrive jamais à sortir: «fronteiras dos territórios não avistados»<sup>19</sup>. L'éclat des lieux, de par son caractère multiple, dissonant, fait donc apparaître une foule d'éléments; des rues, des hommes et des choses, difficiles à saisir, car dans la ville le temps passe à toute vitesse<sup>20</sup>. La vision en est alors altérée; des fragments d'images assaillent le sujet où le minuscule s'égalé par exemple à l'infiniment grand, puisque la vitesse annule la proportion. Assez paradoxalement, le regard ne va nulle part; presque figé, tant il est stupéfait, il présentifie la dispersion, l'errance presque pathologique de la ville. Chez Daniel Faria, la prolifération effrénée des images rend la vue impure et les visions – mystiques – impossibles. On constate alors que la dimension visuelle de la ville pose une limite clôturante à la vue, car l'espace urbain est symboliquement dépourvu d'horizon. Ainsi, c'est la dualité merleau-pontienne – visible/ invisible – rattachée à la structure d'horizon qui se trouve mise à sac, empêchant la vue de se prolonger dans l'invisible d'où toujours émerge un imaginaire:

<sup>16</sup> FARIA, 1998b: 13.

<sup>17</sup> *Ibid.*: 75.

<sup>18</sup> FARIA, 2000: 34.

<sup>19</sup> *Ibid.*: 68.

<sup>20</sup> «Parmi ces idées fixes sociales est apparue, depuis longtemps déjà, une espèce de ville hyper-américaine, où tout marche et s'arrête au chronomètre. L'air et la terre ne sont plus qu'une immense fourmilière sillonnée d'artères en étages. Les transports, de surface, aériens et souterrains, les déplacements humains par pneumatique, les files d'automobiles foncent dans l'horizontale tandis que dans la verticale des ascenseurs ultra-rapides pompent les masses humaines d'un palier de circulation à l'autre; aux points de jonction, l'on saute d'un transport dans l'autre; leur rythme qui, entre deux vitesses tonnantes, fait une pause, une syncope, un petit gouffre de vingt secondes, vous aspire et vous enlève sans que vous ayez le temps de réfléchir, et dans les intervalles de ce rythme général, on échange hâtivement quelques mots. Les questions et les réponses s'emboîtent les unes dans les autres comme les pièces d'une machine, chacun n'a devant soi que des tâches bien définies, les professions sont groupées par quartiers, on mange tout en se déplaçant...» (MUSIL, 2004: 51).

*Tornei os olhos muito impuros por milhares de imagens  
 Pedras internas golpeando-me  
 Tornei-os incapazes das visões  
 Das visões interiores e por fora  
 Da aparência<sup>21</sup>*

De même que les tressaillements de la ville font dévier le regard des choses, on conclue que l'éclatement à répétition des franges urbaines constitue géographiquement une déportation spatiale, une sorte donc de dislocation constante. Car la mutabilité des villes les oblige à ne plus se situer définitivement. Ceci fait alors convulser la notion de centre et produit allégoriquement, comme chez D. Faria<sup>22</sup>, l'idée que l'homme s'éloigne toujours plus de son unité, du lieu qu'il se doit de conserver, affichant ainsi sa détresse, où nous reconnaissons le *topos* du chaos urbain, ainsi comme la triste condition des hommes que peuvent évoquer ces deux vers de «O Mundo» de Ruy Cinatti qu'il ne faut cependant pas détacher de leur précision signifiante: «Raça de escravos penando/ na cidade»<sup>23</sup>. Ce dernier exemple s'avère intéressant, car il permet de concevoir une image négative de la ville, perçue comme paysage, à partir de l'expérience des hommes («os escravos»). C'est ce que l'on trouve déjà dans le roman posthume de Eça de Queirós – *A Cidade e as Serras* – avec le personnage de Jacinto qui tantôt imprime, par son état de spleen, l'artifice de la ville, tantôt incarne, à travers la gaieté qui l'anime, la régénération du cadre naturel, l'air paisible du paysage de Tormes. Dans ce cas, on met l'accent sur le rapport entre l'homme et la terre et on peut soutenir qu'il y a monde quand beaucoup d'hommes partagent la même parole concernant leurs rapports à la terre. L'espace ou la réalité géographique qu'Eric Dardel définit comme la dimension originaire de l'existence humaine, doivent ainsi être reliés à la question ontologique de l'être de l'homme et donc à sa manière d'occuper l'espace, mise en évidence à travers le concept d'habiter en géographie. Ceci aboutit précisément à la géographie culturelle ou sociale selon la portée de l'analyse. Alors, de même que la géographie qualifie la situation concrète des hommes, le monde sensible des hommes fait sens géographiquement. C'est ce qu'Olivier Lazzarotti appelle la dimension géographique des hommes dans une dialectique du lieu qui le conduit à définir l'habitant dans l'espace habité, mais aussi l'espace habité dans l'habitant<sup>24</sup>. La question de l'habitat doit ici être comprise comme le lieu de la *praxis* humaine où s'extériorise par exemple la relation des hommes à la terre. C'est ainsi que nous voyons les hommes de *Homens que São como Lugares mal Situados* comme un monde de vie, comme une existence sensible porteuse d'une géographie, une collectivité d'où toujours surgit une image de la vie sur terre: un paysage. S'il est vrai que nous considérons la possibilité d'entrevoir chez ces

<sup>21</sup> FARIA, 1998b: 24.

<sup>22</sup> «Este temor [...] um velho tema da poesia ocidental, quer da sagrada quer da profana, é reconduzido na obra de Daniel Faria ao éthos cristão e ao universo bíblico (da expulsão do Paraíso à destruição de Jerusalém). Também passa por aqui a singularidade e a ousadia deste poeta, que, tão jovem, escreveu em tempos de nihilismo e de materialismo pessimista, de crise do sagrado» (LAGE, 2010: 256-257).

<sup>23</sup> CINATTI, 1992: 150.

<sup>24</sup> LAZZAROTTI, 2006: 41.

hommes l'indicateur d'une masse-critique pouvant constituer une image du pays en accord aussi avec la réflexion de Pierre Sansot<sup>25</sup>, ce qui émerge toutefois du titre du livre de D. Faria c'est davantage leur situation géographique ou plutôt leur mauvaise situation spatiale: «lugares mal situados».

Le caractère fondamental de ce livre – *Homens que São como Lugares mal Situados* – est tiré d'un colloque de João de Barros *Ropica Pnefma*, œuvre d'origine érasmienne qui porte un regard critique assez détaillé sur un grand nombre de questions sociales et les pouvoirs régents au XVI<sup>ème</sup> siècle. C'est une sorte de réquisitoire contre le manque de sens et l'inhumanité des choses où l'auteur fustige les mœurs et les abus sociaux qui toujours s'éloignent des règles de la nature et de la doctrine chrétienne<sup>26</sup>. Dès lors, ce qui ressort de cet emprunt, c'est le besoin pour D. Faria de répondre, comme João de Barros, à un type de comportement sociétal participant d'un temps nouveau, un autre présent, comme le suggère au sein de ce même livre la réécriture de fragments bibliques, comme le poème «Lamentações (Lm1)» – «Que solitária está a cidade/ Enviuvou a mais povoada/ Das nações»<sup>27</sup> – où la ville de Jérusalem est représentée sous les traits d'une femme confessant ses péchés que l'on interprète ici comme la position critique du poète à l'égard de la ville contemporaine. On se rend ainsi compte que le titre de ce livre qui se déploie tout au long de la première partie (du livre en question), occupant textuellement toutes les formes poétiques qu'il peut couvrir (titre de livre, titre de partie, titre de poème, vers), meut une impulsion allégorique. De fait, l'aphorisme – *Homens que São como Lugares mal Situados* – tend vers la nécessité de fixer en images le caractère énigmatique que porte la phrase en soi par la relation aux lieux et donc à l'espace, comme le dénote l'élément comparatif «como» (hommes/ lieux). De la présente équation, on retiendra le concept d'habitat couramment remplacé aujourd'hui par celui de «monde ambiant»<sup>28</sup>. Un des préceptes de l'aphorisme repose alors sur le désir de localisation; c'est-à-dire qu'il cherche à établir un rapport entre un sujet déterminé et un lieu déterminé, le lieu («lugar») formant le produit de ce rapport. Pour autant, selon M. Collot, il ne faut pas confondre lieu et paysage:

<sup>25</sup> Dans «La transgression paysagère», l'auteur s'interroge sur la part des hommes dans la constitution du paysage. Pour P. Sansot, «il est vrai que nous mettons un peu trop l'accent sur une nature naturante, un paysage paysageant – et ceci pour mettre le holà à un humanisme sans retenue» (p. 79). Loin de constituer un simple élément du décor, l'homme est pour le sociologue français source de paysage: «lorsque les habitants d'un quartier, sans d'ailleurs se concerter, tracent des cheminements qui ne coïncident pas avec ceux qui leur étaient proposés, quand ils palabrent dans tel ou tel lieu, devenu naturellement leur forum, quand ils racontent à leur manière, la malédiction ou l'histoire d'une portion de leur territoire, nous avons affaire à une manifestation de l'imaginaire collectif. Leur environnement empreint d'une certaine cohérence, empli de sens, traversé par des lignes de force, ponctué par des points d'orgue, est devenu un paysage» (SANSOT, 2009: 85).

<sup>26</sup> «Quem será tão diamante que possa sofrer desprezos da verdade e honras da mentira? Vejo nestes conselhos homens que são como lugares mal situados, que naturalmente nenhuma cousa têm em si, tudo lhe vem d'acarreto; e, por se nobrecer de crédito, fazem o ofício dos caçadores vangloriosos: compram a caça no mercado e vêm com ela às costas, contando mil aventuras de como a caçaram...» (BARROS, 1983: 137).

<sup>27</sup> FARIA, 1998b: 51.

<sup>28</sup> «Recosmiser notre monde, c'est d'abord ne pas oublier que nous sommes vivants, et qu'à ce titre notre monde n'est pas un univers mécanique: c'est un monde ambiant. Celui-ci n'est pas constitué de la simple addition des éléments objectifs de l'environnement; c'est une entité émergente qui trie et recompose ces éléments dans un certain sens, propre à notre espèce, comme c'est le cas pour chaque espèce vivante» (BERQUE, 2008: 240).

*Le lieu peut se définir par une forte délimitation topographique et culturelle; il circonscrit le territoire d'une communauté partageant le même code de valeurs, de croyances et de significations: c'est un microcosme qui entre en relation analogique avec un macrocosme régi par un ordre immuable, et en rapport anagogique, vertical, avec un monde supérieur dont il est en réduction l'image imparfaite. Le paysage est lié davantage au point de vue d'un individu, que l'horizon à la fois limite et ouvre sur un univers infini. Il confère au monde un sens qui n'est plus subordonné à une croyance religieuse collective, mais le produit d'une expérience individuelle, sensible et susceptible d'une élaboration esthétique singulière<sup>29</sup>.*

Pour M. Collot, le lieu est issu de la conception théologique de l'univers. Ce qui peut expliquer en partie l'obsession du poète portugais de la thématique du lieu. On comprend alors que le lieu constitue le champ de présence d'une communauté empreinte des mêmes valeurs, mais qui ne manque pas, toujours selon la perspective théologique, de constituer l'image imparfaite de la voûte céleste, Dieu. Ceci conduit à une représentation du monde selon une vision manichéenne: bien/ mal; ciel/ terre; Dieu/ hommes; bien placé/ mal placés. Ce ne sont donc pas les lieux qui sont mal placés sur la carte géographique, mais bien les hommes qui remplissent de leur présence une portion d'espace définissant ainsi la limite spatiale du lieu et donc, aussi, sa dimension, sa forme, sa place. C'est donc comme un tout synthétique que le lieu est symboliquement considéré comme «un lieu mal placé». La marque plurielle de «lugares» de *Homens que São como Lugares mal Situados* peut alors s'expliquer par une autre réalité géographique plus générale que celle du lieu: le territoire. Ce dernier est quant à lui l'enjeu d'une mobilité, d'un déplacement, favorisant une perception plus totalisante comme le reconnaît O. Lazzarotti<sup>30</sup>. Une telle prédisposition n'est d'ailleurs pas étrangère à l'œuvre du poète portugais où l'on retrouve le motif du déplacement et du dépassement du lieu sous les formes nomade et pérégrine rejoignant la tradition tribale du texte biblique. Le sentiment de mobilité est par ailleurs fréquemment associé à l'idée d'un positionnement critique vis-à-vis de l'espace urbain d'où le poète cherche à s'enfuir: «Cada cidade acrescentou a minha fuga/ E o desvio aproximou-me do perigo/ [...] Quería ser deserto e trabalhar nos campos/ Abençoando a fome enquanto ceifo o trigo»<sup>31</sup>. Cette *dé-territorialisation* s'appuie chez D. Faria sur la structure d'horizon à travers la notion très prisée de paysage: «Só no fim da paisagem estou de pé como um para-quedista que desce/ Suspenso como os santos num arroubo místico»<sup>32</sup>. La fin du paysage est ici associée à un état de lévitation que l'on comprend comme la délivrance de la pesanteur du monde, une ouverture sur un contre-espace (le désert, les champs: une nature originelle indépendante de l'emprise humaine et sociale), un monde cosmique – christique même si l'on considère la démarche mystique, et donc fusionnel – qu'anime le discours de *dé-territorialisation*: «Sei bem que não mereço um dia entrar no céu/ Mas nem por isso escrevo a minha casa sobre a terra»<sup>33</sup>; «fabricas um

<sup>29</sup> COLLOT, 2011: 58.

<sup>30</sup> LAZZAROTTI, 2006: 49.

<sup>31</sup> FARIA, 1998b: 54.

<sup>32</sup> *Ibid.*: 22.

<sup>33</sup> FARIA, 1998a: 38.

homem que se afasta// Do mundo»<sup>34</sup>; «E sei que para lá dele, na minha pátria, há outro/ E que é por esse que aspiro cada dia/ [...]// Uma outra terra que pensa a minha morada/ Um perfume, uma maravilha, um repouso/ Para a cabeça dos que lutam com bravura»<sup>35</sup>; «Um praça fora do Mundo»<sup>36</sup>. La coalescence des termes («mundo»; «terra»; «cidade»; «pátria») largement employés par D. Faria dans son œuvre poétique est davantage proche, en tant qu'élément de mesure géographique, de la notion de territoire, «base géographique de l'existence sociale»<sup>37</sup> par excellence; d'où la marque plurielle de «lugares». Car le territoire est toujours constitué de plusieurs lieux. Ainsi, le monde est la synthèse des lieux traversés par le sujet poétique, le territoire parcouru («pátria»), les villes arpentées («cada cidade acrescentou a minha fuga»), la terre en somme qui toujours finit par se mesurer chez D. Faria en référence aux hommes qui, d'une manière ou d'une autre, l'habitent différemment ou pas – car toute société produit du territoire, d'où résulte une expérience de l'humanité: patrimoine de l'humain perçu par le poète comme une image du pays. Il s'agit là d'une modalité spécifiquement humaine constitutive d'une vue d'ensemble sur le mode du paysage comme l'écrit M. Collot:

*Le paysage, c'est d'abord une «vue d'ensemble»; à l'horizon, grâce au recul que procure la distance, les lieux et les objets se rassemblent sous le regard: «Le paysage est le lieu relationnel où toutes les localités ne sont compréhensibles que par référence à un ensemble qui s'intègre, à son tour, en un ensemble plus vaste». La vision paysagère ne fait que porter à son comble la structure d'horizon de toute perception: voir, c'est toujours «voir les choses en relation», écrivait Arnheim; et selon Husserl, une chose n'est jamais perçue indépendamment de son contexte, qui constitue son horizon»<sup>38</sup>.*

De même que M. Collot, nous pensons retrouver dans *Homens que São como Lugares mal Situados* le motif du paysage comme le lieu où une identité collective se manifeste dans l'expérience concrète de ses habitants. Ce paysage refiguré est alors dynamisé et rendu par le regard du poète («escolho um espaço para ver o espaço de frente»<sup>39</sup>, «falo daquilo que vejo»<sup>40</sup>) qui se place à distance de l'objet perçu car, d'après Augustin Berque<sup>41</sup>, se prononcer de manière consistante sur le monde implique de s'en séparer: «Encosta-te às vedações para guardares/ Com minúcia a dolorosa divisão da paisagem/ [...]/ A solidão infinita de ocupares um lugar// Não te há-de faltar/ A distância»<sup>42</sup>. Le recul qu'impose la clôture crée à distance une certaine homogénéité que le poète ne manque toutefois pas de qualifier de «paysages divisés». Ceci est loin de proposer une union indissolu-

<sup>34</sup> FARIA, 1998b: 26.

<sup>35</sup> FARIA, 2000: 34.

<sup>36</sup> *Ibid.*: 108.

<sup>37</sup> LAZZAROTTI, 2006: 32.

<sup>38</sup> COLLOT, 2011: 193-194.

<sup>39</sup> FARIA, 1998b: 21.

<sup>40</sup> *Ibid.*: 62.

<sup>41</sup> «En d'autres termes, vous ne pouvez rien dire de consistant à propos de votre monde, parce que vous en faites partie. Pour la même raison, vos propos sur le Monde ne sont que mondanités» (BERQUE, 2008: 234).

<sup>42</sup> FARIA, 1998a: 59.

ble dans laquelle le sujet regardant et le paysage regardé seraient intégrés. L'observateur se tient seul et à distance: «O mundo desloca-me em segredo sem que os homens mudem»<sup>43</sup>. Ici, il y a désaffection, ou plutôt une attitude déviante, hétérotopique même: «Tenho um pequeno sonho de uma janela para abrir:/ E que paisagem não seria estar feliz!»<sup>44</sup>. Ce point d'exclamation – ponctuation assez rare chez D. Faria – informe de par son caractère peu usuel une relation forte avec le paysage dont rêve le poète. Le motif même de la fenêtre, en tant que seuil, n'est pas étranger à une poétique de la relation que M. Collot appelle «idéauté d'horizon». L'exclamation de ce dernier vers vient alors précisément renforcer l'idée d'une pensée partagée avec un paysage qui, lui, a la propriété de maintenir le sujet poétique en dehors du monde-paysage qu'il contemple; grâce à la ligne d'horizon. C'est, selon M. Collot, une appétence propre au poète-voyant<sup>45</sup>. Pour autant, même si D. Faria semble être davantage tourné vers la perspective d'un horizon qui renvoie à la dimension la plus subjective du paysage, à ce qui reste le plus ouvert à l'invisible, et donc à l'imaginaire mystique, il ne manque pas de figurer dans l'image des hommes un scénario d'espace que nous pressentons comme la construction culturelle d'un paysage urbain sur le mode de l'artificialisation et non à proprement parler d'une perception, même si elle existe dans sa poésie. C'est pourquoi nous parlerons ici d'un paysage constitué suivant l'idée de la pratique des lieux comme stratégie critique du monde et de l'espace à travers donc la médiation des hommes et de leurs écarts quant au discours chrétien et à la nature, lieu mythique de l'origine. Par ailleurs, toute une rhétorique du paysage que nous avons déjà présentée chez D. Faria renforce cette intuition du paysage comme expression du monde figurée par l'impression d'une perte qui plonge par là même la notion de paysage dans la confusion. Deux poèmes nous semblent ici décisifs: «Homens que são como lugares mal situados», «Homens que são como projectos de casas».

*Homens que são como lugares mal situados  
 Homens que são como casas saqueadas  
 Que são como sítios fora dos mapas  
 Como pedras fora do chão  
 Como crianças órfãs  
 Homens sem fuso horário  
 Homens agitados sem bússola onde repousem*

*Homens que são como fronteiras invadidas  
 Que são como caminhos barricados  
 Homens que querem passar pelos atalhos sufocados  
 Homens sulfatados por todos os destinos  
 Desempregados das suas vidas*

<sup>43</sup> FARIA, 2000: 124.

<sup>44</sup> FARIA, 1998a: 33.

<sup>45</sup> COLLOT, 2011: 98.

*Homens que são como a negação das estratégias  
Que são como os esconderijos dos contabandistas  
Homens encarcerados abrindo-se com facas*

*Homens que são como danos irreparáveis  
Homens que são como sobreviventes vivos  
Homens que são como sítios desviados  
Do lugar<sup>46</sup>*

*Homens que são como projectos de casas  
Em suas varandas inclinadas para o mundo  
Homens nas varandas voltados para a velhice  
Muito danificados pelas intempéries*

*Homens cheios de vasilhas esperando a chuva  
Parados à espera  
De um companheiro possível para o diálogo interior*

*Homens muito voltados para um modo de ver  
Um olhar fixo como quem vem caminhando ao encontro  
De si mesmo  
Homens tão impreparados tão desprevenidos  
Para se receber*

*Homens à chuva com as mãos nos olhos  
Imaginando relâmpagos  
Homens abrindo lume  
Para enxugar o rosto para fechar os olhos  
Tão impreparados tão desprevenidos  
Tão confusos à espera de um sistema solar  
Onde seja possível uma sombra maior<sup>47</sup>*

Si nous insistons tant sur l'enchevêtrement que constitue la citation de ces deux poèmes c'est qu'il nous semble tisser un *continuum* spatial fort qui ne se prolonge pas dans les deux poèmes qui suivent, même si «Homens que trabalham sob a lâmpada» adopte une structure descriptive proche de ces premiers. «Não levantemos os homens que se sentam à saída» n'est déjà plus dans ce registre, mais plutôt dans celui de la prescription. Ainsi, on voit que ces deux poèmes invitent à observer la construction de l'espace urbain dans une sorte de récit poétique. En effet, les hommes dont ils traitent se définissent essentiellement par l'espace qui les entoure. Ils permettent donc de mettre à nu l'expérience d'un être au monde que le paysage saisit au plus près. Si l'on procède à un relevé minu-

<sup>46</sup> FARIA, 1998b: 12.

<sup>47</sup> FARIA, 1998b: 13.

tieux des éléments de cet espace, on s'aperçoit que nous avons à faire à un lieu cloisonné («caminhos barricados»; «atalhos sufocados»; «encarcerados»; «esconderijos») dont les frontières tendent à être submergées («fronteiras invadidas»). Le problème que pose la métaphore des frontières peut entre autres renvoyer l'image d'une ville conquérante, expansionniste, image propre au *logos* immanent de l'espace urbain. On ne manquera d'ailleurs pas de faire le lien ici avec l'expérience urbaine du premier livre de jeunesse du poète *Uma Cidade com Muralha* où une topographie plus précise s'esquisse. La présence des balcons ou des terrasses tournés vers l'extérieur, «le monde», («Em suas varandas inclinadas para o mundo»; «Homens nas varandas voltados para a velhice») présentifie l'image d'une ville, de ses maisons et immeubles («projectos de casa») gravitant autour d'une place sur laquelle s'ouvrent les balcons: l'image donc d'un monde tourné vers soi, fermé. La relation à la ville se trouve alors établie par l'idée de place publique héritière des *agoras* grecques d'où émerge le propre concept de ville. C'est seulement ainsi qu'une part de la collectivité («Homens») se trouve embrassée par le regard du poète qui assiste à sa désorientation à la fois temporelle («Homens sem fuso horário») et spatiale («Homens agitados sem bússola onde repousem»). De même, on peut parler ici d'enclaves urbaines qui jouent sur l'effet de barricade, tout aussi repliées derrière leurs murs que celles de leurs personnes («Homens muito voltados para um modo de ver/ Um olhar fixo como quem vem caminhando ao encontro/ De si mesmo»). La perte des éléments du cosmos tels que la pluie («Homens cheios de vasilhas esperando a chuva») ou encore le soleil («Tão confusos à espera de um sistema solar») évoque la déshumanisation de la ville et consubstantiellement celle des hommes qui l'habitent. C'est aussi le revers du progrès: l'épuisement des ressources naturelles en même temps que le châtement divin à travers notamment l'isotopie de la sécheresse. Un travail d'adjectivation vient ensuite renchérir l'image des hommes. Ils vivent dans l'impasse, ne travaillent pas et attendent: «órfãs»; «Desempregados das suas vidas»; «Homens que são como a negação das estratégias»; «contrabandistas»; «danos irreparáveis»; «sobreviventes vivos»; «danificados pelas intempéries»; «impreparados»; «desprevenidos»; «confusos». Ils vivent dans le confort des situations connues qu'offre une société mercantile – «sulfatados por todos os destinos» – dans l'immobilité des lieux. Un tel tableau est à rapprocher de la violence de l'espace urbain contemporain à partir duquel Marc. Augé pose l'hypothèse d'une surmodernité productrice de non-lieux, lieux d'errance dont il nous semble retrouver ici le principe: «Que são como sítios fora dos mapas». La question de la localisation est par ailleurs, en géographie, primordiale; elle est ce qui donne un sens au lieu parce qu'elle le rapporte à un territoire. Or, sans localisation, le lieu dont parle D. Faria ne fait plus sens. C'est donc ici un lieu qui n'est plus situable sur la carte et qui ne va pas sans une impression de chaos, de paralysie spirituelle que peut évoquer par exemple l'intertexte biblique. Comme pour le *Livre des Lamentations*, la présence d'une voix critique se fait sentir et elle semble tenir les hommes pour responsables de la dégradation du paysage urbain imprégné du monde, car «chaque espèce élabore son propre monde ambiant, c'est-à-dire ce qui est pour elle la réalité»<sup>48</sup>. La

---

48 BERQUE, 2008: 241.

relation intertextuelle à João de Barros semble par ailleurs poser le problème d'une temporalité qui se perd dans l'espace, qui s'enlise depuis des temps lointain. L'expérience significative d'une appréciation négative de la ville est le résultat d'une manière de la voir et de la penser que l'on pressent comme l'affirmation de la catégorie esthétique du goût qui passe par la catégorisation des lieux, par le ressenti du poète, en suivant un mode élégiaque<sup>49</sup>. Selon le poète, c'est un lieu qui se dévie: «Homens que são como sítios desviados/ Do lugar». Le «lugar» doit ici être compris comme la norme instituée que tente de poser le discours du poète: c'est son point de vue. La ville et les hommes sont ainsi mal situés par rapport au sujet poétique. Nous sommes donc en présence d'une subjectivité qui interroge le monde urbain, «il se pose comme celui qui questionne, avant d'être celui qui célèbre ou qui déplore»<sup>50</sup>; attitude que l'on retrouve également sous un penchant plus méditatif dans *Dos Líquidos*: «Le monde me déplace secrètement sans que les hommes changent»<sup>51</sup> ou encore «Personne ne sait sortir des choses terrestres qui sont tristes»<sup>52</sup>. Dans ces deux poèmes, l'articulation entre l'image du paysage urbain et cette image du sujet qui n'est absolument pas partagée s'étend à une logique de la narration, schème relevant alors d'une sémiotique de l'action ou encore d'une focalisation du texte sur le paradigme<sup>53</sup> qui avance plus par contiguïté que par continuité. La prolifération des métaphores, des comparaisons stimule une pensée imageante d'où il résulte l'image d'un monde urbain. L'exemple le plus conscient s'observe dans la désorientation caractéristique de la ville que l'écriture traduit par l'énumération, les relances anaphoriques qui brouillent les repères textuels et permettent de vivre le monde urbain plus que de le penser dans une sorte de typographie labyrinthique. En effet, la propre description du lieu tient à ce qu'elle semble inépuisable, sans issue. Ce mouvement rend alors compte du type de paysage auquel nous avons à faire et par là même de l'impossible appropriation du lieu. La motivation spatialisante du texte favorise aussi ce que nous appellerons une poétique de l'écart dans une déclinaison litanique des défauts du paysage urbain.

La ville chez Daniel Faria semble ainsi constituer ce que Michel de Certeau appelle «l'expérience de la vie commune». C'est-à-dire un moment de confrontation qui aiguillonne le désir de Dieu, emporte et déplace le sujet poétique loin du monde qui l'attriste. On reconnaît alors dans l'œuvre du poète portugais cette nécessité du voyage, cette sortie hors du pays de ses pères, comme ces hommes qui, à l'inverse des premiers, tentent de creuser une sortie: «Homens que se sentam para ver a manhã/ Que escavam um lugar/ Para a saída»<sup>54</sup>. On pense ici au voyage abrahamique qui symbolise le mouvement de toute vie vers cette rencontre de l'autre qui, en suivant la démarche mystique, dévoile la

<sup>49</sup> «L'Élégie, pourrait-on dire, est le poème de l'Humanité, ou le poème humain, par excellence. Elle n'a pas comme l'Ode le projet de célébrer quelque héroïsme, et donc de s'orienter vers le divin. Elle considère au contraire la créature dans sa précarité, son insuffisance, sa défaite, et travaille à la réinscrire dans le monde en pleine conscience de son divorce d'avec lui. L'élégie est par excellence le poème de l'être qui fait face» (MAULPOIX, 2000: 216).

<sup>50</sup> MAULPOIX, 2000: 212.

<sup>51</sup> FARIA, 2000: 124.

<sup>52</sup> *Ibid*: 132.

<sup>53</sup> HAMON, 1996: 99.

<sup>54</sup> FARIA, 1998b: 14.

fragilité des évidences et révèle au sujet qui l'expérimente la place qu'il doit occuper. C'est comme le dit Jean Michel Maulpoix – au sujet de l'élégie – un moment du «ressaisissement»: «Une totalité intérieure vient s'y substituer à une totalité extérieure perdue»<sup>55</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, João de (1983) – *Rópica Pnefma*. Reprodução fac-similada da edição de 1532, leitura modernizada, notas e estudo de I. S. Révah. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, volume II.
- BERQUE, Augustin (2008) – *De Terre en Monde: la poétique de l'écoumène*. In BERQUE, Augustin; BIASE, Alessia de; BONIN, Philippe, coord. – *L'habiter dans sa poétique première*. Actes du colloque de Cerisy-la-Salle. Paris: Éditions Donner Lieu.
- CINATTI, Ruy (1992) – *Obra Poética*. Lisboa: INCM. («Biblioteca de autores portugueses»).
- COLLOT, Michel (1997) – *Chaosmos*. Paris: Éditions Belin. (Coll. «L'extrême contemporain»).
- (2005) – *Paysage et Poésie, du Romantisme à nos jours*. Paris: Librairie José Corti. (Coll. «Les Essais»).
- (2011) – *La Pensée-paysage. Philosophie, Arts, Littérature*. Arles/Versailles: Actes Sud/ENSP.
- FARIA, Daniel (1998a) – *Explicação das Árvores e de Outros Animais*. Porto: Fundação Manuel Leão.
- (1998b) – *Homens que São como Lugares mal Situados*. Porto: Fundação Manuel Leão.
- (2000) – *Dos Líquidos*. Porto: Fundação Manuel Leão.
- HAMON, Philippe (1996) – *Du Descriptif*. Paris: Hachette. (Coll. Hu. «Recherches Littéraires»).
- LAGE, Rui (2010) – *O voo da pedra: explicação de Ícaro em Daniel Faria* In TOPA, Francisco; DE OLIVEIRA MARQUES, Marco, coord. – *E agora sei que oiço as coisas devagar, Evocação e escuta de Daniel Faria*. Actas do Colóquio (Porto, 8-9 de Junho de 2009). Porto: Sombra pela Cintura.
- LAZZAROTTI, Olivier (2006) – *Habiter la condition géographique*. Paris: Éditions Belin. (Coll. «Mappe-monde»).
- MAULPOIX, Jean-Michel (2000) – *Du Lyrisme*. 3<sup>ème</sup> édition. Paris: Librairie José Corti. (Coll. «en lisant en écrivain»).
- MUSIL, Robert (2004) – *L'homme sans qualités*. Paris: Éditions du Seuil, tome 1.
- SANSOT, Pierre (2009) – *Variations paysagères, Invitation au paysage*. Paris: Édition Payot & Rivages. («Petite Bibliothèque Payot»).
- VIRILIO, Paul (1984) – *L'espace critique*. Paris: Christian Bourgois Éditeur. (Coll. «Choix/Essais»).

---

55 MAULPOIX, 2000: 190.

# TERRITÓRIO E PAISAGEM

## A AMBIGUIDADE DA APROPRIAÇÃO DA TRADIÇÃO MODERNA PELA FOTOGRAFIA

MARIA DO CARMO SERÉN\*

**Resumo:** Tornou-se convencional considerar a paisagem no Ocidente como um efeito de um novo olhar saído da Modernidade (um individualismo renascentista que abandona o «olhar para o céu» e os seus imaginários Jardins do Paraíso e manifesta o «olhar para a terra», característico das culturas mercantis modernas; uma prática das Descobertas, com os seus mapas com indicações geográficas, botânicas e étnicas ou ainda, o culto dos jardins privados e públicos...)

Porém, o olhar que cria a paisagem como uma entidade diferente do território mas a partir da observação desse mesmo território, não releva apenas de um novo olhar moderno, está presente nas diversas representações cívicas, (como emblemas das cidades), levanta-se em minuciosas iluminuras dos «Livros de Horas» e faz, indiscutivelmente parte do imaginário medieval.

É esta pintura e representação emblemática que norteia uma das orientações do olhar fotográfico, motivando ainda a fotografia documental que representa a cidade ou o campo através de concepções que são bandeira da sua representatividade e legitimidade. Acresce que a fotografia traz consigo a contaminação da representação do território, seja através do naturalismo e realismo ou da simulação simbólica do olhar (Pictorialismo) ou da realidade construída da fotografia conceptual.

**Palavras-chave:** Herança pictórica da paisagem; Composição pictórica; cut fotográfico; Retorno à paisagem construída.

**Abstract:** It has become conventional in the West to consider landscape as an effect of a new outlook derived from Modernity (a Renaissance individualism that abandons «gazing at the sky» and its imaginary gardens of Paradise and manifests «looking at the earth», typical of modern mercantile cultures; a practice of the Discoveries, with its maps bearing geographical, botanical and ethnical indications or even the cult of private and public gardens...)

However, the gaze that creates landscape as a differentiated entity from the territory – although created from the observation of that same territory –, does not consist only of a new modern outlook, it is also present in various civic representations (such as the cities' coat of arms) and appears in detailed miniatures of the «Books of Hours». It was undoubtedly part of the medieval imagination.

It is this painting and emblematic representation that guides the photographic eye, also motivating documentary photography that represents the city or the countryside through concepts that are the demonstration of their representativeness and legitimacy. Moreover, the picture is contaminated by the representation of the territory, whether through naturalism and realism, the symbolic simulation of the gaze (Pictorialism) or the constructed reality of conceptual photography.

**Keywords:** Pictorial inheritance of the landscape; Pictorial composition; Photographic cut; Return to the built landscape.

## INTRODUÇÃO

Antes do uso da palavra paisagem, para lá das suas primitivas acepções de *país*, de qualquer representação ou *perspectiva do campo*, este olhar sobre um pedaço enquadrado do mundo significava ver e olhar a *Natureza*. Olhava-se então o horizonte observável de um mundo criado por Deus.

Ao usar a designação paisagem fala-se de uma construção humana, cultural: um olhar ou uma representação com significado, num mundo em que entra decididamente o papel do sujeito na percepção e reconstituição do mundo.

---

\* Historiadora e investigadora do CITCEM, tem diversas obras publicadas sobre História, História de Arte e Fotografia ou textos publicados na Europa, Estados Unidos e Brasil.

A paisagem apercebe-se, entendemos hoje, com a intencionalidade dos afectos e perceptos<sup>1</sup>. Limitados pela nossa visão, apercebemos as suas fronteiras que encaminham o olhar até um horizonte que define a nossa capacidade de ver. É uma interrogação aprazível, uma conjectura de medição: ser homem é medir o mundo. As percepções da cor, da forma, da distância e de todas as qualidades que lhe atribuímos na sequência cognitiva do reconhecimento são, naturalmente, enganadoras mas úteis e eficazes: cada um de nós usa a sua bagagem cultural para lhe dar significação e explicar a reacção da sua sensibilidade. Sabemos que cada um, apesar de ser apto a ver a cor através de milhares de feixes de *colores*<sup>2</sup>, apenas recupera as tonalidades matriciais da sua experiência, (o «verde» ou o «azul» que viu na primeira vez) através da palavra que o identifica. Estamos sujeitos a ver apenas as tonalidades para as quais temos significação.

Cada qualidade da observação cognitiva está enrolada na diacronia da palavra.

Na reconstituição do mundo que é a cidade, a Natureza também sempre ocupava o seu lugar de compensação. Os rios e os lagos continuam a ser entendidos como fonte de recurso e de transporte, os animais domésticos e os zoológicos privados ou públicos restituem a vida selvagem – essa vida selvagem que era representada como indominada há mais de 34.000 anos, nas grutas de Chauvet<sup>3</sup>. Os jardins de Babilónia, do Egipto Antigo e de Creta, laboriosamente roubados ao solo e à água da sobrevivência, para lá do seu papel de aristocrático usufruto, funcionavam como uma espécie de *potlach*, uma destruição de bens indispensáveis que apaziguavam deuses e divindades, que deles eram mercedores.

As cidades burguesas do Indo, como Harappa, não tinham jardins, como terão e sempre, as cidades chinesas ao longo da sua história. Também sem jardins são as cidades micénicas do Bronze e acrópoles que lhe sucedem ou os castros peninsulares da Ibéria, mais abrigo que deleite, como as cidades medievais que, mesmo assim, dispunham espaços fechados e murados, por vezes alheios à habitação, para prazer íntimo das suas controladas mulheres e cultivo de mezinhas e ervas culinárias.

É o olhar religioso ou laico sobre uma Natureza controlada e bem delimitada que estará na origem, a par de outros aceleradores, da definição de um espaço que não se confunde com território, mesmo que, materialmente, por vezes se confunda com ele. A paisagem representará um imaginário, como o jardim, como as breves alusões pictóricas que ilustravam o exotismo vegetal, animal e humano – a Natureza – dos territórios conhecidos, transferidos para os mapas da Baixa Idade Média e dos séculos XV e XVI.

No período clássico a representação da Natureza é comum, frequentemente alegórica ou simbólica como os motivos paisagísticos que encontramos ainda em Herculano ou Pompeia. Mas na Idade Média, os *jardins do Paraíso* são categoricamente imaginários, os motivos aplicados a uma ideia do Éden. A palavra paisagem atribui um novo significado a essa parcela do

<sup>1</sup> Segundo Deleuze e Guattari em *O que é a Filosofia?*, de 1992, a primeira observação, precedendo a percepção, é feita, globalmente, através de pré-percepções (perceptos), orientadas pela sensibilidade (afectos).

<sup>2</sup> *Colores* são agregados básicos de mini forças que dão sentido à dimensão cromática no olho, realçando a cor aprendida pela palavra numa primeira observação consciente. Trata-se de uma unidade energética desencadeadora da interpretação visual e influenciando os outros componentes (altura, largura, profundidade).

<sup>3</sup> Ver SAINT-MARTIN, Fernand (1990) – *Semiotics of Visual Language*. Bloomington: Indiana University Press.

campo que é representada: a paisagem é um sujeito, vive por si só em quem observa, não é complemento imaginado nem fundo de acção representada, unindo apontamentos da realidade num real inexistente; a paisagem é um documento, um sentimento e um novo olhar.

## O PODER DO NOME

No interior da pintura, o género *paisagem* é situado pelos estudiosos apenas nos finais do século XV, ainda como embrionária e, por fim já como género e como nome, nos séculos XVI e XVII.

A denominação torna-se aqui fundamental e os historiadores da paisagem exploram o aparecimento do conceito para legitimar a sua fundação.

A reflexão sobre a paisagem acelera-se quando é notório que a Natureza recua e, mais do que recuar, se afirma como já transformada pelo homem. Vegetação terciária, que aqui e ali permanece, é então vista como laboratório, como vestígio. As migrações humanas, a domesticação e aclimação das espécies vegetais, desde o salto produtivo que é o Neolítico, alteraram definitivamente a maior parte do território: quanto mais progride a natureza cultural, mais recua a natural. Os socalcos do Douro, trabalho centenário das populações da região, são um dos muitos exemplos da radical transformação do meio a que chamamos natural, mas que é, na realidade, decisivamente, uma aculturação do território, como qualquer dos historiadores contemporâneos do Douro o salienta.

Deste modo, a reflexão sobre a origem do conceito paisagem desemboca em diversas apropriações pelas diferentes regiões do saber: a paisagem para o geólogo não é a mesma do arquitecto, do pintor actual, do fotógrafo da *Land Art* ou ainda, daquela paisagem que a Psicologia atribui ao conhecimento maquinal, em situação, do espaço físico do nosso quotidiano. A própria expressão paisagem urbana, tão necessariamente presente na paisagem contemporânea, encerra uma contradição interna no seu significado, já que paisagem significa o campo, o espaço rural representado, esse espaço rural que na Idade Moderna, no Ocidente, como na China do século V d.C., incluía montes e água – campos lavrados ou incultos, bosques, trabalhos rurais ou lugares naturais, cortados por um rio, o mar ou o horizonte montanhoso que definia o espaço do olhar, tratados com intenção estética.

A origem do conceito obriga a separar regiões humanas onde o conceito aparece ou não e quando se detecta, o que ele representa. Daí a investigação seguir, fundamentalmente, o estabelecimento da relação entre as representações pictóricas ou de desenho e a atribuição de um sentimento estético a essas representações, através de uma palavra específica.

Um trabalho pioneiro destas reflexões foi, nos anos noventa do século XX, o de Agustin Berque<sup>4</sup>, que atribui à China, a partir da queda dos Han (ca. 220 d.C.), a criação das condições que levam ao aparecimento de um olhar estético sobre a Natureza, manifestado paralelamente na pintura e desenho e na poesia e traduzido por uma palavra nova que une as designações de monte e água.

<sup>4</sup> BERQUE, A. (1995) – *L'arraison du paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse* (The reasons of landscape from ancient China to virtual reality). Paris: Hazan; IDEM (1997) – *El nacimiento del paisaje en China*. In *El Paisaje, Arte y Naturaleza*. Actas. Huesca: Ed. La Val de Ousera, p. 15-21.

Paisagem já se define, então, como a extensão de um território que se vê, que se apreende, desde um lugar, o que significa um olhar aculturado. Na China, na capital de um dos reinos autónomos que sucedem à fragmentação do império Han, Nanquim, implicará a criação de uma palavra nova, uma poesia específica desse sentimento estético que, de certo modo marca a prevalência do Taoísmo (que exalta a Natureza), sobre o Confucionismo, resultando num temporário afastamento da administração da cidade, a procura de uma harmonia entre si mesmo e a natureza das coisas. Não se trata de um sentimento ético, mas estético: exalta-se a beleza da Natureza, é uma apreciação que vai implicar a edificação de jardins que não tentam replicar a Natureza como é olhada, mas uma Natureza ideal que a pintura representa. Concepção que se manterá na cultura chinesa e está claramente definida no século V d.C.

Na China e no Japão, tal como no Ocidente a partir do século XVIII, a paisagem natural, esteticamente observada, irá repetir-se, como extensão, nos jardins privados e públicos, reproduzindo esboços ou pinturas pré-existentes.

Javier Maderuelo<sup>5</sup>, que vê a paisagem como resultado da evolução da forma do olhar, fala-nos da designação «fazedor de paisagens» (land+schap), empregue por Carel van der Mander, na sua História da Pintura de 1604, em Alkmaar. Van der Mander refere-se a Hendrick Goltzius que teria executado o desenho *Paisagem de dunas perto de Haarlem*, admitindo que na sequência deste trabalho de um lugar concreto, que tem fim em si mesmo e não surge como decoração de fundos, surge simultaneamente a produção de paisagem autónoma e a utilização deliberada do seu conceito. A partir daí a difusão seria rápida, nomeadamente na Holanda que, depois da sua independência, recusando o catolicismo imposto pelos espanhóis, procura novos temas alheios aos religiosos e selecciona os preferidos pela sua classe dominante, a burguesia – o «conhecido», «o parecido», os equipamentos do lar, tapetes, instrumentos musicais, móveis laboriosamente lavrados e, naturalmente, os seus campos tratados com minúcia e roubados ao mar. É a realidade que interessa, seja no retrato, no esboço, na paisagem. Em 1606, o mesmo Carel van der Mander, numa obra sobre pintores flamengos aponta Guillis van Coniuxlco como o melhor produtor de paisagens. De resto Haarlem torna-se a cidade dos paisagistas e à Holanda afluem os pintores para conhecer o novo género.

Helène Saule Sorbé<sup>6</sup> remete o aparecimento do termo paisagem para 1549, ano da republicação do dicionário de Robert Estienne; na publicação anterior, de 1539 a palavra estava ausente.

A investigação abrange, para lá da dimensão visual da realidade traduzida em desenho, pintura e, posteriormente, jardins como representação da pintura, o aparecimento do conceito na poesia e na linguagem. Sorbé estuda o surgimento da palavra em cinco línguas europeias: *paysage*, em francês, 1549, com uso no dicionário desde 1680; *landschapt* em carta de Duerer de 1508 ou 1521 e no dicionário alemão em 1518, vocábulo

<sup>5</sup> MADERUELO, Javier (2005) – *El Paisaje / Génesis de un concepto*. Madrid: Abada.

<sup>6</sup> SAULE-SORBÉ, Helène (2009) – *Les valeurs du pittoresque: définitions, évolutions, applications*. In MARTINEZ DE POISÓN, Eduardo; ORTEGA, Nicolás, eds. – *Los valores del paisaje* (las ponencias del seminario sobre *Los valores del Paisaje*, que se celebró del 7 al 11 de Julio de 2008 en Soria). Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.

derivado do holandês *landschap*, já corrente com este sentido na pintura, mas não nos dicionários; na Inglaterra dá *land-scape* desde 1603 e já unida, desde 1725, usando-se também a palavra de origem francesa *paisage*, (1611); na língua italiana a palavra *paese* já fora usada desde o século XIII e usada por Paolo Ucello em 1480; a designação *paesaggio*, atribuída a influência francesa, surge em 1552 em carta de Ticiano. Na língua espanhola, *paisaje* é de 1708, mas em Toledo, em volta de El Grecco, a pintura do entorno desta cidade, a partir do natural, é comum nas suas pinturas.

Em qualquer caso a ideia transmitida era de uma concepção do olhar, olhar que hoje chamaríamos intencional, de uma Natureza concebida como estética e assim representada.

## INDICADORES DO SENTIMENTO ESTÉTICO DOS LUGARES: JARDINS E POESIA

Agustin Berque levanta na poesia de Xie Lingyun, (385-433) a passagem da ética para a estética no sentimento de apreensão dos lugares; considera-o o primeiro poeta verdadeiramente paisagístico. Ao relatar um passeio pelos montes Kuaiji, especifica que *o sentimento por meio do gosto faz a beleza*. Berque salienta que no mesmo poema se esclarece que aí, na Natureza, o poeta não encontrara a deusa dos montes, forma clara de distinguir o sentimento religioso do estético (1997, p. 19). Do mesmo período surge ainda a obra do pintor Zong Bing, *Introdução à Pintura da Paisagem*, que Berque considera a primeira obra sobre o género (IDEM, p. 19).

Aprofundando a sua origem para lá destas fundamentações de investigadores europeus, verificamos que, na realidade, esta transição do olhar ético para o estético já se encontra, bem antes, na civilização e na cultura do Egipto Antigo. Há jardins de plantas medicinais nomeadamente nos complexos tumulares, nos palácios, também em jardins de altos funcionários e suas famílias que praticam a poesia:

(...)

*Se aí estão campainhas  
Torno-me mais importante.  
Sou a tua amada, a melhor de todas  
Sou para ti como este jardim,  
Que eu plantei com flores  
E com ervas de doce cheiro.  
Como é agradável o seu canal  
Cavado pela tua mão  
Para nos refrescar ao vento norte,  
Um belo sítio para passear,  
Tua mão na minha mão.*

(Poema do Papiro Harris 500, Império Novo. British Museum)<sup>7</sup>

<sup>7</sup> In ARAÚJO, Luís Manuel (2003) – *Estudos sobre Exotismo no Antigo Egipto*. Lisboa: Edições Colibri. (Col. «Temas Pré-Clássicos»).

Na Grécia clássica, aparentemente, não havia jardins nem poesia sobre jardins; a *ágora* para discussão, as diversas escolas privadas para estudo e reflexão ocupavam os homens que, acima de tudo também se ocupavam do próprio homem. Os jardins do Helenismo e do Império romano eram os pátios que funcionavam como caixas de ar e humidade, mesmo em Pompeia ou Herculano, cidades que sofriam diversas influências.

Mas a ideia de uma Idade Média que, porque olha o céu e não a terra não usufrui de jardins, peca por excesso. Havia grandes jardins nas casas reais, da nobreza e mesmo nas abadias e nos castelos. D. Filipa de Lencastre viveu em palácios que os tinham, como o de Savoy, perto de Londres, com jardins ornamentais deixando ver o rio Tamisa. John de Gant fará construir jardins privados noutros palácios seus. A reflexão sobre a importância dos pátios floridos e dos jardins para os muçulmanos, nomeadamente na Península, não estabelece, igualmente, grandes diferenças entre quem pode. Olhando as cartas de grandes cidades no século XVI, ou início do século XVII, quando as cartas de grandes cidades se tornam comuns, observamos cidades que mantêm os seus campos lavrados em quintas ou terrenos senhoriais ainda produtivos ou ainda cidades plenamente urbanizadas, com as suas casas de madeira ou pedra acopladas nas ruas sem espaços verdes interiores.

Na Europa, habitualmente a cinta da muralha corria paralela a bosques limítrofes ou avenidas arborizadas; aqui e ali vemos alguns jardins interiores, como em Toledo, Bordéus, Rouen, Gand ou Veneza. Nápoles, rodeada de espaços cultivados não apresenta qualquer jardim, tal como as cidades marroquinas ocupadas pelos portugueses no século anterior, Ceuta, Azamor, Safim, Arzila mostram-nos espaços litorais vazios, semeada aqui e ali uma palmeira. Noutras cidades que crescem em torno de igrejas e conventos ou abadias, como Paris, Bruxelas, Salzburgo, Barcelona, Liège, Bruges, Hamburgo ou mesmo Constantinopla, que reserva os seus espaços verdes para as margens do Bósforo, não há verdadeiramente jardins. E são cidades com jardins Nuremberga, Utreque, Aix-la-Chapelle, Colónia (cidade entremeada de espaços verdes de todo o tipo, campos de quintas, de pequenas propriedades, jardins de traseiras de casas, de espaços centrais, mesmo espaços públicos) ou Lubeque<sup>8</sup>. Cidades como Roma, essencialmente dedicadas à administração do Vaticano e às personalidades representativas da Igreja, multiplicavam os jardins privados feitos para o lazer e o prazer do olhar, com as suas fontes e estátuas clássicas.

Portugal conhecia a tradição dos pátios ajardinados, desde os romanos e ainda o tambor de climatização que era o pátio de origem árabe. As suas *honras* medievais herdaram da *quintã* o espaço verde envolvente da torre ou moradia, de uso privado do domínio ou do senhorio, que compreendia eventualmente um pequeno pomar, a vinha e um ajardinado, independente dos talhões aforados; arranjo que os vilões da aristocracia urbana imitavam nas suas moradias, a que também chamavam castelo.

Mas esse olhar mais laico que tanto as descobertas como o humanismo faz explorar, começa a ser moda nos séculos XV e XVI. Em Castela, o Marquês de Santillana, (1398-1458) escrevia:

---

<sup>8</sup> In PAGANI, Lelio, *itt.* (1990) – CIVITATES ORBIS TERRARUM / Città del mondo / Europa – África – Ásia. Torriana: Orsa Maggiore S.P.A. / Stella Polare editrice.

*En un verde prado/ de rosas e flores/ guardando ganado/ con otros pastores,  
la vi tan gaiosa/que apenas creyera/que fuese vaquera/ de la Finojosa (...)*

Ou, mais claro ainda, o também poeta castelhano Miçer Francesco Imperial: «Era cercado todo aquel jardin/ de aquel arroyo a guisa de cave/ y por muro muy alto jasmin/que todo a la redonda la cercava...»

Ainda no século XVI, Bernardim Ribeiro teria escrito a sua novela *Menina e Moça*, onde o olhar sobre a Natureza, atento e lírico atravessa toda a narrativa, como que pintando uma paisagem: «Assim passava eu o tempo, quando ua das passadas, pouco escrevia, alevantando-me eu, vi a manhã como se erguia fermosa, estendendo-se graciosamente por entre os vales e deixar indo os altos, que já o sol, alevantado até os peitos, vinha tomando posse nos outeiros, como quem se queira senhorear da terra. As doces aves, batendo as asas, andavam buscando umas as outras. Os pastores, tangendo as suas frautas e rodeados dos seus gados, começavam a assomar já pelas cumeadas. Para todos parecia que vinha aquele dia assi ledo»<sup>9</sup>.

Considera-se que a descrição do Monte Ventoux, visto de Avignon e descrito por Petrarca, em 1336, define já a perspectiva estética do seu horizonte visual e que esta descrição marcará a pintura renascentista com a sua preocupação com a diluição em azul da distância. As impressões dos lugares pelos poetas, sem sentido religioso, influenciam, como os desenhos que povoam as novas cartas geográficas das Descobertas, a pintura da paisagem. Um olhar como o de Bernardim é marcadamente estético.

As casas aristocráticas que bordejavam o Tejo, de um e outro lado do Terreiro do Paço, os conventos e, acima de tudo, as quintas dos bispos faziam criar jardins renascentistas, povoados de tempêtes, fontes esculturais, caminhos semeados de estatuária imitando a clássica. Em Santa Cruz do Bispo tornou-se célebre a quinta de D. Rodrigo Pinheiro, construída na segunda metade do século XVI, onde se demoravam Rodrigues de Sá e Meneses ou Sá de Miranda, traduzindo o encanto daqueles jardins renascentista do bispo em bem medidos sonetos e canções.

Apesar da palavra paisagem apenas surgir em Portugal no século XVIII, os jardins serão sucessivamente actualizados, mantendo-se como cenário, supostamente clássico e prazer do olhar. O neto de João Gonçalves Zarco, Simão da Câmara, também neto da filha do donatário de Matosinhos, Rodrigues de Sá, nasce em Leça da Palmeira e aí tinha casa e quinta: o rio Leça é procurado para bordejar as novas quintas de recreio de que mesmo a Quinta da Conceição, dos franciscanos, é exemplo, alternando o manuelino da sua fábrica com os ajardinados com fontes renascentistas.

Em Portugal não é a pintura, mas a tapeçaria que é mais procurada para cobrir paredes e dar comodidade às salas despojadas dos castelos e palácios quatrocentistas e quinhentistas<sup>10</sup>. Painéis pictóricos de temática religiosa guardam-se essencialmente para as

<sup>9</sup> RIBEIRO, Bernardim (1984) – *Menina e Moça*. Coord. de Maria Alzira Seixo. Lisboa: Ed. Comunicação. (Col. «Textos Literários»).

<sup>10</sup> JORDAN, Annemarie (2012) – *A rainha colecionadora Catarina de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Col. «Rainhas de Portugal», n.º X).

igrejas ou pequenos altares privados. Fabricadas na Flandres, as tapeçarias, muitas delas esplendidamente tecidas e bordadas com fios de ouro, representam temas clássicos, (a história de Eneias, de Trajano, a fundação de Roma, Rómulo e Remo...) ou batalhas nacionais, (como a conquista de Arzila com Afonso V e o príncipe D. João), motivos de Descoberta e ocupação (Ciclo da conquista da Índia...) ou motivos religiosos (história de Josué, dos Israelitas, Lot e os filhos, Salomão, Cristo ressuscitado com Maria Madalena, Ester...). Também motivos decorativos, como os meses do ano – 14 painéis ou, com uma clara propaganda de poder e domínio, a tapeçaria das Esferas. As tapeçarias, pela sua riqueza e dimensão eram veículo de poder e também moeda de troca. Incluídas habitualmente nos dotes das princesas Habsburgo ou de Avis, com elas transitava a linhagem que elas enalteciam. D. João III ofereceu tapeçarias ao rei da Etiópia e ao rei de Bornéu a desadequada tapeçaria «Casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão», que, afinal, deixara de ter qualquer sentido, mesmo na Europa. Muitos dos temas reproduziam paisagens imaginárias ou compósitas, ao modo do renascimento italiano, que substituiu desse modo os velhos «jardins do Paraíso». Conventos, o palácio real e os de muitos aristocratas ostentavam as tapeçarias monumentais que revelavam ainda a história da Igreja ou a cultura clássica. Também *os primitivos* portugueses, como Grão Vasco ou o Mestre do Sardoal recorrem a esses casuais apontamentos de caderno para compor fundos pré-paisagísticos onde, se o apontamento releva da realidade, a composição é imaginária<sup>11</sup>.

O nosso país, no século XV e XVI acumulara todos os indicadores que propiciam o aparecimento da pintura de paisagem: as cartas portuguesas exibiam motivos sobre o território e a população, (seja o belíssimo planisfério anónimo português, dito de Cantino, de 1502 ou os diversos livros de armas e fortalezas), a sua lírica reflecte o olhar paisagístico estético e tinha uma longa tradição de ajardinados estéticos, privados ou públicos. São paisagens bastante realistas as imagens representadas no Livro de Horas de D. Manuel, como a Rua Nova ou a Lisboa do século XVI que ilustra a «Crónica de Afonso Henriques» de Duarte Galvão.

Mas, apesar do seu persistente contacto comercial, político e cultural com a Flandres e os seus artistas, acompanha apenas a paisagem sem motivo do renascimento italiano e só muito tardiamente e já com influência inglesa, produz o género paisagem.

Ao surgir entre 1826 e 1839, a fotografia inclui nos seus géneros de representação a paisagem. Apropria-se do conceito e acrescenta-lhe as variantes que já no século XVII a pintura apresentava, como paisagem urbana. As primeiras imagens fotográficas de Daguerre são paisagens (vistas) de Paris.

A estética visual é idêntica à da pintura, obrigando mesmo a modificar as lentes da câmara para se obter o efeito de perspectiva. No final do século, com o Pictorialismo e a fotografia artística, a imitação do naturalismo levará a uma manipulação dos negativos de forma a conseguir a paisagem mostrada não como a máquina a reproduz, mas como «o olho a vê». Então, naturalmente, a verosimilhança é traída pelo preto e branco, mas o

---

11 SERÉN, Maria do Carmo (2006) – *Fotografia do Douro Arqueologia e Modernidade*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro (Comemorações dos 250 Anos da Região Demarcada do Douro).

fotógrafo, conhecedor da imperfeição do sentido óptico, ajusta a imagem, que quer naturalista, a esses defeitos. As alterações promovidas pela fotografia pictorialista são ultrapassadas com o tempo e mesmo no nosso Salonismo os fotógrafos limitam-se a obter efeitos de luz na tomada de vista e efeitos de textura e coloração através de técnicas de impressão. Mas a paisagem mantém-se como tema mesmo quando a pintura começa a abandonar o género.

É na fotografia que surge o movimento da Land Art<sup>12</sup>, coincidente com o movimento ecológico de finais de 60 e inícios de 70 do século XX e é na fotografia que a paisagem volta a ser uma encenação e uma montagem: o «pintor da vida moderna», Jeff Wall encena os motivos para as tomadas de vista e apresenta as suas imagens em película positiva, sobre caixas de luz que lembram os ecrãs da vida quotidiana; mais tarde utilizará imagens de computador para recriar cidades americanas ou episódios fictícios de guerra que impressionam pela realidade que apresentam, já que combinam todos os elementos que esperamos encontrar. John Goto fotografa jardins ingleses que foram construídos a partir de pinturas do francês Poussin. Como os motivos deste, os jardins ainda mantêm os templos clássicos que lhe tentavam conferir o papel da Arcádia onde se misturavam deuses e pastores do século XVIII. Goto, além de dispersar a seu gosto os templos, enche a imagem do jardim de foto-montagens de automóveis arruinados, cenas de praia, festa contemporânea dos subúrbios ou qualquer outro motivo que apela ao uso actual dos lugares de lazer.

Nesta época de desinteresse pela paisagem estética em que o movimento pós-moderno retomou a recusa do Belo e exige da arte um criticismo militante, através da Fotografia regressa-se a uma paisagem assente no imaginário que preside a uma montagem de pequenos motivos, uma paisagem idealizada.

## LIMITES DE UMA INTERPRETAÇÃO

As cartas urbanas dos séculos XVI e XVII poderão ser indicativas dos espaços verdes, mas não falam do prazer de olhar nem do sentimento estético que o dirige. Aí não se consegue divisar que, no século XVI já há notícia de pequenos jardins cedidos com apartamentos confortáveis, na Torre de Londres, onde habitavam presos importantes servidos por um séquito razoável.

Torna-se claro que na Idade Média não é o idealismo religioso da Cidade de Deus que faz desdenhar da beleza da Natureza e seus sucedâneos urbanos, mas a limitada circulação e distribuição da riqueza. Tem jardim quem o pode ter numa sociedade onde mais de 90% da população é dependente e a guerra, nomeadamente a privada, não dá sossego e garantias. E, nesse sentido, o regresso à Natureza do humanismo renascentista, verdadeiramente não é regresso, mas apenas, com o crescimento e enriquecimento das cidades, o alargamento dos bens do espírito e do corpo a uma camada burguesa ciosa dos bens mundanos.

<sup>12</sup> FURTADO, José Afonso; BARATA, Ana (2006) - *Mundos da Fotografia / Orientações para a constituição de uma Biblioteca Básica* Porto: 10

O palácio de Sintra, remodelado por D. João I já tinha belos jardins. Mas é o domínio comercial na Índia, como posteriormente, a exploração do Brasil, ao trazer riqueza a uma elite portuguesa que encabeçava as viagens de exploração e os altos cargos administrativos e militares do novo império, que promove a construção ou actualização de palácios, quintas e moradias em estilo manuelino ou renascença e com inevitáveis jardins com fontes, repuxos, espelhos de água e muitas estátuas de imitação clássica.

Mas no século XVII, em Portugal, mantendo-se o gosto pelas tapeçarias de parede, a representação directa de território, devidamente estetizada começa a crescer dentro de um género que se torna fundamental na decoração, a azulejaria. Igrejas, conventos, palácios e mesmo casas de burgueses ou as novas lojas do mercantilismo, têm os seus painéis de azulejo, já predominantemente azul, onde todos os temas, incluindo a paisagem de observação, são tratados.

Há paisagem em Portugal antes da adopção do conceito no século XVIII: apesar da diminuta burguesia, apesar da Inquisição, do peso da Contra Reforma e das suas formas específicas de decorar as paredes, como a tapeçaria flamenga e o azulejo; apesar de manter por mais um século a iluminura em códices manuscritos, mais ricos, artísticos e procurados que os códices impressos.

O nosso país revelou no Manuelino a impressão causada pelo momento vivido, a navegação, a ciência náutica, o poderoso luxo e decoração do Oriente de que os objectos portáteis serviam de modelo. Cobrir totalmente tectos e cúpulas com louça da China exemplifica essa nova atitude de diferença onde, de modo algum, há a exaltação do lugar onde se nasce e se vive. É esse mundo todo, *em pedaços repartido*, que justifica a exaltação através das artes.

O modelo de interpretação das condições de surgimento da paisagem como construção cultural do renascimento tardio surge como demasiado estreito e sujeito a excessivas variantes culturais. Enquanto representações estetizadas apresentam-se ao investigador como documentos, num certo naturalismo ancorado na realidade, pelo que terão de ser vistas como paisagens. A própria evolução da fotografia contemporânea torna clara a pouca flexibilidade do modelo.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Luís Manuel (2003) – *Estudos sobre Erotismo no Antigo Egipto*. Lisboa: Edições Colibri. (Col. «Temas Pré-Clássicos»).
- BERQUE, A. (1995) – *La raison du paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse*. Paris: Azan.
- (1997) – *El nacimiento del paisaje en China*. In *El Paisaje, Arte y Naturaleza*. Actas. Huesca: Ed. La Val de Ousera, p. 15-21.
- PAGANI, Lelio, *int.* (1990) – *CIVITATES ORBIS TERRARUM / Città del mondo / Europa – África – Ásia*. Torriana: Orsa Maggiore S.P.A. / Stella Polare editrice.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1992) – *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
- FURTADO, José Afonso; BARATA, Ana (2006) – *Mundos da Fotografia / Orientações para a constituição de uma Biblioteca Básica*. Porto: Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura. (Col. «Teorias e Práticas», n.º 2).
- JORDAN, Annemarie (2012) – *A rainha colecionadora, Catarina de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores. (Col. «Rainhas de Portugal», n.º X).

- MADERUELO, Javier (2005) – *El Paisaje / Génesis de un concepto*. Madrid: Abada.
- RIBEIRO, Bernardim (1984) – *Menina e Moça*. Coord. de Maria Alzira Seixo. Lisboa: Ed. Comunicação. (Col. «Textos Literários»).
- SAINT-MARTIN, Fernande (1990) – *Semiotics of Visual Language*. Bloomington: Indiana University Press.
- SERÉN, Maria do Carmo (2006) – *Fotografia do Douro: Arqueologia e Modernidade*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro (Comemorações dos 250 Anos da Região Demarcada do Douro).
- SAULE-SORBÉ, Hélène (2009) – *Les valeurs du pittoresque: définitions, évolutions, applications*. In MARTINEZ DE POISÓN, Eduardo; ORTEGA, Nicolás, eds. – *Los valores del paisaje* (las ponencias del seminario sobre *Los valores del Paisaje*, que se celebró del 7 al 11 de Julio de 2008 en Soria). Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.



# LE CORPS-PAYSAGE DANS AMBAS AS MÃOS SOBRE O CORPO DE MARIA TERESA HORTA

SARA CARMO\*

**Resumo:** A representação do corpo feminino enquanto paisagem é um tópico da literatura que, por analogia, estabelece correspondências entre a mulher e o relevo geográfico. À distância, o olhar do sujeito reifica o corpo feminino que se reduz então a um mero objecto de contemplação. O nosso propósito é analisar como *Ambas as mãos sobre o corpo de Maria Teresa Horta* desconstrói este tipo de representação. Trata-se de estudar como o entrelaçar do olhar permite o surgimento do corpo-paisagem e a sua valorização, já não como objecto passivo de desejo, mas enquanto sujeito erótico que fascina e incorpora o sujeito que observa. O corpo está assim na origem de uma sinestesia a partir da qual surge uma paisagem que já não é só visual, e é esse excesso dos sentidos que permite a sua reinscrição no cosmos, segundo a proposta de Michel Collot.

**Palavras-chave:** Corpo-cosmos; Paisagem; Maria Teresa Horta; Fascinação.

**Abstract:** The representation of the female body as landscape is a literary topic which establishes, by analogy, similarities between a woman's body and geographical relief. Put at a distance, the observer's gaze reifies the female body, which is then reduced to a simple object of contemplation. This paper aims to analyze how *Ambas as mãos sobre o corpo* by Maria Teresa Horta deconstructs this kind of representation. We attempt to show how the intermingling of the gaze makes the body-landscape appear, implying its enhancement, not as a passive object of desire, but as an erotic subject which fascinates and draws the observer. The body is therefore at the origin of a synaesthesia, from which a landscape can emerge that is no longer only visual. It is this excess of the senses which allows the body's inscription in the cosmos, according to Michel Collot's proposal.

**Keywords:** Body-cosmos; Landscape; Maria Teresa Horta; Fascination.

La notion de paysage, associée traditionnellement à la nature, à une étendue qu'un sujet embrasse du regard, voit son acceptation s'élargir dans l'approche qu'en propose Michel Collot. À partir d'exemples tirés de la littérature, mais aussi des arts plastiques, ce théoricien cherche à rendre compte d'un paysage qui ne soit pas seulement un pays, ni même seulement une vue. En effet, minorant la composante mimétique de la représentation artistique du paysage, il insiste sur l'importance de ce qu'il nomme la structure d'horizon indissociable de l'expérience phénoménologique du paysage. C'est à ce titre que Michel Collot, dans son essai *La Pensée-paysage*, prend le risque de rapprocher la poésie chinoise traditionnelle et la modernité poétique occidentale. Selon lui, ces deux approches artistiques du paysage s'articulent autour de procédés différents, mais convergents qui «instaurent une relation constante et vivante entre le fini et l'infini, le visible et l'invisible, le déterminé et l'indéterminé (...). Ils contribuent à faire du paysage non pas un spectacle purement extérieur, mais un véritable horizon, où ce qu'on ne voit pas compte autant que ce qui est vu, et qui vaut avant tout par sa résonance intérieure»<sup>1</sup>. Ainsi forme-t-il les principes d'une pensée-paysage qui se nourrit moins d'un paysage réellement perçu que de cette ligne d'horizon qui tout à

\* Université la Sorbonne Nouvelle – Paris III / Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: sarah.carmo@neuf.fr.

<sup>1</sup> COLLOT, 2011: 96.

la fois clôture et ouvre le paysage et qui invoque par les voies de l’imaginaire un ailleurs invisible et inaccessible: «l’horizon est précisément le seuil qui le fait passer de la vue à la vision»<sup>2</sup>. Pour Michel Collot, le paysage ne peut donc pas être seulement envisagé comme la reproduction statique d’un site ou sa seule contemplation. Ainsi, si c’est le regard qui transforme le site en paysage, il faut souligner que ce dernier est le résultat d’une interaction entre le monde et le sujet dont les sens l’amènent à se porter vers un au-delà du perceptible. Il se pose ainsi comme «une structure fondamentale de la perception humaine»<sup>3</sup> qui fait du corps un carrefour entre la matière et l’esprit, le sujet et le monde, l’autre et le soi. C’est ce corps qui selon le théoricien est «source de poésie et ressource pour la pensée»<sup>4</sup>.

*Ambas as mãos sobre o corpo* de Maria Teresa Horta met en scène un corps de femme dont l’excès des sens témoigne d’une intégration dans l’espace qui dépasse la simple localisation. Ce corps, en effet, est l’objet d’un devenir paysage dans la façon dont il s’assimile à un site et dont il convoque les regards. Sujet percevant et sujet perçu, la femme se dilue dans la chair du monde pour mieux faire naître la relation et dépasser la ligne d’horizon qui conditionnait son enfermement. Nous analyserons ainsi dans cet article le mode dont cette dilution est mise en œuvre et comment elle s’articule avec une fascination du regard. Il sera alors question de la relation à l’autre qui s’établit à partir de l’excès des sens et par le relais du regard et du paysage.

Eduardo Prado Coelho décrit ce livre comme «l’histoire d’une transformation»<sup>5</sup>, une transformation qui s’élabore dans le dépassement. En effet, la protagoniste s’étend au fil du texte pour dépasser l’enfermement dans lequel elle se trouve et qui la prive d’horizon. Ainsi le texte s’ouvre-t-il sur une description de la chambre et des limites que celle-ci impose à son regard:

*E o tecto. Abria os olhos e o tecto lá estava, de uma aridez plana, lisa, como sempre, excepto a noite a dissimular-se no escuro, lá estava sobre a sua cabeça e as paredes. A partir do tecto as paredes por onde o olhar deslizava, escorregava mesmo. E as mãos pesadas, ancorando o corpo à solidão amordaçada do quarto abafado, fechado, onde o sol rastejava por entre as lâminas acesas da persiana, na enorme janela envidraçada até ao chão, onde o sol reflectia o calor da varanda, do sol na varanda, nos cortinados rendados, do sol amortecido no tapete, ou do verão amortecido nos cabelos com o suor a colá-los à cara, ao pescoço. E toda vestida demorava-se tardes inteiras deitada»<sup>6</sup>.*

Loin de se constituer comme la chambre à soi que Virginia Woolf réclamait, cet espace est avant tout caractérisé comme clôture par l’évocation des murs et du plafond dont la présence massive est soulignée au début de l’extrait par l’emploi d’une phrase nominale, «E o tecto», et les répétitions qui rythment le début du passage. Le regard est interrompu par ces éléments et ne peut se porter au-delà de cette limite. L’uniformité de

<sup>2</sup> *Ibid.* : 98.

<sup>3</sup> *Ibid.* : 23.

<sup>4</sup> COLLOT, 2008: 10.

<sup>5</sup> COELHO, 1971: 94.

<sup>6</sup> HORTA, 1970: 16.

cette clôture, sur laquelle le narrateur insiste, indique alors l'impossibilité pour le regard de se fixer: le regard de la protagoniste glisse, il n'a aucune prise, créant un sentiment de désorientation. La femme ne parvient donc pas à s'approprier, ni à s'inscrire dans l'espace<sup>7</sup>. En réalité, cette barrière physique vient matérialiser l'enfermement psychologique de la protagoniste: à la fois le mariage et le milieu bourgeois dans lequel elle évolue apparaissent comme une prison. Cet aspect se révèle en particulier dans l'évocation des soirées mondaines auxquelles elle est contrainte de se montrer sous la pression de son mari: «sob a pressão dura, habitual dos seus dedos, enquanto lhe adivinhava os olhos velados»<sup>8</sup>.

Néanmoins, la femme revendique la possibilité d'accéder à un espace autre, d'où la récurrence du terme «fuga», ou encore le titre du premier fragment «exílio»<sup>9</sup>; une «résolution»<sup>10</sup>, du titre de l'un des fragments qui composent le texte, qui puisse la libérer de cette vie aliénante. C'est pourquoi, dans l'extrait cité plus haut, le dehors n'est pas absolument exclu de cette description et les incursions du soleil personnifié témoignent de sa présence. Le passage de la préposition «de» à la préposition «em» dans l'énumération tautologique «o calor da varanda, do sol na varanda» signale cette invasion de l'extérieur qui est particularisé dans sa localisation, une terrasse, d'où pourra être aperçu un paysage pour l'instant aveugle. Il y a ainsi l'élaboration d'une structure d'horizon, telle que la décrit Merleau-Ponty<sup>11</sup> dans *Phénoménologie de la perception*, dans la mesure où le champ perceptif dessine l'espace selon une succession d'objets qui propose, de manière infinie, de nouveaux horizons. Au-delà des limites de la chambre, le monde est ouvert et s'organise en abyme, à l'instar de ce que décrit le philosophe: «l'achèvement est rendu impossible par la nature même des perspectives à relier, puisque chacune d'elles renvoie indéfiniment par ses horizons à d'autres perspectives»<sup>12</sup>. La sensation de la chaleur permet ainsi à la protagoniste de dépasser la clôture de la chambre et de pressentir l'infini du monde extérieur. Car, en vérité, le texte tend à faire émerger un paysage mental qui ne peut être perçu par la vue, mais seulement par les sens exacerbés par la chaleur de l'été. C'est en effet cette sorte de paysage qui caractérise l'art du «poète-voyant», selon Michel Collot: «ce qui intéresse le poète-voyant dans le paysage, c'est moins ce qu'il donne à voir que ce qu'il laisse deviner et imaginer»<sup>13</sup>. Ainsi, dans *Ambas as mãos sobre o corpo*, le narrateur réduit-il au plus simple la description des espaces observés par son personnage: «o olhar subiria levemente até ao tecto arruivado, até ao céu espesso retesado de claridade, a estoirar de luz onde a cor dos olhos, de tão líquidos, se desvaneceria, igual, transparente»<sup>14</sup>; «via toda aquela extensão vazia... A areia agarrava-se-lhe à pele e ela via toda aquela

<sup>7</sup> En effet, dans son essai, Michel Collot insiste sur la façon dont le regard organise et structure l'espace et révèle par conséquent d'un choix du sujet de s'attarder sur certains points de l'espace.

<sup>8</sup> HORTA, 1970: 31.

<sup>9</sup> HORTA, 1970: 13.

<sup>10</sup> HORTA, 1970: 31.

<sup>11</sup> «a structure d'horizon, c'est à dire la perspective, est le moyen qu'ont les objets de se dissimuler, elle est aussi le moyen qu'ils ont de se dévoiler» (MERLEAU-PONTY, 1945: 82).

<sup>12</sup> MERLEAU-PONTY, 1945: 381.

<sup>13</sup> COLLOT, 2011: 98.

<sup>14</sup> HORTA, 1970: 18-19.

extensão vazia...»<sup>15</sup>. Le paysage est ici plus suggéré que décrit: il se limite à la mention de quelques traits significatifs qui vont ouvrir à l'imaginaire. D'ailleurs la plage et la mer dans leur étendue sont ici bien mieux mises en présence par les points de suspension que par le signifié des mots.

En réalité, le paysage n'existe dans ces exemples que par l'échange qui se produit entre la protagoniste et l'espace qu'elle regarde. En effet, ces immensités qu'elle contemple trouvent dans son intériorité une résonance toute particulière: elles se distinguent décisivement de l'enfermement qu'elle subit, elles renvoient à son vide intérieur et elles évoquent sa soif insatiable d'un ailleurs. Il y a véritablement une communion entre la femme et le monde qui débouche sur la reconnaissance d'un corps-cosmos. Cet aspect ressort de la continuité qui s'établit entre le corps de la femme et son environnement et qui relève de l'habiter comme «trait fondamental de la condition humaine»<sup>16</sup> selon les propos de Heidegger. Dans la première citation, la lumière et l'eau de la piscine où elle se trouve contribuent à rendre ses yeux liquides et transparents. De plus, la structure de la phrase permet d'établir un parcours qui va de ses yeux au ciel pour revenir à ses yeux, figurant ainsi le glissement de l'un à l'autre, l'absence de séparation entre le corps et le monde. Par «le regard vers le haut [qui] mesure tout l'entre-deux du ciel et de la terre»<sup>17</sup>, la protagoniste fait ainsi la mesure de son habitation au sein de laquelle elle déploie son être, à la fois dissimulé et visible pour l'hypothétique observateur<sup>18</sup>. Dans la seconde citation, il y a une continuité entre la plage et le corps par le biais du sable. La conjonction de coordination «e» vient établir une correspondance, une équivalence entre l'acte de regarder et le fait que le sable colle à la peau. De même, la répétition qui encadre cette mention renforce ce lien entre le toucher et la vue qui vient figurer, comme le souligne Michel Collot au sujet d'un poème d'Yves Bonnefoy, «l'unité pré-réflexive d'une expérience où le moi, le monde et les mots se confondent»<sup>19</sup>. Cette confusion est rendue également possible par l'omniprésence, tout au long du texte, de la chaleur qui tend à créer une atmosphère épaisse, matérialisée, qui exacerbe l'importance du toucher. Dès le premier fragment, la chaleur confère une dimension aquatique à la chambre qui entraîne la dissolution des limites:

*O peito suado, a pele húmida: nem toda: a pele das axilas, do pescoço, das virilhas, entre os seios, a pele da parte interna das coxas.*

*O calor não a incomoda, parece antes embriagar-se surdamente: a boca entreaberta, seca. Por entre as pálpebras, no movimento mole das pálpebras quase cerradas, há, porém, o fulgor estranho dos seus olhos. Mas ela sente-se como se dormisse já: uma total e completa lassidão. A própria brandura do seu corpo dá-lhe essa certeza; (...) no entanto distingue ainda no espelho a sua própria imagem. Vê-a esfumada, difusamente, sente difusamente a penumbra abrasada*

<sup>15</sup> HORTA, 1970: 65.

<sup>16</sup> HEIDEGGER, 1958: 226.

<sup>17</sup> *Ibid.*: 233.

<sup>18</sup> Le narrateur imagine, en effet, la présence d'un observateur non identifié: «se alguém aí estivesse ou a visse das enormes janelas» (HORTA, 1970: 18).

<sup>19</sup> COLLOT, 2011: 220.

*do quarto onde mergulha, lassa, dobrada ao acaso, aberta sobre a cama, numa oferta total e boa, como se sentisse um enorme gozo, como se a tivessem largado assim depois de a terem possuído sem a acordarem, e ela tivesse gozado todavia intensamente e agora, lassa, aberta, gozasse ainda num prazer transbordante mas dormente*<sup>20</sup>.

Cet extrait accumule une série d'expressions qui renvoie à l'image d'un corps poreux, aux limites indéterminées, prêt à se laisser couler dans le monde<sup>21</sup>. En effet, l'image dans le miroir est indistincte et les membres du corps subissent un alanguissement qui préfigure la fusion du corps avec le monde. Par ailleurs, l'échange intense entre le dehors et le dedans initié par le rythme des sensations s'accroît avec la représentation d'un corps ouvert qui semble jouir de ce contact avec le monde. Le toucher n'est alors pas le seul sens convoqué et le goût survient pour cristalliser l'attention sur la bouche, dont l'évocation après les deux points dans un syntagme nominal vient condenser et intensifier la présence sensorielle de la femme. De même, la comparaison qui suggère le rapport sexuel évoque d'une part un débordement corporel qui ne peut être contenu et d'autre part un contact charnel avec un environnement incarné.

Par ailleurs, le corps de la femme participe de cette atmosphère aquatique par la sueur qu'elle sécrète et qui semble la liquéfier. Ainsi est-elle totalement rendue à une corporalité qui la destitue de sa subjectivité raisonnée. En effet, la première phrase de l'extrait adopte une syntaxe nominale qui fait l'ellipse du verbe principal et, par la même occasion, du sujet grammatical. C'est cette déprise, ce décentrement du sujet qui se donne à voir aussi dans l'évocation de la torpeur, puisque la protagoniste est comme inconsciente. Elle s'ouvre à un autre genre de conscience qui serait exclusivement corporelle. Le corps n'apparaît donc pas comme le réceptacle de la pensée, tel qu'il était envisagé par la philosophie idéaliste<sup>22</sup>. Il se concentre tout entier dans ses sensations et dans ses membres unis par la sueur qu'il libère et qui dévoile leur appartenance à la «chair du monde»<sup>23</sup>, selon l'expression de Michel Collot. Cette inconscience de la protagoniste est répétée tout au long du texte, à travers la suggestion d'un état de demi-sommeil, mais aussi l'immobilité qui renvoie à l'idée d'un corps destitué de son centre de commande: «se alguém aí estivesse ou a visse (...) pensaria que tivesse adormecido»<sup>24</sup>; «toda essa imobilidade pastosa, como que fictícia»<sup>25</sup>.

Cette inconscience et cette immobilité sont à rattacher à deux caractéristiques du personnage. D'une part, elles renvoient à son intégration au monde et à son assimilation à un site. D'autre part, elles accentuent sa séparation de la société mondaine: «barreira ostensiva do isolamento que constrói, que diaramente constrói contra eles»<sup>26</sup>. De ces deux

<sup>20</sup> HORTA, 1970: 14.

<sup>21</sup> Ce corps s'oppose ainsi à la représentation du corps moderne individualisé. En effet, selon David Le Breton, «la définition moderne du corps implique que l'homme soit coupé du cosmos, coupé des autres, coupé de lui-même. Le corps est le résidu de ces trois retraits» (LE BRETON, 1990: 47).

<sup>22</sup> Rappelons par exemple que, pour Descartes, le corps s'assimile à un automate, à une machine mue par une âme.

<sup>23</sup> COLLOT, 2008: 29.

<sup>24</sup> HORTA, 1970: 18.

<sup>25</sup> HORTA, 1970: 22.

composantes ressort la force de fascination qui émane de la protagoniste devenue personnage-figure, et qui la fait advenir au statut de paysage érotique. La désobjectivation qui découle de l'extériorisation du personnage de *Ambas as mãos sobre o corpo* par ses sens le rapproche de la figure telle qu'elle est proposée par Xavier Garnier comme «présence pure du corps»<sup>27</sup> et comme «anti-personnage dont on n'attend pas qu'il joue un rôle, mais qu'il remplisse une fonction énergétique»<sup>28</sup>. Cette énergie provient de la distance qui la sépare des autres personnages et qui la rend, par conséquent, énigmatique à leurs yeux. C'est pourquoi elle attire les regards et suscite la fascination. En réalité, elle n'existe que par ces regards qui accentuent son extériorité et lui dénie toute forme d'intériorité. En effet, dès le début du texte, alors qu'elle est seule, le narrateur n'hésite pas à mentionner la présence d'un regard hypothétique afin de concrétiser la présence de cette femme:

*Através da penumbra lenta do quarto, o olhar de quem ali entre será conduzido de chofre até à luz acre, abrasada, que se detém mas que se infiltra apesar de tudo por entre as lâminas metálicas das persianas.*

*Depois a mulher.*

*Preferível será dizer: a imagem da mulher reflectida no espelho, o corpo quebrado sobre a cama, os braços ao acaso, as pernas encobertas pela imagem reflectida do candelabro que sobre a mesa pintada estende os seus braços de bronze.*

*Ou de ferro?*<sup>29</sup>

*o olhar de quem ali entre será conduzido de chofre até à inconsciência daquela mulher. Até ao sono sequioso daquela mulher, aberta, quebrada, o corpo ao acaso sobre a cama, a imagem fixada no espelho como uma fotografia*<sup>30</sup>.

La protagoniste n'existe d'abord que par l'image qu'elle projette: elle est un reflet dans le miroir ou une photographie. Sa présence est donc aussi tributaire de la vue qu'elle produit, tout comme elle l'était du regard qu'elle portait sur le monde. Ainsi confirme-t-elle l'idée émise par Michel Collot selon laquelle «par son corps, le sujet est rendu à la fois voyant et visible, il communique avec un monde dont il fait partie et avec les autres sujets qui l'habitent»<sup>31</sup>. Son intégration dans la «chair du monde», en tant que sujet voyant et sujet vu, amorce alors le devenir-paysage de la protagoniste puisque, comme le souligne encore le théoricien, «c'est le regard qui transforme le site en paysage». En effet, dans cet extrait, le corps de la femme s'apparente encore une fois à un espace, car il se présente comme un objet parmi d'autres de ce décor, notamment par l'analogie qui s'établit entre lui et le candélabre par l'utilisation d'un terme en commun: «brasos». Ce corps se compose alors d'éléments épars sur lesquels se concentre successivement l'attention de celui

---

<sup>26</sup> HORTA, 1970: 29.

<sup>27</sup> GARNIER, 2001: 12.

<sup>28</sup> GARNIER, 2001: 16.

<sup>29</sup> HORTA, 1970: 13-14.

<sup>30</sup> HORTA, 1970: 15.

<sup>31</sup> COLLOT, 2009: 21.

qui regarde, comme s'il les parcourait, pour finalement recomposer une vue d'ensemble de ce «corps au hasard». La posture de ce personnage se caractérise ainsi par une pratique lascive de l'étendue, ce dernier terme renvoyant simultanément au paysage comme étendue de territoire et à la position allongée que le personnage affecte au long du texte: «ao comprido do seu corpo»<sup>32</sup>. Dans l'allongement, la protagoniste s'offre au regard de l'autre et le fascine. Cette fascination fait du corps de la femme un objet d'attraction et de répulsion, un paysage qui produit une résonance particulière chez celui qui regarde, rappelant ainsi l'investissement émotionnel que celui-ci doit provoquer<sup>33</sup>: «se alguém aí estivesse ou a visse das enormes janelas (...) pensaria que tivesse adormecido e talvez se assustasse. Soltando um grito agudo, taparia os olhos? Ou talvez apenas soltasse um gemido e se inclinasse ávido»<sup>34</sup>. L'ambivalence des réactions que la vue de ce corps suscite souligne bien la force qui en émane et fait plonger le sujet, lui aussi, dans la réaction épidermique de la sensation.

Pour Maurice Blanchot, la fascination se caractérise par un contact à distance établi par le regard:

*Voir suppose la distance, la décision séparatrice, le pouvoir de n'être pas en contact et d'éviter dans le contact la confusion. Voir signifie que cette séparation est devenue cependant rencontre. Mais qu'arrive-t-il quand ce qu'on voit, quoique à distance, semble vous toucher par un contact saisissant, quand la manière de voir est une sorte de touche, quand voir est un contact à distance?*<sup>35</sup>

*«Quiconque est fasciné, ce qu'il voit, il ne le voit pas à proprement parler, mais cela le touche dans une proximité immédiate, cela le saisit et l'accapare, bien que cela le laisse absolument à distance»*<sup>36</sup>.

La fascination relève d'une pratique singulière du regard qui annule la distance, tout en la maintenant. Elle tisse un lien qui préserve l'altérité, car elle unit le sujet à l'autre, tout en le conservant étranger à une connaissance, à une transparence. Et c'est cette opacité qui barre la vue, «cette énigme qui ne renvoie à rien d'autre qu'à elle-même», pour reprendre l'expression de Xavier Garnier<sup>37</sup>, qui permettent de redoubler le regard, de le tenir toujours en alerte au plus près de l'objet. Ainsi la fascination produit-elle une sorte de synesthésie qui fait du regard une forme de toucher, et qui rappelle la définition proposée par Merleau-Ponty du regard comme mouvement: «Il suffit que je voie quelque chose pour savoir la rejoindre et l'atteindre (...). Par ailleurs il est vrai aussi que la vision

<sup>32</sup> HORTA, 1970: 22.

<sup>33</sup> «Le paysage n'est pas seulement vu, mais perçu par les autres sens, dont l'intervention ne fait que confirmer et enrichir la dimension subjective de cet espace, senti de multiples façons et, par conséquent, aussi, ressenti. Toutes sortes de valeurs affectives, impressions, émotions, sentiments, s'investissent dans le paysage, qui devient de la sorte intérieur autant qu'extérieur» (COLLOT, 2011: 28-29).

<sup>34</sup> HORTA, 1970: 18.

<sup>35</sup> BLANCHOT, 1955: 28.

<sup>36</sup> BLANCHOT, 1955: 30.

<sup>37</sup> GARNIER, 2001: 151.

est suspendue au mouvement. On ne voit que ce qu'on regarde. Que serait la vision sans aucun mouvement?<sup>38</sup>». Celui qui est fasciné est ainsi plongé au plus près du corps de la femme, et son observation devient une exploration qui l'intègre dans le milieu corporel, reprenant ainsi cette acception plus large du paysage qui veut qu'il ne soit plus seulement «un tableau que l'on contemple à distance, mais un milieu dans lequel on plonge et que l'on parcourt»<sup>39</sup>:

*E logo era o silêncio: o silêncio côncavo do mar. A praia. Sentava-se inundada de sol, os olhos cerrados, encostava a cara aos joelhos erguidos e ficava assim sem pensar, numa dormência boa, anestesiada pelo calor. Os braços à volta das pernas eram um cordão bronzeado, brilhante de suor, e os cabelos, apanhados ao acaso e presos por ganchos ao alto da cabeça, escapavam-se e colavam-se-lhe ao pescoço, até mesmo à cara: húmidos, baços. «foi assim que a vi, olhei-a e tive a sensação nítida que adormecera. A pele do corpo era lisa, toda ela igualmente queimada pelo sol, sem manchas. A cara só então a descobriu, de súbito. Ainda mais devagar continuei pelo risco que o mar deixava na areia, um traço cravejado de pequenas pedras e conchas partidas, pequenos búzios e algas esgarçadas de um verde profundo. Olho-a: à medida que me aproximo atraso o passo, mais e mais. Com os braços em redor das pernas e o olhar vazio pregado no mar, parece antes uma estátua qualquer de qualquer fonte ou jardim, qualquer museu (...)*<sup>40</sup>.

L'observation du corps féminin s'intègre ici dans un environnement cosmique, établissant encore une fois la continuité entre le corps et le monde. La femme est l'objet de deux descriptions: celle produite par le narrateur, qui semble au début se réaliser en focalisation interne, et celle énoncée par l'homme au discours direct. Les deux semblent se répéter, en particulier lorsqu'il s'agit d'évoquer l'état de somnolence de la femme. Cependant, l'homme entame son discours par l'expression «Foi assim que a vi», comme s'il reprenait à son compte la description précédente, jouant ainsi sur l'ambivalence de ce terme, à la fois déictique et anaphorique. Ce procédé souligne alors la confusion des discours et révèle le lien qui se tisse discrètement entre l'homme et la femme. L'observation de l'homme est tout d'abord caractérisée par une graduation qui augmente l'intensité du regard par l'usage de deux synonymes: «ver» et «olhar». Le premier, qui semble être dû au hasard, laisse place au second pour souligner l'intentionnalité du regard et sa participation active. C'est pourquoi le regard s'accompagne d'un mouvement du corps qui dans la marche redouble le cheminement à travers le corps de la femme. Il y a en effet l'attention portée à la peau dont l'observateur semble ressentir la chaleur, et qui, plus que toute autre partie du corps, représente moins un lieu localisable qu'un espace à parcourir, paysage sensuel, sujet au toucher et à l'errance de la caresse. Significativement, ce parcours s'arrête lorsque la femme dévoile son visage et récupère une sorte d'individualité. L'augmentation d'intensité de l'observation est ensuite figurée dans le texte par le passage du passé simple

<sup>38</sup> MERLEAU-PONTY, 1964: 16-17.

<sup>39</sup> COLLOT, 2011: 203.

<sup>40</sup> HORTA, 1970: 43-44.

au présent. Le passé simple qui renvoyait cet épisode à un passé achevé dont le personnage était totalement détaché est supplanté par un temps qui permet la réactualisation de l'événement: il s'agit de représenter la scène comme si elle se déroulait sous nos yeux.

Mais la fascination est aussi rencontre; et la limite formée par les coquillages sur le sable symbolise alors à la fois la séparation et le seuil à franchir. Et de fait, l'intégration du corps dans le monde permet l'intercorporéité. Selon Michel Collot: «C'est grâce à notre commune appartenance à une même chair, qui est celle du monde, que je peux communiquer avec autrui»<sup>41</sup>. La communication s'établit ici par le regard mutuel qui a néanmoins besoin de l'intermédiaire du paysage pour s'établir. En effet, c'est seulement après l'observation du paysage maritime, «o olhar vazio pregado no mar», que la femme peut observer l'homme, intégré alors à son tour dans la chair du monde: «Primeiro sinto o seu olhar preso no meu corpo, depois na minha cara»<sup>42</sup>. Et le glissement du syntagme «olho-a» au syntagme «ela olha-me» permet de reproduire le lien qui est en train de se tisser.

Ce regard mutuel sur lequel se fonde cette relation tout au long du texte va alors s'accompagner d'un plaisir du toucher auquel goûtent les deux partenaires. La nudité qui, à l'instar du paysage, se situe à cette jonction du visible et de l'invisible, permet alors de poursuivre cette crue des sens, mais maintenant dans la relation à deux, car elle se révèle, selon Michel Collot «dans l'épreuve du toucher réciproque: elle n'est pas un objet, mais l'expérience partagée de deux sujets»<sup>43</sup>. Ainsi la nudité ne se caractérise-t-elle pas par l'omnivisibilité. Encore une fois, il ne s'agit pas de tout montrer et le pli du vêtement peut constituer un horizon de désir qui donne à imaginer: «um arrepio que a faz tremer no seu vestido decotado a mostrar-lhe o peito solto. Quando ela se curva o homem pensa mesmo ir vê-lo soltar-se do pouco tecido que o prende e ficar ali exposto à luz macilenta do crepúsculo enquanto ela bebe»<sup>44</sup>. Dans l'ivresse qui imprègne cette scène, le rapport sexuel n'est pas à réaliser, mais à différer. Dans l'attente, l'homme se satisfait de l'invisibilité de ce sein, qu'il ne pourra toucher qu'en imagination<sup>45</sup>.

Cependant, l'acte sexuel se concrétise et l'état de somnolence qui caractérisait la protagoniste est supplanté par sa participation active qui vient renverser les représentations traditionnelles de la femme passive:

*Caminho para a enorme janela que deixaste entreaberta. (Volto-me: na cama o teu vulto move-se inquieto, estendes os braços, atravessaste as mãos no sítio do meu corpo; moves-te inquieto.) Hesito (nunca saberás que hesitei entre a noite e o sabor da tua pele. Tornei para ti e mergulhei a boca, a cara toda no odor agreste tão peculiar do teu corpo) Olhei-o: a mancha espessa dos cabelos, a cara encoberta metida entre os braços; e a minha boca desceu-lhe até ao sexo»<sup>46</sup>.*

<sup>41</sup> COLLOT, 2008: 31.

<sup>42</sup> HORTA, 1970: 44.

<sup>43</sup> COLLOT, 2008: 103-104.

<sup>44</sup> HORTA, 1970: 68.

<sup>45</sup> D'ailleurs, dans le fragment suivant, la nudité du sein annulera la perception: «enquanto ele (...) lhe olha os seios na blusa desabotoada. Então tira a blusa e ficam-se assim sem se olharem nem se tocarem». (HORTA, 1970: 71).

<sup>46</sup> HORTA, 1970: 109.

Cet extrait s'articule autour de deux mouvements: l'un qui décrit l'action dans sa plus simple expression sous la forme d'une narration, et le second introduit par des parenthèses qui figurent un monologue intérieur et où la femme s'adresse à son amant endormi. Comme le souligne Ida Ferreira Alves au sujet de la poésie de Maria Teresa Horta, nous sommes en présence d'un sujet féminin qui «desloca o sujeito masculino e toda uma ordem de discurso, expondo na posse do seu corpo de mulher uma outra subjetividade afirmativa»<sup>47</sup>. De fait, cet aspect ressort en premier lieu de l'emploi de la première personne du singulier, alors que l'ensemble du texte est à la troisième personne. Ce changement dans l'énonciation démontre la prise en charge de l'action par la femme, alors que l'homme reste passif. C'est aussi seulement à travers elle que le corps-paysage peut apparaître. L'arrêt sur le paysage nocturne, suggéré par la fenêtre, permet à la protagoniste de porter le regard vers son amant. L'hésitation qui naît chez elle témoigne alors d'un choix qui valorise le corps au détriment du paysage, qui signifiait son intégration dans le monde. Ainsi la femme est-elle attirée par la vue de son amant nu et endormi, qui est représenté dans une position réservée habituellement aux femmes dans les arts. Le corps de l'homme qui occupe l'étendue du lit se transforme alors à son tour en paysage et on voit émerger une correspondance entre l'hésitation que la femme ressent et l'inquiétude qu'elle projette sur le corps allongé. Cette correspondance symbolise en somme leur union et renvoie à la projection du sujet dans le paysage. Il y a ainsi une disparition de la notion du corps sexuel individuel, telle que l'analysait Ana Luísa Amaral au sujet du fragment «A Paz» de *Novas Cartas Portuguesas*:

*No texto «A Paz», de Novas Cartas Portuguesas, esses excessos de sentido, ligados ao corpo e à sexualidade, esses hiatos ou aberturas de possibilidades encontram-se no próprio gesto de ultrapassar não só a barreira, culturalmente constituída, das diferenças sexuais, mas ainda a do próprio erotismo e do desejo: não são unicamente os papéis tradicionais sexuais que aqui surgem revertidos por Mariana; é Mariana quem condensa em si, em fantasia, o desempenho, a representação, dos dois papéis, assim fazendo explodir a noção mesma de corpo sexual individual»<sup>48</sup>.*

Si, dans *Novas cartas portuguesas*, cette disparition survient par le truchement du fantasme qui permet à Mariana d'assumer de multiples identités, dans *Ambas as mãos sobre o corpo*, c'est l'effacement de l'identité qui mène à l'effacement des limites entre les corps. Tout d'abord, le visage qui, pour David Le Breton, est «la partie du corps la plus individualisée, la plus singularisée»<sup>49</sup> disparaît, comme le suggère les tournures «a cara encoberta» et «a cara toda no odor agreste do teu corpo». Les sens viennent alors exacerber la présence des corps qui semblent se diluer l'un dans l'autre. En effet, la vue engage l'investissement de la femme, et pousse celle-ci à rompre la distance et à s'immerger dans le corps de l'homme qui semble s'atomiser dans son odeur. Le toucher, le goût et l'odo-

<sup>47</sup> ALVES, 2006

<sup>48</sup> AMARAL, 2001: 83.

<sup>49</sup> LE BRETON, 1990: 45.

rat prennent alors le relais du regard pour diriger ce parcours au sein du corps paysage qui va jusqu'au sexe selon une géophagie de l'autre.

*Ambas as mãos sobre o corpo* s'attache ainsi à reproduire la dynamique d'un corps en constant mouvement et en relation avec un monde dans lequel il s'intègre. D'une posture passive, qui signifiait l'isolement, à une posture active qui implique l'ouverture à l'autre, la femme connaît les différentes étapes d'un corps-cosmos qui sous le regard de l'autre devient paysage, mais qui renverse aussi les rôles et impose aussi cette forme au corps de l'autre. Il s'agit alors de mettre en scène un horizon du désir qui s'accomplit dans une érotique de l'écriture où le visible donne à imaginer l'invisible, et suscite la soif. C'est de cette soif que se nourrissent les personnages de Maria Teresa Horta, repoussant sans cesse l'horizon de la sensualité autour duquel s'élabore l'écriture de Maria Teresa Horta.

## BIBLIOGRAPHIE

- ALVES, Ida Ferreira (2006) – *Arma de boca, ardor de palavras*. In HORTA, Maria Teresa – *Cem poemas [Antologia pessoa] + 22 inéditos*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- AMARAL, Ana Luísa (2001) – *Desconstruindo identidades: ler Novas Cartas Portuguesas à luz da teoria queer*. «Cadernos de Literatura Comparada», n.º 3/4, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 77-92. Disponible em <[http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20\\_1/apache\\_media/LRIRD11IBP2JVC3RG82F91FARLRYI.pdf](http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/LRIRD11IBP2JVC3RG82F91FARLRYI.pdf)>. [Consulta realizada em 30/08/2013].
- BLANCHOT, Maurice (1955) – *L'espace littéraire*. Paris: Gallimard. (Coll. «Folio Essais»).
- COELHO, Eduardo Prado (1971) – *Ambas as mãos sobre o corpo de Maria Teresa Horta*. «Colóquio/Letras», n.º 1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 94-95.
- COLLOT, Michel (2008) – *Le corps cosmos*. Bruxelles: La Lettres Volée.
- (2009) – *Paysage et corps dans la poésie contemporaine*. In MILLET, Yves, dir. – *Poésie & Paysage*. Paris, Séoul: Atelier des Cahiers.
- (2011) – *La pensée-paysage*. Arles, Versailles: Actes sud.
- HEIDEGGER, Martin (1958) – «... *L'homme habite en poète...*». In *Essais et Conférences*. Paris: Gallimard. (Coll. «Tel», 1995).
- HORTA, Maria Teresa (1970) – *Ambas as mãos sobre o corpo*. Lisboa: Europa-América.
- GARNIER, Xavier (2001) – *L'éclat de la figure*. Bruxelles: PIE-Peter Lang. (Coll. «Nouvelle Poétique Comparatiste»).
- LE BRETON, David (1990) – *Anthropologie du corps et modernité*. 6<sup>ème</sup> édition mise à jour. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1945) – *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.
- (1964) – *L'œil et l'esprit*. Paris: Gallimard. (Coll. «Folio Essais», 2011).



# «GEO» DIVERSIDADE, CULTURA E PATRIMÓNIO: UMA LEITURA INTEGRADA DA PAISAGEM

LAURA SOARES\*  
ELSA PACHECO\*\*  
JOÃO LUCAS\*\*\*

**Resumo:** *A paisagem envolve componentes naturais, socioeconómicas e culturais, onde, cada vez mais, parecem esvaziar-se de sentido as leituras fragmentadas que distinguem património natural e património cultural. A paisagem deve ser encarada como o resultado de uma articulação recíproca entre o suporte biofísico e os valores culturais que o moldaram.*

*Neste artigo, revisita-se o conceito de paisagem e reinterpretar-se, à luz da necessária integração geográfica e nos quadros de vida atual, o essencial da diversidade e conservação do património, enquanto âncoras da promoção e valorização do relacionamento entre o Homem e os recursos territoriais, nomeadamente através do geoturismo.*

**Palavras-chave:** *Paisagem integrada; Património; Turismo geocultural; Valorização territorial.*

**Abstract:** *The landscape involves natural, socioeconomic and cultural components, where fragmented readings that distinguish natural and cultural heritages seem increasingly emptied of meaning. The landscape should be regarded as a result of a reciprocal interaction between the biophysical environment and cultural values that forged it.*

*In this article, we revisit the concept of landscape and, in light of a much needed geographical integration, the essential of the diversity and conservation of heritage, as anchors to promote and enhance the relationship between man and territorial resources, namely through geotourism.*

**Keywords:** *Integrated landscape; Heritage; Geocultural tourism; Territorial enhancement.*

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se registado um aumento dos estudos e reflexões sobre a inventariação, caracterização e avaliação de sítios de interesse natural e cultural, ligados, frequentemente, a propostas de valorização e desenvolvimento territorial para a promoção do potencial geoturístico. A este enquadramento não é alheio o consenso mundial em torno da preservação do património, expressa em novembro de 1972 pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, a que se associa, a Convenção Europeia da Paisagem estabelecida em Florença no ano 2000 e a Carta Internacional sobre Turismo Cultural (International Council on Monuments and Sites – ICOMOS, México, 1999). Nestes documentos perspetiva-se uma visão integrada do património natural e cultural. Porém, os estudos desenvolvidos, nomeadamente em Portugal, tendem a privilegiar aspetos parcelares de uma realidade – a paisagem ou as suas memórias, parecendo esquecer que a configuração de um território e da sua paisagem, resultam da interação entre a natureza e a cultura ao longo do tempo. Isto é, a paisagem apresenta dimensões mais objetivas e materiais, normalmente conotadas com aspetos da

\* CEGOT/FLUP. Email: lauras@letras.up.pt.

\*\* CITCEM/FLUP. Email: elsap@letras.up.pt.

\*\*\* FLUP. Email: joao.mcr.lucas@gmail.com.

geografia física, mas também dimensões culturais, percebidas e subjetivas (NOGUÉ, 2008).

Partindo de alguns conceitos relacionados com a valorização da paisagem, o património e a promoção do seu potencial turístico, revisitam-se reflexões, estudos e dossiers de política e planeamento, para destacar uma perspetiva geográfica, integrada, que envolve componentes naturais, socioeconómicas e culturais. Procuram-se registos e argumentos que encarem a paisagem e o património como entidades multitemáticas e multiescalares, intimamente ligadas, ou seja, na articulação recíproca entre o suporte biofísico e os valores sociais e culturais que os moldaram. Gestos e hábitos decorrentes da ação do homem alteram-se e traduzem-se em mudanças nas paisagens, mas estas também interferem no comportamento das populações (RIBEIRO, 2001). Trata-se, portanto, de encetar mais um exercício de reflexão no qual se procura conciliar a valorização com a proteção e (geo)conservação da paisagem, orientada para a melhoria da qualidade de vida das populações. Esta orientação assume particular relevância em áreas de baixa densidade de ocupação territorial, muitas vezes em perda demográfica, onde urge incentivar atividades inovadoras centradas na valorização dos recursos endógenos (naturais e humanos, materiais e imateriais). Dito de outra forma, respeitar a diversidade e a memória da paisagem pode ser a base para a promoção de atividades de desenvolvimento, por exemplo através do turismo, mais ajustadas às dinâmicas territoriais (LUCAS *et al.*, 2012).

Espaço de apropriações, sentidos, referências culturais e significados simbólicos, a paisagem reflete a forma como o Homem explora e percebe os recursos do seu território (SOARES *et al.*, 2010). Contar esta «história» numa ótica integrada ajuda a mobilizar estratégias que podem marcar as direções do desenvolvimento.

## 2. PAISAGEM: REINTERPRETAÇÕES DE UM CONCEITO

O conceito de paisagem assume significados diferentes porque é objeto de estudo de várias áreas do saber e porque o seu sentido alterou-se no âmbito dos paradigmas que se foram impondo no contexto científico. A paisagem ocupa um espaço intersticial no saber, assumindo forte carácter interdisciplinar na transversalidade imposta pelo apelo interpretativo e criativo a que se associa (MONTANER, 2008). Este aspeto é particularmente notório se a análise se centrar nas nuances do conceito em Geografia, onde a paisagem se define como o objeto privilegiado de estudo: a) desde a sua valorização excecional no quadro Vidaliano encarada como uma síntese «entre as condições naturais (um conjunto de determinantes biofísicas) e a ação do homem organizado em sociedades portadoras de uma historicidade, de uma cultura, de uma evolução tecnológica» (DOMINGUES, 2001, p. 56). Uma paisagem que revela um «género de vida» («genre de vie»), um conceito dinâmico assente em noções de «hábito» e «adaptação ao meio», encaradas como fatores de diferenciação das regiões/paisagens (CLAVAL, 2010, p. 149). Ou seja, a paisagem seria o resultado da adaptação das comunidades ao meio, onde o hábito e as práticas instrumentais davam lugar à transmissão de heranças culturais (NAME, 2010); b) passando

pela perspetiva neopositivista, na qual é substituída pelo conceito de «espaço» em associação com perspetivas quantitativas assentes na definição de modelos preditivos da realidade, aqui como alternativa à subjetividade e à tendência descritiva, numa óptica que visa a descoberta de padrões/regularidades nas distribuições espaciais (HENRIQUES, 2001/02); c) ou pelas correntes radicais de que emerge o «território» como resultado de conflitos, tensões e recomposições de uso em processos de construção social (DOMINGUES, 2001). Um território heterogéneo, em que se marca a diferença, a fragmentação, o marginal, de onde emerge o multiculturalismo (NOGUÉ, 2008); d) até às novas perspetivas ambientalistas, nas quais a paisagem surge enquadrada no discurso do desenvolvimento sustentável, do planeamento e do ordenamento do território num exercício interpretativo mais ligado à ecologia e à busca de equilíbrios, recuperando uma visão mais «naturalista»; e) mas associada, igualmente, à valorização do património cultural, para o qual são criadas leis e organismos específicos de proteção no quadro das «paisagens patrimoniais», recuperando o interesse, por vezes nostálgico, da preservação de memórias e heranças.

Na atualidade, podem considerar-se três tendências principais na análise da paisagem: (1) uma mais associada ao que se designa por Ecologia da Paisagem<sup>1</sup>, que privilegia a componente biofísica e os valores ambientais naturais, no domínio de estudo das Ciências da Terra (com áreas científicas como a Geografia Física, a Geologia ou a Biologia); (2) uma perspetiva que se enquadra no âmbito das Paisagens Culturais, com ligações evidentes às Ciências Sociais e Humanas e ao conceito Paisagem-Património, na qual a paisagem é vista como o conteúdo geográfico de uma dada área,

*... um produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais [constituindo] uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano (WAGNER e MIKESSELL, 2010, p. 36)<sup>2</sup>.*

Trata-se de uma abordagem que exclui a indissociação entre paisagem e cultura na oposição constante entre «materialidade» e «imaterialidade» (NAME, 2010); (3) uma visão, ligada ao conceito anterior, mas que congrega, cada vez mais, as duas perspetivas anteriores, considerando

*... uma vontade de reconstituir uma identidade e um enraizamento local, uma defesa de valores naturais e ecológicos, uma necessidade de qualificar o quadro de vida quotidiano, mas também (e, sobretudo, agora) de chamar a atenção sobre patrimónios e lugares excecionais (DOMINGUES, 2001, p. 62).*

<sup>1</sup> De acordo com FERREIRA *et al.* (2001), o termo «Ecologia da Paisagem» foi criado por Troll em 1939, para o qual proporia mais tarde a designação de «Geocologia», «... entendida como o estudo das inter-relações dos elementos físicos da paisagem, [embora se tratasse] de uma análise essencialmente qualitativa, fisionómica e cartográfica» (p. 159). Só na década de 1980 a Ecologia da Paisagem seria sistematizada e quantificada, destacando-se o contributo de Forman e Godron (1986).

<sup>2</sup> Esta perspetiva vai de certa forma ao encontro à ideia de Carl Sauer (1925), no sentido de que a «... cultura es el agente, el área natural es el medio, el paisaje cultural es el resultado» (VÁZQUEZ VARELA E MARTÍNEZ NAVARRO, 2008, online).

Ou seja, como refere MONTANER (2008, p. 235), uma perspetiva que tem em conta «... los ecosistemas naturales y los paisajes transformados historicamente por el ser humano [traduzindo] uno de los principios del nuevo paisajismo de principios del siglo XXI».

Na legislação portuguesa e europeia é possível detetar as perspetivas anteriores. Por exemplo, é evidente a visão mais reducionista expressa no artigo 5.º da Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, p. 1387), em que a paisagem é entendida como uma

*... unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica.*

Em contraponto, destaca-se o ponto de vista expresso no Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro, que transpõe para o quadro nacional a Convenção Europeia da Paisagem, no sentido de

*... estabelecer um novo instrumento dedicado exclusivamente à proteção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias [considerando que] a paisagem desempenha importantes funções de interesse público, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego [...] para a formação de culturas locais e [...] para o bem-estar humano... (p. 1025).*

Na Geografia portuguesa, a investigação recente permite identificar trabalhos que vão ao encontro das três tendências referidas anteriormente.

O sentido naturalista, regista-se na investigação de geógrafos como FERREIRA *et al.* (2001), que, no seu artigo sobre «Metodologias de análise e classificação das paisagens. O exemplo do projeto Estrela», falam da «paisagem real», salientando um entendimento integrado da Geografia Física (com os seus vários ramos – designadamente geomorfologia, climatologia e biogeografia – numa perspetiva integrada e dinâmica). Aqui, a paisagem é encarada como «geossistema» e analisada nos seus aspetos mais concretos – a «paisagem real», o «espaço-objeto», no sentido de «extensão cartesiana».

Para a Ecologia da Paisagem, destacam-se os estudos relacionados com a métrica da paisagem – «landscap metrics», visando analisar a sua estrutura e evolução temporal com base na definição e medição de padrões espaciais do uso do solo. Assim, a paisagem é encarada como «um mosaico de alguns quilómetros, nos quais ecosistemas e usos do solo específicos se repetem... um sistema vivo [que] exhibe três características gerais: estrutura, funcionamento e mudança» (CASIMIRO, 2000, p. 49). Neste contexto, DELGADO (2010) considera que é possível subdividir as paisagens em dois grandes grupos «... naturais e culturais [...] que geralmente acabam por se cruzar como “palimpsestos” compostos por várias “camadas” (layers) ou níveis que se sobrepõem» (p. 95).

No âmbito da Geografia Cultural, SARMENTO (1997, p. 166), num texto em que discute as suas relações com a Geografia do Turismo, aborda o conceito de paisagem no contexto de «renascença humanística» na Geografia, salientando que estas são «... uma manifestação de uma dada cultura, símbolos ou representações emblemáticas de poder, capital e status» e que o seu significado só pode ser apreendido se contextualizada nesses domínios. No mesmo sentido, PIMENTA (2007, p. 476) refere que a paisagem constitui uma «representação da Memória, a «geografia imaginativa» que do Passado detêm os diversos momentos da historiografia».

Numa leitura similar, marcando o «renascimento dos estudos da paisagem em Geografia» GASPAS (2001, p. 89) salienta «...a emergência de novas apreciações sensoriais da paisagem», como a olfativa, a sonora e a táctil, inserida num contexto marcadamente cultural, de apelo às memórias, emanando do sujeito que a apreende. Ou seja, cada indivíduo «vê» a paisagem de uma forma distinta «... não só devido à sua posição de observação, mas também dependendo dos seus interesses individuais» (PEREIRA, 2006, p. 41).

No mesmo ano, 2001, SALGUEIRO retoma a associação do termo «paisagem» à pintura num contexto de representação pictórica do campo centrado no interesse pela observação da natureza – «objeto e condição de beleza», remetendo para o «território» o «espetáculo estético».

Finalmente, destaca-se o ponto de vista ligado ao conceito Paisagem-Património numa perspetiva que concilia os aspetos «naturais» com os «culturais». Neste contexto, salientam-se os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Geopatrimónio (na sua maioria da autoria de geólogos e geomorfólogos), que começam a assumir particular destaque a partir de meados da década de 1990. Mas mesmo neste domínio, alguns dos autores reconhecem que a paisagem traduz a interação de elementos biofísicos e socioeconómicos, constituindo aquilo que designam por sistema ambiente (PEREIRA, 1995). No mesmo sentido, PEREIRA *et al.* (2004, p. 5), salientam a ligação da paisagem a questões de geoconservação, ao considerar que a

*... paisagem é aquilo que resulta da nossa perceção da imagem do espaço [que] pode conter simultaneamente (o que quase sempre acontece) elementos naturais (bióticos e abióticos) e culturais (arquitetónicos, agrícolas, industriais, etc.) [existindo] paisagens que, pelo seu valor científico, histórico/cultural, estético e/ou socioeconómico podem e devem ser consideradas património.*

Este entendimento é reforçado por PEREIRA (2006) ao considerar que a paisagem não é um objeto, mas sim uma «expressão visual», na medida em que só existe a partir do sujeito que a assimila através dos sentidos – imagem percebida sempre imbuída de um carácter subjetivo que resulta da sua vivência. Ou seja, a paisagem é função do que cada indivíduo deduz da observação do «espaço», podendo este ser interpretado a vários níveis, mas sempre entendido numa perspetiva sistémica do ambiente, com elementos naturais (bióticos e abióticos) e culturais (arquitetónicos, agrícolas, industriais, entre outros). Esta postura segue de perto a de Pitte (citado por AMARAL, 2001, p. 77), segundo o qual

*... a paisagem é a expressão observável à superfície da terra, pelos sentidos, da combinação entre a natureza, as técnicas e a cultura dos homens. Ela é, essencialmente, mudável e não pode ser apreendida senão na sua dinâmica, isto é, no quadro da história que lhe restitui a sua quarta dimensão. Se a ecologia lembra que a natureza tem as suas leis fundamentais e que é oneroso transgredi-las, a história ensina que o homem tem as suas razões que a natureza ignora. A paisagem é acto de liberdade.*

O ponto de vista partilhado pelos autores deste artigo associa-se ao conceito paisagem-património, mas segundo uma visão que articula os aspetos «naturais» e os «culturais», ou seja, uma abordagem inserida no conceito de «integrated cultural landscape», tal como perspetivado por PANIZZA & PIACENTE (2003), ao valorizar os aspetos de desenvolvimento territorial e promoção turística da paisagem, no qual os sítios de interesse geológico e geomorfológico também fazem parte da paisagem cultural. Neste sentido, associa-se igualmente à perspetiva tripartida do sistema teórico-metodológico (GTP) de Georges e Claude Bertrand<sup>3</sup>, que procura

*... entender os fenômenos entre natureza e sociedade de maneira integrada, onde geossistema [os sistemas bióticos e abióticos transformados pela ação humana], território [enquanto recurso que resulta das atividades socioeconômicas que se sucedem no tempo] e paisagem [como representação da interação natureza-cultura] aparecem com significados e valores diferenciados, porém coexistentes e conferindo dinâmica àquilo que chamamos de espaço geográfico (SOUZA, 2009, p. 104).*

Pode então falar-se de paisagens geoculturais.

### 3. PAISAGEM É PATRIMÓNIO... CULTURAL E NATURAL

Diversos autores consideram que faz mais sentido falar em «patrimónios» em vez de «património» (MARTINS, 2006). Efetivamente, como refere OLIVEIRA (2007, p. 34) a

*... diversidade de patrimónios existentes num território e a multiplicidade de bens patrimoniais únicos são caracterizadores de épocas diferenciadas, registando factorialmente a História do lugar e das suas populações, assumindo-se no presente, numa perspetiva de salvaguarda patrimonial desses mesmos valores.*

Ou seja, se originalmente o património (e de acordo com o próprio étimo latino «patrimonium») se associava à ideia de posse de um objeto ou de um conjunto de bens encarados como herança do «pai» transmitida aos seus descendentes, na atualidade é perspetivado, também, num âmbito mais global, enquanto herança multidimensional composta por elementos materiais e imateriais de grande valor, cuja preservação e enriquecimento faz parte da consciência coletiva de um povo (MARTINS, 2006).

---

<sup>3</sup> BERTRAND, George; BERTRAND, Claude (2007) – A Geografia e as ciências da natureza. In PASSOS, M. Passos, org. – Uma Geografia transversal e de travessias: O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, p. 98-117.

De qualquer modo, o conceito de património pode ter várias conotações consoante o domínio científico em que é considerado, assim como evidencia uma evolução ao longo do tempo, no sentido em que tende, cada vez mais, a integrar uma vasta gama de «coisas» (no sentido jurídico do termo) transformadas em «bens materiais e imateriais», a partir do momento em que lhes é atribuído um valor económico, afetivo, estético ou científico (TELLES, s. d.). Assim, ao significado histórico de edifícios e objetos, sempre ligado ao «material», à noção de herança, como traduzindo a memória coletiva de um povo que urge preservar, hoje considera-se, além do «imaterial», a própria vinculação do património à envolvente geográfica e social, embora esta última aceção apareça ainda de forma limitada.

O conceito de património, expresso no Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa (2001), faz referência aos bens materiais e imateriais como herança dos nossos antepassados, definição que se encontra também em Fonseca (2009), quando refere que, na generalidade, se pode entender o património como sendo um legado que nos foi deixado, fazendo parte de um presente que deve manter-se para as gerações posteriores. Ou seja, este termo desenvolve-se, normalmente, em associação com o de «bens de herança ou de posse» que «pela perceção humana e com o tempo, adquiriram um valor especial» (PEREIRA, 2006, p. 13). Por outro lado, acentua-se o facto de incluir «... bens mobiliários e imobiliários, capitais, etc. [cujo objetivo] é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações com as outras»<sup>4</sup>, perspetiva muito interessante que se associa com o conceito de «desenvolvimento sustentável» que tão frequentemente é utilizado em leituras territoriais prospetivas.

Mas como atrás se referiu, atualmente defende-se um conceito de património que tende a considerar, não só monumentos ou bens isolados, mas também sítios e paisagens integradas, onde o «material» e o «imaterial» e o «natural» e o «cultural» se associam – perspetiva que admite como a mais adequada e que remete para uma outra reflexão: os significados dos «tipos de património».

De acordo com HERNÁNDEZ (1996, p. 256), o termo «património cultural» foi utilizado pela primeira vez na Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (Paris, 1962), substituindo o de «civilização», referindo que foi a legislação italiana quem melhor incorporou este conceito, definindo-o como

*... todos los bienes que hacen referencia a la historia de la civilización [...] los bienes de interés arqueológico, histórico, artístico, ambiental y paisajístico, archivístico y bibliográfico, y cualquier otro bien que constituya un testimonio material, y posea valor de civilización.*

Este conceito é sem dúvida bastante inovador e, como refere PEREIRA (2006, p. 17), até mais abrangente relativamente a outros apresentados posteriormente, uma vez que assume aspetos relacionados com a componente natural, quando faz alusão a bens ambientais e paisagísticos.

---

<sup>4</sup> BECERRA, 1997, citado por PEREIRO, 2006, p. 24.

Em 1972, a já referida Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, discute igualmente vários conceitos. De acordo com o art.º 1 do Decreto n.º 49/79 de 6 de Junho, são considerados como património cultural:

(1) *Os monumentos – Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*

(2) *Os conjuntos – Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*

(3) *Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico*<sup>5</sup>.

Nesta normativa há já uma nítida distinção entre património cultural e natural, apesar de ser feita alusão a «obras conjugadas do homem e da natureza» e à «integração na paisagem» do património construído. No entanto, considera-se que esta separação se prende, pelo menos em parte, com a necessidade de simplificar e definir critérios standardizados para a elaboração do inventário dos bens do património cultural e natural que cada Estado deve apresentar ao Comité do Património Mundial (criado ao abrigo desta convenção), para que este possa estabelecer, atualizar e difundir a lista do património mundial.

De qualquer modo esta separação tende a permanecer, como demonstra a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro (2001), que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. No seu art.º 2, refere-se que «integram o património cultural todos os bens [móveis e imóveis]<sup>6</sup> que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização». À vasta lista disponível na referida Lei, associam-se ainda os «bens imateriais»<sup>7</sup> (estruturantes da identidade e da memória coletiva) e os contextos pertinentes para a sua interpretação. Nesta sentido jurídico do património cultural perde-se, em parte, o carácter integrador homem-meio, esquecendo-se que o natural também é «obra» de construção e interpretação científica, pelo que não deixa de ser «cultural».

<sup>5</sup> Documento disponível em <<http://bo.io.gov.mo/bo/i/98/38/decretolei49.asp>>. [Acedido em 20 de Abril de 2011].

<sup>6</sup> Os bens culturais móveis são definidos na secção IV desta lei (p. 5817), constituindo «... espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, audio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas e ainda quaisquer outras que venham a ser consideradas pela legislação de desenvolvimento (...). Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional». Refira-se, ainda, relativamente a estes bens, o Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o seu procedimento de classificação, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

<sup>7</sup> Os bens imateriais são definidos no art.º 91 da presente lei (p. 5825), correspondendo a «... realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas [devendo merecer especial proteção] as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos».

Neste quadro legislativo, é ainda importante referir a Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 12 de Setembro, que aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade (assinada em Faro, em 2005). A definição de património cultural aqui apresentada marca de certa forma um avanço:

*... group of resources inherited from the past which people identify, independently of ownership, as a reflection and expression of their constantly evolving values, beliefs, knowledge and traditions. It includes all aspects of the environment resulting from the interaction between people and places through time.*

Efetivamente, ao considerar que o património cultural deve incluir a interação temporal entre as populações e os lugares, ou seja, todos os aspetos do meio, aparentemente aproxima-se da ideia, que neste artigo se assume como mais adequada – a da abordagem integrada do património.

Relativamente ao património natural, e no âmbito da já referida Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, são considerados:

*(1) Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico;*

*(2) As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação;*

*(3) Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.*

O património natural integra, portanto, o que se designa por georecursos, englobando elementos bióticos («espécies animais e vegetais») e abióticos («formações físicas, geológicas e fisiográficas»), aos quais é reconhecido um valor excecional de acordo com o seu caráter «estético» ou «científico» – mas também pedagógico, cultural e socioeconómico –, pelo que devem ser alvo de medidas de conservação. Esta aceção é considerada no novo regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, correspondendo este património ao «... conjunto dos valores naturais com reconhecido interesse natural ou paisagístico, nomeadamente do ponto de vista científico, da conservação e estético», sendo os valores naturais definidos como «... elementos da biodiversidade, paisagens, territórios, habitats ou geossítios» (Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho, p. 4599).

Neste contexto, propõe-se uma definição bastante abrangente de património natural, não só ao nível dos elementos que o constituem (que abarca todo o ambiente natural, palco da atividade humana) mas também da escala de análise, possuindo uma dinâmica e sensibilidade próprias. Assim, e de acordo com FONSECA (2009, p. 18-19) o património natural reporta-se a todo um conjunto de bens que pertencem a diferentes domínios, designadamente o biológico (que destaca como o mais desenvolvido), o geológico

(que considera geralmente desvalorizado) e o paisagístico. Acentua, ainda, que o património natural deve ser reconhecido e valorizado por todos e, dessa responsabilização, devem decorrer direitos e deveres para os cidadãos.

O que parece importante destacar no âmbito dos conceitos apresentados, é que em todos está subjacente o conceito de paisagem enquanto património. Com efeito, a paisagem atual constitui um «ponto de encontro» entre o natural e o cultural, resultando de um processo de consolidação na história, na qual meio e homem se relacionam construindo a sua memória. Esta ideia está clara na definição de «paisagem cultural» adotada pelo Comité Científico Internacional das Paisagens Culturais, onde se lê que estas representam «... the combined works of nature and of Man [e ilustram a] evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal»<sup>8</sup>.

#### 4. CONTRIBUTOS DO PREFIXO «GEO» PARA A ABORDAGEM À PAISAGEM

O termo «geodiversidade», segundo GRAY (2005, p. 5), começou a ser utilizado por geólogos e geomorfólogos na década de noventa, para caracterizar a variedade do meio abiótico, sendo definido como «... the natural range (diversity) of geological (rocks, minerals, fossils), geomorphological (land form, physical processes) and soil features incluindo their assemblages, relationships, properties, interpretations and systems».

No entanto, inicialmente este conceito era aplicado de forma redutora, muitas vezes apenas associado a aspetos geológicos<sup>9</sup>. Atualmente, e de acordo com REYNARD & CORATZA (2007) e RODRIGUES & FONSECA (2008, p. 3), a geodiversidade refere-se ao «... conjunto dos elementos naturais (geológicos, geomorfológicos, pedológicos, hidrológicos, cénicos, etc.) existentes num determinado espaço», que são suporte físico da biodiversidade e de todas as atividades humanas expressas na sua diversidade cultural.

Em termos gerais, a geodiversidade corresponde à parte «não viva» da natureza, abrangendo todos os fatores abióticos e condicionando a própria biodiversidade,

*... uma vez que os diferentes organismos apenas encontram condições de subsistência quando se reúne uma série de condições abióticas indispensáveis. [Por outro lado, tende a determinar] a evolução da civilização [pelo que o] património construído é um excelente “espelho” da geodiversidade local (BRILHA, 2005, p. 18).*

<sup>8</sup> Guidelines on the inscription of specific types of properties on the World Heritage List. Documento disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/opguide05-annex3-en.pdf>>. [Acedido em 23 de Abril de 2012].

<sup>9</sup> Por exemplo, Nieto Albert (2001), citado por Araújo (2005, p. 25), definiu geodiversidade como sendo «... o número e variedade de estruturas e materiais geológicos que constituem o substrato físico natural de uma região, sobre qual assenta a atividade orgânica, incluindo a antrópica».

Em associação com o anterior, o conceito de «geopatrimónio», equivalente do termo inglês «geoheritage», deve ser entendido como «... o conjunto de valores que representam a Geodiversidade do território [sendo] constituído por todo o conjunto de elementos naturais abióticos existentes à superfície da Terra (emersos ou submersos) que devem ser preservados devido ao seu valor patrimonial» (RODRIGUES & FONSECA, ob. cit., p. 5). Ou seja, refere-se ao património natural de carácter abiótico existente em dada área, e inclui um conjunto de elementos que definem a sua geodiversidade com valor patrimonial, integrando ainda, como defendem os autores supracitados os patrimónios geológico, geomorfológico, hidrológico, pedológico, entre outros.

No entanto, nem todos os autores assumem esta leitura, sendo frequente a utilização do conceito de geopatrímónio quase como sinónimo de património geológico (i.e. CARVALHO, 1999; BARBOSA *et al.*, 1999; REIS, 2000), o qual integra um conjunto de subdivisões que contemplam, por exemplo, elementos geomorfológicos, paleontológicos ou mineralógicos (PEREIRA *et al.*, 2005; BRILHA, 2006). Ou seja, uma visão um pouco contida de geopatrímónio, mas, em simultâneo, demasiado ampla de património geológico. Por exemplo, DURÁN VALSERO *et al.* (2005, p. 278), consideram que o património geológico é constituído pelo conjunto de

*... enclaves naturales, básicamente de carácter no renovable, aunque no exclusivamente, tales como formaciones rocosas, estructuras y acumulaciones sedimentarias, formas, paisajes, yacimientos minerales o paleontológicos, lugares hidrogeológicos, o colecciones de objetos geológicos de valor científico, cultural o educativo, cuyas características, sobre todo las relativas a su exposición y contenido, permiten reconocer, estudiar e interpretar la evolución de la historia geológica que ha modelado una determinada región y, en última instancia, de la Tierra.*

Ou seja, incluem na sua definição uma vasta gama de elementos biofísicos, entre eles, os geomorfológicos.

Uma perspetiva interessante sobre o património geológico é apresentada por MUÑOZ (1988, citado por MANTESSO-NETO, 2010, p. 5), que o encara como

*... georrecursos culturais, ou seja, recursos não renováveis de índole cultural, que contribuem para o reconhecimento e interpretação dos processos geológicos que modelaram o nosso planeta, que podem ser caracterizados de acordo com o seu valor (científico, didático), pela sua utilidade (científica, pedagógica, museológica, turística) e pela sua relevância (local, regional, nacional e internacional).*

É uma perspetiva que nesta reflexão se partilha: o «natural» é, também «cultural», na medida em que depende, cada vez mais, da vocação para preservar.

No entanto, o conceito de património geomorfológico encontra-se bem consolidado e, em Portugal, foi introduzido por PEREIRA (1995, p. 11), definindo-o como

*... o conjunto de formas de relevo, solos e depósitos correlativos, que pelas suas características genéticas e de conservação, pela sua raridade e/ou originalidade, pelo seu grau de vulnerabili-*

*dade, ou, ainda, pela maneira como se combinam espacialmente (a geometria das formas de relevo), evidenciam claro valor científico, merecendo ser preservadas.*

Esta aceção é partilhada por PEREIRA (2006) e RODRIGUES & FONSECA (2008), integrando estes últimos na sua definição todas as formas de relevo e as formações superficiais que são correlativas da sua evolução passada e presente, encontrando-se emersas ou submersas. Estes autores distinguem claramente este conceito do de património geológico, considerando que apresenta um conjunto de evidências que permitem reconstituir «... a histórica geológica passada da Terra [...] compostas, por exemplo, por elementos estudados pela Paleontologia, com particular realce para os fósseis que auxiliam a datação dos materiais rochosos, pela sedimentologia, petrografia ou mineralogia, salientando-se a necessidade de preservar afloramentos com particular interesse científico e didático, ou pela tectónica que esclarece a importância de forças endógenas nas etapas de evolução da história da Terra» (ob. cit., p. 4-5).

Intimamente associados aos conceitos anteriores, destacam-se ainda os termos «geossítio» e «geomorfossítio», este último proposto por PANIZZA em 2001, utilizados para designar locais de interesse geológico e geomorfológico, detentores de um conjunto de valores (científico, estético, cultural, ecológico, económico ou outros), podendo constituir locais isolados, áreas ou locais panorâmicos, cujo valor justifica a proteção legal e a promoção no âmbito de atividades científicas, pedagógicas e turísticas (VIEIRA & CUNHA, 2008).

Na interpretação de BRILHA (2005) é clara a utilização de «geossítio» numa perspetiva ampla, caracterizando-se estes por eventos de geodiversidade derivados tanto de processos naturais como da ação humana. Mas FONSECA (2009, p. 20), que refere ter esta designação sido introduzida em 1996 pela International Union of Geological Sciences (IUGS), salienta que este conceito designa áreas

*... onde elementos geológicos (geoelementos), apresentam significado, científico, pedagógico, cultural, turístico... [podendo ainda] constituir um recurso geológico desde que esteja potenciada a necessidade e a possibilidade de ser utilizado, de forma a ser rentabilizado sob duas vertentes: material (económica) e intelectual (didática, cultural), igualmente importante e complementar da anterior.*

Ou seja, mantém-se uma discussão que deriva do significado atribuído ao património natural ou abiótico. «Geossítio» poderá significar locais que reúnem elementos patrimoniais característicos da geodiversidade, independentemente do seu âmbito disciplinar, mas num contexto mais restrito será apenas utilizado para designar o património geológico, do qual faz parte, designadamente, o geomorfológico. Quando se determinam «barreiras» científicas na sua definição, será apenas aplicado aos elementos geológicos, distinguindo-se dos «geomorfossítios».

## 5. PAISAGEM E DESENVOLVIMENTO: GEOCONSERVAÇÃO E GEOTURISMO

Os conceitos de «geoconservação» e «geoturismo» encontram-se intimamente associados à ideia de geopatrimónio enquanto georecurso detentor de determinados valores, que potenciam o seu uso/exploração numa perspetiva de valorização da paisagem para o desenvolvimento territorial. Esta afirmação pode ser traduzida pelo esquema que REYNARD (2005) apresenta para definir os valores do património geomorfológico – mas que pode ser estendido ao geopatrimónio em geral – que, atribuídos pelo Homem, fazem com que este possa ser visto como recurso natural, cultural e económico e usado como tal (figura 1).

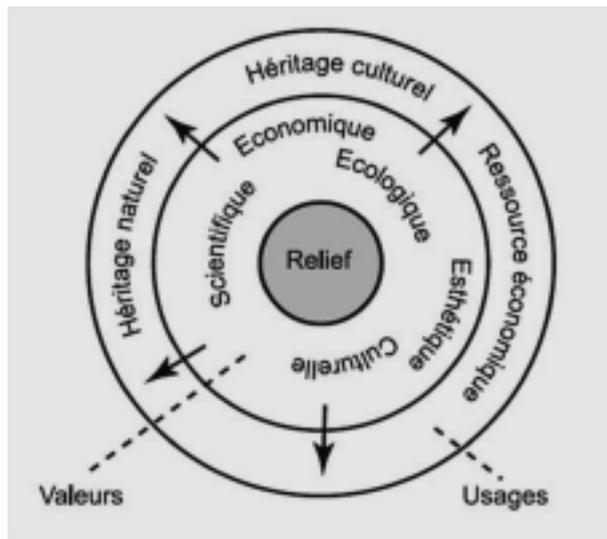


Figura 1 – Valores e respetivos usos atribuídos ao relevo terrestre (REYNARD, 2005).

É neste contexto que se inserem os conceitos de geoconservação e geoturismo.

Relativamente ao primeiro, BRILHA (2005, p. 51) salienta que devido à sua origem recente ainda não existe uma definição consensual, mas prende-se com a

*... necessidade de conservar um determinado geossítio [tendo] como objetivo a preservação da diversidade natural (ou geodiversidade) de significativos aspetos e processos geológicos (substrato), geomorfológicos, (formas de paisagem) e de solo mantendo a evolução natural (velocidade e intensidade) desses aspetos e processos.*

Neste sentido considera um conjunto de procedimentos e iniciativas, que estão dependentes, numa primeira fase, de uma inventariação e caracterização, dos geossítios (senso global), para que se possam definir as medidas mais adequadas para a sua conservação e enquadramento igualmente o seu potencial de utilização enquanto recurso passível de contribuir para o desenvolvimento das áreas em que se integram (BRILHA & CARVALHO, 2010).

É no potencial de uso do geopatrímónio que se situa o conceito de geoturismo, muito ligado ao Turismo da Natureza<sup>10</sup>, mas que não pode ser separado do de Turismo Cultural, podendo, tanto um como qualquer outro, fazer parte de uma estratégia de conservação<sup>11</sup> e de intervenção territorial sustentável. Aliás, na Carta Internacional sobre Turismo Cultural, adotada pelo International Council on Monuments and Sites (ICOMOS, 1999)<sup>12</sup>, considera-se que, por património, deve entender-se de forma conjunta e dinâmica os ambientes naturais e culturais. Constituindo fator de intercâmbio e desenvolvimento o turismo é, portanto, uma atividade capaz de captar recursos económicos do património, os quais devem ser reinvestidos na conservação, informação e promoção de políticas de valorização.

De qualquer modo, o conceito de geoturismo, à semelhança dos anteriores, envolve diferentes posturas. Sintetizando a opinião de vários investigadores, REYNARD (2008, p. 225-226) considera que a sua definição pode assumir dois pontos de vista diferenciados: (1) alguns autores associam-no a «turismo geográfico», que privilegia a descoberta de uma área de forma integrada, ou seja, envolvendo as componentes naturais e humanas, segundo uma orientação de desenvolvimento económico; (2) no segundo ponto de vista, é encarado como uma forma de turismo que visa especificamente a descoberta do geopatrímónio, sendo este analisado

*... as a system made of three subsystems: forms (landscapes, landforms, sediments, rocks, fossils), processes (tectonic activity, volcanic processes, weathering, erosion, deposition), and tourism (attractions, accommodation, tours, activities, interpretation, planning and management).*

Neste contexto, o autor citado considera que o geoturismo é visto como um tipo de «ecoturismo» que incide fundamentalmente sobre os geossítios, funcionando estes como base ou catalisador do desenvolvimento do turismo.

Esta última perspetiva é mais adequada quando uma determinada área do geopatrímónio é particularmente apelativa, suportando elevado valor científico e estético, o que constitui um fator decisivo na escolha dos turistas, mesmo dos «não especialistas». No entanto, o conceito de «turismo geográfico» parece mais consentâneo com a perspetiva enunciada neste artigo, a qual vai ao encontro de COSTA *et al.* (2004, p. 8) quando referem que

<sup>10</sup> A Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 de Agosto, que cria o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas, considera que o «... turismo de natureza pressupõe a prática integrada de atividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio à prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, atividades aquáticas e subaquáticas, entre outras, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais».

<sup>11</sup> Note-se que para alguns autores o Geoturismo constitui uma forma de Ecoturismo ou Turismo Ecológico (i.e. ARAÚJO, 2005; COSTA *et al.*, 2004). No esquema da fig. 1, integramos ambos no contexto do Turismo da Natureza, considerando que o Geoturismo estaria mais vocacionado para atividades em torno do património abiótico, enquanto o Ecoturismo se centraria sobretudo no património biótico.

<sup>12</sup> Documento disponível em: <[http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/ProdutoseDestinos/Documents/Doc10\\_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/ProdutoseDestinos/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf)>. [Acedido em 4 de Maio de 2011].

*... o geoturismo é uma forma de valorização do território, nomeadamente no plano económico, podendo integrar um leque diversificado de serviços turísticos e de outras atividades com forte inserção nas economias rurais.*

Esta ideia aparece igualmente destacada em RODRIGUES & FONSECA (2008, p. 5), ao salientarem que as estratégias de desenvolvimento sustentável a implementar nas áreas rurais deverão contemplar uma promoção do geopatrimónio que, garantindo a sua preservação e a «... qualidade cénica, científica e didática das paisagens e das formas de relevo e outros elementos patrimoniais que as compõem...» possa aproveitar o seu valor económico na ligação com o geoturismo, embora considerem que a sua capitalização para o desenvolvimento só ocorrerá, verdadeiramente, quando integrada nas estratégias de ordenamento dos espaços rurais.

Destaca-se, igualmente, a definição de Geoparque expressa pela Global Geoparks Network, que, ao considerar que o natural, o cultural e a história social não podem ser dissociadas, aproxima-se de uma leitura integrada do geopatrimónio na sua ligação com o geoturismo. Neste sentido, o conceito de Geoparque aplica-se a uma

*... geographical area where geological heritage sites are part of a holistic concept of protection, education and sustainable development [mas deve considerar] the whole geographical setting of the region, and shall not solely include sites of geological significance. [Assim, tendo em conta a] synergy between geodiversity, biodiversity and culture [...] it is necessary to also include and highlight sites of ecological, archaeological, historical and cultural value within each Geopark<sup>13</sup>.*

Independentemente da posição que se adote face aos conceitos anteriormente definidos, na verdade, a perspetiva integrada de paisagem atribui ao património um conjunto de valores que o potenciam como um georrecurso passível de ser considerado nas intervenções que visam o desenvolvimento territorial (Figura 2). Neste contexto, a sua divulgação torna-se essencial, respeitando normas que defendam a (geo)conservação, o que passa pela promoção de atividades turísticas sustentáveis.

Esta ideia encontra-se explícita no Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto, que estabelece as bases das políticas públicas de turismo e define os instrumentos para a sua execução. Reafirmando como princípio geral a sustentabilidade do turismo articulada num triângulo composto pelas questões ambientais, sociais e económicas, definindo os recursos turísticos como «... os bens que pelas suas características naturais, culturais ou recreativas tenham capacidade de motivar visita e fruição turísticas».

---

<sup>13</sup> Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO's assistance to join the Global Geoparks Network (GGN). <<http://www.globalgeopark.org/english/AboutGGN/dcm/201010/P020110121377968666721.pdf>>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].

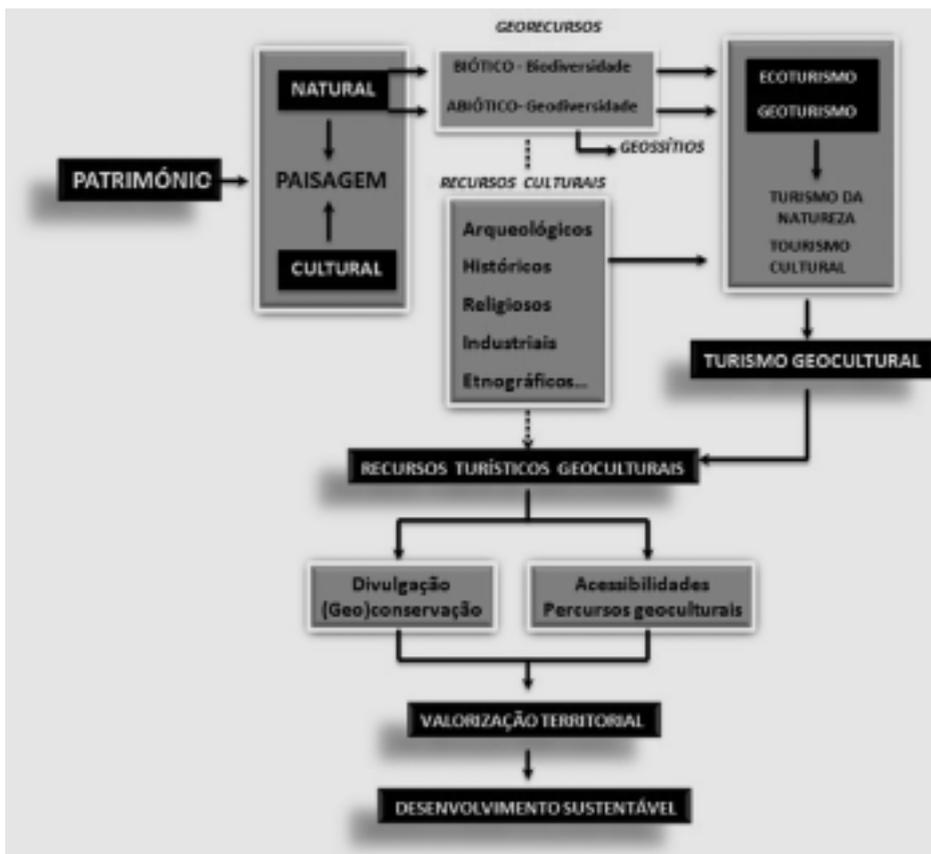


Figura 2 – Perspetiva integrada da paisagem, enquanto património e «recurso» geocultural.

A paisagem, através da exploração de atividades turísticas, deve constituir-se como um setor estratégico da economia nacional e uma área de intervenção prioritária, contribuindo para o desenvolvimento do território, principalmente em áreas ricas do ponto de vista paisagístico onde se conjugam valores patrimoniais naturais e culturais, podendo, se baseadas na vontade dos agentes e atores locais, conter e/ou contrariar as tendências de abandono ou degradação territorial.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

## BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Ilídio (2001) – *Acerca de «paisagem»: Apontamentos para um debate*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 75-81.
- ARAÚJO, Eugénia (2005) – *Geoturismo: Conceptualização, Implementação e Exemplo de Aplicação ao Vale do Rio Douro no Sector Porto-Pinhão*. Dissertação de Mestrado, Escola de Ciências, Universidade do Minho, 213 p.

- BARBOSA, Bernardo; FERREIRA, Narciso; BARRA, António (1999) – *Importância da Geologia na defesa do património geológico, no geoturismo e no ordenamento do território*. «Geonovas», 13, p. 22-33.
- BRILHA, José (2005) – *Património Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica*. Palimage Editores, 91 p.
- (2006) – *Património geológico: um novo modo de entender a conservação da natureza. Livro de resumos das IV Jornadas Internacionais de Vulcanologia da Ilha do Pico*, p. 20-21.
- BRILHA, José; CARVALHO, António Galopim (2010) – *Geoconservação em Portugal: Uma Introdução*. In NEIVA, J. M. Coteló et al., eds. – *Ciências geológicas: ensino, investigação e sua história*. Volume II, p. 435-441.
- CARVALHO, António Galopim (1999) – *Geomonumentos – uma reflexão sobre a sua caracterização e enquadramento num projecto nacional de defesa e valorização do Património Natural*. Lisboa: Liga de Amigos de Conímbriga, 30 p.
- CASIMIRO, Pedro (2000) – *Uso do Solo – Ecologia da Paisagem: Perspectivas de uma nova abordagem do estudo da Paisagem em Geografia*. «GeoInova», n.º 2, p. 45-66.
- CLAVAL, Paul (2010) – *A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia*. In CORR A; ROSENDAHL, eds. – *Introdução à Geografia Cultural*. Bertrand Brasil, p. 147-166.
- COSTA, Luís; NEVES, A. Oliveira; PORTA, Magda (2004) – *Património geológico e turismo: como potenciar interrelações e dinamizar o desenvolvimento rural nos Açores. II Congresso de Estudos Rurais*, 12 p. Disponível em <[http://www.sper.pt/IICER/pdfs/Tema3/L\\_Costa.pdf](http://www.sper.pt/IICER/pdfs/Tema3/L_Costa.pdf)>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].
- DELGADO, Carlos (2010) – *Expansão urbana e fragmentação de áreas com forte aptidão Agrícola: o caso de estudo da «bacia leiteira primária» de Entre-Douro-e-Minho*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, 335 p.
- DOMINGUES, Álvaro (2001) – *A paisagem revisitada*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 55-66.
- DURÁN VALSERO, Juan; CARCAVILLA URQUÍ, Luis; LÓPEZ-MARTÍNEZ, Jerónimo (2005) – *Patrimonio Geológico: Una panorámica de los últimos 30 años en España*. «Bol. R. Soc. Esp. Hist. Nat.» (Sec. Geol.), 100 (1-4), p. 277-287.
- FERREIRA, António de Brum; ALCOFORADO, Maria João; VIEIRA, Gonçalo; MORA, Carla; JANSEN, Jan (2001) – *Metodologias de análise e de classificação das paisagens. O exemplo do projecto Estrela*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 157-178.
- FONSECA, Maria Helena (2009) – *Estabelecimento de critérios e parâmetros para a valoração do património geológico português. Aplicação prática ao património geológico do Parque Natural de Sintra-Cascais*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 166 p.
- FORMAN, Richard; GODRON, Michel (1986) – *Landscape ecology*. New York: John Wiley and Sons, Inc., 619 p.
- GASPAR, Jorge (2001) – *O retorno da paisagem à Geografia. Apontamentos místicos*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 83-99.
- GRAY, Murray (2005) – *Geodiversity and Geoconservation: What, Why, and How?* «Geodiversity & Geoconservation», vol. 22, n.º 3, p. 4-12.
- HENRIQUES, Eduardo (2001/02) – *Os temas culturais na investigação geográfica: breve retrospectiva e ponto da situação*. «Inforgeo», 16/17. Lisboa: Edições Colibri, p. 153-165.
- HERNÁNDEZ HERNANDÉZ, Francisca (1996) – *La conservación integral del patrimonio*. «Complutum Extra», 6(U), p. 251-260.
- LUCAS, João; SOARES, Laura; PACHECO, Elsa (2012) – *Integrated cultural landscapes: a conceptual framework of heritage and geo(cultural)tourism in territory enhancement (Serra da Aboboreira, Baião)*, 11th European Geoparks Conference.
- MANTESSO-NETO, Virgíneo (2010) – *Geodiversidade, Geoconservação, Geoturismo, Patrimonio Geológico, Geoparque: novos conceitos nas geociências do século XXI*. Disponível em <[http://www.sugeologia.org/documentos/ACTAS%20VI%20CONGRESO%20URUGUAYO/trabajos/123\\_Mantesso-Neto\\_Virginio.pdf](http://www.sugeologia.org/documentos/ACTAS%20VI%20CONGRESO%20URUGUAYO/trabajos/123_Mantesso-Neto_Virginio.pdf)>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].

- MARTINS, Luísa (2006) – *Património ou patrimónios: para uma gestão diacrónica do conceito*. «Inuaf Studia», n.º 10, p. 29-41.
- MONTANER, Josep (2008) – *Reciclaje de paisajes: condición posmoderna y sistemas morfológicos*. In NOGUÉ, J., ed. – *El paisaje en la cultura contemporánea*, p. 233-248. (Col. «Paisaje y Teoría, Biblioteca Nueva»).
- MUÑOZ, Elízaga (1988) – *Georrecursos culturales*. «Geologia Ambiental». Madrid: ITGE, p. 85-100.
- NAME, Leo (2010) – *O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura*. «GeoTextos», vol. 6, n.º 2, p. 163-186.
- NIETO ALBERT, Luis (2001) – *Geodiversidad: propuesta de una definición integradora*. «Boletín Geológico y Minero», vol. 112, n.º 2, p. 3-12.
- NOGUÉ, Joan (2008) – *La valoración cultural del paisaje en la contemporaneidad*. In NOGUÉ, J., ed. – *El paisaje en la cultura contemporánea*, p. 9-24. [Col. «Paisaje y Teoría, Biblioteca Nueva»].
- OLIVEIRA, Ana (2007) – *Património(s) em diálogo. Redes de Museus Municipais Gestão e implementação de estratégias. Caso de Cascais*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 292 p.
- PANIZZA, Mario (2001) – *Geomorphosites: Concepts, methods and examples of geomorphological survey*. «Chinese Science Bulletin», vol. 46, Supp. December, p. 4-5.
- PANIZZA Mario; PIACENTE, Sandra (2003) – *Geomorfologia culturale*. Bologna: Pitagora Ed., 350 p.
- PEREIRA, Ana Ramos (1995) – *Património Geomorfológico no Litoral Sudoeste de Portugal*. Lisboa, «Finisterra», XXX, 59-60, p. 7-25.
- PEREIRA, Paulo; PEREIRA, Diamantino; ALVES, Maria Isabel (2004) – *Património geomorfológico: da actualidade internacional do tema ao caso português*. *Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa*. Universidade do Minho, CD-ROM, 18 p.
- (2005) – *Paisagens culturais portuguesas como património geomorfológico*. «Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos», vol. 3, p. 211-214.
- PEREIRA, Paulo; PEREIRA, Diamantino; ALVES, Maria Isabel; BRILHA, José (2005) – *Geology, landscape and geomorphology: finding the place of geomorphological heritage*. *IV International Symposium ProGEO on the Conservation of the Geological Heritage: abstracts*. Braga, p. 10.
- PEREIRA, Paulo (2006) – *Património geomorfológico: conceptualização, avaliação e divulgação: aplicação ao Parque Natural de Montesinho*. Dissertação de Doutoramento. Departamento de Ciências da Terra, Universidade do Minho, Braga, 370 p.
- PEREIRO, Xerardo (2006) – *Património cultural: o casamento entre património e cultura*. «ADRA», n.º 2, p. 23-41.
- PIMENTA, José (2007) – *O «Lugar do Passado» em Martins Sarmento: geo-historiografia do programa de investigação arqueológica da cultura castreja (1876-1899)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho, 673 p.
- REIS, Rui Pena (2000) – *O conteúdo dos elementos do património geológico. Ensaio de qualificação. I Seminário do Património Geológico Português*. Lisboa: Ed. Comemorações dos 150 anos da criação da Comissão Geológica (1848-1998), 4 p.
- REYNARD, Emmanuel; CORATZA, Paola (2007) – *Geomorphosites and geodiversity: a new domain of research*. «Geographica Helvetica», Jg. 62, Heft 3, p. 138-139.
- REYNARD, Emmanuel (2005) – *Géomorphosites et paysages*. «Géomorphologie: relief, processus, environnement», n.º 3, p. 181-188.
- (2007) – *A method for assessing the scientific and additional values of geomorphosites*. «Geographica Helvetica», Jg. 62, Heft 3, p. 148-158.
- (2008) – *Scientific research and tourist promotion of geomorphological heritage*. «Geogr. Fis. Dinam. Quat.», 31, p. 225-230.
- RIBEIRO, Orlando (2001) – *Paisagens, regiões e organização do espaço*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, 72, p. 27-35.
- RODRIGUES, Maria Luísa; FONSECA, André (2008) – *A valorização do geopatrimónio no desenvolvimento sustentável de áreas rurais*. *VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*, 14 p. Disponível em <[http://www.sper.pt/actas7cier/FPD/Tema%20II/2\\_14.pdf](http://www.sper.pt/actas7cier/FPD/Tema%20II/2_14.pdf)>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].

- SALGUEIRO, Teresa (2001) – *Paisagem e Geografia*. Lisboa, «Finisterra», XXXVI, n.º 72, p. 37-53.
- SARMENTO, João (1997) – *Geografia Cultural e Geografia do Turismo: configurações para o final da década de 90. III Congresso da Geografia Portuguesa (1997)*. «Inforgeo», XII-XIII, 1999, p. 163-172.
- SOARES, Laura; COSTA, António; GOMES, Alberto (2010) – *Geografia, Arqueologia e Sistemas de Informação Geográfica: exemplos de articulação no estudo de arqueosítios do Norte de Portugal, III Jornadas do Quaternário*. «Estudos do Quaternário, Revista da APEQ», Braga, p. 171-188.
- SOUZA, Reginaldo (2009) – *O sistema GTP (geossistema-território-paisagem) como novo projeto geográfico para a análise da interface sociedade-natureza*. «Revista Formação», n.º 16, vol. 2, p. 89-106.
- TELLES, Mário (s.d.) – *Ensaio sobre a amplitude do conceito de património cultural*, 20 p. Disponível em <[http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art\\_srt\\_arquivo20110802124056.pdf](http://www.rkladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20110802124056.pdf)>. [Acedido em 5 de Maio de 2012].
- VÁZQUEZ VARELA, Carmen; MARTÍNEZ NAVARRO, José (2008) – *Del inventario patrimonial a la identificación de unidades de paisaje: estrategias en el marco de un desarrollo territorial sostenible. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*. Universidad de Barcelona. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/248.htm>>. [Acedido em 20 de Setembro de 2012].
- VIEIRA, António; CUNHA, Lúcio (2008) – *Património Geomorfológico no Portugal Central. Sua importância para a definição e valorização de áreas protegidas. Actas do V Seminário Latino-americano e I Seminário Ibero-americano de Geografia Física*, CD-Rom, Santa Maria – RS.
- WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin (2010) – *Os temas da geografia cultural*. In CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, ed. – *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 27-61.



# CONTRIBUTO PARA O RECONHECIMENTO DE «ESTRATIGRAFIA» NA PAISAGEM DA BACIA DO DOURO

O CASO DO TERRITÓRIO ENTRE MARÃO, MONTEMURO, SOUSA, TÂMEGA E DOURO

LINO TAVARES DIAS\*

**Resumo:** Este trabalho é assumido como um contributo para o reconhecimento de «estratigrafia» na paisagem da bacia do Douro, particularizado para o território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro.

A partir de um «observador», procuramos evoluir a análise que nos permita reconhecer a estratigrafia milenar desta Paisagem e fazemo-lo através daquilo que denominamos como «unidades de paisagem património», as quais constituem áreas relativamente homogêneas que denotam a estreita relação entre as características ecológicas de um território e as atividades que nele se desenrolaram, exemplificadas e identificadas como património construído (arquitetónico e arqueológico) num intervalo de tempo «ante» e «post» bem definido. Suportada na Geografia de Estrabão e nos resultados da escavação de Tongobriga, apresenta-se com alguma pormenorização a unidade que denominamos «do castrejo ao tardo-romano: travessia e estruturação do território», assumindo-a como um contributo para o reconhecimento da «estratigrafia» da construção da Paisagem entre o ano zero e o século V.

**Palavras-chave:** Paisagem; Construção; Arqueologia; Interpretação.

**Abstract:** This paper aims to contribute to the recognition of «stratigraphy» in the landscape of the Douro basin, in particular the territory between Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega and Douro.

From an «observer's» point of view, we intend to develop the analysis that allows us to recognize the stratigraphy of this ancient Landscape through what we call «heritage landscape units». These are relatively homogeneous areas that show the close relationship between the ecological characteristics of an area and the activities that took place in it, exemplified and identified as constructed heritage (architectural and archaeological) in a well-defined range of «ante» and «post» timeframes. Supported by Strabo's Geography and by the results of the Tongobriga diggings, we present with some detail the unit we call «from the castrejo to the late-Roman: crossing and structuring of the territory», as a means to contribute to the recognition of the «stratigraphy» that shaped the Landscape between the year zero and the 5th century.

**Keywords:** Landscape; Construction; Archaeology; Interpretation.

Em 2004 George Steiner publicou um trabalho com o título original *The Idea of Europe*, o qual foi editado em Portugal no ano seguinte, pela Gradiva, com o título *A Ideia de Europa*.

Este trabalho começa assim: «A Europa é feita de cafetarias, de cafés. Estes vão da cafetaria de Pessoa, em Lisboa, aos cafés de Odessa frequentados pelos gangsters de Isaac Babel. Vão dos cafés de Copenhaga, onde Kierkegaard passava nos seus passeios concentrados, aos balcões de Palermo. (...) desenhe-se o mapa das cafetarias e obter-se-á um dos marcadores essenciais da “ideia de Europa”».

---

\* CITCEM.

... e termina assim este ensaio de George Steiner: «*É entre os filhos frequentemente cansados, divididos e confundidos de Atenas e de Jerusalém que poderíamos regressar à convicção de que a “vida não reflectida” não é efetivamente digna de ser vivida*».

O autor salienta a sobreposição de vivências expressas e suporta-as em algumas características específicas do continente europeu, quer seja a dimensão geográfica do continente que permite que o homem tenha atravessado a pé a Europa em vários momentos da História, desde os exércitos romanos aos de Napoleão, quer seja na capacidade de reconhecer pela toponímia aqueles que se evidenciaram ao longo do tempo.

A leitura deste livro parece descansar-nos no que toca ao reconhecimento do passado e especialmente no que toca à identidade da Europa, mesmo com as suas contradições internas. Este é um tema que muito tem sido abordado nos últimos anos, debatendo-se as estratégias para afirmação da Europa no Mundo.

Um dos caminhos da afirmação da Europa no Mundo terá sido a ideia de defender a sua paisagem construída, razão que impulsionou vários estudos no final do século XX, de que resultou uma Convenção promovida pelo Conselho da Europa em 2000. Nela foi assumido que por «paisagem» deveria entender-se «qualquer parte do território, tal como é apreendido pelas populações, cujo carácter intrínseco é resultado da ação e interação de fatores naturais e humanos». Dito de outra forma, «A Paisagem é resultado do casamento do trabalho do Homem com a Natureza» (DOWER, 1999: 19).

Tenho procurado analisar os resultados deste casamento em espaços de alguns territórios e para isso tenho tentado aplicar um conceito prático que é assumido como ferramenta fundamental pelos arqueólogos, a estratigrafia. Para analisar a estratigrafia da paisagem valorizo a dimensão temporal e a dimensão espacial, reconhecendo a evolução humana e procurando identificar as «marcas» que o homem construiu e deixou ao longo do «tempo». Evidencio o «património construído» como sinónimo de «coisas feitas pelo homem», cabendo reconhecer que a sua disponibilização aos nossos sentidos é feita por «evidência direta» ou apenas «após exumação por metodologia arqueológica».

Estes princípios foram usados nos trabalhos realizados com o objetivo de reconhecer e identificar a estratigrafia da paisagem antiga na bacia do Douro. Neste trabalho abordo apenas o caso do «espaço» situado entre as serras do Marão e Montemuro, drenado pelos rios Sousa, Tâmega e Douro.

É um «espaço» do noroeste peninsular que surge ao observador como geomorfológicamente «agreste e montanhoso», de que nos fala Estrabão, geógrafo do século I d.C., cujo texto da *Geografia* me serve de referência.

O espaço abordado é geomorfológicamente limitado e muito marcado a nascente pela serra do Marão com os cerca de 1.400 metros de altitude e a sul pela serra do Montemuro com cerca de 1.380 metros de altitude. Em contrapartida, a poente e a norte o espaço alonga-se por terrenos agrícolas à altitude média de 150 ou 200 metros, já na margem direita do rio Tâmega.

Neste espaço evidenciam-se, como marcas naturais determinantes, os rios Douro e Tâmega, assim como o Ovil, o Teixeira, o Bestança, o Paiva e o Cabrum. O Douro, correndo de nascente para poente, o rio Tâmega como seu afluente na sua margem direita,

correndo de Nordeste para Sudoeste, tal como o Ovil e o Teixeira, e os rios Cabrum, Bestança e Paiva, afluentes da margem esquerda, correndo de Sudeste para Noroeste. É uma região de colinas e serras de circulação difícil, como aponta Suzanne DAVEAU (1991: 1143) que integra a unidade de paisagem definida por Orlando RIBEIRO (1986: 188) como «montanhas do norte da Beira», embora se vá diluindo, para noroeste, na paisagem do Entre Douro e Minho<sup>1</sup>.

Na abordagem ao «tempo», proponho reflexão sobre a construção da Paisagem identificada no texto da Geografia de Estrabão, embora perspetivando as evidências que já então existiam, apesar de não referidas.

Conjugando as abordagens<sup>2</sup> ao tempo e ao espaço, podem salientar-se, na generalidade, vários «momentos de Paisagem» assumidos como uma interpretação que desenvolvo a partir da observação, do registo patrimonial e das suas articulações com propostas indicadoras para a evolução da paisagem agrária das Montanhas do Norte da Beira e do Entre Douro e Minho, apresentadas por autores como TELLES (2003: 304) e ARAÚJO (2003: 73).

Nesta perspetiva, nos espaços em análise reconhecemos com facilidade cinco momentos:

- 1.º Paisagem pré-Estrabão, em que dominavam os carvalhos e os castanheiros nas encostas das montanhas e em que os castros (*oppida*) marcavam muitos dos pontos mais elevados e cujas populações conviveram com as mamoa e antas que se salientavam na paisagem<sup>3</sup>;
- 2.º Paisagem romana apontada por Estrabão, associada ao corte do carvalhal nas zonas inferiores das encostas e ao uso intenso da planície que se prolongou durante a cristianização;
- 3.º Paisagem marcada pelo «reuso» de alguns pontos elevados, exemplificado em vários territórios com a construção de castelos<sup>4</sup>;
- 4.º Paisagem dos socacos gradualmente construídos ao longo de séculos, associada predominantemente à construção dos mosteiros<sup>5</sup> e à «senhorialização» do território<sup>6</sup>;

<sup>1</sup> Para a caracterização sumária da região é determinante o reconhecimento das especificidades descritas por RIBEIRO (1986) e (1991: 1241-1265), por LAUTENSACH (1987: 121-166) e os comentários de DAVEAU (1987: 201-277).

<sup>2</sup> Fase de abordagem genérica para a globalidade do espaço. Nesta fase do trabalho de identificação são usadas bibliografias consideradas de referência mas com carácter generalista. A abordagem especializada é remetida para fases posteriores de aprofundamento de cada unidade de paisagem.

<sup>3</sup> Apesar das diferenças evidentes entre as regiões, o reconhecimento pelos romanos dos «monumentos» então conhecidos está comprovado por inscrições feitas por visitantes gregos e romanos em sítios do Egipto segundo ANDRÉ e BASLEZ (1991: 8). O mesmo autor salienta as noções de «ver pelos próprios olhos» e «fazer sentir o que foi visto», interpretando o que foi expresso nos textos de PLÍNIO (1991: 66). Esta noção de «autópsia» pode também ser reconhecida nos textos sobre o noroeste da Ibéria na Geografia de Estrabão.

<sup>4</sup> Na região não se regista a evidência de castelos apesar de terem existido (LIMA, 1994).

<sup>5</sup> Para abordar a exemplaridade da irradiação de espiritualidade e cultura da Ordem de Cister no Vale do Douro consultar: (GERALDO, 1999: 19-42).

<sup>6</sup> «O espaço geográfico, os homens, os princípios e as técnicas que o civilizam – o espaço e os espaços, os indivíduos e os grupos, as relações entre pessoas e coisas». Esta é a temática geral apontada numa reflexão de Armindo de Sousa para o período 1325-1480 em Portugal, constituindo-se como referência obrigatória em qualquer estudo sobre construção da paisagem cultural (SOUSA, 1993: 311-389).

5.º Paisagem moderna identificada, por exemplo, pelas estruturas do caminho-de-ferro a partir do final do século XIX<sup>7</sup>.

A partir destes cinco momentos evidentes para o «observador», procuramos evoluir a análise que nos permita reconhecer a estratigrafia milenar desta Paisagem e fazemo-lo através daquilo que denomino de «unidades de paisagem património». No território em observação, se analisarmos a conjugação da hidrologia com a altimetria, com a capacidade dos solos e com o nível de existência de água potável, podemos evidenciar distintas «unidades de paisagem património», as quais integram nesta abordagem todo o conjunto de marcas que o homem foi deixando sobre a natureza, construindo-a de forma diferenciada e, por isso, identificável ao longo dos milénios.

Estas «unidades de paisagem património» constituem áreas relativamente homogéneas que denotam a estreita relação entre as características ecológicas de um território e as atividades que nele se desenrolaram, exemplificadas e identificadas como património construído (arquitetónico e arqueológico) num intervalo de tempo «*ante*» e «*post*» bem definido.

Estas unidades de paisagem resultam de um exercício de síntese que agrupa um conjunto de fatores selecionados de acordo com os valores patrimoniais evidentes. É importante que estas unidades possuam uma inteligibilidade de funcionamento intrínseca, permitindo não só o seu relacionamento mas também a adoção de medidas e estratégias de intervenção.

Os cinco «momentos de paisagem» que apontamos, geraram no território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro seis «unidades de paisagem património», as quais identifico genericamente:

- A primeira das «unidades de paisagem património» muito bem identificada é a que denomino como «Planalto dolménico», reconhecida predominantemente acima dos 800 metros de altitude, como na Aboboreira, na margem direita do Douro, mas também na margem esquerda, em Cinfães e Resende. As evidências construídas pelo homem, as mamoa e antas, permitem observar paisagens neolíticas desde meados do IV milénio a.C.<sup>8</sup> (JORGE, 1990: 146). Regista-se a existência de mamoa também no planalto da serra de Montedeiras, embora a degradação que ali aconteceu nos anos 80 do século XX tenha destruído grande parte do que seria um conjunto que podia ser observado como exemplo desta unidade de paisagem de planalto. Hoje, ali, resta só alguma memória vestigial, ao contrário da Aboboreira, onde se identificam em Outeiro de Gregos, Meninas de Crasto, Outeiro de Ante, Chã de Loureiro, Chã de Arcas, Algária e Outeiro na Serra do Castelo, Abogalheira, Chã do Carvalhal, Chã de Santinhos, em espaços de Amarante, Baião e Marco de Canaveses.

<sup>7</sup> Sobre as fases de construção do caminho-de-ferro em Portugal (especificamente sobre a construção da linha do Douro entre 1875 e 1887), podem ser consultados: SILVA, 2005: 43-113; RAMALHO, 2000: 17-44.

<sup>8</sup> Assumindo como esboço de uma Pré-História de Portugal, Vítor de Oliveira JORGE (1990: 253-255) salienta os textos de Susana Oliveira JORGE (1990: 75-101; 102-162, 163-212; 213-251).

Na margem esquerda do rio Douro, também em ambientes e altitudes semelhantes, em Resende e Cinfães, identificam-se conjuntos megalíticos em São Cristóvão, Pen dilhe, Moumiz, Nespereira e em Tendais (Cruz, Portela, S. Pedro, Jugada) em cotas superiores aos 1.000 metros. As evidências construídas pelo homem para fins funerários, as mamoas e antas, permitem observar paisagens neolíticas homogêneas desde há cerca de 5.000 anos.

Esta unidade de paisagem ainda é usada no início do século XXI, por alguma população que vive em povoações com características arquitetónicas muito interessantes, quando observadas com cuidado, com especificidades que se identificam com o trabalho agrário e pastoril nestas altitudes ao longo de séculos, constituindo património não classificado mas de grande afirmação identitária, cujo aproveitamento para reuso contemporâneo, comedido e rentabilizado, muito qualificaria a unidade de paisagem, para além de permitir a fruição muito qualificada para diversos fins, nomeadamente o energético e o turístico.

- Uma segunda «unidade de paisagem património», reconhecida em encostas e vales deste espaço pode ser inicialmente denominada de «Castrejo-Romana» e definitivamente como «Do Castrejo ao Tardo-romano: travessia e estruturação do território». Associamos a uma amplitude cronológica entre o final do século I a.C. e o século V d.C. A implantação dos castros foi feita sempre em terrenos acima dos 400 metros de altitude, como são os exemplos de Arados, 480m; Quires, 512m; Soalhão, 442m; Esmoriz, 416m; Carvalho de Rei, 526m; Gondar, 418m; Banho, 508m; Cruito, 516m. Só o castro situado em Porto Manso, situado em condições específicas junto da margem direita do rio Douro, foi construído num ponto saliente aos 209 metros de altitude, cuja estrada dava acesso direto ao ponto de acostagem dos barcos aos 40 metros. Em contrapartida, neste território a cidade de Tongobriga foi construída em terrenos aos 300 metros de altitude e os *vici* e *villae* sobre terrenos entre os 250 e os 150 metros. Também o *vicus* situado em Várzea do Douro, sobre a margem direita do rio Douro e servido de pontos de acostagem de barcos, foi construído a cotas mais baixas, em torno dos 100m e cuja acostagem era feita também aos 40m. Integrada nesta unidade de paisagem identificamos um conjunto de vias articuladas entre si e com ligação à via *Bracara-Tongobriga-Emerita*.

- A perduração do uso de infraestruturas romanas ao longo de muitos séculos, nomeadamente a estrada *Bracara-Tongobriga-Emerita*, permite-nos dizer que se identifica uma terceira unidade de paisagem que faz a ligação, sem interrupções, desde a presença romana até ao que foi denominado chamar-se o período românico, evidenciado na região pela construção das primeiras estruturas cristãs, igrejas e capelas, até ao século XII. Pela evidência do construído estamos perante uma terceira unidade de paisagem, e que denominamos «Reuso tardo-romano e medieval».

Memória deste uso e reuso é a Albergaria de Canaveses, documentalmente comprovada e ainda existente na rua de S. Nicolau em Marco de Canaveses<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Embora reportada à região de Castela e Leão, a síntese que MAÑANES, 2004 apresenta é de interesse para a região em análise.

É um caminho lembrado em tempo de formação da nacionalidade, evidenciado por D. Mafalda que ali deixou a memória da construção da ponte medieval, certamente reconstrução no século XII da ponte romana que ali existira e que estaria em ruína à data da passagem de D. Mafalda, decorridos mais de 1.000 anos sobre a sua construção no início do século II. Esta estrada deverá ter servido Almançor e as suas tropas, em 997, quando levou a bandeira do califado de Córdova até Santiago de Compostela.

A tradição do Senhor da Boa Passagem (na travessia do rio Tâmega por ponte em Canaveses), a capela de S. Lázaro (eventual acolhimento de deuses protetores dos viajantes romanos) e a Igreja de S. Nicolau, formam também um conjunto de particular importância patrimonial, apesar das descuidadas transladações a que foi sujeito nos anos 80 do século XX.

Como vetor estratégico neste território, podemos juntar a esta estrada o rio Douro, assumido como eixo estruturante do território antigo e como importante evidência estratégica já referida por *Estrabão* no século I d.C.

- A quarta «unidade de paisagem património» neste território é reconhecido pela construção de numerosos mosteiros<sup>10</sup> que se instalaram durante a época medieval sobre terrenos situados em vales e encostas onde abundava a água que irrigava os terrenos «desenhados pelos monges» nas plataformas entre os 200 e os 300 metros de altitude.

Algumas destas novas construções que marcaram a paisagem medieval<sup>11</sup>, aproveitaram traçados anteriores, nomeadamente romanos, como se constata com os que ligavam Travanca, Mancelos, Gatão, Lufrei, Madalena, Aboadela e Marancinho.

Tal como se constata nas plataformas dolménicas e romanas, definidas por alguma diferença altimétrica nas duas margens do rio Douro, também na implantação dos mosteiros há ligeiras diferenças na margem esquerda do rio Douro onde o uso do território é feito sempre a uma altitude superior em cerca de 100 metros, comparativamente com a outra margem. Constata-se de forma evidente em Travanca (200m), Vila Boa do Bispo (250m), Tabuado (250m), Mancelos (300m), Ancede (300m), Cárquere (400m). Associamos a esta unidade de paisagem a gradual construção de socacos que aproveitando as encostas, aumentam o espaço agricultado e, simultaneamente, vão partindo o terreno em pequenas parcelas.

- A quinta unidade de paisagem resulta de construção ao longo dos séculos, «do medieval aos nossos dias», embora predominando no período moderno e no contemporâneo. Este território foi evidenciado pela «senhorialização» que demarcou Quintas com as respetivas Casas que, normalmente, se identificavam com o nome do lugar. Para construir estas unidades foram predominantemente usados os terrenos dos 200 metros de altitude ou ainda mais baixos.

- A sexta unidade de paisagem evidencia o regresso à travessia do território e sua estruturação, o que só existira em período romano. Esta unidade de paisagem evidencia-

---

<sup>10</sup> Embora muito concentrado no trabalho dos mosteiros da Ordem de Cister, são referência os dois volumes publicados após o Colóquio Internacional realizado sob o tema «CISTER – Espaços, Territórios, Paisagens» no Mosteiro de Alcobaça entre 16 e 20 de Junho de 1998. O 1º volume reúne a Economia, Espiritualidade, Arquitetura. O 2º volume reúne Arte e Iconografia, Arqueologia, Espaços, Paisagens, Recuperação e Valorização.

<sup>11</sup> Sobre os avanços e recuos da floresta em Portugal, da Idade Média ao Liberalismo, pode consultar-se: (DEVY-VARETA e ALVES, 2007: 55-75).

se pelos traçados da via-férrea que desde o final do século XIX criou novas formas de uso motivados pelos traçados paralelos ao rio Tâmega e ao rio Douro. Assumindo a cota dos 50 metros de altitude como referência, pontuou com disciplina a margem direita com novos núcleos populacionais associados às estações onde se apanhava o comboio e de onde ainda até há poucos anos se apanhava o barco ou a «camioneta de carreira» para atravessar o rio para a margem esquerda.

Esta unidade de paisagem é particularmente interventiva pela sua singularidade<sup>12</sup>, no troço construído na margem direita do rio Douro, sempre paralelo a este, com início na estação da Pala, até à Régua, Pocinho e Barca D'Alva. Era também singular o troço de via estreita, construído na margem direita do Tâmega, que ligava o lugar da Livração a Amarante. Este troço foi parcialmente desativado por decisão política já no século XXI.

Das «unidade de paisagem património» que sintetizei, saliento aquela que tem sido o alvo principal da minha investigação. Pormenorizo alguns fatores identitários daquela que designei como segunda unidade, construída pelo castrejo e pelo romano. Pela capitalidade e pela exemplaridade na transformação do território como consequência da atividade construtiva do homem, salientarei *Tongobriga*, cidade do século II d.C. sobre a qual trabalhei durante mais de 30 anos (DIAS, 1997). Reconhecida em encostas e vales, esta «unidade de paisagem património» pode ser genericamente denominada de «castrejo-romana». Associamos a isto uma amplitude cronológica que podemos encontrar desde o final do século I a.C. ao século VI.

*A montanha foi muito tempo o solar do homem primitivo, vagabundo relapso sem outra telha que o céu estrelado. Ali viveu séculos e séculos entre robles frondosos, castanheiros que lhe davam boa sombra e castanhas, esfomeado crónico, mas livre. Um dia empurraram-no para o vale, onde era menos perigoso e onde podia prestar serviços, extraíndo a cassiterite das minas, e o castelo dos altos ficou desamparado. O penedal é a ruína palacega da montanha.*

Este texto de Aquilino Ribeiro (*O Homem da Nave*, 1954)) sintetiza o viver do homem nos castros e, também, a alteração de vida que a economia romana lhe trouxe, a uns por imposição, a outros por aculturação.

Evidenciamos os castros nesta unidade de paisagem implantados sistematicamente em espaços situados nos 400 metros de altitude, construindo casas redondas, assumindo a «construção tradicional» coberta com colmo, percecionando que era assim feita porque era assim que sabiam fazer.

Confrontados com esta paisagem de castros localizados em pontos altos, com as encostas cobertas por carvalhais e castanheiros<sup>13</sup>, o romano promoveu profunda reforma, bem evidenciada neste território, quer na margem direita quer na esquerda do rio Douro.

<sup>12</sup> De interesse os capítulos «Douro» e «Região Metropolitana do Porto» in PORTUGAL – O Sabor da Terra (MATTOSO, DAVEAU e BELO, 2010: 187-273).

<sup>13</sup> Estrabão no livro III da Geografia evidência a existência de Carvalhos mas não a de Castanheiros. Autores recentes confirmam a existência de castanheiros, nomeadamente Carlos Aguiar e Bruno Pinto no texto paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental (AGUIAR e PINTO, 2007: 38-42). Por não ser uma árvore mediterrânica, eventualmente Estrabão não refere o castanheiro porque não o conhecia.

Referido por Estrabão no século I d.C., o homem que habitava a montanha<sup>14</sup> espalhava-se por dezenas de povos<sup>15</sup>, pulverizando deste modo qualquer sistema económico que o romano quisesse aproveitar. O facto de comerem pão de bolota<sup>16</sup> durante grande parte do ano mostra a pouca importância da agricultura entre os castrejos. A investigação tem vindo a demonstrar que, em contrapartida, o romano usou muito a mão-de-obra no cultivo da terra, na extração mineira, na construção de novos edifícios e no trabalho artesanal.

Foi nas plataformas situadas a cerca de 300 metros de altitude que a engenharia romana, há cerca de 2.000/1.900 anos e ao longo de cerca de dois séculos, construiu neste território as suas estruturas à «medida do corpo»<sup>17</sup>. Tal aconteceu com as cidades como *Tongobriga* e com as muitas explorações agrárias (*Villae*)<sup>18</sup>. Estas foram estruturas com grande impacto na construção da paisagem, alterando-a profundamente, quer pelo corte intenso de carvalhais e soutos nas encostas, quer promovendo uma revolução na estruturação agrária com consequências ainda hoje identificáveis em algum parcelamento do território.

Para além da fundação e construção de povoações e da reforma agrária, social, cultural e económica que provocaram profundas alterações na paisagem, este território foi atravessado por estradas então construídas e que o marcaram de forma determinante durante os séculos seguintes.

Denota-se que esta unidade de paisagem permite-nos fazer uma leitura global do território, já que as estradas construídas pelos romanos foram feitas para interligar a rede de cidades com as estruturas rurais, as explorações de minas e as termas medicinais, ligando-as aos rios navegáveis como o Douro e o Tâmega que atravessavam por ponte e por barco, prosseguindo encosta acima e, daqui, ao mundo globalizado de então, muito centrado no Mediterrâneo.

Reconhecida em encostas e vales, esta «unidade de paisagem património» pode ser neste espaço também denominada de «travessia e estruturação do território». Associamos a isto uma amplitude cronológica que podemos encontrar «do castrejo ao romano e deste

<sup>14</sup> «...depois, os Vetões e os Vaceus, através dos quais corre o Douro, que é vadeável por altura de Acôncia, cidade dos Vaceus. E os últimos são os Calaicos, que ocupam em grande parte as montanhas» (ESTRABÃO, III, 3: 1-3).

<sup>15</sup> «Cerca de trinta povos ocupam a região que se situa entre o Tejo e os Ártabros. Se bem que a região fosse muito favorecida, no que respeita a frutos, animais e quantidade de ouro, prata e outros metais similares, outrora a maioria desses povos, negligenciando os meios de subsistência que a terra produzia, entregavam-se à pilhagem e viviam em guerra, quer uns com os outros, quer com os vizinhos do outro lado do Tejo, até que foram travados pelos Romanos que se tornaram submissos e reduziram a maior parte das suas cidades, ou associaram a outras colónias que as tornaram melhores» (ESTRABÃO, III, 3: 5).

<sup>16</sup> «Todos os montanhese são frugais: bebem só água, dormem no chão...».

«Os montanhese durante dois terços do ano alimentam-se de lande de carvalho. Secam-nas, trituram-nas, moem-nas e fazem com elas pão que pode guardar-se durante muito tempo. Bebem também cerveja. Vinho, têm falta dele, e o pouco que logram, rapidamente o consomem nos banquetes...».

«Em vez de azeite, usam manteiga» (ESTRABÃO, III, 3: 6-7).

<sup>17</sup> A analogia das escalas com o corpo humano foi uma técnica muito usada pelos topógrafos, com ligeiras alterações e adaptações em todo o Império (CHOUQUER, 2010: 56).

<sup>18</sup> A partir da reconstituição em fotografia aérea, registamos na região algumas *villae* com *fundi* contínuos com a média de 100 hectares, constituindo propriedades maiores que as apontadas por Jorge de ALARCÃO (1998: 89).

até ao tardo-romano». Foi muito profunda a alteração, quase se pode dizer revolução, que os romanos provocaram com a reforma agrária e consequente produção intensiva, cujos produtos circulavam nas estradas então construídas. A alteração foi profunda e produziu efeitos durante muito tempo, alguns dos quais ainda se denotam na atualidade.

Constatamos a evidência de que este território foi cruzado há cerca de 1.900 anos por infraestruturas romanas que o reordenaram e integraram num vasto território que, geograficamente integrava o noroeste peninsular, administrativamente a *Tarraconense* (território vasto com capital na atual Tarragona) e politicamente o império romano. Este ordenamento implantado desde há cerca de 2.000 anos integrou uma macro estratégia para a bacia hidrográfica do Douro, perspetivada em toda a sua extensão, correspondendo ao Norte da Meseta, desde a cidade de Numância, próximo da atual Sória, até à sua foz, atual Porto e Gaia e que então seriam tão só castros nas atuais zonas da Pena Ventosa e do Castelo. Um «decreto» ditado por Augusto em Fevereiro de 15 a.C., durante a sua presença em *Narbona*, conhecido por «edicto del Bierzo», permite perceber alguns ensaios de organização das terras e a «vertebração» do território a norte do rio Douro, para além de induzir diferentes momentos da ocupação do que poderia constituir uma *provincia transduriana* (SÁNCHEZ-PALENCIA e outros, 2007: 156; SÁINZ, 2005: 146).

O Património que na região mostra este ordenamento promovido pelos imperadores da dinastia Flaviana no final do século I e início do século II, é evidenciado pela construção da via romana<sup>19</sup>, autêntica via estrutural que ligava *Bracara Augusta* a *Emérita Augusta* (atual Braga à atual Mérida) e pela edificação da cidade de *Tongobriga*, assumida como primeira marca de urbanismo projetado neste território.

A investigação arqueológica desenvolvida nas últimas décadas no noroeste da Hispânia, particularmente na bacia do rio Douro, permite-nos reconhecer a criação de cidades novas neste território periférico do Império e, segundo Estrabão, montanhoso e de difícil circulação.

Tongobriga, situada na periferia ocidental da *Tarraconense*, foi a cidade mais ocidental na bacia do Douro, construída no final do século I e início do II d.C., onde foram aplicadas todas as regras da topografia, com as mais modernas técnicas de implantação dos edifícios públicos e privados, construídos de acordo com projetos de arquitetura de grande qualidade e técnicas de engenharia de grande rigor.

Nesta investigação transdisciplinar estamos no domínio da proporção «vitruviana», do desenho urbano, do projeto de arquitetura, da técnica construtiva e da cronologia.

<sup>19</sup> Evidencia-se o eixo viário romano que o atravessava; vindo de *Bracara Augusta*, cruzava os vales de Vizela e Pombeiro, passava por ponte o rio Tâmega em Canaveses (altitude <50 metros), subia a *Tongobriga* (300m de altitude), atravessava o Douro em Porto Manso (altitude <50 metros) e, já na margem esquerda, de Porto Antigo (altitude <50 metros) subia ao longo do vale do Bestança, na margem direita deste rio, passando Montemuro. Era também uma variante desta estrada que atravessava o Douro em Aregos, depois de ligar o Gove, Arco, Aguincheiras, Curva da volta de cima, Curva da volta do meio, Vanda das Caldas, Senhor da Boa Passagem, até à margem direita do rio Douro. Este eixo, que consideramos determinante na construção e estruturação do território do século II depois de Cristo, bem ajustado à política flaviana para o Império, ligou as bacias do Douro, do Tejo e do Guadiana.

No *territorium de Tongobriga*, está comprovado que os arquitetos e os planeadores usaram as medidas romanas relacionadas com o corpo, especificamente o *Digitus* e o *Pal-mus* nas dimensões dos tijolos, o *Pes* de 0,296m na construção das paredes, o *Passus* de 1,479m na escala dos edifícios, o *Actus* de 35,52m e o *Actus quadratus* de 1.261,44m<sup>2</sup> no urbanismo, o *Jugerum* de 2.522,88m<sup>2</sup> e a *Centuria* de 50.4576m<sup>2</sup> nos espaços de intervenção, ambos como resposta pragmática à organização do território mas também, certamente, servindo como suporte ao cadastro e ao registo fiscal.

A comparação das técnicas usadas em Tongobriga com as de outras cidades construídas depois da «paz de Augusto» mostra a «transnacionalidade» das técnicas e das políticas construtivas, independentes dos materiais graníticos ou cerâmicos.

Um bom exemplo da aculturação são os tipos de casas, demonstrativos de diferentes formas de construir mas também das mudanças profundas na forma de viver.

As casas de planta circular e com cobertura em colmo, características da arquitetura castreja, são totalmente substituídas, em cerca de duas gerações, por casas<sup>20</sup> de arquitetura romana do tipo itálico, casas com circulação sequencial, casas de corredor<sup>21</sup>, casas de pátio<sup>22</sup>, estas com *impluvium* central e totalmente cobertas por telha cerâmica. Os telhados foram uma das grandes inovações tecnológicas que este território conheceu, em simultâneo com a construção da vida urbana.

A cobertura da «casa com *impluvium*» em Tongobriga é um bom exemplo<sup>23</sup>. Com a área de 325m<sup>2</sup>, a cobertura tinha o peso de cerca de 21.000kg. Esta casa tinha traves e vigas de madeira capazes de suprir vãos de 4,60 metros e de 7 metros. Isto só era possível pela qualidade da madeira de carvalho e castanheiro que era abundante na região.

No entanto, o que mais surpreende é a inteligência da implantação urbanística rigorosamente baseada no *actus quadratus* e a qualidade dos projetos dos edifícios baseados no *passus*, transmitindo ao sítio uma qualidade urbana visível no *forum*, nas termas, no teatro e nas *domus*.

Se fizermos uma descrição sumária de Tongobriga, constatamos que no final do século I a.C. e no início do século I d.C., registamos a construção de uma muralha com troços retilíneos. Junto dela, a sul, o balneário do tipo pedra formosa<sup>24</sup>. Na área interior da muralha de cerca de 13 hectares (138.000m<sup>2</sup>), estão identificadas casas de planta circular.

Em período flaviano, pós Vespasiano, foi construído um conjunto de espaços e edifícios públicos que transformaram Tongobriga. Nesta fase da construção da urbe, o

<sup>20</sup> PEDRO VEJA (1999: 55-75) aponta três tipos: casas com circulação sequencial, casas de corredor, casas de pátio.

<sup>21</sup> Em Tongobriga identificamos este tipo de edifício na casa onde existia a oficina com forja.

<sup>22</sup> Vitruvius (2, 8, 17) aponta a obrigação das paredes exteriores terem a espessura de «pé e meio» (29,6cm + 14,8), o que corresponde aos 44,4 cm registados nas paredes exteriores das casas «itálicas» e de «corredor» em Tongobriga.

<sup>23</sup> Com a área de 325m<sup>2</sup>, o telhado tinha o mínimo de 1.252 telhas. Cada telha recolhida em escavação tem o peso de 12,5kg, totalizando 15.650kg. Recolhemos também o *imbricex* com o peso de 3,97kg. Acrescia o cimento que ligava a *tegulae* ao *imbricex* e que tem o peso médio de 5,06kg. Este telhado só em materiais cerâmicos e cimento tinha o peso de 21.068kg.

<sup>24</sup> Vitruvius escreveu: «Dos que habitam junto do rio Douro, alguns vivem à maneira dos Lacedemónios, untam-se duas vezes ao dia e tomam banhos de vapor que fazem com pedras ao rubro» (ESTRABÃO, III, 3: 6).

*Actus* (35,52m) foi o suporte à rede quadricular que ordenou todos os projetos e a construção, apesar da difícil implantação num terreno granítico morfológicamente acidentado. O *Passus* (147,9m) foi usado como modelo até ao limite do desenho, nos projetos dos edifícios.

A partir de finais do século I e durante a primeira metade do século II identificamos as construções do Fórum, das Termas e do Teatro em espaços a sul, assumidamente no exterior da primeira muralha. Por esta razão foi remodelado o seu traçado, ampliando-a de modo a integrar os novos espaços, embora salvaguardando a continuidade dos espaços de necrópole de cremação no exterior do novo traçado. A área global de espaço intramuralha passou para cerca de 21 hectares (21.650m<sup>2</sup>).

Ao longo do século II foram feitas grandes alterações nos espaços habitacionais onde foram desmontadas as casas de planta circular e, nesses espaços libertados implantadas casas de tipologia romana.

A rede ortogonal implantada em Tongobriga no século I terá servido de referência às construções e remodelações feitas ao longo dos séculos II, III e IV. No século VI a basílica paleocristã foi implantada num espaço central da zona habitacional, sinal evidente de que o fórum não era espaço central para a nova religião.

Impondo-se pela evidência da qualidade construtiva e projetual, *Tongobria*, com a área de uma *centuria*, constitui caso de estudo que propõe comparação com o resto do império e problematiza as razões profundas da aculturação<sup>25</sup> romana já em fase tardia (século II d.C.) e na distante periferia atlântica do Império.

O conjunto de marcas urbanas, agrárias, infraestruturas identificadas e que permitem reconhecer uma intervenção global no território num tempo definido<sup>26</sup>, permitem-nos rever a denominação de «castrejo-romano» que tínhamos apontado inicialmente para esta unidade de paisagem património, embora assumida como provisória. Julgo que será mais perceptível se for substituída pela designação «Do Castrejo ao Tardo-romano: travessia e estruturação do território», assumindo-a como um contributo para reconhecer a estratigrafia da construção da Paisagem entre o ano zero e o século V.

Assumimos este trabalho como um contributo para o reconhecimento de «estratigrafia» na paisagem da bacia do Douro, particularizado para o território entre Marão, Montemuro, Sousa, Tâmega e Douro.

Tal como apontou David Ribeiro Telles, «todas as coisas no nosso mundo têm uma autenticidade que é sempre possível recuperar» (2012: 162).

Tal como salientou Steiner, há marcadores essenciais da «*ideia de Europa*» e neste território temos a oportunidade de reconhecer alguns marcadores autênticos que comprovam o casamento milenar do trabalho do homem com a natureza.

<sup>25</sup> Segundo Christian GOUDINEAU, em *Réflexions sur la Romanisation* (2007: 29-33) a palavra «romanização» foi criada em torno de 1830-1840 para indicar a passagem do estado de bárbaro para a ordem romana, assumida como paz e civilização. Este conceito evoluiu gradualmente ao longo do século XX, com incidência após a 2ª guerra. Apesar destas reflexões, atualmente é um conceito que continua a alimentar algumas discussões.

<sup>26</sup> Quando abordo o «tempo definido» recorro sempre ao poema «Pompeia», Sophia de Mello Breyner Andresen (1990) – *Geografia*. Caminho, p. 69.

Uma coisa autêntica é aquela que tem um passado, que tem alicerces e que tem também um presente que se vê, que se sente. Não há presença nem autenticidade sem futuro e, por isso, defendemos, como princípio e como desafio, que na perspetiva de uma gestão moderna e no planeamento, este património construído, arqueológico e arquitetónico, reconhecido em unidades de paisagem património, deve ser assumido, agora, de modo prospetivo, como base de reflexão, de exemplo, de qualidade, de atitude.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

## BIBLIOGRAFIA

Na fase de abordagem genérica para a globalidade do espaço em que se faz o trabalho de identificação das «unidades de paisagem património» são usadas bibliografias consideradas de referência mas também com carácter generalista. Esta salvaguarda é bem exemplificada pela unidade de paisagem «Planalto Dolménico», para a qual há muita bibliografia especializada na sequência dos trabalhos de décadas desenvolvidos por equipas dirigidas por Vítor de Oliveira JORGE e Susana de Oliveira JORGE. Do mesmo modo genérico, embora identificador, são as bibliografias indicadas para as unidades de paisagem 3, 4, 5 e 6. A abordagem em fases posteriores, para aprofundamento especializado de cada unidade de paisagem, exige a análise das bibliografias específicas.

- ADAM, Jean-Pierre (1984) – *La Construction Romaine – Matériaux et Techniques*. Paris: Picard.
- ALARCÃO, Jorge (1992) – *A Evolução da Cultura Castreja*. «Conímbriga». Coimbra, XXXI, p. 39-71.
- (1998) – *A Paisagem Rural Romana e Alto-Medieval em Portugal*. «Conímbriga». Coimbra, XXXVII, p. 89-119.
- (1999) – *O Domínio Romano*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 345-489.
- (2004) – *Introdução ao estudo da Tecnologia Romana*. «Cadernos de Arte e Arqueologia». Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 7.
- ALARCÃO, Jorge; BARROCA, Mário (2012) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira (1981) – *Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralização*. «Nova Renascença», n.º Inverno. Porto, p. 202-212.
- (1986) – *A Paróquia e o seu Território*. «Cadernos do Noroeste», 1. Braga: Universidade do Minho, p. 113-130.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira (1988) – *Importância do Regadio no Entre Douro-e-Minho nos Séculos XII e XIII*. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, vol. II, p. 65-70.
- BROWN, Peter (1989) – *A Antiguidade Tardia*. In *História da Vida Privada – Do Império Romano ao ano mil*. Porto: Edições Afrontamento, vol. I, p. 225-300.
- CHOUQUER, Gérard (2010) – *La Terre dans le monde romain*. Paris: Éditions Errance.
- DAVEAU, Suzanne (1987) – *Geografia de Portugal – A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, vol. 1, p. 201-277.
- (1991) – *Comentários e Atualização*. In *Geografia de Portugal – A vida económica e social*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, vol. 4, p. 1133-1294.
- DIAS, Lino Tavares (1995) – *Tongobriga*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento (edição policopiada).

- (1996) – *Contributo para análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro*. «Douro-Estudos & Documentos», I. Porto: GEHVID, p. 31-56.
- (1997) – *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico.
- (1999) – *Refletir sobre velhas centralidades no norte da Península Ibérica*. In *Atas da mesa redonda sobre Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*. Porto: Escola Profissional de Arqueologia, p. 7-16.
- (2006) – *Contributo para o estudo do povoamento romano no Vale do Douro*. In *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, p. 285-331.
- (2007) – *Paisagem, Tempo, Memória na região norte de Portugal*. In *Actas IV Congresso Internacional sobre Musealización de Xacementos Arqueolóxicos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 37-46.
- (2008) – *Gestão Integrada da Área Arqueológica do Freixo – Tongobriga: contributo para abordagem à estratégia de intervenção entre 1980 e 2010*. «Almadán», 16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 82-91.
- (2009) – *Contributo de Rocha Peixoto para a leitura contemporânea de unidades de paisagem cultural do Douro Verde*. «Boletim Cultural Póvoa do Varzim». Póvoa do Varzim, 43, p. 257-277.
- (2010) – *Povoamento romano na bacia do Douro: A criação de cidades*. In *Tongobriga e o territorium, Actas do Coloquio Internacional «Património Cultural y Territorio en el Valle del Duero»*. Valladolid, p. 33-52.
- (2011) – *Urbanization and Architecture on the Outskirts of the Roman Empire*. In *Roma y las provincias: modelo y diffusion*, Mérida/Roma, p. 707-713.
- FERNANDES, Almeida (1968) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Separata do «Arquivo do Alto Minho». Viana do Castelo.
- FIGUEIRA, Thomas; BRENNAN, Corey; STERNBERG, R. Hall (2008) – *As Lições de Gestão dos Clássicos*. Lisboa: Casa das Letras.
- FONSECA, A. Corregedor (1975) – *No primeiro Centenário das linhas do Caminho de Ferro a norte do rio Douro 1875-1975*. Lisboa: edição CP.
- GERALDO, José A. C. Dias (1999) – *CISTER – Irradiação de espiritualidade e cultura*. In *Cister no Vale do Douro*. Porto: Edições Afrontamento, p. 19-42.
- JORGE, Susana O. (1980) – *A Estação Arqueológica do Tapado da Caldeira*. «Portugália», nova série. Porto, I, p. 29-50.
- (1988) – *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*. Porto: GEAP.
- (1999) – *A consolidação do sistema agro-pastoril, Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 102-162.
- (1999) – *Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 213-249.
- (1999) – *Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 163-212.
- (1999) – *Dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros produtores de alimentos*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 75-101.
- JORGE, Vítor O. (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto. Os Monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de doutoramento (edição polícopiada).
- (1991) – *Necrópole Pré-histórica da Aboboreira (Distrito do Porto). Uma hipótese de diaconia*. In *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa: IICT, p. 205-213.
- (1999) – *Pré-História do Território Português: Palavras Finais*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 253-255.
- JORGE, Vítor O.; JORGE, Susana O. (2000) – *A Monumentalização das Paisagens durante a Pré-História. Alguns Contributos para um debate*. «(Era)Arqueologia». Lisboa, I, p. 100-111.

- LAUTENSACH, Hermann (1987) – *As Características Fundamentais da Geomorfologia*. In *Geografia de Portugal – A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Sá da Costa, vol. 1, p. 121-166.
- LIMA, A. C. (1994) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séculos IX-XII)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 vols. (edição policopiada).
- MAÑANES, Tomás (2004) – El Mundo Paleocristiano en Castilla y León (Cuenca del Duero). In *Testigos – Las Edades del Hombre*. Ávila, p. 107-130.
- NOGUÉ, J.; PUIBERT, L.; BRETCHA, G. (2009) – *Indicators de paisatge. Reptes i perspectives*. Barcelona: Observatori del Paisatge de Catalunya.
- REAL, Manuel (2000) – *Portugal: Cultura Visigoda e Cultura Moçárabe*. Anejos de «AEspA». Madrid, XXIII, p. 21-75.
- RIBEIRO, Orlando (1986) – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa.
- (1991) – *As Regiões Geográficas*. In *Geografia de Portugal*. Lisboa, vol. 4, p. 1241-1265.
- SILVA, Armando C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- (1999) – *A Idade do Ferro em Portugal*. In *Nova História de Portugal-Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Editorial Presença, p. 259-341.
- SILVA, José C. V. (2002) – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR
- SILVA, José R. (2005) – *Os Comboios em Portugal*. Lisboa: Ed. Mensagem, vol. I, p. 43-95.
- SOUSA, Armindo (1993) – *1325-1480 – Condicionamentos básicos*. In *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II.
- TELLES, David R. (2012) – *O que faz um País*. In *O combate da cidadania*. Lisboa: Bertrand, p. 159-62.
- THÉBERT, Yvon (1989) – *Vida Privada e arquitectura doméstica na África romana*. In *História da Vida Privada – Do Império Romano ao ano mil*. Porto: Edições Afrontamento, vol. I, p. 301-397.
- VEGA, P. Fernández (1999) – *La casa romana*. Madrid: Ediciones Akal.
- VEYNE, Paul (1989) – *O Império Romano*. In *História da Vida Privada – Do Império Romano ao ano mil*. Porto: Edições Afrontamento, vol. I, p. 19-223.

# ETAPAS DE CONSOLIDAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO PORTO CONTEMPORÂNEO

## DA PROGRAMAÇÃO DOS ALMADAS AO PLANO DE 1952

NUNO FERREIRA\* E MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA\*\*

**Resumo:** O presente trabalho procura conhecer e interpretar as soluções dos processos de transformação, permanência, desenvolvimento, reorganização e consolidação do tecido urbano da cidade do Porto entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XX. Clarificam-se as relações intrínsecas da expansão da cidade do Porto com os novos espaços construídos, através da análise dos principais estudos e planos urbanísticos, desde a acção dos Almadas e, particularmente, do plano implementado pela Junta das Obras Públicas do Porto, de 1763, ao «Plano Regulador da Cidade do Porto» (1952). As relações entre os sucessivos planos são alvo de análise, salientando-se a evolução da forma de pensar a cidade, que culmina com uma visão global desta, numa óptica de planeamento do território baseada nos princípios da Cidade Moderna.

**Palavras-chave:** Cidade do Porto; Território urbano; Planos teóricos e práticos; Evolução e expansão urbanas.

**Abstract:** This paper seeks to understand and to interpret the solutions of the transformation, permanence, development, reorganization and consolidation processes of the urban matrix of the city of Porto between the second half of the 18<sup>th</sup> century and the first half of the 20<sup>th</sup> century. The intrinsic relationships between Porto's expansion and the newly built areas are clarified through the analysis of the main urbanistic studies and plans, since the action of the Almadas, and, particularly, since the plan implemented by the Board of Public Works of Porto («Junta das Obras Públicas do Porto»), from 1763, to the Regulatory Plan for the City of Porto («Plano Regulador da Cidade do Porto»; 1952). The relationships between the succession of plans are analysed, highlighting the evolution of the ways of planning the city, which culminate in a global vision of it, from the perspective of a territorial planning based on the principles of the Modern City.

**Keywords:** City of Porto; Urban territory; Theoretical and practical plans; Urban evolution and expansion.

## 1. INTRODUÇÃO

Deve-se à Junta de Obras Públicas do Porto, com o apoio financeiro da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro<sup>1</sup>, a reorganização e alargamento da cidade do Porto entre 1763 e 1804, cuja acção alterou profundamente a fâcies urbana. Durante esse período no comando da cidade estiveram dois homens: João de Almada e Melo e Francisco de Almada Mendonça. Com as suas acções, estes dois homens sintetizaram e pragmatizaram o entendimento colectivo da cidade ou, melhor, o projecto de desenvolvimento e modernização que queriam para o Porto. Cumprindo as orientações do poder central, e, seguindo exemplo da reconstrução de Lisboa, concretizaram na cidade do Porto, a segunda cidade do reino, uma verdadeira «revolução urbana». A Junta das Obras Públicas determinou e coordenou a modernização do Porto na segunda metade do século XVIII. No miolo da cidade murallhada, promoveu e facilitou a relação do rio com

\* Mestre em História da Arte Portuguesa; Doutorando em História da Arte Portuguesa (Faculdade de Letras, Universidade do Porto); Investigador do CITCEM; Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); nunopsferreira@gmail.com.

\*\* Professor de História da Arte, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Investigador do CITCEM; mrocha@letras.up.pt.

<sup>1</sup> ALVES, 1988: 197.

a zona alta da cidade; construiu praças; regularizou os bairros que se iam formando fora das muralhas sem planificação. Confrontada com um traçado urbano orgânico, a Junta propõe, para expansão da cidade que os arruamentos fossem executados «segundo um plano prévio»<sup>2</sup>.

Durante a primeira metade do século XVIII o Porto consolidou a sua expansão para além da muralha medieval. As freguesias de Santo Ildefonso e Miragaia, como focos urbanos extramuros testemunham duas direcções do crescimento do Porto norteado por imperativos orgânicos: o primeiro, de prestígio, pela proximidade da Sé; o segundo, de cariz comercial, pela dependência do rio e do tráfego fluvial.

A coerência e pertinência dos projectos da programação Almadina visaram transformar o Porto numa cidade moderna. Tendo como foco o núcleo urbano antigo delimitado pelas muralhas medievais, e as estradas que articulavam o Porto com as regiões periféricas – Matosinhos, Guimarães, Penafiel – regularizou-se o traçado viário, e formaram-se ruas estruturantes para o crescimento da urbe, que ainda no início do século XX eram referência para os arquitetos que projetavam a morfologia urbana do Porto.

Se no início do século XIX o Porto mantinha ainda uma imagem de cidade amuralhada e voltada para o rio, já há muito tempo se tinha expandido em direcção a zonas rurais, bem como até Massarelos, ao Campo de Santo Ovídio (hoje Praça da República) e à freguesia de Santo Ildefonso<sup>3</sup>. A expansão e adensamento do núcleo medieval ocorreram em grande parte no século XIX, tendo por base a malha urbana pré-existente, ou seja, os eixos de acesso à cidade criados no século XVIII, os loteamentos de muitas quintas, e o alinhamento de caminhos antigos.

## 2. A CIDADE NO SÉCULO XIX NO RESCALDO DO PROJECTO ALMADINO

Os acontecimentos políticos, económicos e sociais ocorridos na primeira metade do século XIX na cidade do Porto, como as invasões francesas (1807-1813) e, posteriormente, a guerra civil (1832-1834), travaram o desenvolvimento económico que se vivia desde meados do século XVII e tiveram imediatas consequências no urbanismo da cidade. As invasões francesas fizeram com que o ritmo de crescimento da cidade abrandasse e, que, os projetos ambiciosos planeados pelos Almadins no século anterior fossem postos de parte, sendo retomados apenas de forma pontual. O investimento nas grandes obras públicas esmoreceu, começando a apostar-se mais em infra-estruturas de carácter estratégico-defensivo e relacionadas com os transportes terrestres, marítimos e fluviais<sup>4</sup>. É também de destacar neste período, após as obras de melhoramento da barra do Rio Douro, uma crescente vontade de unir a cidade à margem esquerda do rio, o que veio a culminar, depois de uma série de projetos, na construção da Ponte das Barcas (1806).

---

<sup>2</sup> ALVES, 1988: 175.

<sup>3</sup> RAMOS, 2000: 382-389.

<sup>4</sup> ALFREDO, 1997: 35.

Nesta altura, a necessidade de articular a cidade com o rio levou à execução de um projeto de remodelação de toda a frente ribeirinha. Contudo, este projecto nunca foi posto em prática devido à criação da via que uniria a cidade à foz do Rio Douro e que propunha «a demolição da muralha e conseqüentemente a abertura da Praça da Ribeira ao rio, a reestruturação dos bairros de Miragaia e Barredo e a criação de uma nova praça para instalação do mercado a funcionar na Ribeira»<sup>5</sup>.

A planta desenhada em 1813 por George Black, intitulada de «planta redonda», representou um marco importante no estudo da evolução da cidade do Porto<sup>6</sup>. Tratou-se do primeiro estudo cartográfico para a cidade, representando obras de relevo de forma documental, facilitando a apreciação da evolução do plano urbano da cidade, sobretudo considerando a série de plantas gerais que se lhe seguiram<sup>7</sup>. Nesta planta distinguem-se três zonas. A zona central é limitada pela rua do Calvário, Calçada dos Clérigos, Largo de Santo Ildefonso, rua do Postigo do Sol e pelo Rio Douro. A segunda zona corresponde à zona de expansão próxima da área central, ficando limitada pelas ruas de Cedofeita e Santa Catarina e a norte pela Praça da República. A última zona corresponde à expansão mais periférica, sendo estruturada pelas cinco saídas da cidade traçadas pelos Almadas<sup>8</sup>. A zona central da cidade apresenta ruas estreitas e sinuosas e tem como principais vias estruturantes as ruas das Flores, de Belmonte, dos Ingleses e de S. João. Na zona exterior às muralhas, para além do desenvolvimento das cinco saídas da cidade, onde se observa um adensamento marginal de construções, existem duas zonas com malha de desenho ortogonal. A primeira zona fica a norte do Hospital de Santo António e é formada pelas ruas de Adolfo Casais Monteiro, Miguel Bombarda, Rosário e do Breiner. A segunda zona fica na área do Bonfim, sendo delimitada pelas ruas de Santa Catarina, da Alegria, Formosa e Fernandes Tomás<sup>9</sup>. É de destacar que nas ruas transversais e o no interior destas malhas continuavam a existir grandes espaços por urbanizar<sup>10</sup>.

Os planos executados para estas novas áreas contemplavam os traçados dos arruamentos, com projetos de fachadas uniformes para frentes de ruas inteiras. Assim, os proprietários de cada parcela de terrenos abrangidos por estes planos, quando pretendiam construir nos seus lotes ficavam obrigados a obedecer às especificidades impostas por cada plano, enquanto que para as áreas não loteadas ou expropriadas estabeleceu-se o lote tipo com largura de 5,5 metros (por vezes 6,0 metros) e comprimento variável<sup>11</sup>. Este tipo de lote estreito permitiu, para além da criação de lotes muito profundos, aumentar o número de edifícios por rua, a um custo reduzido por unidade. A regulamentação dos lotes possibilitou também a «normalização de alguns componentes de construção; e promovia o desenvolvimento de modelos arquitectónicos, baseados nestas dimensões»<sup>12</sup>.

---

5 ALFREDO, 1997: 35.

6 OLIVEIRA, 1973: 285.

7 OLIVEIRA, 1973: 279.

8 OLIVEIRA, 2013: 113.

9 OLIVEIRA, 2013: 113.

10 TEIXEIRA, 1996: 19.

11 AMORIM, 1998: 22-23; TEIXEIRA, 1996: 109.

12 TEIXEIRA, 1996: 109-110.



Traça das novas ruas e/ou ampliação realizados até 1813  
 [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto adaptado por Ricardo Figueiredo]

A década de 20 trouxe consigo a Revolução Liberal e, conseqüentemente, a instauração de uma Monarquia Constitucional e o desencadear da guerra civil entre absolutistas e liberais. Viveu-se um período de grande turbulência social, que se agravou com o Cerco do Porto (1832-1833). Este último acontecimento levou a que a população mais abastada fosse aos poucos abandonando a zona baixa da cidade, procurando refúgio nas zonas mais altas e menos urbanizadas, «mais arejadas, mais saudáveis, com melhores construções habitacionais», generalizando-se o «gosto pelos chalés murados recatados e independentes»<sup>13</sup>. Nestas novas zonas a cidade sofreu um reordenamento, enquanto que a cidade intra-muros ficou entregue à população menos abastada, sem condições para a abandonar. Conseqüentemente, este fragmento da cidade começa a ficar sobrelotado e degradado, sendo o crescimento horizontal substituído pelo crescimento em altura. A degradação da cidade intra-muros, associada aos danos causados pelos bombardeamentos e às más condições de higiene urbana tornaram esta zona propícia a surtos de cólera, sobretudo a partir da década de 30<sup>14</sup>. Apesar do carácter negativo dos acontecimentos anteriormente referidos, o Cerco do Porto e o abandono da zona antiga da cidade representaram, por outro lado, um momento de mudança, de reorganização do poder local e de reordenamento espacial e social da cidade. No entanto, o centro comercial da cidade manteve-se próximo do rio, nas ruas Nova dos Ingleses, de São João, das Flores e no Largo

<sup>13</sup> FERNANDES, 1995: 30.

<sup>14</sup> FERNANDES, 1995: 30; RAMOS, 2000: 383-384.

de S. Domingos, onde permaneciam as sedes das empresas portuense e estrangeiras. Mesmo depois do cerco, estes foram os locais escolhidos quer pela burguesia mercantil quer pela burguesia financeira para se instalarem<sup>15</sup>. Contudo, o centro social, económico e político da cidade foi-se transferindo gradualmente para a Praça Nova e seus arredores.

Entre 1818 e 1824 José Francisco de Paiva apresenta o Plano da Cidade do Porto, que se focava nos novos alinhamentos projetados, bem como nas estruturas inerentes aos mesmos, nomeadamente praças, edifícios e sistemas de iluminação.



Plano da Cidade do Porto de José Francisco de Paiva [Fonte: [Arquivo da Câmara Municipal do Porto](#)]

Perante este novo marco político, a nível urbanístico foram retomadas na década de 20 do século XIX a urbanização de novas áreas, originando a construção de algumas artérias importantes, como por exemplo a rua do Bom Retiro (mais tarde designada de Barros Lima), a rua do Príncipe e a rua dos Bragas. Com a sua extinção em 1833, a gestão urbanística da cidade deixa de estar sobre a alçada da Junta das Obras Públicas, passando a ser repartida por várias entidades, que promoviam acções pontuais e mediante critérios próprios. Inicialmente a Câmara Municipal procurou uma planificação global para a cidade; contudo, a privação de autonomia financeira acabou por limitar a «promulgação de medidas reguladoras da edificação, a continuação do projecto de rectificação e alienação de ruas e caminhos, assim como a criação de novos equipamentos e espaços públicos»<sup>16</sup>. Uma das principais consequências de tais intenções e dificuldades foi a elaboração pela Câmara da «Planta Topográfica da Cidade do Porto» (1839). Tratou-se da primeira planta geral da cidade do Porto, onde foram sinalizados os projetos anteriormente realizados. Entre as principais alterações presentes nesta planta quando comparada com a de

<sup>15</sup> FERNANDES, 1995: 31; RAMOS, 2000: 384.

<sup>16</sup> DOMINGUES et al., 1994: 136.

1813 é a consolidação das duas zonas de expansão pré-existentes ao mesmo tempo que se verifica uma aposta noutras orientações de expansão da cidade, como por exemplo através do prolongamento da Avenida da Boavista (a poente) ou da Praça da República (para nascente, através das ruas de Gonçalo Cristóvão e de Camões). São também de salientar o adensamento construtivo do tecido urbano ocorrido a norte do Hospital de Santo António, a abertura da rua da Firmeza e o prolongamento de outras ruas (nomeadamente a de Fernando Tomás ou a da Alegria)<sup>17</sup>. Estamos, pois, perante a consolidação do tecido urbano, embora ainda consideravelmente lenta quando comparada com os intuitos expressos na planta de 1813.



A Planta Topográfica da Cidade do Porto 1839 [Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

<sup>17</sup> OLIVEIRA, 2013: 114.

## 2.1. FRONTEIRAS ALFANDEGÁRIAS DA CIDADE DO PORTO NO SÉCULO XIX E A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Durante o século XIX o crescimento contínuo da cidade refletiu-se nos sucessivos alinhamentos das fronteiras alfandegárias e reformas municipais. Até ao ano de 1821 a cidade possuía sete postos de controlo, todos próximos às antigas portas das muralhas. Nesse ano viriam a ser criados quatro novos postos<sup>18</sup>. A divisão administrativa promovida pelo poder liberal nos anos de 1833 e 1834 dividiu o país em concelhos e freguesias, fazendo surgir os concelhos do Porto, de São João Baptista da Foz do Douro e de Campanhã. Posteriores divisões administrativas viriam a alargar os limites da cidade do Porto, devido à extinção dos concelhos da Foz do Douro e de Campanhã e a sua incorporação como freguesias da cidade, juntamente com a freguesia de Lordelo do Ouro (em 1836) e da freguesia de Paranhos (1837)<sup>19</sup>. Neste mesmo período foi publicado o «Regulamento das Barreiras da Cidade do Porto e Vila Nova de Gaia», que criou mais 38 postos de controlo (13 dos quais faziam parte do concelho de Vila Nova de Gaia), repartidos por duas linhas de barreiras (a norte e a sul)<sup>20</sup>. Nos dois anos seguintes procederam-se a ajustamentos nos limites das freguesias, promovidos por Costa Cabral e, por decreto datado de 11 de Dezembro de 1841, o «arredondamento paroquial» criou a freguesia do Bonfim, a partir do desmembramento das freguesias da Sé, Campanhã e Santo Ildefonso<sup>21</sup>. As freguesias de Aldoar, Nevogilde e Ramalde, faziam parte do concelho de Bouças, juntamente com as de Matosinhos e Leça da Palmeira. Aquelas três freguesias viriam a incorporar a cidade do Porto em 1895, pela nova reforma fiscal que levou à construção da Estrada da Circunvalação (concluída em 1897), alargando mais uma vez as barreiras da cidade e criando mais uma série de 25 postos alfandegários, 13 dos quais localizados na Estrada da Circunvalação<sup>22</sup>. Após a incorporação destas freguesias no concelho do Porto, estabeleceram-se os limites geográficos ainda hoje existentes. Contudo, este alargamento administrativo não resultou na urbanização das novas áreas, tendo tido por base sobretudo a necessidade de ampliar a barreira física da cidade<sup>23</sup>. A propósito deste assunto, Hélder Pacheco, citando Ricardo Jorge, refere que à «cidade do Porto se atribuem 12 freguesias» mas que «quase metade destas freguesias não passavam de aldeias. A cidade propriamente dita, isto é, o âmbito da população arruada e aglomerada reduzia-se às freguesias centrais»<sup>24</sup>.

A instabilidade que marcou os inícios do século XIX levou à estagnação do crescimento demográfico. Segundo Manuel Teixeira, entre 1777 e 1838 o número total de habi-

<sup>18</sup> GARCIA, 1946: 54; MARÇAL, 1972: 188.

<sup>19</sup> RAMOS, 2000: 385.

<sup>20</sup> A linha a norte era composta pelos postos de Massarelos, Pena, Vilar, Bom Sucesso, Valas, Estrada Nova, Carvalhido, Ramada Alta, Águas Férreas, Salgueiros, Serio, Campo do Gancho, Aguardente, Doze Casas, Congregados, São Jerónimo, Campo Grande, Bonfim, Campanhã, Seminário, Corticeira, Casinha da Ribeira, China, Guindais e Ponte, e a linha do sul pelos postos de Quebrantões, Arco de Frades, Arco do Padre António, Bateria do Pereireta, Bandeira, Fonte Santa, Barrosa, Marco, Alminhas, Escuro, Regado, Torrão e Vale da Piedade. GARCIA, 1946: 54; MARÇAL, 1972: 57.

<sup>21</sup> RAMOS, 2000: 385; GRAÇA, 2004: 20.

<sup>22</sup> GARCIA, 1946: 60; MARÇAL, 1972: 195.

<sup>23</sup> VÁZQUEZ, 1992: 61.

<sup>24</sup> JORGE, 1899, citado em PACHECO, 1984: 13.

tantes diminuiu de 61.462 para 59.370<sup>25</sup>. Porém, ao longo do século XIX o Porto voltaria a registar uma tendência de crescimento demográfico. Enquanto que em meados do século, mais concretamente aquando do primeiro recenseamento geral (1864) possuía 86761 habitantes, em 1878 a população ascendia aos 105.838, em 1890 atingia os 138.860 e em 1900 era de 167.955 habitantes. Este aumento demográfico deve-se, sobretudo, ao grande número de população operária que migrou de vários pontos do norte de Portugal e que se fixou na cidade, fruto do seu desenvolvimento industrial<sup>26</sup>. No entanto, e apesar de esta tendência de crescimento ter aos poucos deixado de se centrar exclusivamente nas freguesias intramuros (Sé, São Nicolau, Vitória e Miragaia), como ocorreu até meados do século XIX, passando também a verificar-se no primeiro anel periférico (freguesias de Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim), manteve-se inferior no segundo anel, composto pelas freguesias da Foz do Douro, Nevogilde, Aldoar, Campanhã, Lordelo do Ouro, Paranhos e Massarelos. Estas freguesias incorporadas na estrutura urbana mantiveram durante algumas décadas fortes traços de ruralidade e uma população bastante dispersa.

Terminada a guerra civil, «vastas extensões de terra, quer no campo quer nas zonas urbanas, passaram para as mãos da burguesia, em resultado do processo de expropriação e venda em hasta pública das propriedades pertencentes à nobreza absolutista derrotada e às ordens religiosas»<sup>27</sup>. A burguesia mercantil, representada na Associação Comercial do Porto, assumiu importância na economia da cidade e na promoção e gestão de algumas iniciativas urbanas, como por exemplo a construção do Palácio da Bolsa (1840) ou do Tribunal do Comércio numa parte do convento de S. Francisco. A construção destes dois edifícios representou, para além da reorganização da malha urbana envolvente, a demarcação de um novo centro financeiro e a «consolidação da zona ribeirinha como centro da vida comercial da cidade»<sup>28</sup>.

A cidade de finais dos anos trinta do século XIX conheceu um novo impulso urbanístico. Para além das construções referidas anteriormente, foi a partir desta altura, mas sobretudo na segunda metade do século, que foram criadas uma série de infra-estruturas públicas que permitiram a reorganização de determinadas zonas da cidade. Destas estruturas destacam-se os mercados, nomeadamente o Mercado do Bolhão (1837), o Mercado do Anjo (1839) e o Mercado Ferreira Borges (1888). Estes mercados eram espaços organizados, com melhores condições de higiene e de funcionamento, tendo a sua criação tido como objectivo agrupar as feiras que até então decorriam espalhadas pela cidade. O comércio e locais de venda foram acompanhando as alterações da industrialização e do urbanismo da cidade, verificando-se um gradual «declínio da venda ambulante e a migração das feiras para a periferia, ou o seu desaparecimento a favor dos mercados»<sup>29</sup>.

Os jardins públicos na cidade do Porto, como por exemplo o de S. Lázaro (1834), o do Palácio de Cristal (1865), o da Cordoaria (1866) e o da Praça do Infante (1894), encon-

---

<sup>25</sup> TEIXEIRA, 1996: 18-19.

<sup>26</sup> TEIXEIRA, 1996: 20.

<sup>27</sup> TEIXEIRA, 1996: 95.

<sup>28</sup> ALFREDO, 1997: 36.

<sup>29</sup> FERNANDES, 1997: 57 e 82.

tram-se associados à história dos «espaços públicos abertos na cidade. Estes espaços localizavam-se junto das portas do burgo e ao longo das principais saídas.» Também designados «campos», viriam, sobretudo nos finais do século XIX, «a ser transformados em praças e jardins públicos que, ainda hoje constituem elementos essenciais da rede de espaços verdes públicos da cidade»<sup>30</sup>. Os jardins públicos inserem-se numa «política camarária de ajardinamento de espaços públicos, não muito longe das alamedas do século passado, mas, ao contrário destas, bem inseridos na malha urbana». Os princípios estéticos e funcionais que estiveram na origem destes jardins «foram herdados dos conceitos em vigor desde os meados desse século [...] procurando recrear ambientes de carácter essencialmente romântico»<sup>31</sup>. Dentro desta tipologia nasceram os jardins do Carregal, do Passeio Alegre (1870) e o de Arca d'Água, sendo este último considerado «a obra mais bem conseguida sob ponto de vista paisagístico e os critérios estéticos de então»<sup>32</sup>. Nalguns casos, como por exemplo os jardins da Praça do Marquês do Pombal, o da Rotunda da Boavista e o da Praça da República, esses espaços ajardinados aportaram mais qualidade de vivência urbana aos vizinhos, como funcionaram como elementos estruturantes dos principais eixos da cidade do século seguinte.

Por fim, outro equipamento público que merece destaque são os cemitérios que, tal como os jardins públicos, estiveram associados à reorganização de algumas zonas da cidade. Diversos cemitérios surgiram na sequência do aumento de óbitos registados na cidade, decorrentes de factores políticos, sociais e económicos e das sucessivas epidemias que afectaram a cidade oitocentista. A sua construção foi idealizada segundo a visão moderna da higiene pública e a sua implementação feita em zonas estratégicas da urbe. Na cidade do Porto o primeiro cemitério público foi o do Prado do Repouso (1839) a que seguiu em 1855 o de Agramonte.

A cidade do Porto, que desde cedo se caracterizou por ser burguesa e mercantil, conheceu a partir da segunda metade do século XIX um maior dinamismo industrial e comercial. Para este dinamismo contribuíram a introdução (ainda que lenta e atrasada face a outros países) de algumas novidades, salientando-se a máquina a vapor, as inovações desencadeadas pelo período de consolidação trazido pela Regeneração (1851) e o forte desenvolvimento industrial sentido a partir de 1864<sup>33</sup>.

Em meados do século XIX a cidade era descrita por Júlio Dinis como encontrando-se estruturada em três bairros (bairro central, bairro Oriental e o bairro Ocidental). No bairro central, centro histórico da cidade, predominavam «a loja, o balcão, o escritório, a casa de muitas janelas e de extensas varandas, as crueldades arquitectónicas, a que se sujeitam velhos casarões com o intento de os modernizar; o saguão, a viela independente das posturas municipais e à absoluta disposição dos moradores das vizinhanças; a rua estreita, muito vigiada de polícias; as ruas, em cujas esquinas estacionam galegos armados de pau e os cadeirinhas com capote clássico; as ruas ameaçadas de procissões, e as

---

<sup>30</sup> ANDRESEN & MARQUES, 2001: 110.

<sup>31</sup> ANDRESEN & MARQUES, 2001: 136.

<sup>32</sup> ANDRESEN & MARQUES, 2001: 143.

<sup>33</sup> FERREIRA, 2010: 50-51.

mais propensas a lama; aquelas onde mais se compra e vende; onde se trabalha de dia, onde mais se dorme de noite. Há ainda neste bairro muitos ares do velho burgo do Bispo, não obstante as aparências modestas que revestiu»<sup>34</sup>. O bairro Oriental era o local de eleição para os grandes industriais burgueses e capitalitas, principalmente oriundos do Brasil, «que mandavam construir as suas residências, muitas vezes instalando no logradouro as fábricas e os bairros operários», enquanto que o bairro Ocidental era mais escolhido por capitalistas nacionais, tendo também servido de destino à comunidade britânica<sup>35</sup>.

A criação em 1852 do Ministério das Obras Públicas, veio proporcionar que o desenvolvimento do país se processasse de uma forma mais global, o que privilegiou o desenvolvimento de infra-estruturas de comunicação terrestres e marítimas<sup>36</sup>. A importância dada às vias de comunicação resultou na construção, ainda na primeira metade do século XIX da ponte pênsil (1843), que ligava as duas margens do rio Douro, facilitando a comunicação com Lisboa. Neste âmbito, iniciou-se uma remodelação da zona ribeirinha, nomeadamente pela reforma e ampliação do cais fluvial, construção da Nova Alfândega (1861) e melhoria dos acessos a esta estrutura<sup>37</sup>. A construção da Ponte D. Maria Pia (1877) permitiu o atravessamento ferroviário do Douro e afirmou o carácter industrial da freguesia de Campanhã, incentivando o desenvolvimento industrial e comercial do Porto<sup>38</sup>. Este carácter foi também reforçado pela construção da estação de Campanhã (1875), com a qual se inauguraram as linhas do Minho e do Douro. Outra estrutura que fomentou o desenvolvimento da zona alta da cidade e expansão urbana para norte e nascente foi a Ponte Luiz I (1886), intimamente ligada à abertura da Estrada da Circunvalação (1895) e de um grande número de outras ruas (por exemplo: Mouzinho da Silveira, Nova da Alfândega, Ferreira Borges, de Camões, de Gonçalves Cristóvão, da Constituição, da Duquesa de Bragança, Anselmo Brancamp, Pinto Bessa, da Firmeza, Álvares Cabral e Duque de Bragança) e à conclusão da Avenida da Boavista até Matosinhos, reforçando a relação da cidade com o mar. Por outro lado, nesta época encontram-se mais concentrados nas zonas de Campanhã, Bonfim e Cedofeita os bairros de habitação popular.

A aposta do Ministério das Obras Públicas assentou também no desenvolvimento do transporte urbano, pelo que em Maio de 1872 foi implementada a rede de transportes públicos de carro sobre carris na cidade, iniciando-se com as primeiras «linhas do americano» e surgindo em 1895 os primeiros «eléctricos». O desenvolvimento do transporte urbano «aproximou a cidade dos seus subúrbios, estimulando o processo de urbanização da periferia»<sup>39</sup> e «contribuiu para o preenchimento dos vazios entre os grandes eixos traçados pelos Almadás, na parte mais alta do Porto»<sup>40</sup>. A criação destes transportes e o melhoramento do transporte marítimo levaram à dinamização do porto de Matosinhos, originando, já em 1908, a criação do Porto Comercial de Leixões, que acabou por

---

<sup>34</sup> DINIS, 1998: 69.

<sup>35</sup> DINIS, 1998: 69-70.

<sup>36</sup> ALFREDO, 1997: 37.

<sup>37</sup> TEIXEIRA, 2004: 20.

<sup>38</sup> AMORIM, 1998: 35.

<sup>39</sup> RAMOS, 2000: 391.

<sup>40</sup> AMORIM, 1998: 35-36.

retirar importância ao velho porto fluvial do Douro e fez voltar a cidade definitivamente para o mar<sup>41</sup>. Globalmente, e para além de facilitarem a circulação entre as diferentes zonas da cidade, estas inovações permitiram o rápido acesso a outros pontos do país, facilitando o transporte de matérias-primas e produtos.

A modernização dos ritos sociais associada ao crescimento demográfico e à expansão da cidade e consequentes preocupações urbanísticas levou à criação de enquadramentos legais, nomeadamente dos «Planos Gerais de Melhoramento» (31 de Dezembro de 1864) para as cidades do Porto e Lisboa<sup>42</sup>. Estes planos «tinham como principais preocupações a circulação, a melhoria das condições de salubridade dos aglomerados urbanos e o planeamento do forte crescimento que então se verificava nestas cidades»<sup>43</sup>. Após esta imposição legal, o Porto conheceu na primeira metade do século XX, uma série de propostas, estudos cartográficos e intervenções ligados aos diferentes períodos políticos<sup>44</sup>. Segundo alguns autores, «as políticas municipais no Porto do século XIX tinham precisamente, como objectivos essenciais a melhoria das condições de tráfego no interior da cidade e a promoção do desenvolvimento urbano pela criação de condições favoráveis à livre iniciativa. [...] No entanto, apesar de ser o Município quem custeava as obras públicas, frequentemente estas beneficiavam mais interesses privados do que os da Cidade»<sup>45</sup>.

No ano de 1844, Perry Vidal apresentou uma planta da cidade, que viria a ser corrigida em 1865. Esta planta, publicada no ano da Exposição Universal do Porto (1865), tinha como objetivo incluir o mapeamento do Palácio de Cristal, permitindo que existisse uma planta actualizada para os que se deslocavam à cidade para ver a Exposição. Tratava-se uma planta com objetivos turísticos, o que justifica a existência de duas cartelas onde estão descritas em português e em francês as características da cidade e os seus principais monumentos e equipamentos. Face às plantas anteriores, a análise desta planta permite constatar a construção do Palácio da Bolsa, da autoria do arquitecto inglês Thomas Dillen Jones, mas não se verificam grandes diferenças relativamente às zonas urbanas periféricas. Encontram-se também representados, entre outros edifícios, dois que marcaram a segunda metade do século XIX: o Cemitério Prado de Repouso (a nascente) e, na praia de Miragaia, a nova alfândega, ainda em construção.

É notória, tal como nas plantas prévias, a consolidação da mancha construída através dos principais eixos de saída da cidade e a existência de alguns quarteirões bem definidos.

A cidade apresenta a estrutura radial da época dos Almadas, a que acresce a intenção do planeamento das áreas de expansão almadinas. Contudo, esta planta não apresenta uma «expansão significativa do espaço urbanizado, como faria prever um aumento tão significativo da população»<sup>46</sup>. A norte do Hospital de Santo António encontram-se

---

41 FERREIRA, 2010: 50-51.

42 FERREIRA, 2010: 53.

43 FERREIRA, 2010: 35-36.

44 FERREIRA, 2010: 53.

45 AMORIM, 1998: 36-37.

46 AMORIM, 1998: 27.

representados o prolongamento da Rua Adolfo Casais Monteiro, a construção dos eixos relativos às ruas do Breiner e Miguel Bombarda e na zona oposta, do Bonfim, encontram-se também cartografadas as aberturas das ruas de Santos Pousada e Moreira, que permitiram a união do tecido urbano daquela zona. É também representado o prolongamento da rua da Boavista e a construção do Hospital Militar no extremo desta<sup>47</sup>.



Planta de Perry Vidal (1865) [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

Em 1881 foi aprovado «O Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto», da autoria do então Presidente da Câmara José Augusto Corrêa de Barros<sup>48</sup>. Tratou-se de um plano político e financeiro, que visava reformular e desenvolver a cidade segundo uma visão moderna do urbanismo<sup>49</sup>.

Este plano teve como objectivo resolver problemas ligados à circulação e à higiene pública, de forma a dotar a cidade com infra-estruturas adaptadas à sua realidade e crescimento, nomeadamente ao aumento demográfico e económico. O plano previa a abertura de algumas ruas e o arranjo e prolongamento de outras, de forma a facilitar a comu-

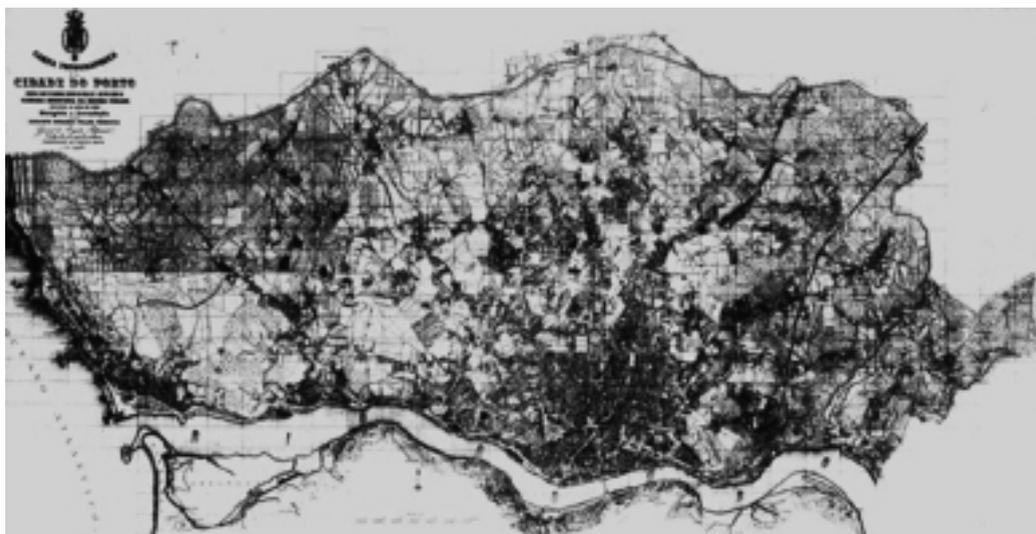
<sup>47</sup> OLIVEIRA, 2013: 114.

<sup>48</sup> A proposta foi primeiramente apresentada em secção extraordinária de 26 de Setembro de 1881 e aprovada com lavor em 6 de Outubro de 1881. ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO: 27 e 31 verso.

<sup>49</sup> AMORIM, 1998: 37; FITAS, 1998: 17.

nicação pedonal e de veículos tanto no interior da cidade como para o seu exterior. Estavam também previstos melhoramentos e construções no edificado da cidade, na rede de esgotos, criação da rede de abastecimento de água ao domicílio, implementação de novos mercados e melhoramento dos já existentes, reorganização dos serviços de combate a incêndios e limpeza urbana, e a criação de laboratórios para controlo de produtos alimentares<sup>50</sup>.

Corrêa de Barros propunha uma «auto-gestão financeira do município, através de empréstimo bancário, a fim de serem realizados amplos trabalhos de urbanismo tendentes a solucionar problemas particulares em certas áreas do tecido urbano portuense». Contudo, não se tratava de uma acção global de intervenção urbanística no que dizia respeito às questões de higiene e salubridade. Estes factores fizeram com que os seus opositores contestassem o plano e o acusassem de «servir os interesses especulativos dos seus amigos»<sup>51</sup>. Certo é que, apesar de ter feito algumas concessões ao interesse de privados, este plano conseguiu dar resposta à expansão acelerada da cidade. Contudo, essas concessões retiravam-lhe a «capacidade de ser um instrumento de planeamento global para o crescimento da cidade e transformaram-no num somatório de intervenções de melhoramentos parcelares»<sup>52</sup>. Este somatório de intervenções pontuais encontra-se bem cartografado na «Carta Topográfica da Cidade do Porto» (1892), da autoria de Augusto Gerardo Telles Ferreira, que constituiu a primeira planta rigorosa da totalidade da cidade do Porto à escala de 1/500<sup>53</sup>.



Planta de Augusto Gerardo Telles Ferreira [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

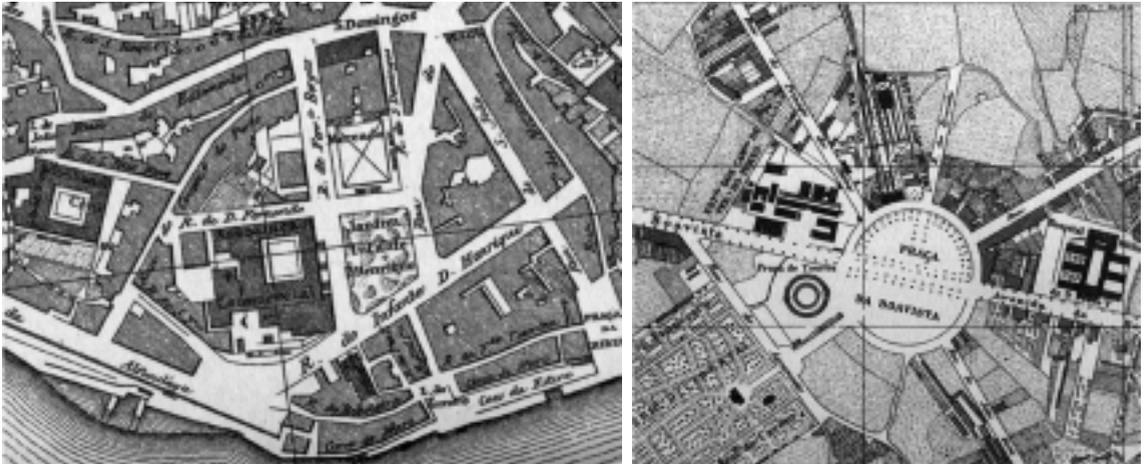
<sup>50</sup> BARROS, 1881.

<sup>51</sup> FITAS, 1998: 17.

<sup>52</sup> AMORIM, 1998: 37.

<sup>53</sup> MADUREIRA, 2001-2002: 166.

Nesta planta, o autor representa os principais edifícios e espaços da cidade e define os seus limites administrativos a norte e a nascente do concelho, «antecipando-se à sua efectiva implantação três anos mais tarde, 1895, com a abertura da Estrada da Circunvalação e com a consequente inclusão no seu território das freguesias de Ramalde, Nevogilde e Aldoar»<sup>54</sup>. Na zona central da cidade o eixo dominante é a Rua Mouzinho da Silveira, que fazia a ligação entre as zonas baixa (ribeira) e alta da cidade (Praça da Liberdade), e a área de expansão passa a ser definida pelas ruas de Cedofeita, da Boavista, de Antero de Quental, da Constituição e de Santos Pousada. Nas zonas periféricas – de expansão do núcleo muralhado – as cinco vias de saída da cidade continuam a ser estruturantes, juntando-se-lhes mais dois grandes eixos: a avenida da Boavista (até a Fonte da Moura) e a rua da Constituição. Nas zonas da Lapa e do Bonfim o tecido urbano ia crescendo «baseado muitas vezes no alinhamento de caminhos rurais e no parcelamento de quintas existentes»<sup>55</sup>.



Excertos da Planta de Telles Ferreira com representação de alguns espaços públicos e edifícios importantes da época  
 [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

Em 1889 surge um outro plano para a cidade do Porto, mas desta vez incidindo principalmente na zona central da cidade. Este plano, da autoria do engenheiro Carlos Pezerat e intitulado «Projecto d’Embelezamento da Cidade do Porto» baseou-se na abertura de uma avenida entre as praças de D. Pedro e da Trindade. Este projecto tinha como principal objetivo, e nas palavras do autor, a «determinação do local para levantamento dos novos Paços Municipais – e outras consequências profícuas que, por derivadas, não são de menor importância, – facilidade de transito e de comunicação entre bairros oriental e ocidental, – aformosamento indispensável duma parte da cidade que, sendo inegavelmente o seu coração e fórum tradicional, exige agora, com a construção de uma estação de caminho de ferro em S. Bento<sup>56</sup>, condições de perspectiva que impressionem agra-

<sup>54</sup> MOTA, 2010: 61.

<sup>55</sup> OLIVEIRA, 2013: 114.

<sup>56</sup> ROCHA, 1993: 756.

davelmente os viajantes – e finalmente a modificação das condições higiénicas determinadas pelo ar e pela luz largamente difundidas»<sup>57</sup>. Segundo Rui Tavares, «dominado pela ideia da Avenida-Jardim, o plano de Pezerat foi concebido como um «Passeio Público», na base da forma e alinhamento das duas praças e a sua composição pretende-se subordinada a um eixo Norte/Sul (de simetria apenas na placa central, ajardinada) que unia a entrada da Igreja da Trindade com o monumento a D. Pedro IV». Este projecto, embora não tendo sido posto em prática, teve «o mérito de fixar a primeira imagem da Avenida, imagem essa que acabaria por influenciar definitivamente a proposta final», que consistiu na demolição do edifício da Praça de D. Pedro e abertura da Avenida Central<sup>58</sup>.

Com o Ultimato Inglês (1890) e o 31 de Janeiro de 1891 a cidade do Porto entrou em nova fase de crise, que viria a durar cerca de uma década. Esta crise conduziu, entre outros aspectos, ao aumento do desemprego e ao decréscimo das receitas municipais, proporcionando um reduzido número de obras públicas. Este último factor teve como consequência imediata um abrandamento no crescimento da cidade e o aumento da intervenção privada. Foi também em finais desta década que a cidade foi atingida pela peste bubónica. Na sequência da peste foram publicadas as primeiras legislações ligadas à higiene, das quais se destaca o «Regulamento Geral de Saúde» (1901) e o «Regulamento de Salubridade de Edificações Urbanas» (1903).

### 3. A CIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XX: PROPOSTAS E CONCRETIZAÇÕES

Após um aumento populacional nas freguesias do núcleo histórico assistiu-se, nas primeiras décadas do século XX, a uma diminuição da população, enquanto que nas freguesias peri-centrais e periféricas o número de habitantes aumentava de forma considerável. Em 1911 habitavam na cidade 191.890 pessoas, e de 1911 a 1970 a população aumentou 57,2%; «todavia este acréscimo (de 109.765 pessoas) foi acompanhado de uma alteração sensível na distribuição pelo território municipal. Assim, enquanto que as densamente habitadas freguesias do núcleo histórico [...] registavam uma diminuição global de 6.049 habitantes, as freguesias peri-centrais [...] vêm aumentada a sua população em cerca de 19.143 pessoas e as periféricas [...], dispersamente habitadas em 1910, possuem em 1970 um total de 148.650 habitantes, ou seja, praticamente metade da população portuense»<sup>59</sup>. Para o aumento da população nas freguesias peri-centrais e periféricas contribuiu, tal como ocorrera já no século XIX, a continuada importância do desenvolvimento da indústria e do comércio. O crescimento do núcleo histórico da cidade caracterizou-se por ser «especialmente concentrado e [pela] reduzida diferenciação funcional e social do espaço»<sup>60</sup>, ou seja, aumentam as pequenas manufacturas, baseadas numa estrutura de trabalho domiciliário<sup>61</sup>. Por outro

<sup>57</sup> Citado em BASTOS, 1985-1986: 300.

<sup>58</sup> BASTOS, 1985-1986: 275-276.

<sup>59</sup> FERNANDES, 1997: 78 e 95.

<sup>60</sup> VÁZQUEZ, 1992: 60.

<sup>61</sup> FERREIRA, 2010: 51-52.

lado, «as maiores e mais complexas unidades industriais, ligadas essencialmente aos têxteis, metalurgia e metalo-mecânicas implantavam-se nas encostas do rio Douro, primeiramente nas freguesias peri-centrais e posteriormente nas periféricas. Na década de trinta as zonas já industrializadas da cidade conheciam uma nova fase de industrialização, através da instalação de novas indústrias ligadas às novas áreas, como a química, a cerealífera e a alimentícia, o que alterou e marcou de forma expressiva toda a malha urbana». A formação destes complexos industriais levou a que a população operária se concentrasse junto dos mesmos, inicialmente nas chamadas «ilhas» (bairros operários de iniciativa privada) e colónias operárias (de iniciativa sobretudo pública) e, mais tarde, nas casas económicas<sup>62</sup>.

Em 1903, surge uma nova planta que representa como principais alterações urbanísticas «a conclusão da Avenida da Boavista, a abertura da Rua de Álvares Cabral<sup>63</sup> e o prolongamento da Avenida Fernão de Magalhães e da Rua de Júlio Dinis. A Avenida da Boavista assume-se nesta fase como principal eixo de expansão da cidade», enquanto que na Rua da Constituição se intensificava o desenvolvimento da malha lateral, sobretudo nas área compreendida entre as ruas de Serpa Pinto, de S. Dinis e Antero de Quental<sup>64</sup>.



Planta da cidade do Porto (1903) [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

Ao desenvolvimento urbanístico que se vinha a verificar por todo o perímetro urbano juntou-se, em finais do século XIX, a criação de algumas estruturas que pretendiam melhorar a vida da população. Destacam-se a criação de sistemas de iluminação pública a gás (1855), do abastecimento de água ao domicílio (1887) e de sistemas de sanea-

<sup>62</sup> FERREIRA, 2010: 52.

<sup>63</sup> PIRES, 2000.

<sup>64</sup> OLIVEIRA, 2013: 116.

mento (sendo de referir o «Plano de Saneamento», de 1896 e posto em prática 8 anos mais tarde)<sup>65</sup>. Contudo, a criação de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento não acompanhavam o desenvolvimento de determinadas zonas da cidade e respectivo aumento demográfico, uma vez que diversas áreas urbanas, como a Foz e Campanhã, e algumas ruas da zona central não eram contempladas no Plano de Saneamento<sup>66</sup>.

Na tentativa de resolver os problemas da carência de infra-estruturas, nos inícios do século XX intensificam-se as preocupações legais com o urbanismo, o que é visível pelos estudos e planos desta época e que viriam a ser decisivos na evolução e organização da malha urbana<sup>67</sup>. Em 1907, era nomeada a «Lista da Cidade», da qual faziam parte os vereadores Duarte Leite, Jaime Cortesão, Xavier Esteves, e os serviços encarregados dos arruamentos e das obras municipais (3.<sup>a</sup> Repartição da Câmara Municipal do Porto) propuseram um estudo para a área central da cidade onde reconheciam que «o rasgamento de novas Avenidas na cidade deve obedecer às vantagens de um plano geral de arruamentos e melhoramentos»<sup>68</sup>. Seria objectivo deste plano «o estabelecimento de ligações dos pontos centrais da cidade através de quatro avenidas (Praça da Liberdade à Trindade, Trindade à Praça da República, Praça da República à Praça de Carlos Alberto, e Praça de Carlos Alberto ao Palácio de Cristal»<sup>69</sup>. Também de 1907 data um estudo de António Rigaud Nogueira, onde eram apontados problemas relacionados com a regionalização e expansão urbanística, as áreas de circulação entre zonas, as áreas de habitação e bairros operários e os equipamentos da cidade<sup>70</sup>.

A fixação na Praça de D. Pedro IV, nos inícios do século passado, das actividades ligadas ao poder político, financeiro, bancário e comercial, assim como cultural (cafés e livrarias), a que se juntou a convergência dos transportes públicos, e a extensão da linha-férrea, que culminou na construção da Estação de S. Bento, proporcionou uma nova centralidade urbana, deslocando o centro da zona baixa da cidade (Ribeira). Nascia assim um novo centro comercial, político, económico e cultural que gerou uma maior movimentação de pessoas na zona alta da cidade. Tendo em conta a sua importância no quotidiano da população, intensificaram-se as propostas de renovação para esta zona da cidade. Contudo, segundo Maria Amorim, alguns dos «inovadores projectos de avenidas, acessos à ponte D. Luís e ligações mecânicas entre áreas de diferentes cotas não encontram, no entanto, por parte da Câmara, uma capacidade de concretização compatível com esta iniciativa renovadora»<sup>71</sup>, pelo que a renovação do centro da cidade só se concretizaria de forma mais ampla após a proclamação da República Portuguesa (5 de Outubro de 1910).

Logo em 1913, Gaudêncio Pacheco apresenta a proposta de uma série de obras para o centro da cidade, que implicava «a reformulação da área central da cidade, a sua ligação ao tabuleiro superior da ponte Luís I e o reenquadramento dos edifícios da Sé e do Paço Episcopal. Esta solução implicaria a construção de grandes muros de suporte e a

65 FERREIRA, 2010: 50; REAL & TAVARES, 1987: 412-413.

66 REAL & TAVARES, 1987: 412-413.

67 FERREIRA, 2010: 50.

68 BASTOS, 1985-1986: 277.

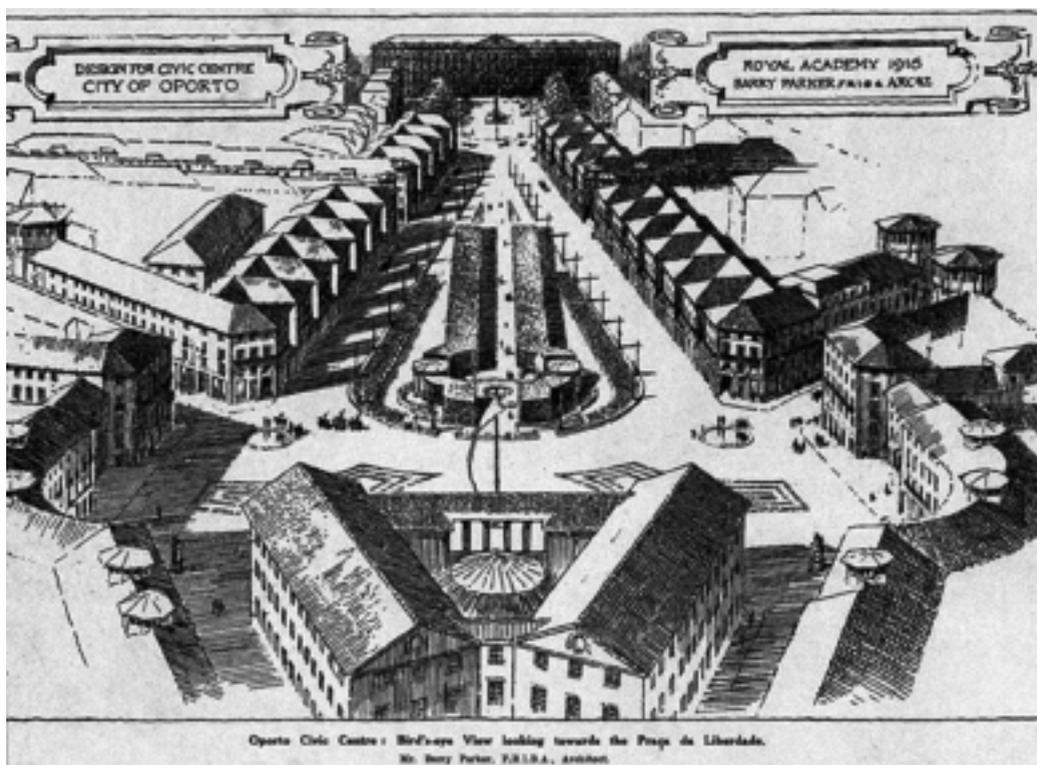
69 AMORIM, 1998: 44.

70 BOMBA, 2003: 2.

71 AMORIM, 1998: 45.

demolição e subjugação do edificado existente a estes novos elementos. Dessa plataforma balizada a poente pelo muro de suporte do que restasse da Rua de D. Hugo chegar-se-ia a uma praça de desenho circular donde sairiam 3 novas vias: uma que alargaria à Avenida de Saraiva de Carvalho, outra ligando num tramo recto à Praça da Batalha e outra que ligaria à Igreja dos Clérigos também num tramo recto»<sup>72</sup>.

Em secção camarária de 31 de Dezembro de 1914, Elísio de Melo inicia o processo que conduzirá à abertura do concurso para o «Plano de Melhoramentos e Ampliação da Cidade do Porto». Tratou-se da primeira vereação pós-Implantação da República, tendo privilegiado as funções relacionadas com a administração local, implicando a transformação da Praça de D. Pedro (actual Praça da Liberdade), a abertura da Avenida dos Aliados e a construção dos novos Paços do Concelho<sup>73</sup>. No ano seguinte, Elísio de Melo convidou o arquitecto britânico Barry Parker a integrar a comissão técnica de avaliação do «Plano de Melhoramentos», tendo este posteriormente elaborado um «Plano de Renovação do Centro da Cidade», o primeiro grande estudo urbanístico pós-Almadino<sup>74</sup>. Este plano, que nunca viria a ser posto em prática na totalidade, «procurava articular uma vasta trama de novos espaços, pensados de forma a valorizarem as arquitecturas que os marginariam e que



Uma das Propostas de Barry Parker para a Praça da Liberdade [Fonte: [Arquivo da Câmara Municipal do Porto](#)]

<sup>72</sup> ALVES, 2008: 20.

<sup>73</sup> FIGUEIREDO, 1994: 142, citado em AMORIM, 1998: 46.

<sup>74</sup> FERREIRA, 2010: 37.

caracterizariam o centro da cidade» e «propunha o rasgamento de duas importantes avenidas, uma ligando a Praça D. Pedro à futura Câmara Municipal, assegurando a nova ligação funcional entre a Praça Almeida Garrett e o tabuleiro superior da Ponte D. Luís I»<sup>75</sup>.

Em 1916 surgia pelas mãos de Cunha Morais o plano intitulado de «Os Melhoramentos da Cidade do Porto», primeiro plano global para a urbe, que se inseria na vontade de renovação trazida pela Primeira República<sup>76</sup>. Para alguns autores este plano opunha-se ao anterior e às «vontades municipais», sendo «representativo do debate em torno do planeamento urbano, incrementado no período 1910-1926, período em que, sob a alçada da República, se reforçaram os papéis da Administração Municipal»<sup>77</sup>. Este plano propunha a expansão da cidade em direcção a ocidente, sobrepondo-se à malha urbana já existente numa estrutura em retículo<sup>78</sup>. Cunha Morais defendia que a cidade «como outras em idênticas condições, tende a caminhar, alargando-se, no sentido do ocidente [...] atraída para o mar; visto ser sem duvida, nessa direcção que se encontra campo mais aberto e próprio para a sua expansão»<sup>79</sup>. Consequentemente, o centro histórico seria substituído em importância por um eixo de ligação ao mar, constituído por duas avenidas. O centro cívico passaria a estar integrado numa avenida monumental, traçada entre a Cordoaria e o Monte Pedral, espaços que seriam ajardinados<sup>80</sup>. Estavam também contempladas neste plano a nova ponte sobre o rio Douro, localizada na Arrábida, e as ligações ao porto de Leixões e entre o núcleo antigo e a Foz do Douro e Matosinhos<sup>81</sup>.

A abertura de ruas na cidade do Porto por particulares foi uma realidade que se acentuou na segunda metade do século XIX, sobretudo com a expropriação e o loteamento de muitas das quintas espalhadas pela cidade. A abertura de muitas destas artérias não assentava em estudos ou planos urbanísticos, o que proporcionava que muitas fossem inadequadamente traçadas, apresentando falta de infra-estruturas de auxílio ao edificado e acabando em muitos casos por ficar incompletas. Numa tentativa de resolver estes problemas, a Câmara Municipal do Porto aprova em 1919 uma lei que restringia a abertura de «ruas particulares»; contudo, muitas continuaram a ser abertas, bastando para tal a apresentação à Câmara do respectivo projecto. Estas ruas eram habitualmente construídas em colaboração com sociedades de urbanização, que detinham, na época, muitos terrenos.

Globalmente, e apesar de a urbanização da cidade do Porto se manter em grande parte nas mãos de particulares, o município começa a exercer um maior controlo sobre a mesma. Segundo Maria Amorim, este facto permitiu criar um processo de urbanização «distinto do da abertura das ruas particulares, uma vez que não se trata de um proprietário que loteia para vender, e de um particular que compra para edificar. Isto implica que a sociedade que urbaniza tem interesse em conseguir lotes de boa qualidade (tamanho e

---

<sup>75</sup> ALFREDO, 1997: 40.

<sup>76</sup> FIGUEIREDO, 1994: 142, citado em AMORIM, 1998: 50.

<sup>77</sup> AMORIM, 1998: 51.

<sup>78</sup> Este plano seguiu a linha de pensamento proposto por Haussman para Paris e por Cerda para Barcelona.

<sup>79</sup> A. C. da Cunha Morais, citado em BOMBA, 2003: 23.

<sup>80</sup> AMORIM, 1998: 50-51.

<sup>81</sup> AMORIM, 1998: 51.

configuração) e em efectuar a infra-estruturação» auxiliar ao edificado<sup>82</sup>. No entanto, os esforços municipais não foram suficientes para travar a abertura de artérias sem qualquer plano estruturado, sendo de referir como exemplos a Avenida Marechal Gomes da Costa, a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e a Avenida Epiácio Pessoa (actual Avenida de Antunes Guimarães). Só em 1944 a Câmara Municipal viria a proibir definitivamente a abertura de ruas por particulares e o loteamento dos terrenos por iniciativa privada, de forma «a alicerçar o controlo efectivo do uso do solo urbano»<sup>83</sup>.

#### 4. A NECESSIDADE REGULADORA NOS ANOS 30

Conforme anteriormente referido, até aos anos de 1920 as acções reguladoras e estudos desencadeados assentaram sobretudo na criação de melhores condições de acesso à cidade e de circulação entre diferentes zonas, com especial incidência nas áreas não intervenionadas no período dos Almadas, e acompanhando sempre a criação de diferentes zonas, equipamentos públicos e espaços da cidade. Nos anos 20 o planeamento urbano continuou a investir no estabelecimento de continuidades viárias, mas ainda numa perspectiva parcelar, não se verificando uma preocupação com os prolongamentos dos eixos viários em extensão, ou com o desenvolvimento de uma estrutura viária global<sup>84</sup>. Neste contexto, em 1928 a Câmara Municipal promoveu um concurso para a elaboração do Plano Geral da Cidade do Porto, que no entanto não viria a ter grande êxito ou efeito, em parte porque «não era remunerado e procurava-se um perito de outra cidade/país»<sup>85</sup>.

Já com o início dos anos 30 verifica-se uma tentativa de ruptura com as ideias estruturantes do pensamento urbanístico prévio<sup>86</sup> (ou, mais concretamente, com a ausência destas). Em 1932 o engenheiro Ezequiel de Campos (1874-1965) elabora o «Prólogo ao Plano da Cidade do Porto», que estabeleceu pela primeira vez uma metodologia para a elaboração de um plano global. Este projecto não teve efeitos imediatos, tendo no entanto constituído «uma importante reflexão sobre o desenvolvimento urbano do Porto, não só no que concerne à forma como se tinha vindo a desenrolar e suas consequências, mas também relativamente ao modo de programar a sua expansão»<sup>87</sup>. A preparação deste plano estruturou-se em três fases: a elaboração de uma planta actualizada da cidade, o plano geral da cidade e o plano final<sup>88</sup>. A elaboração da planta subdividiu-se nos estudos ambiental (natural, económico e social), do relacionamento interno e regional, de expansão interna e de relação com a periferia, e estudo de enquadramento político (regional e nacional). A execução do plano geral compreendeu o estudo da estrutura urbana (nomeadamente ruas, caminhos-de-ferro, campos de aviação, jardins, parques e centros urbanos) e o estudo financeiro (atribuições municipais e estatais, bem como estabelecimento de prio-

---

<sup>82</sup> AMORIM, 1998: 55.

<sup>83</sup> AMORIM, 1998: 54.

<sup>84</sup> LAMEIRA, 2012.

<sup>85</sup> BOMBA, 2003: 24.

<sup>86</sup> LAMEIRA, 2012.

<sup>87</sup> AMORIM, 1998: 69.

<sup>88</sup> CAMPOS, 1932b: 7.

ridades e sequência de obras) e, por fim, a elaboração do plano final envolveu a sua organização, o desenho da planta definitiva da cidade e a elaboração e pormenorização de execução das várias etapas da obra<sup>89</sup>. Para alguns autores, ao usar esta metodologia Ezequiel Campos «revela a caótica situação urbana até então modesta e facilmente controlada por planos de intervenção pontual»<sup>90</sup>. Segundo o autor, a expansão do Porto «não se fez restritamente à volta de um ponto nodal [...] mas sim ao longo do porto do Douro [...] e ao longo das estradas que vinham ao vale do rio da Vila e ao porto do Douro: irradiando pelas linhas de acessibilidade»<sup>91</sup>. Na planta «Expansão da Cidade do Porto» são traçadas quatro circunferências, tendo como centro o Largo do Terreiro. A primeira circunferência mede 1 km de raio e corresponde ao velho burgo, que se encontra «apinhado de casas, onde antigamente haviam campos, hortas, e laranjais»; a segunda, com 2 km, corresponde às urbanizações que se desenvolveram ao longo das vias de acesso e que mantinham largas manchas rurais; a terceira, com 3 km, corresponde às periferias rurais com alguns núcleos urbanizados; e por fim, a quarta, com um raio de 4 km, abrangia as freguesias de Lordelo do Ouro, Ramalde, Paranhos e Campanhã, zonas quase exclusivamente rurais<sup>92</sup>.



Expansão da Cidade do Porto segundo Ezequiel Campos [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

Neste estudo é chamada a atenção para o facto de a cidade ter crescido sem uma «arrumação de centros da Cidade, nem grandes linhas directrizes, nem orientações axiais de crescimento», o que fez com que o Porto se tornasse «um agregado de aldeias, mais ou menos densamente povoadas, à volta da aldeia inicial de S. Nicolau». O plano geral deveria englobar os núcleos urbanos de Gaia, Matosinhos, Leça e Gondomar, tal como se veri-

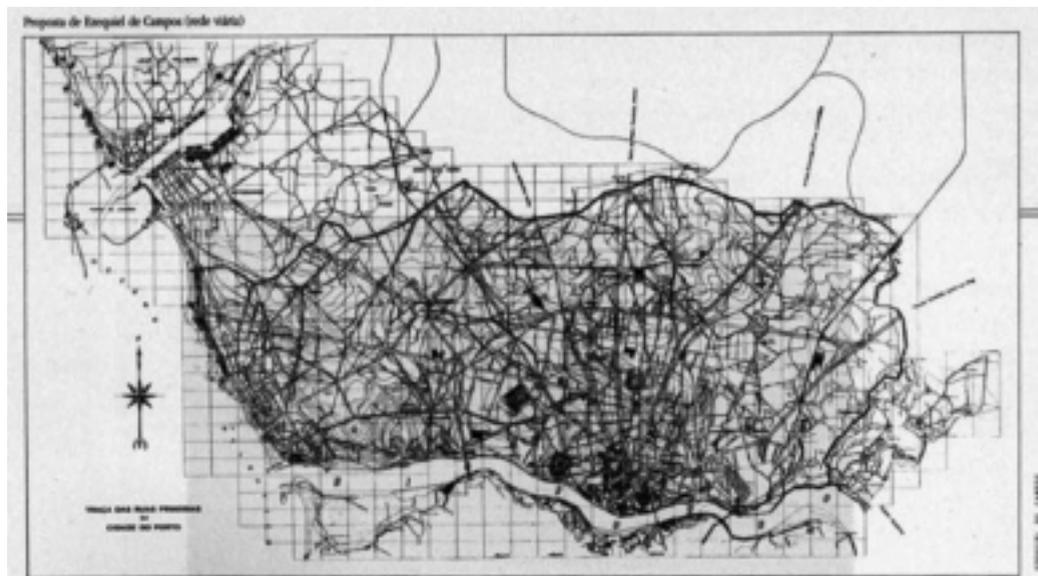
<sup>89</sup> CAMPOS, 1932b: 7.

<sup>90</sup> REAL & TAVARES, 1987: 415.

<sup>91</sup> CAMPOS, 1932a: 18-19.

<sup>92</sup> CAMPOS, 1932a: 20.

ficava nos planos traçados para outras cidades do mundo<sup>93</sup>. Deveria transpor o limite imposto pela Estrada da Circunvalação, de modo a tornar-se num plano regional de urbanização, cuja importância deriva da influência do Porto nas vilas e cidades vizinhas<sup>94</sup>.



Prólogo ao Plano da Cidade do Porto: Traça das ruas primárias da cidade do Porto  
[Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]



O sistema completo das ruas sobre a planta de Telles Ferreira [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

<sup>93</sup> CAMPOS, 1932a: 20-21.

<sup>94</sup> CAMPOS, 1932a: 35.

Devido às condicionantes topográficas da zona oriental, a expansão da cidade deveria ser feita com maior incidência na zona ocidental<sup>95</sup>. Ezequiel de Campos pretendia impulsionar o desenvolvimento da cidade através de uma visão total desta, criar espaços renovados e monumentais onde os habitantes se revissem, e criar um novo espaço cívico onde se centrassem actividades financeiras, comerciais, sociais e públicas<sup>96</sup>. O novo centro cívico seria caracterizado «pela abertura de uma avenida que se estrutura tomando a Igreja dos Congregados e a Sé como pontos de remate, pela criação de um novo espaço público de desenho circular, no centro do qual se situa a catedral, pelo refazer dos traçados das ruas dos Mercadores, Escura e Bainharia e a uma cota superior a reformulação das ruas de Santana e Penaventosa»<sup>97</sup>. As actividades económicas passavam assim a estar centradas nas praças da Liberdade e do Infante, e os portos do Douro e de Leixões tornavam-se os centros primários da cidade<sup>98</sup>. Por sua vez, as zonas das Antas, da Avenida da Boavista, do Campo Alegre e da Foz do Douro passam a ser zonas de residência. Quanto às habitações operárias, Ezequiel salienta a dificuldade da sua eliminação, face à sua dispersão, decorrente da dispersão das fábricas, referindo que «só pelos bairros populares em condições normais e pelo arrasamento obrigatório das ilhas se pode corrigir, como urge, a habitação de uma grande parte da gente do Pôrto» e salientando a importância do trabalho social inerente a todas estas mudanças<sup>99</sup>. O Prólogo ao Plano da Cidade do Porto refere-se também aos jardins e parques, campos de jogos, reservas para as indústrias, praias, miradouros e varandas, balneários e lavadouros, sendo o autor da opinião que estes componentes da cidade deveriam localizar-se de acordo com a estrutura e usos das diferentes zonas da cidade<sup>100</sup>.

Relativamente aos acessos à cidade, Ezequiel considera-os acidentados, congestionados e deficitários, para além de impossíveis de alargar, pelo que propõe a abertura de novas vias. Esses novos acessos, que ligariam directamente ao centro da cidade, seriam «De Valbom e Gondomar, subindo da marginal de Campanhã às Fontainhas, para atingir principalmente a rua Alexandre Herculano [...]; De Penafiel à Avenida Camilo e ao Campo 24 de Agosto [...]; De Guimarães à Trindade, ao cimo da Praça dos Aliados; De Braga à Praça da Universidade; ou à Trindade, pela rua de Camões prolongada até à Constituição; De Viana à Praça da Universidade, pelo Ocidente; Da Senhora da Hora à Praça Mousinho de Albuquerque; Do Sul, pelo tabuleiro superior da Ponte D. Luís, à Praça Almeida Garrett»<sup>101</sup> e ainda, conforme referido por Antão de Almeida Garrett com base em análises posteriores «do Ouro a Matosinhos marginal [...]; à futura ponte da Arrábida é dada ligação no Campo Alegre; concebe ainda duas estradas ou ruas marginais ao Douro, de Campanhã à Foz e, na outra margem do Areíño à Afurada; da Alfandega do Porto e Miragaia uma rua a dar ligação aos Clérigos»<sup>102</sup>. Este sistema de vias principais de acesso deveria ser complementado por ruas de

---

<sup>95</sup> AMORIM, 1998: 64.

<sup>96</sup> GRAVETO, 2004: 19.

<sup>97</sup> ALVES, 2008: 24.

<sup>98</sup> CAMPOS, 1932a: 26.

<sup>99</sup> CAMPOS, 1932a: 30 e 34.

<sup>100</sup> AMORIM, 1998: 67.

<sup>101</sup> CAMPOS, 1932a: 28.

<sup>102</sup> GARRETT, 1974: 3.

circulação concêntrica, resultantes quer do prolongamento das já existentes quer da criação de novas vias<sup>103</sup>. Seriam ainda criadas uma série de ruas que formariam a interligação dos núcleos urbanos periféricos, permitindo a articulação entre as freguesias de Ramalde, Lordelo e Paranhos; de Aldoar; Nevogilde e Lordelo; e da Foz, Matosinhos e Senhora da Hora<sup>104</sup>.

Quanto à parte antiga da cidade, que abrangia as freguesias nucleares da Sé, Vitória, S. Nicolau e Miragaia, Ezequiel salienta a quase impossibilidade da sua adaptação à actualidade sem que tal implique a sua reconstrução de raiz, referindo que, à excepção das «igrejas e algum raro edifício respeitável, tudo é sem valor histórico ou artístico». O autor defende os projectos que existiam para a parte central da cidade, sobretudo para a Avenida dos Aliados, Ribeira e Miragaia, apresentando também um projecto para essa zona; defendia contudo que esses projectos parcelares deviam estar inseridos numa visão mais alargada da cidade<sup>105</sup>.



«Esquisto de reforma do centro actual da Cidade do Porto» [Fonte: [Arquivo da Câmara Municipal do Porto](#)]

**103** «Prolongamento da rua Gonçalves Cristóvão, da Praça da República para Oeste a Lordelo e à Arrábida, podendo constituir o acesso da ponte nova; Prolongamento da rua da Constituição, em recta até à Praça de Ramalde; Prolongamento da Avenida dos Combatentes, por Francos, até à Avenida da Boavista». CAMPOS 1932a: 28.

**104** CAMPOS, 1932a: 29; AMORIM, 1998: 66.

**105** CAMPOS, 1932a: 35-36.

Quanto à questão do financiamento deste projecto, o autor é da opinião que o mesmo deveria assentar na criação e gestão de «caixas económicas municipais»<sup>106</sup>. É também da opinião que a realização do Plano da Cidade do Porto deveria ser uma «realização metódica pelo Município do Pôrto, e pelo Estado, numa ordem prudente de actividade em tôdas as partes constituintes da Cidade»<sup>107</sup>.

Na Planta de 1932, executada pela Câmara Municipal, a área central de expansão passa a ser delimitada pelas ruas do Rosário, de Oliveira Monteiro, de S. Dinis, Antero de Quintal, da Constituição e do Bonfim, zona em que existem dois vazios urbanos (na Lapa e entre a Rua de Santos Pousada e a Avenida Fernão de Magalhães). Para sul, a expansão central da cidade é marcada pelas aberturas da Praça da Liberdade e da Avenida dos Aliados. Para norte da cidade ocorre uma forte urbanização, a partir da criação de uma série de ruas laterais à da Constituição, sobretudo entre a Rua Antero de Quintal e a Rua de Serpa Pinto. Do lado poente da cidade o principal desenvolvimento urbano ocorre com as avenidas da Boavista, Antunes Guimarães e Marechal Gomes da Costa e com a criação das ruas laterais à Avenida da Boavista (António Cardoso e Guerra Junqueiro). Já na zona poente da Foz do Douro, o desenvolvimento mantém-se caracterizado por um desenho racional e de malha reticular, contrastando com a zona a norte, ainda bastante rural. É também de destacar a abertura das avenidas de França, dos Combatentes e Fernão de Magalhães<sup>108</sup>.



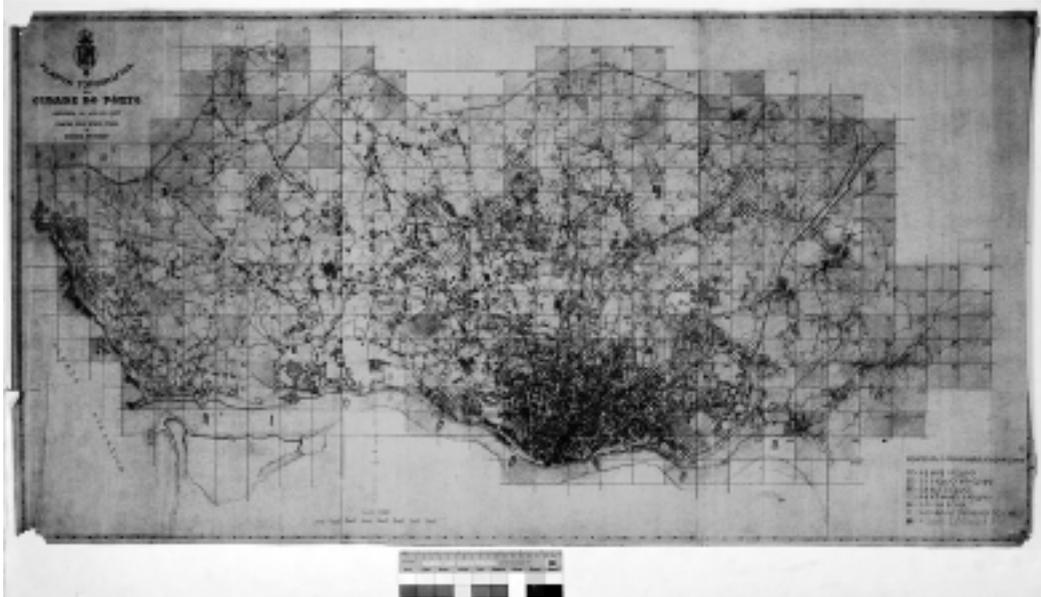
Planta da cidade do Porto 1932 [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

<sup>106</sup> AMORIM, 1998: 68.

<sup>107</sup> CAMPOS, 1932a: 49.

<sup>108</sup> OLIVEIRA, 2013: 116-117.

Na continuidade das anteriores, a planta de 1937 continua a demonstrar o forte crescimento da cidade e densa ocupação territorial que se verificavam. Em particular, representa a forte ocupação da periferia, sobretudo com a construção dos primeiros bairros de habitação unifamiliar, bem como o prolongamento e cruzamento de algumas artérias estruturantes da cidade, como por exemplo o prolongamento da Rua da Constituição até à Avenida Fernão de Magalhães, cruzando com a Rua de Santos Pousada, também esta prolongada<sup>109</sup>.



Planta da cidade do Porto 1937 [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

#### 4.1. OS «PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO»

Em 1934, Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, promovera, numa visão mais alargada, o desenvolvimento urbanístico em Portugal, através da planificação das cidades. Pelo decreto-lei n.º 24.802 de 21 de Dezembro de 1934 cria os «Planos Gerais de Urbanização», que põem fim à figura dos «Planos Gerais de Melhoramentos» que se encontravam em vigor desde 1864. Este decreto deveria ser aplicado a todas as sedes dos municípios cuja população fosse superior a 2.500 habitantes, quando se verificasse um aumento demográfico superior a 10% entre dois recenseamentos seguidos, ou quando os centros urbanos apresentassem interesse turístico, histórico, cultural, espiritual, recreativo, climático ou terapêutico<sup>110</sup>. Com a criação desta lei verificou-se a necessidade de o Estado, através das Câmaras Municipais, intervir directamente no melhoramento e planeamento das cidades, dado estas não possuírem meios para tal<sup>111</sup>, mas também de

<sup>109</sup> OLIVEIRA, 2013: 117.

<sup>110</sup> AMORIM, 1998: 74.

<sup>111</sup> Essa ideia é claramente explicitada no preâmbulo do decreto-lei: «muitas câmaras municipais [...] solicitaram o concurso do Governo para importantes trabalhos de urbanização, nem sempre delineados com melhores critérios e a mais justa

combater, através do melhoramento urbano (para além da criação de um Fundo de Desemprego), o elevado desemprego que atingia o país<sup>112</sup>.

Como metodologia aplicada para a execução deste projecto é necessário que todas as «Câmaras Municipais possuam plantas topográficas, em escala apropriadas, das zonas urbanas de maior interesse público. Depois, não deverão empreender-se quaisquer trabalhos de urbanização que não estejam subordinados a um plano convenientemente delimitado com previsão do futuro»<sup>113</sup>. Estas premissas haviam já sido estipuladas para a cidade do Porto em 1932 por Ezequiel Campos. A execução destes planos gerais deveria compreender, tal como previsto no Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, as zonas edificadas, as futuras zonas a urbanizar (tanto no interior como na periferia das cidades), o sistema de artérias de ligação ao sistema de artérias pré-existente e as que estabelecem ligação a centros próximos da cidade, como sejam locais para repouso, lazer, cura ou com valor turístico<sup>114</sup>.

Mais concretamente, para a cidade do Porto, a elaboração do Plano Geral de Urbanização deveria estar concluída após 5 anos (Dezembro de 1939). Contudo, e conforme refere Antão de Almeida Garrett, apenas a um ano de terminar o prazo de entrega do Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto, quando face à «necessidade urgente de definir a localização e enquadramento de importantes obras – como a urbanização da Praça do Município e do Palácio dos Correios, a localização de novos bairros económicos para o Estado, a urbanização da Foz e outros, viu faltar-lhe a orientação indispensável dum plano geral de urbanização da cidade» a Câmara Municipal contrata o urbanista italiano Marcello Piacentini (que trabalhará entre 1938 e 1949) e mais tarde Geovanni Muzio (entre 1940 e 1942) como consultores dos Serviços Técnicos<sup>115</sup>.

Na altura da sua contratação, Marcello Piacentini encontrava-se a executar uma série de trabalhos para o Governo Italiano, o que o impossibilitou a sua deslocação ao Porto. Foram enviados em sua substituição o arquitecto Calza Bini e o engenheiro Vincenzo Cívico, que chegaram ao Porto a 29 de Março de 1939 e começaram por efectuar uma análise quer da cidade quer da região envolvente, bem como uma série de estudos sobre a forma de ante-projecto<sup>116</sup>. O presidente da Câmara Municipal do Porto, «impressionado com a qualidade destes estudos» propõe a Marcello Piacentini que realize o Plano e deixe de ser assessor e passe a ser o seu autor. Contudo, a execução deste Plano de imediato cria uma série de dificuldades, visto o Gabinete Técnico e a Carta da Cidade não possuírem bases cartográficas nem inquéritos que pudessem ser usados na sua execução, tal como fora pedido pelo arquitecto. Isto obrigou a que os estudos fossem feitos tendo por base cartografia desactualizada e sem cotas, e alguns elementos de inquérito que o arquitecto Augusto Baccin, traz de Itália ao Porto em Julho de 1939. Em Novembro de

---

consideração das condições locais e das necessidades futuras, nem segundo as melhores regras da higiene e da conveniência das aglomerações urbanas».

112 DECRETO-LEI n.º 24.802, 1934.

113 DECRETO-LEI n.º 24.802, 1934.

114 AMORIM, 1998: 74.

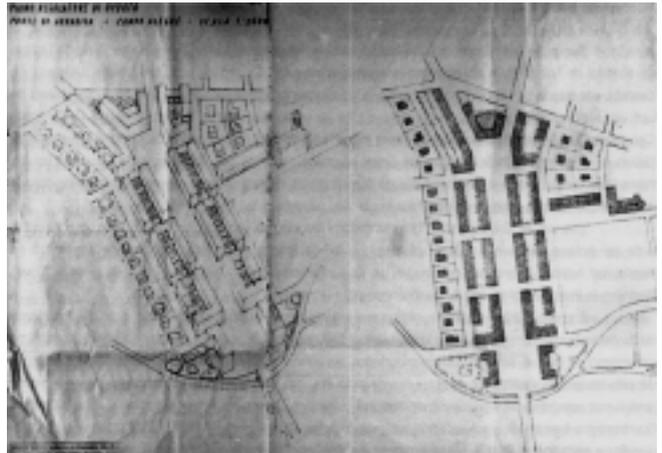
115 GARRETT, 1974: 7.

116 GARRETT, 1974: 7-8.

1939 Piacentini envia aos Serviços Técnicos da Câmara um conjunto de 25 desenhos relacionados com o Plano, continuando a exigir a estes serviços a documentação solicitada para o desenvolvimento do projecto<sup>117</sup>.

Com o fim do contrato entre a Câmara e Marcello Piacentini, em Fevereiro de 1940, é convidado Giovanni Muzio para Consultor Urbanista do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto. Ao contrário de Piacentini, Giovanni Muzio deslocou-se à cidade do Porto em Janeiro e Outubro de 1941 para por em prática os estudos para o Plano. Nessa altura os principais problemas que afectavam a cidade, segundo três relatórios elaborados pelo Gabinete de Urbanização, eram o trânsito, o zonamento e o problema da habitação social<sup>118</sup>. Foi com base nestes relatórios que Muzio iniciou diversos estudos para a cidade.

As principais prioridades destes arquitectos assentavam nas «comunicações interurbanas, viárias e ferroviárias, ligando-as ao Porto de Leixões e aos aeroportos previstos e à rede de comunicações dentro da própria cidade», e no estabelecimento de áreas de residência, tais como a Avenida do Marechal Gomes da Costa ou o Campo Alegre, e de bairros populares no Amial, Paranhos, Campanhã e Ramalde. A criação destas zonas criou uma diferença entre espaços habitacionais e residenciais, sendo que a burguesia abastada optava pela zona poente da cidade enquanto que a classe operária se instalava a nascente, perto das zonas industriais<sup>119</sup>.



Projecto da zona de expansão do Campo Alegre – G. Muzio [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

117 AMORIM, 1998: 91-92.

118 AMORIM, 1998: 108.

119 ALFREDO, 1997: 41.

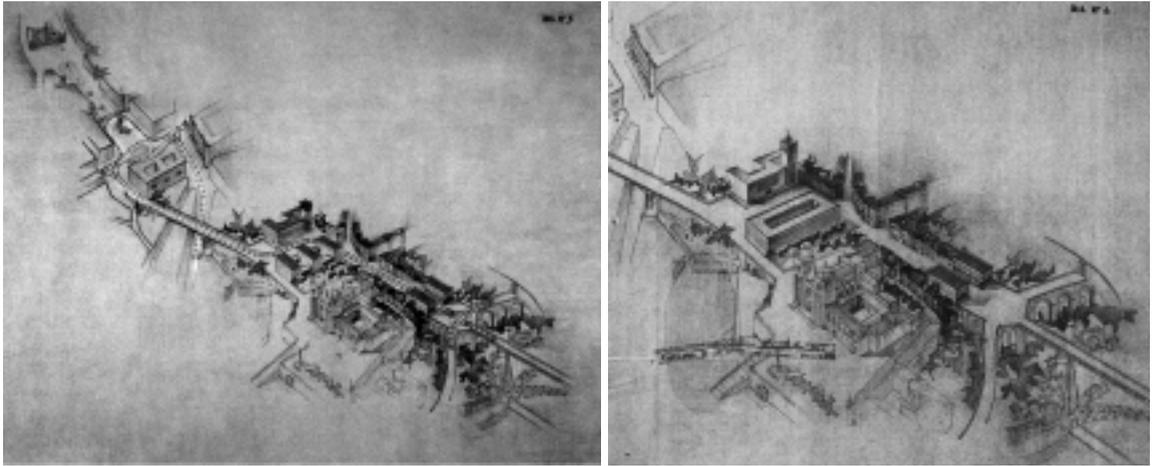


Planta da cidade do Porto 1937 [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

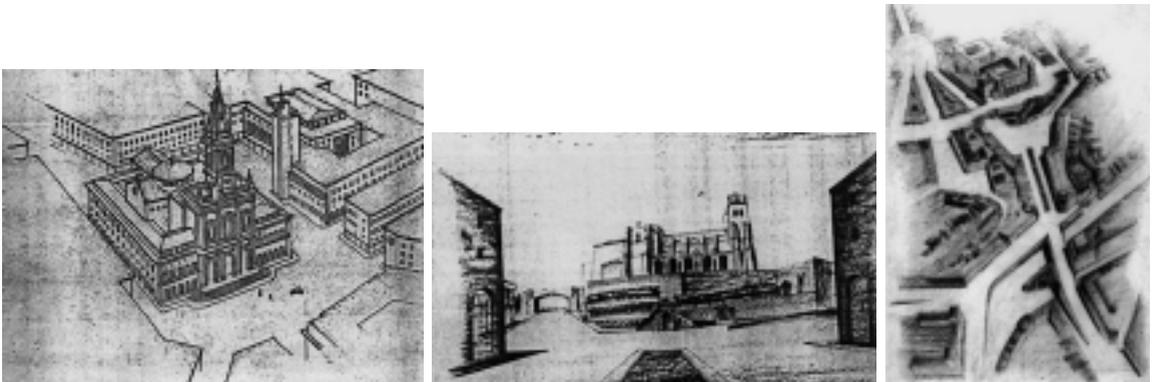
Ambos os arquitectos defendiam a estruturação do sistema viário e a erradicação das «ilhas». No entanto, as propostas apresentadas não eram concordantes com as ideias que defendiam. Pelo contrário, envolviam a deslocação da população para os arredores das indústrias, especialmente na zona periférica, e o alojamento da população em bairros de casas unifamiliares, em vez dos «blocos» colectivos, o que implicaria também um maior dispêndio de terrenos. A questão do zonamento é também uma constante nos estudos destes arquitectos. Já em 1932 Ezequiel Campos referia a importância do zonamento, mas é com Piacentini «que o zonamento começa a criar, na Cidade, zonas estanques». Mas existia cada vez mais «a necessidade de criar autonomias em cada zona da Cidade, ou seja, [de] consolidar núcleos dentro do núcleo urbano»<sup>120</sup>.

120 AMORIM, 1998: 132-134.

A zona central da cidade também foi alvo de estudos e planos. Piacentini coordenou os trabalhos de reorganização da Praça do Município e da zona envolvente da Sé. Mas foi a intervenção de Muzio, em 1940, que renovou a zona da Sé. Esta intervenção foi executada pelo arquitecto Arménio Losa, que na altura fazia parte do Gabinete de Urbanização da Câmara, e consistiu na demolição das construções envolventes da Catedral, dando origem a um amplo terreiro lageado, envolvido por uma balaustrada em granito e com um pelourinho em estilo rococó, e na reconstrução de uma torre em estilo medieval<sup>121</sup>.



Projecto para a zona central da cidade: Desenho n.º 3 – Perspectiva da ligação da Ponte Luiz à Praça da Liberdade; Setembro 1940 (à esquerda) e variante (à direita) [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]



Estudo de Marcello Piacentini para Praça da Trindade (à esquerda), perspectiva da catedral (ao centro) e perspectiva da catedral e centro da cidade (à direita) [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

<sup>121</sup> FERNANDEZ, 1988: 31.

## 5. DO «ANTEPLANO REGIONAL DO PORTO», AO «PLANO REGULADOR DA CIDADE DO PORTO»

Antes de serem abordados os estudos e planos subsequentes, é de referir que com o decreto-lei n.º 33.310, de 13 de Dezembro de 1943, os postos alfandegários foram definitivamente desmantelados<sup>122</sup>, e que em 1948 a cidade do Porto possuiu uma nova planta. Nesta planta as fronteiras da expansão das áreas imediatamente a seguir às antigas muralhas da cidade e na periferia dessa expansão vão perdendo significado, uma vez que a malha urbana dessas zonas se vai complexificando<sup>123</sup>.

Em 1945, a Comissão de Estudos da Valorização Turística da Foz-do-Douro elaborou dois pareceres onde «o principal tema estudado [...] foi a construção do Parque da Cidade; contudo, outros aspectos foram contemplados, tais como a construção de uma piscina de água salgada, um casino, um hotel de grandes dimensões, arranjos urbanísticos entre o Castelo da Foz e a Avenida do Brasil e a construção de novas avenidas que irradiavam da Praça do Império. O segundo parecer desta Comissão dedicou-se exclusivamente à necessidade de se criar uma zona de turismo, que incluiria a zona de desporto. Estes dois pareceres tinham como principal objectivo «valorizar a franja litoral» da cidade do Porto»<sup>124</sup>.

Neste mesmo ano, mais concretamente a 2 de Março, a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização encomenda a Antão de Almeida Garrett que execute o «Anteplano Regional do Porto». Este projecto viria a ser entregue em Dezembro de 1946, mas só seria aprovado pelo Ministério em Julho de 1950. Neste mesmo período a Câmara Municipal pediu a Antão de Almeida que concluisse o «Plano Geral de Urbanização» da cidade, tendo um Anteplano sido apresentado em reunião camarária extraordinária a 19 de Dezembro de 1947, mas sendo o mesmo aprovado apenas em 1951. Após aprovação deste Anteplano redigiu-se o plano definitivo («Plano Regulador da Cidade do Porto»), que estava concluído em 1952 e aprovado em Junho de 1954. Com este último plano a cidade do Porto passa a possuir «um documento que orienta o seu desenvolvimento urbano»<sup>125</sup>.

O «Anteplano Regional do Porto» apresenta-se «fiel às ideias de Ezequiel Campos, numa lógica pluriconcelhia e propondo uma organização espacial assente em «núcleos de vizinhança», que associassem habitação, serviços, comércio e emprego. Com a definição de um zonamento, trata-se de uma proposta globalizadora e sistematizadora da qualificação funcional do tecido urbano»<sup>126</sup>. Neste projecto é dado grande destaque ao estudo das comunicações da região. As estradas são divididas em: entradas principais («que protagonizam as penetrações na cidade e uma via que as relaciona e que tem a forma de via de cintura interna»); estradas de primeira categoria («vias que protagonizam penetrações na cidade, mas cuja origem é considerada menos importante, em termos viários,

---

<sup>122</sup> GARCIA, 1946: 60; MARÇAL, 1972: 195.

<sup>123</sup> OLIVEIRA, 2013: 117.

<sup>124</sup> FERREIRA, 2010: 39-40.

<sup>125</sup> AMORIM, 1998: 137.

<sup>126</sup> GRAVETO, 2004: 22.

que a das vias principais e relacionam estas com as anteriores entre si») e estradas de segunda categoria («que articulam o trânsito no interior da Cidade, definido pela Estrada da Circunvalação, também ela englobada neste conjunto»). É também estudado o «Esquema da Futura Rede de Comunicações», que engloba o tráfego de veículos pesados e ligeiros e o tráfego de articulação intermodal do centro da cidade<sup>127</sup>.

O autor do «Anteplano Geral de Urbanização» (1947) refere que «este Plano Geral não apresenta uma decisão de total realização imediata. Tem como objectivo de fixar, em linhas gerais, mas numa forma definitiva, a rede geral de comunicações, as zonas destinadas a habitação, as zonas especiais e as zonas de reserva»<sup>128</sup>. Segundo Maria Amorim, este plano «é encarado fundamentalmente como um plano de zonamentos, de grandes comunicações e de organização administrativa e social». O zonamento consistia na «distribuição do território pelas diferentes actividades, prevendo a expansão possível para um período de trinta anos», enquanto que a intervenção nas grandes vias de comunicação pretendia uma ordenação hierárquica das vias existentes e o completamento da rede. Ainda, a organização administrativa e social assentava na criação de bairros enquanto unidades residenciais com autonomia funcional<sup>129</sup>.



Anteplano de Urbanização: Identificação das zonas residenciais e centros comerciais  
 [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

<sup>127</sup> AMORIM, 1998: 145-147.

<sup>128</sup> Antão de Almeida Garrett citado em AMORIM, 1998: 151-153.

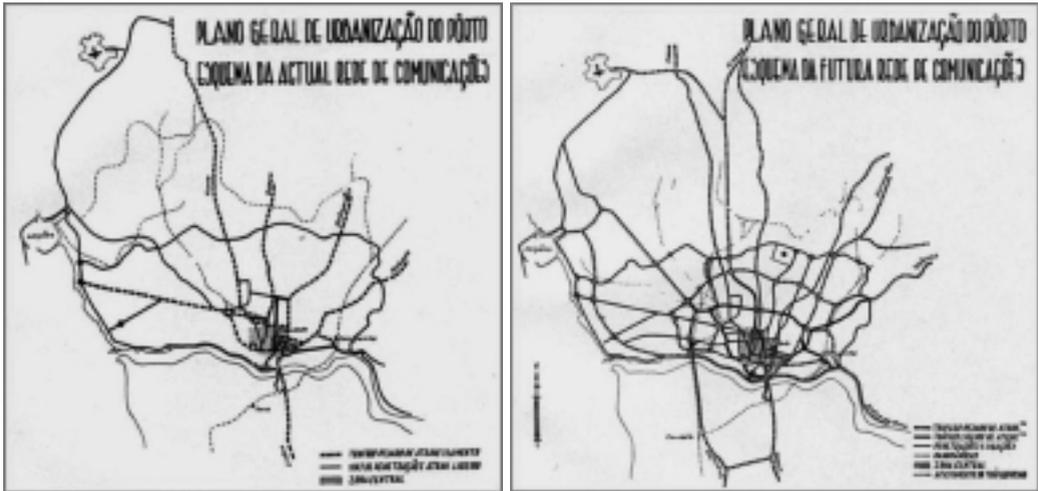
<sup>129</sup> AMORIM, 1998: 150.



Anteplano de Urbanização: Identificação das zonas verdes [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

Em síntese, e seguindo a detalhada análise efectuada por Maria Amorim, este Anteplano propôs: «a organização das zonas residenciais», «a criação de uma maior homogeneidade social em cada unidade residencial», «a edificação de blocos habitacionais para além das moradias unifamiliares», «compreende que existem áreas comerciais já consolidadas [...], a criação de outros centros comerciais de zona na área de expansão residencial», «a deslocação das indústrias [...] para áreas com boas comunicações», «o enquadramento das indústrias que se encontram dispersas pela Cidade», «a concepção e revitalização de parques e jardins públicos», «a separação do tráfego local do estranho, do de penetração e do de distribuição», «a criação de novas vias de penetração, traçadas sobre terrenos rurais e ao longo dos quais não fosse permitida a edificação», «a concretização de uma «Avenida de Cintura»», «a libertação das praias do trânsito rápido e de velocidade pelo desdobramento da Marginal pela Avenida de Nun'Alvares», «a libertação das ruas do estacionamento através de parques e praças, aproveitando para isso, o interior de alguns quarteirões», «a reformulação das comunicações por caminho-de-ferro, por ar, por mar e rio», «a ampliação da rede eléctrica e sua correcção na zona central», «a estruturação de carreiras de autocarros, que permitam o acesso a zonas urbanas mais afastadas, completando a malha dos eléctricos», «a distribuição pela Cidade das praças de táxis», «a reformulação da organização administrativa e social, levando em conta os «agrupamentos naturais»», «a regularização de «anomalias estéticas», tais como disparidades de cercas de edifícios contíguos, colorações e acabamentos das fachadas, coexistência de casas miseráveis e edifícios de valor histórico e arquitectónico», «a consideração da parte antiga da Cidade como Zona Arqueológico-Histórico-Turística e sua salubridade», e por fim, «a criação de legislação apropriada que permita a concretização das premissas do plano»<sup>130</sup>.

130 AMORIM, 1998: 151-153.



Plano Geral de Urbanização do Porto: Esquema da actual rede de comunicações (à esquerda) e da futura rede de comunicações (à direita) [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

Com a execução do «Anteplano Regional do Porto» e do «Anteplano Geral de Urbanização» Antão de Almeida Garrett esboçou e apontou as directrizes do que viria a ser o «Plano Regulador da Cidade do Porto». As preocupações presentes neste plano continuam a ser as mesmas que haviam sido apontadas na década de 30 por Ezequiel Campos e pelos estudos dos arquitectos italianos, consistindo sobretudo na procura de soluções para os problemas de circulação no interior da cidade e de atravessamento da mesma, questões de zonamento (com especial incidência nas zonas industriais e residenciais) e intervenção na malha urbana existente e em expansão, sobretudo para a zona poente.

Ainda que afastado da visão global de intervenção na cidade do Porto, merece destaque o estudo elaborado em 1949 pelo engenheiro José Júlio Afonso, do Gabinete de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto, uma vez que demonstra a importância da zona mais antiga da cidade mesmo numa fase em que a cidade cresce mais para fora dos limites do concelho. Este estudo de arranjo e salubridade da zona do Barredo, Ribeira e Escadas dos Guindais previa duas fases. Na primeira fase «proceder-se-ia à demolição de 24 prédios para construção de um novo Mercado entre a Rua de Cimo do Mouro e a escarpa, em substituição do existente no Cais da Ribeira, bem como à desocupação de 10 estabelecimentos comerciais a funcionar nos arcos do Muro da Ribeira, de forma a possibilitar o acesso ao mercado proposto. Previa ainda nesta fase a demolição de mais 21 edifícios». A segunda fase «previa a demolição das restantes habitações ao longo das Escadas do Codeçal, entre as Escadas dos Guindais e a muralha e ainda das construções ao longo da Rua de D. Hugo, com o único intuito de conferir uma outra monumentalidade à Sé e ao Paço Episcopal, libertando-os das construções que os rodeavam»<sup>131</sup>.

<sup>131</sup> ALFREDO, 1997: 42.

Conforme já referido, o «Plano Regulador da Cidade do Porto», «primeiro documento global da cidade sob a óptica do planeamento do território»<sup>132</sup>, já estava concluído em 1952 mas apenas foi aprovado em 1954. No período compreendido entre a entrega do «Anteplano Regional do Porto» e a do «Plano Regulador da Cidade do Porto», a imagem da cidade assistiu a alterações importantes. A zona das avenidas Marechal Gomes da Costa, Guerra Junqueiro e das Antas já estava consolidada, importantes obras estavam em marcha nos bairros de habitação económica (S. Vicente de Paulo, Sobreiras e de Ramalde), enquanto que no centro estava a ser aberta a Avenida D. Afonso Henriques e o prolongamento da Avenida de Fernão Magalhães até à Rua da Vigorosa. Também nesta altura se encontravam em curso a construção do novo edifício dos Paços do Concelho, a execução da Praça de D. João I, a urbanização da zona do Bom Sucesso, a abertura da Avenida Fernão de Magalhães até ao Campo 24 de Agosto e a conclusão da Via Rápida de Leixões<sup>133</sup>.

Este Plano encarava as questões urbanísticas de forma global e a longo prazo, prevendo o estudo das principais vias de comunicação internas e interurbanas e visando organizar a cidade através da criação de zonamentos, estipulando para tal o uso do solo para as diferentes actividades. Previa também as «extensões do território necessárias à expansão, garantindo clareiras indispensáveis ao bem-estar e à higiene pela definição dos espaços livres», e a criação de «regulamentação indispensável ao respeito e cumprimento desses planeamentos fundamentais»<sup>134</sup>. Para tal, é feita uma análise pormenorizada dos espaços existente, estudada a evolução territorial e histórica dos aglomerados urbanos, avaliam-se as aspirações da população quanto ao futuro da cidade e estabelecem-se previsões do aumento demográfico e da evolução económica e cultural da cidade<sup>135</sup>. As directrizes e normativas deste Plano deveriam ser flexíveis e não demasiadas pormenorizadas, antevendo a necessidade de eventuais ajustes mediante os problemas detectados. Assim, «pela análise da localidade, no seu todo físico, no ambiente que o cerca e na vida da população, procuram-se definir as questões fundamentais e que poderemos julgar perenes no tempo que nos é lícito considerar. São elas: as comunicações fundamentais, a organização da cidade, o seu equipamento, os espaços livres e a regulamentação»<sup>136</sup>.

Quanto às comunicações, o Plano Regulador propõe a sua subdivisão, considerando as comunicações rodoviárias, ferroviárias, aéreas, fluviais, marítimas e a rede de transportes colectivos. As comunicações rodoviárias são estudadas de forma mais detalhada, complementando os estudos efectuados no âmbito dos Anteplanos, prevendo a existência na Rede Fundamental das Comunicações e Espaços Verdes dos seguintes eixos estruturantes: de grandes penetrações, grandes cinturas, circulares, vias fundamentais internas e vias de acesso da beira-rio à zona alta da cidade. Na sequência deste tema foram propostas, entre outras obras: a construção de uma ponte junto à Ponte Maria Pia e de outra ligando Sul-Norte (a Ponte da Arrábida) e o rasgamento da Via Norte e da Via de Cintura

---

132 FERREIRA, 2010: 40.

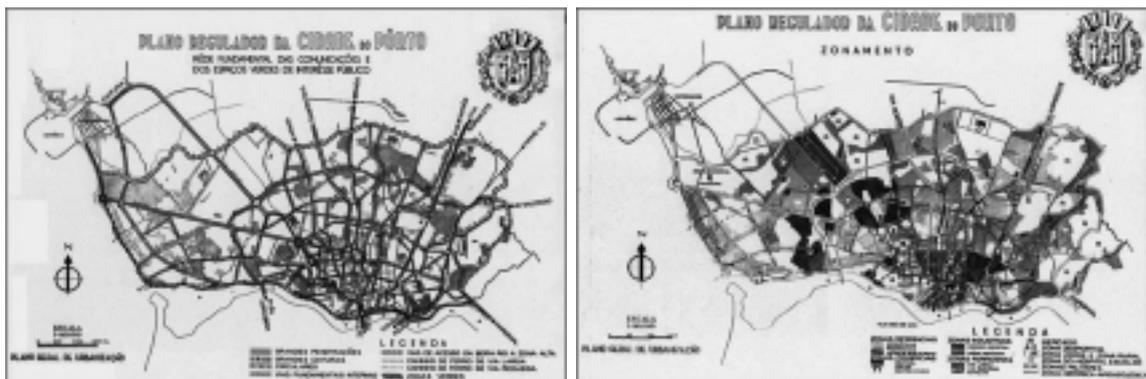
133 AMORIM, 1998: 161-162.

134 GARRETT, 1952: 3.

135 GARRETT, 1952: 3.

136 GARRETT, 1952: 4.

Interna<sup>137</sup>. O estudo sistemático da rede de transportes públicos teve como objectivo a sua solidificação, através da ampliação e interligação entre os diferentes tipos de transporte. Quanto ao estacionamento, que era feito ao longo das vias de comunicação, provocando embaraços e congestionamentos em alguns pontos da cidade bem como dificuldades aos peões, foi proposta a criação de parques próximos da zona central, no interior dos quarteirões e nas vias, com a premissa de que não se tornassem obstáculos à circulação. O Plano propõe ainda a existência de zonas exclusivamente para peões, junto dos núcleos comerciais, financeiros, de escritórios e aos equipamentos públicos.



Plano Regulador da Cidade do Porto: Rede fundamental das comunicações e dos espaços verdes de interesse público (à esquerda) e zonamento (à direita) [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

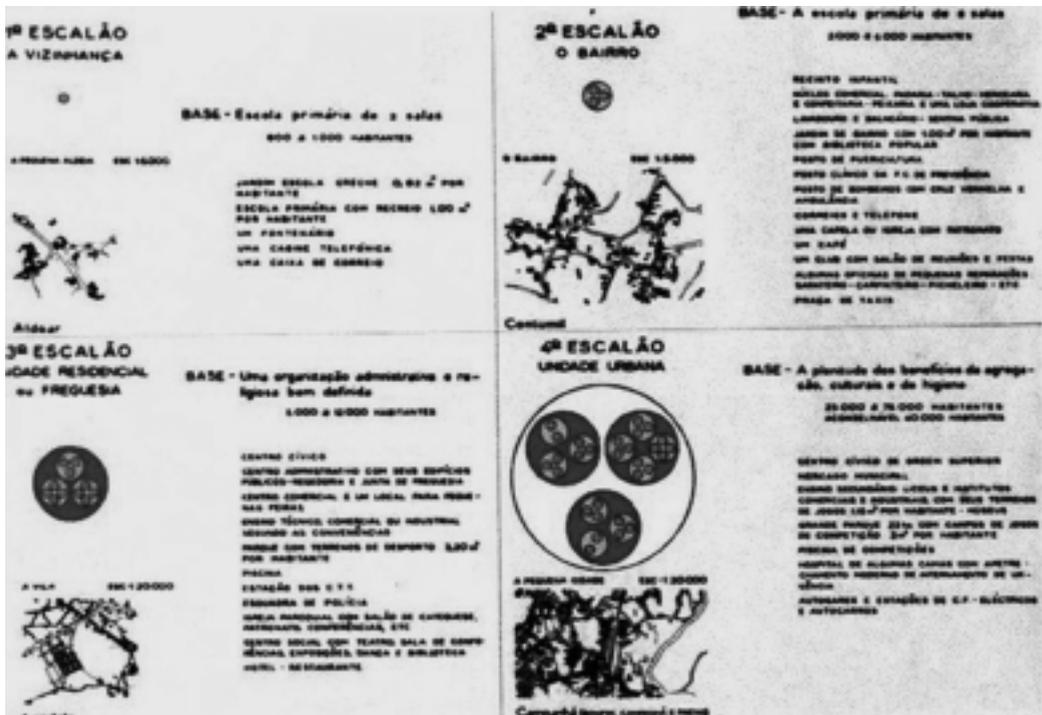
Relativamente, ao zonamento mantêm-se as directrizes apontadas no Antepiano Geral de Urbanização. O Plano Regulador propõe a existência de quatro zonas específicas: residenciais, espaciais, verdes e rurais. As zonas residenciais destinam-se fundamentalmente a residências, cujos edifícios poderiam albergar espaços comerciais, oficinas e indústrias de pequena escala. As zonas espaciais compreendem as zonas comerciais, militares, hospitalares, industriais, ferroviárias, portuárias, praias, alguns edifícios públicos, bem como a zona Histórico-Arqueológico-Turística. As zonas verdes e rurais são constituídas pelos jardins de grandes dimensões, pequenos jardins inseridos em bairros e parques que rodeiam os conjuntos populacionais. Nestes parques estava prevista também a criação de espaços para jogos e desportos. Neste plano estava prevista a construção da Zona Desportiva do Castelo do Queijo, e a área dos Desportos Náuticos em Cantareira. A zona rural incluiria as zonas de cunho rural existentes na cidade<sup>138</sup>.

Tendo por base o modo de viver da população portuense, Antão de Almeida Garrett refere que a cidade se encontra organizada em quatro escalões naturais: vizinhança, bairro, unidade residencial ou freguesia e unidade urbana. A vizinhança tinha por base a escola primária de duas salas, comportando cerca de 130 famílias e correspondendo à

<sup>137</sup> ALVES, 2008: 26; FERREIRA, 2010: 40.

<sup>138</sup> GARRETT, 1952: 20-25.

aldeia. Já o bairro albergava 2.000 a 4.000 habitantes, sendo um espaço a que corresponde a escola primária com 8 salas, o que faria com que os adultos não se conhecessem pela convivência dos filhos, conforme no escalão anterior. Neste escalão, correspondente à pequena vila, o número de habitantes seria suficiente para implicar a existência de lojas, de uma pequena estação telégrafo-postal, esquadra de polícia, entre outras infra-estruturas. O escalão de unidade residencial, que correspondia à freguesia, teria entre 5.000 e 12.000 habitantes, atingindo «um nível urbano mais perfeito e semelhante ao das nossas vilas. A organização religiosa e administrativa, política e social é bem caracterizada. O comércio já lucra em se agrupar e em se especializar [...]. Já se pode aspirar ao ensino técnico, comercial ou industrial». Finalmente, a unidade urbana engloba «umas tantas unidades residenciais, não devendo contudo exceder os 70 000 habitantes, convindo até que fique pelos 40 a 50 mil, considerados como limite à plena utilização dos bens comuns. Corresponde já à pequena cidade. Poderá haver um mercado municipal, ensino secundário, o hospital, um serviço de transportes colectivos»<sup>139</sup>.



Escalões naturais referidos por Antão de Almeida Garrett [Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto]

Na sua proposta, Antão de Almeida Garrett considera estes quatro escalões, mas propõe a consideração separada de unidades urbanas e unidades rurais. Dentro da região central da cidade estas unidades «ficam delimitadas por artérias de grande tráfego o que torna as fronteiras praticamente invariáveis». Na região exterior à Avenida de Cintura, isto é na zona periférica, ficam as unidades urbanas da Foz, de Ramalde, do Amial e do Conde Ferreira. Na zona compreendida entre região central e a região periférica, isto é, na região intermédia ficam as unidades urbanas do Campo Alegre, de Cedofeita, da Senhora da Conceição, e de Campanhã. A consideração do escalão «unidade rural» é essencial porque nesta cidade «existem vastas extensões rurais que não foram julgadas necessárias às expansões durante a vigência do plano regulador e que se encontram integrados em unidades residenciais. Por constituírem reservas de futuros desenvolvimentos da cidade, consideram-se como unidades urbanas em potencial». Estas unidades centram-se em Requesende, em Contumil, e em Corujeira<sup>140</sup>.

Neste plano, a zona central da cidade tem como característica ser o seu centro comercial e cívico, ser o local onde terminam as grandes vias de penetração viárias, e albergar diferentes funções, nomeadamente habitacionais, comerciais e industriais. Para esta zona, em que o tráfego é mais lento, é proposto o escalonamento da circulação viária, a criação de parques localizados fora do «anel do centro», a criação de zonas quase exclusivamente dedicadas às actividades terciárias, a criação de espaços verdes e a construção de equipamentos e serviços urbanos. Paralelamente, são incentivados estudos para os diferentes conjuntos edificados e espaços públicos e uma intervenção urgente na zona mais antiga da cidade<sup>141</sup>.

Podemos concluir referindo a importância da execução deste Plano para a conjugação da memória e história da cidade com o seu progresso urbanístico, quer a nível funcional quer do ponto de vista estético, resultando no incremento do bem-estar da população. Antão de Almeida termina o Plano Regulador da Cidade do Porto referindo que «Para tornar possível e eficiente o que se planeou, é indispensável pôr à disposição de quem o tenha de fazer cumprir uma legislação clara e precisa: o que é possível e aconselhável fazer-se em determinado talhão e local e o que é formalmente vedado». «Se este Regulamento é um instrumento que cerceia direitos e impõe disciplinas, todos devem compreender que o faz no superior interesse colectivo, e que a anarquia a que arrasta o egoísmo não é útil a ninguém»<sup>142</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

ALFREDO, Julieta Cristina Cruz (1997) – *Planeamento e gestão em zonas históricas: estratégias, políticas e critérios de intervenção: a Ribeira-Barredo*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano apresentada à Faculdade de Engenharia e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

<sup>140</sup> GARRETT, 1952: 17-18.

<sup>141</sup> GARRETT, 1952: 19-22.

<sup>142</sup> GARRETT, 1952: 24-25.

- ALVES, Isabel Rute Barrosa de Paula Carvalho (2008) – *Génese e evolução urbana do Porto. Das origens ao século XXI. Manual de Formação*. Porto: Edição do Autor.
- ALVES, Joaquim Jaime Ferreira (1998) – *O Porto na Época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas*. Vol. I, Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
- AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de (1998) – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: permanência/ inovação no processo e forma urbana*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano apresentada à Faculdade de Engenharia e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- ANDRESEN, Teresa; MARQUES, Teresa Portela (2001) – *Jardins Históricos do Porto*. Lisboa: Edições Inapa.
- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO – *Vereações*. Livro n.º 129.
- BARROS, José Augusto Corrêa de (1881) – *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. Apresentado à Câmara Municipal em secção extraordinária de 26 de Setembro de 1881, pelo seu presidente José Augusto Corrêa de Barros*. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira.
- BASTOS, Rui (1985-1986) – *Da Avenida da Cidade ao Plano para a Zona Central. A intervenção de Barry Parker no Porto*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vols. 3-4. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- BOMBA, Catarina Leonor Guerreiro (2003) – *Avenida Marechal Gomes da Costa; Porto e a Arquitectura dos Anos 30*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- CAMPOS, Ezequiel (1932a) – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.
- (1932b) – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, in *Texto das Conferências proferidas em 14 e 15 de Junho de 1932 na sede da Liga Portuguesa de Profilaxia Social*.
- DECRETO-LEI n.º 24.802, de 21 de Dezembro de 1934.
- DINIS, Júlio (1998) – *Uma Família Inglesa*. 5.ª edição. Lisboa: Ulisseia.
- DOMINGUES, Álvaro; NONELL, Anni Günther; TAVARES, Rui (1994) – *Oporto*. In CENTRE DE CULTURA CONTEMPORÀNIA DE BARCELONA – *Atlas Histórico de Ciudades Europeas. Península Ibérica*. Barcelona: Salvat Editores.
- FERNANDES, José Alberto V. Rio (1997) – *Porto. Cidade e Comércio*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho (1995) – *Trabalho e Habitação no Porto Oitocentista (1832-1833). O bairro de Santa Catarina durante o Cerco do Porto*. Dissertação de Mestrado História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERNANDEZ, Sérgio (1988) – *Percursos. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Publicações FAUP.
- FERREIRA, Nuno Paulo Soares (2010) – *Entrepasto Frigorífico do Peixe de Massarelos. Um dos ícones da arquitectura modernista portuense*. Relatório de estágio para obtenção do grau de Mestre apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FIGUEIREDO, Ricardo (1994) – *História da Arquitectura Portuguesa II, 1994/95*. Programa da disciplina, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, policopiado.
- FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues (1998) – *A Habitação Popular no Porto em Finais do Século XIX. O Inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GARCIA, Paulo Emílio de Figueiredo (1946) – *As barreiras da Cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade.
- GARRETT, Antão de Almeida (1974) – *História dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*. «Revista da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto».
- (1952) – *Plano Regulador da Cidade do Porto*, «Separata da Revista “Civitas”», vol. VIII, n.º 2.
- GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo (2004) – *Construções de Elite no Porto (1805-1906)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- GRAVETO, Maria Adriana Pacheco Rodrigues (2004) – *Trajeto do risco urbano. A arquitectura na cidade do Porto, nas décadas de 30 a 50 do século XX, através do estudo do conjunto da Avenida dos Aliados à Rua de Ceuta*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- JORGE, Ricardo (1899) – *Demografia e Higiene da Cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- LAMEIRA, Gisela (2012) – Do melhoramento ao planeamento na 1.ª metade do século XX. RUAS enquanto laboratório tipo-morfológicos no centro urbano portuense, in *EURAU'12*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, disponível em <http://www.eurau12.arq.up.pt/pt/tema-e-comunica%C3%A7%C3%B5es/2-construir-tecido-urbano>.
- MADUREIRA, Helena (2001-2002) – *Processo de transformação da estrutura verde*. «Revista da Faculdade de Letras – Geografia», vol. XVII-XVIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARÇAL, Horácio (1972) – *Estrada da circunvalação – antiga linha de fiscalização e cobrança do denominado imposto «real de água»*. «O Tripeiro», VI série, ano XI, n.º 7.
- MOTA, Nelson (2010) – *A arquitectura do quotidiano público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira (1973) – *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos.
- OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de (2013) – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*. Porto: U.PORTO editorial.
- PACHECO, Hélder (1984) – *Porto. Novos guias de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- PIRES, Maria do Carmo (2000) – *A Rua de Álvares Cabral (1895-1940). Formas de habitar*. Porto: FAUP.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. (2000) – *História do Porto*. 3.ª edição, Porto: Porto Editora.
- REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui (1987) – *Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanística do Porto*. «Revista Povos e Culturas», n.º 2, Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (1993) – *Altars e Imaginária num Convento de Monjas Beneditinas*. «I Congresso Internacional Del Monacato Femenino en España, Portugal e America 1492-1992», tomo II: Universidad de Leon.
- TEIXEIRA, Joaquim José Lopes Teixeira (2004) – *Trabalho de síntese. Descrição sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1996) – *Habitação popular na cidade do Porto – as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- VÁZQUEZ, Isabel Maria Fernandes Ribeiro Breda Lacerda (1992) – *O processo de suburbanização no grande Porto. A evolução da cidade do Porto e estruturação territorial dos concelhos periféricos*. Dissertação de Doutoramento em Engenharia Civil apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

# RECENSÕES

## SIDDARTHA MUKHERJEE, O IMPERADOR DE TODOS OS MALES. UMA BIOGRAFIA DO CANCRO.

TRADUÇÃO DE MIGUEL COUTINHO E RAQUEL DUTRA LOPES  
LISBOA: BERTRAND EDITORA, 2012, 724 PÁGINAS.

Quando se tem pela frente uma obra multi-galardoada, que inclui o *Prémio Pulitzer 2011*, o *Guardian First Book Award* ou o *PEN/E.O. Wilson Literary Science Writing Award*, a par de toda uma gama de notas críticas altamente positivas, pouco ou nada poderia um revisor português revelar que já não tivesse sido anteriormente apontado por outrem. Não nos cabe trazer aqui estas outras recensões à colação. No entanto, seria igualmente difícil não fazer uma referência ao trabalho de Siddhartha Mukherjee, obra que tem todo o interesse para os cultores da história da saúde e que em pouco tempo se tornou um *best-seller*. Talvez por esta última razão, e mais do que pelo conteúdo expresso na obra, a editora Bertrand tratou de a traduzir em português, labor de Miguel Coutinho e Raquel Dutra Lopes que em nada fica a dever ao original – *The Emperor of All Maladies. A Biography of Cancer* – saído a lume em 2010 do prelo da Scribner.

Traduzido em várias línguas e obtendo uma divulgação mundial apenas assemelhada à candência do tema, o que mais cativa é a forma elegante e fluida com que o autor discorreu sobre a doença. Partindo das suas vivências do tempo presente enquanto médico oncologista e alicerçando a *biografia* do cancro numa pesquisa histórica estruturada em fontes secundárias, mesmo para os puristas inflexíveis das fontes primárias este trabalho não pode deixar de ser visto como uma excelente obra de síntese. E até esses ficarão surpreendidos quando verificarem que existe uma importantíssima recolha de material parcialmente inédito, bebido diretamente de fontes primárias como os arquivos de Mary Lasker, Benno Schmidt, George Papanicolau, William Halsted e Rose Kushner, entre muitos outros nomes impossí-

veis de contornar quando se trabalha esta temática. Mais ainda, não faltaram a correspondência e as fotografias pessoais de Sidney Farber, disponibilizadas pelo filho do próprio.

E se enquanto contributo historiográfico pouco mais se poderia dizer que já não valesse por si só uma leitura atenta, o autor destaca-se pela originalidade do discurso, pela exposição de uma «guerra» que desde sempre tem colocado o ser humano em confronto permanente com esta doença. Recuperando a já clássica abordagem metafórica de Susan Sontag em redor dos processos patológicos e sem enjeitar «a metáfora do tempo dominante» empregue por David Cantor, ao longo de 6 capítulos o autor embrenha-se na história de Sidney Farber e Mary Lasker, recuperando muitos outros nomes e acontecimentos ao longo do caminho.

Apesar de desenterrar personagens e eventos que vão da Grécia antiga até aos dias de hoje, a perspetiva é claramente norte-americana e centrada na história do século XX. Mukherjee não recusou nem regateou o uso constante a uma linguagem belicosa, expressa em terminologia que desde finais do século XIX tem sido utilizada naquela que se passou a conhecer como «guerra contra o cancro». Como refere na nota de abertura, lançou-se na redação do livro depois de ter estado um ano nas «trincheiras» do hospital (p. 18). O fio condutor deste combate acaba por ser uma pessoa comum: Carla, que vence a batalha contra uma leucemia, trazendo o calor de uma face humana com quem o leitor se pode identificar.

E talvez o que mais surpreende – ou talvez não – é o facto de ser um «não-profissional» da História o responsável por trazer à arena da literatura uma biografia do cancro, ou no dizer dos historiadores das ciências biomédicas: a

realizar uma prosopografia/ historiografia da doença oncológica, conjugando harmonicamente e num mesmo lugar diversos ambientes e contextos: cultural, científico, laboratorial, social e político, onde mostra uma sensibilidade que desatrema. E dizemo-lo porque não é fácil encontrar estes predicados reunidos num mesmo texto, muito menos numa pessoa só, da mesma maneira que na historiografia em torno desta doença tais exemplos não abundam.

Como já tivemos oportunidade de referir noutras circunstâncias, a complexidade do cancro na integralidade das suas diversas dimensões: biológica, humana e social, tem reforçado a necessidade de articular as ciências da vida com as ciências sociais e humanas, implicando a abordagem da projeção histórica de uma doença que tem assumido foros intemporais de fatalidade sócio-sanitária e que no tempo presente constitui um assunto transversal e incontornável, tanto mais que toca com muita frequência a nossa vivência humana. Contudo, ao contrário da abordagem de outras patologias com grandes efeitos na mortalidade e/ou de cariz epidémico, escrever a história do cancro tem sido um exercício que resultou de um interesse tardio, um pouco na razão direta do incremento da frequência, impacto e visibilidade enquanto problema de saúde pública ao longo do século XX, bem como das maiores perspectivas de profilaxia, curabilidade e/ou cronicidade que tem vindo a adquirir<sup>1</sup>.

Visto sob este prisma, a leitura de *O imperador de todos os males* é não só oportuna como necessária, por ser um contributo assente num discurso que vai muito além do ambiente ainda algo circunscrito dos cultores da história das doenças. Sem gerar rutura epistemológica – longe disso, nem seria esse certamente o objetivo do autor – não pode deixar de ser encarado como um poderoso ensaio renova-

dor na forma de colocar o grande público em contacto com a perspetiva histórica gerada em torno da doença.

Para os historiadores da ciência nem sempre é fácil fugir dos caminhos já batidos do construtivismo fenomenológico e dos discursos mais ou menos académicos sobre a edificação contextualizada de saberes, ou pelo menos conferir uma roupagem nova que atraia o público a uma leitura que nem sempre é fácil, por se mostrar bastas vezes demasiado técnica ou de circulação algo hermética. Pois Siddhartha Mukherjee dá-nos exatamente o exemplo contrário, e atrevemo-nos a dizer que este será um futuro clássico do género.

Estruturalmente falando, a análise do passado estende-se em capítulos que à partida não nos dizem quase nada, mas que no final da leitura revelam tudo: «*Da cor negra, sem aquecimento [...]*», *Uma guerra impaciente*, «*Desligas as máquinas se eu não melhorar?*», *A prevenção é a cura*, *Uma visão distorcida do nosso «Eu» normal* e *Os frutos de longos esforços*», transportam-nos do presente para o tempo pretérito, aproximando-nos do objeto de análise. Vão aflorando progressos e retrocessos, medos e esperanças, controvérsias e debates. Exibem-se argumentos e ideias médicas, e o resultado final convence.

Para além de um útil glossário, expõe-se uma bibliografia selecionada (p. 703), parte dela já editada em português e onde é possível encontrar alguns autores e títulos já referenciais sobre a história do cancro: James Olson, Richard Rettig, Barron Lerner, James Patterson, Adam Wishart ou Robert Weinberg (o único com tradução em português). Encontra-se ainda a transcrição de uma entrevista do autor à revista *OncNurse* publicada pela primeira vez em 2011, que em muito elucida o leitor sobre os meandros da produção da obra e da própria doença no tempo presente.

Como o próprio Mukherjee referiu, e fruto da forma como se encontra redigida, esta obra interessará certamente mais ao grande público do que aos círculos dos historiadores. Muito do

<sup>1</sup> Cf. COSTA, Rui Manuel Pinto – *Escrevendo a história do cancro. Da situação historiográfica internacional ao caminho por trilhar em Portugal*. «CEM / Cultura, Espaço & Memória», n.º 2 (2011), p. 283-295.

que revela em termos historiográficos já se encontra anteriormente trabalhado, referido e analisado por vários profissionais da História, sobretudo na de matriz anglo-saxónica. No entanto é certo que também os profissionais de saúde – mormente os que se dedicam à oncologia – têm aqui um importante recurso que os deixará melhor informados sobre o caminho calcorreado pelo cancro, que pelo menos no universo da saúde mundial ainda vai sendo *O imperador de todos os males*, ou se fizermos questão de traduzir literalmente o título original: «O Imperador de todas as doenças».

No final da leitura permanece um sentimento de esperança. Mas também de dúvida: se o cancro realmente impera, encontrando-se no pináculo das causas de morte do mundo ocidental, quando será o *Imperador* destronado? O certo é que de momento continua a reinar. Falta saber até quando.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

RUI MANUEL PINTO COSTA  
(CITCEM; CEIS20)



# NOTÍCIAS

## O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE A OCUPAÇÃO HUMANA EM PEGARINHOS, ALIJÓ – PRIMEIROS RESULTADO

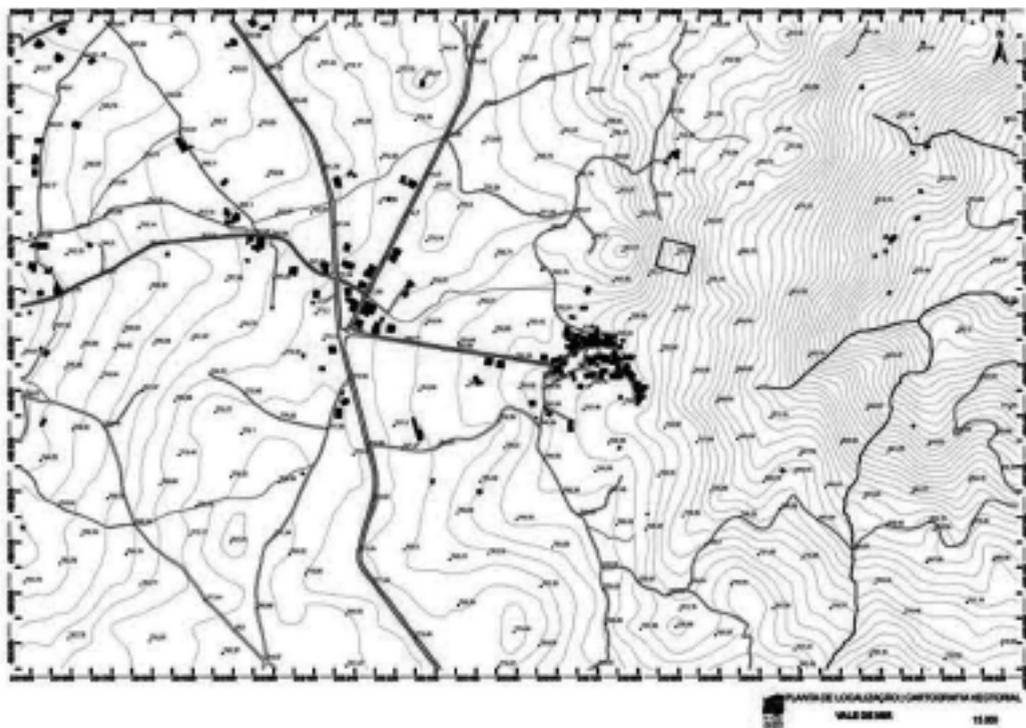
PEDRO PEREIRA E TONY SILVINO (CITCEM / UMR 5138 ARCHEOLOGIE ET ARCHEOMETRIE – ULH)

### O PIOHP – BREVE INTRODUÇÃO AO PROJECTO

O Projecto de Investigação sobre a Ocupação Humana em Pegarinhos (PIOHP) foi iniciado em 2012 com o intuito de proceder a uma série de prospecções, sondagens e escavações na freguesia de Pegarinhos, no concelho de Alijó. Contando com o apoio de uma série de entidades locais, como a Junta de Freguesia de Pegarinhos, a Câmara Municipal de Alijó, o Regimento de Infantaria 13 de Vila Real, entre outros, conta também com o enquadramento científico do Centro de Investigação Transdis-

ciplinar «Cultura, Espaço e Memória» e com o mecenato da Porto Gran Cruz.

A problemática principal com que nos deparamos estabelece-se no período de transição entre a Proto-História e a época Romana, a evolução da ocupação humana durante a Idade do Ferro, imediatamente antes, durante a romanização e após a queda do Império do Ocidente, ou seja uma baliza cronológica de cerca de cerca de 500 anos. Este período e todas as questões levanta, embora sobejamente abordado quase desde o início da actividade arqueológica em Portugal<sup>1</sup>, é-nos



**Imagem 1** – Localização do sítio de Vale de Mir (IGEOE 1997 – extracto da carta M888 n.º 116).

<sup>1</sup> Ricardo Severo, por exemplo, seria um dos incitadores desta problemática no Vale do Douro, enquanto outros investigadores, como José Leite de Vasconcelos, estabelecem-se no panorama nacional e internacional como especialistas na Cultura Castreja em território português.

ainda, em grande parte, desconhecido no Vale do Douro.

Inserido na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, o concelho de Alijó e a sua população são diretamente afetados por uma importante condicionante geográfica, que moldou a cultura, sociedade e economia desde que a presença humana se estabeleceu na região. Não querendo entrar nos condicionalismos impostos pela chamada «Nova Arqueologia» devemos estar cientes do facto de que a geomorfologia transmontana define a estrutura populacional e todas interpretações que possamos tirar de um sítio aí localizado deve ter sempre isto em conta. Também na definição territorial moderna do território português podemos observar que foram tidas em conta as características muito *sui generis* do interior Norte português, como podemos observar na obra de Amorim Girão<sup>2</sup> ou Orlando Ribeiro, embora este ofereça uma proposta mais simplificada do que a de Girão, adotando toda a divisão administrativa (Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Transmontana) como uma única região, o Norte Transmontano.

A freguesia de Pegarinhos engloba uma área total de 20.13 km<sup>2</sup>. Sede de freguesia, Pegarinhos engloba mais duas aldeias (Castorigo e Vale de Mir) e fazendo parte do concelho de Alijó, distrito de Vila Real desde 1855. Até esta data pertencia ao concelho de Murça. Localiza-se sobre o planalto de Alijó, que constitui uma unidade geomorfológica bem individualizada, delimitada a Este pelo Rio Tinhela, a Sul do Douro, a Oeste pelo Rio Pinhão e a Norte pela Serra de Jales.

Os povoados fortificados de altitude, tradicionalmente apelidados de castros, constituíram o modelo predominante do mundo Proto-histórico do Nordeste da Península Ibérica. No território atual português, a chamada «Cultura Castreja» encontra-se limitada ao Norte do país e zona mais setentrional da Beira Interior. Tradicionalmente, o habitat castrejo caracte-

riza-se por dois pontos: a existência de estruturas defensivas a englobar os povoados, normalmente muralhas, fossos e/ou estruturas de pedras fincadas e construções habitacionais de formato circular.

Atualmente, definem-se dois grandes tipos de castros: de grandes dimensões, na zona de Entre-o-Douro e Minho<sup>3</sup> e Trás-os-Montes Ocidental, com uma média de superfícies de ocupação que anda à volta dos cinco hectares; e os exemplares do Nordeste transmontano e do Vale do Douro<sup>4</sup>, de dimensões mais reduzidas. A maior parte deste tipo de estruturas insere-se em zonas com solos predominantemente graníticos conferindo, à arquitetura castreja, uma das mais antigas expressões da utilização de pedra na construção da paisagem. Em Portugal, tal como em Espanha, o estado da arte sobre a origem dos castros pode ser visto a duas velocidades. Os estudos existentes sobre o tema concentram-se na sua maioria na zona do Nordeste português, com especial ênfase para os trabalhos de A. Coelho<sup>5</sup>, no litoral minhoto, com os trabalhos de Carlos Alberto Brochado de Almeida, na Galiza, com Carballo Arceo<sup>6</sup> e Gonzales Ruibal<sup>7</sup> e a Sul da Meseta espanhola, pela mão de Bonnald<sup>8</sup>.

Na área Nordeste de Portugal, correspondente sensivelmente à região de Trás-os-Montes e ao Norte da Beira, devemos constatar o estado embrionário dos estudos sobre a cultura castreja. As raras sínteses disponíveis realçam o vasto potencial inerente a esta fase de transição, fonte de questões históricas extremamente importantes. É de salientar o extenso trabalho de Francisco Sande Lemos sobre o Ocidente Transmontano<sup>9</sup>. Todavia, a informação que resulta desta tese sofre pela falta de dados provenientes do terreno, de escavações arqueológi-

<sup>3</sup> ALMEIDA, 1997.

<sup>4</sup> SANDE-LEMOS, 1993.

<sup>5</sup> COELHO, 1986 e 2007.

<sup>6</sup> CARBALLO ARCEO, 1996.

<sup>7</sup> GONZALES RUIBAL, 2003.

<sup>8</sup> BONNALD, 2005a, 2005b e 2006.

<sup>9</sup> SANDE-LEMOS, 1993.

<sup>2</sup> GIRÃO, 1933.

cas. Por outro lado, os estudos realizados sobre alguns dos castros da região, como o de Carlão ou o de Sabrosa, não se baseiam sobre resultados de escavações mas sobre observações pessoais e descobertas antigas<sup>10</sup>. É importante salientar o projeto de escavação de António Sá Coixão no castro de São Jurge (Ranhados, Méda) ou o da re-escavação do sítio da Fonte do Milho (Canelas, Peso da Régua) pela mão da Direcção Regional da Cultura do Norte, que estão a desvendar inúmeros dados sobre as diferentes fases de ocupação dos castros nesta região, desde a Idade do Bronze, no caso de São Jurge, até à ocupação romana, com a descoberta de inúmeras estruturas e um espólio material rico.

A forte actividade agrícola que se fez sentir desde o século XIX e até aos nossos dias, decorrente da demarcação pombalina e subsequente criação de patamares para a plantação de vinha, terá ampliado uma vasta destruição de estruturas e elementos de ocupação antrópica, não só de época romana.

Infelizmente, e embora a bibliografia seja rica e variada, a verdade é que não existe um verdadeiro consenso sobre as problemáticas relativas aos castros de Trás-os-Montes e Alto Douro. As estruturas defensivas, por exemplo, têm vindo a ser interpretadas de diferentes formas, com recurso a inúmeras teorias, como sendo a expressão de sociedades organizadas de uma estrutura tripartida (sacerdotes, trabalhadores e guerreiros, de raiz indo-europeia<sup>11</sup>, puramente como elemento bélico<sup>12</sup>, como um método de delimitações sistemática dos espaços domésticos, reforçando os laços internos da comunidade e da sua identidade face ao universo exterior<sup>13</sup>, etc. A origem destes castros é, da mesma forma, uma questão de difícil resposta. Embora uma das teorias assentes seria de que teceriam uma tela de postos defensivos em resposta aos movimentos populacionais e

às invasões, sobretudo ao avanço das legiões romanas, a partir da expedição de Decimus Junius Brutus em 137 a.C. Todavia, em alguns destes castros, as muralhas e estruturas defensivas são tardias, cronologicamente datáveis da pax romana, possivelmente utilizadas como elemento de prestígio<sup>14</sup>, um pouco como as torres senhoriais de época medieval, na sua fase tardia. Esta falta de consenso e de precisão cronológica deve-se em parte à falta de escavações e à ausência de necrópoles conhecidas, tipo de sítio susceptível de fornecer elementos de datação. O universo social e simbólico da Idade do Ferro do Noroeste peninsular é, assim, pouco conhecido.

De qualquer forma, o movimento das fortificações aparenta ser generalizado durante o final da Idade do Bronze e ao longo da Segunda Idade do Ferro, momento em que uma grande parte destes núcleos habitacionais atinge a sua extensão máxima, marcando definitivamente a paisagem em que se inserem. Os castros desta região de Portugal não são marcados pelo isolamento, uma vez que as relações com o mundo celtibero e as similitudes com a arquitetura dos castros do Noroeste ibérico e da Vetónia são reais e evidentes. Seria um espaço de transição entre o mundo castrejo do litoral e as culturas da Idade do Ferro da Meseta.

As terras altas do interior de Trás-os-Montes e do Alto Douro apresentam condições climáticas propícias à actividade agro-pastoril, podendo esta ser uma das explicações para o fenómeno das estátuas de berrões. Todavia, alguns castros não se encontram diretamente inseridos nas zonas mais ricas a nível agrícola. Durante a Segunda Idade do Ferro, na parte ocidental da Meseta, por exemplo, certos castros são abandonados a favor de novas implantações, que proporcionam melhores condições de vida ou mais próximos de zonas de passagem<sup>15</sup>. Mas estas alterações de habitats poderão constituir mais um fundamento para a afirma-

<sup>10</sup> ALMEIDA, 1992-1993; GONÇALVES, 1992-1993.

<sup>11</sup> COELHO, 1986 e 2007.

<sup>12</sup> QUEIROGA, 1992.

<sup>13</sup> GONZALES RUIBAL, 2003.

<sup>14</sup> ALMEIDA, 1983.

<sup>15</sup> BONNAUD, 2005b.

ção de que estas populações teriam um modo de vida dedicado, fundamentalmente, à pastorícia. Infelizmente, devemos constatar que conhecemos mal a realidade geográfica, económica e política que constitui o ambiente dos castros e que, muito provavelmente, diversos fatores desconhecidos terão intervindo para explicar a implantação dos habitats fortificados.

Uma outra problemática prende-se com a evolução dos castros no período de conquista e subsequente colonização romana. A chegada deste povo à região e a incorporação definitiva do território, sob Augusto, prende-se apenas com razões geoestratégicas e, em certa medida, económicas. A conquista do Noroeste da Península Ibérica destinava-se, num primeiro momento, ao controle da fachada atlântica da Gallaecia e da Cantabria, com vista à implantação de rotas marítimas, que permitiriam ligar a Península Ibérica às províncias nórdicas, como a Germânia e, mais tarde, a Bretanha<sup>16</sup>. Esta teoria parece ser confirmada com a construção do farol da Corunha. Por outro lado, a reputação dos metais procedentes do Noroeste peninsular era já grande antes da chegada dos Romanos e a exploração destas riquezas constituiu um fator essencial para valorizar o aspeto económico da região. A maior parte dos metais utilizados nesta época existia em grande quantidade nestes territórios<sup>17</sup>. Por esta mesma razão, encontram-se estacionadas unidades militares no Noroeste peninsular durante a *pax romana*.

Os indícios de romanização, presentes no território ainda antes da integração efetiva do território no Império são verdadeiramente difíceis de delinear, uma vez que este processo é bem mais antigo do que as guerras cantábricas de Augusto. Ainda assim, a integração efetiva nas normas administrativas e culturais do Império Romano não será total até ao domínio dos Flávios<sup>18</sup>. A lentidão deste processo induz

uma enorme diferenciação dos territórios mais meridionais, romanizados desde o século I a.C., sobretudo com colonos. A nova organização administrativa de Augusto irá integrar os diferentes povos nas novas províncias romanas, e, o Rio Douro, serve de linha de fronteira entre a Tarraconense, a Norte, e a Lusitânia, a Sul. Ora, este rio não constitui, de forma alguma, uma fronteira cultural. Os povos que vivem a Sul possuem muitos pontos comuns com aqueles que vivem a Norte do traçado do rio, imposto como limite arbitrário pelos Romanos. Embora existam exceções a esta regra: é o caso do povo conhecido como Banienses, com a sua civitas em Torre de Moncorvo. Embora o seu domínio territorial esteja localizado a Norte do Rio Douro, pertence efetivamente à província da Lusitânia<sup>19</sup>. Todavia, o território de Trás-os-Montes pertencia à Tarraconense, com a capital administrativa no Conventus de Bracara Augusta. E onde se inserem os castros neste panorama administrativo? Aparentemente, estes povoados foram romanizados, constituindo um fenómeno que é observável em todo o território, embora este processo esteja muito pouco documentado. A epigrafia e outras fontes literárias aparentam fornecer poucos dados em relação a este assunto. Apenas os vestígios materiais de tradição romana, como tegulae, cerâmicas, numismas, elementos arquitetónicos, entre outros, encontrados na maioria dos castros, parecem testemunhar a romanização destes habitats indígenas. Ainda assim, a maior parte destes artefactos, pelo menos na região que abordamos, provêm de estudos amadores, muitas vezes com mais de uma centena de anos, ou de prospeções. As escavações arqueológicas que abordam este território continuam a ser muito raras. O estudo realizado por Francisco Sande-Lemos, que se resume em grande parte, a um catálogo de sítios romanizados, demonstra que as escavações arqueológicas deste tipo de sítio não são

---

<sup>16</sup> FABIÃO, 2004.

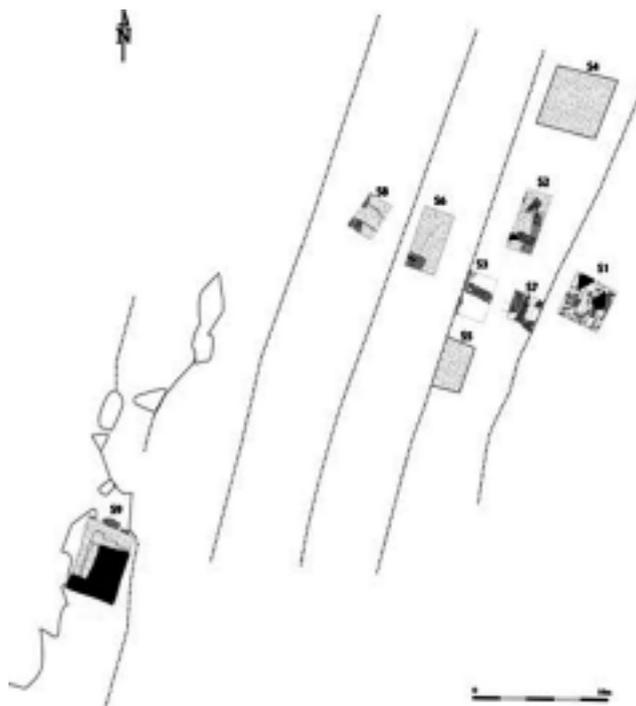
<sup>17</sup> ALARCÃO, 2008.

<sup>18</sup> *Idem*.

---

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> SANDE-LEMOS, 1993.



**Imagem 2** – Planta das sondagens efectuadas durante a campanha de 2012.

correntes<sup>20</sup>. Após a realização deste inventário, há mais de 18 anos, a situação não aparenta ter-se alterado. É assim complicado de compreender a evolução desta região durante o período Alto-Imperial e de conhecer verdadeiramente as diferentes tipologias de habitats que a compõem. O mesmo sucede para a Antiguidade Tardia, período em que este território integrará, entre 284 e 288, a província autónoma da Callaecia.

Os dois castros a serem estudados, Vale de Mir e Castorigo, foram escolhidos exatamente pela falta de vestígios arqueológicos nas imediações diretas da aldeia de Pegarinhos, pelo menos anteriores à Baixa Idade média<sup>21</sup>.

Embora existam vestígios arqueológicos de períodos anteriores à romanização na freguesia, como é o caso das gravuras da Botelhinha e Fonte Coberta, os Castros de Vale de Mir e Castorigo constituem as únicas estruturas de povoamento com potencial arqueológico nos limites da freguesia para o período de transição entre a Proto-História e o Romano.

A realização de prospeções prévias na área dos dois castros permitiu a identificação das zonas que poderiam ter maior interesse para o objetivo do presente projeto, a evolução da romanização das populações autóctones.

O Castro de Vale de Mir foi escolhido como objeto da primeira intervenção devido a dois fatores: este castro, aparentemente, seria uma unidade populacional de menores dimensões e a sua localização, num vale ainda hoje com um potencial agrícola muito elevado.

Assim, a primeira fase de prospeções teve em conta estas condicionantes, para uma primeira análise do potencial arqueológico e a identificação e esclarecimento dos níveis de ocupação. Esta primeira intervenção resultou sob a forma de nove sondagens, no patamar nascente do Castro.

<sup>21</sup> *Idem*.

## RESULTADOS PRELIMINARES DOS ESTUDOS DE ESPÓLIO DO CASTRO DE VALE DE MIR

Os resultados foram francamente positivos, com a identificação de uma série de estruturas com cronologias variáveis entre o século II<sup>o</sup> e V<sup>o</sup> d.C. Foi também recolhida uma quantidade significativa de materiais, desde fragmentos cerâmicos até numismas.

O facto de a primeira campanha consistir numa escavação de sondagens não nos permite definir uma estruturação clara dos vestígios arquitectónicos, uma vez que estamos perante estruturas, na maioria dos casos, reconstruídas ao longo de períodos bastante diacrónicos. Todavia, é-nos possível definir momentos de ocupação efectiva desde o século II<sup>o</sup> d.C., de acordo com a cronologia relativa dos materiais arqueológicos.

As cerâmicas comuns apresentam o índice de frequência mais importante em cada um dos conjuntos. Estas peças dividem-se entre as produções de pastas claras siliciosas de pastas cinzentas siliciosas, embora estas últimas sejam claramente minoritárias. A argila utilizada aparenta ser comum às duas, caracterizada pela presença de desengordurantes de grande calibre, o que lhes dá um aspeto algo grosseiro. Também a presença de mica é sistemática. O estudo de cerâmicas castrejas na região do Minho demonstra também a utilização de desengordurantes micáceos a partir do período romano, ao contrário de períodos mais remotos. Ao mesmo tempo, as técnicas de cozimento das pastas mostram-se mais elaboradas, conferindo às peças um aspeto mais cuidado<sup>22</sup>. Relativamente às formas, tratam-se sobretudo de peças de bordo aberto, associados a algumas tigelas. A sua cronologia é difícil de definir devido à raridade de contextos de referência. De forma geral, a cerâmica comum descoberta no sítio aparentam pertencer a formas universais, transversais a nível cronológico. Alguns fragmentos cerâmicos de peças modeladas apa-

rentam também apontar para a ocupação proto-histórica de Vale de Mir.

Os recipientes de armazenamento estão também bem representados, sobretudo sob a forma de *dolia*. Todavia, estes são em menor quantidade quando comparados com os recipientes de bordo aberto, com panças com decoração penteada. Finalmente, devemos notar a ausência total de recipientes anfóricos.

Relativamente às cerâmicas de importação e de pastas finas, foi possível estabelecer paralelos fiáveis e é sobretudo a partir deste tipo de elementos que nos é possível atribuir cronologias relativas.

As cerâmicas de paredes finas são, infelizmente, raras. Ao mesmo tempo, foram identificadas várias tipologias de produção, sobretudo ao nível das TS. Estas são claramente dominadas pelas produções hispânicas do Alto-Império. As características técnicas revelam que estamos perante peças produzidas nos *ateliers* de la Rioja. Um fragmento é proveniente das oficinas de La Graufesenque, no Sul da Gália. As produções datadas da Antiguidade Tardia estão também presentes, como é o caso de uma imitação de prato de tipo Hayes 45, originário do vale do Ebro. Tendo em conta estes elementos, definem-se assim pelo menos duas ocupações: uma entre os séculos I<sup>o</sup> e II<sup>o</sup> da nossa Era e uma outra, tardia, entre os séculos IV<sup>o</sup> e V<sup>o</sup><sup>23</sup>. Estas peças encontram-se acompanhadas por outras produções finas, de provável produção regional, como é o caso do grupo das Cinzentas Finas, caracterizadas por uma pasta clara e um verniz com uma coloração variável entre o cinzento e o preto. O repertório de peças com este tipo de pasta é limitado a jarros, tigelas e uma tampa. O mesmo sucede com as produções de cerâmicas de paredes finas de pasta clara. O sítio de Rumansil I, em Murça-do-Douro (Vila-Nova-de-Foz-Côa), trata-se de um centro produtor deste tipo de peça. Datado do fim do século III<sup>o</sup> e da primeira metade do século IV<sup>o</sup><sup>24</sup>. Infeliz-

<sup>22</sup> COELHO, 2007: 189.

<sup>23</sup> PAZ, 2009.

<sup>24</sup> COIXÃO; SILVINO, 2006.



**Imagem 3** – Sondagem 9, vista geral.

mente, estas produções são comuns em diversos contextos, desde a Idade do Ferro, durante o Alto Império e até à Antiguidade Tardia na maior parte dos sítios arqueológicos no Norte da Lusitânia e a Norte do Douro<sup>25</sup>. As cerâmicas de paredes finas de pasta clara polida são ainda mais problemáticas, pois alguns dos fragmentos aparentam não terem sido produzidos com torno, mas modeladas, o que nos poderá indicar o fim da Idade do Ferro. Relativamente às formas, tratam-se sobretudo de potes de bordo aberto. Entre as peças de paredes finas secundárias, devemos assinalar a presença de produções engobadas, com uma grande quantidade de desgordurantes micáceos nas pastas.

Relativamente ao *instrumentum*, elementos não cerâmicos recuperados durante a escavação, devemos frisar a presença de uma grande quan-

tidade de artefactos datáveis, pela sua tipologia, à época romana. Foram também descobertos dois machados em dolerite, que poderão ser datáveis a um período anterior à romanização, embora estivessem em contextos de revolvimento. Das 52 peças e fragmentos desta categoria também devemos ter em conta a descoberta de uma fíbula em omega. Este objeto enquadra-se na tipologia Feugère 30c1, também conhecida como fíbula em ómega. Este tipo em particular é amplamente difundido na Alemanha e na Península Ibérica. As datações de formas mais antigas desta tipologia apontam para o século V a. C., na variante e) e para o século IV da nossa Era para a variante g2). A variação presente aqui, c1), aparenta ser datável de meados do século I da nossa Era, entre o reinado de Cláudio e os Flávios.

Foram ainda encontradas duas moedas durante a campanha de 2012. A primeira, na sondagem 7, unidade [011] é um *antoninianus*

<sup>25</sup> DIAS, 1995; DELGADO e MORAIS, 2009: 21.

da série «du bestiaire», cunhada no reinado de Gallieno (253-268) no *atelier* de Roma, em 267/268 (trata-se da última cunhagem deste *atelier* enquanto Gallieno esteve no poder). A segunda, proveniente da sondagem 2, unidade [001], em muito mau estado de conservação, estando as duas faces da moeda muito corroida. No entanto, devido ao diâmetro e espessura e tendo em conta a liga usada, podemos afirmar com alguma segurança de que se trata de uma moeda do Baixo-Império, sem dúvida uma imitação do segundo terço do século III da nossa Era (270-280).

## CONCLUSÃO

Os dados provenientes do terreno permitiram identificar também uma cronologia de ocupação relativamente ampla para o período romano, com algumas peças de importação, como é o caso dos fragmentos de cerâmicas finas. Da mesma forma, algumas das peças de *instrumentum* e os dois numismas permitiram afinar as balizas cronológicas de alguns dos depósitos. Relativamente à Proto-história, não foram identificadas estruturas desse período, embora os vestígios materiais, como os dois machados e uma quantidade relativamente importante de materiais cerâmicos, sobretudo relativos ao início da Segunda Idade do Ferro.

A presença de elementos de transformação, nomeadamente de mós, pesos de tear, afiadores, etc. apenas comprova que estamos perante um sítio com uma forte componente agrícola e artesanal auto-suficiente. Esta alteração do paradigma de ocupação do espaço, em que a necessidade defensiva dá lugar a uma necessidade produtiva, com a ocupação de espaços mais férteis, é comum noutras regiões portuguesas durante o processo da romanização.

A nível arquitetónico, não nos é possível dissertar sobre o sítio de sobremaneira. O facto de se tratar de uma primeira campanha de sondagens de diagnóstico não permitiu a descoberta de muitas estruturas. Todavia, podemos avançar que estamos perante pelo menos quatro fases construtivas. A primeira fase encon-

tra-se representada essencialmente pela estrutura descoberta na sondagem 8, cuja tipologia construtiva e materiais aparentam ser mais antigos do que as restantes, com uma cronologia relativa que nos aponta para uma fase correspondente aos séculos IIº/IIIº d.C. A segunda fase está representada pelas estruturas com uma forte componente de reconstrução, provavelmente datáveis de meados do século IIIº/IVº d.C. A terceira fase, sobretudo representada pelas estruturas e materiais presentes na sondagem 2, que aparenta representar, até ao momento, a zona com ocupação antiga mais recente, finais do século IV e inícios do século V. Finalmente, a quarta fase encontra-se representada pelos muros de sustentação das várias terraços recentes, aparentemente datáveis do século XIX, tendo sido muito provavelmente utilizados para a plantação de vinhedos pré-floxéricos anteriormente à reconversão desses mesmos terraços para a implantação de árvores de frutos, já em meados do século XX.

Finalmente, a primeira campanha do PIOHP permitiu-nos cumprir os objetivos delineados para o pedido de Acção Plurianual de Investigação no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, uma vez que foram delineadas as primeiras sequências estratigráficas e identificadas balizas cronológicas, sobretudo para o período entre o século Iº ao Vº da nossa Era. Foram também identificadas vestígios materiais e estruturais que nos permitiram ter uma primeira ideia de como é que a ocupação humana neste sítio se encontrava estabelecida. Em 2013, será realizada uma segunda campanha de escavação, mais extensiva, mais meios no terreno e com uma duração superior, que nos permitirá responder, entre outras questões, à organização arquitectónica do sítio.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCAO, J. de (1975) – *La céramique locale et régionale*. Fouilles de Conimbriga V, Paris.  
 — (1988) – *Roman Portugal*. Warminster. Aris & Phillips.

- (1990) – *Domínio Romano em Portugal*. 4ª edição. Europa América.
- ALMEIDA, C. A. B. (1997) – *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho – Espo-sende*. Tese de Doutoramento defendida pelo autor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 22 de Outubro de 1997.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da Silva (2007) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª edição. Paços de Ferreira.
- COIXAO, A.; SILVINO, T. (2005) – *O complexo artesanal de Rumansil I (Murça-do-Douro, Vila Nova de Foz Coa)*. «Côavisão», 8, p. 118-137.
- DELGADO, M.; MORAIS, R. (2009) – *Guia de cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*, Braga.
- DIAS, Lino Tavares (1995) – *Cerâmica comum romana em Tongobriga. Trabalho complementar à dissertação de doutoramento em pré-história e arqueologia*. Porto: Universidade do Porto, policopiado.
- FERNANDEZ, I.; ROCA, M. (2009) – *Producciones de Terra Sigillata Hispanica*. In BERNAL, D.; RIBERA, A. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestion. Actas del XXVI Congreso Internacional*. Cádiz, p. 307-332.
- FEUGÈRE, M. (1985) – *Les fibules en Gaule méridionale de la conquête à la fin du Vè s. ap. J.-C.* «Revue archéologique de Narbonnaise», suppl. 12, Paris: éd. du CNRS.
- GUILLAUMET, J. P. (2003) – *Paléomanufacture métallique: méthode d'étude*, Gollion: Ed. infolio. (Coll. «Vestigia»),
- ISIDRO, M. M. (2001) – *Las fibulas romanas en Hispania: la Meseta*. «Anejos de Archivo Español de Arqueología», n.º 24. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- SANDE LEMOS (F.) (1993) – *Povoamento Romano em Trás-os-Montes Oriental*. Tese de doutoramento na especialidade de Pré-História e História da Antiguidade, apresentada à Universidade do Minho, 1993 Edição policopiada.
- PAZ, J. (2009) – *Las producciones de terra sigillata hispánica intermedia y tardía*. In BERNAL, D.; RIBERA, A. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestion. Actas del XXVI Congreso Internacional*. Cádiz, p. 498-539.
- SILVINO, T.; COIXÃO, A. – *A cerâmica da villa do Vale do Mouro (Coriscada, Meda)*. Estudo preliminar. (no prelo)
- VAZ PINTO, I. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa.

## OFICINAS DE INVESTIGAÇÃO DO CITCEM (OIC) – «SAÚDE E DOENÇA NA OFICINA DE CLIO: VISÕES MULTIFOCALIS SOBRE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS BIOMÉDICAS» (1.ª E 2.ª PARTE), 26 DE OUTUBRO E 9 DE NOVEMBRO DE 2012

RUI MANUEL PINTO COSTA (CITCEM/CEIS20)  
ISMAEL CERQUEIRA VIEIRA (CITCEM)

Inseridas no planeamento anual das Oficinas de Investigação do CITCEM, tiveram lugar duas sessões dedicadas a uma temática que cada vez mais se tem vindo a impor nos domínios da historiografia contemporânea. Tratou-se da «Saúde e doença na oficina de Clio: visões multifocais sobre história das ciências biomédicas».

Os promotores julgaram oportuno e pertinente conferir notoriedade a um ramo da História da Ciência e Tecnologia assente nos contributos da História das Ciências Biomédicas. Cada vez mais encaradas como motores do

processo histórico, guardam contributos de valor, tantas vezes insuspeitos para a compreensão dos fenómenos históricos.

Não se pode deixar de notar o incremento sentido na produção historiográfica em redor da História das Ciências, particularmente dum grupo largo e heterogéneo de domínios ligados à saúde e ciências da vida. O resultado desta realidade encontra-se plasmado na apetência manifestada pelos historiadores nas últimas duas décadas, submetendo a processos de análise historiográfica um conjunto muito alar-

gado e heterogéneo de fontes ainda pouco tri-  
lhadas.

A multiplicidade de visões expandiu-se, da história institucional aos saberes técnico-cien-  
tíficos, passando pela construção das profissões  
do horizonte biomédico, pela dicotomia  
saúde/doença e ainda dos processos de adapta-  
ção e organização sociopolítica perante fenó-  
menos de natureza epidémica/sanitária.

A divisão em duas sessões explica-se pela  
necessidade de expor alguma da variedade e  
da multiplicidade de olhares que a História  
pode lançar à vista de um ramo com tanto  
potencial no universo historiográfico. Com este  
painel pretendeu-se reunir um conjunto hete-  
rogéneo de trabalhos realizados ou ainda em  
curso, não só por investigadores do CITCEM,  
mas também por investigadores de outros cen-  
tros de I&D onde esta área do conhecimento se  
encontra muito mais explorada.

Incluindo um total de 8 palestras, o fio con-  
dutor foi o binómio saúde /doença, que por si  
só se mostrou capaz de agregar de forma coe-  
rente todas as comunicações apresentadas. Em  
consonância com os objetivos de transdiscipli-  
naridade, reuniu-se um conjunto de investiga-  
dores em fase pós-graduada, abarcando um  
conjunto diverso de temas e abordagens passí-  
veis de serem partilhadas por todos os domí-  
nios do saber historiográfico. Privilegiaram-se  
áreas ligadas aos saberes biomédicos, abar-  
cando universos paralelos e interdependentes:  
da farmácia às especialidades médicas, da  
paleopatologia aos estabelecimentos científi-  
cos, dos fenómenos epidémicos às doenças  
paradigmáticas, todos vistos sob a perspetiva  
do discurso historiográfico aliado em grande  
medida ao construtivismo fenomenológico. À  
apresentação das comunicações seguiu-se um  
período de debate mais ou menos extenso, con-  
soante o interesse suscitado.

Conseguiu-se chamar a atenção para a  
necessidade de continuar a partilhar dados e  
estabelecer elos de ligação, através dos quais se  
torna mais fácil colocar em evidência os pro-  
blemas decorrentes da investigação realizada

em «circuito fechado», ou seja, tantas vezes  
remetida a âmbitos de crítica demasiado her-  
mética ou circunscrita a uma mera mão cheia  
de especialistas. A grande vantagem destes  
encontros residiu no facto de se terem trocado  
impressões, metodologias e fontes de trabalho,  
enriquecendo e apurando as próprias investi-  
gações ainda em curso.

O estabelecimento de pontes de comunica-  
ção e partilha de resultados serviu igualmente o  
propósito de descentralizar e expandir as possi-  
bilidades de trabalhos de conjunto, realizados  
por investigadores de proveniências diversas.

A sessão de dia 26 de outubro reuniu inves-  
tigadores do CITCEM (Rui Costa) e do CEIS20  
(Victoria Bell e Micaela Sousa). Com a comuni-  
cação «Ensino, investigação e assistência: a luta  
contra o cancro em perspetiva histórica», Rui  
Costa abordou a evolução da luta anticancerosa  
portuguesa e os seus princípios doutrinários.  
Historicamente inserida entre uma especiali-  
dade médica em processo de afirmação e as  
necessidades assistenciais, este movimento  
resultou da conjugação de uma série de fatores  
que ultrapassaram a mera assimilação de novas  
tecnologias médicas ou até a criação de um  
espaço próprio para a prática da oncologia.

Por seu turno, Victoria Bell aludiu aos pri-  
meiros tratamentos com penicilina em Portugal  
na década de 40 do século XX, ressaltando o  
papel desempenhado pela Cruz Vermelha Portu-  
guesa, a chegada das primeiras doses do medica-  
mento vindas do Brasil e a sua posterior impor-  
tação. Nesta comunicação, intitulada «Os pri-  
meiros tratamentos com penicilina em Portugal:  
1944», foram ainda dados a conhecer os primei-  
ros doentes a quem foi administrada penicilina  
em Portugal tendo por base estudos realizados  
no arquivo da CVP e em periódicos portugueses.

Integrado no projeto de doutoramento  
«Processo histórico de cientificação dos medi-  
camentos em Portugal: vertente normativa e  
institucional (1940-2007)», e com a tónica  
colocada ao nível da transposição das diretivas  
europeias sobre as especialidades farmacêuti-  
cas, a comunicação de Micaela Sousa [«A regu-

lação do medicamento em Portugal: da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos ao Infarmed, I.P. (1940-2007)»] serviu o propósito de explicar a regulação do medicamento em Portugal, sobretudo do ponto de vista legislativo, abrangendo uma ampla janela temporal com quase 70 anos.

Estava ainda prevista uma comunicação de Bruno Henriques (CITCEM), sobre «O pensamento eugenista em Mendes Correia», que acabou por não ter lugar.

Por sua vez, a sessão de 6 de novembro também juntou palestrantes do CITCEM (Ismael Vieira, David Pontes, Fátima Graça e Rui Costa), e do Instituto de História Contemporânea (IHC) – UNL (Ângela Salgueiro). Ismael Vieira deu início aos trabalhos com uma comunicação intitulada «A Suíça do Atlântico: a Madeira e o tratamento da tuberculose em meados de Oitocentos (1853-1858)», onde pôde contextualizar o aparecimento da primeira instituição destinada ao tratamento de tuberculosos em Portugal, mais precisamente na ilha da Madeira. Analisando a sua organização e funcionamento interno, bem como o movimento de doentes e terapêuticas utilizadas, ressaltou o problema da tuberculose enquanto patologia de grande alcance social.

Seguiu-se a comunicação de Ângela Salgueiro, que analisou a atividade do Instituto Bacteriológico de Lisboa, posteriormente denominado Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, os seus investigadores, bem como as principais linhas de investigação, desde a sua criação até ao início da I República, momento em que sofreu uma interessante reestruturação, ganhando uma forte componente pedagógica. Herdeiro de uma nova conjuntura científica e de um maduro debate no seio da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, o Instituto tornou-se num organismo de referência na saúde pública e profilaxia. Realizou ainda um trabalho sistemático de investigação científica, bastante inovador no contexto nacional, contando com uma colaboração multidisciplinar e com importantes resultados em áreas como a Parasitologia.

No rescaldo da conclusão parcial do inédito «Oporto Mummy Project» (2006-2009) coordenado por Fátima Graça, seguiu-se o «Estudo multidisciplinar de uma múmia egípcia em acervo no Museu de História Natural da Universidade do Porto». Apresentado por Rui Costa, Fátima Graça e Hugo Silva, mostraram-se os resultados parciais de um amplo estudo multidisciplinar de múmias humanas, feito a partir da avaliação de dois indivíduos mumificados pertencentes ao extinto Museu de História Natural da FCUP. Apresentaram-se os exames complementares de diagnóstico, a avaliação em Paleopatologia e a datação de C14 calibrado. Como objetivo último, pretende-se a apresentação ao público deste importante acervo, originalmente pertencente à FLUP.

No encerramento da segunda parte destas Oficinas, David Pontes apresentou parte do seu corrente trabalho de mestrado em História Contemporânea, dedicado ao episódio da peste bubónica que assolou o Porto em 1899. Ao longo de «O cerco à peste no Porto – Saúde, jornais e política», analisou a atuação das autoridades sanitárias e o papel da imprensa no desenrolar dos acontecimentos do último semestre de 1899, que culminariam na eleição de três deputados republicanos. Tal como David Pontes referiu, os jornais estiveram na primeira linha de ataque às decisões do poder central, numa atitude que se revelaria importante para a sua consolidação junto dos leitores.

Sem que se vislumbrem outros eventos de índole semelhante no contexto geográfico do norte do país, os promotores destas sessões mantêm a vontade de prosseguir com a realização de novas Oficinas temáticas de pendor semelhante. Talvez seja a melhor maneira de conseguir que no seio do CITCEM continue a existir um espaço onde se possa dar azo ao intercâmbio entre as gentes que se dedicam à História das Ciências Biomédicas.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

LA LETTRE DIPLOMATIQUE (1): ORIGINES ET DEVELOPPEMENTS  
EPISTOLAIRES DE L'ACTE, MADRID, CASA DE VELASQUEZ,  
5-6 NOVEMBRE 2012

RICARDO SEABRA (FLUP/CITCEM)

Em 2003 Olivier Guyotjeannin, actual Presidente da Comissão Internacional de Diplomática, referia a necessidade do estudar, necessariamente com base em abordagens pluridisciplinares, o modo como o modelo epistolar influenciou a redacção dos documentos das chancelarias medievais. Foi assim lançada uma temática de investigação que se tem vindo a desenvolver nestes últimos anos, nomeadamente no âmbito de um projecto internacional que envolve investigadores da École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques (Casa de Velázquez, Madrid), do Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale (Poitiers) e da Université d'Erlangen-Nürnberg<sup>1</sup>. Entre as diversas actividades propostas pelos responsáveis desse projecto encontra-se a realização de três seminários temáticos, dedicados à carta diplomática («La Lettre diplomatique»), articulados entre si, cujo objectivo é a reflexão conjunta, por parte de investigadores franceses, espanhóis e portugueses, sobre as especificidades da documentação ibérica, quando comparada com a que se produzia além-Pirinéus.

A presente notícia refere-se precisamente à primeira destas sessões, dedicada às «Origines et développements épistolaires de l'acte», que se realizou nos dias 5 e 6 de Novembro de 2012, e que teve lugar na Casa Velázquez, em Madrid. A organização do encontro esteve a cargo da École des hautes études hispaniques et ibériques, e da Agence Nationale de la Recherche.

Após uma Introdução ao tema e à sua importância no contexto dos estudos diplomáticos actuais feita por Helene Sirantoine (Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale – Poitiers), os trabalhos começaram com a

apresentação de «*Epistolae y fórmulas epistolares en los documentos del poder hispanos. Siglos V-XII*» por María Luisa Pardo Rodríguez (U. Sevilha) e Isabel Velázquez Solano (U. Complutense de Madrid), que se debruçaram particularmente sobre as *Epistolae Wisigothicae*, transmitidas de forma compilada como produtos da «chancelaria» real da *Hispania* visigótica, e cuja estrutura formal (quer se tratem de cartas privadas ou oficiais) está perfeitamente tipificada. Foi assim possível às referidas Professoras analisar a transposição de certos elementos formulares das epístolas para o discurso diplomático, como a *directio*, a *salutatio* ou as partes finais da despedida, incluídas em certas formulações internas de manejo de referências religiosas, e em formulários de carácter prático e de grande difusão como foram as *Formulae*. Foi igualmente sublinhada, ao longo da apresentação, a distinção entre cartas privadas e públicas, cuja forma está condicionada pelo conteúdo temático e pelo(s) destinatário(s) das missivas. O triunfo da carta (*epistola*) oficial como instrumento do poder, e a sua consagração em termos de mandato, assinalam uma evidente função diplomática e jurídica.

Stéphane Gioanni (École française de Rome) apresentou a comunicação «*Les lettres des Papes et la formation du droit canonique dans les collections du Haut Moyen Âge: L'exemple du Liber Auctoritatum de L'église d'Arles*», centrada em 57 epístolas dos séculos V e VI, transmitidas sob o título de *auctoritates* em alguns manuscritos medievais e *epistolae arelatenses* nas edições modernas. As colecções de cartas canónicas têm uma função importante no mecanismo de codificação do direito eclesiástico: mais do que a forma ou conteúdo da epístola, a sua presença numa colecção canónica é por vezes suficiente para a apresentar como um texto de

<sup>1</sup> Trata-se de «EPISTOLA. La lettre dans la péninsule Ibérique et dans l'Occident Latin (Ive-XIe siècles)», projecto em parceria da ANR e do DFG.

jurisprudência e como uma fonte de direito eclesiástico. É, portanto, a colecção que dá um valor jurídico à carta pontificia que adquire assim o estatuto de «decreto» (*epistula decretalis*), «constituição» (*constitutio*) ou «autoridade» (*auctoritas*). O *Liber auctoritatum* demonstra que a escritura epistolar da Antiguidade tardia e da Alta Idade Média é um instrumento de autoridade a que se dá uma forma relacionada com as tradições epistolares antigas e que contribui para o aparecimento de escrituras de chancelarias nas quais se inspiram os mestres do *dictamen* medieval. Por esta razão, Stéphane Gioanni reconsiderou o papel de Roma na génese e difusão de uma colecção que nos esclarece sobre os métodos arquivísticos das chancelarias da Alta Idade Média, sobre a génese da retórica epistolar pontifical, mas também, sobre a formação do antigo direito canónico. O *Liber auctoritatum* da Igreja de Arles é portanto, um exemplo perfeito da «correspondência» se tornar «colecção canónica» para o acto de «reunir», de «classificar», e de «tornar público» as cartas que acabarão por preencher uma função maior na formação do antigo direito canónico.

No segundo dia de trabalhos, a primeira intervenção coube a Mark Mersiowski da Universidade de Innsbruck, que falou sobre *Les rapports entre lettres et préceptes dans les chancelleries carolingiennes*. Tratou-se de uma abordagem em que foram comparadas duas formas diferentes de redacção de documentos régios altomedievais de além-Pirinéus. De seguida, Saúl Gomes (Universidade de Coimbra) apresentou a comunicação *Nomenclatures de la lettre diplomatique au Portugal: IX – XII siècles*, chamando desde logo a atenção para a complexa questão da não distinção entre a tradução de *charte* e *lettre* para o vocabulário português, o que condiciona bastante o tratamento diplomático desta matéria. Sobre a latinização das palavras em português, Saúl Gomes defendeu que os escribas não escreviam determinadas palavras ou expressões de forma distinta pela sua ignorância, mas para que o texto pudesse

ser compreendido por um maior número de pessoas. Assim, muitas traduções não eram feitas pelo que seria gramaticalmente correcto, mas sim para que o documento se tornasse o mais inteligível possível.

Laurent Morelle, da École Pratique des Hautes Études de Paris, com a comunicação *Chartes et lettres dans l'écriture administrative de Lambert, évêque d'Arras (1093-1115)*, fez uma breve exposição da correspondência do bispo supracitado, utilizando para esse efeito as edições de referências de Benoît-Michel Tock *Les chartres des évêques d'Arras (1093-1203)* e Claire Giordanengo, *Le registre de Lambert évêque d'Arras (1093-1115)*. Assim, com base em documentação exclusivamente episcopal, Morelle referiu-se ao modo como a correspondência estava, também no âmbito da documentação privada, ao serviço da administração. Novamente voltada para a Península Ibérica, Amaia Arizaleta, da Universidade de Toulouse II, apresentou a comunicação «Uidimus tuam epistolam». *Cartas, cancellería y escritura del relato en la Historia Roderici y en el Alexandre (fin XII – principio XIII)*, onde propôs uma análise sobre cartas de disputa entre Berenguer, conde da Catalunha, e Rodrigo, bem como as cartas de Alexandre, O Grande, a Dário da Pérsia, a partir do comentário de alguns exemplos extraídos da crónica *Historia Roderici* (c. 1175) e do poema enciclopédico *Alexandre*, (c. 1220). Foram focadas essencialmente alterações de discurso efectuadas pelos autores não só em relação ao destinatário, mas também com uma clara mensagem ao povo que está envolvido no conflito. Do mesmo modo, foi salientada a dependência destas epístolas relativamente às práticas escriturárias da chancelaria e de arquivos pessoais.

Benoît Grévin (LAMOP, Paris) apresentou a comunicação *Diffusion et pratique de l'ars Dictaminis dans la Péninsule Ibérique au XIIIe siècle: quelques pistes*, onde propôs examinar algumas pistas para o avanço do conhecimento das aplicações dos princípios da *ars dictaminis* nos grandes locais de escrita institucionais da península ibérica na segunda metade do século

XIII e na primeira do XIV, a partir de uma metodologia já aplicada para Inglaterra, França e Itália. Através de uma grelha de investigação que tem em conta a circulação de *dictatores* de origem italiana, de manuscritos (tratados teóricos, mas sobretudo *summae dictaminis* siculo-papais), e finalmente das probabilidades de utilização de modelos italianos considerados a partir de casos de importação análogos (chancelaria francesa ou inglesa) da mesma época, Grévin demonstrou ser possível explorar a utilização pragmática dos métodos e modelos do *dictamen* italiano nos grandes locais de escrita do poder espanhol do século XIII e XIV.

A última comunicação do colóquio, *La epistola romana y su pervivencia en la Cancillería castellana en la segunda mitad del siglo XV*, coube a

Maria Josefa Sanz Fuentes (Univ. Oviedo) que apresentou uma aproximação ao mundo epistolar dentro da chancelaria real castelhana, partindo de parcos exemplos alto e pleno medievais. Apesar do aumento constante do número de documentos ao longo da Idade Média, apenas no reinado de João II de Castela (1406-54) podemos contar com um «Manual» de ensino para secretários do rei, por meio do qual podemos entender o que estas epístolas, que na chancelaria se expedem como cartas missivas, têm de comum: as fórmulas de tratamento na direcção, a distinta intensidade da expressão de domínio na titulação e os diferentes modos de reacção da saudação inicial e final; e do que diferem, fundamentalmente a ordem com que se localizam a titulação e direcção.

## EXPOSIÇÃO «SERÁPIS NOS CONFINS DO IMPÉRIO: O COMPLEXO SAGRADO DE PANÓIAS», MUSEU DA VILA VELHA, VILA REAL, 11 NOVEMBRO 2012 A 13 MARÇO 2013

ROGÉRIO SOUSA (CITCEM) E JOÃO RIBEIRO DA SILVA (MUSEU DA VILA VELHA)

O Museu da Vila Velha (Vila Real) acolheu a exposição «Serápis nos confins do Império: O complexo sagrado de Panóias», uma organização conjunta do CITCEM e do Museu da Vila Velha. Este projecto resultou de uma linha de investigação que desde há alguns anos tem vindo a ser desenvolvida no CITCEM em torno do multiculturalismo alexandrino, tendo dado já origem a um colóquio internacional, realizado em Outubro de 2010 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Alexandrea ad Aegyptum: *A experiência de multiculturalismo na Antiguidade*), e a várias publicações, algumas delas em preparação.

A ideia para esta exposição surgiu a partir do repto que representa para o investigador a existência de um *Serapeum* literalmente nos confins do império romano. Dada a multidimensionalidade do objecto em estudo, a equipa de consultores reuniu especialistas de áreas como a egiptologia, os estudos clássicos e a arqueologia. O primeiro objectivo foi o de explorar o sítio de Panóias à luz da sua formulação como um *Serapeum*. Esta identificação, há muito aceite, não havia sido acompanhada por um trabalho heurístico de exploração do enquadramento conceptual que lhe deveria estar subjacente. Foi exactamente a exploração deste quadro que procurámos iniciar com a exposição «Serápis nos confins do Império: o complexo sagrado de Panóias». Para além dos signatários deste texto, a equipa de curadores incluiu Luís Manuel de Araújo, da Universidade de Lisboa, e Maria do Carmo Serén, do CITCEM.

Para além do espólio arqueológico dos museus da Câmara Municipal de Vila Real, a exposição apresentou objectos cedidos pelo Museu Nacional de Arqueologia, pelo Museu da Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Museu D. Diogo de Sousa.

É de sublinhar o apoio proporcionado pela Câmara Municipal de Vila Real e pela Direcção Regional de Cultura do Norte, a quem se deve a co-edição do catálogo da exposição que permitiu perpetuar no tempo os contributos científicos reunidos. Através de vários núcleos temáticos, a exposição apresentou uma panorâmica evolutiva do culto de Serápis, desde as raízes egípcias do deus à sua subsequente helenização no contexto do *Serapeum* alexandrino, a partir do qual irradiou para toda a bacia do Mediterrâneo. À luz deste quadro, novas leituras foram propostas para interpretar os ele-

mentos do complexo arqueológico de Panóias. Esta abordagem não é apenas importante localmente para compreender o complexo de Panóias. Esta identificação faz emergir novos aspectos sobre a extraordinária capacidade de adaptação do culto de Serápis aos diferentes contextos em que foi introduzido. Esta nova abordagem interpretativa foi apresentada à comunidade científica internacional na Conferência Internacional *Alexandria: Current Archaeological Reserach and Future Perspective*, acolhido na Bibliotheca Alexandrina (7-9 Abril de 2013).

## SEMINÁRIO «INVESTIGAR EM HISTÓRIA MEDIEVAL». LISBOA, UNL-FCSH, 16 NOVEMBRO 2012

RICARDO SEABRA (CITCEM)

Fruto de uma parceria entre o CITCEM e o IEM (Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa) teve lugar a primeira edição do seminário «Investigar em História Medieval» no dia 16 de Novembro de 2012 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. O seminário, cuja organização se pretende anual, serviu como um espaço de troca de ideias sobre os progressos e contributos de alguns dos ramos que se debruçam sobre a Idade Média. Dividido em três painéis, nele participaram dez oradores de diversas gerações e oriundos de Centros de Investigação portugueses (Lisboa, Coimbra e Porto) que trouxeram a debate a complexidade do ofício do historiador e o necessário diálogo com outras ciências e campos de estudo no período medieval. Nesta primeira edição, a reflexão centrou-se em quatro desses campos: a Paleografia, a Diplomática, a Arqueologia e a Epigrafia.

A primeira intervenção (intitulado *Paleografia e diplomática: de ciências auxiliares a protagonistas*) coube a Saúl António Gomes, do CHCS/FLUC, que, centrado na distinção de conceitos e importância da História teorizante,

problematização e investigação, sublinhou a importância do contacto com as fontes primárias como objecto de estudo, da tradição e crítica na metodologia de trabalho e também na publicação de fontes, não só elaborou um ponto de situação sobre as disciplinas acima apontadas como também alertou para a importância de trabalhos que têm vindo a ser feitos em outras áreas do saber como a Epigrafia, Sigilografia, Codicologia, Heráldica, Numismática, Liturgia, Cronologia e Medalhística, entre outras. Na segunda comunicação da manhã, Filipa Roldão (CHSC/UC; IEM/FCSH) apresentou novas abordagens sobre a documentação municipal medieval. Frisando que um documento concelhio não o é somente por ser selado ou escriturado num ambiente municipal, a investigadora salientou a necessidade de ter em conta o corpo dos homens do concelho em conjunto, cuja capacidade de se representar documentalmentelhes confere um poder diferente, um poder documental. Do mesmo modo, deve ser tida em consideração a ocupação e utilização do espaço dinâmico (já que o acto de lavar um documento é a ocupação de um espaço e uma

demonstração de poder), bem como as lógicas de registo em livro (de deliberações da câmara do concelho, actas normativas, públicas-formas, registos, traslados, etc...). De seguida, Maria João O. Silva (CITCEM; CEHR/UCP) apresentou as mais actuais perspectivas de pesquisa dentro do ramo da Paleografia, em várias vertentes: grafia e evolução, suportes, cultura da escrita. Com base nos temas de Colóquios agendados para o presente ano e para os próximos, conduziu os participantes no seminário através das novas abordagens que mais interessam a um paleógrafo da actualidade. Também a comunicação apresentada por Susana Pedro (CHUL/FLUL), se centrou nos desafios e novidades da Paleografia, como as questões das nomenclaturas e especialização documental, que nos permitem partir para o estudo das nossas escritas. A investigadora sublinhou igualmente o rigor e o trabalho que exige o exercício da Paleografia e os problemas de financiamento desta actividade científica, de que todos os centros de estudos se têm vindo a ressentir. Cristina Cunha (CITCEM/FLUP) apresentou uma abordagem diferente referindo-se à distinção necessária entre o Historiador e o Diplomata e à generalizada confusão entre o trabalho elaborado por cada um. Conforme foi salientado, apesar de a utilização de novas tecnologias permitir, hoje em dia, uma maior acessibilidade às fontes documentais por parte do historiador do que na época de Jean Mabillon, o trabalho do Diplomata continua a ser fundamental, já que a ele compete a seriação e classificação documental, enquanto ao Historiador o «sumo» dos documentos em si.

O segundo painel teve como tema «Arqueologia: outra face de investigação sobre Idade Média» e foi moderador Carlos Fabião da FLUL. A primeira intervenção coube a Manuel Real (CITCEM/UM) centrada nos problemas da complexidade na intervenção urbana. O investigador salientou a evolução sentida neste domínio desde a década de 1980 quando começaram a ser pensados novos modos de abordagem e a possibilidade de se intervir de forma mais sistemática – como por exemplo as escavações na

rua de D. Hugo, no Porto. Aproveitando a presença de jovens investigadores, Manuel Real não deixou de referir a importância que se reveste o facto de os arqueólogos contactarem cada vez mais com fontes escritas, que constituem, elas também, material para o seu trabalho.

Ricardo Teixeira (CITCEM/FLUP) apresentou um estudo de caso relacionado com o processo de intervenção arqueológica no Castelo de Santa Maria da Feira, um conjunto arquitectónico complexo documentado a partir do século X, funcionando como pólo militar entre muçulmanos e cristãos, e lugar de residência da família Pereira, a partir do século XIV. A intervenção no monumento esteve relacionada com o imaginário da construção nacional, e os trabalhos arqueológicos no solo tiveram duas fases distintas: as sondagens arqueológicas, e o acompanhamento de execução do próprio projecto (tendo este último uma componente de divulgação).

Na última comunicação do segundo painel, Paulo Fernandes (CEAUP) expôs alguns pontos relativos ao contributo da História de Arte e da Arqueologia da Arquitectura. As duas ciências chegam a ter, por vezes, o mesmo objecto, mas o diálogo entre ambas é manifestamente reduzido. O primeiro projecto de Arqueologia da Arquitectura em Portugal realizado pelo IPAR em São Gião da Nazaré no ano de 2001, e os de Idanha-a-Velha em 2005, e Vera Cruz de Marmelar, em 2011, são exemplos desta prática. Apesar de alguns obstáculos como registos gráficos diferentes, dificuldade em obter cronologias, complexidade e volume de informação e participação de equipas reduzidas e unidisciplinares, abre-se com esta forma de abordagem um caminho dinâmico que este tipo de intervenções traçam, já com uma certa pujança, em Espanha e Itália, e onde a História de Arte tem ainda uma palavra forte a dizer.

O terceiro painel, «Epigrafia: um saber nem sempre utilizado», teve uma única comunicação de Amílcar Guerra, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada «As potencialidades da Epigrafia e os novos caminhos da Investigação histórica». De ciência

auxiliar de História a uma relativa autonomia para além do domínio paleográfico, demarcando-se da Paleografia no aspecto em que tem um suporte diferente. As oficinas epigráficas compreendem várias etapas de elaboração, intervenientes, ferramentas e técnicas. É uma vertente da investigação histórica onde dominam os indivíduos e a sua condição, e área em que assume elevada importância a onomástica, o estatuto social e demográfico assim como a mobilidade social e os movimentos migratórios, sendo bastante útil para a compreensão do universo religioso e histórico-económico. Estuda realidades sociais e implicações políticas num espectro relacionado com a estrutura urbana e a realidade monumental.

Mais do que pontos historiográficos, este seminário privilegiou as diferentes instituições e o debate, assim como beneficiou a ampliação do que é realmente a fonte histórica, compreensão e análise da mesma. A necessidade de transmissão de dados e saberes, a constante procura de novos questionamentos e de fontes sobre as quais se tem de reflectir não só sob a vertente de construção como também de conservação, e a atenção à disparidade de cronologias e de temas entre disciplinas.

O sucesso da primeira edição aguarda digno sucessor para o ano lectivo 2013/2014, com a participação de medievalistas dedicados à investigação em outras áreas que, desta feita, não foram abordados.

## SIMPÓSIO INTERNACIONAL «BODY, COSMOS AND ETERNITY: THE SYMBOLISM OF COFFINS IN ANCIENT EGYPT», REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 22 FEVEREIRO 2013

ROGÉRIO SOUSA (CITCEM)

No dia 22 de Fevereiro de 2013, a Universidade do Porto acolheu o Primeiro Simpósio Internacional de Egiptologia que resultou de uma organização conjunta do CITCEM e da Universidade do Porto. Este simpósio foi realizado na sequência do projecto de investigação desenvolvido pelo signatário desta resenha noticiosa no âmbito do pós-doutoramento financiado pela FCT que visa o estudo da colecção de ataúdes egípcios da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O simpósio contou com a participação de eminentes especialistas que têm mantido uma colaboração regular no referido projecto. Para além do signatário destas linhas que apresentou os primeiros resultados do estudo iconológico que desenvolve sobre os ataúdes egípcios da XXI dinastia (*Innovation and tradition in coffin decoration – 21<sup>st</sup> Dynasty*), o programa incluiu a participação de Luís Manuel de Araújo, Universidade de Lisboa (*Egyptian*

*Coffins in Portugal*), René van Walsem, da Universidade de Leiden (*Architectonisation of coffins and «divinisation» of their owners in the Third Intermediate Period*), Rune Nyord, do Christ's College – Cambridge (*Body and cosmos in Middle Kingdom coffins*), Kathlyn M. Cooney Universidade da Califórnia – Los Angeles (*Ramesside and 21<sup>st</sup> Dynasty Coffins as Instruments of Social Power: Symbols of Ideological, Economic, Political, Military and Sexual Powers*) – por videoconferência e Alain Dautant, Universidade de Bordeaux (*Third Intermediate Period Coffins in Museums of South West France*).

O simpósio contou com divulgação internacional nos principais circuitos egiptológicos nacionais e estrangeiros concorrendo para divulgar a Universidade do Porto junto de uma vasta comunidade científica internacional. Esta divulgação concretizou-se em cerca de 70 inscrições, algumas delas internacionais oriundas

da França e da Itália. O debate científico gerado ao longo do Simpósio foi alimentado pela participação activa do público que se manteve presente ao longo de toda a jornada.

O resultado do Simpósio é francamente positivo e constitui um sinal claro do alcance internacional da investigação que actualmente

se desenvolve na Universidade do Porto, e no CITCEM em particular, investigação essa que – graças ao Simpósio – poderá agora desenvolver-se com novos meios e metodologias. Prevê-se a publicação internacional de um volume temático com os estudos apresentados no Simpósio.

## 14.º COLÓQUIO INTERNACIONAL TEMAS DE CULTURA CIENTÍFICA, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 18 MARÇO 2013

ISAMEL VIEIRA (CITCEM)

No pretérito mês de Março de 2013 realizou-se em Coimbra, integrado na XV Semana Cultural da Universidade de Coimbra, o 14.º Colóquio Internacional Temas de Cultura Científica promovido pelo Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do CEIS20.

O encontro, que este ano se designou «Marés de águas científicas & Ares de águas que curam», juntou investigadores convidados que proferiram palestras ligadas ao estudo científico e ao aproveitamento terapêutico das águas. O período da manhã arrancou com a conferência de Rui Costa (CITCEM, U. Porto/CEIS20, U. Coimbra) que falou sobre os estudos e projetos de Ricardo Jorge acerca do termalismo geresiano num contexto de valorização da hidrologia e aproveitamento económico e terapêutico das águas das Caldas do Gerês.

A segunda conferência foi proferida por Ismael Vieira (CITCEM, U. Porto), cuja comunicação evidenciou os fundamentos terapêuticos do uso da água e clima marítimos no tratamento da tuberculose, pronunciando-se tam-

bém acerca dos principais sanatórios marítimos portugueses dos séculos XIX e XX.

O período da manhã terminou com a intervenção de Celeste Lino (CEF, U. Coimbra), especialista em Hidrologia da Faculdade de Farmácia, que apresentou os resultados dum estudo acerca da contaminação dos meios aquáticos e águas de consumo corrente por drogas ilícitas e drogas terapêuticas.

O colóquio encerrou à tarde com a conferência de Juan Antonio Sanchez (Facultad de Medicina de la Universidad de Salamanca) que proferiu uma conferência sobre o aproveitamento das águas mineromedicinais em Espanha a partir do século XIX, com especial ênfase no processo de legitimação científica, médica e higiénica de novos espaços como os balneários e termas até à desmedicalização das águas e seu aproveitamento empresarial.

A pluridisciplinaridade do congresso que juntou historiadores, médicos e farmacêuticos e um público igualmente diverso (sobretudo doutorandos) permitiu o alargamento dos conhecimentos e horizontes de pesquisa possibilitados pelo contributo das diversas disciplinas.

## II CONGRESSO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA, UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 16-18 MAIO 2013

CLÁUDIA PINTO RIBEIRO (FLUP/CITCEM) E CARLA SEQUEIRA (FCT/CITCEM)

Teve lugar, no Colégio do Espírito Santo (Universidade de Évora), entre os dias 16 e 18 de Maio, o II Congresso de História Contemporânea. Constituinte o Encontro anual da Rede de História Contemporânea, a organização esteve a cargo do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi – Universidade de Évora) e do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM – Universidades do Porto e Minho), representados na comissão organizadora por Maria de Fátima Nunes, José Pedro Sousa Dias e José Brandão, e Gaspar Martins Pereira e Luís Alberto Marques Alves, respectivamente.

A Sessão de Abertura contou com a participação do Reitor da Universidade de Évora (Carlos Braumann) e do Director do Instituto de Investigação Formação Avançada (Soumdip Sarkar), a que seguiu a Conferência Inaugural, proferida por Boaventura Sousa Santos (CES/ UC), que dissertou sobre «Descolonizar as Ciências Sociais».

O Congresso prosseguiu com a mesa redonda subordinada ao tema «História e Ciências Sociais: desafios transdisciplinares na História Contemporânea», moderada por Gaspar Martins Pereira (CITCEM/FLUP) e com intervenções de Augusto Santos Silva (FEP), Irene Vaquinhas (FLUC), Fernando Catroga (FLUC) e José Manuel Sobral (ICS/UL).

As comunicações foram distribuídas por vinte e oito sessões simultâneas, dedicadas aos seguintes temas: História, Memória e Património; Relações Internacionais; História e Diplomacia; História da Ciência e Tecnologia; Cidades e Património Urbano; Movimentos Sociais e Associativismo; Práticas religiosas, religiosidade e laicismo; Colonialismo, anticolonialismo e descolonização; Historiografia e Teoria da História; Representações culturais e políticas; Ideo-

logias, pensamento e práticas políticas; Educação e cidadania; Agentes, actividades e políticas económicas; a construção do Estado liberal.

A representar a investigação fundamental desenvolvida no CITCEM, estiveram Luís Alberto Alves e Cláudia Ribeiro, Gaspar Martins Pereira, Luís Grosso Correia, Maria Otilia Lage, Carla Sequeira, Francisco Miguel Araújo, Francisco Perfeito Caetano, Nuno Bessa Moreira e Eliana Brites Rosa.

Luís Alberto Alves e Cláudia Ribeiro, num trabalho intitulado «Os Anos do Fim – A questão colonial à Luz dos Debates Parlamentares», abordaram o período da guerra colonial à luz dos debates parlamentares, procurando compreender quais os assuntos abordados nas intervenções dos deputados da Assembleia Nacional, em particular dos que representavam os círculos do Ultramar.

Gaspar Martins Pereira debruçou-se sobre a «Cartelização, condicionamento e duopólio na indústria de cerveja na primeira fase do Estado Novo», realçando o peso das políticas de dirigismo económico do Estado na evolução do sector cervejeiro nacional no período inicial do Estado Novo.

Luís Grosso Correia discorreu sobre «A história contemporânea entre o fazer e o dizer: do debate historiográfico à sala de aula», no intuito de reflectir sobre o processo de produção do conhecimento historiográfico, a sua divulgação junto do grande público, e o processo de des/relocação curricular e didáctica nos programas de História dos ensinos básico e secundário e a sua apropriação pelos alunos.

Maria Otilia Lage, numa comunicação denominada «História e Ciências Sociais: desafios transdisciplinares da História Contemporânea. Transdisciplinaridade, estudos de caso e sócio-história», debruçou-se sobre a prática transdisciplinar do fazer história, através de uma

abordagem teórico-prática a um trajecto de investigação transdisciplinar na fronteira da história e sociologia, desenvolvido sob inspiração da «história experimental» de Bernard Lepetit.

Carla Sequeira analisou «a rede municipal republicana e a questão duriense no primeiro terço do século XX», pretendendo determinar o grau de influência da defesa dos interesses ligados ao sector vitícola na evolução político-partidária das elites regionais.

Francisco Miguel Araújo, em «Liberdade de aprender, estigma de ensinar: o malogro da primeira Faculdade de Letras do Porto» e partindo da história institucional da 1ª Faculdade de Letras do Porto, apresentou a evolução das políticas educativas entre as concepções republicanas e autoritárias, destacando o lugar da Faculdade de Letras do Porto no processo académico-científico.

Francisco Perfeito Caetano, na sua comunicação «Contributos para o estudo do ensino artístico no Porto. Da aula de debuxo e desenho de 1779 à reforma republicana de 1911», propôs-se caracterizar o ensino artístico e as suas práticas, o enquadramento histórico, cultural, político e económico da escola portuense como instituição e as suas práticas relacionadas com a formação, no sentido de identificar, dis-

cutir e enquadrar no tempo as mudanças sociais e artísticas numa cidade e numa instituição de ensino superior artístico.

Nuno Bessa Moreira centrou-se na história da historiografia («A História da Historiografia e a *Revista de História* (1912-1928): crónica de uma *insuficiência anunciada*»), com o objectivo de problematizar a inserção desta área disciplinar no âmbito da História e da historiografia contemporânea, em diálogo com a Filosofia e a Teoria da História e outras ciências sociais.

Eliana Brites Rosa, com uma comunicação no âmbito da História Intelectual («A Renascença Portuguesa no dealbar da I República: Utopia e Ideologia»), pretendeu analisar a utopia presente nos manifestos do movimento e de textos complementares produzidos no âmbito da fundação da *Renascença Portuguesa*, procurando ainda identificar as principais ideias políticas, sociais e culturais desenvolvidas no período pós-revolução de 5 de outubro de 1910.

No decurso da Sessão de Encerramento foi anunciada a intenção de publicar, ainda em 2013, os textos das comunicações apresentadas, sob a forma de livro electrónico, no sítio da Rede de História Contemporânea (<http://histcontemp.pt>).

## SALVANDO LAS DISTANCIAS (EN EL TIEMPO Y EN EL ESPACIO). UNA CRÓNICA SOBRE EL COLOQUIO INTERNACIONAL LA GOBERNANZA DE LOS PUERTOS ATLÁNTICOS (SIGLOS XIV-XXI). POLÍTICAS Y ESTRUCTURAS PORTUARIAS, MADRID, 13-15 JUNHO 2013

ALFONSO GANUZA ARIZMENDI (MIEMBRO DEL GRUPO DE INVESTIGACIÓN «LA GOBERNANZA DE LOS PUERTOS ATLÁNTICOS, SIGLOS XIV-XXI»)

Navegantes, comerciantes, contrabandistas, monarcas, señores, alcaldes, militares, legisladores, veedores, carpinteros, canteros, mozas, inversores, gestores, arquitectos e ingenieros que han venido coexistiendo a lo largo de los últimos ocho siglos poco podían imaginar que sus travesías, mercancías, gravámenes, norma-

tivas, supervisiones, acuerdos, desavenencias, construcciones, reconstrucciones y mejoras portuarias iban a ser objeto de un análisis en el siglo XXI.

Considerando aquellos actores, que entrelazaron redes jurisdiccionales, institucionales, políticas, económicas y comerciales a lo largo

de todo el océano Atlántico; en la actualidad se ha creado un grupo internacional de investigadores dispuesto a tejer una red interdisciplinaria para el intercambio y puesta en común de análisis, estudios, conocimientos y reflexiones sobre los puertos atlánticos. Se trata de un grupo de investigación denominado *La gobernanza de los puertos atlánticos (siglos XIV-XXI)*, originado al amparo del encuentro *Redes portuarias atlánticas (siglos XVI-XX)*. *Balance y prospectiva historiográfica* (Oporto, 2012). De aquella semilla ha germinado una consolidada cooperación entre la Universidad de Oporto, la Casa de Velázquez y la UNED, a la que se han unido otras universidades, como la de Las Palmas de Gran Canaria, la de Santiago de Compostela, la de Bretaña Sur y la Universidad de Cantabria, siendo el fruto de esta colaboración una amplia comunidad, al unirse a aquellos investigadores de puertos portugueses, franceses y españoles, otros estudiosos de los puertos africanos, latinoamericanos y caribeños.

Y es que, consecuencia del proceso global de reestructuración de las ciudades portuarias en *gateways*, y debido a su naturaleza multifacética, los puertos marítimos resultan excelentes centros de observación y análisis de las dinámicas portuarias, ya sean políticas, administrativas, económicas, urbanísticas o sociales. Así, para comprender esas dinámicas, el proyecto de *La gobernanza de los puertos atlánticos (siglos XIV-XXI)* se fundamenta científicamente en las relaciones establecidas entre los puertos atlánticos, usando para los análisis métodos históricos sincrónicos y diacrónicos, así como metodologías transversales de investigación que permiten integrar los puertos en redes de articulación más amplias. El objetivo: desarrollar un análisis cronológico cruzado de las dinámicas históricas de los espacios portuarios del Atlántico, considerando articulaciones, transferencias y consolidaciones de modelos portuarios atlánticos.

Este grupo de investigación se ha propuesto desarrollar el proyecto mediante tres líneas de trabajo: la organización de encuentros científicos anuales temáticamente orientados, la publi-

cación de monografías temáticas resultado de esos encuentros, y la creación de un Atlas de los Puertos Atlánticos. De manera que la primera escala de la singladura emprendida por estos investigadores ha sido el coloquio internacional *La Gobernanza de los puertos atlánticos (siglos XIV-XXI)*. *Políticas y estructuras portuarias*, un encuentro científico celebrado durante los días 13, 14 y 15 de junio de 2013 en la Sede Central de Madrid de la UNED (Facultad de Económicas y Empresariales), organizado por la Casa de Velázquez y el Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas de la UNED, encargada/encargados de proporcionar recursos logísticos y tecnológicos al grupo de investigación.

Porque la UNED, además de recibir a los allí presentes, ha posibilitado el seguimiento de este coloquio internacional a quienes han querido asistir a las ponencias de estos investigadores desde la distancia, gracias a la retransmisión en directo del evento a través de internet, lo que permitió la «presencialidad virtual». Así, fue posible disfrutar en directo de la emisión de este coloquio internacional a través de UNED web tv. También hay que recordar que estas emisiones quedan posteriormente a disposición de los interesados, para poder visionarlas en diferido.

Esto es el reflejo de una UNED cada vez más abierta y accesible, resultado de su apuesta por la internacionalización y por las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (NTIC). De hecho, Alejandro García Ferrero<sup>1</sup>, investigador asistente al coloquio, abordó en su ponencia «Uso de las nuevas TICs. Su aplicación para un grupo internacional de investigación multidisciplinar: La gobernanza de los puertos atlánticos (siglos XIV-XXI)», la importancia de la utilización de los recursos TIC-UNED para satisfacer las necesidades del grupo de investigación. Al respecto, se ha puesto a disposición de los investigadores una Comunidad virtual que, como espacio de trabajo, nació para ser sustentada entre todos sus miembros, per-

<sup>1</sup> Alejandro García Ferrero, profesor tutor, UNED.

mitiendo compartir documentos, mantener conferencias en línea y participar en foros. Señaló que el sitio web LA GOBERNANZA DE LOS PUERTOS ATLÁNTICOS (SIGLOS XIV-XXI) (<http://www.uned.es/gobernanza-puertos-atlanticos/.es>) se creó para permitir un seguimiento de la evolución del grupo, así como para divulgar a través de la red los objetivos científicos y sus actividades vinculadas. Y, finalmente, mencionó que tanto Canal UNED como Radio UNED serán algunos de los medios que darán difusión a las actividades del grupo de investigación mediante la emisión de diferentes formatos de programas de radio y de televisión.

De manera que a las 9:00 horas del jueves 13 de junio dio comienzo la primera de las dos jornadas del coloquio internacional *La Gobernanza de los puertos atlánticos (siglos XIV-XXI). Políticas y estructuras portuarias*. Los «asistentes virtuales» hemos de destacar la buena calidad técnica tanto de la imagen como del sonido, que caracterizó la emisión del coloquio de principio a fin; y hemos de agradecer detalles de realización como la cuenta atrás visible en pantalla indicando las horas y los minutos que restan para el inicio de cada emisión.

La apertura del coloquio corrió a cargo de los coordinadores del grupo de investigación: la Profesora del Departamento de Historia, Estudios Políticos e Internacionales de la Facultad de Letras de la Universidad de Oporto, Amélia Polónia; el Director de Estudios Modernos y Contemporáneos en la Casa de Velázquez, Stéphane Michonneau; y la Profesora del Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas de la Facultad de Geografía e Historia de la UNED, Ana María Rivera Medina, que presentó al profesor Alejandro Tiana Ferrer, quien manifestó la satisfacción que supone para la UNED tanto la celebración de encuentros de esta naturaleza como el hecho de facilitar para ello los medios logísticos, técnicos y tecnológicos necesarios.

La sesión inaugural, dedicada a la política portuaria, dio comienzo con el trabajo de investigación «Políticas de obras públicas e sistemas

de financiamento de obra portuária no Portugal Moderno (1400-1800): a articulação entre poder central e poder local»; con el que Amélia Polónia<sup>2</sup> y Sara Pinto<sup>3</sup>, a partir de una ampliación y profundización de las bases de datos de Hispertos, (un proyecto multidisciplinar y comparativo entre los puertos marítimos del noroeste portugués durante la Edad Moderna); mostraron el constante diálogo que los gobiernos local y central hubieron de mantener durante esa época con respecto a las intervenciones técnicas necesarias para desarrollar infraestructuras en esos puertos (Caminha, Viana do Castelo, Vila do Conde, Porto y Aveiro).

De la «asistencia virtual» a estas ponencias hay que destacar un aspecto de la realización para su retransmisión que es bienvenido, ya que se utiliza un recurso que permite un óptimo seguimiento de las ponencias: en pantalla completa aparece la imagen de la persona que realiza la ponencia, pero cuando ésta utiliza para complementar su presentación apoyo gráfico (diapositivas de Microsoft Office PowerPoint o la aplicación multimedia Prezi u otro), este recurso pasa a ocupar la pantalla completa y la imagen del ponente se reduce y sitúa en la esquina inferior derecha de la pantalla principal, lo que permite disfrutar al completo de la exposición del investigador, al tener al mismo tiempo en imagen al orador con su información de apoyo (textos, gráficos o imágenes que complementen el discurso).

La ponencia que cerró la sesión dedicada a la política portuaria fue la presentada por Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva<sup>4</sup>: «Não existem portos naturais em Portugal! – ideias, projectos e acções na estruturação de planos portuários: um debate»; con la que se reflexionó sobre la existencia de condiciones naturales en los puertos marítimos portugueses y se evaluó la necesidad de intervenciones portuarias para «acercar» los puertos

<sup>2</sup> Amélia Polónia, profesora, Universidad de Oporto.

<sup>3</sup> Sara Pinto, CITCEM, Universidad de Oporto.

<sup>4</sup> Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva, profesora, Universidad de Oporto.

fluviales a la costa, utilizando como observatorio el espacio portuario de Aveiro.

Y finalizada la sesión correspondiente a la política portuaria, se abrió un tiempo para el debate, invitando a los asistentes a deliberar sobre ambas ponencias, y concluyéndose la importancia que a lo largo de la historia han tenido en las intervenciones portuarias los distintos tipos de relaciones habidas entre el poder local y el central. También hubo una mención específica a los puertos francos, de interés por el choque que suponía esa libertad económica con el sistema fiscal establecido

Tras una breve pausa se retomó el coloquio iniciando una nueva sesión, la dedicada a la administración portuaria, y en la que tuvieron cabida ponencias como la de Michel Bochaca<sup>5</sup> quien, en investigación conjunta con Beatriz Arízaga Bolumburu<sup>6</sup>, presentó «Le contrôle administratif, fiscal et juridique des ports du fond du golfe de Gascogne et des leurs accès fluvio-maritimes à la fin du Moyen Âge», centrada en los medios utilizados por los municipios para establecer el control económico en la gestión de los puertos del Golfo de Gascuña (Golfo de Vizcaya); utilizando un enfoque comparativo para poder identificar métodos analíticos transferibles a otras zonas costeras de la Europa atlántica. «Port Management of Angra do Heroísmo, in Azores during the XVII Century. Institutions and Jurisdictions», de Ana Catarina Abrantes García<sup>7</sup>, analizó el ejercicio de la jurisdicción por parte de las instituciones centrales y locales, interactuando sobre el puerto portugués Angra do Heroísmo a diferentes niveles: reparación y construcción de infraestructuras portuarias; construcción y puesta en funcionamiento de los sistemas defensivos; puestos de control; limpieza; organización,...

Por su parte, Susana Truchuelo García<sup>8</sup> pre-

sentó «Control portuario y pluralidad jurisdiccional en la costa cantábrica» y, centrándose en los puertos vascos, en los períodos de prohibiciones comerciales con ingleses y holandeses durante el reinado de Felipe II y primeros años de Felipe III, evaluó las confrontaciones jurisdiccionales que tuvieron lugar en los espacios portuarios, donde podían concurrir oficiales públicos de designación municipal, provincial, real o inquisitorial, encargados de vigilar el cumplimiento de la legalidad establecida en los tránsitos comerciales y en la introducción y extracción de mercancías; contemplando la posibilidad de que esos oficiales incurrieran en ilegalidades revestidas de legalidad.

Tras estas tres primeras ponencias dedicadas a la administración portuaria, el segundo turno del día para las deliberaciones tuvo lugar al final de la mañana, hasta las 13:45 horas, antes de la comida que se ofreció durante ambas jornadas a los investigadores en la propia Sede Central de Madrid de la UNED. En ese turno de reflexión se hicieron puntualizaciones sobre el concepto de «puerto»: qué es y dónde está. También se debatió sobre los conflictos y acuerdos que han venido ocurriendo a lo largo de la historia entre las villas marítimas. Además, se llegaron a interesantes conclusiones como las similitudes que, desde la Baja Edad Media hasta la Edad Moderna, se dan en todos los puertos a nivel de administración portuaria, independientemente de cuestiones políticas y jurisdiccionales; o las diferencias que se dan entre las intervenciones realizadas en los puertos de ría y en puertos de bahía o mar abierto.

A las 16:00 horas se retomó la sesión dedicada a la administración portuaria, con tres ponencias más. La primera comunicación fue la de Miguel Suárez Bosa<sup>9</sup>, en trabajo conjunto con Luis G. Cabrera Armas, «Modernización portuaria, modelos de gestión y gobernanza en los puertos atlánticos contemporáneos (siglos XIX y XX)», en la que abordó el estudio de la

<sup>5</sup> Michel Bochaca, catedrático, Universidad de La Rochelle.

<sup>6</sup> Beatriz Arízaga Bolumburu, catedrática, Universidad de Cantabria.

<sup>7</sup> Ana Catarina Abrantes García, Universidad de las Azores.

<sup>8</sup> Susana Truchuelo García, profesora, Universidad de Cantabria.

<sup>9</sup> Miguel Suárez Bosa, profesor, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.

gobernanza y de las reformas que, tanto en infraestructuras como en gestión, se tuvieron que implementar en los puertos del Atlántico medio-sur para adaptarlos a las necesidades impuestas por los avances de la revolución industrial. Sobre una metodología comparativa y evolutiva, Suárez Bosa presentó un estudio sobre las instituciones y los modelos de gestión en algunos puertos atlánticos, constatando que se optó por la gestión pública o por la privada dependiendo de la tradición, del desarrollo económico y de la naturaleza político-ideológica del correspondiente gobierno.

Hasta Brasil nos trasladaron Cezar Honorato<sup>10</sup> y Luiz Cláudio Moisés Ribeiro<sup>11</sup> con «A Administração do porto do Rio de Janeiro: dos anos 1850 à estatização de Vargas», investigación sobre los cambios en la gestión de este puerto; desde el año 1850, cuando languidece como antiguo puerto colonial más importante de Brasil; pasando por la construcción del nuevo complejo portuario capitalista cuya primera sección estuvo construida para el año 1910, y la segunda para el año 1934; fecha a partir de la que pasa a ser de gestión pública.

Y hasta África viajamos con la investigación «Dakar, un puerto al servicio del Imperio: infraestructuras, instituciones y administración portuaria en África occidental (1857-1939)», de la mano de Daniel Castillo Hidalgo<sup>12</sup>, quien nos hizo partícipes de la modernización de las infraestructuras del puerto de Dakar; desde su etapa como puerto colonial y principal centro dinamizador del comercio exterior regional en el África occidental francés y foco de inversiones para la mejora de instalaciones portuarias; pasando por su preeminencia regional en base a una creciente actividad comercial; hasta la creación de las primeras instituciones civiles y el origen y la evolución de un modelo de organización y

administración portuaria caracterizado por expansión e infraestructuras capitalistas.

A estas tres últimas ponencias dedicadas a la administración portuaria le siguió el último turno de deliberaciones de la jornada del jueves, en el que se reflexionó sobre la necesidad de diferenciar entre las etapas colonial y post-colonial en los puertos-ciudades-colonias; se debatió sobre si la actividad comercial es anterior al puerto o viceversa; también se puso de manifiesto la necesidad de llegar a enfoques comunes en cuanto al concepto de «gobernanza», y se teorizó sobre el análisis de cada puerto en su propio contexto histórico.

Tanto el jueves como el viernes los investigadores participaron en una ronda de entrevistas, fragmentos de las cuales formarán parte de los contenidos de un audiovisual sobre La gobernanza de los puertos atlánticos (siglos XIV-XXI). Este programa de televisión permitirá acercarnos más a este grupo de investigación y conocer con más profundidad sus objetivos y actividades.

El viernes 14 de junio, a las 09:30 horas, dio inicio la segunda jornada del coloquio, que comenzó con la sesión dedicada al espacio portuario – infraestructuras y urbanismo, siendo Guy Saupin<sup>13</sup> quien la abrió con la investigación «Evolution de l'équipement des grands ports marchands français à l'époque moderne». El trabajo de Saupin analizó la evolución que entre los siglos XVI y XVIII experimentaron los puertos comerciales franceses, tratando no sólo los cuatro puertos principales; Burdeos, Marsella, Nantes y Rouen; sino fijando la mirada en otros puertos: Bayona, Dieppe, Dunkerque, Le Havre, La Rochelle y Saint-Malo. Comprendimos la necesidad de cierta adaptación al medio físico para garantizar la accesibilidad portuaria; la obligación incesante de evolucionar en cuanto a técnicas de construcción en los muelles, en ingenios para carga y descarga de mercancías o en construcción naval; o el aumento del número de edificaciones portuarias; es decir, todo aquello

<sup>10</sup> Cezar Honorato, profesor, Universidad Federal Fluminense.

<sup>11</sup> Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, profesor, Universidad Federal del Espíritu Santo.

<sup>12</sup> Daniel Castillo Hidalgo, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.

<sup>13</sup> Guy Saupin, profesor, CRHIA-Universidad de Nantes.

que propicia el aumento del tráfico y conlleva la expansión espacial de un puerto.

Helena Regina Lopes Teixeira<sup>14</sup>, con «The Role of Seaport Structures in the Urban Development of Euro-Atlantic Coastal Cities: the Porto Case in the Early Modern Age», nos llevó al puerto de Oporto de los siglos XVI y XVII, en pleno desarrollo por las crecientes actividades comerciales en el espacio atlántico, haciéndonos partícipes de cómo la remodelación del espacio costero de Oporto fue repercutiendo en el desarrollo urbano de una ciudad que abraza el puerto; una descripción de la construcción y organización de la zona portuaria que permite una mejor comprensión de la morfología urbana inherente a las ciudades costeras.

«El muelle, la casa y la calle. La ordenación de los espacios portuarios cantábricos en tiempos de la Ilustración», de Luis Sazatornil Ruiz<sup>15</sup>, nos mostró cómo la historia de la gestión, reordenación y construcción de muchos de los espacios portuarios viene marcada por la pugna entre el orden público y el interés privado; entre el puerto y la ciudad, o lo que es lo mismo, entre los poderes públicos y la familia. Y analizando proyectos portuarios frustrados para San Sebastián, Bilbao, Santander o Ferrol, puso de manifiesto que aquellas políticas administrativas, herencia del utópico pensamiento ilustrado, se tuvieron que enfrentar con una difícil convivencia de tres usos: los muelles y servicios portuarios (gestionados por el Estado), las calles (de responsabilidad municipal) y las casas (de propiedad familiar); tres usos a menudo incompatibles y sujetos a intereses enfrentados. En el tiempo de reflexión que tuvo lugar después de estas tres exposiciones, destacar que se planteó la cuestión de la higiene en los puertos y la necesidad de esclarecerlo para sus diferentes etapas históricas y condiciones (por ejemplo, la condición de puerto colonial).

Con la ponencia de Ana María Rivera Medina<sup>16</sup>, conocimos la evolución del espacio

portuario conformado por el canal y la ría de Bilbao. La investigación «La construcción-reconstrucción de un espacio portuario, Bilbao, siglos XIV-XVI» nos sumerge en un área con un puerto interior villazgo, Bilbao, pequeño y rodeado de montes, con una ría sinuosa y angosta, y además con una peligrosa barra en su puerto exterior, Portugalete; a lo que hay que añadir la vulnerabilidad que supone la supeditación a inundaciones periódicas y sus graves consecuencias. Se nos presenta así, como un espacio portuario en el que construir, reconstruir, mejorar y mantener las infraestructuras es necesidad; estando esta adecuación portuaria rodeada de intencionalidades políticas, económicas, fiscales y sociales.

Por su parte, Marta García Garralón<sup>17</sup>, en su exposición «Contrabando y picaresca portuaria: oficiales de la Armada en las rutas marítimas del siglo XVIII», nos presentó los espacios portuarios del XVIII como ámbitos en los que, además de fluir el comercio legal, palpaba el contrabando ejercido y/o permitido por una parte de los oficiales de la Real Armada española. Este tipo específico de contrabando se practicaba tanto en la Carrera de Indias como en la de Filipinas, se traficaba con oro, plata, tabaco, vino y todo aquello que generase beneficio, incluidos los víveres de la tripulación. Dichas prácticas ponían en peligro la seguridad de la navegación, tanto para mercancías como para vidas humanas, y eran el origen de la sangría de cantidades considerables para la Real Hacienda. Ante una situación tan alarmante, la Monarquía adoptó hacia la segunda mitad de siglo toda una serie de medidas que consiguieron reducir estas prácticas.

Concluidas las ponencias dedicadas al espacio portuario – infraestructuras y urbanismo, el final de la mañana del viernes estuvo dedicado a la deliberación de las cinco exposiciones correspondientes a esta sesión, debatiéndose múltiples cuestiones: se planteó si han de prevalecer las lógicas políticas o las urbanísticas en

<sup>14</sup> Helena Regina Lopes Teixeira, Universidad de Oporto.

<sup>15</sup> Luis Sazatornil Ruiz, catedrático, Universidad de Cantabria.

<sup>16</sup> Ana María Rivera Medina, profesora, UNED.

<sup>17</sup> Marta García Garralón, profesora tutora, UNED.

la logística constructiva; se reflexionó sobre los múltiples enfoques posibles en el análisis de la ciudad-puerto; se consideraron los materiales de construcción y la mano de obra en los espacios portuarios; se dilucidaron algunas acepciones como «cai» y «muelle»; y se discutió sobre cuestiones como la venalidad de los oficiales en lo que al contrabando se refiere, o sobre la presencia o no de ingenios y otras tecnologías en los siglos XV y XVI.

La sesión sobre políticas económicas – normas y desvío ocupó la tarde del viernes, y la inició José Damião Rodrigues<sup>18</sup>, quien presentó «O comércio dos portos açorianos com o Brasil e a legislação régia (séculos XVII-XVIII): os ‘navios do privilégio’», una investigación sobre el marco jurídico e institucional del comercio de los puertos de las islas Azores con Brasil; poniendo de manifiesto la desfavorable situación de los pequeños puertos portugueses en la actividad comercial con Brasil hasta la primera mitad del siglo XVII; y analizando la concesión que la Corona portuguesa, tras las quejas de los residentes, hizo a Las Azores (y Madeira) con el decreto del 19 de noviembre de 1652, por el que un número concreto de embarcaciones azorianas, periódicamente, podían acudir a Brasil con determinadas mercancías: los «navios del privilegio». Además, este profesor invitó a futuros investigadores a analizar los paralelismos entre los puertos azorianos y estos «navios do privilégio», y otros puertos.

Acto seguido, Leila Maziane<sup>19</sup> expuso «La gouvernance des ports du Maroc atlantique au temps du protectorat: le cas du port de Casablanca», una ponencia que nos introdujo en el periodo del protectorado francés (1912-1956), un punto de inflexión en la historia de Marruecos y de su organización política y económica que tuvo su reflejo en la aplicación de un importante proyecto de organización portuaria del que resultó el puerto de Casablanca, puerto nacional

de Marruecos; mostrándonos con esta investigación la evolución de este puerto, en el que la Autoridad Portuaria terminó estableciendo la colaboración público-privada de varias entidades, para una mejor integración de las instalaciones y operaciones portuarias y para un mejor tráfico de mercancías y flujo de pasajeros.

Otra investigación sobre políticas económicas fue «La lenta marcha del progreso en el puerto de La Guaira», presentada el día anterior por cuestiones de reorganización ante imposibilidad de asistencia de algunos investigadores. Así, Catalina Banko<sup>20</sup> expuso la particularidad del puerto de La Guaira entre 1830 y finales del siglo XIX que, tras ser designado para encauzar las mercancías marítimas hacia Caracas, se vio en la tesitura de hacerse a sí mismo; ya que este pésimo puerto natural, cercado por corrientes marinas, azotado por fuertes vientos, y separado de Caracas por una barrera montañosa, tuvo que transformarse en un puerto adecuado; y de esta manera, en una evolución continua, por su importancia tanto como puerto importador como exportador (especialmente de café), fue adaptándose al entorno (carreteras y ferrocarril) y dotándose de todas las infraestructuras portuarias necesarias.

El último estudio sobre políticas económicas fue el de Nora Siegrist<sup>21</sup>, presentado por la Doctora Ana María Rivera Medina. «Legislación, condición jurídica y emancipación de afrodescendientes en el marco de la gobernanza portuaria de Buenos Aires: 1776-1810» nos permitió aproximarnos a la legislación vigente o gobernanza existente en el Virreinato del Río de la Plata, en cuanto al ingreso de los esclavos afroamericanos por el puerto de la ciudad, considerados productos de venta, lícita o de contrabando; dándonos a conocer cuál fue el régimen al que estuvieron sometidos, aportándonos rasgos de esta esclavatura: infraestructuras y medios de

<sup>18</sup> José Damião Rodrigues, profesor, Universidad de Las Azores.

<sup>19</sup> Leila Maziane, profesora, Universidad Hassan II Mohammed-Casablanca.

<sup>20</sup> Catalina Banko, profesora, Universidad Central de Venezuela.

<sup>21</sup> Nora Siegrist, investigadora de CONICET-CEMLA (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos).

transporte para su desembarque, «la visita de entrada o fondeo», o la «sanitaria», dispuestas por ley por la Corona y sus propósitos.

Con todo, el último turno de debate de este primer coloquio internacional fue el correspondiente a las políticas económicas – normas y desvío. De las deliberaciones de estas cuatro ponencias resultaron consideraciones sobre las principales mercancías del comercio de algunos puertos, específicamente las que partían de los puertos de Las Azores en los siglos XVII y XVIII: pastel, vino y en especial aguardiente. Así, con este tiempo de reflexión se clausuró este primer coloquio internacional *La Gobernanza de los puertos atlánticos (siglos XIV-XXI). Políticas y estructuras portuarias*.

Con respecto a la participación en estos turnos que se abren para deliberaciones y reflexiones entre los asistentes, una sugerencia: el interés que despiertan esos planteamientos, razonamientos y preguntas se transmiten al espectador del evento, llegando a calar y estimulando la posibilidad de intervenir; por lo que se propone que, en próximos encuentros de este grupo de investigadores, se invite a los asistentes no presentes a que por algún medio (correo electrónico, foro, red social, etc.) parti-

cipen en estas puestas en común, para que una vez seleccionadas y puestas sus aportaciones sobre la mesa, esas participaciones enriquezcan la sesión sobre la que se esté deliberando en ese momento, con el fin de acercar desde la distancia a los «asistentes virtuales», al ofrecerles una participación real.

Ha sido gratificante comprobar cómo las redes tendidas entre los investigadores del grupo han servido para sumar conocimientos y multiplicar objetivos; cómo gracias a los puentes que entre ellos están construyendo hemos podido recorrer los puertos atlánticos en el tiempo y en el espacio, para conocer tanto sus paralelismos como sus diferencias. Pueden estar satisfechos. Este barco arribó a puerto con éxito.

En este cuaderno de bitácora, al que le quedan muchas hojas en blanco, pues aún estamos en la primera escala de la travesía, sólo queda agradecer a todos los investigadores su tesón en sacar adelante este proyecto, su arrojo al afrontar investigaciones pioneras, su constancia en la búsqueda de nuevos conocimientos, su pericia y metodología al divulgarlos, su dedicación para que la red de investigadores siga creciendo; y su firmeza en no perder de vista el horizonte, que puede que esté lejos, pero desde aquí se ve.

## X CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA. UNIVERSIDADE DE CASTILLA LA MANCHA, CAMPUS DE ALBACETE, 18-21 JUNHO 2013

CARLOTA SANTOS (CITCEM)

Entre os días 18 e 21 de Junho de 2013, teve lugar em Albacete o X Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH). A sua organização foi partilhada com a Universidade de Castilla la Mancha e o Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), tendo apoio de diversas entidades públicas e privadas (EDP Renewables, Banco Santander através da sua Divisão Global Santander Universidades, Celegene).

A ADEH, que celebrou em 2013 o seu 30º aniversário, é a principal associação de Demografia Histórica e Demografia geral em Espanha e Portugal, desenvolvendo uma actividade intensa na divulgação e na promoção de eventos relacionados com estas áreas científicas, não só na Península Ibérica como em outros países da Europa. Este congresso contou com a participação dos mais destacados demógrafos e historiadores da população portugueses e espa-

nhóis, bem como de grandes figuras internacionais. No total, estiveram presentes 315 investigadores provenientes de 18 países, sendo os de maior representatividade Espanha, Portugal, Argentina, França, Itália e México.

Dois dos principais actos do congresso foram: a Mesa redonda presidida pelo Presidente de honra da ADEH, Jordi Nadal, onde intervieram Maria Norberta Amorim, Massimo Livi-Bacci, Josep Bernabéu, Vicente Pérez Moreda e David Reher; a Sessão comemorativa do aniversário da Associação, conduzida por Isabel Moll Blanes que, de forma coloquial, relatou alguns dos acontecimentos e episódios que marcaram a evolução da ADEH, em interacção com testemunhos de vários sócios que desempenharam um papel activo na sua criação e desenvolvimento ao longo das últimas três décadas.

Durante o encontro científico, foram abordados e debatidos temas de grande actualidade como o envelhecimento da população, saúde, impacto sociodemográfico das políticas de saúde, transformação da família e dos comportamentos de fecundidade, migrações internacionais, respostas das migrações perante a actual crise económica, dinâmicas populacionais e estrutura dos agregados domésticos.

Vários investigadores do CITCEM, integrados no Grupo de História das Populações, apresentaram trabalhos inéditos privilegiando temáticas relacionadas com a demografia urbana portuguesa e a comparação de comportamentos demográficos regionalmente diferenciados, observados em tempo longo. Na sessão 31, intitulada *Historia social urbana: las ciudades ibéricas en los procesos de modernización*, foram expostas as seguintes comunicações: de Maria Norberta Amorim, em co-autoria com Carlos Guardado da Silva e Paula Correia da Silva, *Micro-análise de longa duração em Demografia Urbana. Santa Maria de Torres Vedras entre os séculos XVI e XX*; também da mesma autora, em parceria com João Antero Ferreira e

Maria Hermínia Barbosa, *Micro-análise de comportamentos de difícil abordagem em Demografia Urbana. Mobilidade e Mortalidade em Guimarães entre o século XVI e o XXI*; de Anabela Godinho, *Lisboa nos séculos XVI-XVIII: dinâmica populacional e caracterização social dos habitantes da freguesia da Sé*; de Maria Hermínia Mesquita em co-autoria com José Guilherme Reis Leite e Paulo Teodoro de Matos, *Estruturas familiares e dinâmicas demográficas na cidade de Angra do Heroísmo (Açores). Um retrato a partir das listas civis da população, 1830-1835*. Na sessão 25, intitulada *Evolución de las poblaciones através de los estudios biodemográficos*, Vicente Fuster Siebert e Carlota Santos, em colaboração com Jorge Román Busto e Manuel de Magalhães apresentaram os primeiros resultados de um projecto interdisciplinar visando uma análise evolutiva das taxas de gemelaridade no espaço ibérico, *Partos múltiples en Portugal: análisis temporal y geográfico*. Na sessão 19, designada *Tipologías de las relaciones laborales en los mundos ibéricos, 1500-2000: una aproximación colaborativa*, Paulo Teodoro de Matos expôs a comunicação *Demography and Labour Relations in Portuguese India: the cross-sections of 1850, 1900 and 1950*. Finalmente, na sessão 37 intitulada *Migraciones coyunturales y reajustes demográficos en España y Portugal durante las edades moderna y contemporánea*, Aurora Botão Rego apresentou o trabalho *Mobilidade galega a partir da raia minhota portuguesa (1800-1840). A fixação no concelho de Caminha*.

No final do Congresso, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da ADEH, onde foram votados e aprovados por unanimidade os estatutos fundacionais da nova European Society for Historical Demography (ESHG), aproveitando a presença dos presidentes das associações irmãs francesa (Michel Oris da SDH), italiana (Lucia Pozzi da SIDES) e da presidente da assembleia geral da Associação Portuguesa de Demografia (APD), Maria Luísa Rocha Pinto.

Mais informações em: [www.adeh.org](http://www.adeh.org).

## III ENCONTRO RURALREPORT, MOSTEIRO DE S. MARTINHO DE TIBÃES, 28-29 JUNHO 2013

INÉS AMORIM (FLUP/CITCEM)

Realizou-se nos dias 28 e 29 de Junho, no Mosteiro de S. Martinho de Tibães, o *III Encontro do RuralReport* (Rede de História Rural em Português), organizado por esta instituição e pelo Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM) que congrega investigadores das Universidades do Porto e do Minho.

O evento desenvolveu-se em dois dias, segundo um programa subordinado ao tema geral *Territórios rurais e consumos alimentares*. A reflexão não foi apenas centrada nas preocupações de índole económica, nem limitada à relação directa entre produção e consumo, mas também na análise das relações entre a satisfação de necessidades de sobrevivência e uma incessante fabricação de necessidades e de novos consumos.

O encontro teve como conferência de abertura a apresentação de Josep Pujol-Andreu, do

Departamento de Economia e Historia Económica da Universidade Autónoma de Barcelona, responsável por um projecto de investigação que analisa a evolução dos níveis biológicos e materiais da vida de uma população, a evolução mesmo das indústrias agro-alimentares.

Seguiram-se quatro painéis e uma mesa redonda, tendo os painéis como títulos: «Territórios rurais e consumos alimentares», «Da terra ao mercado», «Propriedade e usos da terra, direitos e conflitos», «Agricultura, ecossistemas e biodiversidade»; e a Mesa Redonda: «Investigação recente em História Rural: fontes e desafios». Foram mais de cinquenta investigadores de várias instituições universitárias e de investigação, portuguesas e brasileiras que debateram e desenvolveram trabalho de campo na própria cerca do Mosteiro de Tibães, num confronto entre o presente, em torno, afinal, de uma cultura da alimentação.

## 24TH INTERNATIONAL CONGRESS OF HISTORY OF SCIENCE, TECHNOLOGY AND MEDICINE, UNIVERSITY OF MANCHESTER, 21-28 JULHO 2013

RUI MANUEL PINTO COSTA (CITCEM/CEIS20)

A Universidade de Manchester foi o cenário do 24th International Congress of History of Science, Technology and Medicine (24th iCHSTM 2013), evento que pela sua longevidade e tradição se tem mostrado como um dos mais relevantes palcos para a História da Ciência a nível mundial. Realizando-se a cada 4 anos, os congressos precedentes localizaram-se na cidade do México (2001), Pequim (2005) e Budapeste (2009). O mote desta edição era «Knowledge at Work», tema que sendo aparentemente vago pretendeu ser sobretudo inclusivo

na hora de abordar o trabalho de historiadores e não-historiadores em torno da análise historiográfica da produção científica enquanto atividade social e humana.

Organizado sob os auspícios da Division of History of Science and Technology of the International Union for the History and Philosophy of Science (IUHPS/DHST), foi coordenado pela British Society for the History of Science (BSHS). À laia de balanço, é possível afirmar que se tratou do maior congresso de sempre nesta área, com a apresentação de apro-

ximadamente 1400 comunicações distribuídas por 23 áreas temáticas, totalizando 411 sessões, intercalados por cerca de 100 eventos públicos e sociais, recepções, passeios, visitas e excursões, que atraíram nada menos que 1758 participantes de 58 países. Apesar destes números podem parecer menosprezáveis no contexto de outros megaeventos dedicados à ciência, tecnologia ou indústria, é sem qualquer sombra de dúvida gigantesco no âmbito da História da Ciência. Não faltou um website<sup>1</sup>, uma conta Twitter, um Blog<sup>2</sup> e uma página de Facebook<sup>3</sup>. Durante e após o congresso continuam disponíveis diversos vídeos, entrevistas e gravações de comunicações selecionadas.

A todos os níveis pode dizer-se que o evento foi excelente. O programa incluiu vários simpósios organizados por comissões especializadas da IUHPS/DHST. Mencionando-as de relance, ficamos com uma boa ideia da amplitude e diversidade do programa: «Ancient and Medieval Astronomy, modern Chemistry and Physics»; «East Asia, Islamic Societies and the Pacific Circle»; «Meteorology, Oceanography, Mathematics and Scientific Instruments»; «Bibliography, History of Technology, and Gender Studies». Outras áreas que também mereceram destaque foram «Science communication and education», e «Museums and heritage», cujos simpósios incluíram «Science, technology and medicine in the public sphere», «Medicine in the media», «Research in science museums» e «Science and technology museums in context». E muito para além dos simpósios estiveram as variadíssimas sessões que foram organizadas em torno de assuntos aglutinadores ou de grande afinidade, sendo quase impraticável descrever ou enunciar em breves palavras a variedade de temas e períodos históricos abordados pelos palestrantes. Tanto assim foi que se tor-

nou quase impossível aos participantes nas conferências individuais assistir senão a uma fração das várias sessões paralelas, bem como dos eventos sociais/culturais.

Para além do programa científico, assistiu-se a vários eventos que pretenderam explorar a História da Ciência em formatos menos ortodoxos, tais como a música e o teatro, mas também em recreações do modo como se apresentava a ciência ao público noutras épocas. Mais do que adequada, a envolvente foi perfeita, uma vez que o coração do Old Quadrangle da Oxford Road é em si mesmo um lugar de verdadeira peregrinação para qualquer historiador da ciência. Recordemos apenas que foi nesta universidade que trabalharam vários dos personagens mais marcantes no universo científico, ou não fosse nela que Ernest Rutherford desenvolveu o modelo planetário do átomo, que Hans Geiger desenvolveu uma técnica experimental para detetar partículas alfa levando à construção do primeiro medidor de radiação, ou ainda que Freddie Williams e Tom Kilburn deram passos de gigante na área da tecnologia de armazenamento de dados. Muitos outros nomes poderiam ser recordados, tanto mais que entre alunos e professores, contam-se 25 prémios Nobel. Fica apenas como pormenor que foi também na Universidade de Manchester que H. Wright-Baker desenvolveu a maquinaria que em 1955 permitiu cortar em pequenas lâminas o «Copper Scroll» (um dos pergaminhos do Mar Morto feito de cobre enrolado), tornando assim o texto legível. Estas e muitas outras informações foram apresentadas nas diversas e saborosas «campus history walks» onde historiadores tão conhecidos como o emérito John Pickstone deleitaram grupos de participantes com verdadeiros banquetes de História e outras estórias.

Em certa medida, o aspeto que parece ter recebido maior atenção foi a ideia que a história da ciência é uma mais-valia de grande valor no âmbito de um mundo académico que precisa de manter e justificar o investimento de fundos públicos nas ciências sociais e huma-

1 Página consultada em 18 de setembro de 2013, <<http://www.ichstm2013.com/>>.

2 Página consultada em 18 de setembro de 2013, <<http://www.ichstm2013.com/blog/>>.

3 Página consultada em 18 de setembro de 2013, <<https://www.facebook.com/groups/790506894370196/>>.

nas. Não faltou a já habitual ênfase na relação entre a história da ciência feita pelos académicos e outras disciplinas do conhecimento, bem como os seus eventuais usuários, incluindo as diferentes visões epistemológicas entre teóricos. Exemplo disso foi a conferência de abertura de Hasok Chang (Universidade de Cambridge) intitulada «Putting the science back into the history of science», onde as visões internalistas e externalistas foram dissecadas, mostrando que caminhos explicativos aparentemente divergentes não deixam de ser parcelares, podendo e devendo complementar-se na hora de analisar os fenómenos históricos.

Em maior ou menor escala, os principais centros portugueses dedicados à História da Ciência fizeram-se representar: destaca-se o Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFCi), o Grupo de Investigação de História e Sociologia da Ciência do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) e o Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT). No entanto, é de notar que vários investigadores de diferentes universidades e museus portugueses apresentaram comunicações, quer integradas em painéis, quer com simpósios organizados.

Moderada por Peter C. Kjaegaard (Aarhus

University, Dinamarca), a sessão T174-A dedicada à «Twentieth-century medicine – Cancer» contou com a presença de Rui Costa (CITCEM/CEIS20) que apresentou uma comunicação subordinada ao tema «Medical discourse, cancer science and public health strategies in the emergence of the fight against cancer in Portugal, 1904-1923». Na mesma sessão estiveram ainda Neeraja Sankaran (Universidade de Yonsei, Coreia do Sul) com a comunicação «Cancer viruses at the Rockefeller: James B. Murphy and the fate of RSV research beyond Peyton Rous's discovery»; Carsten Timmermann (Universidade de Manchester, Reino Unido) que apresentou «Coping with recalcitrance: futility, frustration and failure in the history of lung cancer research»; e ainda Fanny Hernández Brotons (CSIC, Espanha), com «Cancer sufferers' knowledge and expectations about therapeutics in the second half of the Spanish nineteenth century».

E se este congresso foi – no dizer da organização – o maior e o melhor até à data, fica o desejo de poder estar presente no Rio de Janeiro em 2017, cidade brasileira que dentro de 4 anos irá organizar e acolher o 25th ICHSTM.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

## SECOND INTERNATIONAL SYMPOSIUM OF EGYPTOLOGY «BODY, COSMOS AND ETERNITY: NEW TRENDS OF RESEARCH IN ANCIENT EGYPTIAN ICONOGRAPHY», REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 17 SETEMBRO 2013

ANDRÉ DE CAMPOS SILVA (CEHR-UCP; CHUL)

Realizou-se a 17 de Setembro de 2013, no salão nobre da Reitoria da Universidade do Porto, o Segundo Simpósio Internacional de Egiptologia «*Body, Cosmos and Eternity: New Trends of Research in Ancient Egyptian Iconography*». Este encontro científico realizou-se seis meses após o primeiro Simpósio «*Body, Cosmos and Eternity: The Symbolism of Coffins*

*in Ancient Egypt*», que teve lugar no mesmo local no dia 22 de Fevereiro de 2013, e deu-lhe continuidade. Estes simpósios são uma iniciativa do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura Espaço e Memória» (CITCEM), e mais concretamente de um dos seus investigadores – o Doutor Rogério Sousa –, e visam divulgar os resultados a que vão chegando os

investigadores envolvidos no projeto internacional «*Body, Comos and Eternity*» que está também associado ao CITCEM.

Da equipa de oradores que participou no primeiro simpósio, estiveram presentes neste segundo simpósio internacional os Doutores Rogério Sousa, René van Walsem, e Kathlyn (Kara) Cooney que tinha intervindo no simpósio anterior por videoconferência e desta vez pôde participar pessoalmente. Entre os novos intervenientes contam-se os Doutores Christian Greco, e Alessia Amenta. Estava previsto a Doutora Helène Guichard fazer também uma intervenção, mas infelizmente não lhe foi possível estar presente.

Após a abertura e a receção aos oradores e a todos os presentes, conduzidas pelo Vice-Reitor da Universidade do Porto António Cardoso e pelo Doutor Rogério Sousa, tiveram início os trabalhos.

A primeira intervenção ficou a cargo do Doutor René van Walsem da Universidade de Leiden, na Holanda. A sua comunicação, com o título «*Mastabase, a database for the quantitative analysis of Old Kingdom iconographic programmes and their texts in the elite tombs of the Memphite area*», consistiu numa apresentação do «*Leiden Mastaba Project*», que culminou na base de dados *Mastabase*, e do funcionamento desta última.

A *Mastabase* é uma base de dados que contém as cenas iconográficas da «vida quotidiana» de 337 túmulos de altos funcionários do Império Antigo sepultados na necrópole de Mênfis. Esta base de dados contém também textos associados a essas cenas iconográficas, mas não inclui textos biográficos. A amostra de cenas da «vida quotidiana» também não é completa, e inclui apenas as cenas respeitantes ao tema da vitória da Ordem sobre o Caos, deixando de fora outras cenas, como as que representam o defunto com a sua família.

A necessidade de criar uma base de dados das cenas iconográficas das mastabas menfitas do Império Antigo impôs-se ao Doutor van Walsem quando, no início da sua atividade

docente em 1979, se viu confrontado com a falta de informação na literatura egiptológica para algumas das questões que queria responder aos seus alunos, como por exemplo: dos vários temas representados nas cenas iconográficas concernentes à vitória sobre o Caos, quais eram mais dominantes? E tinham alguma orientação especial (eram mais representados na parede apontada para oeste, na que apontava para norte, etc.)? Foi para responder a questões estatísticas como estas que o «*Leiden Mastaba Project*» foi desenvolvido. Entre outras informações, a base de dados daí resultante permitiu descobrir que o tema mais frequentemente representado era o da oferenda de provisões ao *ka* do defunto, e que os temas mais importantes eram representados nas paredes das mastabas ao nível dos olhos, enquanto outros temas considerados menos relevantes eram inscritos ou muito em cima ou muito em baixo.

Ao longo da sua apresentação, o Doutor van Walsem foi mostrando o funcionamento e as potencialidades, em termos de inquéritos estatísticos, da *Mastabase* que foi publicada em 2008 em CD-ROM. Destacamos aqui os seguintes elementos: a *Mastabase* tem um índice que permite ao utilizador selecionar o título que deseja investigar; os detalhes de cada mastaba incluem uma planta com a numeração das paredes cujas cenas se pretendem verificar, a proveniência do túmulo, a orientação (norte, oeste, etc.) da principal cena iconográfica de cada túmulo, o número de museu dos painéis que tiverem sido removidos do túmulo, o nome do proprietário do túmulo, e se as cenas iconográficas têm ou não um texto associado; no caso de haver um texto, as opções de pesquisa permitem a visualização do texto hieroglífico em conjunção com a transliteração e tradução do mesmo, ou, em alternativa, de dois ou apenas um destes tipos de apresentação do texto egípcio. A *Mastabase* é uma útil ferramenta de estudos estatísticos de cenas iconográficas das mastabas menfitas do Império Antigo, que permite, por exemplo, comparações entre os temas dominantes de todas as

mastabas incluídas nesta base de dados, dispondo os resultados em diagramas.

A segunda intervenção, intitulada «*The Coffin Database Project*», coube à Doutora Kathlyn (Kara) Cooney da Universidade de Califórnia, Los Angeles (*UCLA*). Antes de apresentar o projeto da base de dados de ataúdes das XX e XXI dinastias, a oradora descreveu resumidamente a sua teoria acerca da reutilização de ataúdes que já nos tinha dado a conhecer em maior profundidade no primeiro simpósio.

A enorme profusão e diversidade de motivos iconográficos em ataúdes das XX e XXI dinastias, cujo *horror vacui* contrastava com a existência de largos espaços não decorados em ataúdes da XIX dinastia, levou a egiptóloga americana a interrogar-se acerca das razões desse contraste. Relacionando a mudança drástica ocorrida na decoração dos ataúdes das XX e XXI dinastias com a crise económica que se deflagrou no Egito a partir da XX dinastia com a perda das possessões territoriais na Ásia ocidental, a Doutora Cooney concluiu que, face à perda de acesso a recursos – nomeadamente madeira de qualidade –, a forma encontrada pelos egípcios para dar continuidade às tradicionais práticas funerárias consistiu na usurpação e reutilização de ataúdes anteriores.

Embora vários dos ataúdes das XX e XXI dinastias estudados pela Doutora Cooney apresentem indícios claros de reutilização, nem sempre é fácil estabelecer se um ataúde foi reutilizado ou não. Os métodos usados no processo de reutilização eram também muito diversos – indo desde um extenso trabalho de redecoração ao simples desbaste do nome do anterior proprietário e subsequente substituição pelo nome do novo dono –. Por essa razão, os critérios usados pela investigadora americana têm de ser flexíveis e subjetivos. Analisando os ataúdes a olho nu, a egiptóloga americana usa uma escala de 0 a 3 para classificar a sua confiança na reutilização dos ataúdes, em que 0 significa que não há nenhum indício, 1 que há apenas indícios circunstanciais, 2 que há indícios que merecem ser investigados, e 3

que há fortes indícios de reutilização. Este trabalho é desenvolvido pela Doutora Kathlyn Cooney em museus de todo o mundo, e depende consideravelmente do acesso que os museus lhe dão aos ataúdes: em alguns museus pode abrir e examinar diretamente os ataúdes, mas noutros tem de os inspecionar a partir do vidro do expositor, aumentando a incerteza de um estudo já de si desafiante.

Dado o grande número de ataúdes da XXI dinastia, para cima de 900, a egiptóloga da *UCLA* está a trabalhar num projeto de base de dados desses ataúdes, o *Coffin Database Project*, com a intenção de responder a questões acerca dos métodos e técnicas empregues na reutilização dos ataúdes das XX e XXI dinastias.

A base de dados inclui várias informações sobre os ataúdes, como o nome e título do seu proprietário, a qualidade do ataúde, e se há indícios de reutilização ou não. Também estão presentes na base de dados fotografias dos ataúdes, bibliografia sobre os mesmos, assim como as imagens e transliteração e tradução de textos neles inscritos. A forma antropomórfica dos ataúdes cria dificuldades no levantamento dos vários tipos de dados – por exemplo textos e representações iconográficas –, pelo que a solução encontrada foi a de especificar a localização de textos, imagens, e outros elementos. O *Coffin Database Project* permite ainda a comparação de elementos entre ataúdes; por exemplo, pode-se comparar os textos inscritos na nuca de todos os ataúdes que estão na base de dados. As informações acerca do ataúde podem também ser visualizadas em ficheiros em formato PDF com a função de procura por palavra disponível. Tal como a *Mastabase* apresentada pelo Doutor van Walsem, esta base de dados de ataúdes das XX e XXI dinastias permite fazer todo o tipo de estudos estatísticos.

A terceira comunicação foi feita pelo Doutor Christian Greco, curador da coleção egípcia do Museu de Antiguidades de Leiden (*Rijksmuseum van Oudheden*), e teve como título «*The qrsw-coffins as cosmogram. Correspondence between the burial chamber of Ramose*

(TT 132) and the coffin of Ankhfenkhonsu». Apesar de esta intervenção ter sido perturbada pela música que tocava na rua por ocasião da campanha eleitoral de um dos candidatos à câmara municipal do Porto, o orador conseguiu levar a sua comunicação a bom porto.

O egiptólogo holandês principiou com uma introdução ao túmulo de Ramés (TT 132). O túmulo de Ramés, sito na necrópole de Sheik 'Abd el-Qurna, data do reinado de Taharqa, da XXV dinastia, e, embora esteja em mau estado de preservação, apresenta grande interesse para o estudo da religião funerária do Terceiro Período Intermediário, não obstante ter sido frequentemente negligenciado na literatura egiptológica. Um dos aspectos de maior interesse é o facto de este ser o único túmulo privado a conter uma versão cosmográfica do Livro do Dia e do Livro da Noite, que até então apenas tinham sido representados em túmulos reais, como o de Ramsés VI (KV 9). Apesar de os textos estarem inscritos em escrita retrógrada, são perfeitamente legíveis.

A inscrição destes textos sagrados fora de um contexto real não ocorre apenas no túmulo de Ramés, mas também nos sarcófagos-orsw<sup>1</sup>, cuja maioria provém de Deir el-Bahari. O orador deu o exemplo do sarcófago de Gautseshen, que tem o Livro do Dia inscrito num lado, e o Livro da Noite inscrito noutra. De facto, há uma correspondência muito estreita entre a decoração dos sarcófagos-orsw, como o de Ankhfenkhonsu, e o túmulo de Ramés. Porém, permanece incerto se é o túmulo que copia a decoração do sarcófago ou vice-versa.

Em todo o caso, a razão para a concentração do mesmo tipo de decoração presente no túmulo de Ramés nos sarcófagos-orsw parece radicar em motivos económicos: não dispondo de recursos para adquirir um túmulo profusamente decorado, a maior parte dos sacerdotes e dos membros da «classe média» encontravam

no extensivamente decorado sarcófago-orsw um cosmograma substituto que lhes permitiria alcançar a vida depois da morte e a participação na viagem diária do deus solar.

Após o intervalo teve lugar a quarta comunicação, intitulada «*Typology of coffin decoration in the 21<sup>st</sup> Dynasty: the contribution of the study of the Eight Lot of Bab el-Gasus*» e proferida pelo Doutor Rogério Sousa do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura Espaço e Memória», da Universidade do Porto. No simpósio anterior, em Fevereiro, o investigador português havia já abordado a decoração de ataúdes da XXI dinastia, mas nessa ocasião tinha-se concentrado apenas no painel central. A continuidade da sua investigação, que deu origem à sua comunicação neste simpósio, foi motivada pela dificuldade de estabelecer uma tipologia para ataúdes com uma decoração tão variada como é a dos ataúdes da XXI dinastia. Em vez de tentar aplicar a estes ataúdes critérios formais de tipologia, como tem sido frequente ao longo da sua carreira de investigação, o Doutor Sousa decidiu procurar o simbolismo dos ataúdes da XXI dinastia, o que implica observá-los como um todo. E para compreender a sua mensagem simbólica, importa compreender as suas representações.

A partir do estudo do oitavo lote de ataúdes do túmulo coletivo de sacerdotes tebanos da XXI dinastia em Bab el-Gasus, o investigador português pôde tirar algumas conclusões interessantes acerca do seu simbolismo e da sua inter-relação com outros documentos: ao longo de dois eixos de decoração – um horizontal no exterior do ataúde e outro vertical no seu interior –, encontram-se elementos textuais e pictóricos provenientes de outras fontes, como o capítulo 151 do «Livro dos Mortos» – ao qual alude a constante presença dos quatro filhos de Hórus na decoração dos ataúdes –, cenas de túmulos, cenas de templos, e vinhetas mitológicas. A presença em ataúdes de Bab el-Gasus deste tipo de decoração, anteriormente incluído apenas em túmulos reais do Império Novo – como o de Ramsés VI –, aponta para o

<sup>1</sup> Um novo tipo de sarcófago que terá surgido no final da XXIII dinastia líbia, mas para cujo desenvolvimento a XXV dinastia também muito terá contribuído.

espaço interior do ataúde como representação simbólica do túmulo.

A última apresentação foi dividida entre os egiptólogos Alessia Amenta, curadora do Departamento do Egito e do Próximo Oriente Antigos dos Museus do Vaticano, e Christian Greco, e intitulava-se «*The Vatican Coffin Project: Goals and preliminary results*».

Durante a primeira parte da comunicação, a Doutora Amenta fez uma introdução ao conceito por detrás do «*The Vatican Coffin Project*». O projeto teve início em 2008 e concerne o estudo das técnicas de construção e de decoração de ataúdes do Terceiro Período Intermediário, sendo os primeiros ataúdes examinados provenientes de Bab el-Gasus. Algumas das perguntas de investigação inquiram acerca da localização das oficinas onde se fabricavam os ataúdes, acerca de uma eventual pluralidade de diferentes oficinas, e acerca das técnicas de pintura – dado que do antigo Egito não nos chegou nenhum documento relativo às técnicas empregues na pintura.

Uma das tecnologias utilizadas para responder a este tipo de questões é uma técnica de fotografia digital que produz imagens tridimensionais dos ataúdes, permitindo assim aos investigadores estudarem as técnicas de pintura, assim como detetar traços de anteriores trabalhos de restauro. Como acrescentou o Doutor Greco, no encerramento da comunica-

ção conjunta, uma das preocupações do projeto, e uma das vantagens da fotografia digital, é evitar danificar os ataúdes.

Uma das interessantes conclusões que foi possível retirar do estudo das técnicas de pintura usadas em ataúdes no âmbito deste projeto, concerne a camada de verniz amarelo que revestia uma parte dos ataúdes. Esta camada de verniz, que servia de base para a restante decoração, teria, como argumenta a Doutora Amenta, não um propósito estético, mas sim um simbolismo religioso, relacionado nomeadamente com o sol e com a transfiguração do defunto num ser de luz.

Na sua vez de falar, o Doutor Greco dissertou sobretudo acerca da confusão nos registos do Museu de Antiguidades de Leiden (*Rijksmuseum van Oudheden*) relativos ao número de ataúdes provenientes de Bab el-Gasus e ao histórico da sua aquisição.

Em suma, este encontro científico, que divulgou as principais atividades científicas dos oradores no âmbito do projeto «*Body, Cosmos and Eternity*», tratou-se de mais uma interessante e proveitosa iniciativa no âmbito dos estudos de egiptologia em Portugal. Quem pôde estar presente ter-se-á certamente sentido enriquecido nos seus conhecimentos relativos à religião funerária e a ataúdes do antigo Egito.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

### III ENCONTRO CITCEM E JORNADAS NAS PAISAGENS MILENARES DO DOURO VERDE, PORTO E BAIÃO, 21-24 DE NOVEMBRO 2013

LINO TAVARES DIAS (CITCEM)

O tema «Paisagem» foi congregador do trabalho desenvolvido durante o III Encontro CITCEM realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2013, prosseguindo nos dias 23 e 24 com as Jornadas nas Paisagens Milenares do Douro Verde.

Estes eventos promovidos pelo CITCEM da

Faculdade de Letras, foram realizados em parceria com o CEAU da Faculdade de Arquitetura e com a Dólmen – Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega. O tema Paisagem foi abordado em diversas perspetivas, corporizadas nas ideias da materialidade

e da imaterialidade, mas também segundo a «subjetividade» do observador e a «prospetividade» do projetista.

Com um número elevado de participantes, as sessões realizaram-se no Porto, na Faculdade de Letras e na Faculdade de Arquitetura, decorrendo as jornadas nas paisagens milenares na região de Baião.

O Encontro foi organizado em sessões plenárias que decorreram durante as manhãs e em sessões simultâneas durante as tardes, integrando participações de conferencistas convidados e comunicações apresentadas após análise da comissão científica.

O tema das conferências foi suportado por dois conjuntos de intervenientes, assumindo-se com «experiências e reflexões» e como «exemplos de reconhecimento de paisagem e de dinâmicas regionais»,

A Conferência inaugural realizou-se na manhã do dia 21 de novembro, no auditório nobre da FLUP e foi desenvolvida por Stefano GIZZI (Soprintendenza per i Beni Architettonici e Paesaggistici delle Marche) – Paesaggio architettonico, paesaggio dipinto e paesaggio archeologico nella regione italiana delle Marche: relazioni reciproche e aspetti material e imaterial.

A primeira sessão plenária foi realizada com as intervenções de Miguel Angel de La IGLESIA (Universidad de Valladolid) – *Presencia y ausencia: la comprensión del paisaje arqueológico* e de Teresa ANDRESEN (FCUP) – *Paisagem: identidade e evolução*.

Nas sessões simultâneas realizadas na FLUP foram desenvolvidos os quatro temas previstos no programa do encontro:

#### **IDEIA DE IMATERIALIDADE**

Paulo Santos PERNETA – *Funchal – Seis séculos de paisagem humana entre duas ribeiras*.

Maria Elisabete de Sousa PINTO – *As antigas fábricas de curtumes de Guimarães: quando as memórias orais ajudam a compreender os lugares*.

Mariana CARVALHO – *A integração da paisagem arqueológica na pintura*.

Isabel Pereira LEITE – *Hermes, de novo: a Biblioteca como paisagem*.

Miguel Angel SILVA – *A (re)escrita do tempo na compreensão de sentidos espaciais: génese espacial de dois espaços identitários, contrastantes, entre a razão e a emoção*.

Nuno Bessa MOREIRA – *História local, espaço e paisagem na «Revista de História» (1912-1928)*.

Guy AMADO – *A paisagem como plataforma estética: das proposições artísticas de Walter De Maria e Roman Signer*.

Altino Barbosa CALDEIRA – *A paisagem cultural de Minas Gerais, Brasil*.

Maria de Jesus MACIEL – *A nova imagem da Mulher em Mau Tempo no Canal*.

Laura PUJIA – *Knods in the crossing paths. Architectural themes*.

Silvia BENEDITO – *Landscape and Atmospheres – Ideas of the immaterial and natural rhythm in design*.

Maria do Carmo SERÉN – *Paisagem, território e memória: a trama das simulações da identidade de um lugar*.

Filipa BARATA – *Configurações da Voz na Paisagem de Aldeia, Terra, Gente e Bichos, de Aquilino Ribeiro*.

Fabiana Feronha WIELEWICKI – *A ficção da paisagem: entre A invenção de Morel e La Jetée*.

#### **SUBJETIVIDADE DO OBSERVADOR**

Ramón MARTÍNEZ MEDINA e Roberto GARCÍA MORÍS – *La enseñanza del paisaje en la educación infantil en España*.

Maria da Conceição PIRES e José António Brandão CARVALHO – *A paisagem duriense na construção de eventos de literacia e o seu papel na tomada de consciência de modos distintos de comunicar em sociedade*.

Florbela ESTÊVÃO – *A experiência do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres – uma paisagem polivalente*.

Jenny CAMPOS e Maria Manuel Rocha Teixeira BAPTISTA – *A relação entre Cultura, Memória Coletiva e Património em Trás-os-Montes. Análise das políticas públicas para a cultura de três concelhos transmontanos (2005-2011)*.

Siavash LAGHAI e Rosario OLIVEIRA – *The Cultural Landscape paradigm, an institutional observation.*

Cláudio Lister Marques BAHIA – *Cidades – A espacialização da paisagem cultural no tempo.*

Pedro Castro CRUZ – *Valores contrastantes em paisagens da 'segunda modernidade'.*

Célia MOTA – *A paisagem urbana e a sua imagem. O espaço público como suporte de comunicação.*

Margarida MATA – *Exposição, performance e decomposição. Três passos para valorização de um espaço natural.*

Clara PAULINO – *A paisagem do norte de Portugal no diário de Dorothy (Wordsworth) Quillinan (1847).*

Miguel Luiz AMBRIZZI – *Paisagens da memória e memórias da paisagem: a arte de Frans Krajcberg.*

Maria Manuela Simões Baptista ASSUNÇÃO – *A Paisagem na percepção dos pintores.*

Tiago AIRES – *A Paisagem (re)escrita por Maria Ondina Braga: de «Eu vim para ver a terra» a «Passagem do Cabo».*

Josué Lopes dos SANTOS e Elba Monique Chagas da CUNHA – *Subjetividades em relação a paisagem colonial. A ilha de Itamaracá no Brasil vista através do olhar dos cronistas e da cartografia dos séculos XVI e XVII – Similaridades e diferenças.*

Daniela RIBEIRO – *Valorização do legado mineiro. As minas do Peirão.*

Gilmar ARRUDA – *Paisagem criada e turismo no lago da hidrelétrica de Capivara – PR/Brasil: um estudo das 'chácaras de lazer'.*

Sérgio Rolando Ferreira RODRIGUES – *Planalto Barroso.*

## IDEIA DE MATERIALIDADE

Antonio C. D. GRILLO – *Paisagens híbridas: abstração e mimese*

Cristina BOERI, Isabel Braz de OLIVEIRA e Maria Cristina GIAMBRUNO – *Colour design and industrial landscape.*

Rui Campos MATOS – *Do Funchal ao Vale de La Orotava – Paisagens insulares do turismo terapêutico.*

Olívia GUERRA – *A protecção da paisagem agro-florestal no Parque Natural da Serra da Estrela.*

Fernando Cerqueira BARROS – *A construção do território na Serra da Peneda.*

Ana Motta VEIGA e José AGUIAR – *De residência permanente a casa de campo. Transformações paisagísticas em torno da Casa Nobre, na 2.ª metade do século XIX: a Casa de Mateus e a Casa da Ínsua.*

Vítor Oliveira JORGE, João Muralha CARDOSO, Ana Margarida VALE, Sérgio Alexandre GOMES, Bárbara CARVALHO – *Paisagem «calcolítica» do Alto Douro: o caso dos sítios de altura estudados no concelho de Vila Nova de Foz Côa, com particular incidência no Castanheiro do vento (Horta do Douro).*

Mónica SALGADO – *Castro S. João das Arribas – Aldeia Nova, Miranda do Douro.*

André CARNEIRO – *Paisagem, materialidade e contemplação no sul português em época romana.*

Carlos Silva GRAÇA – *A construção temporal do triângulo territorial Eburobrittium, Óbidos e Caldas da Rainha.*

Miguel Cipriano COSTA, Sofia TERESO, Pedro C. CARVALHO e Clara ANDRÉ – *Estudo arqueogeográfico de Torre Velha / Castro de Avelãs (Bragança).*

Nuno FERREIRA – *A arquitectura rural na cidade do Porto na primeira metade do século XX: Construção de quintas em contexto de expansão urbana.*

Fabiola Franco PIRES – *Meadela: As arquitecturas da água e da lavoura numa aldeia da Ribeira Lima.*

Mariana Ramos Moreira e SÁ – *Rusticidade e recreio na arquitectura das Quintas do concelho de Elvas.*

Angela Rosch RODRIGUES – *Ruínas e paisagem: o caso do Engenho São Jorge dos Erasmos, Santos (SP – Brasil).*

José Augusto Teixeira Maia MARQUES – *Paisagem vivida, paisagem viva – percorrendo a paisagem rural maia.*

Aurora Botão REGO – *O rio Minho, eixo verte-*

*bral na aproximação de populações transfronteiriças. A fixação de galegos na paisagem da margem portuguesa.*

Delminda Maria Miguéns RIJO – *A Baixa de Lisboa: Permanências e Transformações de um Roteiro (1700-1762).*

Maria Norberta AMORIM, Maria João Simas GUERREIRO e Antero FERREIRA – *Dinâmicas de ocupação social no espaço urbano: Guimarães e Horta no século XIX.*

José Carlos Meneses RODRIGUES – *Tantas madrugadas de novas eras...*

João Manuel Gonçalves RIBEIRO – *A paisagem medieval de Chaves.*

Francisco QUEIROZ – *As pontes-carreiras do Porto e de Gaia: memórias de uma paisagem rural.*

Maria João Oliveira e SILVA – *A escrita na paisagem urbana e rural da diocese do Porto na Idade Média.*

Sofia Nunes VECHINA – *As capelas dos Passos e definição da estrutura urbana de Ovar. Do século XVIII à atualidade.*

Marluci MENEZES – *Da conservação da paisagem urbana à luz da relação entre materialidade e imaterialidade.*

Maria Leonor BOTELHO – *Arquitetura românica e território. Legibilidades de uma paisagem.*

Carla XAVIER, Anabela RAMOS e Eurico LOUREIRO – *Os desenhos da paisagem e os arquivos da terra (Tibães, século XVIII).*

Jaime Augusto Jesus CUNHA – *Caminho de ferro Porto-Salamanca. Dinâmicas territoriais no traçado desativado*

Jorge Fernandes ALVES e Elsa PACHECO – *Entre rio e ferrovia – Baião de Eça a Redol.*

Nuno RESENDE – *Todos os caminhos vão dar a Roma? Estudo-síntese sobre estudos hodográficos e problemáticas associadas em Portugal*

Charles ROCHA – *A paisagem como pista, no desvendar do traçado romano de Tongobriga.*

Maria Otilia Pereira LAGE – *A paisagem da região vinhateira duriense em «O Douro Ilustrado» (1876) do Visconde de Vila Maior: os geios como alicerce de paisagem cultural e património (i)material.*

Mário João MESQUITA – *Por terras de sol e de dor – Traços de permanências e continuidades espaciais do sistema de lugares do vale do Douro na contemporaneidade.*

## **A PROSPETIVIDADE DO PROJETISTA**

Susana LIMA e Teresa FONSECA – *Uma ideia de arquitectura de paisagem na obra de Fernando Távora.*

Sagrario FERNÁNDEZ RAGA – *Estrategias patrimonio – movimiento. Projectar un nuevo legado hacia el futuro.*

Rodrigo COELHO – *Projectar a cidade alargada: a paisagem na construção do espaço público*

José Manuel PAGÉS y MADRIGAL e Rui Pedro SILVA – *Landscape within the architectural design pedagogy. Recent experiences.*

André Guilherme Dornelles DANGELO, Vanessa Borges BRASILEIRO e Celina Borges LEMOS – *Registros de memória. Leitura da paisagem cultural da cidade de São João Del Rei, em Minas Gerais, por meio da iconografia histórica.*

Vanessa Borges BRASILEIRO, André Guilherme Dornelles DANGELO e Celina Borges LEMOS – *Os desafios da conservação da paisagem cultural da cidade de São João del-Rei em Minas Gerais.*

David FERREIRA – *A paisagem cultural na prática de Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal.*

Carlos RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ – *Topografias contemporâneas. En el límite entre la arquitectura, el paisaje y la arqueología.*

Flavia ZELLI – *Como hitos en el paisaje: estrategias de intervención en las villas rurales romanas.*

Rosa Branca Dias da Silva MARCOLIN – *A arqueologia da paisagem como instrumento de conhecimento do território.*

Marta LABASTIDA – *Del paisaje que es proyecto.*

Ana Carolina Pussi de BRITO e André Augusto de Almeida ALVES – *Do território vazio à cidade moderna: a construção da paisagem cultural e urbana em Maringá – Paraná, Brasil.*

Rosa MACEDO – *A mutação prospectiva das propostas de reabilitação do centro urbano de Ponte de Lima.*

Hugo Daniel da Silva BARREIRA – *Espinho: a paisagem (des)construída.*

Maria do Céu VIEGAS, Fantina TEDIM e Sara MESQUITA – *A identidade paisagística das comunidades piscatórias em Portugal: contributo para a sua valorização turística.*

Renato NEVES – *Disfunções das paisagens – quatro temas e um exemplo.*

Igor José Botelho VALQUES, Denise Maria BELANDA, Simone de OLIVEIRA, Cassyana FRIZON e Bruno VEIGA – *Uma análise do imaginário coletivo diante da paisagem urbana: o caso da Praça da Catedral Nossa Senhora da Glória – Maringá – PR – Brasil.*

Helena Barbosa AMARO – «*Ora esguardae*»: *paisagem, energia, mobilidade – mais uma utopia?*  
A sessão plenária da manhã do dia 22 de novembro realizou-se na FAUP – AUDITORIO FERNANDO TÁVORA:

Dario ALVAREZ (Univ. Valladolid) – *Paisajes contemporáneos de la desaparición.*

Mustapha ELHANNANI (Univ. Angers) – *Paysage et représentations dans la culture arabo-berbère et musulmane.*

Luigi FRANCIOSINI (Univ. Roma Tre) – *Quante voci può avere il silenzio? Cimiteri come città, cimiteri come natura, cimiteri nella natura.*

Francesco CELLINI (Univ. Roma Tre) – *Roma: la costruzione del paesaggio delle rovine.*

No sábado, 23 de novembro, o encontro prosseguiu com as Jornadas nas Paisagens Milenares do Douro Verde e as sessões realizaram-se

no DOURO PALACE HOTEL (BAIÃO), construído sobre a margem direita do rio Douro.

As sessões decorreram sob o tema RECONHECIMENTO DE PAISAGEM E DINÂMICAS REGIONAIS. Foram intervenientes:

Francisco BARATA (FAUP) – *O Douro: frentes de arquitetura, de paisagem e património.*

Maria Margarita SEGARRA LAGUNES (Univ. Roma Tre) – *El Tíber: paisaje mítico milenário.*  
Aziz BALLOUCHE, Cécile RIALLAND-JUIN, Emilie BOURGET e Romain STASSE (Univ. Angers) – *Exemple de trajectoires paysagères en Val de Loire: la vallée du Layon (Maine-et-Loire, France).*

Pedro ALARCÃO (FAUP) – *Casa de Covela. Interpretação, reabilitação arquitectónica e inserção na paisagem.*

No domingo, 24 de novembro prosseguiram as Jornadas nas Paisagens Milenares do Douro Verde com a Visita ao Mosteiro de Ancede e à Serra da Aboboreira (Paisagem dolménica) e com a sessão de encerramento em que Lino Tavares DIAS (CITCEM) apresentou uma reflexão sob o tema – *Observemos paisagens milenares da janela desta casa...*

O CITCEM prepara a publicação de trabalhos deste Encontro, prevendo-se a edição em 2014.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.



**MESTRADOS**

Adrião Pereira da Cunha – «Campanha à Presidência da República do General Humberto Delgado – 1958; Protagonistas e Jogos Políticos». Mestrado em História Contemporânea, FLUP. Orientador: Jorge Fernandes Alves.

Bruno Leal Correia da Fonseca – «O Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar e o Congo Ex-Belga (1960-65)». Mestrado em História, Universidade do Minho. Orientador: Francisco Manuel Azevedo Mendes.

Carla Sofia Fernandes Xavier – «O parcelamento rural de Mire de Tibães (século XVIII)». Mestrado em História, Universidade do Minho. Orientador: Francisco Azevedo Mendes; co-orientador: Helena Paula de Abreu Carvalho.

Eurico Sérgio Duarte Loureiro – «O contributo dos SIG para “Delimitação de perímetros de proteção para captações de recursos hídricos superficiais para consumo humano”». Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território. Orientador: António Alberto Teixeira Gomes.

Hugo Daniel da Silva Barreira – «Urbanismo e Arquiteturas de Espinho nos séculos XIX e XX». Curso: Mestrado em História da Arte Portuguesa, FLUP. Orientador: Agostinho Araújo.

Marcos David Silva dos Santos – «A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821): perspetivas diplomáticas e independência do Brasil». Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação. Faculdade de Letras Universidade do Porto. Orientador: Jorge Manuel Martins Ribeiro.

Pedro Almeida Leitão – «Cockburn’s special Reserve, história de uma marca de sucesso». Mestrado: História Contemporânea, FLUP. Orientador: Gaspar Martins Pereira.

Zélia Patrícia Gomes Moreira – «Almadiana ou da Escrita como Devir. Uma leitra-itinerário da obra literária de José Almada Negreiros». Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes, FLUP. Orientador: Celina Silva.

**DOUTORAMENTOS**

Elsa Maria Gomes da Silva Pereira (Bolseiro FCT) – «Obras de João Penha: Edição crítica e estudo». Doutoramento em Literaturas e Culturas Românica, FLUP. Orientador: Francisco José de Jesus Topa.

Fortunato Carvalhido da Silva (Bolseiro FCT) – «Representações do outro nas exposições coloniais. Discursividade e reflexão museológica». Doutoramento em Museologia, FLUP. Orientador: Alice Semedo.

Maria Adília Bento Fernandes da Fonseca – «Quotidianos femininos em Torre de Moncorvo – século XVII a XIX». Doutoramento em História, UM. Orientador: José Viriato Capela; co-orientador: Marta Araújo.

Maria Aurora Botão Pereira do Rego – «De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família». Doutoramento em História das Populações – Demografia Histórica, Universidade do Minho. Orientador: Carlota Santos; co-orientador: Norberta Amorim.

Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira (Bolseiro FCT) – «A Revista de História (1912-28): Uma Análise Histórico-Historiográfica». Doutoramento em História, FLUP. Orientador: Armando Luís de Carvalho Homem.

Paula Cristina Almeida Mendes (Bolseira FCT) – «“Porque aqui sem vem retratados os passos do caminho para o Ceo”: a escrita e a edição de “vidas” de santos e de “vidas” devotas em Portugal (Séculos XVI-XVIII)».

Doutoramento em Literaturas e Culturas Românicas, FLUP. Orientador: Zulmira Santos.

Paula Cristina Menino Duarte Homem – «Corrosão atmosférica da prata. Monitorização e perspectivas de conservação preventiva». Doutoramento em Museologia, FLUP. Orientador: José Cavalheiro (FEUP); co-orientadores: Peter Brimblecombe (School of Environmental Sciences, Univ. East Anglia, UK); Inês Fonseca (Departamento de Química e Bioquímica, FCUL).

Paolo Alexandre Correia Nené (Bolseiro FCT) – «Imaginário Místico, Ascese Poética: Estética do verso meditativo na obra poética de Daniel Faria». Doutoramento, FLUP em cotutela com Université la Sorbonne Nouvelle Paris III. Orientador: Maria João Reynaud.

Rodrigo da Costa Dominguez (Bolseiro FCT) – «O financiamento da Coroa Portuguesa (1438-1495)». Doutoramento em História,

FLUP. Orientador: Luís Miguel Duarte; co-orientador: Hilário Casado Alonso (Univ. Valladolid).

Rui Manuel dos Reis e Silva Marques (Bolseiro FCT) – «O Parlamento e o Ultramar». Doutoramento em História, FLUP. Orientador: Jorge Fernandes Alves.

Sara Costa Pinto – «A Companhia de Simon Ruiz. Análise espacial de uma rede de negócios do século XVI». Doutoramento em História, FLUP. Orientador: Amélia Polónia.

Tiago Alexandre Viúla de Faria (Bolseiro FCT) – «After Windsor – the politics of Anglo-Portuguese politics and their protagonists in the later middle ages». Doutoramento, University of Oxford. Orientador: John L. Watts; co-orientador: Malcolm G. Vale.

Tiago Santos Reigada (Bolseiro FCT) – «Ensinar com a sétima arte: o espaço do cinema na didática da História». Doutoramento em História, FLUP. Orientador: Luís Alberto Marques Alves.

# PUBLICAÇÕES DO CITCEM

## REVISTAS

### CEM

«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 1 (2010). Dossier temático «Viagens e viajantes».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 2 (2011). Dossier temático «Memória material e materiais de memória».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 3 (2012). Dossier temático «Religião e liberdade».



### Via Spiritus

«'Via Spiritus'. Pregação e Espaços Penitenciais». Porto: CITCEM, n.º 16 (2009).



«'Via Spiritus'. A infância de Cristo». Porto: CITCEM, n.º 17 (2010).



«'Via Spiritus'. A educação feminina nos sécs. XVI-XIX: entre a aia e a mestra de noviças». Porto: CITCEM, n.º 18 (2011).



«'Via Spiritus'. Revisitação das correntes de espiritualidade (sécs. XVI-XVIII): obras e autores». Porto: CITCEM, n.º 19 (2012).



«'Via Spiritus'. Guerra e Paz: da espiritualidade à «política» (sécs. XVI-XVIII)». Porto: CITCEM, n.º 20 (2013).



### Em preparação:

N.º 21 (2014)

## CADERNOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA LOCAL

«Cadernos de História e Memória Local». Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso/CEHR/CITCEM, n.º 1 (2012).



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (org.) – «Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)». [Braga]: CITCEM, 2010.



FERREIRA, Fátima Moura – «BRAGA nos tempos da I República: ressonâncias sócio-culturais» (catálogo). [S. l.]: Câmara Municipal de Braga / CITCEM, 2010.



## MONOGRAFIAS

### 2009

BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Lara Bacelar (ed.) – «Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade». [S. l.]: CITCEM/ /APEQ-Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, 2009.



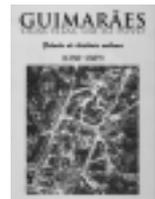
MORAIS, Rui; DELGADO, Manuela – «Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta». Braga: CITCEM, 2009.



SERÉN, Maria do Carmo – «Uma espada de brilhantes para o General Silveira». [S. l.]: Governo Civil do Distrito de Vila Real/CITCEM, 2009.



FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – «Guimarães: 'Duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)». Braga: CITCEM/ICS – Universidade do Minho, 2010.



MARTINS, Carla Maria Braz (coord.) – «Mineração e povoamento na Antiguidade e no Alto Trás-os-Montes Ocidental». Porto: CITCEM, 2010.



TOPA, Francisco; MARQUES, Marco de Oliveira (org.) – «'E agora sei que oiço as coisas devagar'. Evocação e escuta de Daniel Faria». Porto: CITCEM / sombra pela cintura, 2010.



### 2010

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XVIII)». Braga: CITCEM, 2010.



ESTRADA, Rui – «On rorty and other ethical issues». Munique: Martin Meidenbauer, 2010. (CITCEM – Studies in Literature, 9).



## 2011

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – «Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)». Braga: CITCEM, 2011.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)». Braga: CITCEM, 2011.



BETTENCOURT, Ana M.S.; FONSECA, Jorge – «O Povoado da Idade do Bronze de Lavra, Matosinhos: Contributos para o estudo do Bronze Médio no Litoral Norte». Braga: Junta de Freguesia de Lavra/Câmara Municipal de Matosinhos/CITCEM, 2011.



CAPELA, José Viriato; MATOS, Henriques – «As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património». Braga: José Viriato Capela/CITCEM, 2011. (Coleção «Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758»).



CONDE, Manuel Sílvio Alves – «Construir, habitar: a casa medieval». Braga: CITCEM, 2011.



DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – «Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



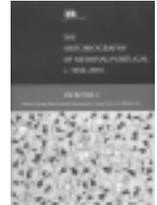
FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo; CAPELA, José Viriato (coord.) – «Justiça na Res Publica (sécs. XIX-XX). Ordem, direitos individuais e defesa da sociedade». Braga: CITCEM, 2011, vol. II.



MARTINS, Carla Maria Braz; BETTENCOURT, Ana M. S.; MARTINS, José Inácio F. P.; CARVALHO, Jorge (coord.) – «Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental». Braga: CITCEM/APEQ, 2011.



MATTOSO, José (dir.) – «The historiography of medieval Portugal c. 1950-2010». Lisboa: IEM, CEC, CEHR, CESEM, CHSC, CH-UL, CIDÉHUS, CITCEM, CL-UL, CPS, IF-UP, 2011.



MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – «História da construção – Os construtores». Braga: CITCEM, 2011.



MORUJÃO, Isabel; SANTOS, Zulmira C. (ed.) – «Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil – Homenagem a Arnaldo Saraiva». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato – «O mundo continuará a girar. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011)». Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho/CITCEM, 2011.



PEIXOTO, Fernando Aníbal Costa Peixoto – «Do corporativismo ao modelo interprofissional. O Instituto do Vinho do Porto e a evolução do sector do vinho do Porto (1933-1995)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



COSTA, Leonor Freira; DUARTE, Luís Miguel; GARRIDO, Álvaro (coord.) – «Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães - Economia, Instituições e Império». Edições Almedina, 2012 (Colecção «Estudos de Homenagem»)



SANTOS, Cândido dos – «Janse-nismo e antijansenismo nos finais do antigo regime». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo; CAPELA, José Viriato (coord.) – «Justiça na *Res Publica* (sécs. XIX-XX). Ordem, direitos individuais e defesa da sociedade». Braga: CITCEM, 2012, vol. I.



SANTOS, Carlota (coord.) – «Família, Espaço e Património». Braga: CITCEM, 2011.



GONÇALVES, Iria – «Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012.



## 2012

ALMEIDA, A. Campar Almeida; BETTENCOURT, Ana M. S. Betten-court; MOURA, D.; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio; ALVES, Maria Isabel Caetano (Coord) – «Environmental changes and human interaction along the Western Atlantic Edge». Coimbra: APEQ/CITCEM/CEGOT/CGUP/CCT, 2012.



MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel Vaz de; DEL VAL VALDIVIESO, Maria Isabel – «Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração». Braga: CITCEM, 2012.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Ponte de Lima. Sociedade, economia e instituições». Braga: CITCEM, 2012.



MARTINS, Manuela; MEIRELES, José; FONTES, Luís; RIBEIRO, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Fernanda; BRAGA, Cristina – «Água. Um Património de Braga». Braga: CITCEM; UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2012.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; LÁZARO, António; RAMOS, Anabela; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo». Braga: CITCEM, 2012.



MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – «História da construção – Os materiais». Braga: CITCEM, 2012.



OSSWALD, Cristina – «Written In Stone: Jesuit buildings in Goa and their artistic features». Goa: CITCEM/«Goa,1556», 2012.



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia». Braga: CITCEM, 2012.



SOUSA, Rogério; FIALHO, Maria do Céu; HAGGAG, Mona; RODRIGUES; Nuno Simões (coords.) – «Alexandria ad Aegyptum. The legacy of multiculturalism in Antiquity». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra/Universidade de Alexandria (Egipto), 2013.



SILVA, Maria João Oliveira – «A escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média». Lisboa: CEHR-UCP; CITCEM, 2013.



## 2013

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra; COELHO, José Abílio; FRANCO, Renato (coord.) – «Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência». Póvoa de Lanhoso: CITCEM e Fundação Getúlio Vargas (Brasil), 2013.



LIMA, João Torres – «MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraterna (1963-1970)». Porto: CITCEM, 2013.



PAULINO, Maria Clara – «Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013.



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos». Braga: CITCEM/IEM, 2013.



## Colecção FONTES:

BARROS, Amândio Jorge Morais – «Cartas da Índia. Correspondência privada de Jorge de Amaral e Vasconcelos (1649-1656)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 1).



SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – «A Aurora da Quinta Monarquia». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 2).



SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – «Um diálogo epistolar. D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 3).



CARVALHO, José Adriano Freitas de (ed., introd. e notas) – «Outavas à Jornada pelo Douro acima com uns amigos», de Tomé Tavares Carneiro. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Colecção «Fontes», n.º 4).



LAGE, Otilia (org.) – «Correspondência Jorge de Sena e Mécia de Sena “Vita Nuova” (Brasil, 1959-1965)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013. (Coleção «Fontes», n.º 5).



RIBEIRO, Ana Sofia Vieira – «Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos (1750-1772)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 4).



PEREIRA, Gaspar Martins (org.) – «Alves Redol e o Douro. Correspondência para Francisco Tavares Teles. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento/Dir. Reg. Cultura Norte, 2013. (Coleção «Fontes», n.º 6).



RIBEIRO, Jorge Manuel Pinto – «Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 5).



BERGONZINI, Massimo – «Compendio de las vidas de los Padres...». Porto: CITCEM, 2013. (Coleção «Fontes», n.º 7).



### No prelo:

MARQUES, André Evangelista – «Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI)». Prémio CITCEM/Afrontamento 2013.

## Coleção TESES UNIVERSITÁRIAS

SEQUEIRA, Carla – «O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 1).



COSTA, Rui Manuel Pinto – «Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839-1974)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 2).



MARQUES, Ana Maria dos Santos – «O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 3).



# *CEM/cultura, espaço & memória*

## Assinante individual (15€/ano)

Nome: _____	
Morada: _____	
Código Postal: _____ - _____	Localidade/País: _____
Tel.: _____	Email: _____
Profissão: _____	Instituição: _____
N.º de contribuinte: _____	

Nota: Uma **assinatura** inclui um exemplar da revista e os portes de envio por correio registado.

✂.....

Junto envio o cheque n.º ..... do Banco .....  
no valor de ....., à ordem da Faculdade de Letras da Universidade  
do Porto (CITCEM), para assinatura da revista CEM relativa ao(s) ano(s).....

Boletim de assinatura a enviar a CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica, s/n | 4150-564 PORTO.



## NORMAS DE PUBLICAÇÃO REVISTA CEM

Os trabalhos devem ser enviados num único ficheiro (excepto se previrem a inclusão de imagens), em Word ou compatível. Caso sejam utilizadas fontes ou símbolos especiais, estes devem ser identificados e enviados anexos ao artigo.

No caso do artigo prever a publicação de figuras ou mapas, estes elementos deverão ser numerados e enviados em ficheiros separados, devendo constar no texto a indicação dos locais onde tais imagens deverão ser inseridas, bem como as respectivas legendas.

Cada artigo não deverá exceder 30 mil caracteres, com espaços incluídos (nesta contagem devem ser consideradas as notas, a bibliografia, os quadros e anexos).

O artigo deverá ser acompanhado, independentemente do idioma em que for submetido, por *resumos*, em Português e Inglês, com cerca de 750 caracteres, pela indicação de 4 palavras-chave do artigo e pela identificação do autor (instituição, categoria e, caso seja pretendido, elementos de contacto, nomeadamente, telemóvel e email).

### A. Estilo:

1. O **corpo do texto** deverá ser em letra Times New Roman, corpo 12, a espaço e meio de entrelinha, com margens de 2,5 cm. Não são aceites sublinhados.
2. O **título** do artigo deve ser alinhado à esquerda, em tamanho 14, negrito, e ocupar a primeira linha.
3. O **nome** do(s) autor(es) deve figurar na linha imediatamente a seguir ao título, alinhado à direita, em tamanho 12, seguida da instituição a que pertence e do correio electrónico institucional ou pessoal.
4. As **notas de rodapé** (em letra Times New Roman, corpo 10, com espaço simples de entrelinha) deverão ser reduzidas ao essencial. Desaconselha-se, igualmente, a utilização de um número excessivo de quadros e imagens. A bibliografia deverá conter as obras referenciadas no texto ou em notas e ordenadas alfabeticamente.

### B. Citações

#### 1. Citações de excertos de textos:

a) Caso se trate de citações de pequena dimensão, integradas no corpo do texto, devem ficar entre aspas, sem itálicos.

Ex:

texto proposto, texto proposto «texto citado, texto citado» texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto texto proposto

b) Caso se trate de excertos de maiores dimensões, deverão ser citados em parágrafo(s) distintos, sem aspas, com entrada de 1 cm do lado esquerdo, de tamanho e entrelinhamento iguais aos das notas de rodapé (corpo de letra 10), em itálico.

Ex:

texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, proposto texto, *texto citado, texto citado texto citado*, texto proposto, texto proposto texto proposto, texto proposto texto proposto, proposto texto, tex

2. Na citação e referenciação documental e bibliográfica, os artigos deverão respeitar as seguintes normas, adaptadas da NP 405-1:

a) Citações em texto:

- i) **citação de documentos:** as citações documentais, em notas de rodapé, deverão integrar, embora de forma abreviada ou com siglas (a desenvolver no final do texto, junto à bibliografia), todos os elementos necessários à identificação da espécie. A identificação de fundo ou colecção documental deve ser feita em itálico (ex: IAN/TT — *Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, cx. 37, mç. 7, s.n.).
- ii) **citações bibliográficas:** as referências bibliográficas, em notas de rodapé, deverão indicar, qualquer que seja a natureza da publicação (livro, artigo, etc.), o apelido do(s) autor(es) (em maiúsculas), o ano de publicação da obra e a(s) página(s) a que corresponde a citação (ex: PIRES, 2009: 319). Se se tratar de obras de dois autores, deverão indicar os apelidos de ambos, separados por & (ex: ROSAS & MÁIZ, 2008: 338). Se se tratar de diversos autores, ao apelido do primeiro autor deve seguir-se a expressão «et alii», abreviada, em itálico (ex: RAMOS *et al.*, 2009: 622). Se se tratar de autor com mais do que uma obra referida na bibliografia e publicada no mesmo ano, deve acrescentar-se ao ano de publicação uma letra correspondente à ordenação alfabética da bibliografia (ex: SARAIVA, 2009a: 11).

b) Citações em bibliografia final (obrigatória):

i) **Monografias:**

- Ex: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009) — *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2 vols.
- SARAIVA, Arnaldo, *org. e introd.* (2009a) — *O personagem na obra de José Marmelo e Silva*. Porto: Campo das Letras.
- SARAIVA, Arnaldo (2009b) — *Guilherme IX de Aquitânia, Poesia*. Campinas: Unicamp.
- TORRES, Carlos Manitto (1936) — *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.].

ii) **Publicações periódicas:**

- Ex: ROSAS, António; MÁIZ, Ramón (2008) — *Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9, p. 337-356.
- Ex: ROSAS, António; MÁIZ, Ramón (2008) — *Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 337-356.

iii) **Capítulos de obras colectivas:**

- Ex: PIRES, Ana Paula (2009) — *A economia de guerra: a frente interna*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, *coord.* — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 319-347.

iv) **Teses:**

- Ex: AMARAL, Luís Carlos (2007) — *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

vi) **Monografias em suporte electrónico:**

Ex: AMARAL, Luís Carlos (2007) — *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Disponível em <<http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2010].

vii) **Analíticos em suporte electrónico:**

Ex: AMARAL, Luís Carlos (2007) — *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9, p. 337-356. Disponível em <<http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2010].

**3. Citação de fontes:**

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo embora a abreviaturas ou siglas. Estas deverão ser desenvolvidas no final do artigo, após a bibliografia. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex: IAN/TT – *Chancelaria D. Afonso V*, Iv. 15, fl. 89

**D. Recensões:**

As recensões de livros não devem ultrapassar 7.500 caracteres. De modo geral, devem adoptar a seguinte estrutura: i) descrever, de forma clara e breve, o conteúdo e os objectivos da obra; ii) relacionar a obra com bibliografia de referência sobre o tema e apontar seus os principais contributos nesse domínio; iii) avaliar a adequação das fontes de informação, da metodologia seguida e da estrutura da obra, face aos objectivos do autor; iv) o autor da recensão deve emitir uma crítica imparcial e objectiva sobre a obra, não sendo aceitáveis juízos pessoais demonstrativos de antipatia ou simpatia pelo autor; v) o autor da recensão deve evitar análises de pormenor (listas de erros tipográficos ou de omissões bibliográficas, a menos que comprometam, de forma decisiva, os objectivos da obra), notas de rodapé e referências finais; vi) as referências consideradas necessárias deverão ser incluídas no texto, entre parênteses [ex: «Segundo Hancock (*Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Taste and Trade*. New Haven/London: Yale University Press, 2009), o comércio interimperial ajudou a configurar um mundo atlântico integrado, ancorado em redes que facilitaram movimentos de pessoas, mercadorias e ideias, quebrando as fronteiras dos impérios e criando uma ‘cultura atlântica transimperial’»]; vii) o cabeçalho da recensão deverá conter os seguintes elementos: título (em negrito); nome do autor (em maiúsculas); local de edição: editor, data; páginas (no formato ‘xxix + 632 p.’), indicação, se for o caso, que o livro contém ilustrações e/ou mapas e ISBN.

Ex. de cabeçalho de recensão:

**Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Trade and Taste**

DAVID HANCOCK

New Haven/London: Yale University Press, 2009

xxix + 632 p., il., mapas, índices, bib., ISBN 978 0 300 13605 0

# REFEREES 2013

Álvaro Domingues (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)  
Elsa Pacheco (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Fernanda Olival (Universidade de Évora)  
Francisco Barata (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)  
Joana Frias (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Lúcia Rosas (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Luísa Malato (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Maria de Fátima Outeirinho (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Mário Sousa Cunha (CEPESE)  
Marinha Carneiro (Escola Superior de Enfermagem do Porto)  
Nicole Vareta (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Nuno Simões Rodrigues (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)  
Tereza Siza (Especialista em fotografia)

